

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

V.25 - Nº 1



Rev. Estudos da Linguagem

Belo Horizonte

v. 25

n. 1

p. 1-471

jan./abr. 2017

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

**Universidade Federal de Minas Gerais**

REITOR: Jaime Arturo Ramírez

VICE-REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida

**Faculdade de Letras**

DIRETORA: Graciela Inés Ravetti de Gómez

VICE-DIRETOR: Rui Rothe-Neves

## **Organizadores**

Aderlande Ferraz e Heliana Mello

## **Revisão**

Tikinet

## **Secretária**

Úrsula Francine Massula

## **Editoração eletrônica**

Bruna Okki e Letícia Lima / Tikinet

## **Projeto gráfico atualizado**

Alda Lopes e Marco Antônio Durães

## **Capa e projeto gráfico original**

Elson Rezende de Melo

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v.1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,  
Faculdade de Letras da UFMG

### **Histórico:**

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)

1993 ano 2, n.2 (jan/jun)

1994 Publicação interrompida

1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)

1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.

1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

### **Nova Numeração:**

1997 v.6, n.2 (jul/dez)

1998 v.7, n.1 (jan/jun)

1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

V. 25 – Nº 1 - JAN./ABR. 2017

## Indexadores

Portal CAPES [Brazil]

DOAJ (Directory of Open Access Journals) [Sweden]

EBSCO [USA]

JournalSeek [USA]

Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]

MLA Bibliography [USA]

WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]

MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]

Latindex [Mexico]

Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]

DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]

OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]



# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

## Editora-chefe

Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)

## Comissão Editorial

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG)

Gláucia Muniz Proença de Lara (UFMG)

Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)

## Comissão Científica

Alessandro Panunzi (Università di Firenze, Italy)

Alina M. S. M. Villalva (Universidade de Lisboa)

Ana Lúcia de Paula Müller (USP)

Augusto Soares da Silva (Universidade Católica Portuguesa)

Beth Brait (PUC-SP/USP)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPEL)

César Nardelli Cambraia (UFMG)

Charlotte C. Galves (UNICAMP)

Cristina Name (UFJF)

Deise Prina Dutra (UFMG)

Diana Luz Pessoa de Barros (USP/Mackenzie)

Dylia Lysardo-Dias (UFSJ)

Edwiges Morato (UNICAMP)

Emília Mendes Lopes (UFMG)

Esmeralda V. Negrão (USP)

Gabriel de Avila Othero (UFRGS)

Gerardo Augusto Lorenzino (Temple University)

Gláucia Muniz Proença de Lara (UFMG)

Hanna Batoréo (Universidade Aberta)

Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)

Hugo Mari (PUC-MG)

Hilario Bohn (Universidade Católica de Pelotas)

Heronides Moura (UFSC)

Ida Lucia Machado (UFMG)

Ieda Maria Alves (USP)

Ivã Carlos Lopes (SP)

Jairo Nunes (USP)

Jean Cristtus Portela (UNESP)

Márcia Cançado (UFMG)

Márcio Leitão (UFPB)

Marcus Maia (UFRJ)

Maria Antonieta Amarante M. Cohen (UFMG)

Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)

Maria Cecília Camargo Magalhães (UFRJ)

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)

Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)

Maria do Carmo Viegas (UFMG)

Maria Luíza Braga (PUC-RJ)

Maria Marta P. Scherre (UNB)

Milton do Nascimento (PUC-MG)

Monica Santos de Souza Melo (UFV)

Philippe Martin (Université Paris 7)

Rafael Nonato (UFRJ)

Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)

Roberto de Almeida (Concordia University)

Ronice Müller de Quadros (UFSC)

Ronald Beline (USP)

Rove Chishman (UNISINOS)

Sanderléia Longhin-Thomazi (UNESP)

Sergio de Moura Menuzzi (UFRGS)

Seung- Hwa Lee (UFMG)

Sírio Possenti (UNICAMP)

Thais Cristofaro Alves da Silva (UFMG)

Tony Berber Sardinha (PUC-SP)

Ubiratã Kickhöfel Alves (UFRGS)

Vander Viana, University of Stirling (UK)

João Antônio de Moraes (UFRJ)	Lodenir Becker Karnopp (UFRGS)
João Miguel Marques da Costa (Universidade Nova da Lisboa)	Lorenzo Vitral (UFMG)
João Queiroz (UFJF)	Luiz Amaral (University of Massachusetts Amherst)
João Saramago (Universidade de Lisboa)	Luiz Carlos Cagliari (UNESP)
John Robert Schmitz (UNICAMP)	Luiz Carlos Travaglia (UFU)
José Borges Neto (UFPR)	Marcelo Barra Ferreira (USP)
Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)	Vanise Gomes de Medeiros (UFF)
Leo Wetzels (Free Univ. of Amsterdam)	Vera Lucia Lopes Cristovao (UEL)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)	Vera Menezes (UFMG)
	Vilson José Leffa (UCPel)

### **Pareceristas *ad hoc***

Adriana Cristina Cristianini (UFU)	Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (UNB)
Dilson Ferreira da Cruz Junior (Escola de Contas Conselheiro Eurípedes Sales)	Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR)
Caroline Rodrigues Cardoso (Unilab)	Nilson Cândido Ferreira (UNICAMP)
Eliana Alves Greco (UEM)	Renata Ciampone Mancini (UFF)
Joao Azenha Junior (USP)	Roberto Bein (Universidad de Buenos Aires)
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP)	Silmara Cristina Dela da Silva (UFF)

# Sumário / Contents

## **Os adjetivos qualificativos presentes nos DPs referenciais do português brasileiro**

Qualifying adjectives in referential DPs in Brazilian Portuguese

*Cristina de Souza Prim* ..... 9

## **A posição dos advérbios focalizadores na hierarquia universal**

The position of focusing adverbs in the universal hierarchy

*Aquiles Tescari Neto* ..... 44

## **Usos discursivos dos parênteses em um catecismo jesuítico na língua geral da Amazônia ([175-])**

Discursive use of parentheses in a Jesuit catechism in the Língua Geral of the Amazon region ([175-])

*Ruth Monserrat*

*Cândida Barros*

*Roland Schmidt-Riese* ..... 85

## **Do presente para o passado: a variação lexical em Minas Gerais a partir de corpora geolinguísticos sobre brinquedos infantis**

From the present to the past: lexical variation in Minas Gerais from Geolinguistic corpora regarding children's toys

*Valter Pereira Romano*

*Rodrigo Duarte Seabra* ..... 111

## **O papel do léxico no alçamento sem motivação aparente das vogais médias pretônicas do português brasileiro**

The role of the lexicon in pretonic mid-vowel raising without apparent motivation in Brazilian Portuguese

*Susiele Machry da Silva*

*Ana Paula Correa da Silva Biasibetti* ..... 151

## **¿Cómo definir sustantivos que designan sentimientos/emociones?**

### **Análisis de paráfrasis y apreciación de propuestas para su perfeccionamiento**

How to define emotion nouns? Analysis of paraphrases and assessment of proposals for its further development

*Virginia Sita Farias* . . . . . 179

## **Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia**

Toponymic taxonomies and relations with Terminology

*Renato Rodrigues Pereira*

*Odair Luiz Nadin* . . . . . 217

## **Proposta de rede de pontos para o Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins (ALiTTETO): implicações metodológicas**

Proposal of a network of points for the Topodynamic and topostatic linguistic atlas of the state of Tocantins (ALiTTETO): methodological implications

*Greize Alves Silva-Poreli*

*Vanderci Andrade Aguilera* . . . . . 244

## **Identidade sociolinguística na fronteira de Aceguá (Brasil-Uruguai)**

Sociolinguistic identity in the borderland of Aceguá (Brazil-Uruguay)

*Cintia da Silva Pacheco* . . . . . 276

## **Padrões de uso dos dois pontos e reticências em traduções de Paulo Henriques Britto como traço do estilo do tradutor**

Patterns of colons and suspension dots usage in translations by Paulo

Henriques Britto as a feature of translator's style

*Célia Maria Magalhães*

*Ícaro Luiz Rodrigues de Melo* . . . . . 305

## **Por uma abordagem tensiva do fait divers**

Towards a tensive approach to fait divers

*Conrado Moreira Mendes* . . . . . 333

**Discurso e retórica: sobre o procedimento *reductio ad Hitlerum***

Discourse and rhetoric: on the *reductio ad Hitlerum* procedure

*João Kogawa*

*Renan Mazzola* . . . . . 357

**A interincompreensão gera polêmica: alteridade e heterogeneidade nos discursos das cantoras Anitta e Pitty sobre comportamento sexual feminino**

Intercomprehension causes polemics: alterity and heterogeneity in the discourses of singers Anitta and Pitty regarding female sexual behavior

*Juliane de Araújo Gonzaga* . . . . . 381

**Uma Retórica primordial: de Górgias de Leontini à projeção discursiva dos Black Blocs**

A primordial rhetoric: from Górgias of Leontini to discursive projection of Black Blocs

*Melliandro Mendes Galinari*

*Gabriela Nascimento Rossi de Oliveira* . . . . . 410

**Um estudo do *ethos* em discursos do ex-presidente Lula**

A study of the ethos of the former Brazilian president Lula

*Natália Rocha Oliveira Tomaz*

*Lúcia Helena Martins Gouvêa* . . . . . 441



## Os adjetivos qualificativos presentes nos DPs referenciais do português brasileiro

### *Qualifying adjectives in referential DPs in Brazilian Portuguese*

Cristina de Souza Prim

UDESC

cristinaprim@gmail.com

**Resumo:** Buscamos apresentar uma nova forma de analisar a sintaxe e a semântica dos adjetivos que ocorrem dentro dos NP/DPs do português brasileiro. Defendemos que os adjetivos são gerados à direita do nome, em adjunção, com exceção dos exclusivamente pré-nominais, e que são os adjetivos, e não os nomes, que se movem para uma posição mais alta que o nome. A motivação do movimento parte do determinante, que, a depender de seus traços, oferece ambiente para hospedagem do adjetivo qualificativo movido. No caso dos DPs referenciais, o determinante que é específico projeta uma categoria TopP, capaz de receber o adjetivo, também específico. Caso o determinante não seja específico, não há projeção que possa receber o adjetivo qualificativo, pois TopP não é projetado nestes casos, e, por isso, o adjetivo não pode se mover. Esta proposta dá conta de explicar o comportamento dos adjetivos qualificativos nos DPs referenciais do português.

**Palavras-chave:** movimento do adjetivo; tópico; especificidade; adjetivos qualificativos.

**Abstract:** We sought to present a new way of analyzing the syntax and semantics of adjectives in NP/DPs of Brazilian Portuguese. We argue that adjectives are generated on the right side of the noun, as adjuncts, except the exclusively prenominal ones, and that adjectives, not nouns, move to higher positions. Regarding the referential DPs, the specific determiner projects a TopP category able to receive the adjective, which is also specific. If the determiner is not specific, there is no projection to receive the qualifying adjective because, in this case, there is not a projected TopP, and, therefore, the adjective cannot be moved. This proposal explains the behavior of qualifying adjectives in Portuguese referential DPs.

**Keywords:** adjective movement; topic; specificity; qualifying adjectives.

Recebido em 23 de junho de 2015.

Aprovado em 09 de novembro de 2015.

Este trabalho tem como objetivo entender quais são as regras sintáticas envolvidas no posicionamento dos adjetivos que podem ser pré e pós-nominais no português brasileiro, ou seja, dos adjetivos qualificativos. Deve-se dizer que nem sempre a explicação para o posicionamento do adjetivo pode ser unicamente sintática, mas é a sintaxe que determina quais são os contextos possíveis de se ter um mesmo adjetivo podendo ocupar a posição anteposta ou posposta ao nome, e é neste critério que queremos nos debruçar.

São muitos os trabalhos que se dedicam a explicar esse fenômeno. De modo geral, na literatura, estabelece-se uma relação entre a leitura do adjetivo e a posição que este ocupa no DP, ou seja, estabelecem que a posição do adjetivo e sua interpretação possuem interdependência. Essas propostas (para citar apenas algumas das propostas mais difundidas na literatura: Cinque (1993, 2010), Crisma (1990, 1993, 1996), Bernstein (1993)) falham ao não prever que o nome ou o determinante exerçam qualquer papel na escolha e na posição do adjetivo que possa se concatenar no DP/NP. Em (1) vemos que o adjetivo *sensual* ocupa a mesma posição nos exemplos (1a) e (1b), mas somente em (1a) temos ambiguidade do adjetivo: Maria baila sensualmente ou Maria é sensual e é bailarina. Em

(1b), não é possível a leitura de que Maria administra sensualmente. A única diferença entre esses exemplos é o tipo de nome que acompanha o adjetivo pós-nominal. Já em (2), a possibilidade de ocorrência do adjetivo qualificativo na posição pré-nominal está ligada ao tipo de determinante que encabeça o DP. Diferentemente de (2a), (2b) é agramatical como sentença genérica – mas, é preciso dizer, não como sentença episódica.

- (1) a. Maria é uma bailarina sensual.  
b. Maria é uma administradora sensual.
- (2) a. Uma brutal agressão deixa marcas na mente da vítima.  
b. \*A brutal agressão deixa marcas na mente da vítima.

Buscamos assim formas de explicar esses dados. Neste trabalho, argumentaremos que os adjetivos qualificativos são gerados na posição pós-nominal, na qual estabelecem relação com o nome que o antecede, e se movem para a posição pré-nominal se o determinante oferecer ambiente de hospedagem para esse adjetivo. Atentamo-nos primeiramente às características desses adjetivos.

## Características dos adjetivos qualificativos

Os adjetivos qualificativos podem se combinar com Ns variados e possuem características morfossintáticas próprias que os distinguem dos outros adjetivos exclusivamente pré ou exclusivamente pós-nominais. Nem todos os qualificativos possuem todas as propriedades que listaremos a seguir; por outro lado, se o adjetivo pós-nominal possuir qualquer uma delas, já se torna claro que o adjetivo pertence a essa classe.

A primeira característica já foi mencionada: alguns desses adjetivos podem ocorrer também na posição anteposta ao nome, mas se percebe que há alguns qualificativos que ocorrem somente na posição pós-nominal em português, como é o caso de *comum* em (4). Este também pode ser um argumento para a nossa proposta de que os adjetivos qualificativos são concatenados primeiramente na posição pós-nominal, como vamos defender na próxima seção deste trabalho.

- (3) a. O livro maravilhoso que quero te recomendar  
b. O maravilhoso livro que quero te recomendar

- (4) a. Um pássaro comum  
b. \*Um comum pássaro<sup>1</sup>

A segunda característica é a possibilidade de nominalização de alguns dos adjetivos que pertencem a essa classe. Em (5a), temos um caso de ambiguidade entre a leitura relacional<sup>2</sup> (em que popular indica um estilo de música) e a qualificativa (em que o adjetivo significa *conhecida*). Quando nominalizado, a leitura relacional desaparece (cf (5b)). Por outro lado, devemos dizer que esses adjetivos não formam nomes sistematicamente, como mostra (6).

- (5) a. Música popular  
b. A popularidade da música
- (6) a. Separação dolorosa  
b. \*A dolorosidade da separação

Ao contrário do que a característica anterior pode nos fazer pensar, a classe a que o adjetivo pertence não pode ser determinada pelos sufixos que podem ou não ocorrer. Isso porque as classes de adjetivos não são formadas com bases léxicas, e isso significa que adjetivos formados pelos mesmos sufixos podem pertencer a classes diferentes em situações diferentes. No entanto, como os adjetivos exclusivamente pré ou exclusivamente pós-nominais não permitem modificação por advérbio de grau, é esperado que os sufixos *-íssimo* e de diminutivo só ocorram com adjetivos qualificativos, o que de fato ocorre.

- (7) a. Menina bonita  
b. Menina muito bonita  
c. Menina bonitíssima  
d. Menina bonitinha

No entanto, alguns adjetivos, como *constitucional*, *legal*, *gramatical*, ocorrendo como adjetivo qualificativo, tampoco aceitam modificação por advérbio de grau. A razão parte de fora da linguagem

<sup>1</sup>Uma exceção seria “comum acordo”, que é uma expressão pronta que significa “com o assentimento de todos” e não “mero acordo”.

<sup>2</sup>Chamamos de relacional a classe dos adjetivos exclusivamente pós-nominais.

– regras não são graduáveis. Esses adjetivos não aceitam modificação por  *muito*, mas sim por  *completamente*,  *absolutamente* etc.

Além dessas características, apontamos ainda que os adjetivos qualificativos ocorrem com mais naturalidade na posição predicativa do que os outros tipos de adjetivos. Mas, como dissemos, nem todos os qualificativos possuem todas essas propriedades, mas ao menos uma delas. Chamamos a atenção que o adjetivo  *comum* em (4) não pode ocorrer em posição pré-nominal, mas aceita modificação e ocorre em posição predicativa; o adjetivo  *doloroso* em (6) não pode ser nominalizado, mas pode ocorrer na posição anteposta ao nome e sofrer modificação por advérbio, ocorrendo em posição predicativa.

Já mencionamos que queremos defender que esses adjetivos sejam gerados à direita de N, em posição de adjunção. Esta não é a teoria mais aceita para adjetivos, e por isso vale nos alongarmos nesta discussão.

## Adjetivos qualificativos e a adjunção à direita

Uma das razões que temos para defender que os adjetivos com posicionamento variável (e os exclusivamente pós-nominais) são gerados no campo pós-nominal é baseada em NPs do PB. Segundo a proposta de Espinal e McNally (2011), os nomes nus podem ser tanto NPs quanto DPs. NPs, que seriam nomes contáveis nus não especificados para número e definitude, ocorrem como objeto de uma reduzida classe de predicados relacionados com as estruturas  *ter + NP*, e têm leitura de propriedade. Não saturam, só modificam o predicado, ou seja, não ocorrem em posição argumental, e por isso não se pode substituí-los por um pronome, visto que os pronomes indicam uma descrição definida. Essa proposta segue os princípios de Longobardi (1994), que defende que “uma expressão nominal é um argumento somente se é introduzido por uma categoria D. DP pode ser um argumento, NP não pode”<sup>3</sup> (LONGOBARDI, 1994, p. 628, tradução nossa).

No exemplo a seguir, apresentado por Cyrino e Espinal (2014), temos  *vestido de festa* como um NP que está modificando um predicado do mesmo tipo de  *ter (have-predicates)* e que não pode ser retomado por um pronome anafórico.

<sup>3</sup>No original: “a nominal expression is an argument only if it is introduced by a category D. DP can be an argument, NP cannot”.

- (8) Maria usa [<sub>NP</sub> vestido de festa] só quando suas amigas compram \*ele/Ø de presente para ela.

Já DPs são os outros nomes nus definidos, ainda que não se apresentam especificados morfológicamente, são expressões do tipo existenciais que podem ser retomadas por pronome, como mostram os exemplos abaixo:

- (9) O João tem [<sub>DP</sub> maçã verde] na cesta. Comprou ela/elas/Ø ontem.
- (10) Maria usa [<sub>DP</sub> vestido novo] só quando suas amigas compram ele/Ø de presente para ela.

Os NPs do português apresentam evidência clara de que os adjetivos exclusivamente pós-nominais (como *amarelo* em (11)) e os que intercambiam de posição (como *bonito* em (12)) não podem ser gerados no campo pré-nominal, pois se esperaria que nesses casos não encontrássemos nenhuma diferença entre os adjetivos exclusivamente pré-nominais e esses adjetivos mencionados. No entanto, os exemplos (11-12) nos mostram que os adjetivos pós-nominais são possíveis tanto em NPs (ver (11a) e (12a)) quanto em DPs (ver (11b) e (12b)). Já na posição pré-nominal não podem ocorrer em NPs nem adjetivos que têm posicionamento variável (como *bonito*) nem adjetivos exclusivamente pré-nominais (como é o caso de *provável*). Em (13) e (14) podemos ter adjetivos pré-nominais porque o sintagma é obrigatoriamente um DP, e a possibilidade de retomada pelo pronome comprova que não se trata de uma propriedade, mas de um indivíduo, um argumento do verbo.

- (11) a. Maria usa vestido amarelo só quando suas amigas compram \*ele/\*eles para ela.  
b. Maria usou um vestido amarelo porque suas amigas compraram ele para ela.
- (12) a. Maria usa vestido de festa bonito só quando suas amigas compram \*ele/\*eles para ela. (Ao menos em uma das interpretações)  
b. Maria usou um vestido de festa bonito porque suas amigas compraram ele para ela.

- (13) Maria usa bonito vestido de festa só quando suas amigas compram ele para ela.
- (14) Maria usa provável vestido de noiva da sua irmã no Expo Noivas e Festas porque ele combina muito com ela também.

Uma teoria que postula que todos os adjetivos são gerados de forma semelhante na posição pré-nominal, como ocorre com as teorias mencionadas anteriormente, é incapaz de prever essas diferenças de comportamento entre adjetivos que podem ocorrer em NPs ou só em DPs. Em (20) apresentaremos a diferença entre as estrutura do DP e do NP, para facilitar a compreensão da proposta.

Apresentamos ainda outro fato que só a adjunção à direita pode dar conta: os adjetivos gerados na posição pós-nominal são selecionados<sup>4</sup> pelo nome que o antecede, diferentemente dos adjetivos exclusivamente pré-nominais. Explicamos: adjetivos como *mero*, *pretensoso* e *suposto*, por exemplo, podem se combinar com qualquer tipo de nome, como mostram os exemplos abaixo.

- (15) Um mero homem/problema/sentimento/papel de carta/arroz integral
- (16) Um pretensoso batuqueiro/direito de mentir/sindicato/livro de histórias infantis
- (17) Um suposto assassino/solução para o problema/separação/livro didático

Já os adjetivos pós-nominais, de qualquer que seja a classe a que pertençam, têm seu significado determinado pelo nome que o acompanha; em outras palavras, seu significado depende do campo semântico do nome. Em (18), temos o nome *invasão*, que não se combina com adjetivos de cor, a menos que esta cor se refira a algum grupo em específico: *amarelo* seria aceitável neste

---

<sup>4</sup>Usamos o termo *seleção*, talvez, na falta de uma opção melhor. Na literatura costuma-se utilizar o termo *selecção* para argumentos, o que não cremos que os adjetivos sejam. Utilizamos o termo *selecção* neste trabalho no sentido de que os adjetivos pós-nominais têm seu significado e sua ocorrência dependentes do nome que os antecede.

caso se estiver se referindo a orientais, mas não à cor amarela. Em (18) vemos também que os adjetivos qualificativos, que têm posicionamento variável, também sofrem essa mesma restrição: o adjetivo *atenciosa* também tem sua ocorrência dependente do campo semântico do nome que o acompanha; invasões não podem ser atenciosas, mas invasores sim.

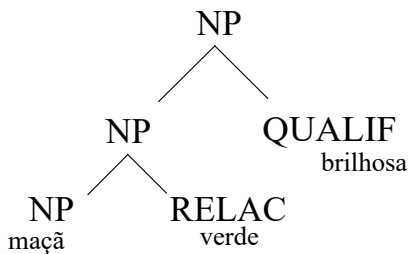
(18) Uma invasão ibérica/\*amarela/\*integral/\*muito atenciosa.

(19) O colapso mental/\*assombrado/?carnívoro/\*rosado.

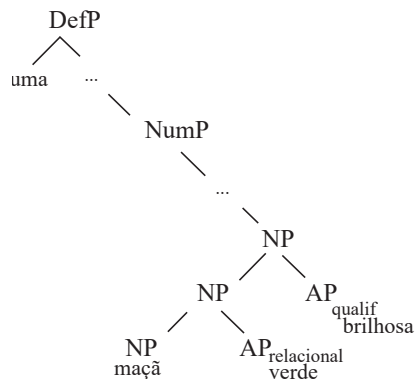
Essa característica mostra claramente que os adjetivos exclusivamente pré-nominais têm um comportamento diferente dos outros tipos de adjetivos, e que a geração de todos os adjetivos à esquerda do nome, em posições de especificador, é incapaz de prever essas diferenças de comportamento.

Sobre os qualificativos pós-nominais, portanto, defendemos que eles são gerados abaixo de NP, em adjunção ao nome, diretamente na posição pós-nominal.

(20) a.



b.



O que apresentamos em (20a) acima é a estrutura de NPs contendo adjetivos pós-nominais, relacionais e qualificativos, sugerida para o PB com base na proposta de Espinal e McNally (2011) comentada anteriormente: sem número e sem determinante. Já vimos que os adjetivos pós-nominais ocorrem em NPs sem restrições, diferentemente dos adjetivos pré-nominais, o que indica que as projeções dos adjetivos relacionais e



qualificativos estão todas abaixo de NP. Em (20b), apresentamos como seria a estrutura do DP no caso dos adjetivos pós-nominais. A estrutura do DP contém definitude e número<sup>5</sup> na representação, mas não descartamos a possibilidade de outras projeções.

## Os adjetivos qualificativos pré-nominais e os determinantes

Defenderemos que os adjetivos pré-nominais podem ser de dois tipos – exclusivamente pré-nominais ou qualificativos pré-nominais. Os primeiros nos oferecem razões para estipularmos que são gerados numa posição mais alta que o nome; já os segundos, os qualificativos, como dissemos anteriormente, são gerados no campo pós-nominal, mas também podem ocorrer antepostos ao nome. Defenderemos que esses APs se movem para a posição pré-nominal se motivados pelo determinante, ou seja, ele é força motriz, desencadeadora do movimento do adjetivo.

Não há nenhum estudo sobre o PB que se debruce sobre essa mesma hipótese; mesmo nos trabalhos sobre outras línguas, por vertentes gerativistas ou não, encontramos poucas propostas que possam nos servir de base teórica.

Por outro lado, a intuição parece simples. Se levarmos em consideração que um DP definido é essencialmente anafórico<sup>6</sup>, não nos surpreenderemos com o fato de que um adjetivo pré-nominal antecedido por artigo definido seja em geral interpretado não-restritivamente, visto que a referência a um único indivíduo já está estabelecida pelo determinante, e não deve haver alternativas salientes. O mesmo não ocorre com um determinante indefinido, que não possui leitura anafórica e pode ser usado na introdução de um tema no discurso, ou quando há irrelevância de se apresentar o referente, ou mesmo quando há escolha livre do referente. Isso faz que a leitura restritiva, assim como a não-restritiva, seja possível para o adjetivo em DPs indefinidos. O exemplo

---

<sup>5</sup>Número, segundo proposta de Espinal e McNally (2011), não estaria presente em todos os DPs referenciais, diferentemente de definitude, como por exemplo em DPs com nomes de massa., mas optamos por apresentá-lo aqui para que fique claro em qual posição defendemos seu aparecimento no DP.

<sup>6</sup>Esta é uma visão geral, mas não um consenso. Ver, por exemplo, *Definite description processing in unrestricted text*, de Renata Vieira (1998).

(21) mostra que a leitura não-restritiva ou restritiva também depende de pressuposição no discurso familiar: conseguimos ter leitura não-restritiva em (21a) se houver familiaridade discursiva com o estereótipo dos contestatários como perigosos. Já (21b) não tem leitura não-restritiva, mas apenas restritiva. Isto porque no discurso familiar não há a informação compartilhada de que os contestatários são sempre pessoas brilhantes. O mesmo não ocorre com o determinante definido, como mostra (22). Com o artigo definido, não há leitura restritiva do adjetivo pré-nominal; a referência a um único indivíduo já está estabelecida pelo determinante, então não é possível que o adjetivo restrinja ainda mais o referente.

- (21) a. Eduardo é considerado pela mídia um perigoso contestatário.  
b. Eduardo é considerado pela mídia um brilhante contestatário.
- (22) a. O perigoso contestatário se chama Eduardo.  
b. O brilhante contestatário se chama Eduardo.

### Adjetivos qualificativos pré-nominais

Os adjetivos dessa classe podem ocorrer na posição pré-nominal quando se referem a uma propriedade de um indivíduo em particular. Em (23b), entende-se que o falante deve ter alguém em específico na sua mente, ainda que o ouvinte não seja capaz de identificar o referente. Em (24), não é possível imaginarmos que o falante esteja pensando em alguma ideia em particular, e assim o adjetivo pré-nominal não ocorre nestes contextos. Mas a forma como o adjetivo aparece, como um superlativo, evidencia que o adjetivo é um qualificativo e isso nos faz questionar por que a sentença não é boa.

- (23) a. Um advogado inteligentíssimo te chamará.  
b. Um inteligentíssimo advogado te chamará.
- (24) a. Me sugira uma ideia interessantíssima para o sábado à noite.  
b. #Me sugira uma interessantíssima ideia para o sábado à noite.

Na posição pós-nominal, o adjetivo *inteligentíssimo* em (23) significa que o falante tem um indivíduo em específico em mente, mas além disso é possível que o falante esteja se referindo a alguém

não-específico, ou seja, qualquer um que seja um advogado bem inteligente. Essas duas possibilidades ocorrem em (23a). Em (24), como o contexto não permite a interpretação de que há uma ideia em particular, o adjetivo só pode ocorrer na posição pós-nominal, em que há a possibilidade de o adjetivo ser interpretado de outra forma que não a específica. O que vemos é que não é possível um adjetivo qualificativo pós-nominal ser específico e não ocorrer na posição pré-nominal. O fato de o adjetivo poder ter a leitura específica nas duas posições evidencia que não se trata de dois adjetivos diferentes, mas do mesmo adjetivo movido.

Na seção seguinte, trataremos dos determinantes, suas limitações em contexto com adjetivos pré-nominais e os traços relevantes para a discussão. Isso se faz necessário dada a hipótese lançada neste trabalho: os determinantes oferecem condições para a ocorrência de adjetivos qualificativos pré-nominais.

## **Determinantes: definitude e especificidade**

Defenderemos que o principal traço que sempre pode ser observado nos determinantes é a definitude, que, segundo Ihsane e Puskás (2001), seria responsável por selecionar um objeto na classe de possíveis objetos. Visto dessa maneira, todos os determinantes possuem uma mesma origem, e o que os diferencia seria o traço [+/- definido]. Sobre seu *status* sintático-semântico, podemos dizer que cada determinante possui um papel substancial na leitura do DP.

Outra característica essencial para nossa discussão é a especificidade. Trata-se de uma noção semântico-pragmática que distingue diferentes interpretações de determinantes nos DPs. Carlson e Pelletier (1995) decidem chamar de DPs que se referem a um indivíduo particular de específicos e DPs que não se referem a um indivíduo particular de não-específicos – e neste caso, os determinantes não-específicos contribuem com conteúdo descritivo de sua asserção. Ihsane e Puskás (2001, p. 40) esclarecem que especificidade é relacionada a elementos pré-estabelecidos no discurso: o referente está ancorado em outro objeto do discurso. O que é decisivo na caracterização de especificidade não é o conhecimento ou a capacidade de identificar objetos, mas a intenção do falante em referir-se a um indivíduo determinado, independentemente de o ouvinte ser capaz de identificar o referente. Na literatura, essa distinção

envolve em especial os indefinidos, mas mostraremos que essa distinção também se estende aos definidos e nus.

Os determinantes que serão estudados neste trabalho são os artigos definidos *o/a*, os indefinidos *um/uma* e os nus de nominais singulares. No português, os artigos definidos podem expressar tanto a referência a um indivíduo quanto a um *kind*, ou uma espécie (como em (25b)). São [+definidos], mas podem ser específicos ou não<sup>7</sup>. Um exemplo de definido específico está presente em (25a) e de não-específico em (25c).

- (25) O estudante ganhará uma viagem a Argentina, o professor ao Canadá e o servidor ao Caribe.
- a. Um estudante em particular, familiar ao falante.
  - b. Todo o grupo de estudantes (denotação de espécie).
  - c. Um estudante que teremos condições de identificar após o término do concurso.

Outro exemplo pode ser visto em (26), que pode ter leitura específica, se estivermos, por exemplo, considerando o trem das 15h32min, ou não-específica, se considerarmos o primeiro que passou com o destino desejado pela Maria.

- (26) Maria pegou o trem.

Já o indefinido no PB pode ser um numeral e não fazer referência a um indivíduo em específico, ou pode ser alguém em específico, mas que o ouvinte não infere de quem se trata. Quando temos especificidade, o DP pode ser parafraseado por *um certo*, pois esse adjetivo marca leitura específica em indefinidos.

- (27) Um estudante colou na prova.
- a. Um (certo) estudante, que se chama João, colou na prova.
  - b. Um estudante, que eu ainda tenho que descobrir qual, colou na prova.

E finalmente, para falarmos sobre os nominais nus, retomaremos a discussão já iniciada sobre a distinção NP e DP. Relembrando a proposta de

<sup>7</sup>Os definidos não-específicos não são muito explorados pela literatura. Um trabalho que defende sua existência é o de Partee (1972).

Espinal e McNally (2011): NPs seriam nomes contáveis nus não especificados para número e definitude, ocorrem como objeto de uma reduzida classe de predicados relacionados com as estruturas *tem + NP*, e têm leitura de propriedade. Por serem incapazes de saturar o predicado, não se pode substituí-los por um pronome, visto que este indica uma descrição definida. Já os DPs nus podem ter leitura [-definida] específica (ver (28) e (29), em que o falante tem clara a sua referência) ou não-específica (conferir (30), em que não se pode dizer que haja uma entidade designada por *funcionário novo*).

(28) João viu menina bonita chorando na calçada.

(29) Eu conheci empresário que tava se ajudando.

(30) João está contratando funcionário novo.

Vimos então que DPs definidos, indefinidos e nus podem ser específicos ou não-específicos, portanto. Mas ainda é necessário deixar mais claro o papel da especificidade no DP, e é isto que faremos na próxima seção. Em seguida, apresentaremos uma proposta de aproximação do conceito de especificidade à categoria Tópico, uma ideia seguida por autores como Aboh *et al.* (2009) e Ihsane e Puskás (2001).

## DPs referenciais específicos e não-específicos

Os DPs não-específicos foram estudados, possivelmente pela primeira vez, por Fodor (1970). A autora mostra por que não se deve considerar que os DPs referenciais são essencialmente específicos. Trata-se de duas propriedades distintas: a referencialidade indica que há uma pessoa em particular, a especificidade indica que o falante sabe quem é o referente. Saber que há uma pessoa em particular não implica saber quem é esta pessoa. Em geral, assume-se que complementos de verbos existenciais exibem efeito de definitude, e por isso vamos nos restringir a essas sentenças neste momento.

(31) A Maria tem um primo que é astronauta.

No exemplo anterior, o falante pode saber que existe uma pessoa tal que a Maria é prima dessa pessoa e essa pessoa é astronauta. Isso

não quer dizer que o falante saiba que essa pessoa é o João, mesmo que o falante conheça o João. Nessa situação, o falante não pode proferir a seguinte sentença:

- (32) Tem um maravilhoso/atencioso/divertido/querido primo da Maria que é astronauta.

O adjetivo só pode ser prenominalizado se o falante souber quem é o referente em específico. Caso contrário, o adjetivo só poderá ser pós-nominal. No exemplo (33), o adjetivo pode ser pós-nominal porque a Maria disse que o primo é querido, e o falante reportou isto. Não é o julgamento do falante, e por isso o adjetivo não pode ser pré-nominal.

- (33) A Maria tem um primo querido que é astronauta.

Outro exemplo com DP indefinido pode ser conferido a seguir. Há duas leituras referenciais possíveis, uma em que há um casaco caro e é esse que a Maria vai comprar (leitura específica) e outra em que há casacos caros, e dentre estes, a Maria vai comprar um (leitura não-específica). (34b), com o adjetivo *maravilhoso* pós-nominal, pode ter ambas as leituras, diferentemente de (34c), que só pode ser específico<sup>8</sup>.

- (34) a. A Maria vai comprar um casaco caro.  
 b. A Maria vai comprar um casaco caro maravilhoso.  
 c. A Maria vai comprar um maravilhoso casaco caro.

O mesmo ocorre com determinantes nus, como mostram os próximos exemplos. Temos em (35a) uma sentença episódica, com DP existencial. O determinante é referencial, mas não necessariamente específico. Se específico, o adjetivo pode se mover para a posição pré-

<sup>8</sup>Em (34c), podemos ter uma leitura diferente do adjetivo pré-nominal se o falante considerar que todos os casacos caros são maravilhosos. Nesse caso, o adjetivo é um epíteto, ou seja, o adjetivo aponta uma característica comum a toda a classe formada por *casaco caro*. Não nos interessamos muito pelos epítetos neste trabalho, mas seria interessante estudar quais as motivações para um adjetivo qualificativo ter que ser obrigatoriamente pré-nominal quando epíteto. Eles apresentam certas semelhanças com alguns adjetivos exclusivamente pré-nominais, visto que possuem sempre leitura não-específica, assim como *mero*.

nominal. Se não, ele ainda pode ocupar a posição pós-nominal (neste caso, apenas com leitura subespecífica<sup>9</sup>).

- (35) a. A Maria comprou livro no shopping.  
b. A Maria comprou bom livro no shopping.  
c. A Maria comprou livro bom no shopping.

Outros exemplos podem ser conferidos a seguir, nos quais o determinante é referencial, mas pode ou não ser específico. O movimento do adjetivo para a posição pré-nominal só ocorre com leitura específica. Já na posição pós-nominal, a leitura do adjetivo pode ser específica ou subespecífica.

- (36) a. Naquele baú eu vi saia.  
b. Naquele baú eu vi saia linda pra você usar.  
c. Naquele baú eu vi linda saia pra você usar.

Sobre os definidos, Partee (1972) sugere que também existem DPs definidos não-específicos, mas estes não seriam referenciais. No exemplo a seguir, baseado no exemplo clássico de Donnellan (1966), temos duas interpretações, a primeira com leitura referencial, ou seja, o falante sabe quem é o referente no mundo para “o assassino de Lennon”, e a segunda com leitura atributiva, em que o falante entende que, quem quer que seja o assassino de Lennon, esta pessoa é insana.

- (37) O assassino de Lennon é insano.

Mas assim como Fodor (1970), defendemos que existem DPs definidos referenciais não-específicos, como mostra o exemplo (38), em que o DP se refere a uma pessoa em particular, mas o falante ainda não tem condições de identificá-lo. Nesse caso, como esperado, o adjetivo não

---

<sup>9</sup>Muitos autores, como Cinque (2010) postulam que a leitura do adjetivo pós-nominal seria não-específica. Não estamos de acordo; a intuição que temos é que a leitura não-específica ocorre quando o adjetivo não restringe de nenhum modo o nome que o acompanha. Esse seria o caso dos adjetivos epítetos. O termo subespecífico, foi utilizado por Bosque e Picallo (1996), e seguiremos o mesmo significado atribuído pelos autores ao termo: o adjetivo imediatamente seguinte ao nome denota uma classe maior do que aquele que o segue, que denota uma subclasse.

pode ser movido, visto que não há leitura específica, mas pode ocorrer posposto ao nome, com leitura subespecífica.

- (38) a. O professor mais votado ganhará um prêmio. (leitura não-específica)  
 b. \*O maravilhoso professor mais votado ganhará um prêmio.  
 c. O professor maravilhoso mais votado ganhará um prêmio.

Fica claro assim que os traços de definitude e especificidade podem não ocorrer ao mesmo tempo. Vejamos como pode se manifestar cada categoria na estrutura sintática.

## Relação entre especificidade e tópico

Exploramos nesta subseção as vantagens de se separar definitude e especificidade dos DPs em duas categorias distintas. A definitude estaria associada a Def, diretamente, e sempre é projetada. Já a especificidade surge em uma categoria mais baixa na estrutura. Assim, o objetivo desta subseção é apresentar argumentos para se postular uma posição de tópico dentro da estrutura DP que conteria especificidade. A ideia de postular um tópico dentro do DP tem por base o paralelismo que comumente se faz entre a estrutura da sentença e do DP<sup>10</sup>. Deve-se dizer que o DP é defectivo em relação às propriedades funcionais encontradas em uma sentença, ou seja, a comparação que se faz não resulta em uma categoria nominal para cada categorial verbal. Não surpreenderia, assim, se categorias como tópico (e também foco) não estivessem presentes em DPs de todas as línguas.

O tópico estabelece uma relação entre a proposição e um indivíduo do discurso – a proposição expressa pela sentença será sobre o indivíduo.

<sup>10</sup>A respeito disto, ver Abney (1987), Giusti (2006) e outros trabalhos subsequentes. Magalhães (2004, p. 161) resume a proposta de Abney da seguinte forma: “No DP, D é o núcleo que seleciona o NP como complemento do mesmo modo que o VP funciona como complemento para Infl. Temos assim uma relação argumento/predicado entre D e N no sintagma nominal e sujeito e verbo no sintagma verbal. Na sentença, os traços de número são interpretáveis no sujeito (argumento) e não interpretáveis no verbo (predicado). O mesmo acontece no DP: traços de número são interpretáveis no D (argumento de N) e não interpretáveis em N (predicado)”. Giusti, por sua vez, argumenta que a diferença entre as estrutura da sentença e do DP seria a noção de tempo, presente no primeiro, mas ausente no segundo. Para maiores detalhes, verificar os trabalhos dos autores citados.



Em geral, o tópico se refere a um indivíduo que possui certo grau de atuação efetiva no discurso. O tópico também é usado em construções em que há deslocamentos para certas posições estruturais (ABOH *et al.*, 2009, p. 4)

Sobre a presença da categoria ToP dentro do DP, Lambrecht (1994, p. 35, tradução nossa) afirma que “[...]os contrastes na estrutura de informação podem ser expressos, em princípio, dentro de qualquer domínio sintático que expresse uma relação predicado-argumento, como por exemplo dentro da estrutura nominal”<sup>11</sup>.

Alguns autores como Aboh *et al.* (2009) propõem posições de tópico e foco dentro de DP, de modo similar a Rizzi (1997). Aboh relembra alguns outros trabalhos relacionando movimento dos adjetivos a projeções funcionais como tópico ou foco. Siewierska e Uhlirova (1998, p. 134) afirmam que em polonês e em outras línguas eslavas o adjetivo qualificativo recebe uma leitura não-marcada na posição pré-nominal, e o posicionamento do adjetivo postposto ao nome indica foco contrastivo ou ênfase.

- (39) a. Piękna kobieta (polonês)  
       bonita mulher  
       b. Kobieta piękna  
       mulher bonita

Rijkhoff (1998) aponta que, em turco, o foco contrastivo ou enfático é obtido com o movimento do adjetivo para uma posição mais alta que a do artigo indefinido/cardinal *bir*. Sem foco, o adjetivo ocupa a posição entre o artigo e o nome.

- (40) a. Birbüyükev (turco)  
       Uma grande casa  
       b. Büyük bir ev  
       Grande uma casa

Em português, o adjetivo focalizado não pode ocupar a posição entre o DefP e o Nome, ao menos em DPs referenciais<sup>12</sup>. Defendemos que

<sup>11</sup>No original: “information structure contrasts may in principle be expressed within any syntactic domain which expresses a predicate-argument relation, for example within the noun phrase”.

<sup>12</sup>Aparentemente, quando há leitura quantificacional do DP indefinido, podemos ter

o DefP pode projetar TopP se houver especificidade do determinante, e nenhuma posição de foco é encontrada nesse mesmo ambiente. Como já dissemos, a comparação entre um DP e uma sentença não resulta em uma categoria nominal para cada categorial verbal, ou seja, o paralelismo não é perfeito, e ao menos em PB os adjetivos pré-nominais não oferecem argumentos para a postulação de uma projeção FocP em DPs referenciais. Os exemplos a seguir mostram adjetivos como *brutal* e *maravilhoso* recebendo foco contrastivo, o que torna o DP agramatical.

- (41) \*A BRUTAL agressão, não aquela que foi verbal.
- (42) \*O MARAVILHOSO livro de receitas, não aquele outro todo light.

Sobre foco, Giusti (1996) afirma que o italiano não possui essa posição focal dentro da estrutura DP<sup>13</sup>. Ou seja, os adjetivos descritivos pré-nominais do italiano são sempre tópicos.

- (43) a. \*i BIANCHI suoi capelli, non (quell) i neri  
os brancos seus cabelos, não aqueles negros  
b. \*i suoi BIANCHI capelli, no (quell) i neri

Já sobre o tópico, Giusti (1996) argumenta que alguns adjetivos pré-nominais do italiano se referem a conhecimento compartilhado, e por isso estariam em Tópico. Giusti descreve o comportamento dos adjetivos do italiano através dos seguintes exemplos. Em (44a), há tanto a interpretação de que todo o seu cabelo é branco ou somente alguns fios são brancos; esta segunda interpretação não está disponível em (44b). Já (44c) pode significar que a brancura do cabelo é uma informação compartilhada ou dada no discurso.

---

adjetivos pré-nominais focalizados. Importante mencionar que a leitura do adjetivo qualificativo pré-nominal nunca é específica nestes casos, mas subespecífica, uma leitura que não está disponível quando o DP é referencial.

(i) Se eu quiser contratar um excelente professor, terei que entrevistar muita gente.

(ii) Esta revista mostra como fazer uma incrível viagem sem estresse.

<sup>13</sup>Seria interessante verificar o que ocorre com os DPs quantitativos, dado o que apontamos na nota 12.

- (44) a. I suoi capelli bianchi  
os seus cabelos brancos  
b. I suoi bianchi capelli  
c. I bianchi, suoi capelli

A posição pré-nominal do adjetivo no italiano, descreve Giusti (1996), é mais favorável quando o adjetivo expressa uma propriedade prototípica do nome, ou seja, um epíteto, e quando o nome em si é maximamente especificado. Tanto em (44b) como em (44c), o adjetivo pré-nominal se refere a um conhecimento compartilhado no discurso.

A proposta de Giusti é que os adjetivos são gerados primeiramente em posição de especificador de uma projeção de concordância e depois se movem para SpecTopP.

- (45)  $[_{DP} \text{ Art } [_{\text{TopP}} \text{ AP}_j \text{ Top } [_{\text{AgrP}} \text{ Poss } [_{\text{AgrP}} \dots t_j \dots \dots [_{\text{AgrP}} \text{ N}_i \text{ } [\dots t_i]]]]]]]$

Sobre a aplicação desta proposta ao PB, já argumentamos contra a geração destes adjetivos numa posição mais alta que a do nome, e por conta disso, ela não será utilizada neste trabalho.

Ainda sobre TopP, Ihsane e Puskás (2001) também argumentam que o núcleo Top é caracterizado pelo traço [+específico]. Os autores não adotam um sistema de traços binários, ou seja, não adotam que essa projeção também possa validar traços [-específicos]. Argumentam que não é o caso que um sintagma possa ser relacionado ao discurso ou banido do discurso, mas sim que um não tópico simplesmente não contém conexão relevante com o discurso.

Especificidade [...] não parece se encaixar tão diretamente em um sistema binário. [...]: elementos podem ser específicos, e nesse caso eles são relacionados ao discurso; nos outros casos, eles são não-específicos, o que significa que eles não são relacionados ao discurso, em um sentido subespecífico. Essa assimetria nos dois traços levanta a questão da realização sintática dos traços relevantes<sup>14</sup>. (IHSANE; PUSKÁS, 2001, p. 42, tradução nossa).

<sup>14</sup>No original: “Specificity [...] does not seem to fit so directly into a binary system [...]: elements may be specific, in which case they are related to the discourse; otherwise,



Top (para a interpretação de que era um filósofo que é inteligente, mas não se sabe exatamente quem seria essa pessoa).

Vale dizer, por fim, que em (47) estamos incluindo somente as projeções que são relevantes para a proposta, o que não anularia a possibilidade de se incluir outras categorias que possam se aplicar ao DP.

## **Interação determinante e adjetivo**

Este trabalho tem como uma das hipóteses que o movimento do adjetivo ocorre quando o determinante que encabeça o DP oferece um lugar de pouso adequado para o adjetivo. Esta subseção tem como objetivo avançar nessa discussão apresentando como se dá a interação do determinante com o adjetivo pré-nominal.

Vejam agora os resultados que encontramos quando controlamos as características do determinante e as propriedades dos adjetivos pré-nominais.

Os exemplos a seguir mostram que os adjetivos exclusivamente pré-nominais podem ocorrer tanto com DPs específicos quanto não-específicos. Ainda que mais comumente os encontramos antecidos por artigo indefinido, sintática e semanticamente não há impedimentos para a ocorrência desses adjetivos também com o definido ou o nu. Ou seja, além de aceitarem a combinação com determinantes contendo o traço [+/- definitude], esses adjetivos também podem ser específicos ou não-específicos/subespecíficos.

- (48) Um grande amigo da Maria já foi piloto de caça. (é referencial, mas pode não ser específica/subespecífica)
- (49) Uma mera/simples discussão surgiu e ele já queria desistir de tudo. (referencial específica ou não-específica/subespecífica)
- (50) Tem um mero/suposto/pobre/grande concorrente se matando de estudar agora mesmo. (referencial específica ou não-específica/subespecífica)

Os qualificativos, por sua vez, só podem ocorrer na posição pré-nominal se o determinante que encabeça o DP for específico (em DPs referenciais). Quanto aos traços de definitude, esses adjetivos não

apresentam restrições na combinação. Em (51), o indefinido pode ser interpretado como específico ou não-específico. (51b) mostra que as duas interpretações do indefinido seguem válidas com o adjetivo posposto ao nome. (51c) mostra que o movimento do AP para a posição pré-nominal só ocorre quando o determinante tem leitura exclusivamente específica, seja [+ definida] ou [-definida]. O qualificativo pré-nominal não ocorre quando o indefinido é interpretado com outra leitura. (52) oferece mais dados para que se mantenham estas asserções: o adjetivo pós-nominal se combina com indefinidos específicos ou não-específicos (ou seja, a estrutura poderá ser (47a) ou (47b)), mas quando o adjetivo se move para a posição pré-nominal, este terá somente leitura específica, e a estrutura correspondente seria apenas (47a).

- (51) a. Um professor foi premiado. – leitura específica ou não-específica  
b. Um professor maravilhoso foi premiado. – específica ou não-específica  
c. Um maravilhoso professor foi premiado. – leitura específica
- (52) a. Eu falei com um filósofo.  
b. Eu falei com um filósofo famoso.  
c. Eu falei com um famoso filósofo.

Com os definidos não-específicos, vemos que também não há ocorrência de adjetivos qualificativos pré-nominais. Se no exemplo (53a) abaixo estivermos considerando que ainda não ocorreu a votação e que ainda não sabemos qual será o professor mais votado, o determinante não será específico, e a previsão de que neste caso não poderá ocorrer um adjetivo qualificativo pré-nominal é correta. Por sua vez, se imaginarmos que a votação já cessou e o falante sabe quem é especificamente o vencedor, o determinante definido será específico e o adjetivo poderá se mover para a posição pré-nominal.

- (53) a. O professor mais votado ganhará um prêmio. (leitura não-específica)  
b. \*O maravilhoso professor mais votado ganhará um prêmio.  
c. O professor maravilhoso mais votado ganhará um prêmio.

- (54) a. O professor mais votado ganhou um prêmio. (leitura específica)  
 b. O maravilhoso professor mais votado ganhou um prêmio.

Os DPs nus também só permitem o aparecimento de adjetivos pré-nominais quando o determinante tem leitura específica. A leitura do DP em (55) deve ser específica, e por isso o adjetivo pode subir para a posição pré-nominal. Em (56), temos as duas possibilidades de leitura quando o adjetivo não está presente. Mas como mostra (56b), o adjetivo qualificativo pré-nominal só ocorre quando a leitura do determinante nu e do adjetivo é específica (considerando que nem todo peixe preparado é delicioso). Já em (57), temos obrigatoriamente uma leitura não-específica/subespecífica do indefinido. Neste caso, o XP que contém o adjetivo qualificativo não poderá se mover para a posição pré-nominal.

- (55) a. Professor salvou família de moradores da Tijuca. (leitura específica)  
 b. Maravilhoso professor salvou família de moradores da Tijuca.  
 (56) a. João está preparando peixe. (específica ou não-específica)  
 b. João está preparando delicioso peixe para a janta. (específica)  
 (57) a. Caroline viu policial em todo canto da praça. (não-específica)  
 b. \*Caroline viu charmoso policial em todo canto da praça.  
 c. Caroline viu policial charmoso em todo canto da praça.

Já está claro que os adjetivos qualificativos ocorrem em posição anteposta ao nome quando o determinante tem leitura específica, apenas<sup>15</sup>. Nesse caso, os adjetivos também terão leitura específica. Os

<sup>15</sup>As generalizações apresentadas acima parecem esbarrar em DPs envolvendo *kinds*. Esses DPs não podem ser específicos, o que nos faria pensar que esses DPs não aceitariam adjetivos qualificativos pré-nominais. No entanto, os exemplos abaixo mostram que adjetivos como *inteligente* e *desdentado* podem ocorrer na posição pré-nominal, nesses casos. Esses dados abrem uma discussão bastante interessante. Por um lado, esses adjetivos não podem ocorrer na posição pós-nominal nesses contextos, posição em que os qualificativos são gerados.

- (i) O inteligente golfinho tem um focinho alongado formando um bico.  
 (ii) O desdentado tamanduá tem língua longa e pegajosa.

exclusivamente pré-nominais, por sua vez, não apresentam nenhum tipo de interação com o determinante.

Diante do que foi exposto, é de se esperar que os qualificativos pós-nominais sejam selecionados apenas pelo nome com o qual se concatenam, mas não pelo determinante que encabeça a estrutura. De modo geral isto é ratificado pelos dados, mas há alguns exemplos que devem ser discutidos, e que serão apresentados a seguir.

## **Há relação entre determinantes e adjetivos qualificativos pós-nominais?**

Argumentamos que os adjetivos qualificativos são gerados no campo pós-nominal. Postulamos que o movimento desses adjetivos para a posição pré-nominal ocorre somente se o determinante oferecer as condições necessárias para o movimento. Isso nos faz esperar que os determinantes não sejam selecionadores dos adjetivos qualificativos pós-nominais. Mas veremos que há alguns casos discutíveis.

Um dado problemático para esta proposta é apresentado por Demonte (1999, p. 65): em (58) temos um adjetivo qualificativo que não ocorre com naturalidade na posição pós-nominal (só quando há leitura de contraste) mas ocorre na pré-nominal quando o DP em questão é encabeçado por um definido. Com o determinante indefinido, esses adjetivos são possíveis tanto em posição pré quanto em posição pós-nominal, ainda que não haja contraste.

---

(iii) O golfinho inteligente tem um focinho alongado formando um bico.

(iv) O tamanduá desdentado tem língua longa e pegajosa.

Em (iii), o nome perde a leitura de *kind* e se torna de um indivíduos e o adjetivo ocupar a posição pós-nominal. (iv) não seria pronunciada por um falante que tenha conhecimento do fato de que não existem tamanduás com dentes.

Vamos defender que a restrição não é linguística: esses adjetivos são qualificativos e o não aparecimento do qualificativo em posição pós-nominal de DPs *kinds* deve à natureza restritiva da posição pós-nominal, que forçaria uma leitura de *subkind*, indesejada pelo falante que tem conhecimento de mundo e sabe sobre a falta de *subkinds* quando o DP em questão envolve esses nomes e adjetivos citados. Esses DPs não são referenciais, o que nos garante que o comportamento diferenciado dos exemplos supracitados contendo nomes *kinds* não afeta a proposta que estamos apresentando. Esse ponto está em aberto para pesquisas futuras.



- (58) a. \*Colocou o chapéu horrível/belíssimo/maravilhoso.  
b. Colocou o horrível/belíssimo/maravilhoso chapéu.
- (59) a. Colocou um chapéu horrível/belíssimo/maravilhoso.  
b. Colocou um horrível/belíssimo/maravilhoso chapéu.

Uma evidência de que esses adjetivos pós-nominais não estão sendo influenciados pelo determinante encontra-se nos exemplos que seguem, em que a presença de outro adjetivo pós-nominal legitima a presença do elativo pós-nominal em DP definido sem que a leitura de contraste seja obrigatória (cf (60)). Outra opção seria a presença de uma relativa, como em (61).

- (60) Colocou o chapéu roxo belíssimo.
- (61) Colocou o chapéu horrível que ganhou do irmão.

Leonetti (1999), que também discute a questão, aponta que muitos dos adjetivos qualificativos que bloqueiam o uso do definido em favor do indefinido são predicados factivos: os fatos que se apresentam como pressupostos são predicados que denotam juízos ou reações psicológicas, ou seja, que são voltados ao falante. O autor aponta que isto ocorre provavelmente porque o conteúdo semântico desses adjetivos enfáticos não os permite atuar como elementos restritivos e contribuir com a fixação do referente quando na ausência de outros modificadores. O mesmo é esperado, portanto, com outros adjetivos enfáticos, que só ocorrem com definidos se houver leitura contrastiva do adjetivo.

- (62) João ficou lá motivando \*o/um jogador incrível.
- (63) Ela viu \*o/um espetáculo magnífico.
- (64) Protagonizou \*o/um episódio absurdo/surpreendente/emocionante/inesperado.

Mas a presença de mais material modificador também legitima o uso desses adjetivos com o determinante definido.

- (65) O espetáculo magnífico que a Maria me recomendou ver.

- (66) Protagonizou o episódio absurdo/surpreendente/emocionante/inesperado narrado pela Maria.

O uso de um advérbio de grau também faz supor que o falante registre sua opinião com o uso do adjetivo, e nestes casos a concatenação (*merge*) com determinante definido também é incompatível com nome e adjetivo qualificativo pós-nominal, pelas mesmas razões apontadas acima. Novamente o uso de mais material na posição posposta ao adjetivo qualificativo legitima a presença do adjetivo modificado.

- (67) a. \*o/um café bastante doce  
b. O café bastante doce feito pela Maria
- (68) a. \*a/uma novela muito ruim  
b. A novela muito ruim que a Maria insiste em ver

Exploraremos a seguir uma proposta de movimento destes adjetivos da posição pós-nominal para a pré-nominal somente quando o determinante possui traço [+específico], ou seja, quando há projeção TopP marcando a especificidade. Essa projeção poderá receber o AP movido, pois ambos são marcados como [+específico].

## Proposta de estrutura

O que motiva o movimento do AP<sub>qualificativo</sub> é o traço [+específico], um traço que todos os determinantes em questão podem ter. Em contextos em que o DP indefinido é ambíguo, e pode conter tanto leitura específica quanto não-específica, a presença de um adjetivo qualificativo pré-nominal só ocorre quando o falante está considerando somente a leitura específica do determinante. Na posição pós-nominal, o adjetivo não força nenhuma leitura em especial do determinante. Picallo (1994) e Bosque (2001) mencionam que os adjetivos pré-nominais forçam a leitura específica do indefinido<sup>16</sup>. Ou seja, os autores defendem que o

<sup>16</sup>O espanhol apresenta uma evidência adicional de que os pré-nominais devem ter leitura específica.

- (i) Busco (a) un actor famoso  
(ii) Busco \*(a) un famoso actor

adjetivo é capaz de cancelar uma das leituras do determinante indefinido. O que estamos argumentando é ligeiramente diferente: dizemos que o AP qualificativo é incapaz de mover-se se o determinante não for específico, isto é, se não a categoria Tópico não for projetada. Mas se houver Tópico projetado, o adjetivo poderá ter leitura específica quer esteja na posição pré-nominal quer esteja na pós-nominal. O movimento não é obrigatório, visto que os adjetivos pós-nominais também podem ser específicos. O movimento do adjetivo só pode ocorrer se os traços do determinante e do adjetivo forem igualmente [+específico].

Reforçamos que não cabe uma teoria em que o movimento do adjetivo seja obrigatório. A possibilidade do movimento sim, esta é licenciada pela sintaxe, deve-se reforçar. A maleabilidade no posicionamento do adjetivo não deve ser vista como um enfraquecimento da sintaxe, visto que esta predetermina quando pode ou não ocorrer esse movimento.

Se Tópico é projetado sempre que o determinante tem leitura específica, podemos dizer que um adjetivo pós-nominal específico tem como checar seus traços de especificidade por *Agree*, visto que a projeção que contém especificidade (TopP) está disponível<sup>17</sup>.

Partiremos de (47), retomado como (69) para discutirmos qual seria a estrutura que melhor explica os dados. O determinante da estrutura abaixo pode ser [+/- definido]. Independentemente do valor do traço, este estará marcado no núcleo Def. Essa estrutura também é compatível com um DP específico, visto que há uma projeção de Tópico proposta. Essa projeção viabiliza a subida do adjetivo, que encontra em TopP um lugar de pouso que também possui traço [+específico]. Em outras palavras, quando o D traz o traço [+específico], a categoria Top é projetada. Quando não há especificidade no DP, TopP não é projetado, o que garante que não haja problemas conhecidos na literatura como *look ahead*, ou seja, a

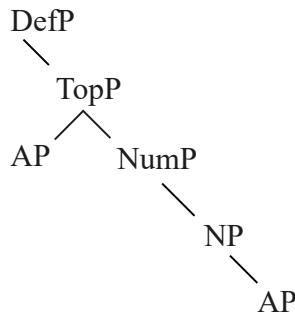
---

Quando específico, o objeto direto animado deve ser precedido da preposição *a*. Na posição pós-nominal, por sua vez, o adjetivo pode ter leitura não-específica, o que legitima a opcionalidade de uso da preposição em (i).

<sup>17</sup>Roberts (2007) aponta que a checagem por *Agree*, em contrapartida ao movimento, é uma tendência no percurso diacrônico das línguas, visto que checar é mais econômico que mover. Não podemos dizer, contudo, que está havendo uma mudança da posição dos qualificativos sem que se faça um estudo específico sobre esse ponto.

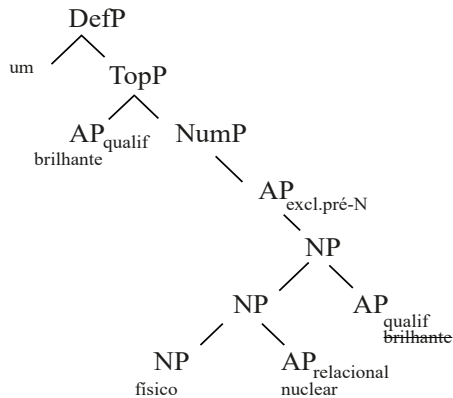
falta da projeção de Tópico quando o DP não é específico garante que o adjetivo não se moverá se não for específico. Nossa proposta está de acordo com Aboh (2009) no que tange à possibilidade de projeções de Tópico dentro do DP, está de acordo com Giusti (1996), que defende que os adjetivos pré-nominais em italiano são topicalizados, e de acordo com Ihsane e Puskás (2001), que defende que a categoria Tópico é sempre [+específico].

(69)



(70) a. Um brilhante físico nuclear

b.



## Evidências de movimento por especificidade em diversas línguas

Uma questão que nos colocamos é se *há algum outro tipo de evidência independente mostrando que elementos portando o traço [+específico] desencadeiam movimento*. Abaixo, apresentaremos três evidências que demonstram movimentos motivados por especificidade em outros contextos do PB e também de outras línguas.

A primeira evidência é apresentada por Ihsane e Puskás (2001), que mostram que em *húngaro* o DP *definido pós-verbal em exemplos como (71)* tem leitura preferencialmente não-específica, mas na posição pré-verbal o DP é obrigatoriamente específico quando ocupa a posição de tópico.

- (71) a. Anna lemaradt a vonatrol. (preferencialmente não-específico)  
 Anna perdeu o trem.  
 b. A vonatrolleamaradt Anna. (específico)  
 O trem, a Anna perdeu.

Ihsane e Puskás (2001) defendem que o DP *o trem* foi fronteado em (71b) para a projeção Top, e o fato de o *Húngaro* não poder frontear DPs que trazem informação nova evidencia esta análise – lembrando que Tópico é relacionado a informação velha. Os autores assumem que o DP em (71b) é específico, e isto o habilita a ser licenciado na projeção de Tópico frasal em *Húngaro*. Também comentam que isto é independente dos traços de definitude do DP.

A segunda evidência é mencionada por Mathieu (2009), que remete aos trabalhos de Holmberg (1999) e Chomsky (2001). Em *norueguês* e *sueco*, a mudança da ordem dos objetos está correlacionada à interpretação específica. Objetos não-específicos nunca mudam de posicionamento em nenhuma língua escandinava. Holmberg propõe que a mudança de ordem dos objetos está correlacionada ao movimento do verbo para Tópico. O exemplo a seguir, em *Sueco*, é apresentado por Holmberg (1999, p. 1).

- (72) a. Jag kysste **henne**inte [<sub>VP</sub> t<sub>v</sub> t<sub>o</sub>]  
 Eu beijei ela não  
 b. (\*)Jag kysste inte henne.  
 Eu beijei não ela.

(73) a. \*Jag har**henne**inte [<sub>VP</sub>kysst t<sub>o</sub>]

Eu tinha ela não beijado

b. Jag harintekyssthenne.

Eu tinha não beijado ela.

(74) a. \*...att jag **henne**inte [<sub>VP</sub>kysste t<sub>o</sub>]

Que eu ela não beijei

b. attjagintekysstehenne.

Que eu não beijei ela.

O autor mostra com os exemplos acima que se o verbo não pode se mover – porque o verbo auxiliar bloqueia a subida do verbo principal, no caso de (73a), ou porque não há movimento de verbo em sentenças encaixadas no Sueco, como mostra (74a) –, não há deslocamento do objeto. Holmberg postula que em (72a) temos subida do pronome fraco relacionada a movimento do verbo de V – para I – para C, o que resulta em topicalização do verbo.

A terceira evidência é apresentada por Den Dikken (2006, p. 91) para o inglês. As inversões de predicado em sentenças copulares só são permitidas em sentenças equativas ou especificacionais. O predicado pode ocupar a posição mais alta quando for uma pseudoclivada específica. Mas o caso mais interessante ocorre com inversão locativa (ver (77)), pois neste caso a inversão é obrigatória.

(75) a. Brian is an excellent doctor.

O Brian é um excelente médico.

b. An excellent doctor is Brian.

Um excelente medico é o Brian.

(76) a. The Vietnam War and the Gulf War are examples of this.

A Guerra do Vietnã e a Guerra do Golfo são exemplos disso.

b. Examples of this are the Vietnam War and the Gulf War.

Exemplos disso são a Guerra do Vietnã e a Guerra do Golfo.

(77) a. \*Imogen expects on this wall to be hung a portrait of Brian.

Imogen espera nesta parede que seja pendurado o retrato de Brian.

b. On this wall Imogen expects to be hung a portrait of Brian.

Nesta parede, Imogen espera que seja pendurado o retrato de Brian.

Den Dikken (2006, p. 98, tradução nossa) aponta que “a Inversão Locativa dentro de uma sentença infinitiva é possível somente se o PP locativo aparecer em uma posição de tópico na sentença matriz”<sup>18</sup>.

Isto mostra que especificidade desencadeia movimento de várias categorias, não somente de adjetivos.

## Conclusões

Defendemos neste trabalho que os adjetivos qualificativos pré-nominais provêm de movimento de uma posição mais baixa que o nome, à direita de N, para a posição pré-nominal. Defendemos que seu movimento é motivado pelo determinante. Mostramos que, quando o DP é referencial, o determinante será concatenado numa posição de definitude. E se específico, DefP projetará TopP, uma projeção relacionada à especificidade por muitos autores, como Ihsane e Puskás (2001), entre outros. Essa projeção de tópico oferecerá um lugar de pouso para os adjetivos qualificativos, que, se movidos, só poderão ter leitura específica, pois a projeção de tópico não carrega traços de não-especificidade. Defendemos que se Def é específico, ele projeta ToP; caso contrário, não há projeção alguma relacionada à não-especificidade. Isso nos garante que o adjetivo não se moverá se não tiver leitura específica, o que capta a intuição trazida pelos dados.

## Referências

- ABNEY, S. P. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1987.
- ABOH, E. *et al.* DP internal information structure: some introductory remarks. *Lingua*, p. 782-801, 2009.
- BERNSTEIN, J. *Topics in the syntax of nominal structure across romance*. PhD Dissertation. New York: CUNY, 1993.
- BHATT, R.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Object Shift and Specificity: Evidence from ko-phrases in Hindu. In: DOBRIN, *et al.* *Papers from the main session of CLS 32*. 1996.

<sup>18</sup>No original: “Locative Inversion within the infinitival clause is possible only if the locative PP does not actually surface there but instead shows up in topic position in the matrix clause”.

BORGES NETO, J. O adjetivo e a construção do sintagma nominal: alguns problemas. *Letras*, Curitiba, n. 34, p. 28-38, 1995.

BORIK, O.; ESPINAL, M. T. *Reference to kinds: definiteness and number*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2013.

BOSQUE, I. Sobre las diferencias entre los adjetivos relacionales y los calificativos. *Revista Argentina de Linguistic*, v. 9, n. 1-2, p. 9-48, 1993.

\_\_\_\_\_. Adjective position and the interpretation of indefinites. In: GUTIERREZ-REXACH, J.; SILVA-VILLAR, L. (Ed.). *Current issues in Spanish Syntax and Semantics*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2001.

BOSQUE, I.; PICALLO, C. Postnominal adjectives in SpanishDPs. *Linguistics*, v. 32, p. 349-385, 1996.

CARLSON, G.; PELLETIER, F. (Eds.). *The generic book*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

CHOMSKY, N. Derivation by Phases. In: KENSTOWICZ, M. (Ed). *Ken Hale: a life in Language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001. p. 1-52.

CINQUE, G. *Types of A' dependencies*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

\_\_\_\_\_. On the Evidence for partial N-movement in the Romance DP. 1993. Disponível em: <<http://arcaold.unive.it/bitstream/10278/408/1/3.2.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

\_\_\_\_\_. *The syntax of adjectives: a comparative study*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2010.

CORNILESCU, A.; DINU, A. Adjectives and specificity. *RRL*, București, v. LVIII, n. 4, p. 455-480, 2013.

CRISMA, P. *Functional categories inside the noun phrase: a study on the distribution of nominal modifiers*. Tese. University of Venice. 1990.

\_\_\_\_\_. On adjective placement in romance and germanic event nominals. 1993. Disponível em: <<http://arcaold.unive.it/bitstream/10278/410/1/3.4.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

\_\_\_\_\_. On the configurational nature of adjectival modification, 1996. In: ZAGONA, K. (Ed.). *Grammatical Theory and Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.



CYRINO, S.; ESPINAL, M. T. Bare nominals in BP: more on the DP/NP analysis. *Natural Language and Linguistic Theory*, set. 2014.

DEMONTÉ, V. A minimal account of Spanish Adjective position and interpretation. In: FRANCO, J. A.; LANDA, A.; MARTIN, J. (Eds.). *Grammatical analyses in Basque and Romance Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

\_\_\_\_\_. Meaning-form correlations and adjective position in Spanish. In: MCNALLY, L.; KENNEDY, C. *Adjectives and adverbs*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 71-100.

DEN DIKKEN, Marcel. Relators and Linkers: The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas. *Linguistic Inquiry* 47. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge: MIT Press, 1992.

DONNELLAN, Keith. Reference and definite descriptions. *The Philosophical Review*, v. 75, n. 3, p. 281-304, 1966.

ENC, M. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991.

ERNST, Thomas. *The Syntax of Adjuncts*. Cambridge University Press: Cambridge, 2004.

ESPINAL, M. T.; MCNALLY, L. Bare nominals and incorporating verbs in Catalan and Spanish. *Journal of Linguistics*, 47, p. 87-128. 2011.

FODOR, Janet. *The Linguistic Description of Opaque Context*. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology. 1970.

FODOR, J.; SAG, I. Referential and quantificational indefinites. *Linguistic and Philosophy*, p. 355-398, 1982.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. The syntax of noun phrase: configuration, parameters and empty categories. *Studies in Language*, v. 16, n. 1, p. 201-205, 1992.

GIUSTI, G. Is there a FocusP and a TopicP in the noun phrase structure? *Working Papers in Linguistics*, v. 6, n. 2, p. 105-128, 1996.

\_\_\_\_\_. Parallels in clausal and nominal periphery. In: FRASCARELLI, M. (Ed.) *Phases of Interpretation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 163-184.

HOLMBERG, A. Remarks on Holmberg's Generalization. *Studia Linguistica*, v. 53, p. 1-39, 1999.

IHSANE, T.; PUSKÁS, G. Specific is not definite. *Generative Grammar in Geneva*, v. 2, p. 39-54, 2001.

KATO, M. A sequência Adj+N em português e o princípio da harmonia transcategorial. *Letras&Letras*, v. 4, n. 1-2, p. 205-13, 1988.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LEMLE, M. A ordem dos adjetivos no sintagma nominal inglês: implicações para a teoria gramatical. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 3., 1979, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 1979.

LEONETTI, M. El artículo. In: BOSQUE, I; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. p. 787-890.

\_\_\_\_\_. Remarks on focus structure and non-specificity. In: ESPINAL, M. T.; LEONETTI, M.; MCNALLY, L. (Eds.). *Proceedings of the IV NEREUS International Workshop "Definiteness and the DP Structure in Romance Languages"*. Konstanz: Universität Konstanz, 2009.

LONGOBARDI, G. Reference and proper names: A theory of N-Movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. 4, p. 609-665, out. 1994.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MATHIEU, E. From local blocking to Cyclic Agree: the role and meaning of determiners in the history of French. In: GHOMESHI, J.; PAUL, I.; WILTSCHKO, M. (Eds.). *Determiners: Universals and variation*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 123-158.

MCNALLY, L.; BOLEDA, G. Relational adjectives as properties of kinds. In: BONAMI, O.; HOFHERR, P. C. (Eds.). *Empirical Issues in Syntax and Semantics 5*, p. 179-196, 2004. Disponível em: <<http://www.semanticsarchive.net/Archive/jU4MWYwZ/mcnally-boleda.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

MAGALHÃES, T. M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2004. p. 149-170.

MULLER, A.; NEGRÃO, E.; NUNES-PEMBERTON, G. Adjetivos no português do Brasil: predicados, argumentos ou quantificadores?

In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos. v. III. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 317-344.

PARTEE, B. Opacity, coreference, and pronouns. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Eds.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel, 1972. p. 415-441.

\_\_\_\_\_. Privative adjectives: subsective plus coercion. 2010. Disponível em: <<http://people.umass.edu/partee/docs/ParteeInPressKampFest.pdf>>. Acesso em: 2014.

PICALLO, C. *A mark of specificity in indefinite nominal*. 1994. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/cwpil/1132256Xv4n1p143.pdf>>. Acesso em: 2014.

RIJKHOFF, J. Order in the noun phrase of the languages of Europe. In: SIEWIERSKA, A. (Ed.). *Constituent order in the languages of Europe*. Berlin; New York: Gruyter, 1998. p. 321-382.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

ROBERTS, I. *Diachronic Syntax*. Oxford Textbooks in Linguistics. New York: Oxford University Press, 2007.

SIEWIERSKA, A.; UHLIROVA, L. An overview of word order in Slavic languages. In: SIEWIERSKA, A. (Ed.). *Constituent Order in the Languages of Europe*. Berlin; New York: De Gruyter, 1998. p. 105-149.

VON HEUSINGER, K. Specificity and definiteness in sentence and discourse structure. *Journal of Semantics*, 19, p. 254-274, 2002. Disponível em: <<http://germanistischelinguistik.phil-fak.uni-koeln.de/kvh/pub/pub02/SpecDefSenDisStr/02SpecDef.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Specificity. In: VON HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (Eds.). *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. v. 2. Berlin; Boston: De Gruyter, 2011.

## A posição dos advérbios focalizadores na hierarquia universal

### *The position of focusing adverbs in the universal hierarchy*

Aquiles Tescari Neto

UNICAMP

tescari@iel.unicamp.br

**Resumo:** Apesar de sua abrangência empírica e conceitual, a hierarquia universal de Cinque (1999) não contempla posições para AdvPs focalizadores de diferentes classes (semânticas). A literatura linguística geral (QUIRK *et al.*, 1976; RICCA, 1999; ADORNO, 2000; CESARE, 2010; entre outros) reconhece pelo menos as seguintes classes de advérbios focalizadores: (a) de exclusão (*somente*), (b) aditivos não escalares (*também*), (c) aditivos escalares (*até*), (d) de inclusão (*inclusive*) e (e) particularizadores (*principalmente*). Diante desse quadro, a pergunta que se faz, assumindo-se a vertente cartográfica da Teoria de Princípios e Parâmetros, é: “Qual/quais a(s) posição(posições) que essas diferentes classes (semânticas) de advérbios focalizadores ocupariam em termos de hierarquias?”. O trabalho procura responder a essa pergunta assumindo, com o Programa Cartográfico, que cada uma dessas diferentes classes teria uma posição distinta de Soldagem (*merge*), seguindo o princípio do “*One Feature, One Head*” (um traço, um núcleo) (KAYNE, 2005). Com base em testes de transitividade envolvendo dois advérbios focalizadores de cada vez, aplicados a dados do português brasileiro e do espanhol, este trabalho propõe uma hierarquia para as cinco classes de AdvPs focalizadores citados, estabelecendo também a posição de cada focalizador específico em relação aos outros advérbios da hierarquia de Cinque.

**Palavras-chave:** advérbios focalizadores; advérbios altos; hierarquia universal; cartografia; sintaxe gerativa.

**Abstract:** In spite of its empirical and conceptual scope, Cinque's (1999) universal hierarchy does not include dedicated positions for focusing AdvPs of different (semantic) classes. The general Linguistics literature (QUIRK *et al.*, 1976; RICCA, 1999; ADORNO, 2000; CESARE, 2010; among others) recognizes at least the following classes of focusing adverbs: (a) exclusive adverbs (*only*) (b) non-scalar additives (*also*), (c) scalar additives (*even*), (d) inclusion adverbs (*including*) and (e) particularizers (*mainly*). Given this acknowledgment, one should ask, assuming the cartographic point of view regarding the Theory of Principles and Parameters, which position(s) these different (semantic) classes of focusing adverbs would occupy in terms of functional hierarchies. The study attempts to answer this question by assuming, with the Cartography Program, that each different class of focusing adverb would have a distinct position of Merge, in accordance with the "One Feature, One Head" principle (KAYNE, 2005). Based on transitivity tests involving two focusing adverbs in the same sentence in two possible orders, applied to Brazilian Portuguese and American Spanish data, this paper proposes a hierarchy for the five classes of the mentioned focusing AdvPs, also establishing the position of each focusing adverb regarding the other adverbs in Cinque's hierarchy.

**Keywords:** focusing adverbs; high adverbs; universal hierarchy; cartography; generative syntax.

Recebido em 06 de julho de 2015.

Aprovado em 04 de dezembro de 2015.

## Considerações iniciais

Embora a focalização por advérbios tenha sido objeto de estudo em Sintaxe Gerativa (pelo menos) desde Chomsky (1971) (cf. BAYER, 1990, 1996; LONGOBARDI, 1992; ZUBIZARRETA, 1998, KAYNE 1998; LIMA, 2006; KRIFKA, 2007; AMBAR, 2008; SHU, 2011; MUNARO, 2011), nenhuma das propostas anteriormente citadas se propôs a estabelecer a posição que advérbios associados ao foco – tradicionalmente denominados de “advérbios focalizadores”, que formam um grupo com cerca de cinco classes semanticamente distintas (p. ex., *só* e *até*) – ocupariam numa hierarquia de advérbios (como a de Cinque, 1999, por exemplo). Com os avanços recentes do “Programa Cartográfico”, essa investigação torna-se necessária por duas razões. Primeiro, em virtude do objetivo geral desse programa, que busca fornecer um mapeamento o mais detalhado possível da estrutura da oração e dos seus sintagmas principais (CINQUE, 2002, 2006; CINQUE; RIZZI, 2010; BENINCÁ; MUNARO, 2011). Segundo, em função da premissa segundo a qual cada categoria sintática teria uma posição rígida e fixa nas hierarquias, conforme prevê o princípio do “*One Feature, One Head*” (“um traço, um núcleo”), de Kayne (2005), que é o ponto de partida de toda pesquisa em Sintaxe Cartográfica (CINQUE; RIZZI, 2010). Apesar da sua abrangência empírica, o trabalho de Cinque (1999) não contemplou os modificadores ditos focalizadores do tipo de *só*, *somente* (e seus correspondentes nas diferentes línguas), *até*, *até mesmo*, e outras subclasses desses advérbios que se associam ao foco.

Assumindo que o Programa Cartográfico esteja no caminho correto e que a assunção do princípio do “*One Feature, One Head*” (KAYNE, 2005) se revela como opção teórico-conceitual adequada, espera-se que não só os AdvPs estudados por Cinque (1999) – que perfazem cerca de trinta classes semânticas – se ordenem *rigidamente*, i.e., ocupem uma posição fixa na hierarquia universal da oração, como também os AdvPs conhecidos na literatura como “focalizadores”, que, de acordo com as descrições feitas em Quirk *et al.* (1976), Ricca (1999), Shu (2011), Ferrari, Giammatteo e Albano (2011), dentre outros, encontram-se distribuídos nas seguintes classes: (i) os restritivos de exclusão (*só*, *exclusivamente*, *meramente etc.*); (ii) os restritivos particularizadores (*especialmente*, *principalmente*, *particularmente etc.*); (iii) os aditivos escalares (*até*, *até mesmo*, *mesmo*); (iv) os aditivos não escalares (*também*); e (v) os inclusivos (*inclusive*). Essa é a nossa hipótese inicial.

Baseando-se amplamente em Tescari Neto (2015a) e avançando a sua proposta, este trabalho traz contribuições ao Programa Cartográfico por procurar mostrar, com base na distribuição sintática das cinco subclasses de AdvPs focalizadores, mencionadas no parágrafo anterior, que tais AdvPs não só se ordenam de maneira rígida e fixa (entre si) como também em relação aos outros AdvPs da hierarquia de Cinque. Para isso, organiza-se da seguinte maneira: na primeira seção, faz-se uma descrição das subclasses semânticas de AdvPs focalizadores, com apoio nos autores mencionados no parágrafo anterior. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia de Cinque para derivar a sua hierarquia universal de advérbios via “testes de transitividade”. Tais testes são empregados a dados do português brasileiro (PB) e do espanhol (de Lima e de Buenos Aires), envolvendo os advérbios focalizadores que nos interessam aqui (terceira seção), visando a chegar não só a uma hierarquia de advérbios focalizadores como também a uma hierarquia geral de advérbios (focalizadores e não focalizadores) (quarta seção). Na última seção, são retomadas as seções e apresentados os problemas em aberto.

## Os advérbios “focalizadores”

Advérbios focalizadores<sup>1</sup> explicitam que “[...] o que está sendo comunicado se restringe à parte focalizada, e nesse caso eles são chamados “restritivos”, ou que a parte focalizada é uma adição, e neste caso são chamados ‘aditivos’ [...]” (QUIRK *et al.*, 1976, p. 431). Em Shu (2011), os advérbios focalizadores são denominados de “advérbios associados ao foco” pelo fato de a atribuição de foco ao constituinte focalizado não depender do advérbio, mas de um movimento do

---

<sup>1</sup>Embora a tradição gramatical – pelo menos a portuguesa – não dê um tratamento uniforme às cinco classes de “advérbios” focalizadores aqui mencionados, o artigo segue a literatura resenhada nesta seção, que reconhece tais palavras como advérbios. Do ponto de vista da sintaxe, o que motiva o reconhecimento dos “focalizadores” como advérbios é o fato de, à semelhança dos outros (cerca de) quarenta advérbios da hierarquia de Cinque (1999), poderem modificar o verbo e outros constituintes sentenciais. Agrega-se a isso o fato de grande parte deles apresentarem o sufixo *–mente*, típico de advérbios em português e espanhol, as duas línguas aqui consideradas para a investigação. Para uma leitura das propriedades sintáticas dos advérbios focalizadores, ver Tescari Neto (2015b).

constituente a ser focalizado ao especificador da projeção de foco numa das periferias (alta ou baixa).

Cinco são as classes de advérbios focalizadores reconhecidas pela literatura (QUIRK *et al.*, 1976; RICCA, 1999; ADORNO, 2000; SHU, 2011; FERRARI; GIAMMATEO; ALBANO, 2011):

- (i) os restritivos de exclusão: só, exclusivamente, meramente etc.;
- (ii) os restritivos particularizadores: especialmente, principalmente, particularmente etc.;
- (iii) os aditivos escalares: até, até mesmo, mesmo etc.;
- (iv) os aditivos não escalares: também;
- (v) os inclusivos: inclusive.

Os advérbios de exclusão (*só, exatamente, precisamente, meramente, puramente, simplesmente, somente* etc.) restringem a aplicação do conteúdo comunicado exclusivamente à parte focalizada:

- (1) O Pedro come só arroz.

Em (1), o advérbio restringe o universo de alimentos que o Pedro come a um só: o NP/DP *arroz*. Conforme veremos mais adiante, o advérbio *só* ocupa uma posição entre os advérbios altos, mais precisamente a posição mais baixa entre todos os advérbios altos.

Os AdvPs particularizadores, por sua vez, restringem a aplicação do conteúdo comunicado particularmente à parte focalizada (ver (2)). Em português, representam a classe: *particularmente, especialmente, principalmente, notavelmente, primariamente, especificamente*, dentre outros.

- (2) O João gosta principalmente de doces.

Repare que, em (2), o advérbio assinala que, considerando o universo dos alimentos de que o João gosta, ele prefere os doces. Conforme será visto adiante, os particularizadores são os segundos mais altos na hierarquia de advérbios focalizadores.

Os advérbios aditivos tornam explícito que o conteúdo comunicado é uma adição. Subdividem-se em duas classes, cada uma delas correspondendo, conforme veremos adiante, a uma posição específica



(de Soldagem “Merge”<sup>2</sup>) no *Middlefield*<sup>3</sup>. No caso dos aditivos escalares (*até*), esses itens induzem uma ordenação no conjunto de alternativas (Ricca, 1999). Comparando (3) com (4), exemplos de Ricca (1999),

- (3) John also reads SHAKESPEARE<sup>4</sup>.  
João também lê Shakeaspeare.
- (4) John even reads SHAKESPEARE.  
João até lê Shakespeare.

percebemos que apenas (4), que envolve um aditivo escalar, *even* (“até”), sugere que Shakespeare seja uma leitura mais difícil do que outras alternativas. Não se pode fazer a mesma inferência sobre (3), que envolve o advérbio *also* (“também”), um aditivo não escalar. A mesma observação vale para o português: (3’), o correspondente de (3), não pressupõe a existência de leituras difíceis, inferência possível se se trata de um aditivo escalar como *até*, de (4’).

- (3’) João lê SHAKESPEARE também.
- (4’) João lê até SHAKESPEARE.

Conforme se verá adiante, o aditivo não escalar *também* precede o aditivo escalar *até* que, por sua vez, precede o focalizador de exclusão *só*.

Uma quinta classe de focalizadores congrega advérbios como *inclusive* que, conforme veremos, ocupam a posição mais alta dentre as cinco classes de AdvPs associados ao foco investigadas neste trabalho. (5) ilustra o uso de um focalizador de inclusão.

<sup>2</sup>O termo “*merge*” tem sido traduzido, entre os gerativistas brasileiros, como “concatenar” por alguns, “conectar” por outros ou mesmo como “juntar” por outros deles. Estamos aqui utilizando o termo “soldagem/soldar”, seguindo a sugestão de Donati (2008) que, em seu manual de introdução à sintaxe, vale-se do termo “*salda*” (“soldagem”, em italiano), para fazer menção ao processo sintático do *merge*, que une dois objetos sintáticos, formando novo objeto complexo.

<sup>3</sup>O texto utilizará o termo *Middlefield* em referência ao espaço da sentença onde se projetam as (cerca de) quarenta projeções funcionais da hierarquia de Cinque (1999). Tal espaço corresponde ao “TP”, numa representação minimalista da estrutura.

<sup>4</sup>Usamos caixa alta para indicar o constituinte focalizado.

## (5) O José gosta inclusive de sorvete.

O uso do advérbio em (5) tem também um efeito escalar: infere-se que, além de outras coisas, José gosta de sorvete.

Uma vez que assumimos o princípio do “*One Feature, One Head*” já mencionado, esperamos que cada uma dessas classes de focalizadores ocupem uma posição específica na estrutura da oração. Na quarta seção, mostraremos que é este o caso: cada uma das cinco classes mencionadas nesta seção ocupam uma posição rígida e fixa na hierarquia dos constituintes do *Middlefield*.

Na próxima seção, faremos uma revisão da literatura sobre a Cartografia, com especial destaque aos constituintes do *Middlefield* ou espaço IP.

## Como chegar à hierarquia?

Tomando como ponto de partida a distribuição relativa de advérbios de classes semânticas diferentes em várias línguas, Cinque (1999) propõe uma “explosão” do IP/TP (CHOMSKY, 1986, 1995) nas seguintes categorias funcionais, realizadas foneticamente, ou não, via AdvPs (em Spec) ou núcleos funcionais (“X<sup>0</sup>s”):

### (5) A hierarquia dos advérbios e núcleos funcionais de IP

[ <i>francamente</i> MoodSpeechAct	>	[ <i>surpreendentemente</i> MoodEvaluative	>
[ <i>supostamente</i> MoodEvidential	>	[ <i>provavelmente</i> ModEpistemic	>
[ <i>uma vez</i> TPast	>	[ <i>então</i> TFuture	>
[ <i>talvez</i> MoodIrrealis	>	[ <i>necessariamente</i> ModNecessity	>
[ <i>possivelmente</i> Modpossibility	>	[ <i>normalmente</i> AspHabitual	>
[ <i>finalmente</i> AspDelayed	>	[ <i>tendencialmente</i> AspPredispositional	>
[ <i>novamente</i> AspRepetitive(I)	>	[ <i>frequentemente</i> AspFrequentative(I)	>
[ <i>de/com gosto</i> ModVolition	>	[ <i>rapidamente</i> AspCelerative(I)	>
[ <i>já</i> TAnterior	>	[ <i>não ... mais</i> AspTerminative	>
[ <i>ainda</i> AspContinuative	>	[ <i>sempre</i> AspContinuous	>
[ <i>apenas</i> AspRetrospective	>	[ <i>(dentro) em breve</i> AspProximative	>
[ <i>brevemente</i> AspDurative	>	[ <i>(?)</i> AspGeneric/Progressive	>
[ <i>quase</i> AspProspective	>	[ <i>repentinamente</i> AspInceptive(I)	>
[ <i>obrigatoriamente</i> ModObligation	>	[ <i>em vão/à toa</i> AspFrustrative	>
[ <i>(?)</i> AspConative	>	[ <i>completamente</i> AspSgCompletive(I)	>
[ <i>tudo</i> AspPPICompletive	>	[ <i>bem</i> Voice	>
[ <i>cedo</i> AspCelerative(II)	>	[ <i>do nada</i> AspInceptive(II)	>
[ <i>de novo</i> AspRepetitive(II)	>	[ <i>frequentemente</i> AspFrequentative(II)	>... <sup>5</sup>

<sup>5</sup>A hierarquia universal foi originalmente apresentada por Cinque em 1999, e por ele modificada em 2006. A versão da hierarquia que aqui se apresenta com os advérbios

Os advérbios em (5) ocupam uma posição fixa na estrutura e não se movem da posição em que foram inicialmente soldados, a não ser que tenham de valorar algum traço da estrutura informacional – Tópico, Foco, Modificação etc. (RIZZI, 2004). Desse modo, os advérbios servem como diagnósticos para o movimento de outros constituintes da sentença (por exemplo, V, auxiliares e modais, argumentos de V etc.).

A metodologia de Cinque (1999) para determinar a hierarquia apresentada em (5) consiste basicamente na utilização de testes de transitividade envolvendo advérbios de classes semânticas distintas. Deste modo, se um dado AdvP<sub>A</sub> precede (“>”) um AdvP<sub>B</sub> qualquer, que precede, por sua vez, um AdvP<sub>C</sub>, por transitividade chega-se à conclusão que o AdvP<sub>A</sub> precede o AdvP<sub>C</sub>:

- (6) a. AdvP<sub>A</sub> > AdvP<sub>B</sub>  
 b. \*AdvP<sub>B</sub> > AdvP<sub>A</sub>
- (7) a. AdvP<sub>B</sub> > AdvP<sub>C</sub>  
 b. \*AdvP<sub>C</sub> > AdvP<sub>B</sub>
- (8) *Portanto*: AdvP<sub>A</sub> > AdvP<sub>B</sub> > AdvP<sub>C</sub>

O expediente do “teste de transitividade” é apresentado aos dados do inglês em (9-11), a seguir. Como se vê em (9), advérbios de ato de fala precedem AdvPs avaliativos. Esses últimos precedem os evidenciais (cf. (10)), os quais precedem os advérbios epistêmicos, como se vê em (11). Os exemplos são citados em Cinque (1999, p. 33):

- (9) AdvPs de ato de fala (*honestly*) > AdvPs avaliativos (*unfortunately*):  
 a. Honestly I am unfortunately unable to help you.  
 Honestamente eu sou infelizmente incapaz para ajudar você  
 ‘Honestamente, eu infelizmente não tenho condições de te ajudar’  
 b. \*Unfortunately I am honestly unable to help you  
 Infelizmente eu sou honestamente incapaz de ajudar você
- (10) AdvPs avaliativos (*fortunately*) > AdvPs evidenciais (*evidently*):  
 a. Fortunately, he had evidently had his own opinion of the matter

---

em português se baseia (quase integralmente) em Santana (2005) e Tescari Neto (2013, 2015a,b).

Felizmente, ele tinha evidentemente tido sua própria opinião do problema

‘Felizmente, ele evidentemente tinha tido sua própria opinião do problema’

b. \*Evidently he had fortunately had his own opinion of the matter  
Evidentemente ele tinha felizmente tido sua própria opinião do problema

- (11) AdvPs evidenciais (*clearly*) > AdvPs epistêmicos (*probably*):
- a. Clearly John probably will quickly learn French perfectly  
Claramente John provavelmente vai rapidamente aprender francês perfeitamente  
‘Claramente, John provavelmente vai rapidamente aprender francês perfeitamente’
- b. \*Probably John clearly will quickly learn French perfectly  
Provavelmente John claramente vai rapidamente aprender francês perfeitamente

Cinque (1999) repete esse mesmo expediente para as cerca de 30 classes de AdvPs para chegar à hierarquia em (5). A referida hierarquia, entretanto, não inclui posições para as classes de focalizadores descritas anteriormente. Será com base nos testes de transitividade que proporemos uma hierarquia para os AdvPs ditos focalizadores – entre si e em relação aos outros advérbios.

## **E os AdvPs focalizadores? Que posições ocupam?**

Ainda que Cinque (1999) não tenha considerado os advérbios focalizadores em sua hierarquia universal, o autor defende que tais AdvPs sejam tratados conforme Bayer (1996) e Kayne (1998).

Kayne (1998) defende que o processo de atribuição de escopo a constituintes modificados por advérbios focalizadores se dá na sintaxe visível, através de soldagem interna, i.e., de movimento. Para o caso dos AdvPs ditos focalizadores, o advérbio ocuparia a posição de núcleo de uma projeção associada a foco dominando vP. O constituinte associado ao AdvP focalizador, i.e., o XP por ele modificado, seria “atraído” ao seu especificador. O passo seguinte, na história derivacional, corresponderia ao movimento do advérbio ao núcleo da projeção imediatamente

dominante ( $W^0$  para Kayne), garantindo que, dessa posição, o AdvP focalizador c-comandaria o XP sob seu escopo. Esse deslocamento desencadearia o movimento do remanescente ao especificador de  $W^0$ , restaurando a ordem dos constituintes antes desses passos derivacionais, criando a ilusão de ausência de movimentos (ver fig. 1).

Conforme mencionado em Tescari Neto (2015a: 577), Munaro (2011) também fornece um tratamento “cartográfico” para advérbios focalizadores. Para Munaro, um advérbio focalizador é inserido na posição de núcleo de uma projeção de foco das periferias (esquerda (CP) ou direita (vP)). Para o autor, que também segue Kayne (1998), o focalizador atrairia o foco ao seu especificador (cf., na figura 1, a seguir, o passo derivacional representado por (1)), seguido pelo movimento do focalizador ao núcleo  $W^0$  imediatamente acima (2), e, na sequência, pelo movimento do remanescente (ver (3) na figura a seguir). O movimento do remanescente garantiria que apenas o XP sob o escopo do advérbio focalizador fosse c-comandado por ele. Embora à primeira vista a proposta de Munaro (2011) pareça atraente por sua simplicidade — já pelo fato de a focalização por AdvPs refletir o processo (mais) geral de focalização (com os AdvPs focalizadores ocupando a posição de núcleo de uma das duas projeções de foco da sentença) —, tal análise não fornece, conforme já apontado em Tescari Neto (2015a), uma motivação estrutural para a existência de uma hierarquia de diferentes classes semânticas de advérbios focalizadores, haja vista o fato de assumir apenas duas posições de Soldagem (Spec,vP e Spec,CP) para esses advérbios, independentemente de sua classe (semântica).

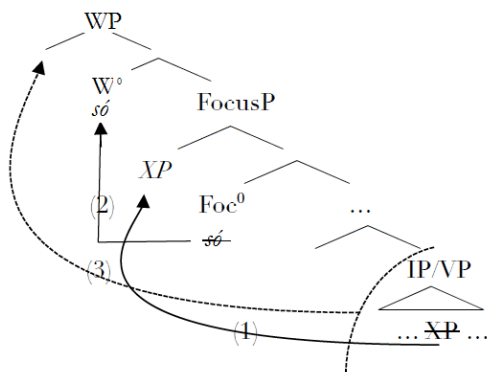


Figura 1 – Da atribuição de escopo a AdvPs focalizadores em Kayne (1998) e Munaro (2011)

Fonte: Tescari Neto (2015: 577)

Também conforme apontado em Tescari Neto (2015a: 578), avanços recentes em Cartografia (CINQUE; RIZZI, 2010 e referências citadas lá) nos levam à seguinte indagação: “Qual/quais a(s) posição(posições) que as cinco diferentes classes (semânticas) de advérbios focalizadores mencionadas na anteriormente ocupariam em termos de hierarquias funcionais?” Para abordar a sintaxe dos advérbios focalizadores em consonância com os pressupostos da Cartografia é necessário reconhecer que cada uma das diferentes classes desses AdvPs teria uma posição distinta de Soldagem, atendendo ao princípio do “*One Feature, One Head*” (KAYNE, 2005). Este será o ponto de vista aqui assumido.

Os dados a seguir, amplamente discutidos em Tescari Neto (2015a: 578-580) e aqui repetidos, sugerem que diferentes classes de AdvPs focalizadores também se ordenam rigidamente entre si e em relação aos outros advérbios da hierarquia Cinque<sup>6</sup>:

---

<sup>6</sup>Para os propósitos teórico-metodológicos do presente trabalho, sentenças do tipo de (ia) – ordem potencialmente alternativa a (12a) –, (ib) – ordem alternativa a (18a’) –, (ic,d) – que se apresentam como alternativas à ordem em (19a) –, e (ie) – que se apresenta como alternativa a (20a) – devem ser desconsideradas por uma razão: as sentenças de (i) não formam pares mínimo com as sentenças em (12a, 18a’, 19a e 20a) haja vista o fato de os advérbios das sentenças de (i) *não estarem em contiguidade*. A contiguidade é de suma importância em *testes de transitividade à la Cartografia* – estejam os AdvPs precedendo um auxiliar ou mesmo o V lexical, estejam os AdvPs precedendo um dos argumentos de V –, pois o movimento do remanescente, no espírito de Kayne (1998) supracitado, pode mascarar a ordenação dos AdvPs, criando a ilusão de que não é possível estabelecer uma ordenação rígida e fixa entre ambos. Por esse motivo, é necessário que os AdvPs estejam adjacentes (i.e., linearizados um ao lado do outro).

- (i) a. O Mané até falaria só inglês se precisasse.
- b. Ele talvez foi só para Cingapura.
- c. O José provavelmente come só arroz.
- d. O José só come provavelmente arroz.
- e. O Mané já limpou só o banheiro.

Assim, dados como (i d,e) não seriam problemáticos para o extrato da hierarquia em (22), que será integrado à hierarquia dos advérbios de Cinque em (68), uma vez que os advérbios linearizados à esquerda em (i d,e) entraram na derivação antes dos linearizados à direita: sua linearização à esquerda de advérbios que os c-comandam na hierarquia em (22/68) é simplesmente o resultado do movimento do remanescente que carrega os advérbios *só e já* em (i d,e), criando a impressão de que seriam contraexemplos à

- (12) a. O Mané até só falaria inglês se precisasse [PB]  
 b. \*O Mané só até falaria inglês se precisasse
- (13) a. He'd even only speak English, if he had to (=12a)  
 b. \*He'd only even speak English, if he had to (=12b) (KAYNE, 1998, p. 162, n. 83)
- (14) a. Ti ho chiesto di leggere anche solo un capitolo [Italiano]  
 Te pedi para ler inclusive somente um capítulo  
 'Pedi que você lesse inclusive apenas um capítulo'  
 b. \*Ti ho chiesto di leggere solo anche un capitolo (G. Cinque, comunicação pessoal)
- (15) a. Ion manânca (chiar) si numai pâine [Romeno – A. Bleotu, com. pessoal]  
 I. come também só pão  
 'I. também só come pão'  
 b. \*Ion manânca (chiar) numai si pâine
- (16) a. [lian<sub>1</sub> mohuoke zheme miren de yuyan<sub>F1</sub>]<sub>i</sub>, ye zhiyou<sub>2</sub> zhangsan<sub>F2</sub>  
 zai yanjou t<sub>i</sub>  
 mesmo Mohawk bastante atrativa DE língua YE somente Z.  
 Progressivo estuda  
 'Somente<sub>2</sub> o Z.<sub>F2</sub><sup>7</sup> está estudando até mesmo<sub>1</sub> Mohawk<sub>F1</sub>, uma  
 língua bem fascinante'

---

hierarquia universal. Para mais detalhes, mais adiante no texto, a derivação de (23c',c''), que revisita a análise de Kayne (1998).

Agradecimentos à/ao parecerista por ter apresentado as sentenças em (i), problematizando a validade da hierarquia apesar desses (aparentes) contraexemplos.

<sup>7</sup>Os índices F<sub>1</sub> e F<sub>2</sub> referem-se aos constituintes sob o escopo dos advérbios ('focalizadores') indicados respectivamente pelos índices 1 e 2. Repare que, em chinês, a sintaxe visível deve espelhar a relação de escopo entre os focalizadores: assim, há um movimento pré *Spell-Out* de uma porção da oração, indicada pelo índice "i", que contém o modificador 1 e o foco F<sub>1</sub>. Para a presente discussão, é importante frisar que a linearização "[1 F<sub>1</sub>]<sub>i</sub> [2 F<sub>2</sub>] ... t<sub>i</sub>" reflete exatamente uma hierarquia subjacente em que Adv<sub>1</sub> > Adv<sub>2</sub> (que também vimos em (12-15)).

- b. \*zhiyou<sub>2</sub> zhangsan<sub>F2</sub> [lian<sub>1</sub> mohuoke zheme miren de yuyan<sub>F1</sub>]  
 ,ye zai yanjou t<sub>1</sub>  
 (°Klian>zhiyou ; \*zhiyou>lian [Chinês (SHU, 2011, p. 124)]
- (17) a. Chulsu-nun yeksi tansunhl uss-ess-ul kussita[Coreano]  
 C. –tópico também meramente/só sorrir-pass-EPIST  
 Chulsu também só sorriu’  
 b. Chulsu-nun tansunhl \*(,) yeksi uss-ess-ul kussita (Sung Yun Cho, com. pes.)
- (18) a. ta shuobuding zhi qu-guo xinjiapuo [Chinês (SHU, 2011, p. 160)]  
 ele talvez só ir-Exp Cingapura  
 ‘He tinha talvez só ido a Cingapura’  
 b. \*ta zhi shuobuding qu-guo xinjiapuo  
 a’. Ele talvez só foi para Cingapura (= 7a,b)  
 b’. \*Ele só talvez foi para Cingapura<sup>8</sup>
- (19) a. O José come provavelmente só arroz  
 b. \*O José come só provavelmente arroz
- (20) a. O Mané só já limpou o banheiro  
 b. \*O Mané já só limpou o banheiro
- (21) a. Ha solo già mangiato la pasta [Italiano]  
 (Ele/ela)-tinha só já comido a massa  
 ‘Ele/ela só já comeu massa’  
 b. \*Ha già solo mangiato la pasta (Guglielmo Cinque, com. pessoal)

<sup>8</sup>Os dados (18a’,b’) são discutidos em Tesari Neto (2015a). Um dos pareceristas anônimos daquele trabalho sugere, a propósito da discussão sobre (18a’,b’), que (i.b), a seguir, é apenas marginal, mas não agramatical:

(i) a. Ele talvez só tenha ido à padaria.

b.?Ele só talvez tenha ido à padaria.

Para nós, (i.b) é agramatical, a não ser que *só* seja de alguma forma “prosodicamente marcado”. Para os propósitos deste trabalho, ao produzir julgamentos de gramaticalidade, é importante criar ‘pares mínimos reais’, i.e., sentenças com entoação “plana” (“flat intonation”). Se o *só* em (b) é prosodicamente marcado, (b) não forma par mínimo com (a) e as duas sentenças devem ser descartadas da amostra.



Conforme aponta Tescari Neto (2015a: 579), os dados em (12-21) nos levam a (22):

- (22) (i) provavelmente/talvez > só > já  
(ii) também > só

Em relação às sentenças apresentadas em (12-21), é importante observar que estamos assumindo, na esteira de Cinque (1999) e do Programa Cartográfico – ver detalhes em Tescari Neto (2013; 2015a,b) que os advérbios em questão ocupam posições rígidas e fixas de especificadores *em nível sentencial* e não posições de adjunção a DPs e outros constituintes da estrutura da oração. Assim, cada advérbio será sempre Soldado numa mesma posição na oração, salvos naturalmente os casos de homonímia para os quais uma mesma forma lexical poderia ser soldada em mais de uma posição, com especificações semânticas para cada uma das posições distintas – ver o caso dos advérbios “reduplicados”, com índices I e II na hierarquia apresentada em (5), em que o mais alto toma sob o seu escopo o evento e o mais baixo, de índice II, o processo<sup>9</sup>.

Para além do que foi apontado no parágrafo anterior, conforme apontado também em Tescari Neto (2015a: 580), a sentença (23c) e ocorrências similares – não só no PB, mas também no português europeu (PE) – são ambíguas: os advérbios em (c) podem, em uma leitura, modificar apenas o DP (como se vê pela paráfrase em (23c’), leitura que aqui denominamos de ‘foco estreito’), mas podem, numa outra, também modificar todo o VP (dada a aceitabilidade de (23c’), leitura aqui denominada de ‘foco largo’ ou foco ‘sobre o VP’).

- (23) c. O José comeu provavelmente só arroz  
c’. O José comeu provavelmente só arroz, não feijão (foco estreito)  
c’’. O José comeu provavelmente só arroz, não bebeu leite (foco largo)

Parece-nos, então, ser muito mais vantajoso entender que ambas as interpretações para (23c), i.e., (23c’) e (23c’’), tenham uma mesma história derivacional, com a subida do constituinte sob o escopo do(s)

<sup>9</sup>Ver Tescari Neto (2013, p. 240) para casos aparentemente problemáticos.

AdvP(s) ao Spec de um núcleo-*probing* atrator,<sup>10</sup> seguido pela Soldagem do AdvP no Spec da projeção imediatamente dominante e ulterior movimento do material remanescente (ao Spec imediatamente acima), no espírito de Kayne (1998) (ver também Ambar (2008), cuja proposta para os advérbios confirmativos do PE se assimila a de Kayne). Deste modo, para as sentenças de (23), tem-se a repetição do mesmo processo derivacional toda vez que um dos AdvPs focalizadores é Soldado: há um movimento do constituinte a ser focalizado ao Spec do núcleo-*probing* associado a *só*, com posterior Soldagem de *só* no Spec da projeção acima e subida do remanescente ao Spec que c-comanda imediatamente este advérbio. Os mesmos passos derivacionais se repetem quando da entrada de *provavelmente* na derivação: há um movimento do constituinte formado por *só* mais o DP sob o seu escopo ao especificador do núcleo-*probing* associado ao advérbio *provavelmente*; na sequência, tem-se a

<sup>10</sup>Em Kayne (1998), esse núcleo atrator seria lexicalizado pelo próprio advérbio dito focalizador, que, após o movimento do foco a seu especificador, também se moveria, adjungindo-se ao núcleo imediatamente acima. A modificação feita aqui – que mantém alguns aspectos cruciais da derivação de Kayne – se diferencia da proposta deste autor apenas pelo fato de que o núcleo atrator não seria preenchido pelo advérbio focalizador em si, mas por um núcleo não pronunciado em português. O AdvP entraria na derivação no Especificador da projeção imediatamente acima (basta aplicar testes tradicionais para concluir que AdvPs focalizadores são XPs e não X<sup>0</sup>s – ver Tesconi Neto, 2013, p. 91). Há interessante evidência para assumir que o núcleo atrator não seria o advérbio focalizador, mas uma partícula associada a foco. Segundo Shu (2011, p. 132), existe, em mandarim, um marcador de concordância, *CAI*, que pode aparecer com um advérbio focalizador:

(i) *Chinese* (SHU 2011, p. 132)

A: zhangsan changchang mai xigua

‘Zhangsan frequentemente compra melões’

B: - bu. ta zhi(you)<sub>1</sub> [ouer<sub>2</sub>]<sub>F1</sub> cai mai xigua<sub>F2</sub>.

Não ele sóalgumas vezes CAI compra melões

‘Não. Ele só<sub>1</sub> compra melões<sub>F2</sub> ocasionalmente [ocasionalmente<sub>2</sub>]<sub>F1</sub>’.

O ponto interessante aqui é que essa partícula *cai* aparece sempre imediatamente à direita do foco, i.e., ela sinaliza a borda direita do constituinte focalizado. Parece correto, portanto, tomar essa partícula como sendo o núcleo atrator do foco, que se associa necessariamente a um advérbio que entra na derivação no Spec da projeção imediatamente acima. Em PB, no entanto, esse núcleo é silencioso.

Soldagem de *provavelmente*, seguida pelo movimento do remanescente ao Spec imediatamente acima.<sup>11</sup>

As figuras 2 e 3 ilustram a derivação de (23) na leitura em que os advérbios têm foco estreito (23c’).

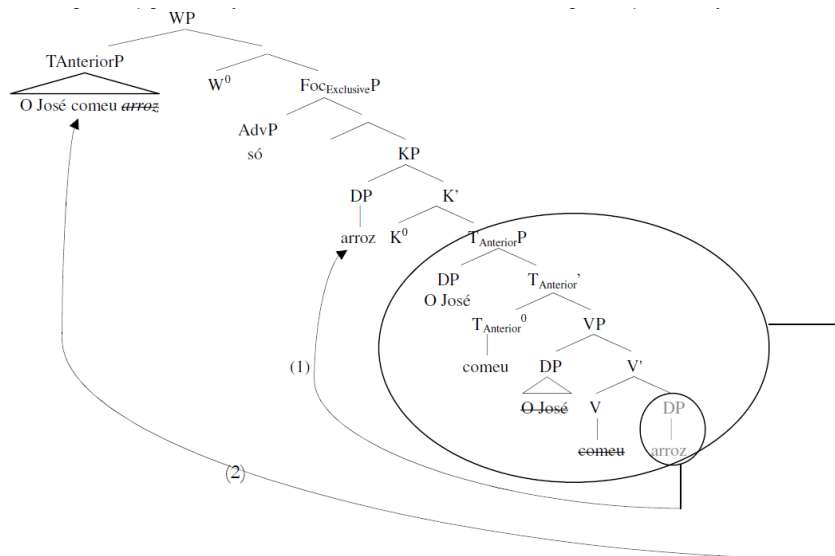


Figura 2 – A derivação de (23c) na leitura de foco estreito (23c’) – parte I<sup>12</sup>  
 Fonte: elaborada pelo autor

<sup>11</sup>Os dados (12-21) deixam claro que *provavelmente* precede *só*, motivo por que *só* entra primeiro na derivação. Ficará claro nesta seção e na próxima que *provavelmente* ocupa uma posição bem mais alta do que a de *só*.

<sup>12</sup>Um dos pareceristas indagou, acerca da representação das derivações esquematizadas nas figuras 2 e 3, qual seria a natureza de KP, WP, K<sub>1</sub>P e W<sub>1</sub>P. KP seria a projeção que sempre entraria na derivação antes que um advérbio alto – associado a foco – fosse Soldado. Na presença de dois advérbios associados a foco, seriam necessárias duas projeções KP (por isso, a segunda delas a entrar na derivação foi aqui denominada de “K<sub>1</sub>P”). Em teoria, haverá tantas KP quantos forem os advérbios associados ao foco presentes na numeração. A nota 10 oferece evidência empírica sobre a realização morfofonológica de K no mandarim. Sobre a natureza (teórico-conceitual) de W, remete-se o leitor a Kayne (1998, 2005). Munaro (2011) oferece evidências de sua realização em dialetos italianos. Para ulteriores informações acerca de tais projeções, Tescari Neto (2013).

Um outro ponto mencionado pela/o parecerista indaga justamente a possibilidade de o DP *o arroz*, da fig. 2, se mover diretamente a [Spec, FocP] na periferia esquerda. O

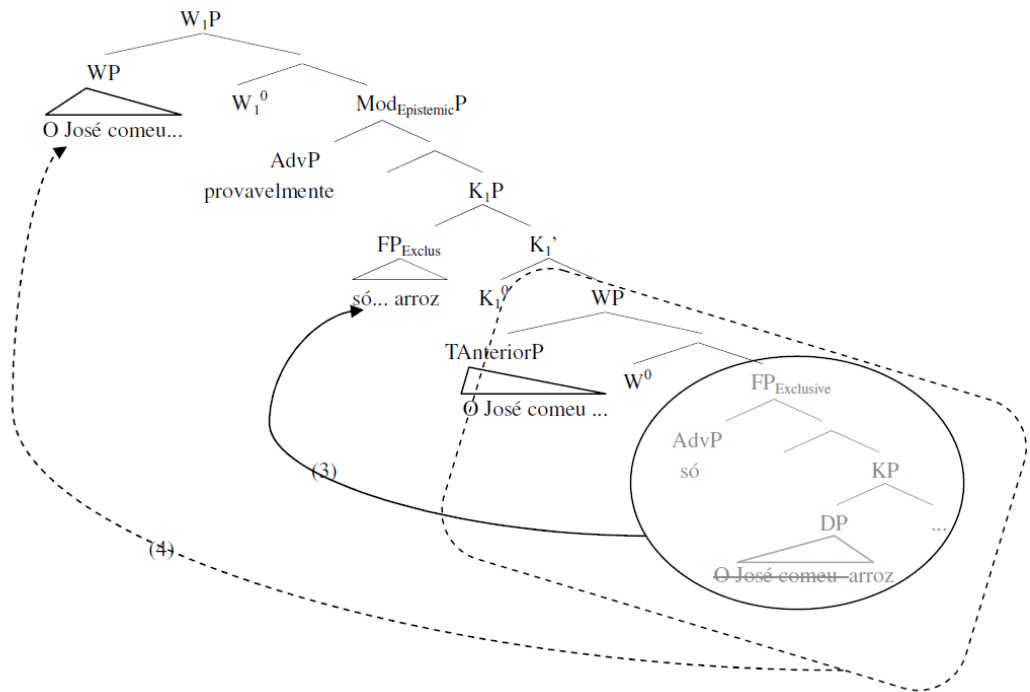


Figura 3 – A derivação de (23c) na leitura de foco estreito (23c') – parte II  
 Fonte: elaborada pelo autor

As figuras 4 e 5, por sua vez, ilustram a derivação da leitura de “foco largo” para os advérbios, i.e., de escopo sobre todo o VP, conforme a paráfrase (23c’), repetida a seguir.

- (23) c’’. O José comeu provavelmente só arroz, não bebeu leite. (foco largo)

movimento ao especificador do núcleo atrator (aqui, [Spec, KP]) é necessário para que, nesta configuração, o DP *o arroz* fique sob o escopo do advérbio *só*, sendo o escopo definido em termos de c-comando. Haverá, sim, movimento à periferia esquerda, a [Spec, FocP], todavia ao final da derivação, para a valoração dos traços de [foco]. O movimento a [Spec, KP] é motivado por razões de atribuição de escopo na sintaxe visível (no espírito de Kayne, 1998, revisitado). Ver, a esse respeito, Quarezemin e Tescari Neto (2015).

É importante notar que, no caso da leitura de foco largo, i.e., de foco sobre todo o VP, o que garante que todo o VP esteja sob o escopo dos AdvPs *provavelmente* e *só*, apesar de apenas o DP ser linearizado em PF à direita dos AdvPs, é a presença de uma cópia não pronunciada do V *comeu* no especificador do núcleo atrator. Esta cópia não pronunciada do V é, então, reconstruída no especificador do núcleo-*probing*, garantindo a leitura de escopo largo<sup>13,14</sup>.

<sup>13</sup>Uma/um parecerista anônima/o questionou “que mecanismo vai garantir a reconstrução do verbo especificamente em AspP (uma posição intermediária na cadeia criada pelo movimento do núcleo) e não em VP (na cauda da cadeia)”. Conforme a representação da derivação de (23c), na leitura em que se tem escopo largo (23c’’) – fig. 4 –, não é a cópia de V na posição intermediária Asp<sup>o</sup> que se reconstrói, mas a cópia em V<sup>o</sup>, posição de Soldagem externa do verbo, que foi deslocada como parte de um bloco maior, aqui identificado como AspP. A cópia que se reconstrói em [Spec,K], portanto, é a cópia mais baixa, a cauda da cadeia, não a intermediária (ver, na figura 4, pelo passo derivacional identificado como “(1)”, que AspP faz o *pied-piping* de todo o bloco por ele c-comandado, que contém a cauda a ser reconstruída).

<sup>14</sup> Dados sobre a elipse de VP em português deixam claras as vantagens da assunção deste Kayne revisitado face às propostas concorrentes sobre a adjunção direta do advérbio a qualquer XP suscetível de modificação. Enquanto advérbios baixos e mediais, se presentes no primeiro membro de uma coordenação, podem ou não ser recuperados no segundo membro ((i-ii), a seguir), advérbios altos não são jamais recuperáveis pelo VP-elíptico ((iii), abaixo); neste caso, apenas a construção de complemento nulo, que não envolve elipse de VP, é possível (iiib).

- (i) O Eduardo limpou cuidadosamente o banheiro e o Anderson também limpou [-].
  - a. [-]: limpou cuidadosamente o banheiro (elipse de VP)
  - b. [-]: limpou o banheiro (complemento nulo)
- (ii) O Eduardo limpou o banheiro cedo e o Anderson também limpou [-].
  - a. [-]: limpou o banheiro cedo. (elipse de VP)
  - b. [-]: limpou o banheiro. (complemento nulo)
- (iii) O Eduardo limpou provavelmente o banheiro e o Anderson também limpou [-].
  - a. \*[-]: limpou provavelmente o banheiro. (elipse de VP)
  - b. [-]: limpou o banheiro (complemento nulo)

Os advérbios baixos (*cuidadosamente* (ia), *cedo* (ib)) são recuperáveis pelo VP-elíptico, diferentemente do que se observa em (iii), cujo advérbio alto não é nunca recuperável, uma vez que o advérbio alto se encontra numa posição mais alta que a altura (máxima) de pouso do V no *Middlefield*. Tais fatos são facilmente capturados numa representação cartográfica

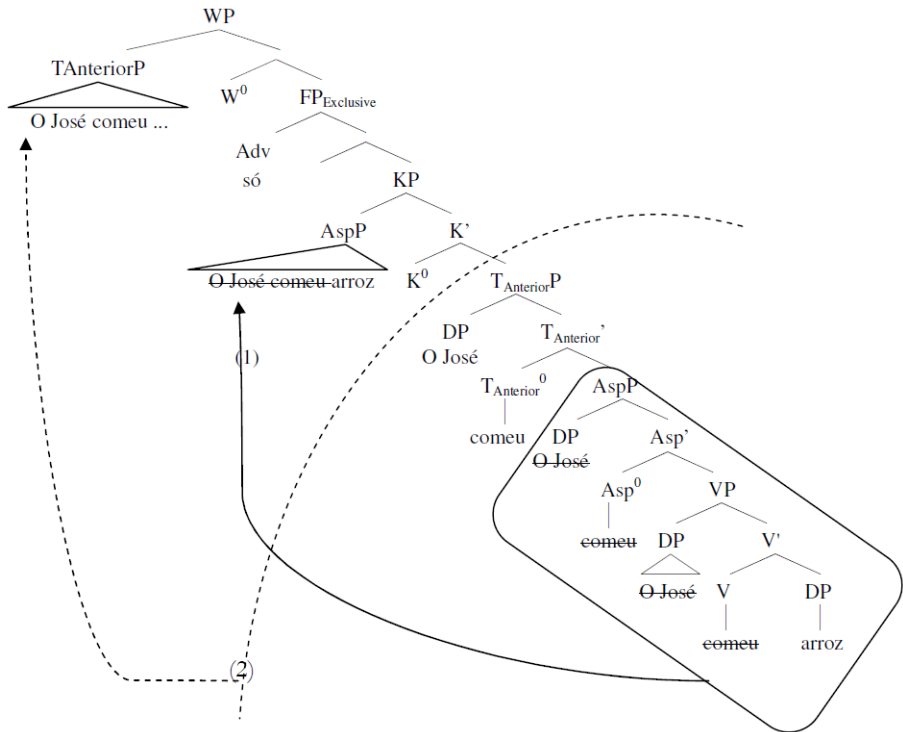


Figura 4 – A derivação de (23c) na leitura de escopo largo (23c'') – parte I  
 Fonte: elaborada pelo autor

Conforme dissemos em outra oportunidade (cf. Tesconi Neto, 2015a:581), não há razão para distinguir advérbios que atuam como modificadores da sentença de advérbios de constituintes no que diz respeito à posição que ocupam na estrutura (i.e., em relação à porção da estrutura à qual são “adjungidos”). O que conta para o “cálculo do escopo” do advérbio é a porção da estrutura que vem a ocupar o Spec do núcleo-*probing* associado ao AdvP e Soldado antes dele na derivação. Nos casos

da estrutura e dos adjuntos, se se assume também a proposta de Kayne (revisitada), como se propõe aqui. Análises que advogam em favor da adjunção direta do AdvP ao XP sob seu escopo, como Zyman (2012), por exemplo, fazem previsões equivocadas sobre (iii): esperar-se-ia, por tais análises, que o advérbio alto fosse recuperável pelo VP-elíptico, por se adjungir diretamente ao DP sob seu escopo, o qual necessariamente é c-comandado pelo verbo em INFL. Para mais detalhes, Tesconi Neto (2013; 2015b).

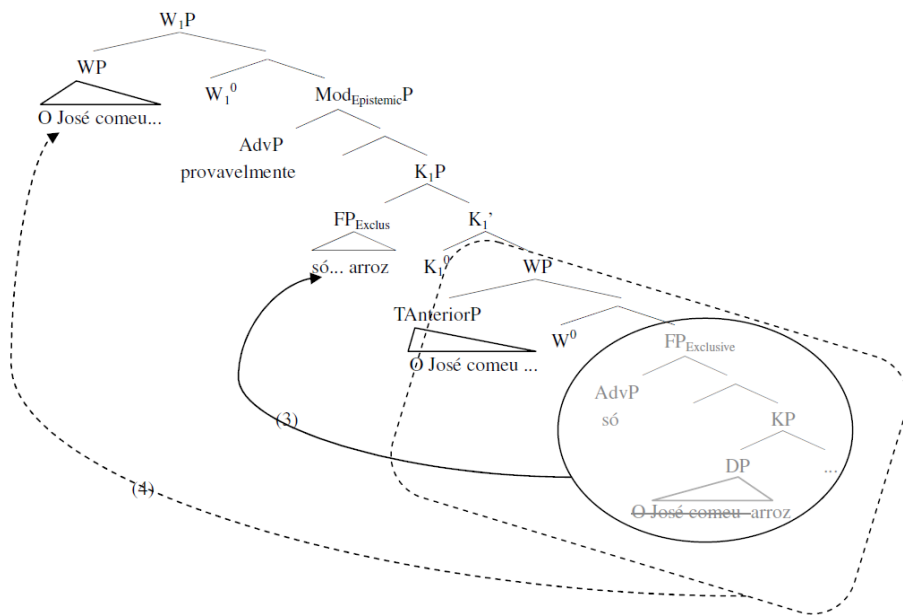


Figura 5 – A derivação de (23c) na leitura de escopo largo (23c'') – parte II  
 Fonte: elaborada pelo autor

em que apenas o DP-complemento se move ao especificador em questão, tem-se o “foco estreito” (cf. (23c')). Quando o constituinte movido ao Spec do núcleo atrator contém uma cópia não pronunciada do verbo – que, por razões independentes ligadas à subida do verbo (POLLOCK, 1989; CYRINO, 2013), se elevou a uma posição em INFL –, obtém-se uma interpretação segundo a qual o advérbio toma por escopo todo o VP (interpretação a que se denominou de “escopo largo” (ver (23c'')), acima), dada a reconstrução da cópia do V no Spec do núcleo-*probing*.<sup>15</sup>

<sup>15</sup>Uma/um parecerista questionou qual seria a vantagem da proposta que aqui se faz frente às concorrentes, uma vez que, “no fim das contas, o AdvP vai ter escopo sobre um DP quando ele tiver um DP ‘perto’ dele e terá escopo sobre um VP quando tiver um constituinte que domina uma cópia de V que será reconstruída em LF ‘perto’ dele”. Se se pensa nos fatos sobre a elipse de VP, mencionados na nota 14, a vantagem parece bastante clara: apenas advérbios c-comandados pelo V movido a uma posição da flexão são recuperáveis pelo VP-elíptico. Advérbios altos não são jamais recuperáveis. Alternativas concorrentes sobre a adjunção direta do advérbio ao XP sob seu escopo,

## A posição dos AdvPs focalizadores na hierarquia universal

Conforme mencionado anteriormente, Quirk *et al.* (1976), Ricca (1999), Adorno (2000), Shu (2011), Ferrari, Giammatteo e Albano (2011), dentre outros, reconhecem as seguintes classes de AdvPs focalizadores:

- (i) os restritivos de exclusão: *só, exclusivamente, meramente etc.*;
- (ii) os restritivos particularizadores: *especialmente, principalmente etc.*;
- (iii) os aditivos escalares: *até, até mesmo, mesmo etc.*;
- (iv) os aditivos não escalares: *também etc.*;
- (v) os inclusivos: *inclusive*.

Com os avanços recentes das pesquisas em Cartografia das estruturas sintáticas, uma indagação interessante se coloca diante da subclassificação dos AdvPs focalizadores em (i-v) acima: Qual posição ou quais posições os advérbios em (i-v) ocupam na hierarquia universal dada em (5)? Uma maneira de abordar a sintaxe de advérbios focalizadores seguindo o Programa Cartográfico seria reconhecendo que cada uma dessas diferentes classes de AdvPs teria uma posição distinta de Soldagem, em consonância com o já citado princípio do “*One Feature, One Head*” (KAYNE, 2005), tão caro a abordagens cartográficas para a sintaxe. Assim, cada uma das cinco classes de focalizadores assinalada em (i-v) teria uma posição rígida e fixa na hierarquia em (5).

E como chegar à hierarquia dos AdvPs focalizadores? Seguindo a metodologia cartográfica de Cinque, basta tomar dois AdvPs por vez,

---

as quais geram a ordem linear “de saída ao assumir diferentes seleções para advérbios: seleção de DP ou de VP” – conforme aponta a/o parecerista –, fazem previsões equivocadas sobre os fatos da elipse de VP, por suporem que um advérbio alto possa ser recuperado nos casos de foco estreito, i.e., quando se “adjuge diretamente ao DP”. Para além desta desvantagem, a teoria da adjunção precisaria recorrer a expedientes *ad hoc* para explicar a ordenação hierárquica dos advérbios, cuja proposta aqui assumida, a de Cinque (1999), consegue derivar naturalmente. Há, na verdade, um feixe de propriedades sintáticas que a assunção das hierarquias cartográficas e da análise revisitada de Kayne (1998) sobre a atribuição de escopo conseguem explicar sem a necessidade de recorrer a expedientes *ad hoc*: (i) a hierarquia dos advérbios – não obstante a existência de aparentes contra-exemplos (como (id,e) da nota 6) –, (ii) os fatos sobre a elipse de VP e (iii) as diferentes propriedades sintáticas de advérbios altos e baixos – que, por limitações de espaço não serão discutidas aqui (para isso, Tescari Neto, 2015a).



colocando-os em adjacência nas duas ordens logicamente possíveis (i.e.,  $Adv_A - Adv_B$ ;  $Adv_B - Adv_A$ ). Com a combinação dos resultados parciais dos testes de transitividade, será possível chegar a uma hierarquia de advérbios focalizadores.

Nas sentenças (12-21), colocamos pelo menos um advérbio dito focalizador para co-ocorrer com um outro advérbio. Os resultados foram agramaticais para a ordem dita não hierárquica e gramaticais para a ordem hierárquica. Mas há um detalhe metodológico importante a ser observado aqui. Para explicitá-lo, vamos considerar as ocorrências em (24), que envolvem o advérbio tardio *finalmente* e o advérbio de exclusão *só*.

- (24) a. O João finalmente só fez a capa do trabalho (TESCARI NETO, 2015a)  
 b. \*O João só finalmente fez a capa  
 c. O João finalmente fez só a capa

Embora consideremos gramatical a sentença (24a), é importante lembrar que alguns falantes a consideram marginal (ver discussão em Tescari Neto, 2015a).<sup>16</sup> Todavia, mesmo aqueles que a consideram degradada oferecem julgamentos distintos a (24a,b): para eles, (a) é menos degradada do que (b), esta última sendo considerada completamente agramatical.

Conforme já discutido na nota 6 – ver também Tescari Neto (2015: 583) –, sentenças como (24c) devem ser desconsideradas dos dados: (24c) não forma par mínimo com (24b), pois os advérbios de (24c) não estão um ao lado do outro. Do ponto de vista metodológico, tal contiguidade é de suma importância – tanto nos casos em que os advérbios precedem um auxiliar ou o verbo principal, quanto nos casos em que precedem um dos argumentos de V –, uma vez que a subida do material remanescente pode mascarar a ordem dos advérbios, dando-nos a impressão de que é impossível estabelecer uma ordenação rígida e fixa entre ambos. Isso explica a necessidade metodológica da contiguidade entre os advérbios em questão.

Feitas essas (importantes) observações metodológicas, podemos iniciar os testes de transitividade envolvendo os advérbios ditos

<sup>16</sup>Para alguns falantes, (24a) é marginal “depois de muita insistência”. Ver a discussão do dado (ia), na nota 3 de Tescari Neto (2015a).

focalizadores. Tomando por primeiro os advérbios de inclusão (*inclusive*) e os particularizadores (*particularmente, primeiramente, principalmente etc.*), aqueles precedem estes na hierarquia, haja vista as combinações em (25-26).<sup>17</sup>

- (25) a. O João adora inclusive principalmente/primeiramente banana  
a'. Juan adora incluso principalmente los plátanos  
b. \*O João adora principalmente/primeiramente inclusive banana  
b'. \*Juan adora principalmente incluso los plátanos<sup>18</sup>
- (26) a. O João esquece inclusive principalmente a data de aniversário da esposa  
a'. Juan olvida incluso especialmente la fecha de cumpleaños de la esposa  
b. \*O João esquece principalmente inclusive a data de aniversário da esposa

<sup>17</sup>Daqui por diante nesta seção, os dados em (a,b) são do PB e os dados em (a',b') a versão correspondente em espanhol de Lima/de Buenos Aires, o que dispensa glosas. Quando houver diferença no julgamento oferecido pelo informante de Lima e pelos informantes de Buenos Aires, faremos a observação relevante em nota ou no próprio texto.

<sup>18</sup>Onde se lê “los plátanos” (‘as bananas’) na versão limenha, leia-se “las bananas” na versão correspondente do espanhol de Buenos Aires:

- (i) a. ?Juan adora incluso principalmente las bananas  
b. \*Juan adora principalmente incluso las bananas

Repare que, apesar de uma informante de Buenos Aires considerar a sentença em (a) não muitíssimo bem formada, ela percebe um contraste entre as versões (a) e (b), julgando como completamente agramatical a sentença (b), o que vai ao encontro dos julgamentos das versões em PB e em espanhol limenho, de (25). Repare que, para (ii) – que apresenta os mesmos advérbios de (i) e corresponde às versões em (26a,a';b,b') –, o contraste é bastante claro: (ii.a), a ordem hierárquica, é gramatical (como no PB, (26a), e no espanhol limenho, (26a')); (ii.b), que apresenta os advérbios ‘desordenados’ em relação à hierarquia a que se chegará ao final desta seção, é agramatical, como os correspondentes (26b,b').

- (ii) a. Juan recuerda incluso especialmente la fecha de cumpleaños de su esposa  
Juan lembra inclusive especialmente da festa de aniversário da esposa dele  
b. \*Juan recuerda especialmente incluso la fecha de cumpleaños de su esposa

b'. \*Juan olvida especialmente incluso la fecha de cumpleaños de la esposa

Os testes de transitividade em (25-26) nos levam a (27):

(27) inclusão > particularizadores

Se combinamos os AdvPs restritivos particularizadores (*particularmente/principalmente*) e os AdvPs restritivos de exclusão (*só*) numa mesma sentença, apenas a ordem particularizadores > exclusão é possível (28-29), o que nos permite chegar a (30).

(28) a. O João adora particularmente/principalmente só banana  
 a'. Juan adora especialmente solo los plátanos  
 b. \*O João adora só particularmente/principalmente banana  
 b'. \*Juan adora solo especialmente los plátanos

(29) a. O João esquece particularmente/principalmente só a data de aniversário da esposa  
 a'. Juan olvida particularmente solo la fecha de cumpleaños de la esposa  
 b. \*O João esquece só principalmente/particularmente a data de aniversário da esposa  
 b'. \*Juan olvida solo particularmente la fecha de cumpleaños de su esposa

(30) particularizadores > de exclusão

Os testes de transitividade envolvendo um advérbio aditivo escalar (*até*) e um advérbio de inclusão (*inclusive*) (31-32) mostram que os advérbios de inclusão precedem os aditivos escalares (33).

(31) a. O João adora inclusive até banana  
 a'. Juan adora incluso hasta los plátanos  
 b. \*/?O João adora até inclusive banana  
 b'. \*Juan adora hasta incluso los plátanos

(32) a. O João esqueceu inclusive até a data de aniversário da esposa  
 a'. Juan se olvidó incluso hasta la fecha de cumpleaños de su esposa

- b. \*O João esqueceu até inclusive a data de aniversário da esposa  
 b'. \*Juan se olvidó hasta incluso la fecha de cumpleaños de su esposa

(33) inclusão > aditivo escalar

O mesmo advérbio aditivo escalar (*até, hasta*), se combinado com o advérbio de exclusão *só/solo*, resulta em gramaticalidade na ordem *até/hasta > só/solo*:

- (34) a. O Mané até só falaria inglês, se precisasse  
 a'. ?Juan hablaría hasta solo inglés, si lo necesitara  
 b. \*O Mané só até falaria inglês, se precisasse  
 b'. \*Juan hablaría solo hasta inglés, si lo necesitara<sup>19</sup>  
 Os dados em (34) – bem como aqueles apresentados em (13) e

<sup>19</sup>Para o informante de Lima, a única combinação possível dos advérbios aditivo escalar *hasta* ‘até’ e do advérbio de exclusão *solo* ‘só’ é na ordem *solo > hasta* (ver (i.b), abaixo), ordem surpreendentemente diferente da observada no espanhol de Buenos Aires e em PB ((34) no texto):

- (i) a. \*Juan hablaría hasta solo inglés si lo necesitara  
 b. Juan hablaría solo hasta inglés

Duas hipóteses poderiam explicar essa diferença: talvez o informante de Lima esteja considerando que o advérbio *hasta* tenha algum outro valor semântico diferente do valor de aditivo escalar. Ricca (1999) aponta para a polissemia do correspondente *anche* em italiano, especialmente quando este se combina com *solo*, como parece ser o caso de (i) em espanhol. A única possibilidade, para Ricca, seria a ordenação *anche solo* (‘*hasta solo*’/‘até só’) necessariamente nesta ordem. Mas aí o valor do composto é o de um único item lexical. A outra possibilidade seria a de a derivação do informante de Lima ter envolvido o movimento de *solo* junto com o material remanescente, à esquerda de *hasta*, muito embora este último tenha entrado na derivação depois de *solo*, seguindo a ordem hierárquica.

O importante é que os correspondentes em PB e espanhol de Buenos Aires (34) e em inglês e italiano (as sentenças (13) e (14)) são possíveis apenas na ordem que aqui denominamos de ‘hierárquica’, i.e., *até/hasta/even/anche > só/solo/only/solo*. Ainda que Kayne perceba alguma degradação em (13a), aquela sentença – que apresenta a ordem ‘hierárquica’ – é sensivelmente muito melhor do que (13b) que é agramatical.

(14) – sugerem que o aditivo escalar precede o advérbio de exclusão:

(35) aditivo escalar > de exclusão

A combinação de (27, 30, 33 e 35) nos leva ao estrato (parcial) da hierarquia de advérbios focalizadores em (36):

(36) inclusão > particularizadores/aditivo escalar > de exclusão

Como se conclui por (36), resta saber se os particularizadores precedem ou seguem os aditivos escalares. Tanto em PB (37a,b) quanto no espanhol (37a',b'), a única combinação possível desses advérbios em adjacência é a que envolve a ordem *particularizador > aditivo escalar*:

(37) a. O João falaria particularmente até o inglês, se precisasse  
a'. Juan hablaría particularmente hasta inglés si lo necesitara  
b. \*O João falaria até particularmente o inglês, se precisasse  
b'. \*Juan hablaría hasta particularmente inglés si lo necesitara

Tendo em vista as combinações em (37), (36) pode ser reformulado conforme (38):

(38) inclusão > particularizadores > aditivo escalar > de exclusão  
*inclusive > particularmente > até > só* (PB)  
*incluso > particularmente > hasta > solo* (Espanhol)

Resta ainda verificar a posição dos aditivos não escalares do tipo de *também*. Repare que este advérbio pode tomar por escopo uma parte do VP que o segue (39), todo o VP que o segue (40) ou o sintagma que o precede (41a,b):

(39) O João também esqueceu a data do aniversário, não do casamento

(40) O João também esqueceu a data do aniversário, não lembrou

(41) a. O João também (não o Pedro) esqueceu a data do aniversário  
b. O João esqueceu também (não lembrou) a data do aniversário

Devido a dados como (39), determinar a posição de *também* relativamente aos outros focalizadores discutidos até então é uma atividade complexa. Para casos como (40), em que o advérbio está associado ao VP, parece que *também* é mais alto que *até*, se cuidarmos para que o escopo deste último também seja o VP, como em (41b). Essa conclusão vem da combinação de (40) e (42) mostrada em (43).

- (42) O João até esqueceu a data do aniversário, não lembrou
- (43) a. O João também até esqueceu a data do aniversário, não lembrou  
b. <sup>\*/?</sup>O João até também esqueceu a data do aniversário, não lembrou

No espanhol de Lima, o aditivo não escalar *también* ‘também’ deve também preceder o aditivo escalar *hasta*:

- (44) a. Juan olvidó también hasta la fecha del cumpleaños no del casamiento  
Juan esqueceu também até a festa de aniversário, não do casamento  
b. \*Juan olvidó hasta también la fecha del cumpleaños no del casamiento
- (45) aditivo não escalar > aditivo escalar

Em relação ao advérbio de inclusão *inclusive/incluso*, este deve necessariamente preceder o advérbio não escalar *também*:

- (46) a. O João esqueceu inclusive também a festa de aniversário, não a do casamento  
a'. Juan olvidó incluso también la fecha del cumpleaños no del casamiento  
b. \*O João esqueceu também inclusive a festa de aniversário, não a do casamento  
b'. \*Juan olvidó también incluso la fecha del cumpleaños no del casamiento

(47) de inclusão > aditivo não escalar<sup>20</sup>

Combinando (38), (45) e (47), chega-se à hierarquia em (48):

(48) de inclusão > particularizadores/aditivo não escalar > aditivo escalar > de exclusão

Falta, então, determinar a posição dos particularizadores relativamente ao aditivo não escalar. A julgar por (49), os particularizadores precederiam o aditivo não escalar *também* na hierarquia:

(49) a. O João prefere particularmente também as bananas  
b. \*<sup>19</sup> O João prefere também particularmente as bananas

(50) particularizadores > aditivo não escalar

A combinação de (48) e (50) levaria à seguinte hierarquia para as cinco classes de advérbios focalizadores aqui estudados:

<sup>20</sup>Para uma/um parecerista, a ordem *também* > *inclusive* é igualmente possível, como em seu exemplo (i):

(i) O João esqueceu também inclusive a festa de aniversário

Concordamos que (i) seja gramatical, desde que o escopo de *também* seja o verbo *esqueceu* e o escopo de *inclusive* seja o DP *a festa de aniversário*, o que naturalmente envolveria uma derivação em que o VP, contendo uma cópia de V, se moveria ao especificador do núcleo *probing* associado a *também* (“[<sub>VP</sub> *esqueceu* a festa de aniversário]”), com reconstrução do V no especificador deste núcleo atrator, seguido pela soldagem de *também* e movimento do remanescente “O João esqueceu” à esquerda de *também*. Posteriormente, antes da entrada de *inclusive* na derivação, novo núcleo *probing* a ele associado atrairia *a festa de aniversário*, a seu especificador, seguido pela soldagem de *inclusive* no especificador logo acima, e pelo movimento do remanescente “O João esqueceu *também*”, derivando a ordem em (i).

A mesma derivação deve ser assumida para derivar (ii), também oferecida pela/o parecerista, que aparentemente seria um contra-exemplo à hierarquia que aqui se propõe a partir dos dados em (49-50). (ii) só é possível na leitura em que *também* tem escopo sobre o V e *particularmente* sobre *as bananas*, o que não seria um problema à hierarquia que se está tentando propor.

(ii) O João prefere também particularmente as bananas

(51) **A hierarquia dos AdvPs focalizadores**

de inclusão > particularizadores > aditivo não escalar > aditivo escalar > de exclusão

*inclusive* > *particularmente* > *também* > *até* > *só*

*incluso* > *particularmente* > *también* > *hasta* > *solo*

Determinamos, então, a posição relativa das cinco classes de advérbios focalizadores descritos anteriormente. Faz-se, agora, necessário tratar de determinar a posição que os advérbios de (51) ocupam em relação aos advérbios da hierarquia de Cinque.

**A posição dos advérbios focalizadores na hierarquia de Cinque**

Cinque (1999) já havia mostrado que advérbios habituais (*solitamente* “geralmente”) precedem a negação pressuposicional (*mica*) que precede, por sua vez, *più* (‘mais’) (cf. (52)):

(52) *solitamente* > *mica* > *già* > *più* ... (CINQUE, 1999, p. 6)

Segundo o raciocínio avançado em Tescari Neto (2015a: 582), se considerarmos por enquanto o advérbio *só* – o mais baixo entre os ditos focalizadores da hierarquia em (51) acima –, e os advérbios de (52), no que diz respeito às relações de transitividade na sequência linear das sentenças ((53a,b) e (54a,b)), de Tescari Neto (2015a: 582), teremos o quadro (parcial) em (54c):

(53) a. Non ha mica solo mangiato la pasta [Italiano]

Não Aux NEG só comer. PART a massa

‘Ele/ela não comeu a massa não’

b. \*Non ha solo mica mangiato la pasta (G. Cinque, com. pessoal)

(54) a. Lui ha solo completamente distrutto una cosa, la sua casa [Italiano]

Ele tinha só completamente destruído uma coisa, a sua casa

‘Ele tinha só completamente destruído uma coisa: a sua casa’

b. \*Lui ha completamente solo distrutto una cosa, la sua casa (G. Cinque, comunicação pessoal)



c. solitamente/usually/geralmente > ‘mica’ > solo/only/só > già/already/já ...

Dadas as relações de transitividade discutidas acima é válido perguntar onde *só/solo/only* (e os advérbios associados ao foco de (51) da seção anterior) se posicionam em relação aos demais advérbios da hierarquia de Cinque. As sentenças apresentadas até o momento e os dados em (55-56), a seguir, sugeririam que *só* se posiciona numa “zona de fronteira” em IP, mais precisamente numa posição intermediária entre AdvPs altos e AdvPs baixos da hierarquia em (52) (ver, para isso, (57)).

- (55) T<sub>Anterior</sub> *já/already/già*:  
 A: - O que o José já limpou?  
 B: - Ele só já limpou a casaB’: - \*Ele já só limpou a casa
- (56) Asp<sub>Continuative</sub> *ainda/still/ancora*:  
 a. \*Ele ainda só não limpou a casa<sup>21</sup>  
 b. Ele só ainda não limpou a casa
- (57) solitamente/usually (Asp<sub>Habitual</sub>) > mica (Negação pressuposicional) > solo/only (Foc<sub>Exclusive</sub>) > *já/già/already* (T<sub>Anterior</sub>) > *ainda/ancora/still* (Asp<sub>Continuative</sub>) (TESCARI NETO, 2015a: 582)

Seguindo o raciocínio de Tescari Neto (2015a: 583), se se aplicam testes de transitividade para *só* e os advérbios posicionados nas proximidades do aspecto habitual, pode-se determinar a posição de *só* junto aos demais advérbios da hierarquia de Cinque. *Só* se posiciona necessariamente abaixo de *finalmente* (o advérbio de aspecto tardio), de *tendencialmente* (advérbio de aspecto predisposicional) e de *novamente* (advérbio de aspecto repetitivo) (cf. (58a-c), respectivamente, de Tescari Neto (2015a: 583).

- (58) a. \*O José só finalmente perdeu a cabeça  
 a’. O José finalmente só perdeu a cabeça  
 b. \*O José só tendencialmente perde a cabeça do nada

<sup>21</sup>Há falantes que aceitam (56a) desde que *ainda* receba acento de foco. Mas, nesse caso, (56a) claramente não formaria um par mínimo com (56b).

- b'. O José tendencialmente só perde a cabeça do nada
- c. \*O José só novamente perdeu a cabeça
- c'. O José novamente só perdeu a cabeça

Não é possível, no entanto, estabelecer uma ordenação entre *só* e os advérbios frequentativo (58d, d'), volitivo (58e, e') e acelerativo (58f, f')

- (58) d. O José só frequentemente perde a cabeça (não raramente!)
- d'. O José frequentemente só perde a cabeça
- e. O José só voluntariamente fez a tarefa<sup>22</sup>
- e'. O José voluntariamente só fez a tarefa
- f. O José só rapidamente lava a louça
- f'. O José rapidamente só lava a louça
- g. O José só já lavou a louça
- g'. \*/??O José já só lavou a louça (TESCARI NETO: 2015a: 583)

Essa ordenação livre, conforme apontamos em outro trabalho (TESCARI NETO, 2015a), na verdade é tão somente aparente. A assunção de uma versão da análise de Kayne (1998) nos leva a inferir que, após o movimento do constituinte sob o escopo de *só*, o outro advérbio pode ou não se deslocar junto com o remanescente, o que cria a ilusão de não ser possível estabelecer uma ordem rígida entre os advérbios em questão. Ver as fig. 6, 7 e 8 a seguir, em que a fig. 6 corresponde ao que há de comum na história derivacional dessas sentenças; a figura 7 (mais adiante) corresponde aos passos finais da derivação de (58d,e,f) e a fig. 8, bem mais adiante ainda, à derivação de (58d',e',f'). Entretanto, o fato de *só* c-comandar *já* (58g,g') é uma importante evidência a favor da ideia de que *só* ocupa uma posição rígida e fixa na hierarquia: *só* segue *novamente* (58c,c').

Conforme sugere a figura 6, um núcleo *probing* (K<sup>0</sup>) atrai, para o seu especificador, o constituinte sob o escopo do advérbio frequentativo

<sup>22</sup>Para uma/um parecerista, (58e,f) são agramaticais, o que leva a duas possíveis hipóteses: (i) pode ser que ela/ele esteja considerando a posição 'baixa' de *só* (não discutida aqui, que, em PB, pode ser também realizada pelo advérbio *exclusivamente* – cf. Tescari Neto (2015a)); ou (ii) que se esteja considerando a posição alta do advérbio acelerativo *rapidamente*.

(ver, na figura em questão, o passo indicado como (1)). Na sequência, o advérbio é Soldado no especificador logo acima, em consonância com a hierarquia de Cinque. A soldagem do advérbio é seguida pelo movimento do remanescente (ver o passo indicado como (2) na fig. 6). O movimento do remanescente restaura a ordem anterior, o que cria a impressão da ausência de movimentos. Esses passos derivacionais acima descritos – e indicados na figura 6 como (1) e (2) – são comuns à derivação das sentenças (58 d/d', e/e', f/f').

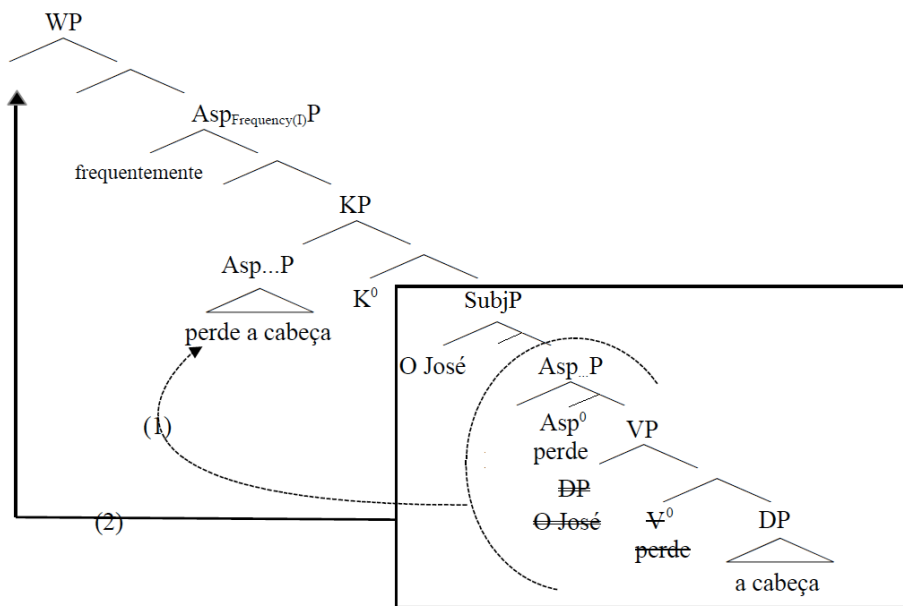


Figura 6 – A derivação de (58d, d'; e, e'; f, f'): primeiros passos<sup>23</sup>

Fonte: adaptado de Tescari Neto (2015a: 584)

A derivação das sentenças em que *só* precede o outro advérbio em (58d-g) tem história semelhante, conforme já apontado em Tescari Neto (2015a: 584): uma vez que o escopo de advérbios é atribuído, na Sintaxe

<sup>23</sup>Na representação mostrada na fig. 6, a projeção Asp...P indica as várias projeções aspectuais da hierarquia de Cinque c-comandadas pelo aspecto frequentativo<sub>(1)</sub> (AspFrequency(I)P) que por sua vez c-comandam o VP. Pela fig. percebe-se que aqui se assume uma posição criterial para o Sujeito, SubjP, no espírito de Rizzi (2004).

visível, por meio de movimento (KAYNE, 1998; MUNARO, 2011; TESCARI NETO, 2013), antes da Soldagem de *só*, um núcleo atrairia o constituinte que porta o traço de foco a seu especificador. Esse constituinte conteria inclusive o advérbio *frequentemente/voluntariamente/rapidamente*. Na sequência *só* seria soldado no especificador acima e o remanescente seria movido ao especificador acima de *só*, restaurando, outra vez, a ordem anterior à Soldagem dos advérbios em questão.

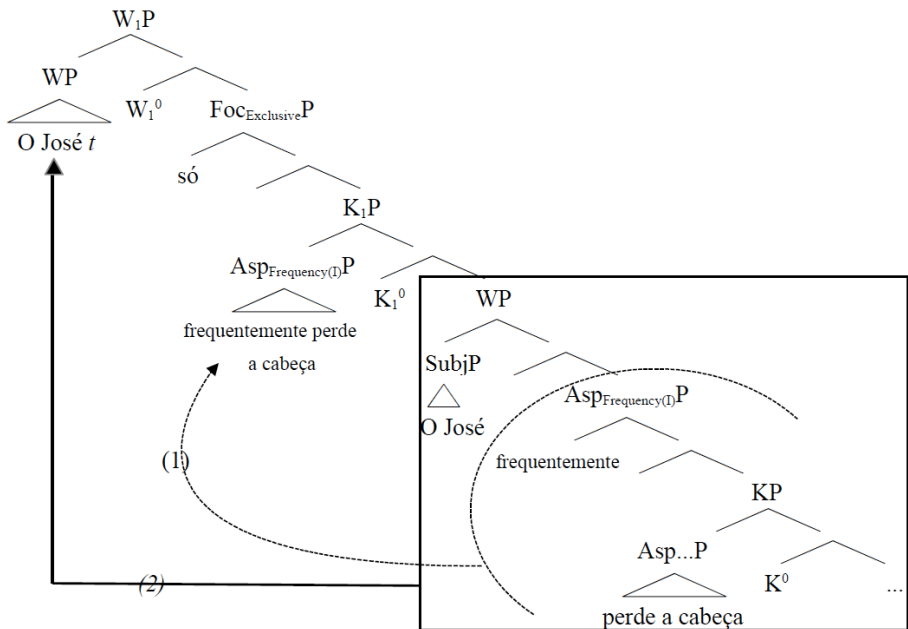


Figura 7 – A ordem *só* – AdvP

Fonte: adaptado de Tescari Neto (2015a: 585)

Se *frequentemente/voluntariamente/rapidamente* precede *só* (como em (58d<sup>2</sup>, e<sup>2</sup>, f<sup>2</sup>)), temos, inicialmente, conforme apontado também em Tescari Neto (2015a), a mesma história derivacional descrita nas figuras 6 e 7. As derivações de (58d,e,f) se diferenciarão das de (58d<sup>2</sup>, e<sup>2</sup>, f<sup>2</sup>) no que diz respeito ao constituinte alçado ao especificador do núcleo *probing* e no que diz respeito ao material alçado como remanescente: o constituinte que se move ao Spec do núcleo *probing* não conteria *frequentemente/voluntariamente/rapidamente*, que se moverá como

parte do remanescente. Esse movimento do remanescente cria, como já se disse, a impressão de não ser possível estabelecer uma ordenação rígida e fixa entre *só* e *frequentemente/voluntariamente/rapidamente*.

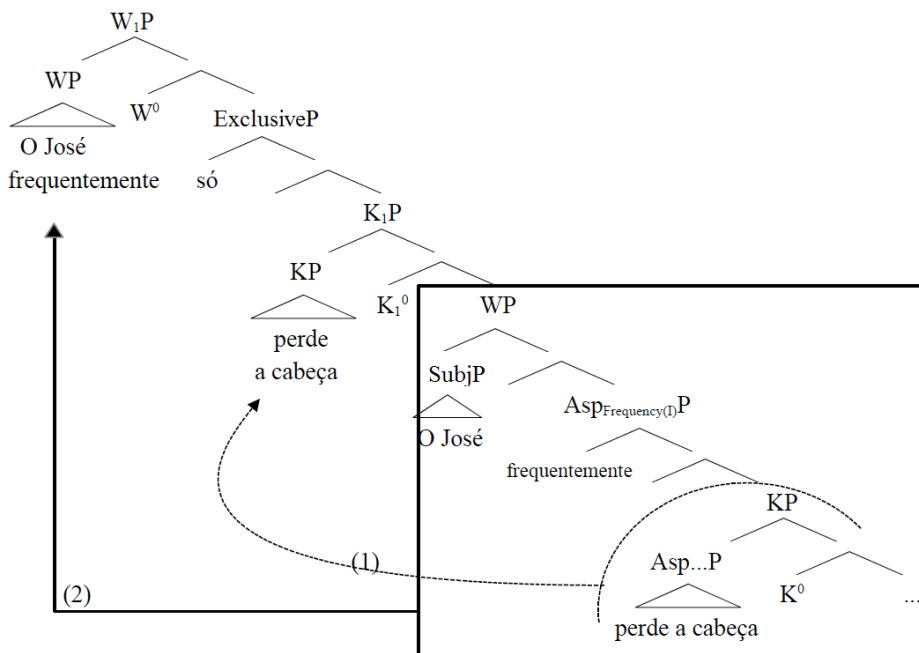


Figura 8 – A derivação da ordem AdvP – AdvP focalizador exclusivo

Fonte: adaptado de Tescari Neto (2015a: 586)

A conclusão que se tira dos dados até então discutidos é que *só* se posiciona entre as projeções do  $Asp_{Repetitive(I)}$  (*de novo/again*) e do  $Asp_{Frequentative(I)}$  (*frequentemente*), conforme (59), sendo, portanto, um AdvP “alto”. Se *só*, como vimos na seção anterior, é o advérbio focalizador mais baixo entre os advérbios focalizadores (conforme (51)), conclui-se que os advérbios ditos focalizadores se posicionam entre os advérbios altos. Resta somente determinar como os advérbios focalizadores se distribuem na sequência de AdvPs ditos altos da hierarquia de Cinque: posicionam-se um atrás do outro, todos de uma vez, num ponto específico da hierarquia ou cada advérbio associado a foco se posiciona num ponto da hierarquia entre dois outros advérbios de Cinque?

(59)

[*francamente* MoodSpeechAct > [*felizmente* MoodEvaluative > [*supostamente* MoodEvidential > [*provavelmente* ModEpistemic > [*uma vez* T<sub>Past</sub> > [*então* T<sub>Future</sub> > [*talvez* MoodIrrealis > [*necessariamente* ModNecessity > [*possivelmente* ModPossibility > [*geralmente* AspHabitual > [*finalmente* AspTardive > [*tendencialmente* AspPredispositional > [*de novo* AspRepetitive(I) > [**só Exclusive** ><sup>24</sup> [*frequentemente* AspFrequentative(I) > [*de gosto* ModVolitive > [*rapidamente* AspCelerative(I) > [*já* T<sub>Anterior</sub> > [*não mais* Asp<sub>r</sub>erminative > ...

(adaptado de TESCARI NETO, 2015a: 587)

Os focalizadores de (51) da seção anterior se ordenam rigidamente também em relação aos demais AdvPs da hierarquia de Cinque (1999). Como se viu nesta seção, *só* aparece entre o advérbio alto *novamente* (AspRepetitive(I)) e o advérbio *frequentemente* (AspFrequentative(I)), colocando-se numa zona fronteira no *Middlefield*, entre os advérbios altos e os baixos.

Uma vez que as outras quatro classes de AdvPs focalizadores de (51) ocupam posições mais altas do que *só*, é de se esperar que também se ordenem acima de *frequentemente* (AspFrequentative(I)). (60-61) confirmam esta previsão.

(60) a. O João inclusive frequentemente esquece a data de aniversário da esposa

b. \*O João frequentemente inclusive esquece a data de aniversário da esposa

(61) a. O João particularmente frequentemente esquece a data de aniversário da esposa

<sup>24</sup>Uma/um parecerista, a propósito de (59), indagou: “É estranho que projeções de AspP sejam interrompidas por projeções de conteúdo informacional como Foc”. Na verdade, a projeção do advérbio de exclusão *só*, assim como as posições dos advérbios em negrito na hierarquia em (68), mais adiante, são apenas posições de Soldagem para advérbios que se associam ao XP que virá a ser o foco da sentença. Os movimentos que aqui são assumidos ao especificador do núcleo atrator garantem, no espírito de Kayne (1998) revisitado, apenas atribuição de escopo, que, para Kayne, crucialmente se dá na sintaxe visível. Haverá ulterior movimento do foco associado ao advérbio, para o FocP da periferia esquerda. A esse respeito, ver Quarezemin e Tescari Neto (2015).

b. \*O João frequentemente particularmente esquece a data de aniversário

Estando *inclusive* e *particularmente* acima de *frequentemente*, de acordo com os dados em (60-61), e estando *inclusive* e *particularmente* acima de *também*, *até* e *só*, conforme se mostrou na seção anterior (cf. (51)), por transitividade conclui-se que *também* e *até* também se posicionam acima de *frequentemente*, ainda que seja difícil determinar a posição relativa dos dois primeiros em relação a *frequentemente*, provavelmente pelas mesmas razões que tornavam difícil o trabalho de determinar a posição de *só* em relação a alguns advérbios baixos, como se disse acima ao discutir as ocorrências em (58). O movimento do remanescente contendo *frequentemente* em (62b, 63b) deveria ser a razão para o porquê de essas sentenças, apesar de (aparentemente) violarem a ordem hierárquica, serem gramaticais. Naturalmente, estudos futuros deverão explicar por que apenas a alguns advérbios é facultada a possibilidade de se moverem junto com o material remanescente, sem darem lugar a agramaticalidades.

- (62) a. O João também frequentemente esquece a data de aniversário da esposa  
 b. ?O João frequentemente também esquece a data de aniversário da esposa)
- (63) a. O João até frequentemente esquece a data de aniversário da esposa  
 b. O João frequentemente até esquece a data de aniversário da esposa)

Que os advérbios de (51) se posicionem abaixo de *novamente* (Asp<sub>Repetitive(I)</sub>), o mais baixo advérbio dentre os advérbios altos da hierarquia de Cinque, pode ser visto em (64-67).

- (64) a. O João novamente inclusive esqueceu a data de aniversário...  
 b. \*/?O João inclusive novamente esqueceu a data de aniversário...
- (65) a. O João novamente particularmente esqueceu a data de aniversário...

- b. \*O João particularmente novamente esqueceu a data de aniversário...
- (66) a. O João novamente também esqueceu a data de aniversário...  
b. \*O João também novamente esqueceu a data de aniversário...
- (67) a. O João novamente até esqueceu a data de aniversário...  
b. \*O João até novamente esqueceu a data de aniversário...

A combinação de (51-59) com (60-67), tendo em vista os testes de transitividade – tão caros à metodologia do programa Cartográfico –, nos leva a concluir que as cinco classes de advérbios focalizadores se ordenam rigidamente também em relação aos advérbios da hierarquia de Cinque. A zona do Middlefield ocupada por advérbios focalizadores é exatamente aquela entre o advérbio alto *novamente* (Asp<sub>Repetitive(I)</sub>) e o advérbio *frequentemente* (Asp<sub>Frequentative(I)</sub>). (68) corresponderia a um estrato de uma versão reformulada da hierarquia universal de Cinque (1999), apresentada em (5), que passa agora a contemplar também as cinco classes dos advérbios ditos focalizadores:

- (68) Estrato da Hierarquia Universal de Cinque completada com os AdvPs focalizadores:

[*geralmente* Asp<sub>Habitual</sub>] > [*finalmente* Asp<sub>Tardive</sub>] > [*tendencialmente* Asp<sub>Predispositional</sub>] > [*de novo* Asp<sub>Repetitive(I)</sub>] > [***inclusive Inclusion***] > [***particularmente Particularizer***] > [***também Non-scalar additive***] > [***até Scalar additive***] > [***só Exclusive***] > [*frequentemente* Asp<sub>Frequentative(I)</sub>] > [*de gosto* Mod<sub>Volitive</sub>] > [*rapidamente* Asp<sub>Celerative(I)</sub>] > [já T<sub>Anterior</sub>] > ...

Como se vê, os advérbios ditos focalizadores ocupam uma posição intermediária no Middlefield, i.e., se posicionam entre os advérbios altos ou sentenciais – cujo representante mais baixo é o advérbio *novamente* (I) – e os advérbios baixos, cujo representante mais alto é o advérbio *frequentemente* (I).

## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi determinar as posições que os advérbios tradicionalmente denominados de focalizadores ocupam na



estrutura da oração, i.e., a posição que ocupam na hierarquia de Cinque (1999). Tomando como ponto de partida o princípio do “*One Feature, One Head*”, de Kayne (2005), a hipótese inicial era a de que para cada classe semântica distinta de advérbio associado ao foco deveria corresponder uma posição rígida e fixa na estrutura.

Para determinar essas posições dos advérbios ditos focalizadores, apresentamos muito sucintamente uma descrição de cada uma das cinco classes desses AdvPs. Na sequência, apresentamos a metodologia de pesquisa em Cartografia, com especial destaque às relações de transitividade: se um dado constituinte A deve preceder um constituinte B da mesma categoria, sendo agramatical a ordem inversa (i.e., BA), isso significa que, na hierarquia ou estrutura de base, A precede B.

Determinamos a posição que cada uma das cinco classes de advérbios associados ao foco ocupa na estrutura da oração, e a posição desses advérbios em relação aos advérbios da hierarquia universal. Vimos que os focalizadores se posicionam entre *novamente* (Asp<sub>Repetitive</sub>) – o mais baixo advérbio entre os advérbios altos de Cinque (1999) – e *frequentemente* (Asp<sub>Frequentative</sub>) – o mais alto entre os advérbios ditos baixos.

Naturalmente, uma vez que os advérbios, no quadro teórico de Cinque, são a lexicalização das distinções funcionais da oração no formato sintagmático e por isso mesmo ocupam a posição de Spec dos núcleos funcionais correspondentes, pesquisas futuras deverão encontrar, no formato nuclear, evidências para essas cinco classes de advérbios associados ao foco, também rigidamente ordenadas.

## Agradecimentos

Agradecimentos a um dos pareceristas desta revista que, com sua leitura atenciosa e suas observações precisas, gentilmente contribuiu para que o texto ganhasse em qualidade. Agradecimentos também a Sonia Cyrino, pela supervisão de meu estágio de pós doutorado realizado na UNICAMP e pela discussão dos dados aqui problematizados; à FAPESP, pelo apoio financeiro (processo 2013/040011); e às audiências do 25<sup>th</sup> *Colloquium on Generative Grammar* (IKER, Bayonne, maio de 2015), do 6<sup>th</sup> *International Conference on Formal Linguistics* (Tsinghua University, Pequim, novembro de 2014), do *Encontro Intermediário do GT em Teoria da Gramática* (Faculdade de Letras, UFMG, jul. de 2015) e das universidades de Veneza (outubro de 2013) e Campinas (março de 2014), onde versões preliminares deste trabalho foram apresentadas.

Agradecimento especial à equipe editorial da RELIN, pelo eficiente trabalho na edição da versão final. Desnecessário dizer que possíveis inconsistências e erros que insistiram em permanecer são meus.

## Referências

ADORNO, C. *Focalizzatori fra connessione e messa a fuoco: il punto di vista delle varietà di apprendimento*. Milano: Angeli, 2000.

AMBAR, M. On some special adverbs, word order, and CP: variation vs. micro-variation. *Canadian Journal of Linguistics/Revue Canadienne de Linguistique*, v. 53, n. 2/3, p. 143-179, 2008.

BAYER, J. *Directionality and logical form: on the scope of focussing particles and Wh-in situ*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

<http://dx.doi.org/10.1007/978-94-017-1272-9>

BENINCÀ, P.; MUNARO, N. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Eds.). *Mapping the left periphery: the cartography of syntactic structures – Vol. 5*. New York: Oxford University Press, 2011.

CESARE, A.-M. de. On the Focusing Function of Focusing Adverbs: A Discussion Based on Italian Data. *Linguistik online*, v. 44, n. 4, 2010. Disponível em: <[http://www.linguistik-online.de/44\\_10/decasare.html](http://www.linguistik-online.de/44_10/decasare.html)>. Acesso em: 5 jul. 2015.

CHOMSKY, N. Deep structure, surface structure, and semantic interpretation. In: STEINBERG, D. *et al.* (Eds.). *Semantics: An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 62-119.

\_\_\_\_\_. *Barriers*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Mapping Functional Structure: a Project. In: \_\_\_\_\_. *Functional Structure in DP and IP: the Cartography of Syntactic Structures – vol. 1*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 3-11.

\_\_\_\_\_. *Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structure – vol. 4*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2006.

CINQUE, G.; RIZZI, L. The cartography of syntactic structures. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 51-65.

CYRINO, S. M. L. On richness of tense and verb movement in Brazilian Portuguese. In: CAMACHO-TABOADA, V. et al. (Eds.). *Information structure and agreement*. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 297-318.

<http://dx.doi.org/10.1075/la.197.11.cyr>

DONATI, C. *La Sintassi: regole e strutture*. Bologna: Il Mulino, 2008.

FERRARI, L.; GIAMMATTEO, M.; ALBANO, H. Operadores de foco: el caso de incluso, hasta, solo y aun. *Cuadernos de la Alfal*, v. 3, p. 30-41, 2011. Disponível em: <[http://mundoalfal.org/sites/default/files/revista/03\\_cuaderno\\_005.pdf](http://mundoalfal.org/sites/default/files/revista/03_cuaderno_005.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2015.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.

KAYNE, R.S. Overt vs. covert movements. *Syntax*, v. 1, p. 128-191, 1998.

<http://dx.doi.org/10.1111/1467-9612.00006>

\_\_\_\_\_. *Movement and Silence*. New York: Oxford University Press, 2005.

KRIFKA, M. Basic notions of information structure. In: FÉRY, C. et al. (Eds.). *Working papers of the interdisciplinary studies on information structure (ISIS)*: vol. 6. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam, 2007.

LIMA, R. B. *Advérbios focalizadores no português brasileiro*. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

LONGOBARDI, G. In defense of the correspondence hypothesis: island effects and parasitic constructions in LF. In: HUANG, C.-T. J.; MAY, R. (Eds.). *Logical structure and Linguistic Structure*. Dordrecht: Kluwer, 1992. p. 149-196.

[http://dx.doi.org/10.1007/978-94-011-3472-9\\_6](http://dx.doi.org/10.1007/978-94-011-3472-9_6)

MUNARO, N. On the syntax of focalizers in some Italo-romance dialects. In: BAAUW, F. et al. *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p.157-174.

POLLOCK, J.-Y. Verb Movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. 3, p. 365-474, 1989.

QUAREZEMIN, S.; TESCARI NETO, A. Da sintatização dos focos contrastivo e exaustivo em CP e das estratégias de marcação de foco. *ReVEL*, edição especial, n. 10, p. 42-77, 2015. Disponível: <<http://www.revel.inf.br/files/eb575603b243ddb4990470247c2ece43.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

QUIRK, C. R. *et al.* *A grammar of the contemporary English*. London: Longman, 1976.

RICCA, D. Osservazioni preliminary sui focalizzatori in italiano. In: DITTMAR, N.; RAMAT, G. (Orgs.). *Grammatik und Diskurs: Studien zum Erwerb des Deutschen und des Italienischen/Grammatica e discorso: Studi sull'acquisizione dell'italiano e del tedesco*. Tübingen: Stauffenburg, 1999.

RIZZI, L. On the form of chains: criterial positions and ECP Effects. 2004. Disponível em: <[http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc\\_pub/Rizzi\\_2004-On\\_the\\_form\\_of\\_chains.pdf](http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc_pub/Rizzi_2004-On_the_form_of_chains.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SANTANA, M.S. A sintaxe dos advérbios em português. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SHU, C. *Sentence Adverbs in the Kingdom of Agree*. 2011. 263f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Stony Brook University, New York, United States of America, 2011.

TESCARI NETO, A. *On Verb Movement in Brazilian Portuguese: a cartographic study*. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Università Ca' Foscari di Venezia, Italia, 2013. Disponível em: <<http://arca.unive.it/handle/10278/2957>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. 'Só', 'exclusivamente' e suas posições na sentença. *Alfa (UNESP)*, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 573-602, 2015a. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/6419>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Por que advérbios altos não são diagnósticos para o movimento do verbo? *Linguística*, v. 31, n. 2., p. 27-46, 2015b. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v31n2/v31n2a03.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, focus and word order*. Massachusetts: MIT Press, 1998.

ZYMAN, E. Two investigations of adverbs and clause structure in English. Senior Thesis. Princeton University, 2012.

**Usos discursivos dos parênteses em um catecismo jesuítico na  
língua geral da Amazônia ([175-])<sup>1</sup>**

***Discursive use of parentheses in a Jesuit catechism in the Língua  
Geral of the Amazon region ([175-])***

Ruth Monserrat

UFRJ

ruth.monserrat@gmail.com

Cândida Barros

Museu Paraense Emílio Goeldi

mcandida.barros@gmail.com

Roland Schmidt-Riese

Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt

roland.schmidt-riese@ku.de

---

<sup>1</sup>A pesquisa foi desenvolvida com apoio do Programa de Capacitação Institucional do MCT/Museu Goeldi para a primeira autora. Agradecemos a Sarah Bürk, colaboradora de Roland Schmidt-Riese na Universidade Católica de Eichstätt-Ingolstadt, pela tradução e síntese dos textos de Samuel Walter (1628) e Hieronymus Freyer (1735). A Profa. Maria Filomena Gonçalves, da Universidade de Évora, nos ajudou com informações sobre os parênteses na tradição portuguesa. Agradecimento especial a Gabriel *Caraibebé* Prudente, por seu apoio técnico. Tivemos auxílio do CNPq para a pesquisa.

**Resumo:** O trabalho caracteriza alguns dos usos discursivos do sinal de parêntese em um catecismo manuscrito jesuítico intitulado *Doutrina Christã em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa g[eral] irregular e vulgar uzada nestes tempos* (Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms. 1089) [175-]. Os resultados apontam para o emprego multifuncional desse sinal de pontuação na construção de uma escrita missionária para o tupi. A forma gráfica dos parênteses no manuscrito é /: :/, principal evidência de que seu autor foi um jesuíta de língua alemã.  
**Palavras-chave:** jesuítas; catecismo; parênteses; pontuação; Língua Geral.

**Abstract:** The study characterizes the discursive use of parentheses in a jesuitical manuscript (catechism) entitled *Doutrina Christã em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa g[eral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (General Library of the University of Coimbra, MS 1089) [175-]. The results indicate the multifunctional use of these punctuation marks in the construction of a missionary script form of Tupi. The graphic form of parentheses used in the manuscript is /: :/, which provides the main evidence that the author of the manuscript was a German-speaking Jesuit.  
**Keywords:** Jesuits; catechism; parentheses; punctuation; Língua Geral.

Recebido em 24 de julho de 2015.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2016.

## Introdução

O processo de criar uma escrita em tupi para uso missionário durante o período colonial não se fez apenas pelo estabelecimento de um conjunto de letras, mas também por sinais de pontuação. Um deles, o ponto de interrogação, presente nos gêneros missionários baseados em perguntas, como o confissãoário e o diálogo de doutrina, foram frequentes e regulares na forma de sinalização gráfica e nas marcas morfológicas do tupi apropriadas. O parêntese, por sua vez, teve um

papel secundário e não unificado em relação aos contextos morfológicos e pragmáticos de seu emprego nos textos de evangelização em tupi.

Apesar de pouco frequente, o parêntese chamou-nos a atenção em um catecismo manuscrito anônimo intitulado *Doutrina Christã em lingoa geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa g[eral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (doravante *Doutrina*) pertencente à Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms. 1089. A estranheza deveu-se, inicialmente, ao sinal especial empregado, /: :/, como no exemplo a seguir:

*R. Santa cruz recé omojaçapé ojucáçara recé ojeruré  
/:ndenhyrô ixupé:/ ěi Tupá Túba cupê (DOCTRINA...,  
fl. 52) [16]<sup>2</sup>*

Pregado na Santa cruz, rogou por seus matadores /:perdoaos :/ disse a Deus Pai<sup>3</sup> (grifo nosso).

Esse sinal não parecia com nenhuma das notações da paleografia portuguesa para parêntese, que empregava ou duas barras – / / – ou dois semicírculos – ( ). Faltava, pois, identificar a sua origem e interpretar os usos que o autor da *Doutrina* [175-] lhes deu para podermos avançar na análise desse documento em língua geral.

## Objetivos

O objetivo do trabalho é analisar o uso de parênteses no catecismo manuscrito anônimo intitulado *Doutrina*, pertencente à biblioteca da Universidade de Coimbra, ms. 1089, e datado indiretamente como sendo da década de 1750.

Os procedimentos seguidos no trabalho para analisar o emprego dos parênteses foram os seguintes: inventariar suas ocorrências no manuscrito, traduzir para o português os enunciados em que eles ocorrem e classificar seus empregos a partir de semelhanças sintáticas, semânticas e/ou pragmáticas.

Os resultados – ainda preliminares – apontam para uma multiplicidade de usos dos parênteses, associados a diferentes instruções ao leitor missionário.

<sup>2</sup>Os números em colchetes remetem aos casos de enunciados em língua geral na *Doutrina* com parênteses listados nos anexos do artigo.

<sup>3</sup>As traduções para o português da *Doutrina* são de Ruth Monserrat (R. M.).

Optou-se por dois contextos de uso que indicam tal multifuncionalidade: a) discurso citado direto e b) leitura alternativa de duas possibilidades lexicais. Esses dois usos dos parênteses na *Doutrina* estão ligados a diferentes convenções gráficas. Como veremos, seu uso na situação de discurso citado direto (a) está presente na prática de escrita do primeiro alto alemão moderno (*Frühneuhochdeutsch*). Sua função é demarcar a voz alheia. Já seu emprego na forma de leitura alternativa de expressões linguísticas (b) reporta a uma convenção gráfica da literatura missionária em línguas indígenas, que permite adequar o discurso ao destinatário.

### **O sinal gráfico /: :/ como marca paleográfica de jesuítas falantes de língua alemã**

É frequente em documentos escritos por missionários da Europa Central na Amazônia no século XVIII o uso do sinal de parênteses na forma /: :/. Ele está em textos de Anselm Eckart (1759), em um dicionário anônimo (VOCABULÁRIO..., [175-], fl. 44) e numa carta ânuia da missão de Piraguiri (rio Xingu) em latim, assinada pelo jesuíta Lourenço Kaulen (1756)<sup>4</sup>.

Um exemplo interessante de uso é o da carta em português do jesuíta Francisco Wolff (original da Silésia) ao procurador da Ordem em 1750, em que o autor emprega as duas formas gráficas dessa pontuação:

- A alemã (“O Governador e com elle Padre Superior da Companhia /:como os Mais Prelados:/ pediraõ Se fizessem Listas dos Indios e defuntos”) (WOLFF, 1750, fl. 63);
- A portuguesa (“encomendei ao Irmaõ Manuel de Andrade/ hoje Carvalho/ quando Se foi desda (sic) Vice Provincia [...]”) (WOLFF, 1750, fl. 63).

O reconhecimento de que o uso desse sinal era restrito aos autores de fala alemã, permitiu, por essa marca paleográfica, identificar a procedência do autor da *Doutrina* e presumir a data em que ela foi escrita: o autor faria parte de um pequeno grupo de jesuítas da Europa Central que chegaram à Amazônia a partir de 1750 e foram expulsos ou encarcerados em 1759 (MEIER; AYMORÉ, 2005).

---

<sup>4</sup>Agradecemos ao Pe. Ilario Govoni pelo documento.



## O manuscrito e seu contexto sociolinguístico

*Doutrina*, assim como um conjunto de três dicionários anônimos sobre a língua geral (VOCABULÁRIO..., [175-]; PROSÓDIA..., [175-]; DICIONÁRIO..., 1756) e um texto gramatical de Anselm Eckart, compartilham o uso dos mesmos rótulos para distinguir registros linguísticos na língua geral. Os três dicionários fazem diferença entre um registro “vulgar”/“vulgo”, próprio da língua geral, e outro identificado como sendo próprio de “tupinambá”, “catecismo” e “arte”, associado a formas linguísticas não mais usadas. Exemplificaremos essa diferenciação pelo dicionário de 1756, encontrado recentemente pelo linguista Jean-Claude Muller (2012):

A bocca de noite. carucmé. carucramé. Ita vul[go].  
Top[inambá]. carucumé” (fl. 1);  
Absterse, anheronhén. ita catech[ismo]. çui. vul[go] apoír.  
çuí, exprimindo a cousa (fl. 1);  
Cruz. vulgò: cruzá. arte: ybyrá ïoaçaba” (fl. 12)  
Cera pöembaè. rel[ativo]. Top[inamba]. vulgo não se  
usa. aballizado, nomeado, affamado. vul[go]. aba retè, ÿ  
moacára (fl. 45)

O artigo de 1778 sobre a língua geral “vulgar”, de autoria do jesuíta Anselm Eckart, que chegou à Amazônia em 1753, também diferencia a língua falada pelos “Toupinambeus” da usada nas missões paraenses no seu tempo (ECKART, 1994, p. 177; ROSA, 1994).

A diferenciação de registros linguísticos presente nos verbetes dos três dicionários setecentistas (“catecismo”, “arte”, “tupinambá” *versus* “vulgar”) e em Eckart leva a interpretar o título da *Doutrina – traduzida em lingoa g[eral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos* – como uma introdução da variedade vulgar da língua geral nos textos de evangelização. No caso em pauta, tratava-se de um catecismo do jesuíta Philippe Bettendorff, que esteve na Amazônia entre 1660 e 1698.

O que levaria um missionário atuando na Amazônia, na década de 1750, a “traduzir” para a língua geral “vulgar” (vernacularizar) um texto catequético em tupi do final do século XVII (“composto” por Bettendorff)? Pela crônica do padre João Daniel, o motivo era que os índios já não compreendiam o “catecismo” até então usado no cotidiano da missão (DANIEL, 1976, v. 2, p. 225). Essa informação de que haveria

uma distância entre o que os índios falavam e o que era empregado no catecismo é corroborada pelo comentário apostado na portada de *Prosódia*, um dos três dicionários em português e língua geral de um jesuíta da Europa Central, contemporâneo da *Doutrina* [175-]:

Me declaro, q nesta peq. Prosodia da lingoa, entenda por as palavras conforme as fallas os Indios ordinariamente, e a maior parte delles e não conforme a arte, que anda impressa, ou segundo o catecismo (PROSÓDIA..., [175-] (fl. 1).

A incompreensibilidade do texto catequético tupi institucionalizado pelos jesuítas decorria da política linguística de longa duração, seguida pela Companhia de Jesus, de não alterar o texto catequético tupi, identificado com as obras impressas.

As mudanças na forma de os índios falarem a língua geral eram explicadas por Daniel como “corrupção” da língua devido à diversidade linguística existente nas missões naquele período. Os índios trazidos compulsoriamente pelos “descimentos” eram de regiões onde não havia falantes de língua geral. Assim, somente ao chegarem às missões eles eram introduzidos à língua geral. Os processos intensos de aprendizagem da língua como L2 seguramente contribuíam para uma aceleração da mudança linguística acima da velocidade habitual em comunidades estáveis.

## Os parênteses em duas convenções de escrita

A pontuação gráfica é um sistema de convenções interpretado dentro de uma tradição de escrita. Duas tradições foram identificadas como influenciadoras de alguns dos usos de parênteses na *Doutrina*: a do primeiro alto alemão moderno (*Frühneuhochdeutsch*) e a da literatura missionária nas línguas indígenas.

## Definições de parênteses na escrita do alemão antigo (séculos XVII e XVIII)<sup>5</sup>

Dois autores nos dão pistas a respeito das convenções da língua alemã sobre parênteses nos séculos XVII e XVIII – Samuel Walter (1628)

---

<sup>5</sup>Este item foi formulado com a colaboração de Sarah Bürck.

e Hieronymus Freyer (1735). As considerações de Samuel Walter sobre os parênteses estão contidas em um volume consagrado aos escritos do educador Wolfgang Rathke (1571-1635). Mas, segundo Sarah Bürk, atribuiu-se a um de seus alunos, Samuel Walter, a parte sobre pontuação e ortografia.

Já que por vezes não há outra possibilidade senão pôr, entre as orações principais, algo acidental que pode não pertencer propriamente ao tema entre parênteses, em vez de inseri-lo mediante uma oração subordinada, acham os *grammatici* que semelhantes parênteses, designados *hyperbata* pelos gregos, deviam ser considerados sinais de distinção; também dão exemplos de Terêncio, de Cícero e de Virgílio: mas, por serem os sinais dos parênteses dois semicírculos ou dois sinais de meia-lua, e colocados por muitos desta forma ( ) ( : : ), por outros, assim [ : : ] [ : : ] e por muitos também, em cartas, missivas e afins, dessa outra forma /: :/ /: :/, os antigos críticos da Eneida de Virgílio observaram que os Deuses Pagãos e a realeza, naquela época – quando queriam dar ênfase especial, autoridade e prestígio a suas proposições e discursos – utilizavam apenas os parênteses (WALTER, 1628, p. 52, tradução de Sarah Bürk).

Walter (1628) definiu os parênteses como o trecho “acidental” da oração (não pertencente ao tema), e lhe acrescenta a função discursiva de conferir autoridade ou legitimidade ao trecho mencionado (“quando queriam dar ênfase especial, autoridade e prestígio a suas proposições e discursos – utilizavam apenas os parênteses”).

Outra explicação para os parênteses encontra-se no alemão Hieronymus Freyer (1735). Ele já não incluiu a notação /: :/ como alternativa no alemão. Considerava dois tipos de sinais de pontuação, com diferentes funções:

a) redondos ( ), chamado “sinal de inclusão” (“Einschliessungszeichen”, cap. 6, regra 2, p. 169):

O *signum parentheseos* aplica-se para distinguir o que não é absolutamente necessário para entender o discurso, mas

que foi inserido em favor de uma maior clareza ou por outras razões (FREYER, 1735, p.195). (trad. Sarah Bürk).

b) retos [ ], “sinal de exclusão” (“Ausschliessungszeichen”, cap. 6, regra 2, p. 169).

11ª regra: **O *signum exclusionis* aplica-se para distinguir comentários alheios e palavras que não pertencem ao restante do discurso:**

[...] Mas estas palavras foram inseridas consciente e propositalmente por mãos alheias ou foram inseridas por nós mesmos para facilitar a compreensão das palavras. Esses parênteses podem significar então as duas coisas. P. Ex. Paulo escreve sobre Deus: Quem nos salvou de semelhante morte e continua a salvar-nos [a cada dia]. 2, Cor, 1,10. [...] As palavras enquadradas não se encontram no texto original, mas foram inseridas pelo bem-aventurado Lutero em favor de maior clareza (FREYER, 1735, p. 199) (trad. Sarah Bürk).

O “signo de exclusão” em Freyer corresponderia aos colchetes [ ] e não aos parênteses (nomeados de “signo interno”), porém, como veremos, tem semelhança com alguns usos desse sinal na *Doutrina* [175-].

Walter e Freyer coincidem no entendimento dos parênteses como parte acidental da oração, que pode ser retirada sem prejuízo sintático e semântico. Tal caracterização, contudo, não abrange todos os usos de parênteses na *Doutrina* [175-].

Os dois autores apontam para outros atributos discursivos que acrescentam possibilidades de interpretação para os parênteses usados pelo missionário em língua geral: a) dar realce a um trecho (“dar ênfase”, segundo Walter) e b) demarcar a voz alheia. Freyer aponta para o uso de colchetes como pontuação gráfica adequada nesse último caso. Como veremos adiante, os parênteses na *Doutrina* [175-] foram usados com essa função discursiva nos casos de discurso citado direto.

## **Parênteses na literatura missionária instrumental em línguas indígenas**

Em obras doutrinárias nas línguas indígenas impressas durante a colonização ibérica, os parênteses tiveram, entre outras, uma função

específica: a de apresentar textos alternativos a serem lidos em voz alta pelo missionário. Este deveria enunciar o trecho anterior ao que está interposto entre os parênteses ou o próprio interposto, mas nunca os dois juntos.

Os parênteses como sinalização de leitura textual alternativa tiveram presença frequente nos confessionários impressos da evangelização espanhola (VALDIVIA, 1606; GARCÍA, 1760), para indicar diferenças nas perguntas em função do sexo do penitente. Isso era particularmente importante nos confessionários, especialmente no Sexto Mandamento (sobre a castidade) e no Nono (não desejar a mulher alheia).

O catecismo bilíngue de Bettendorff (1687, p.113) utiliza os parênteses com essa função de instruir o leitor missionário sobre como oralizar um trecho dependendo do sexo do penitente:

Terenhemomotarumé **nde rapixara remirecó recé**, (se for mulher diga) **nde rapixara ména recé** (BETTENDORFF, 1687, p. 113, grifo nosso).

Naõ desejarás **a mulher de teu proximo**, (& sendo mulher dirá) **o marido de teu proximo** (*loc. cit.*, grifo nosso)

No exemplo anterior, o trecho “(se for mulher diga)” contido, em português, no enunciado em língua geral, não deveria ser oralizado. Os parênteses não contêm texto alternativo, mas chamam a atenção para a alternativa textual que segue. O missionário era instruído sobre a forma específica a ser usada de acordo com o sexo do interlocutor: *rapixara remirecó* “esposa de outro [homem]” ou *rapixara ména* “marido de outra [mulher]”. O termo *r-apixara*, “companheiro, amigo, próximo”, vale para ambos os sexos.

Os parênteses marcam leitura alternativa, nas obras missionárias, também quando se quer indicar diferenças dialetais. Exemplo desse uso encontra-se no Confessionário nas línguas dos “Indios de las Naciones, Pajalates, Orejones, Pacaos” (GARCÍA, 1760):

Finalmente se advierte que quando se hallare parenthesis en la lengua Castellana, corresponde â el parenthesis de enfrente, que esta en el Idioma de los Índios, y allí se halla traducida la misma palabra Castellana; pero quando solo en el Idioma de los Indios huviere parenthesis, y dentro de el la particula *vel*, entonces se denota, que las palabras de aquel parenthesis pertenecen â las Misiones

de el Rio Grande, ô â otra Mission en particular; y assi en ellas se dexará la palabra, ô palabras, que anteceden â el tal parenthesis, desde la ultima coma; y en lugar dellas se colocarán las otras (p. 1).

No uso do parêntese na literatura missionária, ele aponta para modulações que o religioso teria que fazer segundo o destinatário de sua enunciação (homem ou mulher, ou pessoas com variedades dialetais diferentes).

## Inventário das ocorrências de parênteses na *Doutrina* [175-]

O manuscrito tem 125 fôlios e mais de 1.200 turnos de perguntas e respostas, em duas colunas, uma em língua geral e outra com a versão parcial da primeira em latim. O sinal de parênteses ocorre apenas 38 vezes em enunciados na língua geral, 30 dos quais na parte das respostas dos diálogos.

Segue um quadro tipologicamente organizado de acordo com seu uso em *Doutrina* [175-], a partir de formas gramaticais, semânticas e/ou pragmáticas recorrentes. A tipologia proposta tem caráter heurístico, visando, neste momento, apenas a apresentar algumas recorrências de uso dos parênteses:

Tipologia	Ocorrências	Exemplos
Contexto de discurso citado direto	9 [4,6,14,16,21,23a,24,26,28]	<i>Pejár có xé ruguy /:ëi:/ pé repýramo</i> , (fl. 87v) [26]. [Tomai este meu sangue /: <b>disse</b> :/ como vosso resgate].
Relativa explicativa	12 [2b,3a,3b,5,7,8,9a,10,12,13,23a,25]	<i>R. Tupána pemonháng /:pejeapuçaca catú:/ Tupana pemonháng, có ybý pupé pecuaübaerâma Tupána, i-nhëënga /:i-angaturameté bää:/ peporucabäerâma</i> (fl. 1v) [2b] [Deus vos fez /:escutai bem:/ Deus vos fez, para que nesta terra vós conheçais a lei de Deus /: <b>que é muito santa</b> :/ e a obedeçais].
Leitura alternativa de formas lexicais.	5 [1,15,29a,29b,32]	<i>R. Tupã recobiára çupé jandé nhemombëi; Tupã recé imocý catú catú, Tupã angaturâma, monhemoyrôçába /:mopyaibçába:/ cecoú recé</i> . (“De peccato mortali”, fl. 115) [32] Ao substituto de Deus nós nos confessamos; nos arrependendo muito, pela bondade de Deus, [ <b>pelas</b> ] <b>ofensas</b> [ <b>registro dos catecismos</b> ] /: <b>ofensas</b> :/ [ <b>registro da variedade vulgar</b> ].

Tipologia	Ocorrências	Exemplos
Expressão temporal ou condicional	5 [17,18,20,27a,27b]	<i>Ixupe /:orojerurrame:/ oreauçúbucár, jandé poreâuçúboí</i> (fol. 58v) [20] [A ele /: <b>quando [ou se]</b> rogamos:/ que nos ame, que tenha pena de nós].
Empréstimo do português e sua tradução em língua geral	3 [11,30,31]	<i>R. Ybakypé oçóbäerama, Tupá graça /:<b>jandé ánga recobécâbeté:</b>/ pupé omano-bägöera nhóte</i> [11] Irá para o céu aquele que morreu na graça /: <b>vida verdadeira de nossa alma:</b> / de Deus.
Ato exortativo	1 [2a]	<i>R. Tupána pemonháng /:<b>pejeapuçaca catú:</b>/ Tupana pemonháng, có ybý pupé pecuaûmbaerâma Tupána</i> (fl. 1v). [2a] Deus vos fez /: <b>escutai bem:</b> / Deus vos fez, para nesta terra conhecerdes a Deus.
Casos duvidosos	3	[9b,19,22]
<b>Total</b>	38	

## Comparação entre os parênteses na *Doutrina* e nos catecismos tupi impressos

Uma comparação do emprego do sinal dos parênteses em catecismos de jesuítas portugueses (ARAÚJO, 1618; ARAÚJO; LEÃO, 1686) com o manuscrito *Doutrina* mostra uma expansão do seu uso nesse último. Os catecismos tupi de Araújo (1618) e Araújo e Leão (1687) empregavam cada um deles, cerca de uma dezena de parênteses, enquanto a *Doutrina* [175-] utilizava mais de trinta.

Nossa hipótese inicial foi que essa forma de pontuação poderia ter sido usada para que o autor do manuscrito inserisse nos textos anteriores da evangelização passagens que considerava necessárias. Porém, a hipótese de que os parênteses inseririam trechos em tupi não existentes nos textos impressos não se confirmou. Muitas das passagens incluídas dentro de parênteses faziam parte dos catecismos impressos, sendo apenas sinalizadas diferentemente. Um exemplo é o seu emprego no contexto do discurso citado direto, recurso discursivo presente nos catecismos impressos, mas não sinalizado por meio de parênteses.

A *Doutrina* interpõe com parênteses trechos já presentes no catecismo tupi de Araújo e Leão (1686) que estavam sem esse sinal gráfico, como no exemplo a seguir, marcado com negrito:

Araújo e Leão (1686)	Doutrina Christã [175-]
<p><i>Arobiar yby apýtérípe igoegyba-goêra, acé rubypy caraibelá angóera äépe turáma oçaróbäe renocémagoérabé</i> (p. 4)            Creio [que] para o meio da terra desceram nossos primeiros pais de alma boa que lá estão esperando a vinda futura [dele], para serem levados (trad. Ruth Monserrat)</p>	<p><i>Ybý apýtérípe oçóagöera, jandé Rúbypý an-gaturáma angöera</i> /:äépe túráma oçaróbäe:/ <i>renocemagöera</i> (“De Articulis fidei”, fl. 45v-46) [13]            Para o meio da terra foram os nossos primeiros pais de almas boas /:<b>que lá esperam a vinda futura [dele]</b>:/ levados.</p>

Uma possível explicação para esse uso do sinal de parênteses no exemplo anterior da *Doutrina* é realçar um trecho, como proposto por Walter (“dar ênfase”).

## Dois usos discursivos de parênteses na *Doutrina*

Vamos concentrar-nos em dois dos usos de parênteses cuja origem pôde ser identificada: a) em contexto de discurso citado direto para marcar voz alheia e b) alternativa entre termos diferenciados pela diglossia da época, entre o que os índios falavam e o que era interpretado como parte do repertório cristão em tupi mantido pela Companhia de Jesus.

### Parênteses em contexto de discurso citado direto: marcação de voz alheia

*O signum exclusionis* aplica-se para distinguir comentários alheios (FREYER; HIERONYMUS, 1735, p. 199)

O discurso citado direto é usado em textos tupi missionários desde o século XVI, com diferentes maneiras de sinalização gráfica. A *Doutrina* apresenta um dos raros casos em que isso foi feito por meio de parênteses.

A forma clássica de apresentar o enunciado de um terceiro em tupi é pelo discurso citado direto. O trecho a seguir, retirado de uma carta escrita em tupi, por um índio, a seu primo em 1640 (NAVARRO, 1998, p. 527), exemplifica o uso do discurso citado direto no discurso indígena. O negrito foi acrescentado para demarcar o discurso citado, que não está sinalizado graficamente por sinais de pontuação:



*Aimodo capitão Diogo da Costa pejpiciq abamo coipo cunha amo tapeimongeta pereroçe mae yco orojuar peje Içupe pejmongetara nhe imongeta rojre tapejmodo agua moga cuapa gui yabo.*

Mandei o capitão Diogo da Costa dizendo “prendei alguns homens ou algumas mulheres para que converseis. Dizei a eles ‘Eis que viemos para vos retirar. Conversai com eles primeiro; depois de conversar com eles, que os envieis para reconhecer os altibaixos pantanosos” (Carta do índio Diogo Camarão, 1645 – trad. Eduardo Navarro, 1998, p. 527).

O recurso ao discurso citado direto foi utilizado amplamente nos diálogos de doutrina em tupi compostos pelos jesuítas. Algumas vezes a inserção vem sinalizada por vírgulas, outras vezes não há nenhuma pontuação, mas nunca são utilizados para isso os parênteses:

*Eicuabeéng xenheénga abaipaba xenheeng memoare, ey aé çupicatu marã xe ereme, marape erepoar xe rece, ey* (ANCHIETA, 1988, p.24)

Mostra-me em que falei mal; e se falei bem, por que me ferer? (ANCHIETA, 1988, p.173 – trad. Armando Cardoso)

Na *Doutrina*, um dos contextos de uso de parênteses é o do discurso citado direto que envolve no enunciado a primeira e a segunda pessoa. O trecho intercalado ora é o ato metalinguístico do discurso citado, ora o discurso referido, como mostram os exemplos a seguir:

*Pejár có xé ruguý /:ëí:/ pé repýramo* (DOCTRINA..., [175-], fl. 87v) [26].

Tomai este meu sangue /:**disse**:/ como vosso resgate (grifo nosso).

*Santa Cruz recé omojaçápé ojucáçára recé ojeruré /:**ndenhyrô ixupé**:/ ëí Tupá Túba çupê* (DOCTRINA..., [175-], fl. 52) [16]

Pregado na santa cruz, rogou por seus matadores: /:**perdoaos**:/ disse a Deus Pai (grifo nosso).

Sugerimos a análise do sinal de parênteses nesse contexto discursivo como sinalizador de mudança de enunciador. O sinal marca o discurso alheio, não o do locutor enunciador (o missionário).

Alternativamente, pode-se dizer que em situações como essa, os parênteses têm a função de distinguir a voz do enunciador do diálogo – o missionário –, em passagens marcadas por muitas vozes, da voz do autor original do enunciado.

O uso de parênteses no discurso citado se aproxima daquele proposto por Freyer (1728) para o sinal de colchetes em alemão (“*O signum exclusionis* aplica-se para distinguir comentários alheios e palavras que não pertencem ao resto do discurso”, FREYER, 1728, p.199 – trad. S. B.)

Uso semelhante de parênteses em discurso citado foi encontrado numa caderneta de notas do Padre Eckart. Ele inclui aquela pontuação ao copiar uma passagem do jesuíta Simão Vasconcelos, na qual este empregara a primeira pessoa singular (“vi”). Eckart acrescenta “diz o author” entre parênteses, para salientar que o “eu” se refere a Vasconcelos. Ou seja, ele interpõe uma sequência entre parênteses para indicar que a primeira pessoa mencionada é o autor do texto original, e não o copista.

Simão Vasconcelos (1977, v. 1, p. 162 [edição original de 1663])	Caderneta de Anselm Eckart, 1759
“Dos peixes homens, e peixes mulheres vi grande lapas junto ao mar (...)”	“Vi mesmo /:diz o author:/ dos peixes homens, e peixes molheres, grandes lapas junto ao mar (...)”

Nem todo discurso citado direto na *Doutrina* usa parênteses. Seu emprego, nesse contexto linguístico particular, foi muito vacilante.

## Parênteses como marcação de leitura alternativa segundo o interlocutor

Em alguns casos, os parênteses foram usados na *Doutrina* para propor uma leitura alternativa de duas possibilidades lexicais, como nos exemplos a seguir:

*Onhemoyrõtäé /:ipÿaíbcerá /: amóreme Tupána orébo?*  
(DOUTRINA..., [175-], fl. 51) [15]

Deus **se ofende** /:será que se ofende:/ às vezes conosco?  
(grifo nosso)

*Tupã recobiára çupé jandé nhemombëú; Tupã recé imoacy catú catú, Tupã angaturáma, monhemoyrôçába /:mopyaibçába:/ cecoû recé. (“De peccato mortali”, fl. 115, grifo nosso) [32]*

Ao substituto de Deus nós nos confessamos; nos arrependendo muito, pela bondade de Deus, [pelas] ofensas /:ofensas:/ (grifo nosso)

Os dois exemplos contrastam os termos tupi *mo-iron* e *pya-aib*, ambos com o significado de “zangar”, “irritar”, e os substantivos derivados deles, presentes no exemplo, com o significado de “ira” ou, no léxico cristão, “ofensa”:

*Onhemoyrôtäé /:ipÿaibcerá:/ (DOUTRINA..., [175-], fl. 51)*

*o-nhe.moirôn-täe [3-reflexivo.ofender-interrogativo] ele se ofende?*

*ipÿaibcerá [3-coração.mal será] será que ele se ofende?*

*monhemoyrôçába /:mopyaibçába :/ (DOUTRINA..., [175-], fl.115)*

*mo-nhe.moyrô-çába [causativo-reflexivo.ofender-qualidade de] ‘ofensa’*

*mo-pyá.aib-çába [causativo-coração.mal-qualidade de] ‘ofensa’*

Os dois termos tupi fazem parte do léxico cristão para expressar a ofensa a Deus. O primeiro deles – *nhemoirô* – era utilizado no catecismo de Araújo e Leão (1686) para descrever a ira de Deus com aqueles que não seguiam seus preceitos:

*Onhemoyrô tepé Tupã acêbe amomé?*

Deus se ofende às vezes conosco? (ARAÚJO; LEÃO, 1686, p.27) (trad. Ruth Monserrat)

Quando a *Doutrina* vernaculariza esse enunciado de Araújo e Leão (1686), intercala, dentro de parênteses, uma glosa na variedade vulgar (*mopyaib*), recorrendo a uma forma construída com a raiz *pyá* cujo

significado básico é “figado, coração”. Como em português, o coração era o local dos sentimentos, processou-se um decalque na língua geral, e diversas novas construções com *pyá* surgiram para traduzir termos relativos à introspecção e a sentimentos de raiva, tristeza e preocupação. Exemplos:

*Aipyamonghetá*. examinar sua consciencia, ou fallar ao seu coração. considerar. dizer no seu coração (DICIONÁRIO..., 1756, fl. 57v).

Desconsolarse. *xepyaíb*. *tenhé nde pyaíb*. não seja triste (DICIONÁRIO..., 1756, fl. 14).

O dicionário de 1756 mostra que as duas opções lexicais postas na *Doutrina*, no exemplo anterior (*nhe-moiron* e *pyaíb*), antes dos parênteses e dentro deles, tinham referências diferentes: *pyá* era referido como “vulgar” (“Tomarse, agastarse. anhemoyrõ. **vulgo**. Xepyaiba”, DICIONÁRIO..., 1756, fl. 41, grifo nosso), e *nhemoiron* era apresentado como “sem uso” (Agastadiço. e também melancólico. Nhemoyrõdoára. **inusit[atũ]**. **vulgo**. Angaipába”, DICIONÁRIO..., 1756, fl. 3).

Essa modalidade de uso dos parênteses na *wDoutrina* contrapõe a forma vulgar às formas usadas nos catecismos impressos, correspondentes ao tupi clássico oficializado pela Companhia de Jesus ao longo dos séculos.

As leituras alternativas propostas pelos parênteses na *Doutrina*, entre o contido no catecismo e a forma cotidiana da língua, mostram o dilema do missionário sobre a melhor forma de evangelizar os índios: manter termos dos catecismos impressos, como *nhemoiron*, já não usado, ou utilizar compostos com *pyá*- no caso, o termo *pyaíb*- que se difundiram com significados relacionados a sentimentos negativos.

## **A título de conclusão: multiplicidade de funções e de tradições de escrita no uso dos parênteses**

O inventário de todas as ocorrências de parênteses apontou para a multiplicidade de usos desse sinal na *Doutrina*, não passíveis de atribuição a uma única forma gramatical e pragmática, ao contrário do que acontece com o ponto de interrogação nos textos missionários em tupi.

Centramo-nos em dois empregos de parênteses que mostram essa diversidade de usos. Ambos apresentam instruções de leitura distinta para o leitor-missionário e apontam para distintas origens de tradição de

escrita. O quadro a seguir sistematiza as diferenças entre os dois casos de parênteses analisados no documento:

<b>Parênteses na Doutrina</b>	<b>Função discursiva</b>	<b>Instrução para leitura</b>	<b>Origem da convenção gráfica</b>
Discurso citado direto (com pronomes de primeira e segunda pessoa)	Presença de múltiplos enunciadores	Leitura de todo o trecho intercalado pelo sinal	Pontuação alemã
Diferenciação entre termos do tupi (vulgar <i>versus</i> clássico)	Diferentes opções lexicais	Leitura alternativa segundo o destinatário	Textos missionários do mundo ibérico

a) Parênteses no contexto do discurso citado direto, com primeira e segunda pessoa, marcavam a voz alheia. O uso do discurso citado direto está presente tanto na tradição jesuítica tupi de origem portuguesa como no texto da *Doutrina*. Porém, a sinalização gráfica por parênteses está ausente nos textos em tupi dos missionários portugueses (ARAÚJO, 1618; ARAÚJO; LEÃO, 1686).

b) Parênteses para propor leitura alternativa entre formas contidas nos catecismos e na fala do cotidiano. É um recurso gráfico da literatura missionária em línguas indígenas na colonização ibérica. Tal pontuação permite adaptar o enunciado ao destinatário. Como instrução de leitura, deve-se oralizar apenas uma das expressões. No contexto da *Doutrina*, ele foi usado como sinalização gráfica da situação sociolinguística de diferença entre a variedade usada no discurso tupi oficial e a “vulgar”. No caso da *Doutrina*, o parêntese, neste caso, é uma sinalização usada pelo autor para adequar o discurso cristão em tupi para expressões linguísticas de sua época.

O último emprego apresenta uma interpretação própria desse contexto sociolinguístico e da proposta discursiva do autor declarada no título (traduzir para a língua geral vulgar), enquanto seu uso nas obras em tupi impressas no século XVII propunha leituras alternativas segundo o sexo do destinatário, homem ou mulher. Na *Doutrina* o parêntese teve relação direta com o processo de vernacularização, na medida em que

o autor do manuscrito dispõe de uma forma gráfica para assinalar duas opções lexicais marcadas por diferentes variedades da língua geral.

## Referências

ANCHIETA, J. *Diálogo da fé: obras completas*, vol. 8. Introdução histórico-literária e notas do Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Loyola, 1988.

ARAÚJO, A. *Catecismo na Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1952.

ARAÚJO, A.; LEÃO, B. *Catecismo brasilico da doutrina christaã, com o ceremonial dos sacramentos, e mais actos parochiaes*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1686.

BETTENDORFF, J. F. *Compêndio da doutrina christaã na língua portuguesa e brasileira*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

DANIEL, J. *Tesouro descoberto no rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

DICIONÁRIO Português-Língua Geral e Língua Geral-Português. Alemanha: Stadtbibliothek/Stadtarchiv Trier. Ms 1136/2048 4º, [1756].

DOCTRINA christaã em lingua geral dos indios do estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. João Philippe Bettendorff, traduzida em lingua geral e irregular, e vulgar uzada nesses tempos. Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms. 1089, [175-].

ECKART, A. Von den Sprachen in Brasilien: specimen linguae brasilicae vulgaris. *Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur*, v. 6, p. 195-213, 1778.

\_\_\_\_\_. *Papéis do P. Anselmo Eschard*. Torre do Tombo, m.54, n.4, 1759.

\_\_\_\_\_. O exemplário da língua corrente do Brasil de Anselm von Eckart. Tradução Carlos Antônio Kalil Tannu e Miguel Barbosa do Rosário. *Terceira Margem*, ano 2, n. 2, p. 176-189, 1994.

FREYER, H. *Anweisung zur teutschen Orthographie*. Halle: im Wänsenhouse: Die andere Edition, 1735.

GARCÍA, B. *Manual para administrar los Santos Sacramentos de Penitencia, Eucharistia, Extrema-uncion, y Matrimonio, dar gracias despues de comulgar y ayudar a bien morir a los Indios de las Naciones, Pajalates, Orejones, Pacaos... y otras muchas diferentes, que se hallan en*

*las Misiones del Rio de San Antonio, y Rio Grande*. [S.l.]: en la Imprenta de los Herederos de Doña María de Rivera, 1760.

KAULEN, L. *Literæ Annuæ Missionis Piragurensis de anno 1755 in 56*. ARSI [Archivum Romanum Societatis Iesu], cód. Bras [Brasile] 10 II, fl. 481r-484v, 1756.

MEIER, J.; AYMORÉ, F. *Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugiesisch und Spanisch-Amerika: ein bio-bibliographisches*. Handbuch, v. 1: Brasilien (1618-1760). Münster: Aschendorff Verlag, 2005.

MULLER, J. C. Die Identifizierung eines Sprachschatzes in der Trierer Stadtbibliothek: das jesuitische Wörterbuch Alt-Tupi/Portugiesisch. *Kurtrierisches Jahrbuch*, v. 52, p. 371-387, 2012.

NAVARRO, E. A. *Método moderno do tupi antigo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PROSÓDIA: Dicionário da língua falada por índios do Brasil. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, [175-].

ROSA, M. C. Um exemplo de descrição pedagógica no século XVIII: o specimen linguae brasiliçae vulgaris e a tradição jesuítica de ensino de segunda língua. *Terceira Margem*, ano 2, n. 2, p. 181-189, 1994.

VALDIVIA, L. *Arte y gramática general de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile: con un vocabulario y confessionario...: juntamente con la doctrina christiana y cathecismo del Concilio de Lima en español, y dos traduciones del en la lengua de Chile*. Lima: Impresso por Francisco del Canto, 1606.

VASCONCELOS, S. *Crônica da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

VOCABULÁRIO na Língua Brasil. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, [175-].

WALTER, S. Gar kurtzer Bericht von der Distinction-lehr, mit ihren signaturen (1628), In: ISING, E. *Wolfgang Ratkes Schriften, Teil II*, Berlim: Akademie Verlag, 1959. p. 51-55.

WOLFF, F. *Carta do Pe. Francisco Wolff para Pe. Bento da Fonseca, 1 de setembro de 1750*. Biblioteca Nacional de Lisboa, 4529, doc. 36, p. 63-66, 1750.

## ANEXO

## Parênteses na Doutrina [175-]

[1] *P. Abápe erimbäe icó ára, /:ybÿ:/ ybÿpóra pabé, paraná; i-póra, ybáka, có aracy, jacy; jacýtata, ara, pytúna, ybÿtú, opacatú mbäe abé omonháng?* (“Sobre o fim da criação”, fl. 1)

Quem é que fez, antigamente o que há **neste mundo /:a terra:/**, o mar nele contido, o céu, o sol, a lua, as estrelas, o dia, a noite, o vento e todas as coisas? (Tipo discursivo de parênteses: leitura alternativa de equivalências lexicais)

[2ab] *R. Tupána pemonháng /:pejeapuçaca catú:/ Tupaná pemonháng, có ybÿ pupé pecuaübaeráma Tupána, i-nhéënga /:i-angaturameté bää:/ peporucabäeráma* (“Sobre o fim da criação” fl. 1v)

Deus vos fez **:/vós escutai bem:/** Deus vos fez, para nesta terra vós conheçais a lei de Deus **:/que é muito santa:/** e a obedecais. (Tipo discursivo de parênteses: a) inserção de ato exortativo; b) relativa explicativa).

[3ab] *R. Oremombeurama recebé, Tupá Tayra ybâkaçüi ouragöera, S.<sup>a</sup> MARIA cunhã mbucú i-jabykyéma mnhe [memenhe?] barriga pupé, apÿabeté onhemonhángagöera, cruza áribo omanóbaepöera, oaçúra /:jandé canhemagöera mombeuçába:/ çüi, oecatuába /:ybâkypé jandé corama [çorama] mombegoãba:/ cotý, jandé reraçóagöera mombëuráma nhenhe* (“Sobre o fim da criação”, fl. 5)

Para nos reafirmar [que] Deus filho veio outrora do céu, na barriga da jovem virgem Santa Maria, se fez homem verdadeiro, morreu em cima da cruz, e nos levou da sua esquerda **:/confissão da nossa perdição:/**, para a sua direita **:/confissão da nossa ida futura para o céu [salvação]:/** para nos reafirmar [isso] continuamente. (Tipo discursivo de parênteses: a) Relativa explicativa; b) Relativa explicativa).

[4] *R. [...] Jabé ixé aicó cuáb, ybÿpëbé xerecórame /:ëi corý anhângarãta pòra jabiõ /: Tupána xémomorandúba recé nitiú [ileg.] erimbäe:[...]* (“De descensu ad Inferos et Specialiter de Inferno”, fl. 26-26v).



Da mesma forma eu sei quando eu for **/:ele disse logo no inferno cada:/** Deus me fez informar não [ilegível] antiga (Tipo discursivo do parênteses: Discurso citado direto).

[5] *R. Jandè Rûbypÿ angaipábypÿ /:japupébäé jandé nhemonháng pabé:/ i-ánga recé cecórame* (“De Limbo Pavulorum”, fl. 29)

O primeiro pecado [pecado original] do nosso primeiro pai **/:de quem nos todos nos fizemos [do qual somos todos descendentes]:/** quando está na alma dele (Tipo discursivo de parênteses: Relativa explicativa)

[6] *R. [...] có mocoĩ abá öür, Antixto [Anti Christo], coipó abá angaturáma möánga /: Tupã ixé :/ ejágöera motĩ opabenhé abá pýtéropé, v[el] icatúpenhé; omombëú ybÿpóra çupé: marápé peicó aipó abá möánga recé? nitiú Tupá äé: Tupáránaäé* (“De Judicio universali”, fl. 33).

Esses dois homens chegam [vem], o AntiCristo ou esse fingido homem bom **/:sou Deus:/** ele diz no meio de todos homens [ou] bem as claras, ensinou aos habitantes da terra. Porque vocês acreditam nesse fingido homem. Ele não é Deus, ele é falso Deus (Tipo discursivo dos parênteses: discurso citado direto).

[7] *[P] Jandé momorandú catútäé J. J. J. C° [Jande Iara Jesus Cristo]. aipó abá poxy, Xtorána [Cristorana] /: öürbäérama :/çüi jándé jepycyrôbäerama recé [?]* (“De Judicio universali”, fl. 33v).

Fomos informados [advertidos] sobre Nosso Senhor Jesus Cristo homem muito ruim, falso Cristo, **/:que virá:/** e nos salvará? (Tipo discursivo do parênteses: Relativa explicativa)

[8] *R. Aipó pabé riré, tatá /:ybâka çüi öábäérama:/ oçapuçapu ybÿ, ybÿpóra pabé, mbäé catú pabé mocanhembáb. té riré catú ramo öür Tupána jandé Iara* (“De Judicio universali”, fl. 33v).

Depois dessa destruição, o fogo **/:ele vai cair do céu :/** queimar [total/frequentativo.] a terra, todos os habitantes, destruirá todas as coisas até que venha Deus Nosso Senhor. (Tipo discursivo de parênteses: Relativa explicativa).

[9 ab] *P. Majaué catútäé Tupã Espírito Santo /:Tupã Tuba çüi, Tupã Tayra çüibé öürbäé:/ oicöé ixüi /:abáramo oicobó:/ ojepé Tupã*

*memé irúnamo guecó pupé cecórame, Tupá amo oicobó ?* (“De Spiritu Sancto”, fl. 36)

Como o Deus Espírito Santo **/:que veio de Deus pai e de Deus filho:/** é diferente dele **/:sendo pessoa:/** é um e mesmo Deus juntos, eles são um e mesmo Deus. (Tipo discursivo de parênteses: a) Relativa explicativa; b) ?)

[10] *R. Tupã /:opacatú mbäé opópe oguerécó:/ imonhangapé* (“De Carnis resurrectione”, fl. 42).

Deus **/:que tem todas as coisas em suas mãos [domina]:/** ele as fez. (Tipo discursivo de parênteses: Relativa explicativa)

[11] *R. Ybakypé oçóbäérama, Tupá graça /:jandé ánga recobécábeté:/ pupé omanobägöéra nhóte* (“De Carnis resurrectione”, fl. 42v).

Irão para o céu somente aqueles que na graça de Deus **/:vida verdadeira da nossa alma:/** morreram. (Tipo discursivo de parênteses: expressão explicativa em tupi para um conceito cristão apresentado por um empréstimo do português)

[12] *P. Marã ëí seté I. I. I. Cº. /:jandé röö ràragöéra:/ recégüára* ? (“De Articulis fidei”, fl. 45v).

Como se dizem os sete [artigos da fé referentes] a Nosso Senhor Jesus Cristo **/:que assumiu nossa carne [encarnação]:/** (Tipo discursivo de parênteses: Relativa explicativa).

[13] *R. [4º artigo da fé] Ybý apýteripe oçóagöéra, jandé Rúbypý angaturáma angöéra /:äépe túráma oçaróbäe:/ renocemagöera* (“De Articulis fidei”, fl. 45v-46).

Para o meio da terra foram, os nossos primeiros pais de almas boas **/:que lá esperam a vinda futura [dele]:/** redimidos (Tipo discursivo de parênteses: Relativa explicativa).

[14] *R. Nitú aporacár racó xé rúba nheënga /:ëímo ojoupé:/ nitú amonháng tecó angaturáma, ëímo* (“De Spe et Pater Noster”, 47v).

Eu não cumpri as leis do meu pai **/:dizendo para si mesmo:/** eu não fiz uma vida santa, dizendo. (Tipo discursivo de parênteses: discurso citado direto)

[15] *P. Onhemoyrõtäé /:ipÿaibcerá:/ amóreme Tupána orébo ?* (“De Spe et Pater Noster”, fl. 51)

*Deus se ofende /:será que se ofende:/ às vezes conosco?* (Tipo discursivo de parênteses: Leitura alternativa de equivalências lexicais)

[16] *Santa cruz recé omojaçápé ojucáçára recé ojeruré /:ndenhyrõ ixupé:/* éi Tupá Túba çupé (“Dimittite nobis debita nostra, sicut et nos dimittimus debitoribus nostris” fl. 52).

Pregado na santa cruz, rogou por seus matadores /:**perdoa-os**:/ disse a Deus Pai. (Tipo discursivo de parênteses: discurso citado direto)

[17] *R. oicobé: Tupaná livrúpóra, ou Tupaná papéra, äé eté ocoatiár ucaragöérapóra; amo Santa Madre Igreja oporubäé; amó; angaturámetá /:ybÿpete [c]ecóreme:/* çääcäängagöéra (“De Invocatione Sanctorum”, fl. 54v).

Existem. O que está no livro de Deus, ou no papel de Deus, ele mesmo mandou escrever, os usos da Santa Madre Igreja e [dos] bons [os santos?] /:**quando estiveram na própria terra**:/ os traços deles. (Tipo discursivo de parênteses: expressão temporal ou condicional)

[18] *R. Santa Igreja omembÿra angaturámetá möeté potáreme, äé /:erimbüé ybÿpe recóreme:/* omanópotár cecé;[...] (“De Invocatione Sanctorum”, fl. 55v).

Quando os filhos muitos respeitados da Santa Igreja, eles, esses, /:**quando viviam na terra**:/ esses quiseram morrer por isso; [...]. (Tipo discursivo de parênteses: expressão temporal ou condicional)

[19] *P. Onhemonhángüã cerá Tupána Santa Maria barriga pupé /:jandé röö ráçápe:/* Santa Isabel pÿri oçórame? (“De Ave Maria”, fl. 58v)

Será que Deus já tinha se feito na barriga da Santa Maria /:**na passagem da nossa carne[encarnação]**:/, quando foi ter com Santa Isabel (Tipo discursivo de parênteses:?)

[20] *R. Ixupe /:orojerurerame:/* oreauçúbucár, jandé poreâuçúboí [...] (“De Ave Maria”, fl. 59v)

A ele /:**quando [ou se] rogamos**:/ que nos ame, que tenha pena de nós (Tipo discursivo de parênteses: expressão temporal ou condicional)

[21] *R. Xe angaipábaté ixé /:ëí:/ xemoabáeté; amopyäibete [ilegível] ejóri, i-pýa mojobýr; i-monhyrõ xébo* (“De Ave Maria”, fl. 60v).

Porque sou um grande pecador **:/ele diz:/** eu me me glorifiquei muito; eu me tornei mal [...] vem, faz o coração dele salvar a mim. (Tipo discursivo de parênteses: discurso citado direto)

[22] *Cunhã coipó apýaba reté recé abá mäénrame, coipó ogoeté recé /:joece:/ abá mäénrame, cecé popacá oporópotárame* (“De Sexto et Nono percepto legis divini” fl. 73v)

Quando homem e mulher olham para o corpo de uma pessoa ou para o próprio corpo **:/um ao outro:/** quando olham desejando tocá-lo. (Tipo discursivo de parênteses:?)

[23ab] *R. Imoeté I. I. [Iande Iara] rúguý xe I. I. Cº. [Iande Iara Christo] ruguý ete /:ëí:/ ixé oromombëü porángeté catú; ndé erimbäé morepyrámo remoje ucemucár; emoja-çúc xe pýa, tomboeráb jangaipágöéra çüü; xé angaipagöéra /:anhánga remicoatiaröéra:/ emoaiþjepé; nitiú xé mombëüäibucabaé [ileg.] aipó xe amotareýmbáraté xemanó pupé.* (“De modo missam fructuose audiendi”, fl. 83)

Seja respeitado o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, o sangue verdadeiro de meu Nosso Senhor Jesus Cristo **:/ele diz:/** eu te reafirmei bem outrora; tu outrora como redentor te deixaste sangrar; lava o meu coração para que ele se cure dos seus pecados; meus pecados [são] **:/obra do diabo:/** ainda que os detestes; não me deixes ser acusado por esse meu grande inimigo na minha morte. (Tipo discursivo de parênteses: a) discurso citado direto; b) Relativa explicativa)

[24] *R. Ore Tupárar oré pýápé abé; xé I. I. Cº. [Iande Iara Cristo] ejóri /:orenhëng Tupã çupé:/ eiké xé ánga pupe: ejár nde mbäérama; emoingöcatú xé recobé; tecó angaipába [ileg.] abé çüü xemopoirúcár: taxejéxiúme ndé rauçüba çüü aujeramanhé* (“De modo missam fructuase audiendi”, fl. 83).

Nós também comungamos [tomamos a Deus] no nosso coração; meu Nosso Senhor Jesus Cristo, vem **:/nós falamos a Deus:/** entra na minha alma: toma para ti; torna boa a minha vida; e faz-me abandonar a vida pecadora; que eu não perca nunca o teu amor [mereça sempre]. (Tipo discursivo de parênteses: discurso citado direto)

[25] *R. Arobiár eté, a coé hostia imongaraibipýra pupé [...] imorotingöéranhóte /:miapé reté çüi ojeockbacküéra:/ opýtá [...]* (“Actus fidei”, fl. 86)

Acredito muito nesta hóstia consagrada [...], só a brancura dela **/:de pão verdadeiro tirada:/** permaneceu. (Tipo discursivo de parênteses: Relativa explicativa)

[26] [...] *Pejár có xé ruguy /:ëí:/ pé repýramo, [...]* (“Exortação ante sacram communionem”, fl. 87v).

Tomai este meu sangue **/:disse:/** como vosso resgate. (Tipo discursivo de parênteses: discurso citado direto)

[27ab] *Tupã reté có äé /:penhemombëú catu ríre, pëúrame:/ tecobé pucú pëéme [ilegível] opabäeráma mëéngába cecoü. Coritémo xé jüü xé ánga poçanonga má ? penhëéng pé pýápé catú; jabé catú S<sup>mo</sup> Sac<sup>o</sup> perobiár Tupã nhëénga recé, çupitäé? peporandúbýme; perobiár etéeté nhoté, opabenhé hostia cyküéra miri pupé /:Missá Monhangára ioimboeráme:/ Tupã ogoeré pe cecoü, ceté, cuguy i-ánga, i-Tupã; (* “Exortação ante sacram communionem”, fl. 88v)

Este é o corpo de Deus **/:depois de se confessarem bem, quando comungarem [comerem]:/** [ao longo de] toda a vida quando dizeis [...] todas as dádivas são. Logo que sou ingerido minha alma já cura direis bem de coração? assim como acreditais no S[antíssimo] Sacramento palavra de Deus? de verdade? quando anunciais; acreditais muito somente, [que] em todos os pedacinhos de hóstia **/:Quando o oficiante da missa ensina:/** Deus está, seu corpo, seu sangue sua alma, sua divindade?<sup>6</sup> (Tipo discursivo de parênteses: a) expressão temporal ou condicional; b) expressão temporal ou condicional)

[28] [Ilég.] *xe Iara /:peje ixupé:/ xe ánga pupe eikepota, ejóri, xe recé opýtábo.* (“Exortação ante sacram communionem”, fl. 90)

Meu senhor **/:dizei a ele:/** entra na minha alma, vem, ficando comigo. (Tipo discursivo de parênteses: discurso citado direto)

[29ab] *R. Cunumietá, cunhätái, xé pó xe pý, xé pyçá vinte e hum acajú nitiú ranhé ogoericobäé, taybäé [tuybäé] ymána goaybý ymána,*

<sup>6</sup>Tradução problemática em português.

*muncapóra [muruápôra] /:ipuruabäé:/Imembycambúbüé/:imembym ocambúbüé:/ mbäeacybóra, ára pucúi morabikáçára, goataçárabé. ( “De Quarto Precepto Decalogi”, fl. 93v)*

Meninos e meninas, com menos de 21 anos [minha mão meus pés meu ... vinte um anos], homens velhos mulheres velhas, **grávidas /:grávidas:/amas de leite/amas de leite:/** doentes, trabalhadores, e viajantes. (Tipo discursivo de parênteses: a) Leitura alternativa de equivalências lexicais; b) Leitura alternativa de equivalências lexicais)

[30] *R. Jande recó catú /:boas obras jába:[/][jande?] ybaca goara repyráma ( “De bonis operibus in genere”, fl. 96v).*

Nossas boas ações **/:dita boas obras:/** [nosso?] preço futuro para o céu. (Tipo discursivo de parênteses: expressão explicativa em tupi para um conceito cristão apresentado por um empréstimo do português)

[31] *R. Tupã rauçúba, Tupá graça /:jandé ánga recobécábeté:/ ixüü opoír ucár recé ( “De peccato mortali”, fl. 114v)*

Pelo amor de Deus, pela graça de Deus **/:vida verdadeira de nossa alma:/** [que] permite largá-los. (Tipo discursivo de parênteses: expressão explicativa em tupi para um conceito cristão apresentado por um empréstimo do português)

[32] *R. Tupã recobiára çupéjandé nhemombëú; Tupã recé imoacy catú catú, Tupã angaturáma, monhemoyrõçába /:mopyaibçába:/ cecoú recé. ( “De peccato mortali”, fl. 115)*

Ao substituto de Deus nós nos confessamos; nos arrependendo muito, pela bondade de Deus, **[pelas] ofensas [registro dos catecismos] /:ofensas:/** [registro da variedade vulgar]. (Tipo discursivo de parênteses: Leitura alternativa de equivalências lexicais)

**Do presente para o passado: a variação lexical em Minas Gerais a partir de corpora geolinguísticos sobre brinquedos infantis**

*From the present to the past: lexical variation in Minas Gerais from Geolinguistic corpora regarding children's toys*

Valter Pereira Romano

UFLA – Universidade Federal de Lavras

valter.romano@hotmail.com

Rodrigo Duarte Seabra

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

rdsea@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo sobre a variação lexical em Minas Gerais considerando dois recortes sincrônicos, década de 1970 e início da segunda década do século XXI. Objetiva-se discutir aspectos da variação e mudança linguística em tempo real e tempo aparente e a proposição de áreas lexicais no território mineiro a partir das divisões dialetais propostas por outros estudiosos. Para tanto, foram selecionadas duas cartas linguísticas do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais e dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil no que se refere às variantes que recobrem os conceitos da *bolinha de gude* e *estilingue*. Os dados são tratados quantitativa e qualitativamente por meio de gráficos, tabelas, cartas linguísticas e a interpretação dos resultados observados correlacionando-os a outros estudos. Dentre as conclusões, observa-se a importância de conjugar o estudo em tempo real ao de tempo aparente o

que pode dar indícios de uma possível mudança linguística para alguns itens. Por outro lado, a configuração diatópica não confirma as divisões dialetais de Minas Gerais até então propostas, pelo menos no que se refere ao léxico.

**Palavras-chave:** projeto ALiB; EALMG; variação lexical; Minas Gerais.

**Abstract:** This article is a study regarding the lexical variations in the State of Minas Gerais, Brazil, and considers two synchronous delimitations, late 1970s and early 2010s. The aim is to discuss aspects of linguistic variation and change in real time and apparent time and the proposition of lexical areas in territory of Minas Gerais from the dialect divisions proposed by other scholars. To this end, two linguistic maps of the Draft of a Linguistic Atlas of Minas Gerais and data from the Linguistic Atlas of Brazil regarding variants of the concepts of *bolinha de gude* [mibs] and *estilingue* [slingshot] were selected. The data are analyzed quantitatively and qualitatively with graphics, tables, linguistic maps and interpretation of the results observed by correlating them to other studies. Among the findings, the importance of combining the real time study to the apparent time can be indicative of a possible language change for some items. On the other hand, the diatopic configuration does not confirm the dialect divisions established so far for Minas Gerais, at least as regards the lexicon.

**Keywords:** ALiB project; EALMG; lexical variation; Minas Gerais.

Recebido em 02 de outubro de 2015.

Aprovado em 06 de janeiro de 2016.

## Introdução

A língua falada em Minas Gerais apresenta-se como um traço peculiar do português brasileiro (PB) devido ao “sotaque” característico do mineiro. O modo de falar nessa região do país, em geral, é objeto de especulações populares e divulgado pela mídia de modo caricaturado, estando quase sempre atrelado à figura do “homem da roça”, o caipira,



e caracterizado pela pronúncia demorada, pelo uso de interjeições como “uai”, expressões como “trem”, “sô”, pelo uso do diminutivo e redução dos vocábulos, tais como “pertim...”, “quietim...”, “estantim...”.

Não apenas como fato curioso sobre o PB, o jeito mineiro de conversar há tempo é objeto de investigação de trabalhos de cunho dialetológico ou sociolinguístico. Vale salientar que dentre os trabalhos fundadores da Dialetologia brasileira encontra-se a obra de Teixeira (1938), que é um tratado sobre aspectos gramaticais e semântico-lexicais do português falado em Minas Gerais na primeira metade do século XX.

Outro fato que faz Minas Gerais ser um estado-chave para as pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas é a relevância do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – o EALMG (RIBEIRO *et al.*, 1977) – o segundo atlas linguístico de um estado brasileiro publicado, precedido apenas pelo Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1963). O EALMG representa, para a Geolinguística brasileira, uma referência pelo caráter inaugural desse campo de estudo que, recentemente, tem o seu espaço consolidado no território nacional (ROMANO, 2013); e também porque foi inspiração para o surgimento de outros projetos de atlas linguísticos estaduais, por exemplo, o Atlas Linguístico do Estado de São Paulo – ALESP (CARUSO, 1983), e mesmo na elaboração de atlas já publicados como o Atlas Linguístico da Paraíba (ARAGÃO; BEZERRA de MENEZES, 1984), o Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994) e o Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007). Inclusive, o EALMG exerceu influência direta na própria elaboração do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (CARDOSO *et al.*, 2014)<sup>1</sup>.

Este artigo apresenta um estudo comparativo sobre a variação lexical em Minas Gerais a partir de dois *corpora*: (i) o corpus do ALiB, no que se refere às respostas de 92 mineiros para as questões 156, “coisinhas redondas de vidro que os meninos gostam de brincar” e 157, “o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?” do Questionário Semântico-Lexical do ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001); e (ii) o corpus do EALMG (RIBEIRO *et al.*, 1977), a partir da análise destas duas cartas linguísticas: 30 e 43, que se referem, respectivamente, à “*bolinha de gude/bilosca*” e “*estilingue/atiradeira*”.

---

<sup>1</sup>O Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) é um projeto nacional de caráter interinstitucional cuja sede nacional encontra-se na Universidade Federal da Bahia, dirigido por um Comitê Nacional.

Considerando os *corpora* selecionados, objetiva-se apresentar a distribuição diatópica das variantes lexicais para os referentes em pauta com vistas a discutir: (i) aspectos da variação e da mudança linguística em tempo real e tempo aparente (LABOV, 1996) em Minas Gerais; e (ii) a proposição de áreas lexicais no território mineiro, considerando as divisões estabelecidas por Zágari (1998) e Nascentes (1953).

## Aporte teórico

Apresentam-se nesta seção os fundamentos teóricos que embasam o trabalho, abrangendo alguns aspectos teóricos e metodológicos da teoria da variação e mudança linguística (LABOV, 1996) e aspectos atinentes ao português falado em Minas Gerais, com foco para a descrição do EALMG e para a proposta de divisão dialetal de Zágari (1998).

## Princípios de variação e mudança linguística

A variação e a mudança linguística são características inerentes a todas as línguas, ou seja, as línguas variam e, conseqüentemente, com o passar do tempo, mudam. A língua que se fala hoje não é inteiramente igual à que se falava há 25, 50 ou 100 anos atrás. Segundo Coseriu (1987, p. 76),

as palavras mudam continuamente; não só do ponto de vista fônico, mas também do ponto de vista semântico, uma palavra nunca é exatamente a mesma; diríamos melhor que uma palavra, considerada em dois momentos sucessivos de sua continuidade de emprego numa comunidade, não é *ni tout à fait une autre, ni tout à fait la même* [nem totalmente uma outra, nem totalmente a mesma] [...] em nenhum momento se pode fixar um *sistema estático concreto*, porque em cada momento o sistema se quebra para constituir-se e romper-se novamente – essa mudança contínua é, precisamente, o que chamamos a realidade da linguagem.

A variação linguística acontece por influências sociocomunicativas ou, até mesmo, por fatores linguísticos. Labov (1996) teve a preocupação de investigar as mudanças que as línguas sofrem com o passar de sua história. Segundo o pesquisador, é necessário partir do presente para o passado a fim de verificar o papel de fatores históricos e sociais que

influenciam nesse processo. Para tanto, criou uma metodologia que possibilita verificar essa variação e mudança em tempo aparente e em tempo real.

O estudo em tempo aparente é um método mais imediato para verificar a mudança linguística, constitui-se em comparar a fala de pessoas mais idosas com a de pessoas mais jovens. A diferença entre elas poderá revelar casos de mudanças, ou seja, se o uso da variante inovadora for mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à faixa etária dos grupos mais idosos, tudo indica que se trata de uma situação de mudança em progresso. Nesse sentido, a fala de um indivíduo com 75 anos, no ano 2000, por exemplo, representaria um estado de língua de sessenta anos atrás, ou seja, 1940 (PAIVA; DUARTE, 2003).

Entretanto, Labov (1996) ressalta que o estudo em tempo aparente merece ser examinado com critério, pois as diferenças reveladas entre os grupos etários podem indicar a influência de outros fatores, como escolaridade, classe social, profissão, entre outros. Este método é *útil* quando não se dispõe de dados em tempo real.

O ideal para verificar as mudanças linguísticas é conjugar os resultados do tempo aparente aos obtidos em tempo real. O estudo em tempo real consiste na comparação de dois *corpora* coletados em recortes sincrônicos distintos. Desse modo, o pesquisador pode recorrer a diversos documentos históricos que retratem a língua falada no passado. Segundo Tarallo (1999, p. 71):

O atlas linguístico de uma comunidade pode, por exemplo, fornecer dados valiosíssimos para o estudo da variação fonológica, ou mesmo lexical. Além do atlas, textos escritos em prosa que potencialmente reflatam o vernáculo de um certo período de tempo poderão ser utilizados. Ressaltem-se aqui cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais que tenham visado, em seu momento de criação, a um retrato da fala de diferentes camadas da comunidade.

Tendo por base esses documentos e decorridos vinte anos ou mais, o pesquisador volta a mesma comunidade e coleta novos dados. Esse tipo de investigação pode ser feito de duas formas: i) o denominado

estudo de tipo painel, quando se buscam necessariamente os mesmos informantes da primeira coleta, tarefa esta nem sempre possível devido a fatores diversos como falecimento, mudança e doença do informante, além de dificuldades circunstanciais; e ii) o estudo de tendência, quando se coleta uma nova amostra, guiando-se mais ou menos pelos mesmos procedimentos metodológicos da primeira pesquisa (não necessariamente os mesmos informantes), revelando as ‘tendências’ atuais da língua. Acerca dos dois tipos de estudo em tempo real, Paiva e Duarte (2003, p. 17) fazem as seguintes considerações:

Uma limitação inerente ao estudo do tipo painel é que os resultados não são conclusivos no que diz respeito aos mesmos fenômenos na comunidade de fala. Ao regravar sujeitos que já foram entrevistados em um momento anterior, o estudo de painel perde a aleatoriedade, não representando a comunidade de fala como um todo. O estudo tipo tendência, por sua vez, compara amostras aleatórias da mesma comunidade de fala [...] os falantes gravados podem ser considerados representativos da comunidade no momento da gravação [...]. Essa técnica nada diz sobre o comportamento linguístico do indivíduo, permite depreender a direcionalidade do sistema na comunidade linguística e verificar em que medida mudanças na configuração social de um grupo podem se refletir na propagação, na estabilização ou no recuo de processos de mudança.

Os resultados obtidos em tempo real e tempo aparente possibilitarão dizer com propriedade se determinada variante linguística apresenta uma variação estável ou se trata de uma mudança em progresso.

Englobando essas duas perspectivas de Labov (1996), este trabalho é um estudo em tempo aparente à medida que se considera a faixa etária dos informantes do ALiB como uma importante variável extralinguística no processo de variação e mudança linguística em Minas Gerais. Trata-se, ainda, de um estudo em tempo real (*estudo tendência*), pelo fato de se comparar dois momentos sincrônicos distintos: década de 1970, com base nos dados do EALMG; e início da segunda década do século XXI, a partir dos dados do ALiB.

## A língua portuguesa falada em Minas Gerais

Teixeira (1938, p. 12) já anotara que “a fala do mineiro é calma e sossegada” e que nela “imperam, mais do que em qualquer outra, a lei do menor esforço, criando através das alterações fonéticas, um timbre de notas aveludadas, que traduz o temperamento brando e suave, gerado nos longos anos de pacíficas atividades agrícolas e pastoris”.

Esses e outros aspectos peculiares da língua portuguesa falada em Minas Gerais, associados a aspectos sócio-históricos, fazem dela um interessante objeto de investigação que já fora documentado sob o ponto de vista geolinguístico, pelo menos parcialmente, no EALMG (RIBEIRO *et al.*, 1977).

Todavia, apesar de Minas Gerais ter sido o segundo estado em ordem cronológica a ter seu atlas linguístico publicado, os trabalhos geolinguísticos nesse estado ainda estão latentes. Observa-se, contudo, o desenvolvimento da Dialetoлогия e de trabalhos de cunho sociolinguístico de forma muito profícua, resultando não apenas em livros organizados como também em artigos publicados em periódicos especializados e monografias acadêmicas.

Considerando os trabalhos mais recentes, nota-se a existência de sete obras de referência que reúnem pesquisas acerca da língua portuguesa em Minas Gerais: Cohen e Ramos (2002), Dogliani e Cohen (2011), Viegas (2011), os Anais do I Encontro sobre Diversidade Linguística de Minas Gerais – DIVERMINAS (2011), Amaral (2013), Viegas (2013) e Ramos e Coelho (2013). Observa-se, porém, que nas sete obras supramencionadas há certa predominância, ou preferência dos autores, por aspectos atinentes a temas gramaticais e, em menor escala, estudos acerca de aspectos semântico-lexicais, que, em geral, estão descritos em trabalhos monográficos específicos de determinada região do estado, com vistas à constituição de glossários.

Em consonância às ideias de Rocha (2012, p. 79), esses trabalhos “contribuem e contribuirão, sem dúvida, para a identificação de áreas dialetais presentes no estado, mas em médio e em longo prazos”. Por ora, para uma visão ampla sobre a distribuição diatópica do léxico em Minas Gerais têm-se as cartas linguísticas do EALMG e os dados coletados pela equipe do Projeto ALiB em 23 localidades mineiras.

## O EALMG e os falares mineiros

O EALMG foi o segundo atlas linguístico de um estado brasileiro a ser publicado e foi projetado para ser divulgado em quatro volumes, sendo, contudo, somente o primeiro divulgado em 1977. O EALMG teve um questionário composto de 415 questões aplicado por meio da pesquisa in loco em 116 pontos linguísticos. Seu primeiro e único volume apresenta os resultados da pesquisa realizada e contém 73 cartas linguísticas, das quais 45 são onomasiológicas de caráter lexical e léxico-fonético e 28 cartas são de isófonas e de isoléxicas.

Nesse atlas, não houve o controle sistemático das variáveis sociais, pois os informantes poderiam ser homens ou mulheres com faixa etária entre 30 e 50 anos, preferencialmente, analfabetos ou com nível máximo de escolaridade até a quarta série do primeiro grau. Entretanto, conforme se verifica na apresentação do atlas, quase todos os informantes são homens, num ou noutro ponto foi entrevistada uma informante do sexo feminino, mantendo-se, pois, os critérios da Dialectologia tradicional ou monodimensional (THUN, 1998). Apesar de o perfil do informante, na prática, seguir o critério tradicional, vale notar que o EALMG atingiu grandes, médias e pequenas cidades, além dos lugares mais afastados do sertão mineiro.

A partir das cartas linguísticas do EALMG, Zágari (1998) formalizou a clássica divisão dialetal de Minas Gerais estabelecendo três grandes áreas dialetais, que segundo ele, “a ocupação dos espaços imensos de Minas Gerais, através de três vias a que a geografia e a história deram vida, reforça e ajuda a explicar a existência de três falares no Estado” (p. 33-34), e utilizando-se da nomenclatura de Nascentes (1953), divide-as em (Figura 1):

- O falar baiano, no norte do estado, onde há a predominância do abaixamento de vogais médias pretônicas;
- O falar paulista, localizado no Triângulo Mineiro e no sul do estado, cujo traço fonético característico é a presença do /r/ retroflexo;
- O falar mineiro, “preso entre essas duas áreas que, não possuindo nenhuma das características enumeradas anteriormente, desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow] quando não finais e faz surgirem outros quando finais e antecidos de sibilante” (ZÁGARI, 1998, p. 34).

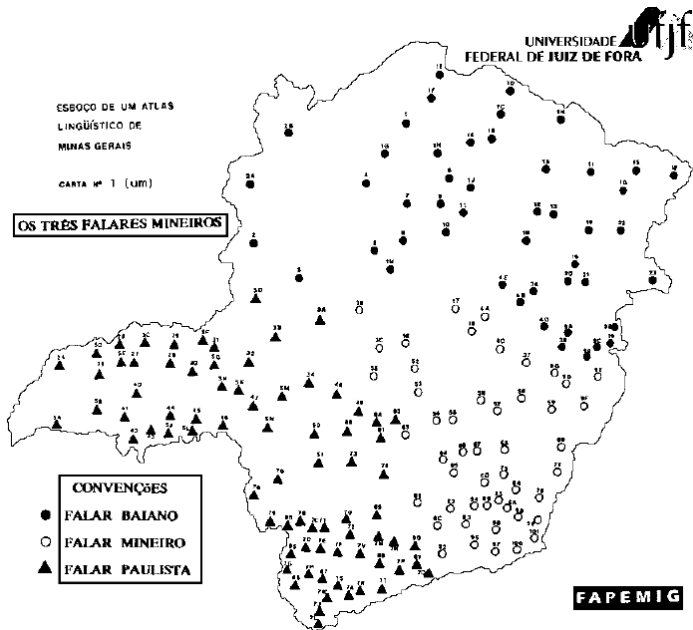


Figura 1 – Divisão dialetal de Minas Gerais proposta por Zágari (1998)  
 Fonte: Zágari (1998, p. 46)

Ao fazerem uma releitura da proposta de Zágari (1998) pautando-se em aspectos fonéticos de nove localidades da rede de pontos do ALiB, Rocha e Antunes (2014) concluem que

os critérios fonéticos usados por Zágari (1998) para propor a tripartição dialetal do estado, ainda que apresentem algumas contradições, mostram tendências de pronúncia que continuam ocorrendo no estado [...]. A proposta de dividir o português de Minas Gerais em três regiões ou subfalares continua tendo respaldo, mesmo nos dados aqui analisados – que são atuais –, mas não se pode pensar em uma divisão estanque (p. 109-110).

Por outro lado, Rocha e Ramos (2010), ao fazerem comentários históricos sobre a Dialectologia em Minas Gerais, atestam que “a

tripartição sustenta-se sobre os dados fonéticos, não sobre os lexicais” (p. 77), considerações estas que Rocha (2012) também concorda ao trazer algumas notas sobre o léxico para as brincadeiras infantis no estado, pois, segundo a autora, “viu-se que as cartas lexicais presentes no ALEMiG (*sic*) sustentam apenas parcialmente a tripartição dialetal proposta por Zágari (1998), a qual se sustenta, de forma consistente, nas cartas fonéticas da referida obra” (p. 86). Contudo, na ocasião da conclusão de Rocha (2012), a equipe de pesquisadores do ALiB ainda não havia terminado a coleta de dados em todos os pontos de Minas Gerais.

Todavia, o prognóstico de Rocha e Ramos (2010) e de Rocha (2012) sobre a não-validação da proposta de Zágari (1998) no que se refere ao léxico de Minas Gerais merece análise mais cuidadosa, agora que a equipe do ALiB já concluiu a coleta de dados em todo o estado e há a viabilidade de cartografia sistemática das variantes lexicais, embora se façam pertinentes os apontamentos de Rocha (2012, p. 84-85):

O que se quer discutir é a (in)viabilidade de se usar o ALEMiG em cotejo com os novos dados coletados pela equipe do ALiB a fim de se fazer um estudo diacrônico a respeito do uso de itens lexicais relacionados a brincadeiras infantis. Por questões aparentemente óbvias (a crescente urbanização do estado de Minas desde a década de setenta, a inserção das crianças no mundo das brincadeiras digitais observada nos últimos anos, as mudanças quanto à ocupação das ruas e espaços públicos para brincadeiras de crianças em grupo, a diminuição do número de filhos por família etc.), é plausível a hipótese de que os itens lexicais relacionados a brincadeiras infantis venham sofrendo não só nas variedades mineiras do português, mas também nas demais – notáveis mudanças. A questão que aqui se coloca é: em que medida o cotejo dos dados do ALEMiG com os dados do ALiB permitem detectar essas possíveis mudanças?

Essas indagações motivam a discussão de tais aspectos a partir dos *corpora* selecionados para este trabalho, contribuindo para a descrição da área semântica Jogos e Diversões Infantis no território mineiro. O estudo em tempo aparente conjugado ao estudo em tempo real poderá indicar a viabilidade do cotejo de dados do EALMG em relação ao ALiB, dando



pistas do processo de mudança linguística que poderá estar em progresso ou concluída, pelo menos, nos aspectos lexicais aqui discutidos, sendo os fatos sócio-históricos apontados por Rocha (2012) uma das causas que propiciaram essa possível mudança.

Ademais, essa área semântica do QSL do ALiB já foi estudada por Ribeiro (2012), no que se refere ao falar baiano proposto por Nascentes (1953) e por Portilho (2013), no falar Amazônico. Mais especificamente, a questão 156 (bolinha de gude) do QSL fora estudada por Romano (2015) na área geográfica do falar sulista.

Minas Gerais, na divisão de Nascentes (1953), está localizado na confluência de quatro falares (Figura 2): o sulista (no sul e Triângulo Mineiro), o baiano (no norte do estado), o fluminense (na região leste) e o propriamente mineiro (região de Belo Horizonte e adjacências).



Figura 2 – Divisão dialetal de Nascentes (1953)

Fonte: Nascentes (1953)

Com base nesse fato, neste estudo, busca-se contribuir para a descrição do léxico mineiro. Essa iniciativa se apresenta como a primeira

abordagem sistemática para o tratamento da variação diatópica mais ampla em Minas Gerais com dados atuais do PB, com vistas a cooperar para o desenvolvimento da Geolinguística mineira que, de certa forma, encontra-se “adormecida”.

## **Materiais e métodos**

A equipe do Projeto ALiB iniciou a coleta de dados em Minas Gerais em setembro de 2006, em Belo Horizonte (ponto 138), e finalizou a coleta em junho de 2013, em São João del Rei (ponto 145). Esse período de sete anos para o levantamento de dados se deu pela participação de duas equipes regionais do ALiB: pela equipe do Paraná e pela equipe da Bahia

Nesse período foram coletados os dados em 23 localidades uniformemente distribuídas pelo território, contemplando médias e grandes cidades. Os critérios de seleção dessas localidades não foram aleatórios, conforme se observa em Cardoso *et al.* (2014a), e cada localidade está identificada por números começando no ponto 127 e terminando no 149, cuja identificação se apresenta no Quadro 1.

Em cada localidade, foram entrevistados quatro informantes (dois homens e duas mulheres), naturais da região linguística, cujo nível máximo de escolaridade era o ensino fundamental completo. Na capital, Belo Horizonte, além desses quatro informantes, foram acrescentados quatro informantes de nível superior completo, cujos dados não estão sendo utilizados neste trabalho devido aos objetivos aqui propostos.

Visando a coletar a variação linguística em tempo aparente, os quatro informantes de cada localidade compreendem duas faixas etárias: faixa I, de 18 a 30 anos; e faixa II, de 50 a 65 anos, distribuídos segundo o sexo, sendo um representativo de cada célula social.

No Quadro 2, encontra-se o perfil e a quantidade dos informantes considerados para este artigo.

Quadro 1 – Identificação da rede de pontos do ALiB em Minas Gerais

Nº do Ponto	Nome da localidade
127	Januária
128	Janaúba
129	Pedra Azul
130	Unaí
131	Montes Claros
132	Pirapora
133	Teófilo Otoni
134	Diamantina
135	Uberlândia
136	Patos de Minas
137	Campina Verde
138	Belo Horizonte
139	Ipatinga
140	Passos
141	Formiga
142	Ouro Preto
143	Viçosa
144	Lavras
145	São João del Rei
146	Muriae
147	Poços de Caldas
148	Juiz de Fora
149	Itajubá

Fonte: Cardoso *et al.* (2013, p. 132)

Quadro 2 – Distribuição dos informantes conforme as variáveis sexo e faixa etária

<b>Homem</b>	Faixa I	23
	Faixa II	23
<b>Mulher</b>	Faixa I	23
	Faixa II	23
<b>TOTAL</b>		92

Fonte: Cardoso *et al.* (2014a)

Desse modo, observa-se que o ALiB se enquadra nas tendências atuais da Dialetoologia mundial, conjugando variáveis sociais à dimensão diatópica, tratando-se, pois, de um atlas urbano e pluridimensional. Essa abordagem da Dialetoologia pluridimensional apresenta um tratamento especial para a variação linguística, de forma “que corrige as deficiências da geolinguística tradicional e acrescenta à sociolinguística uma importância maior ao valor do espaço no debate sobre a variação: o conceito das interrelações no espaço” (MARGOTTI, no prelo).

No entanto, o caráter pluridimensional do ALiB não reside somente no perfil do informante, mas também na própria estruturação dos instrumentos de coleta. Os questionários 2001 (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) compõem-se, basicamente, de três tipos de questionário, o Fonético-Fonológico (QFF), o Semântico Lexical (QSL) e o Morfossintático (QMS), além de questões de prosódia, metalinguísticas, pragmática, texto para leitura, ficha do informante e temas para discursos semidirigidos. O QSL divide-se em 14 áreas semânticas e compõe-se de 202 questões. A área semântica *Jogos e Diversões Infantis* é composta por 13 questões acerca do universo ludológico, iniciando-se pela pergunta 155 (*cambalhota*) até a 167 (*amarelinha*). Selecionaram-se, para este estudo, as respostas dos mineiros para as questões 156 (*bolinha de gude*) e 157 (*estilingue*).

Já o EALMG é um atlas de caráter monodimensional, pois não apresenta em sua cartografia aspectos que ultrapassem os limites de análise diatópica, embora se reconheça, na apresentação do atlas, as intenções de adentrar aos “veios sociolinguísticos” (CARDOSO, 2010).

As questões selecionadas para este artigo possibilitam um estudo comparativo, pois tratam de referentes cujas variantes lexicais estão documentadas em cartas linguísticas do EALMG. Selecionaram-se, portanto, as duas cartas principais que apresentam a distribuição diatópica das variantes que recobrem os conceitos das questões, ignorando as cartas decorrentes de desdobramentos léxico-fonéticos, além das duas cartas principais (30 *bolinha de gude* e 43 *estilingue/atiradeira*). Na próxima seção, são apresentadas a descrição e a análise dos resultados comparando ambos os *corpora*.

## **Análise dos dados**

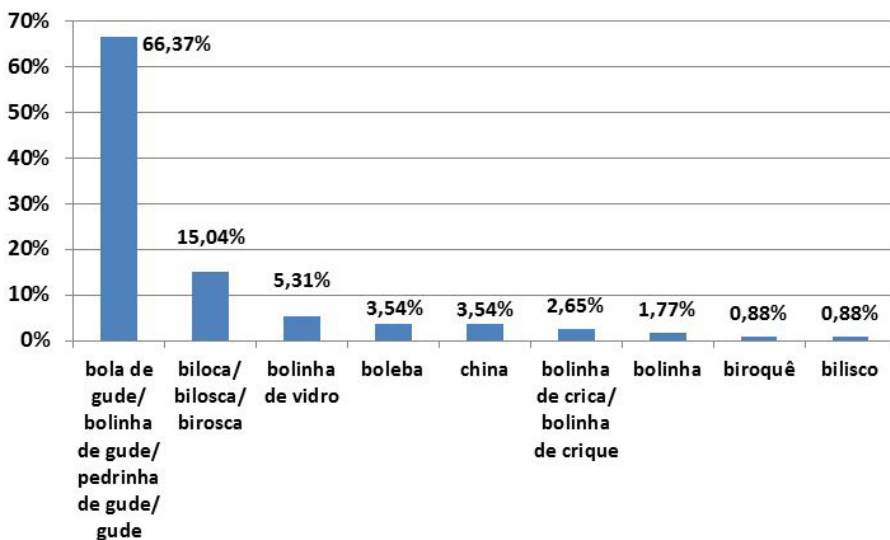
Esta seção visa a apresentar a análise dos *corpora* selecionados. Para tanto, divide-se em duas subseções: a que trata dos dados para *bolinha de gude* e a que apresenta os resultados para *estilingue*.

## Bolinha de gude e suas variantes

Para a questão 156 (“*como se chamam as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?*”), foram documentados 113 registros distribuídos em 15 itens lexicais: *bolinha de gude* (63 ocorrências), *biloca* (9), *birosca* (7), *bola de gude* (7), *bolinha de vidro* (6), *china* (4), *boleba* (4), *gude* (4), *bolinha de crique* (2), *bolinha* (2); e como ocorrências únicas: *bilisco*, *biroquê*, *bolinha de crica*, *bilosca* e *pedrinha de gude*.

Como se observa, foram obtidas lexias simples e lexias compostas (*gude/bola de gude*), além de variantes fonéticas e morfológicas de um mesmo item. A partir das equivalências de formas consideradas morfofonêmicas<sup>2</sup> e itens que apresentam formas compostas, observa-se no Gráfico 1 a distribuição percentual dessas variantes.

Gráfico 1 – Produtividade das variantes lexicais para questão 156 em MG



Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

<sup>2</sup>Carreter (2008, p. 281), acerca das variantes morfofonêmicas, afirma que “los fonólogos han propuesto este término para designar ‘la idea compleja de todos los miembros (dos o más) de una alternancia. Así, en la alternancia que se produce en las formas alemanas *geben-gab-gib*, las vocales *e, a, e* (llamadas alternantes) constituyen uno morfofonema”

A variante mais produtiva no corpus é *bola/bolinha de gude* e formas equivalentes em aproximadamente 67% das respostas, seguida de *biloca* (15,04%)<sup>3</sup> e, em menor produtividade, os demais itens lexicais. Na Figura 3, encontra-se a distribuição diatópica desses itens, estando *bola/bolinha de gude* presente em todos os pontos linguísticos, ao passo que os de menor produtividade encontram-se em localidades específicas.

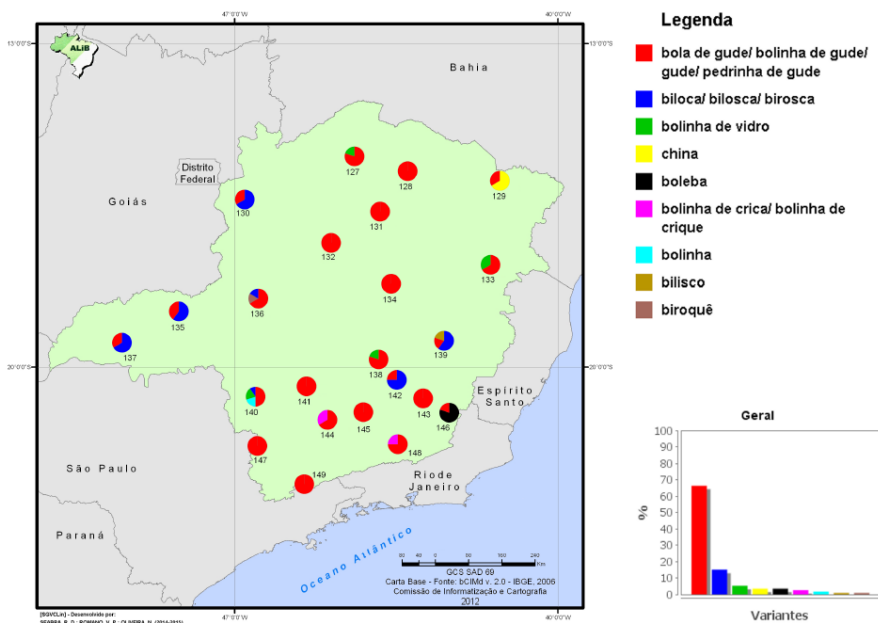


Figura 3 – Distribuição diatópica das variantes lexicais para a questão 156 do QSL<sup>4</sup>

Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

<sup>3</sup>Para tratar das formas agrupadas, ao longo do texto, opta-se pelo uso da variante mais produtiva. Assim, ao usar o vocábulo *biloca*, necessariamente, nos referimos às suas variantes morfofonêmicas, *bilosca* e *birosca*.

<sup>4</sup>As cartas linguísticas e os dados quantitativos apresentados neste estudo, no que se refere aos dados do ALiB, foram obtidos a partir do uso da ferramenta SGVCLin. Mais informações sobre esse software podem ser encontradas em Romano, Seabra e Oliveira (2014) e no *website*: <http://sgvclin.altervista.org/>

*Biloca* e variantes apresentam-se de forma significativa em duas localidades do Triângulo Mineiro: pontos 135 em Uberlândia (60%) e 137 em Campina Verde (66,67%) e, em menor produtividade, em Patos de Minas (ponto 136 – 16,67%). Essas variantes também figuram significativamente em um município do noroeste mineiro: ponto 130 em Unaí (66,67%) e na região metropolitana, em Ipatinga (ponto 139 – 60%) e Ouro Preto (ponto 142 – 75%).

A forma *bolinha de vidro* ocorre em quatro localidades esparsamente distribuídas pelo estado. No norte mineiro, apresenta-se em Januária – ponto 127 (20%). No nordeste, ocorre em Teófilo Otoni (ponto 133) com significativa representatividade (66,67%). No centro do estado, *bolinha de vidro* foi documentada na capital (ponto 138 – 20%) e, no sul de Minas, encontra-se em Passos (ponto 140 – 20%).

No corpus, observa-se a presença de duas variantes: *china*, em Pedra Azul (ponto 129), no nordeste do estado, em que a ocorrência do item é categórica como primeira resposta de todos os informantes (66,67% – 4 ocorrências) dessa localidade, e a variante *boleba*, que ocorre na fala dos quatro informantes de Muriaé (ponto 146), localizada na região da Zona da Mata.

Ainda na Zona da Mata, observa-se a presença de *bolinha de crica/crique* em Juiz de Fora (ponto 148) com 25% das respostas (uma ocorrência) e na fala de dois informantes de Lavras (ponto 144), na região sul do estado, representando 33,33% das respostas válidas nessa localidade.

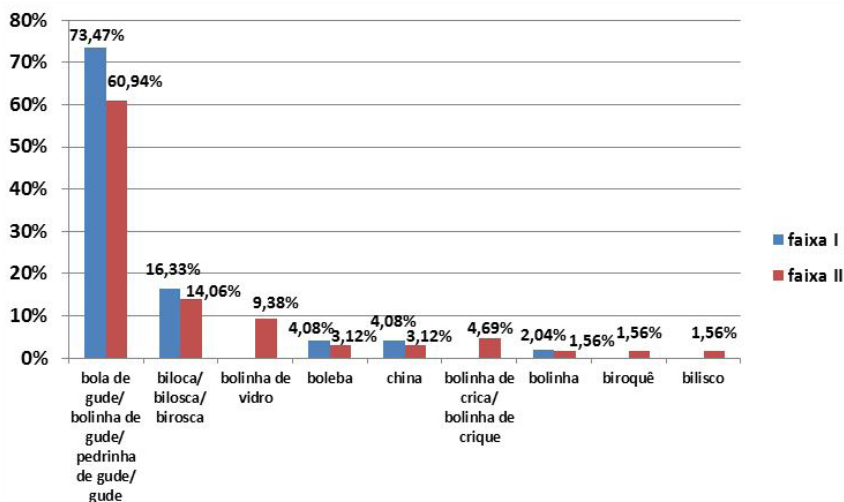
O item *bolinha* apresenta-se unicamente em Passos (ponto 140), também no sul, com duas ocorrências (20%) e, como *hápax legomena*, a variante *bilisco* ocorre em Ipatinga (ponto 139) e o item *biroquê*, em Patos de Minas (136).

Considerando o universo das variantes distribuídas segundo a variável faixa etária, obtém-se o panorama ilustrado no Gráfico 2.

Observa-se que tanto entre os informantes da faixa etária I (18 a 30 anos) quanto entre os da faixa etária II (50 a 65 anos), a variante mais produtiva é *bola/bolinha de gude*, mas entre os informantes mais jovens o item é mais produtivo. Nota-se, contudo, certa diferença entre as duas gerações no que se refere a quatro itens lexicais, *bolinha de vidro*, *bolinha de crica/crique*, *biroquê* e *bilisco*. Essas variantes ocorrem, exclusivamente, entre os informantes da faixa etária II, revelando a variação diageracional. Os relatos dos informantes ratificam que essas

formas não são usadas com frequência na atualidade, estando preservadas apenas na fala de pessoas de gerações mais velhas<sup>5</sup>.

Gráfico 2 – Produtividade das variantes para a questão 156 segundo a variável faixa etária



Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

*INF.- Antigamente era bolinha de vidro, hoje é bolinha de gude.<sup>6</sup>*

*INF.- Bolinha de gude.*

*INQ.- Já ouviu outro nome?*

*INF.- Bolinha de crique.*

*INQ.- Qual é mais comum?*

*INF.- Na época era bolinha de crique, depois quando foi ficano evoluino, tornou-se bolinha de gude.<sup>7</sup>*

<sup>5</sup>Os trechos cotejados fazem parte do banco de dados do ALiB e referem-se às transcrições grafemáticas dos inquéritos, que seguem normas previamente estabelecidas. As siglas INF e INQ referem-se, respectivamente, aos turnos do informante e do inquiridor (entrevistador).

<sup>6</sup>Informante 3, homem da faixa etária II de Teófilo Otoni (ponto 133).

<sup>7</sup>Informante 3, homem da faixa etária II de Lavras (ponto 144).



*Biroquê* e *bilisco* são ocorrências únicas que figuram nas respostas das informantes de número 4 (mulher, faixa etária II), de Patos de Minas (ponto 136) e de Ipatinga (139), respectivamente. Observa-se, assim, que a variação linguística em tempo aparente evidencia uma possível mudança em progresso, pois o uso de *biroquê*, *bolinha de vidro*, *bolinha de crique* e *bilisco* ocorrem apenas nas fala de pessoas da faixa etária II, não sendo empregada na fala dos informantes jovens, ao passo que esses, para denominar o referente, preferencialmente, optam pela variante inovadora ou padrão, *bolinha de gude*.

Quanto à variação e mudança linguística em tempo real, observando-se a carta linguística 30 do EALMG (Figura 4), verifica-se uma diferença entre os dois *corpora*.

Adaptando a carta do EALMG com linhas virtuais que delimitam as áreas de ocorrência de *bolinha de vidro* no corpus da década de 1970, verifica-se uma ampla distribuição do item em sentido transversal, partindo do ponto 44 (Veríssimo), localizado no Triângulo Mineiro, até o ponto 58 (Caratinga), na mesorregião do Vale do Rio Doce, de onde desce até o ponto 110 (Além Paraíba), na Zona da Mata. Outra linha de isoléxica está no sentido leste-oeste a partir do ponto 3 (João Pinheiro) ao 23 (Nanuque), na mesorregião do Vale do Mucuri. Havia, portanto, na década de 1970, uma maior distribuição diatópica da variante *bolinha de vidro* no território mineiro, ao passo que na atualidade a produtividade diminuiu sua área de abrangência, restringindo-se à fala de pessoas de mais idade (faixa etária II), ratificando a preferência dos informantes pela variante *bolinha de gude*, embora já estivesse significativamente distribuída pelo território mineiro.

É interessante observar que, no EALMG, a variante *boleba* ocorreu apenas uma vez e é apresentada como nota, com *ursa* e *risca*; estas duas últimas não registradas nos dados do ALiB. No referido atlas, *boleba* foi documentada apenas em Muriaé (ponto 76), que no ALiB é o ponto 146. Conforme se observa na Figura 3, essa variante ainda persiste no vocabulário dos muriaenses, pois foi a primeira resposta dos quatro informantes dessa localidade. Os dados em tempo real confirmam essa particularidade do léxico nesse local que, possivelmente, recebe influência do denominado *falar fluminense*, de Antenor Nascentes, ou faz parte dele.

Essa hipótese se justifica pelo fato de que o trabalho de Ribeiro (2012), que também pauta-se no corpus dos dados do ALiB, ao tratar do

*falar baiano* (NASCENTES, 1953), apresenta o item *boleba* em duas localidades capixabas, pontos 188 (Barra de São Francisco) e 189 (São Mateus), no extremo norte do Espírito Santo, ou seja, nas adjacências do *falar baiano*.

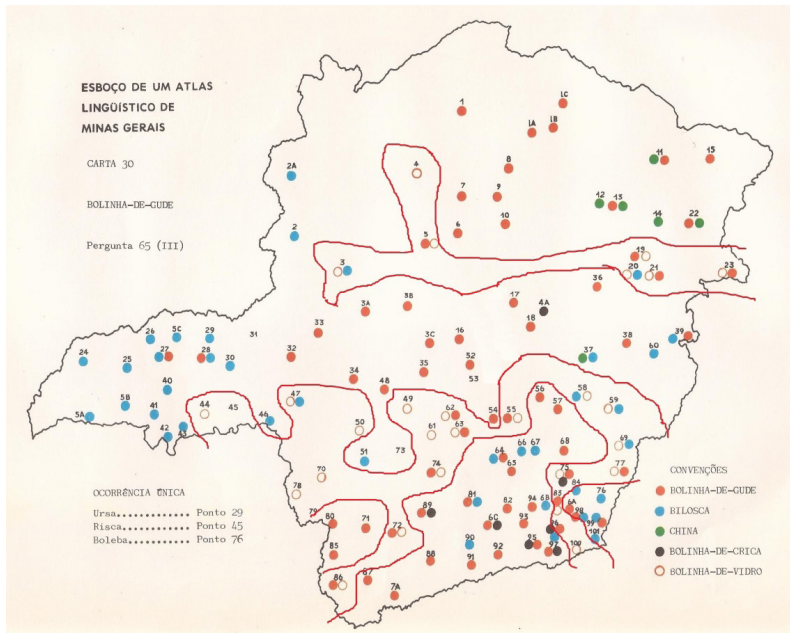


Figura 4 – Carta linguística 30 do EALMG: isoléxica de *bolinha de gude*

Fonte: Ribeiro *et al.* (1977) – adaptada

Dada a localização de Muriaé (próxima a fronteira de MG com RJ e ES), pode-se inferir uma possível influência do *falar fluminense*, pois na divisão de Nascentes (1953) (Figura 2), a parte leste de Minas Gerais está na área do denominado *falar fluminense*, o que de certo modo, pelos dados aqui analisados, pode ratificar a divisão.

Ademais, cabe observar que o item não se encontra documentado na área correspondente ao *falar amazônico*, área linguística estudada por Portilho (2013), cujo corpus perfaz 20 localidades da região Norte do Brasil, totalizando 100 informantes. *Boleba* também não se encontra na área do denominado *falar sulista* (ROMANO, 2015), cujos dados contemplam 472 informantes de 118

municípios brasileiros distribuídos por 10 unidades federativas (RS, SC, PR, SP, MS, parte do Triângulo Mineiro e sul de Minas, e parte do território de GO e MT), levando a crer que este item possa ser característico do *falar fluminense* que, por ora, ainda não se encontra suficientemente estudado nos dados do ALiB sob a perspectiva do léxico. Ratifica-se a necessidade de mais estudos nessa região de Minas com vistas a confirmar ou não essa hipótese.

A carta 30 do EALMG possibilita ainda o traçado de outras linhas de isoléxicas, conforme se observa na Figura 5. Observando-se a carta adaptada, nota-se que *bilosca* (linha azul), distribui-se em duas áreas: uma no Triângulo Mineiro, subindo até o ponto 2A (Unaí), e outra que contempla uma faixa do sul de Minas, ponto 90 – Andrelândia – até o ponto 20, Poté, no Vale do Mucuri.

Nesse caso, não cabe atrelar a ocorrência de *bilosca* ao denominado *falar paulista*, proposto por Zágari (1998), uma vez que o item se apresenta em outras áreas além do Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais. No estudo de Romano (2015), essa variante encontra-se distribuída também pelo noroeste paulista e oeste desse estado, além de abranger o sudoeste goiano, conforme se observa na Figura 6, que é um recorte de uma carta linguística constante do trabalho do autor. Dados sócio-históricos discutidos por Romano (2015) confirmam que foram os mineiros que deixaram traços no vocabulário dessa região paulista, e não o contrário.

Ou seja, comparando-se a Figura 5 com a Figura 6, observa-se que a isoléxica de *bilosca*, nos dados do ALiB, vai além dos limites políticos do estado de Minas Gerais, revelando uma área lexical de influência mineira, mas não se encaixando na tripartição de Zágari (1998).

Outra isoléxica encontrada na Carta 30 do EALMG (Figura 5) é a de *bolinha de crica/crique* (linha preta), que ocorre a partir do ponto 97 (Mar de Espanha, na Zona da Mata), adentrando-se o interior do estado até Lavras (ponto 89), sul de Minas. Há ainda no EALMG a ocorrência isolada dessa variante em Viçosa, ponto 75 (Zona da Mata).

A quarta e última isoléxica é a da variante *china*, no Vale do Mucuri, pontos 11 (Medina), 12 (Virgem da Lapa), 13 (Araçuaí), 14 (Padre Paraíso) e 22 (Águas Formosas), além de ocorrência fora dessa área em uma localidade, ponto 37 (Açucena, no Vale do Rio Doce). As áreas lexicais reveladas por essas linhas apresentam semelhanças com as que os dados do ALiB evidenciam (Figura 7).

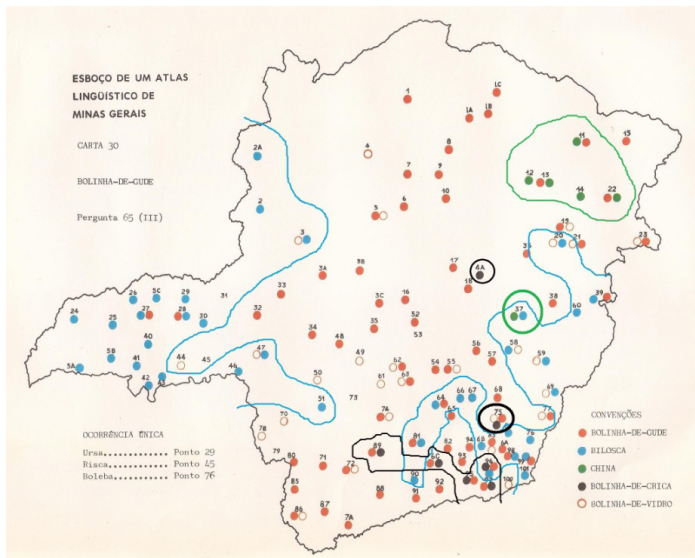


Figura 5 – Carta linguística 30 do EALMG: isoléxicas de *bilosca*, *bolinha de crica* e *china*

Fonte: Ribeiro *et al.* (1977) – adaptada

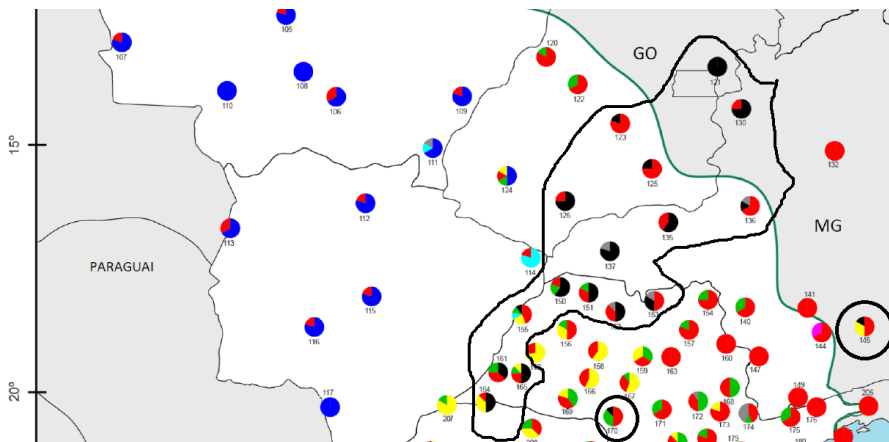


Figura 6 – Isoléxica da variante *bilosca* na área do falar sulista

Fonte: Carta 3 – *Fragmento*, adaptado por Romano (2015)

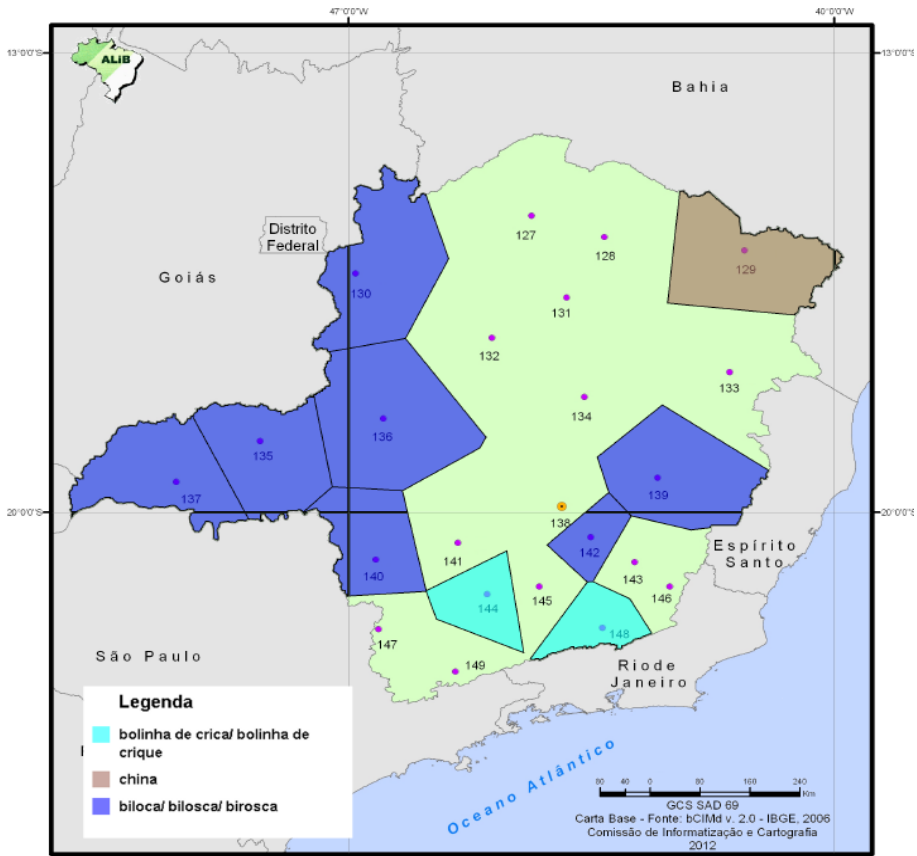


Figura 7 – Áreas lexicais de *biloca/bilosca/birosca*, *bolinha de crica/crique* e *china* nos dados do ALiB.

Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

Os dados atuais confirmam parcialmente a distribuição diatópica das isoléxicas encontradas no EALMG, embora a rede de pontos do ALiB seja menos densa devido aos aspectos metodológicos do atlas nacional.

Atualmente, a área de *bilosca* e variantes morfofonêmicas ainda se distribui em duas regiões do estado, separadas uma da outra, partindo do Triângulo Mineiro, atingindo Passos no sul do estado (ponto 140), e seguindo em direção ao noroeste de Minas, Unaí (ponto 130), assim como a isoléxica encontrada no EALMG. No leste mineiro, localiza-se

em Ipatinga (Vale do Rio Doce) e Ouro Preto (região metropolitana). No EALMG, contudo, essa segunda área apresenta-se de forma mais ampla (Figura 5). Complementando essa distribuição com os resultados obtidos por Romano (2015), observa-se que *bilosca* adentra também o estado de São Paulo e de Goiás (Figura 6).

*Bolinha de crica/crique* encontra-se na mesma região do estado, confirmando os dados do EALMG, Zona da Mata e Sul de Minas (pontos 148 – Juiz de Fora e 144 – Lavras), porém, em Romano (2015), o item é registrado significativamente em duas localidades catarinenses (pontos 227 e 228, Blumenau e Itajaí, respectivamente) no litoral norte de Santa Catarina, o que não possibilita afirmar que se trata de uma forma regional de Minas.

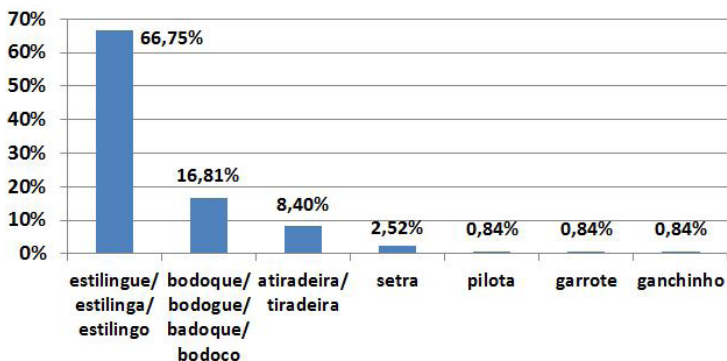
No entanto, a variante *china*, com a acepção para *bolinha de gude*, fora documentada apenas em Minas, na mesma área geográfica em que o EALMG registrou, em Pedra Azul (ponto 129), Vale do Mucuri, não estando documentada em Romano (2015), Portilho (2013) e Ribeiro (2012).

## Estilingue e suas variantes

A questão 157 do QSL apresentou um total de 119 registros distribuídos em 12 itens: *estilingue* (76 registros), *bodoque* (12), *badoque* (7), *atiradeira* (5), *tiradeira* (5), *estilinga* (4), *estilingo* (3), *setra* (3), *ganchinho* (1), *bodogue* (1), *pilota* (1) e *garrote* (1).

Agrupando as variantes morfofonêmicas de *estilingue*, *bodoque* e *atiradeira*, em dados percentuais, tem-se a seguinte distribuição (Gráfico 3):

Gráfico 3 – Produtividade das variantes lexicais para a questão 157 em MG.



Fonte: Banco de dados do ALiB (2015).

Observa-se no Gráfico 3 que o item lexical mais produtivo é *estilingue* e suas variantes morfofonêmicas (66,75%), seguindo-se de *bodoque* e variantes (16,81%) e *atiradeira/tiradeira* (8,40%). Em menor produtividade encontra-se *setra* (2,52%) e, como *hápax legomena* (0,84%), *pilota*, *garrote* e *ganchinho*. Na Figura 8, observa-se a distribuição diatópica desses itens lexicais.

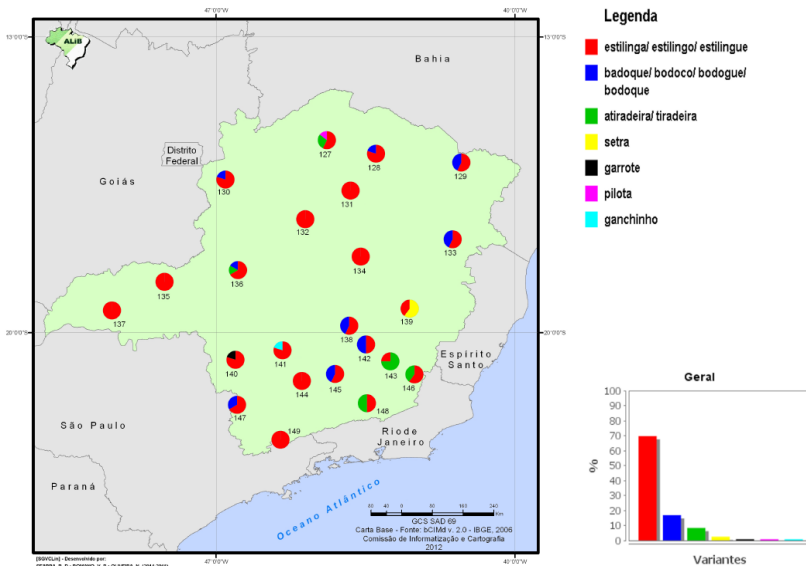


Figura 8 – Distribuição diatópica das variantes lexicais para a questão 157 do QSL

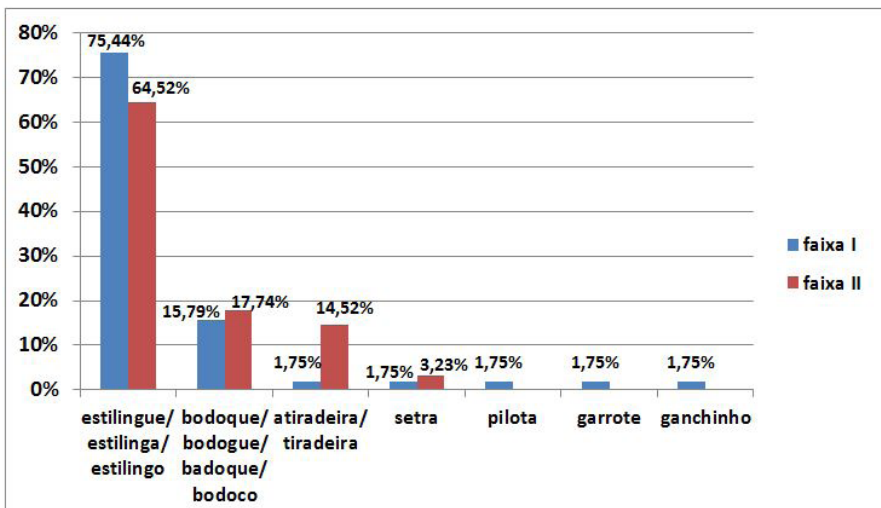
Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

A variante mais produtiva do corpus está amplamente difundida pelo território mineiro, representando 100% das respostas em 7 dos 23 pontos linguísticos investigados: pontos 131 (Montes Claros), 132 (Pirapora), 134 (Diamantina), 135 (Uberlândia), 137 (Campina Verde), 144 (Lavras) e 149 (Itajubá). O item *bodoque* ocorre em localidades do norte do estado, pontos 128 (Janaúba), 129 (Pedra Azul), 130 (Unai), 133 (Teófilo Otoni), em localidades do centro de Minas Gerais: 138 (Belo Horizonte), 142 (Ouro Preto), 145 (São João del Rei), além de figurar em uma localidade do Triângulo Mineiro, ponto 136 (Patos de Minas), e no sul de Minas, no ponto 147 (Poços de Caldas).

A variante *atiradeira/tiradeira* apresenta-se representativamente na região da Zona da Mata: pontos 143 (Viçosa), 146 (Muriaé) e 148 (Juiz de Fora), além de ocorrer, com menor produtividade, em Patos de Minas (ponto 136) e Januária (ponto 128), Triângulo Mineiro e norte de Minas, respectivamente. *Setra* ocorre, exclusivamente, em Ipatinga (ponto 139) representando mais de 50% de produtividade. Por fim, o item lexical *garrote* foi registrado apenas em Passos (ponto 140), *ganchinho*, em Formiga (ponto 141) e *pilota*, unicamente em Januária (ponto 127).

Considerando a produtividade das variantes segundo a variável faixa etária, observa-se o seguinte panorama (Gráfico 4):

Gráfico 4 – Produtividade das variantes para a questão 157 segundo a variável faixa etária



Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

Segundo a distribuição por faixa etária, observa-se que o item *estilingue* encontra-se mais produtivo entre os informantes da faixa I (75,44%), ao passo que o percentual decresce em relação aos informantes da faixa II (64,52%). Por outro lado, *bodoque* é mais representativo entre os informantes da faixa II (17,74%), embora a produtividade entre os informantes da faixa I (15,79%) apresente uma diferença de apenas 2%, aproximadamente, comparando-se ambas as faixas etárias.



Encontra-se certa diferença na ocorrência do item *atiradeira/tiradeira* que, entre os informantes da faixa II, representa 14,52%; enquanto entre os informantes da faixa I, esta representatividade é de apenas 1,75%. Com o mesmo percentual, encontra-se *setra* entre os informantes da faixa etária mais nova, ao passo que esse item representa 3,23% das respostas entre os da faixa II. Com pequena representatividade, *pilota*, *garrote* e *ganchinho* figuram apenas entre os informantes da faixa etária I (1,75%).

Observa-se, contudo, certa divergência entre os informantes quanto ao uso de *bodoque* para designar o *estilingue*. Há aqueles que consideram sinônimos e há aqueles que identificam *bodoque* como outro referente, conforme se observa em relatos dos informantes transcritos *ipsis litteris* a seguir:

Informante 3, homem da faixa etária II, de Januária (Ponto 128):

INQ.- Tem outro nome para isso?

INF.- Não. Tem outro, mas é diferente. Bodoco, já viu falá em bodoco?

INQ.- Como é o bodoco?

INF.- Bodoco cê faiz de pau, que o estilingo, né, faiz de pau e marra [=amarra] dois cordão, né, faiz o bodoco. Mais nome de bodoco, tem o bodoco e estilingo.

INQ.- Mas é diferente, pelo o que o senhor falou...

INF.- É, que um de gancho e outro é um só.

Informante 4, mulher da faixa etária II, de Pedra Azul (Ponto 129):

INF.- Estilingue.... Bodoque chamado. Bodoque tem aquele grande, e tem esse estilingue de matá bicho.

INQ.- Bodoque então é um pouco diferente?

INF.- É. O bodoque é diferente. O bodoque ele é feito de uma vara, muito, só pra quem sabe fazê, hoje não se usa mais. É igual uma flecha... faz duas linha. Faz a malha e coloca as pedra e puxa.

INQ.- Então é bem diferente...

INF.- Antigamente existia muito.

INQ.- Esse que a gente está querendo...

INF.- Esse aí é estilingue.

INQ.- Da forquilha é o estilingue?

INF.- É o estilingue.

Informante 4, mulher, da faixa etária II, de Unai (Ponto 130):

*INF.- É... istilingue. Estilingue.*

*INQ.- Também não tinha outro nome?*

*INF.- Era istilingue ou bodoque, mais o bodoque era diferente um pouco, né, mas era...*

*INQ.- Como que é o bodoque?*

*INF.- O bodoque era um trem com um arco, ele era maior, né, um arco que... 'cê punha uma linha nele, né, a linha forçava ele emborcá, e 'cê punha uma pedra na, na linha, ti... no lugar... e punha três, três linhas assim, né, lá no bo... [?=bodoque], no pau fazia três... três coisinha aqui e punha três linha, daqui cá embaixo, né, e no meio fazia assim um teciduzim [= tecidozinho], de jeito, fazia uma... parecendo que fez uma... fez um coisa mais, mais... mais... no lugá assim como se ele tivesse feito um croché naquele lugar assim mais fechado, aí 'cê punha a pedra no, e puxava assim e mirava num lugar e soltava a pedra. É quase igual o estilingue, mais são em nomes diferente, né, bodoque e estilingue.*

*INQ.- Que interessante.*

*INF.- Iss 'aí os menino na, na roça, os menino meu, meus irmão tudo brincava muito com isso, matava Passarim [= passarinho], muito com essas coisa.*

No cômputo das respostas válidas para *bodoque* e variantes morfofonêmicas, foram consideradas apenas aquelas em que o informante confirma tratar-se do mesmo referente, embora considere como uma forma antiga para denominar o atual *estilingue*. Há informantes que identificam *bodoque* como outra denominação para o mesmo objeto, conforme se observa nos relatos a seguir:

Informante 3, homem da faixa etária II, de Janaúba (ponto 128):

*INF.- Estilingo.*

*INQ.- Como?*

*INF.- Estilingo.*

*INQ.- Ainda brinca aqui disso?*

*INF.- Hunhun.*

*INQ.- Tem outro nome?*

*INF.- Tem, o povo falava badoque também (rindo), né os antigo, usa mais é estilingo.*

*INQ.- Os antigos que falavam badoque?*

*INF.- É.*

*INQ.- Ah, ta.*

Informante 1, homem da faixa etária I, de Pedra Azul (Ponto 129):

*INF.- Badoque.*

*INQ.- Tem outro nome para badoque?*

*INF.- Estilingue.*

*INQ.- É a mesma coisa? Igualzinho assim de forquilha assim com elástico.*

*INF.- É, igualzinho. O estilingue com badoque é mesma... Mesma coisa mesma.*

*INQ.- Pega um galhinho e faz.*

Informante 1, homem da faixa etária I, de Teófilo Otoni (ponto 133):

*INQ.- Tem outro nome?*

*INF.- BODOQUE.*

*INQ.- Qual que usa mais?*

*INF.- Estilingue.*

*INQ.- Os dois são iguaizinhos?*

*INF.- São a mesma coisa.*

*INQ.- Só que usa mais...*

*INF.- O estilingue.*

*INQ.- Você acha que bODOQUE alguém usava antes...*

*INF.- É, o pessoal mais antiga usava bODOQUE, né. Hoje eu vejo algumas pessoas falá, mas é muito difícil, é mais estilingue mesmo.*

Informante 4, mulher da faixa etária II, de Teófilo Otoni (ponto 133):

*INF.- BODOQUE... Estilingue, quer dizer.*

*INQ.- Qual usa mais? Estilingue ou bODOQUE?*

*INF.- Usa mais estilingue aqui.*

*INQ.- E a senhora conheceu bODOQUE onde?*

INF.- Óia eu sempre faço pros meu neto e meus fio que fazia.

INQ.- Então a senhora chamava de bodoque?

INF.- Era.

INQ.- E hoje é que o povo chama de estilingue, é isso?

INF.- É. Aí tem dois nome, dois nome.

Informante 3, homem da faixa etária II, de Ouro Preto (Ponto 142):

INF.- Aquilo ali tinha diversos nome. Lá na roça a gente tratava aquilo ali como fosse um bodoque. Agora, aqui, hoje já mudaro [=mudaram] muito, chama de estilingue.

Embora os informantes que confirmam *bodoque* ser o mesmo referente, apresentando apenas comentários diageracionais acerca do uso do vocábulo, observa-se que não há diferença relevante entre as duas faixas etárias (Gráfico 4), estando presente tanto na fala dos mais jovens quanto dos mais velhos, com percentuais abaixo de 20% das respostas. Nesse caso, a variação em tempo aparente evidencia a variação linguística estável quanto ao uso de *bodoque*.

Contudo, quanto ao uso do item *atiradeira/tiradeira*, os informantes não forneceram mais detalhes sobre essa variante, embora se observe no Gráfico 4 a predominância dessa forma lexical entre os informantes com mais idade (faixa II).

A partir da Figura 9, que retrata a carta linguística 43 do EALMG, observa-se a ocorrência da variante mais produtiva no corpus em todo o estado mineiro (*estilingue*), representada pelo item em azul da legenda; enquanto *atiradeira* e *setra* definem áreas lexicais delimitadas pelas linhas traçadas na carta original.

Observa-se na carta do EALMG, adaptada com as linhas de isoléxicas de *atiradeira* e *seta*, que a primeira variante apresentava-se amplamente distribuída pela região da Zona da Mata, ocorrendo também no centro-oeste de Minas, ponto 50 (Bambuí), em duas localidades do centro mineiro, pontos 16 (Curvelo) e 17 (Diamantina), e em uma área do norte de Minas Gerais (ponto 1, Januária, 1A, Janaúba; ponto 7, Coração de Jesus, e 9 Montes Claros).

*Seta*, por sua vez, a partir de uma área de confluência na Zona da Mata em que ocorre com *atiradeira* (pontos 59 e 69: Caratinga e

Manhumirim, respectivamente) caminha em direção ao Vale do Rio Doce até o sudeste do Vale Mucuri (ponto 23 – Nanaque), além de ocorrer isoladamente em Cordisburgo (ponto 52), no centro do estado (região metropolitana de Belo Horizonte).

A Figura 10 apresenta as áreas lexicais dos itens no corpus do ALiB.

Comparando-se ambas as cartas (figuras 9 e 10), observa-se que nos dados do ALiB a área de ocorrência de *atiradeira/tiradeira* ainda se mantém predominantemente na Zona da Mata, embora com menor abrangência, possivelmente devido à rede de pontos menos densa do atlas nacional, assim como a ocorrência do item na região norte do estado, em Januária (ponto 127). Contudo, há de se notar, nos dados atuais, que o item *atiradeira* ocorre também em Patos de Minas (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba), o que não ocorria nos dados de 1970.

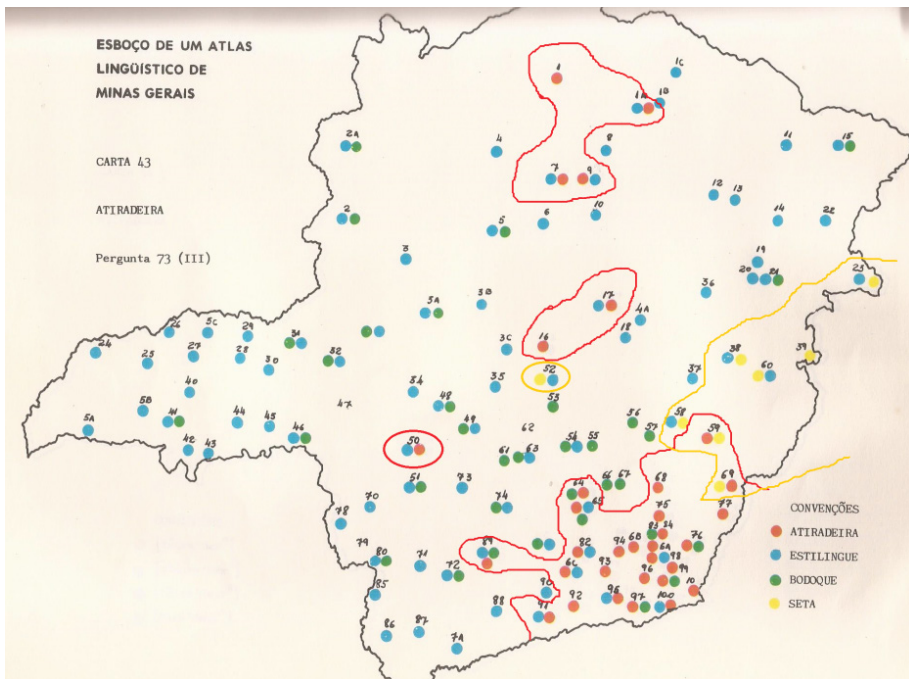


Figura 9 – Carta linguística 43 do EALMG: isoléxicas de *atiradeira* e *seta*

Fonte: Ribeiro *et al.* (1977) – adaptada

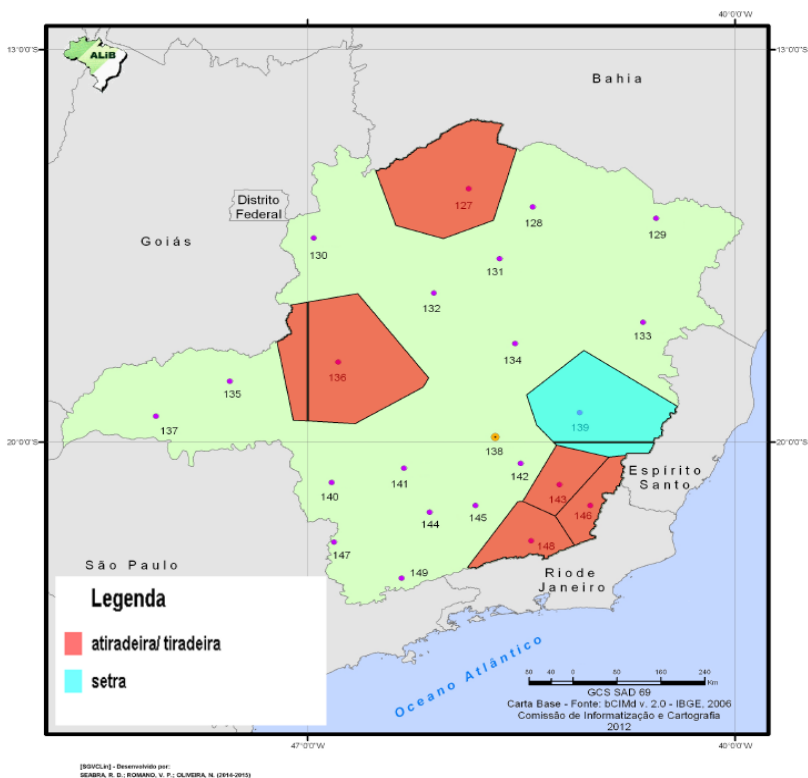


Figura 10 – Áreas lexicais de *atiradeira/tiradeira* e *setra*  
 Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)

Quanto à variante *seta*, que nos dados do ALiB ocorre somente com a variante fonética *setra*, observa-se representativa produtividade em Ipatinga, ponto 139, representando 60% das respostas válidas dos ipatinguenses. Esse município mineiro está localizado no Vale do Rio Doce, confirmando nos dados atuais a área de ocorrência nessa região do estado (Figura 9). Acredita-se que nos dados do ALiB a mesma justificativa sobre a densidade da rede de pontos pode ser levada em consideração ao verificar a área de abrangência do item.

Em Ribeiro (2012), encontra-se *setra* documentada nos pontos 188 (Barra do São Francisco) e 189 (São Mateus), no extremo norte do Espírito Santo, sem, contudo, adentrar o território baiano, o que

dá indícios de uma variante que possivelmente caracterizaria o *falar fluminense* e sua influência nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Sobre a variante *bodoque*, a Figura 11 ilustra a isoléxica para o item nos dados do EALMG.

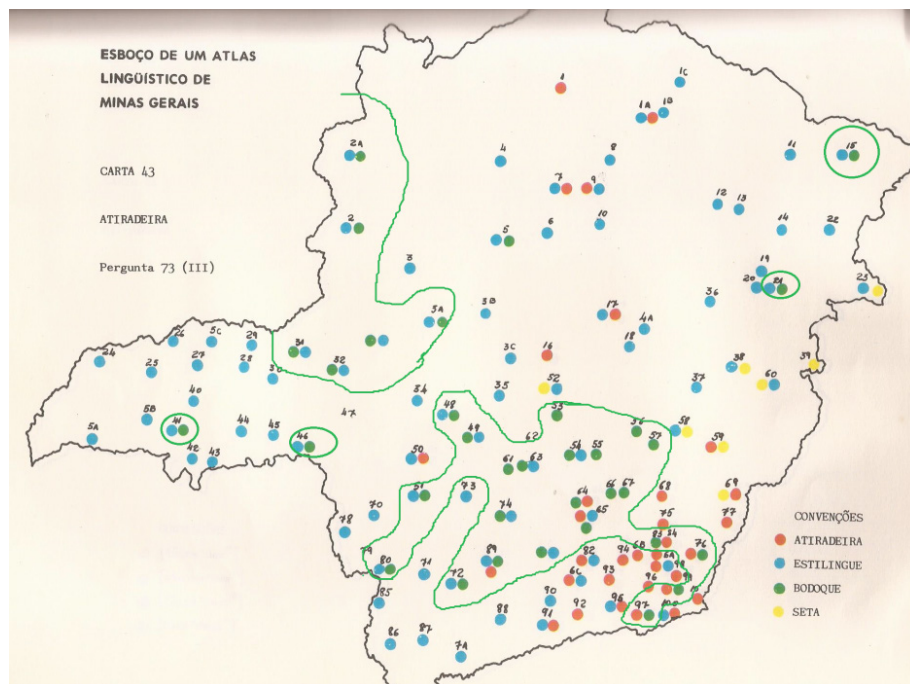


Figura 11 – Carta linguística 43 do EALMG: isoléxica de *bodoque*

Fonte: Ribeiro *et al.* (1977) – adaptada

Na carta do EALMG, adaptada com as linhas de isoléxicas para *bodoque*, verifica-se a predominância do item na mesorregião do Campo das Vertentes, contemplando Lavras (ponto 89) e São João del Rei, ponto 81, que no mapa, por erro gráfico, não está impresso. Essa isoléxica abrange também a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, como em Sabará, (ponto 55) e Itabira (ponto 56), a mesorregião central mineira (Dores do Indaiá – ponto 48), passando pela mesorregião oeste mineira (Piumhi, ponto 51) até a mesorregião sul e sudoeste de Minas, (Muzambinho, ponto 80, e Varginha, ponto 72).

Há ocorrência do item no Triângulo Mineiro, Comendador Gomes (ponto 41) e Sacramento (ponto 46), São Gotardo (ponto 34) e Patrocínio (ponto 32), de onde se irradia atingindo o noroeste de Minas (Unaí, ponto 2A), além de ocorrências isoladas no Vale do Jequitinhonha (ponto 15, Almenara) e no Vale do Mucuri (ponto 21, Teófilo Otoni).

A Figura 12 apresenta as áreas de ocorrência do item *bodoque* e variantes morfofonêmicas segundo a produtividade em cada área considerando os dados atuais.

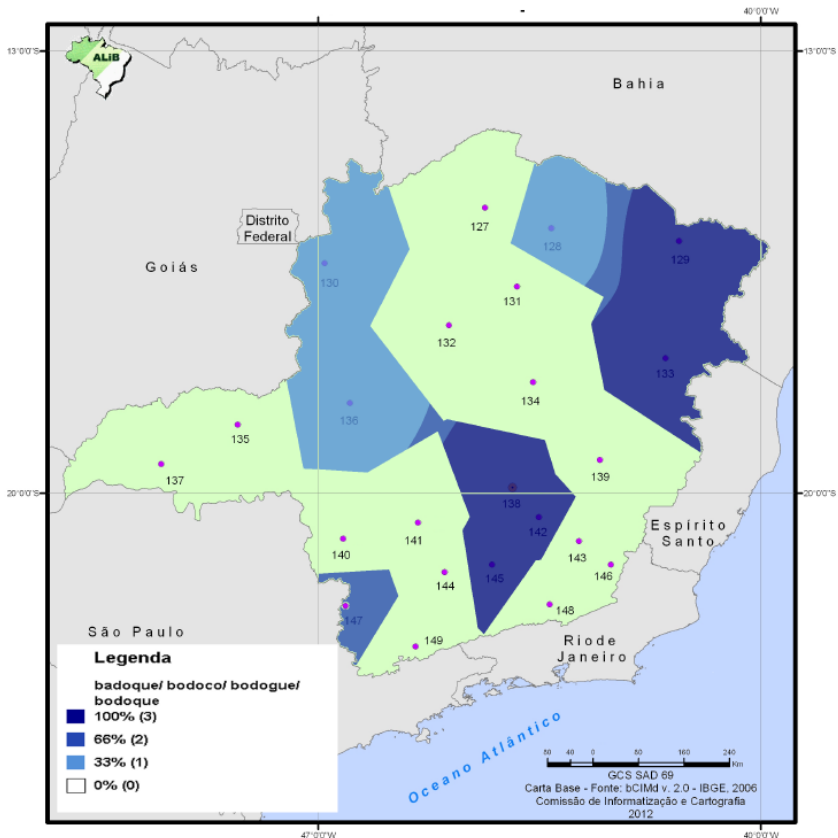


Figura 12 – Áreas lexicais de *bodoque* nos dados do ALiB, segundo a produtividade

Fonte: Banco de dados do ALiB (2015)



Pode-se observar que há certa coincidência entre os dois *corpora* (ALiB e EALMG) quanto às áreas lexicais de *bodoque*. Contudo, não é possível afirmar que essa variante caracteriza uma área lexical exclusiva de Minas Gerais, pois, em Ribeiro (2012), há a constatação da ampla distribuição do item no território baiano.

No território mineiro, *bodoque* atualmente encontra-se mais significativamente representado em localidades de quatro mesorregiões do estado: metropolitana de Belo Horizonte (ponto 138 – Belo Horizonte e 142 – Ouro Preto), parte do Campo das Vertentes (ponto 145 – São João del Rei), no Vale do Mucuri (ponto 133 – Teófilo Otoni) e no Vale do Jequitinhonha (ponto 129 – Pedra Azul,), cuja ocorrência máxima por ponto, para o item, representou três registros.

Em menor produtividade (66%), encontra-se a variante em Poços de Caldas (ponto 147 – sul de Minas) e do Triângulo Mineiro (Patos de Minas – ponto 136) a Unai (ponto 130, na mesorregião noroeste de Minas) *bodoque* ocorre com o registro de 33%. Janaúba (ponto 128), norte de Minas, apresenta o mesmo percentual.

Ao comparar ambos os *corpora* (figuras 11 e 12), observa-se que as áreas lexicais ainda se mantêm no território mineiro no que se refere à distribuição diatópica do item *bodoque*, embora no ALiB apresente-se de forma pouco mais reduzida devido ao fato já referido da densidade da rede de pontos.

## Considerações finais

A proposta de Zágari (1998) sobre a tripartição do território mineiro em três falares, considerando os *corpora* analisados, não se confirma sob o ponto de vista lexical, conclusão já preconizada por Rocha (2012) e ratificada por esta pesquisa que se pautou em dados empíricos.

Entre o rol de variantes documentadas para ambas as questões e em ambos os atlas não se encontrou uma forma que caracterizaria o chamado falar *paulista* (sul e Triângulo Mineiro) e o *baiano* (norte do estado), nem mesmo o *mineiro*, caracteristicamente.

Embora a variante *china*, para *bolinha de gude*, ocorra exclusivamente no noroeste mineiro, observa-se que o item não está documentado no território baiano, conforme constatou o estudo de Ribeiro (2012), o que ratifica a importância de um trabalho mais específico acerca dessa área do território de Minas Gerais (Vale do

Mucuri e do Jequitinhonha), tendo em vista a presença do item nos dados do EALMG que ainda persistem nos dados do ALiB (mais de 60% das respostas em Pedra Azul – ponto 129).

Quanto ao *falar mineiro*, não se encontraram variantes que se revelem exclusivas de Minas Gerais, pois algumas delas estão registradas em áreas do Espírito Santo, como se verifica com *boleba*, para *bolinha de gude*, presente em localidades capixabas, além de *setra* e *atiradeira*, para *estilingue*, com o mesmo comportamento.

É notável que há variantes que figuram tipicamente na fronteira de Minas com Espírito Santo e Rio de Janeiro, mas se fazem necessários mais estudos para verificar esta área geográfica. Estaria o território mineiro recebendo influência do *falar fluminense*? Ou seria Minas Gerais que tem seus limites ‘linguajeiros’ expandidos para outras áreas?

Contudo, não há dúvida de que o item *bilosca* poderia indicar e caracterizar uma possível influência de mineiros, sobretudo, no noroeste e oeste do estado de São Paulo, além de influências do sudoeste de Goiás, conforme apontamentos já feitos por Romano (2015), o que se evidencia pelas isoléxicas que não seguem limites físicos, e sim sócio-históricos.

Isso coaduna com a ideia defendida por Romano (2015), pois estabelecer áreas dialetais a partir de dados lexicais tem se mostrado uma tarefa desafiadora, contudo, só “são possíveis de serem definidas, considerando os aspectos sociais e históricos envolvidos na configuração diatópica de determinada região, e levando em conta fatores tais como migração e imigração, que, indubitavelmente, interferem na disseminação de variantes” (p. 265).

Os dados atuais têm revelado que algumas variantes indicam a variação diageracional, evidenciando uma mudança em progresso. É o caso de formas como *bilisco*, *biroquê*, *bolinha de vidro* e *bolinha de clique*, que, no EALMG, apresentavam distribuição diatópica mais ampla e, atualmente, se encontram em poucas ocorrências, apenas entre os informantes da faixa etária II.

Conjugar o estudo em tempo real ao de tempo aparente possibilita uma visualização mais coerente do processo de mudança e variação linguística. Mas, muito mais do que isso, essas formas alternantes, ‘petrificadas’ na história da língua pelos atlas linguísticos, evidenciam a própria história das mudanças sociais. Chegará o tempo em que a *boleba* e a *atiradeira* não mais serão reconhecidas, ou que a *china* e a *setra* constarão apenas na memória como peças de museus, considerando a

dinâmica social em que padrões de brinquedos eletrônicos ou mesmo de diversões infantis já estão modificados.

## Referências

AGUILERA, V. de A. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

AMARAL, E. T. R. (Org.). *O português falado em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ARAGÃO, M. do S. S. de; BEZERRA DE MENEZES, C. *Atlas Linguístico da Paraíba*. Brasília: UFPB, 1984.

CARDOSO, S. A. M. S. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, S. A. M. S. *et al. Atlas Linguístico do Brasil*. Vol. 1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Atlas Linguístico do Brasil*. Vol. 2 (cartas Linguísticas). Londrina: EDUEL, 2014b.

CARDOSO, S. A. M. S.; MOTA, J. A.; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C. *Documentos 4: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Vento Leste, 2013.

CARRETER, F. L. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid: Gredos, 2008.

CARUSO, P. *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo: Questionário*. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP, 1983.

COHEN, M. A. A. M.; RAMOS, J. M. (Orgs.). *Dialeto mineiro e outras falas: estudos de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Questionários 2001*. Londrina: Eduel, 2001.

CORDEIRO, M. J. *Estudo linguístico no Vale do Jequitinhonha: o léxico de Minas Novas*. 2013. 291p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

COSERIU, E. *O homem e a sua linguagem*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

DOGLIANI, E.; COHEN, M. A. M. (Orgs.). *Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ENCONTRO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DE MINAS GERAIS – DIVERMINAS, 2010, Ouro Preto. *Anais... cultura e memória*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FREITAS, C. J. de. O léxico da Serra do Cipó. In: ENCONTRO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DE MINAS GERAIS, 2010, Ouro Preto. *Anais... cultura e memória*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 181-185. 1 CD-ROM.

LABOV, W. *Principios del cambio lingüístico*. Vol. 1 (factores internos). Traducción Pedro Martín Butragueño (versión española). Madrid: Gredos, 1996.

MARGOTTI, F. W. O português em contato com o italiano no sul do Brasil: um estudo geolinguístico pluridimensional. In: AGUILERA, V. de A.; ROMANO, V. P. (Orgs.). *A Geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. vol. 3. Londrina: EDUEL. (no prelo).

MIRANDA, V. M. R. de. *Léxico e cultura: estudo linguístico na área rural de Sibanópolis-MG*. 2013. 263p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NICOLAU, E. *Pelas trilhas de Minas até Belo Vale: garimpando em busca de traços conservadores do português do Brasil*. In: DOGLIANI, E.; COHEN, M. A. A. M. (Orgs.). *Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 145-162.

OLIVEIRA, D. G. de (Org.) *ALMS – Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. Introdução: mudança linguística em curso. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 13-29.

PORTILHO, D. A. S. *O falar amazônico: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB*. 2013. 155p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

RAMOS, J. M.; COELHO, S. M. (Orgs.). *Português brasileiro dialetal: temas gramaticais*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

RIBEIRO, G. A. O vocabulário rural de Passos/Minas Gerais: um estudo linguístico nos sertões do Jacuhy. In: ENCONTRO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DE MINAS GERAIS, 1., 2010, Ouro Preto. *Anais... cultura e memória*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 194-201. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, J. *et al.* *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

RIBEIRO, S. S. C. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 2012. 466p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2012.

ROCHA, A. P. A. Notas sobre o léxico de brincadeiras infantis usado em Minas Gerais à Luz de dois trabalhos geolinguísticos: o ALEMIG (1977) e o Projeto ALiB. In: ALTINO, F. C. (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012. p. 79-92.

ROCHA, A. P. A.; ANTUNES, L. B. Divisão dialetal em Minas Gerais: notas sobre aspectos fonéticos. In: RAZKY, A.; LIMA, A. F. de.; OLIVEIRA, M. B.; COSTA, E. O. da. (Orgs.). *Estudos sociodialetais do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2014. p. 97-111.

ROCHA, A. P. A.; RAMOS, J. M. Estudos dialetais em Minas Gerais. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 41, p. 70-86, jan./jun. 2010.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*, Londrina, v. 13, n. 2, p. 203-242, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no centro-sul do Brasil*. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] – Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *RELin: Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 119-151, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5757>>. Acesso em: 20 set. 2015.

ROSSI, N. *et al.* *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SANTOS, L. S. M. *O léxico de remanescentes de comunidades garimpeiras do Alto Jequitinhonha*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SEABRA, M. C. T. C. de. (Org.). *Léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, V. L. de. *Nas cacimbas do rio Pardo: um estudo léxico-cultural*. 2014. 621p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série Princípios).

TEIXEIRA, J. A. O falar mineiro. *Revista do Arquivo Público Municipal*, São Paulo, v. XLV, 1938.

THUN, H. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. In: XXII CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE E PHILOLOGIE ROMANES, BRUXELLES, 1998. *Actes...* Bruxelles, 1998, p. 367-409.

VIEGAS, M. do C. (Org.). *Minas é plural*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ZÁGARI, J. R. L. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: EDUEL, 1998. p. 31-54.

\_\_\_\_\_. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005. p. 46-72.

## **O papel do léxico no alçamento sem motivação aparente das vogais médias pretônicas do português brasileiro**

### *The role of the lexicon in pretonic mid-vowel raising without apparent motivation in Brazilian Portuguese*

Susiele Machry da Silva

UTFPR

susiele.machry@gmail.com

Ana Paula Correa da Silva Biasibetti

PUCRS

biasibetti.ana@gmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir o papel da frequência lexical no processo variável de alçamento sem motivação aparente das vogais médias pretônicas na variedade de português brasileiro falada em Porto Alegre/RS. O estudo, realizado a partir de dados dos trabalhos desenvolvidos por Bisol (1981), Klunck (2007), Cruz (2010) e Silva (2014), investiga a atuação do léxico a partir dos preceitos da Fonologia de Uso (BYBEE, 2001) e da Teoria de Exemplares (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001, 2002). Parte-se da hipótese de que o alçamento se propaga prioritariamente pelos paradigmas frequentes cujas redes de associação apresentam estrutura mais densa, isto é, quanto maior o número de itens lexicais associados ao paradigma, maior a probabilidade de o alçamento se propagar. Os resultados obtidos, em conformidade com essa hipótese, sugerem que o processo atinge, inicialmente, os paradigmas mais frequentes e, gradualmente, se espalha para outras palavras com estrutura igual ou semelhante.

**Palavras-chave:** vogais médias pretônicas; alçamento sem motivação aparente; variação; léxico; frequência.

**Abstract:** This paper aims to discuss the role of lexical frequency in pretonic mid-vowel raising without apparent motivation in the Brazilian Portuguese variety spoken in Porto Alegre/RS. This study reexamines the data analyzed by Bisol (1981), Klunck (2007), Cruz (2010) and Silva (2014) and investigates the role of the lexicon under the assumptions of Usage-Based Phonology (BYBEE, 2001) and Exemplar Theory (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001, 2002). It is hypothesized that the raising propagates preferentially through the frequent paradigms whose networks of association have a denser structure, that is, the larger the number of lexical items associated with the paradigm, the higher the chance of the raising propagates. The results confirmed the hypothesis, suggesting that the process initially occurs in the most frequent paradigms and spreads gradually to other words with the same or similar structure. **Keywords:** pretonic mid-vowels; raising without apparent motivation; variation; lexicon; frequency.

Recebido em 21 de maio de 2015.

Aprovado em 15 de outubro de 2015.

## **Introdução**

A análise sobre como os processos de mudança sonora se propagam pela língua pode ser conduzida sob duas diferentes perspectivas, uma centrada no som e a outra na palavra. As abordagens remetem à controvérsia teórica dos modelos neogramático (PAUL, 1983) e difusionista (WANG, 1969; CHEN; WANG, 1975): o primeiro enfatiza o papel do ambiente fonético/fonológico para a ocorrência da mudança sonora, enquanto o segundo enfatiza o papel do léxico na propagação da mudança.

Segundo a proposta neogramática, a mudança linguística opera de forma lexicalmente abrupta e foneticamente gradual, com tendência a propagar-se por todos os ambientes que possuem contexto fonético propício para a aplicação da regra. Em outras palavras, a mudança ocorre a partir de um condicionamento estrutural interno ao sistema linguístico.

Ainda que a perspectiva neogramática encontre embasamento teórico em muitos fenômenos variáveis observados, há casos em



que a mudança sonora não se propaga com regularidade mesmo em contexto favorável para a sua aplicação. Ao que parece, o potencial de implementação da mudança gerado por um condicionamento fonético supostamente favorecedor não é, necessariamente, a única força capaz de impulsionar a aplicação de um processo variável. Diante desse argumento, a pressuposição, corroborada por Labov (1981), é de que nem todos os processos de mudança sonora observados nas línguas são de natureza neogramática e, por isso, a escolha do modelo teórico deve pautar-se pelo tipo de fenômeno analisado.

O alçamento variável das vogais /e/ e /o/ em posição pretônica no português brasileiro (doravante PB) pode acontecer por harmonização vocálica (*menino~minino; coruja~curuja*), ou, por motivo não aparente (*senhor~sinhor; governo~guverno*). De acordo com Bisol (2009, p. 78), o alçamento por harmonização vocálica (doravante HV) e o alçamento sem motivação aparente (doravante AL) são processos formalmente diferentes. A HV é entendida como um caso de assimilação em que a vogal média pretônica assimila o traço de altura de uma vogal alta localizada em sílaba subsequente, tratando-se, portanto, de um processo fonético. O AL, por sua vez, representa um caso de neutralização entre as vogais médias altas e as vogais altas, ainda não categórico, cujo modo de implementação sugere um processo de cunho lexical, haja vista a ausência de um gatilho fonético explícito para a ocorrência do alçamento.

Em relação à variedade gaúcha, o processo de HV é o representante típico de uma regra neogramática, pois apresenta aplicação moderada e condicionamento fonético explícito (BISOL, 1981; SCHWINDT, 1995, 2002; CASAGRANDE, 2003). O processo de AL, por sua vez, apresenta baixo índice de aplicação e, quando ocorre, tende a afetar somente determinados itens lexicais, com maior propensão a atuar sobre paradigmas específicos (*piqueno, piquena, piquenos, piquenas*, por exemplo), o que compromete a força do papel condicionador dos grupos de fatores linguísticos contextuais (KLUNCK, 2007; CRUZ, 2010; SILVA, 2014). Nesse sentido, a natureza do AL afasta-se de uma regra neogramática e apresenta fortes indícios de que se trata de um processo difusionista.

A propagação do AL, pela hipótese de que parte este estudo, é controlada pelo léxico e afeta, majoritariamente, os itens lexicais conectados a paradigmas, ou seja, aqueles que apresentam estruturas sonora e semântica semelhantes. Trabalha-se, portanto, com a premissa

de que a morfologia tende a influenciar no processo de propagação do alçamento, no sentido de que propicia a formação de redes de associação com base nas relações paradigmáticas entre os itens lexicais (BYBEE, 2001, 2002, 2010). Não obstante, espera-se que essa propagação seja favorecida por paradigmas que se apresentem como mais frequentes na língua e que possuam ambiente fonético propício.

Ante o exposto, este artigo se propõe a investigar a atuação do léxico na aplicação variável do AL na variedade do PB falada em Porto Alegre/RS a partir dos dados analisados por Bisol (1981), Klunck (2007), Cruz (2010) e Silva (2014). Assume-se um possível efeito de frequência e a formação de redes de palavras a partir de paradigmas como fatores viabilizadores do AL. Tomam-se por base os pressupostos da Teoria de Exemplares (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001, 2002, 2003) e da Fonologia de Uso (BYBEE, 2001, 2002, 2010), uma vez que, pela hipótese de que parte este estudo, os referidos modelos podem oferecer o aparato teórico necessário para explicar a forma como o AL se propaga na variedade em exame.

## **Fonologia de Uso e Teoria de Exemplares**

O modelo de Difusão Lexical (WANG, 1969; CHEN; WANG, 1975) prevê que a mudança sonora se propaga gradativamente através do léxico, atingindo palavras individuais ou grupos de palavras que possuem estrutura sonora semelhante. Por admitir exceções, a proposta difusionista mostra-se convincente para explicar diferentes tipos de mudança sonora, incluindo até mesmo aquelas que são entendidas como regulares por serem foneticamente motivadas (caso da HV no PB, por exemplo). Entretanto, conforme questiona Oliveira (1991), uma vez que a mudança não atinge todas as palavras ao mesmo tempo, torna-se necessário investigar por que algumas palavras sofrem alterações mais rapidamente do que outras.

Uma possível explicação para a aplicação irregular de processos variáveis advém da Fonologia de Uso (BYBEE, 2001, 2002, 2010), para a qual a seleção lexical é determinada pela frequência de uso das palavras. De acordo com a proposta desse modelo, as mudanças podem ser simultaneamente fonética e lexicalmente graduais, porém é a frequência de uso o fator que determina a ordem e a extensão em que as palavras são afetadas.

Ainda segundo a Fonologia de Uso, há dois tipos de frequência: a frequência de ocorrência (*token*), que se refere à ocorrência de determinado item lexical em um corpus, e a frequência de tipo (*type*), que diz respeito à frequência de uma estrutura no léxico, ou seja, indica o quanto determinado padrão é usado na língua (BYBEE, 2001, p. 10). Neste trabalho, toma-se a frequência de tipo como uma forma de medir a frequência dos paradigmas.

Entende-se que, em relação à análise do AL aqui proposta, o exame da frequência de tipo mostra-se importante para explicar o comportamento de determinados paradigmas nos quais o alçamento se concentra, pois pressupõe-se que a recorrência de alguns itens lexicais alçados gera a automatização de um padrão que se propaga gradualmente a outros itens lexicais que, por similaridade estrutural e semântica, possam estar conectados à mesma rede. Segundo Bybee (2001, p. 12, tradução nossa), “parece que a produtividade de um padrão, expressa em um esquema, é amplamente, mas não inteiramente, determinada pela sua frequência de tipo: quanto mais itens estão contidos em um esquema, mais forte o esquema fica e mais disponível se torna para a aplicação em novos itens”<sup>1</sup>.

Por conseguinte, todas as palavras com estruturas sonora e semântica semelhantes são suscetíveis de serem afetadas pelo processo: a análise de formas recorrentes como *começar* e *cumecei*, por exemplo, permite a apreensão do padrão *cumeç-* que, por sua vez, confere embasamento para a produção de outras formas, como *cumeçou* e *cumeçando*.

Para que isso seja possível, a teorização anteriormente defendida pressupõe que haja detalhamento fonético associado às palavras no léxico. Assim sendo, faz-se necessário adotar um modelo que assumo o armazenamento desse detalhe na representação cognitiva das palavras, reivindicação formalmente atendida pela Teoria de Exemplares (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001, 2002, 2012), modelo que permite multirrepresentações (BYBEE, 2001; CRISTÓFARO-SILVA; GOMES, 2004) e que, por sua flexibilidade, admite diferentes níveis de representação para as informações que o falante armazena nas suas experiências, incluindo nessas representações a palavra individual associada a seus detalhes de pronúncia.

---

<sup>1</sup>No original: “it appears that the productivity of a pattern, expressed in a schema, is largely, though not entirely, determined by its type frequency: the more items encompassed by a schema, the stronger it is, and the more available it is for application to new items”.

Por esse entendimento, as variantes fonéticas de uma palavra são armazenadas na memória do falante e organizadas em grupos com base na similaridade, ou seja, instâncias (ou exemplares) semelhantes agrupam-se próximas umas das outras, enquanto instâncias divergentes ficam separadas. Conforme Pierrehumbert (2001, p. 140), há diferentes níveis de ativação para os exemplares, de maneira que os mais recentes e de experiências mais frequentes apresentam níveis de ativação mais altos em relação aos exemplares menos frequentes ou pouco utilizados. É a frequência de uso, portanto, que determina o fortalecimento dos exemplares.

No que tange aos casos de variação fonético-fonológica, pressupõe-se que o falante possui, para um mesmo fonema, múltiplas possíveis realizações fonéticas e que sua escolha por uma variante em detrimento de outra depende do quanto aquela categoria se encontra fortalecida. Nesse caso, quando o falante entra em contato com novas ocorrências, essas são comparadas e classificadas de acordo com a similaridade com outras categorias já armazenadas em sua memória (PIERREHUMBERT, 2003, p. 131). Entende-se, por conseguinte, que há uma constante atualização dos sons e itens lexicais no mapa cognitivo do falante, e isso lhe permite fazer escolhas de acordo com as representações mais recentes e mais fortalecidas.

Diante disso, assume-se, em concordância com a Fonologia de Uso e a Teoria de Exemplares, que os processos de variação podem difundir-se gradualmente pelo léxico, atingindo primeiramente as palavras mais frequentes na língua e com estrutura sonora semelhante. Assim, em relação ao processo de AL aqui investigado, tem-se a hipótese de que a variação se propaga por entre os itens lexicais que compartilham o mesmo paradigma (**governo**, **governa**, **governar**) e que a gradualidade e a velocidade com que o processo de variação se propaga pelo léxico depende tanto da frequência dos itens lexicais, quanto da frequência dos paradigmas na língua.

Não se exclui, com isso, o papel que os fatores contextuais possam exercer para mais rapidamente desencadear o processo de alçamento. Isto é, embora possa não ser a força primária da propagação da mudança, entende-se que a presença de um contexto fonético favorável ao alçamento (o contexto seguinte palatal ou velar, por exemplo, como se verifica nas formas *senhor* e *pequeno*) aumenta a propensão para o processo se manifestar.

## Metodologia

O corpus utilizado na discussão desenvolvida neste estudo é constituído pelas ocorrências das vogais /e/ e /o/ pretônicas em palavras que não apresentam uma vogal alta subsequente, ou seja, palavras que não são o alvo da harmonização vocálica. As palavras incluídas na análise foram selecionadas a partir das amostras investigadas por Bisol (1981), Klunck (2007), Cruz (2010) e Silva (2014) sobre o alçamento das vogais médias pretônicas. Todas as amostras integram pesquisas de cunho variacionista e seguem pressupostos metodológicos semelhantes.

Primeiramente, realizou-se o levantamento de todas as ocorrências de palavras que apresentavam vogal média pretônica, sem vogal alta subsequente, nos quatro estudos (cinco amostras) selecionados para a constituição do corpus. Em seguida, desconsideraram-se as palavras funcionais, os nomes próprios e os numerais, bem como as palavras que apresentavam contextos em que o alçamento tende a ser categórico: vogal-alvo no início de palavra seguida por /N/ ou /S/ (*enxada, escola*) e vogal-alvo em casos de prefixo *des-* (*descartar, desconectar*). Além dessas, excluíram-se as palavras suscetíveis à formação de ditongo ou hiato (*toalha, teatro*), assim como todas as palavras que apresentavam vogal alta fonológica em posição pretônica (*futebol*). Por fim, delimitou-se como escopo de análise deste trabalho apenas os itens lexicais que apresentaram cinco ou mais ocorrências em cada amostra consultada.

Concomitantemente ao trabalho de levantamento dos dados, procedeu-se à tabulação dos índices de alçamento e de preservação das vogais médias apresentados em cada uma das amostras analisadas. A Tabela 1, exposta a seguir, apresenta o resumo do levantamento de dados utilizados neste estudo. Inclui-se nessa tabela, além do total de ocorrências de cada amostra, o número de ocorrências que sofreram a aplicação do AL.

Bisol (1981) analisou dados de HV e de AL coletados em 1979 nas comunidades de Veranópolis, Livramento, Taquara e Porto Alegre/região metropolitana. Das amostras apresentadas pela autora, foram consideradas, para a análise neste estudo, apenas os casos de vogal média pretônica suscetíveis de sofrer o processo de AL nas variedades culta e popular faladas na região metropolitana de Porto Alegre. Nessa seleção foram obtidas 685 ocorrências totais para /e/ e 667 para /o/.

Tabela 1 – Levantamento das ocorrências das vogais /e/ e /o/ pretônicas em contexto de AL

<b>Vogal /e/</b>			
<b>AMOSTRA</b>	<b>PRESERVAÇÃO</b>	<b>APLICAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Bisol (1981)	594	91	685
Klunck (2007)	604	49	653
Cruz (2010) 1988-1989	592	80	672
Cruz (2010) 2007-2009	1.310	64	1.374
Silva (2014)	1.527	26	1.553
<b>TOTAL</b>	<b>4.627</b>	<b>310</b>	<b>4.937</b>
<b>Vogal /o/</b>			
<b>AMOSTRA</b>	<b>PRESERVAÇÃO</b>	<b>APLICAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Bisol (1981)	544	123	667
Klunck (2007)	535	136	671
Cruz (2010) 1988-1989	764	158	922
Cruz (2010) 2007-2009	931	148	1.079
Silva (2014)	1.216	37	1.253
<b>TOTAL</b>	<b>3.990</b>	<b>602</b>	<b>4.592</b>

Fonte: elaborado pelas autoras

Klunck (2007), Cruz (2010) e Silva (2014), por sua vez, realizaram estudos exclusivamente sobre a manifestação do AL em Porto Alegre. Aplicados os critérios de exclusão de ocorrências definidos anteriormente, a amostra investigada por Klunck (2007), coletada em 1996, resultou em 653 ocorrências de /e/ e 671 ocorrências de /o/ em contexto pretônico. Cruz (2010) trabalhou com duas amostras coletadas em períodos distintos, a saber, em 1988-1989 e 2007-2009, das quais foram selecionadas 672 ocorrências de /e/ e 922 ocorrências de /o/ na amostra mais antiga, e 1.374 ocorrências de /e/ e 1.079 ocorrências de /o/ na amostra mais recente. Silva (2014), por fim, analisou uma amostra coletada em 2004 da qual foram selecionadas 1.553 ocorrências de /e/ e 1.253 ocorrências de /o/.

Em resumo, observa-se na Tabela 1 que os índices de aplicação do AL por item lexical são baixos, sendo o alçamento de /e/ menor que o alçamento de /o/. Após a computação das ocorrências por item lexical, procedeu-se ao levantamento dos paradigmas mais frequentes nas

amostras, registrando-se tanto o número de ocorrências totais quanto o número de ocorrências que sofreram alçamento sob o mesmo paradigma. Para essa seleção, estipulou-se, para todos os paradigmas, o mínimo de dez ocorrências em cada amostra, independentemente do número de itens lexicais associados. Seguindo a mesma estratégia utilizada na seleção dos itens lexicais, não foram considerados paradigmas com vogal alta em sílaba pretônica ou em sílaba subsequente (*futebol*, *perigo*), paradigmas com sequência *des-* (*despertar*, *destrói*) e paradigmas de numerais (*dezesesseis*, *dezoito*).

A consulta sobre a frequência de ocorrência dos itens lexicais e dos paradigmas selecionados nas cinco amostras investigadas foi realizada no Corpus Brasileiro (SARDINHA; MOREIRA FILHO; ALAMBERT, 2010) e no banco de dados do projeto Avaliação Sonora do Português Atual (ASPA) (CRISTÓFARO-SILVA, 2004; CRISTÓFARO-SILVA; ALMEIDA, 2005; ALMEIDA; CRISTÓFARO-SILVA, 2006). O Corpus Brasileiro (doravante CB) possui um total de 1.133.416.757 *tokens* e 871.117.178 *types*. O ASPA, por sua vez, possui um total de 220.509.454 *tokens* e 611.480 *types*. Optou-se por utilizar os dados do CB para a verificação do comportamento do item lexical, haja vista o grande número de *tokens* incluídos no referido banco, enquanto o ASPA foi utilizado na verificação da frequência de tipo, devido a sua versatilidade na extração dessa informação, a qual é necessária para a discussão aqui desenvolvida.

Bybee (2006) revela que não há parâmetros bem definidos para a mensuração da frequência das palavras em um corpus. A medida de frequência mais recorrentemente utilizada tem sido a frequência por milhão de palavras, pautada em Kucera e Francis (1967) a partir da investigação sobre as frequências lexicais do inglês americano no *The Brown Corpus* (1.014.000 ocorrências totais). Com base nesse estudo, uma ocorrência por milhão de palavras seria a frequência mais baixa possível, sendo que as palavras frequentes apresentariam, em média, 32,6 ocorrências por milhão e as palavras não frequentes apresentariam, em média, 5,7 ocorrências por milhão (CHAN; YBARRA; SCHWARTZ, 2006, p. 368).

No entanto, dois problemas devem ser considerados ao assumir essas medidas como parâmetros na mensuração da frequência de palavras. Primeiramente, conforme discutem Van Heuven *et al.* (2014, p. 1179), bancos de dados mais amplos revelam que muitas palavras ocorrem com uma frequência menor do que uma vez por milhão, a exemplo do banco

SUBTLEX-UK (201.712.237 ocorrências totais) de inglês britânico, em que 80% das palavras do corpus apresentam frequência menor do que uma ocorrência por milhão. Além disso, as normas para a delimitação do ponto de corte para palavras mais frequentes e menos frequentes em uma língua necessitam ser estabelecidas de acordo com o corpus da língua em estudo, ou seja, os mesmos parâmetros de um corpus da língua inglesa não podem ser transpostos para outras línguas, pois estas apresentam composições distintas daquela.

Diante disso, os parâmetros de frequências estabelecidos através do trabalho de Kucera e Francis (1967) representam dois problemas metodológicos ao estudo aqui proposto: inicialmente, o parâmetro de corte entre frequente e não-frequente não é fixo, haja vista que o tamanho do banco interfere nesse valor; em segundo lugar, o parâmetro baseia-se exclusivamente em dados do inglês americano.

Com o intuito de resolver problemas relacionados à mensuração da frequência lexical em bancos de dados, Van Heuven *et al.* (2014) recentemente propuseram a utilização da escala Zipf: a aplicação do logaritmo  $\text{LOG}_{10}(fpm)+3$ , em que *fpm* significa frequência por milhão, indica a frequência das palavras em um corpus por meio de uma escala que vai de 1 a 6. As palavras que apresentam valores entre 1 e 3 são consideradas palavras pouco frequentes, enquanto as palavras com valores entre 4 e 6 são interpretadas como palavras frequentes.

A escala proposta pelos autores atende às demandas metodológicas deste estudo, uma vez que permite realizar projeções a partir de uma língua específica e, também, porque define claramente os parâmetros a serem considerados como ponto de corte para estipular quão frequentes são as palavras. Na análise de resultados, discutida na próxima seção, a escala Zipf é apresentada para os itens lexicais selecionados nas amostras investigadas com o intuito de apontar se há um possível papel da frequência na manifestação de AL.

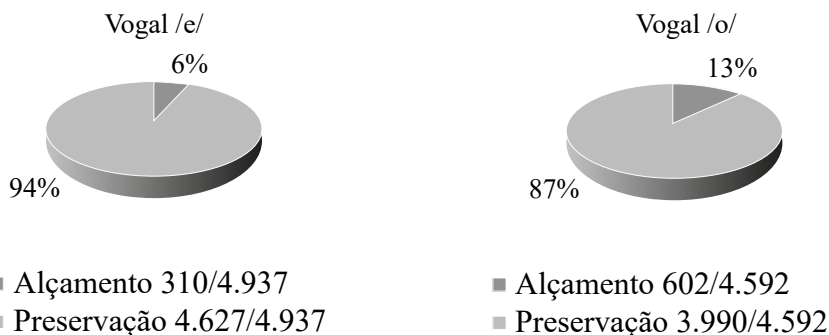
## **A atuação do léxico no processo de alçamento sem motivação aparente**

O processo de AL tende a ser pouco recorrente na variedade falada na região metropolitana de Porto Alegre e, quando ocorre, atinge mais a vogal /o/ do que a vogal /e/. Esse comportamento pode ser observado nos totais de aplicação apresentados para cada uma das amostras (cf.



Metodologia) e corroborado pela taxa de aplicação do AL em relação à soma dos dados selecionados nas cinco amostras consideradas por esta pesquisa, conforme o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Taxas de aplicação do AL nas amostras investigadas



Fonte: elaborado pelas autoras

Observa-se no gráfico anterior que a vogal /e/ obteve um percentual de 94% de preservação e 6% de alçamento (N=4.937). A vogal /o/, por sua vez, apresentou 87% de preservação e 13% de alçamento (N=4.592). Confirma-se, portanto, a baixa aplicação do alçamento por AL e a tendência a maior probabilidade de alçamento para a vogal /o/. Ainda que as duas vogais tenham apresentado comportamentos diferenciados no que tange à taxa de aplicação do processo de alçamento, ambas parecem compartilhar o mesmo mecanismo de implementação, em que, ao que parece, o léxico representa ser atuante. Essa observação é fortalecida tanto pela forma como o processo se manifesta, a saber, afetando apenas determinados itens lexicais, bem como pela conformidade encontrada nas cinco amostras investigadas quanto às palavras que tendem a sofrer o alçamento. Além disso, o ambiente fonético favorável, quando presente, não parece ser a força que viabiliza o alçamento das vogais médias pretônicas.

A forma como o AL tem se manifestado na variedade em exame, atingindo itens lexicais específicos, indica que o léxico é o principal motivador do processo, tal como sugerido por Klunck (2007) e Cruz (2010). Além disso, segundo os autores, há o entendimento de que o alçamento é verificado mais frequentemente em paradigmas do que em palavras isoladas. A diferença, entretanto, está no tipo de paradigma que

favorece a propagação do alçamento, que para /o/ é verbal, atingindo em maior extensão formas como *c[u]meçar*, *c[u]meço*, *c[u]mecei*, *c[u]meçando*, e para /e/ é nominal, afetando formas como *s[i]nhor*, *s[i]nhora*, *s[i]nhores*, *s[i]nhoras* (Anexo I).

Por fim, embora indique ser uma força favorecedora ao alçamento, o contexto adjacente, por si só, não parece dar conta da forma como o processo de AL se propaga na língua. Diante disso, a hipótese que se propõe é de que o alçamento inicia em algumas palavras isoladas e gradualmente se espalha para outras palavras assemelhadas. O fator que determina quais itens lexicais são primeiramente atingidos pelo AL e a forma como o processo se propaga pode estar relacionado tanto com a frequência de palavra quanto com a frequência de paradigmas.

Essa hipótese foi testada a partir das análises dos itens lexicais mais frequentes nas amostras investigadas (Anexos I e II<sup>2</sup>). A partir desse levantamento e da verificação da frequência dessas palavras no CB, com a subsequente conversão dos valores pela escala Zipf, foi possível observar que praticamente todas as palavras selecionadas nas amostras são frequentes no corpus e, por tese, na língua. Assim sendo, a hipótese de que o alçamento se propagaria majoritariamente pelas palavras frequentes na língua, de certa forma, torna-se sem efeito. A observação de que itens lexicais de alta frequência na língua, tais como *problema*, *momento*, *pessoas*, *semana*, *gostava*, entre outros, não apresentam ocorrências alçadas em nenhuma das cinco amostras investigadas, reforça o papel pouco (ou nada) significativo do fator frequência para a aplicação do AL. Por outro lado, formas pouco frequentes, a exemplo de *boneca* (Zipf 3,38; 5 ocorrências alçadas em 8 ocorrências totais), *bolacha* (Zipf 2,6; 1 alçamento em 7) e *costela* (Zipf 3,11; 8 alçamentos em 9), apresentam ocorrências de alçamento.

Em outras palavras, embora o AL se manifeste em itens lexicais específicos e apresente um padrão uniforme quanto à aplicação nas amostras investigadas, no sentido de que as mesmas palavras sofrem alçamento nas diferentes amostras, não parece ser a frequência o fator que crucialmente determina a propagação do processo. Diante do papel pouco significativo da frequência lexical, optou-se por realizar um levantamento dos paradigmas e dos itens lexicais conectados aos

---

<sup>2</sup>Reproduziram-se nos Anexos I e II todos os itens lexicais que apresentaram 50 ocorrências ou mais no somatório das amostras.

paradigmas que sofreram alçamento nas amostras examinadas. A Tabela 2 a seguir apresenta os itens lexicais associados a cada paradigma (*types*), a recorrência com que esses itens se manifestaram nas amostras (*tokens*), a frequência no corpus (de acordo com a escala Zipf) e os totais de aplicação e preservação.

Tabela 2 – Paradigmas alçados – vogal /o/

(Continua)

PARADIGMA	ITENS ASSOCIADOS ( <i>types</i> )	FREQUÊNCIA NO CORPUS (em Zipf)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (n° de <i>tokens</i> )	PRE-SERVAÇÃO	APLICAÇÃO
<b>acontec</b>	acontece	4,75	84	65	19
	acontecendo	4,20	23	21	2
	acontecer	4,43	14	6	8
	aconteceu	4,63	46	26	20
<b>convers</b>	conversa	4,36	53	16	37
	conversando	3,64	55	29	26
	conversar	4,13	92	51	41
<b>conhec</b>	conhece	4,30	55	18	37
	conhecem	3,90	7	2	5
	conhecer	4,69	88	61	27
	conheço	3,75	62	27	35
<b>começ</b>	começa	4,75	43	17	26
	começando	3,90	10	6	4
	começar	4,49	70	43	27
	comecei	3,82	133	79	54
	começo	4,42	30	25	5
	começou	4,85	52	24	28

(Conclusão)

<b>com</b>	comer	4,18	91	27	64
	comendo	3,34	10	2	8
<b>comerç</b>	comércio	4,78	52	34	18
<b>pod</b>	poder	5,40	18	17	1
	podendo	4,67	1	0	1
	poderem	3,63	1	0	1
<b>conseg</b>	consegue	4,53	58	55	3
<b>fog</b>	fogão	3,34	10	7	3
	fogueira	3,32	8	2	6
<b>accomp</b>	acompanhar	4,20	6	5	1
<b>coleg</b>	colegas	4,60	75	74	1
	colega	4,18	54	54	0
	colégio	4,09	272	261	11
<b>bot</b>	botar	3,49	21	20	1
	botava	2,84	12	11	1
<b>bonec</b>	boneca	3,38	8	3	5
<b>govern</b>	governador	4,75	5	0	5
	governo	5,62	61	19	42

Fonte: elaborado pelas autoras

A observação dos dados apresentados na Tabela 2 permite depreender que o açamento da vogal /o/ se concentra, conforme hipótese prevista, em determinados itens lexicais, associados, em sua maioria, a paradigmas verbais, a exemplo do que acontece em formas como *c[u]nheçe*, *c[u]nhecem*, *c[u]nhecem* e *c[u]nheço*. Deve-se atentar, todavia, para o fato de que não há um padrão uniforme na propagação do açamento entre os itens lexicais vinculados ao paradigma.

Sendo assim, de acordo com as considerações pontuadas, o AL, no que tange à vogal /o/, propaga-se gradualmente por itens lexicais, preferencialmente entre aqueles itens associados a paradigmas verbais. Verifica-se, dessa forma, a relevância do efeito morfológico para a propagação do AL. A propagação, entretanto, não acontece de maneira

uniforme, uma vez que se manifesta com maior ou menor propensão a depender do item lexical.

O mesmo levantamento de ocorrências de alçamento em paradigmas realizado para a vogal /o/ foi também realizado para a vogal /e/. Entretanto, nesse caso as ocorrências de vogal alçada são em menor número e concentram-se em poucos itens lexicais, associados, majoritariamente, a paradigmas nominais. O resumo das informações correspondentes aos paradigmas, itens lexicais associados (*types*), frequência no corpus, bem como o número de produções nas amostras (*tokens*) podem ser visualizados na Tabela 3, apresentada a seguir.

Tabela 3 – Paradigmas alçados – vogal /e/

PARADIGMA	ITENS ASSOCIADOS (types)	FREQUÊNCIA NO CORPUS (em Zipf)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (nº de tokens)	PRESEÇÃO	APLICAÇÃO
<b>melhor</b>	melhor	5,45	121	114	7
	melhores	4,85	12	12	0
	melhorando	3,74	6	6	0
<b>pequen</b>	pequena	4,8	74	1	73
	pequenas	4,74	7	0	7
	pequeno	4,79	122	12	110
<b>seman</b>	semana	5,18	127	125	2
	semanas	4,71	5	5	0
<b>pedaç</b>	pedaço	3,09	18	17	1
<b>professor</b>	professor	5,20	155	154	1
	professores	5,26	120	120	0
	professora	4,65	142	142	0
	professoras	4,07	6	6	0
<b>senhor</b>	senhor	4,5	14	1	13
	senhora	4	73	7	66

Fonte: elaborado pelas autoras

A manifestação do AL em palavras com vogal /e/ pretônica, de acordo com a Tabela 3, concentra-se em poucos itens lexicais, escolhendo mais precisamente as formas associadas aos paradigmas nominais *senhor-* e *pequen-*. Outros paradigmas, a exemplo de *melhor-*, *professor-*

e *seman-*, mesmo sendo frequentes na língua, não possuem a mesma força, apresentando baixa aplicação do AL: as formas *melhorar*, *melhores* e *melhorando*, por exemplo, estão associadas ao paradigma *melhor-*, porém não mostram nenhuma ocorrência de alçamento nas amostras investigadas. Reitera-se, assim, a falta de um efeito de frequência diretamente observável. Em outras palavras, de forma semelhante ao observado para a vogal /o/, não há, portanto, como depreender o papel da frequência na ocorrência do alçamento de /e/.

Um possível papel da frequência poderia ser depreendido no sentido de serem as formas mais frequentes na língua, quando associadas a paradigmas, as mais suscetíveis a serem atingidas pelo AL. No entanto, essa frequência, ao que se tem por hipótese, está mais relacionada aos paradigmas, ou melhor, à densidade da rede formada por itens lexicais em torno de um paradigma, do que a itens lexicais isolados.

Ante o exposto, os achados sugerem que a concentração do alçamento em determinados paradigmas – nominais para /e/ e verbais para /o/ – está relacionada com a frequência desses paradigmas na língua e, conseqüentemente, o maior reforço e densidade da rede. Paradigmas como *convers*, *conhec*, *começ* são frequentes na língua e, por essa razão, são potencialmente suscetíveis a primeiro sofrer o processo de variação. É essa força que determina, portanto, a difusão do alçamento, posteriormente reforçada pelo ambiente fonético condicionador. Isso explicaria o fato de que nem todas as palavras possíveis de sofrer a regra são, de fato, atingidas.

No caso de /o/, a propagação do AL tende a ser ainda maior em decorrência de, nesse caso, haver maior incidência de paradigmas verbais que formam densas redes com suas formas derivadas. Uma vez presente o alçamento no paradigma, como em *c[u]nhece*, *c[u]nvers*, por exemplo, há uma projeção do padrão alçado para as formas derivadas *c[u]nheço*, *c[u]nhece*, *c[u]nhecia*; *c[u]nverso*, *c[u]nversar* e *c[u]nversa*.

O fato de que o alçamento se espalha por outros itens lexicais associados a um paradigma que, em muitos casos, é detentor de ambiente fonético favorável (consoante dorsal precedente, consoante nasal seguinte, consoante dorsal seguinte entre outros) conduz ao entendimento de que o ambiente fonético atua secundariamente no processo de implementação do AL. Em outras palavras, o contexto não constitui o fator principal que determina a propagação do AL.

Diante da hipótese de que a propagação do AL está relacionada com a frequência dos paradigmas na língua, sendo a densidade das redes

paradigmáticas que determina as formas a serem primeiramente atingidas pelo processo, realizou-se um levantamento dos paradigmas mais recorrentes nas amostras em exame. A partir dessa relação, verificou-se a frequência desses paradigmas no ASPA, o qual permitiu fazer a busca específica por paradigma. A Tabela 4, apresentada a seguir, mostra os dados de frequência no corpus<sup>3</sup> e nas amostras, bem como computa as formas alçadas e preservadas em cada paradigma.

Tabela 4 – Paradigmas mais frequentes

PARADIGMAS	Nº ITENS LEXICAIS ASSOCIADOS (nº de types)	1 FREQUÊNCIA NO CORPUS (nº tokens)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (nº de tokens)	PRE-SERVAÇÃO	APLICAÇÃO
<b>Vogal /e/</b>					
<b>melhor-</b>	3	180.174	139	132	7
<b>senhor-</b>	2	28.096	87	8	79
<b>pequen-</b>	3	70.472	203	13	190
<b>seman-</b>	2	167.613	132	130	2
<b>pessoa-</b>	2	226.778	764	764	0
<b>Vogal /o/</b>					
<b>govern-</b>	2	471.410	66	19	47
<b>conhec-</b>	4	57.185	212	108	104
<b>acontec-</b>	4	96.327	167	118	49
<b>comec-</b>	6	176.021	338	194	144
<b>com-</b>	3	9.930	153	63	90
<b>coleg-</b>	3	27.258	347	335	12
<b>convers-</b>	3	3.345.274	200	96	104

Fonte: elaborado pelas autoras

No que concerne à vogal média /e/, os mais altos totais de alçamento concentram-se nos paradigmas *senhor-* e *pequen-*, com aplicação de 79 (em 87 casos) e 190 (em 203 casos), respectivamente. Esse resultado não se aplica para os paradigmas *seman-*, *melhor-* e *pessoa-*, os quais apresentam baixa aplicação do alçamento: *seman-* 2 alçamentos (em 132 casos), *melhor-* 7 alçamentos (em 139 casos) e

<sup>3</sup>Valores extraídos do banco de dados do Projeto ASPA.

*peessoa-* nenhuma aplicação (em 764 casos). Essa diferença de ocorrência do alçamento verificada nos paradigmas *senhor-* e *pequen-* em relação aos demais poderia ser explicada pelo fato de o contexto fonético presente nos paradigmas *senhor-* e *pequen-* possuir mais força para alçar a vogal em relação aos paradigmas *peessoa-* e *seman-*. A partir desses dados, poder-se-ia inferir, então, que os paradigmas *senhor-* e *pequen-*, por apresentarem ambiente fonético propício ao alçamento, tendem a projetar aos seus itens lexicais associados a vogal alçada. Isto é, para esses casos, é mais provável o falante associar a ocorrência de vogal alta no paradigma.

Esse mesmo processo de análise não pode, todavia, ser atribuído ao paradigma *melhor*, o qual, por possuir uma consoante palatal seguinte, por sua articulação alta, também seria contexto favorável à realização de vogal alta. No caso de *melhor*, nem mesmo o paradigma e o contexto adjacente favorável representam forças determinantes para a manifestação do AL, verificado em apenas oito ocorrências, todas referentes ao dado *melhor*. Além disso, observa-se o comportamento diferenciado de alguns itens lexicais independentemente do comportamento do grupo (*melhor* não reproduz o comportamento de *melhores* e *melhorando* de acordo com os dados levantados).

Uma possível explicação sobre a aplicação do AL e a forma como o alçamento se propaga dentro de um mesmo paradigma não atingindo de maneira uniforme todos os itens conectados provém da frequência e do quanto cada estrutura se encontra fortalecida na rede. Estruturas semelhantes, segundo Bybee (2001, 2010), tendem a ser conectadas em uma única rede e tornam-se fortalecidas pelo uso. Contudo, mesmo que conectadas à mesma rede, nem todas as formas derivadas são necessariamente suscetíveis de alçamento. Assim, pode-se encontrar, por exemplo, a produção *m[i]lhor* e não, necessariamente, a produção *\*m[i]lhorei*.

Nesse caso, em consonância com Phillips (1984), pode-se sugerir que a diferença de comportamento de *melhor-* em relação aos paradigmas *senhor-* e *pequen-* pode estar relacionada à função assumida por essas formas. Vocábulos como *senhor*, *senhora* e *pequeno* assumem funções de adjetivo, substantivo e pronome de tratamento, ou seja, são padrões recorrentes na língua. O paradigma *melhor-*, por sua vez, alterna suas funções entre adjetivo, verbo e advérbio. Quando *melhor-* assume a função de advérbio, por exemplo, é uma palavra funcional invariável, isto



é, não possui paradigma e, com isso, está menos sujeita à variação. Nas amostras analisadas, esse paradigma se estende a palavras como *melhor*, *melhorar*, *melhoraremos*, *melhoramento*, *melhorou*. Em formas verbais, a exemplo de *melhorar* e *melhoraremos*, recorrentes nas amostras, a vogal é raramente produzida com o alçamento, o que explica o baixo índice de aplicação do alçamento desse paradigma.

Com relação aos paradigmas correspondentes à vogal /o/, observa-se, de forma semelhante à vogal /e/, que a ocorrência de vogal alta depende do tipo de paradigma e de suas derivações. A propagação, nesse caso centrada, em maior parte, nos paradigmas verbais *começ-*, *conheç-* *acontec-* *convers*, tende a apresentar alta aplicação dentro desses paradigmas, mas distribui-se de maneira não uniforme. A exemplo, no paradigma *começ-* é muito mais recorrente a ocorrência da forma *c[u]meçar* (27 aplicações em 70 ocorrências) em relação às formas *c[u]meço* (5 aplicações em 30 ocorrências) e *c[u]meçando* (4 aplicações em 10 ocorrências) (Tabela 3). Esses dados reforçam a sugestão de que a propagação do AL é difusa e não chega a atingir na mesma proporção todos os itens lexicais associados ao paradigma.

Essa propagação gradual e difusa, a qual a análise por item lexical muitas vezes ignora, pode ser reconhecida através da análise por paradigmas. São essas estruturas da língua que possibilitam uma visão mais transparente do processo e que captam melhor o mecanismo de propagação da variação. Diante desse fato, assume-se que, no caso do AL, o uso mais recorrente da variante com vogal alta está associado a determinados paradigmas, conforme já sugerido por Cruz (2010), e que sua propagação é potencializada por um ambiente fonético favorável e pela frequência que assumem essas estruturas na língua (BYBEE, 2001, 2010). Há, nesse sentido, uma atuação de forças conjuntas, em que o alçamento se propaga de diferentes formas constituindo redes, com estruturas mais ou menos densas dos paradigmas e suas formas derivadas.

Assim, na medida em que as formas *pequen-* e *govern-*, por exemplo, são frequentemente produzidas com a vogal alçada, o mesmo padrão tende a ser aplicado a outras estruturas que envolvem o mesmo paradigma, embora, conforme referido anteriormente, isso não aconteça na mesma proporção para todas as formas envolvidas. Pressupõe-se, assim, conforme Bybee (2002, p. 271), que o falante cria, a partir de um determinado paradigma, uma rede de associações entre palavras similares, tal como exemplificado na figura 1:

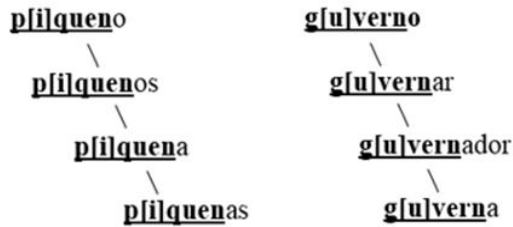


Figura 1 – Rede de associações dos paradigmas *pequen-* e *govern-*  
 Fonte: elaborado pelas autoras com base em Bybee (2001) e Huback (2007)

Os exemplos anteriores revelam que a semelhança fonética e semântica entre as formas permite que o falante associe todas as palavras que possuem o mesmo paradigma a uma mesma rede (BYBEE, 2010). Pressupõe-se que, na medida em que esses paradigmas são frequentemente produzidos com a vogal pretônica alçada, a contínua exposição a esse alçamento afeta o mapa de exemplares do falante, que passa a ter a representação de vogal alta para esse contexto.

O fato de que determinada estrutura é replicada paradigmaticamente em diversos itens lexicais, conectados em termos de similaridade fonética e semântica, na sua forma alçada ou não-alçada, sustenta a ideia de que o falante pode possuir diferentes representações fonéticas de uma mesma forma fonológica e que a sua escolha, por uma ou outra forma, depende do fortalecimento dessa forma através do uso.

Assim, pressupõe-se um nivelamento ou padronização que só ocorre a partir da existência de uma forma ou representação básica que possa ser utilizada como parâmetro de comparação. Nesse caso, ao produzir um dado como *governador*, o falante automaticamente busca, por semelhança fonética e semântica, realizar a associação dessa forma com os itens já armazenados, tais como *governar* e *governo*. Se essas palavras com as quais o vocábulo é comparado se encontram representadas na forma elevada, no caso *governo* e *governar*, há grande probabilidade de ocorrência do alçamento também em *governador*.

Com isso, explica-se a tendência de processos, tais como o AL, propagarem-se gradualmente pelo léxico, atingindo com maior recorrência os itens conectados a determinados paradigmas. Nesse sentido, não há como prever em que grau a mudança vai se propagar pelo léxico e quanto novas formas podem ou não ser atingidas, já que isso também depende de fatores outros, tais como o próprio indivíduo.

A representação pode não ser a mesma para todos os indivíduos, uma vez que alguns optam pela forma canônica (*governo*), enquanto outros optam pela forma inovadora (*guverno*). Dessa forma, a propagação da mudança não estaria somente associada à estrutura da língua, mas também a fatores individuais e socioculturais. Não é possível, portanto, estabelecer uma representação cognitiva única da vogal média pretônica, isto é, se média ou alta, para todos os falantes, mesmo em ambientes de condicionamento fonético potencial.

Dessa forma, é confirmada a hipótese de que o alçamento de vogais médias pretônicas sem motivação aparente se manifesta, majoritariamente, em itens lexicais que possuem relações paradigmáticas mais densas com outros exemplares. Sugere-se que um ambiente fonético específico, embora não seja o responsável por determinar a forma como a variação se propaga, potencialize o alçamento. Explica-se, portanto, a razão pelas quais formas como *governo* e *senhor* são mais suscetíveis ao alçamento do que formas isoladas, ou seja, formas que não constituem uma rede paradigmática, como *cebola*, por exemplo.

Por fim, uma vez que a mudança se difunde potencialmente através de uma determinada estrutura, os demais vocábulos conectados à rede em termos de semelhança tendem a se nivelar, gradualmente, a esse padrão, justificando dados com altos índices de alçamento, porém pouco frequentes, tais como *comércio* e *sotaque*.

## Considerações finais

Este estudo corresponde a uma tentativa de depreender o papel do léxico no processo de AL na variedade falada na região metropolitana de Porto Alegre. Para tanto, fez-se a leitura dos dados analisados nos estudos de Bisol (1981), Klunck (2007), Cruz (2010) e Silva (2014), a partir do levantamento das palavras e paradigmas mais frequentes nessas amostras. O objetivo foi buscar possíveis generalizações e padrões linguísticos capazes de explicar, sob a perspectiva dos modelos multirepresentacionais (BYBEE, 2001; CRISTÓFARO-SILVA; GOMES, 2004), a maior incidência do AL em determinados itens lexicais e paradigmas.

Considerando a variedade analisada, a discussão, sustentada por preceitos teóricos da Fonologia de Uso (BYBEE, 2001) e da Teoria de Exemplares (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001, 2002), permite inferir que o processo do AL se propaga pelo léxico por meio

de paradigmas, responsáveis por estabelecer as relações entre os itens lexicais. Uma vez ativada, a propagação do AL depende de quão densa encontra-se a rede formada pelos itens lexicais associados ao mesmo paradigma: quanto mais densa a rede, maior tende a ser a aplicação e a propagação do alçamento. A motivação parece ser, portanto, de natureza morfofonológica, uma vez que se propaga, gradualmente, por entre palavras que apresentam base morfológica comum.

## Agradecimento

Ana Paula Correa da Silva Biasibetti agradece ao CNPq pela bolsa de doutorado.

## Referências

- ALMEIDA, L. S.; CRISTÓFARO SILVA, T. Projeto ASPA: um mapeamento dos sons do português brasileiro. In: Congresso Internacional de Fonética e Fonologia, 3, 2006, Belo Horizonte. *Caderno de Resumos*. v. 1. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- SARDINHA, A. P. B.; MOREIRA FILHO, J. L.; ALAMBERT, E. A. *Corpus Brasileiro*. Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.sketchengine.co.uk/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- BISOL, L. *Harmonia vocálica: uma regra variável*. 1981. 333f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- \_\_\_\_\_. O alçamento da pretônica sem motivação aparente. In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Orgs.). *Português no sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2009, p. 73-92.
- BYBEE, J. *Phonology and language use*. New York: Cambridge University, 2001.
- \_\_\_\_\_. Word frequency and context use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change. *Language, Variation and Change*, v. 14, n. 3, p. 261-290, 2002.
- \_\_\_\_\_. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.

\_\_\_\_\_. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University, 2010.

CASAGRANDE, G. *Harmonização vocálica: análise variacionista em tempo real*. 2003. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CHAN, E.; YBARRA, O.; SCHWARTZ, N. Reversing the affective congruency effect: the role of target word frequency of occurrence. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 42, n. 3, p. 365-372, 2006.

CHEN, M.; WANG, W. Sound change: actuation and implementation. *Language*, v. 51, n. 2, p. 255-282, 1975.

CRISTÓFARO-SILVA, T. ASPA (Avaliação Sonora do Português Atual): uma ferramenta de apoio aos estudos em fonética e fonologia. In: ENANPOLL, 19., 2004, Maceió. *Caderno de Resumos*. Maceió: ANPOLL, 2004.

CRISTÓFARO-SILVA, T.; ALMEIDA, L. S. ASPA: a formulação de um banco de dados de referência da estrutura sonora do português contemporâneo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, 25, 2005, São Leopoldo. *Anais*. São Leopoldo: Sociedade Brasileira de Computação, v. 1, p. 2268-2277, 2005

CRISTÓFARO-SILVA, T.; GOMES, C. A. Representações múltiplas e organização do componente linguístico. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 147-177, jul. 2004.

CRUZ, M. C. *As vogais médias pretônicas em Porto Alegre/RS: um estudo sobre o alçamento sem motivação aparente*. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HUBACK, A. P. da S. Efeitos de frequência nas representações mentais. 2007. 318 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalization: an exemplar model. In: JOHNSON, K.; MULLENNIX, J. *Talker variability in speech processing*. San Diego: Academic, 1997. p. 145-165.

KLUNCK, P. *Alçamento das vogais médias pretônicas sem motivação aparente*. 2007. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de

Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KUCERA, H.; FRANCIS, W. *Computational analysis of presentday American English*. Providence, RI: Brown University, 1967.

LABOV, W. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*, v. 57, n. 2, p. 267-308, 1981.

OLIVEIRA, M. A. de. The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 89, n. 1, p. 93-105, 1991.

PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Gulbenkian, 1983.

PHILLIPS, B. Word frequency and the actuation of sound change. *Language*, v. 60, n. 2, p. 320-342, 1984.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 137-157.

\_\_\_\_\_. Word specific phonetics. In: GUSSENHOVEN, C.; WARNER, N. (Ed.). *Laboratory Phonology 7*. The Hague: Mouton de Gruyter, 2002. p. 101-139.

\_\_\_\_\_. Phonetic diversity, statistical, learning, and acquisition of phonology. *Language and Speech*, n. 46, p. 115-154, 2003.

\_\_\_\_\_. The dynamic lexicon. In: COHN, A.; FOUGERON, C.; HUFFMAN, M. *The Oxford Handbook of Laboratory Phonology*. Oxford: Oxford University, 2012. p. 173-183.

SCHWINDT, L. C. *Harmonia vocálica em dialetos do Sul do país: uma análise variacionista*. 1995. 76f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

\_\_\_\_\_. A regra variável de harmonização vocálica no RS. In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. (Orgs.). *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002. p. 161-182.

SILVA, A. P. C. da. *Elevação sem motivação aparente das vogais médias pretônicas entre os jovens porto-alegrenses*. 2014. 172f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VAN HEUVEN, W. J. B. *et al.* SUBTLEX-UK: A new and improved word frequency database for British English. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 67, n. 6, p. 1176-1190, 2014.

WANG, W. Competing changes as a cause of residue. *Language*, v. 45, n. 1, p. 9-24, 1969.

## ANEXOS

**Anexo I** – Itens lexicais mais frequentes nas amostras – vogal /o/  
(Continua)

ITEM LEXICAL	FREQUÊNCIA NO CORPUS (em Zipf)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (nº de tokens)	PRESE-VAÇÃO	APLICAÇÃO
colégio	4,09	272	261	11
problema	5,32	198	198	0
professor	5,20	186	186	0
comecei	3,82	133	79	54
comprar	4,53	125	122	3
professores	5,26	120	120	0
professora	4,65	114	114	0
gostava	3,79	99	99	0
conversar	4,13	92	51	41
comer	4,18	91	27	64
concreto	4,41	91	91	0
novela	4,23	91	91	0
conhecer	4,69	88	61	27
acontece	4,75	84	65	19
vontade	4,79	82	82	0
morava	3,79	78	78	0
momento	5,39	76	76	0
colegas	4,60	75	74	1
começar	4,49	70	43	27
problemas	5,36	63	0	63
conheço	3,75	62	27	35
governo	5,62	61	19	42
consegue	4,53	58	55	3
conhece	4,30	55	18	37



(Conclusão)

ITEM LEXICAL	FREQUÊNCIA NO CORPUS (em Zipf)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (n° de tokens)	PRESE-VAÇÃO	APLICAÇÃO
conversando	3,64	55	29	26
programa	5,32	55	55	0
colega	4,18	54	54	0
conversa	4,36	53	16	37
começou	4,85	52	24	28
comércio	4,78	52	34	18
gostei	3,50	50	50	0
tomate	3,80	10	9	1
bolacha	2,60	7	6	1
costela	3,11	9	1	8
TOTAL		2.835	2.362	473

**Anexo II** – Itens lexicais mais frequentes nas amostras – vogal /e/

(continua)

ITEM LEXICAL	FREQUÊNCIA NO CORPUS (em Zipf)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (n° de tokens)	PRESE-VAÇÃO	APLICAÇÃO
pessoas	5,61	538	538	0
pessoa	5,12	226	226	0
semana	5,18	177	175	2
melhor	5,45	168	161	7
professor	5,20	124	123	1
pequeno	4,79	122	12	110
comecei	3,83	116	116	0
legal	4,63	115	115	0
professores	5,26	114	114	0
verdade	5,11	111	111	0
senhora	4	103	96	7

(Conclusão)

ITEM LEXICAL	FREQUÊNCIA NO CORPUS (em Zipf)	FREQUÊNCIA NAS AMOSTRAS (nº de tokens)	PRESERVAÇÃO	APLICAÇÃO
pequena	4,80	74	73	1
conhecer	4,69	71	0	71
conversando	3,64	64	9	55
começar	4,49	61	0	61
conversar	4,13	61	61	0
negócio	4,60	61	61	0
mercado	5,43	55	55	0
chegar	4,85	54	54	0
depende	4,69	53	53	0
professora	4,65	53	53	0
matemática	4,36	52	52	0
certeza	4,65	50	50	0
TOTAL		2.691	2.393	298

## ¿Cómo definir sustantivos que designan sentimientos/ emociones? Análisis de paráfrasis y apreciación de propuestas para su perfeccionamiento

### *How to define emotion nouns? Analysis of paraphrases and assessment of proposals for its further development*

Virginia Sita Farias

UFRJ

virginiafarias@hotmail.com

**Resumen:** Este artículo trata de las dificultades que se plantean en la definición de sustantivos que designan sentimientos/emociones. Primero se analizan paráfrasis tomadas de diccionarios de español, portugués, italiano y francés, a fin de trazar un panorama de los mecanismos definitorios a los que se recurre para definir este tipo de unidades léxicas. A continuación se evalúan los aportes de dos modelos semánticos –el metalenguaje semántico natural y la semántica de marcos– a la generación de definiciones de sustantivos que designan sentimientos/emociones. La apreciación crítica de las teorías semánticas es el primer paso hacia la elaboración de una propuesta para el perfeccionamiento de las definiciones de sustantivos que designan sentimientos/emociones en los diccionarios de lengua.

**Palabras-clave:** (meta)lexicografía; definición lexicográfica; sentimientos; emociones.

**Abstract:** This paper deals with the problems inherent to the definition of emotion nouns. Firstly, we analyze definitions taken from Spanish, Portuguese, Italian and French dictionaries to draw a panorama of explanatory mechanisms that dictionary-makers use to explain emotion concepts. Next, we evaluate the contributions of two theoretical models – the Natural Semantic Metalanguage and the Frame Semantics – to the creation of definitions for emotion nouns. The critical assessment of semantic theories is the first step in the preparation of a proposal for the improvement of definitions of emotion nouns in language dictionaries.

**Keywords:** (meta)lexicography; lexicographic definition; feelings; emotions.

Recebido em 19 de junho de 2015.

Aprovado em 31 de agosto de 2015.

## Introducción

Seco (2003, p. 30-31) advierte que “la definición es, a la vez que la médula del artículo lexicográfico, la tarea más ardua que le toca al lexicógrafo”. Porto Dapena (2002, p. 266-267) corrobora esas palabras y añade que la generación de paráfrasis explicativas sigue siendo “el principal escollo dentro de la redacción lexicográfica y, al mismo tiempo, el punto sobre el que se han venido centrando en buena medida las críticas dirigidas al diccionario monolingüe tradicional”.

La importancia de la definición y las dificultades inherentes a su formulación justifican la abundante bibliografía que examina el problema desde distintas perspectivas; a modo de ilustración, mencionamos a Casares (1992), Rey-Debove (1966; 1971), Pottier (1977), Haensch *et al.* (1982), Wiegand (1989), Lara (1996), Geeraerts (2003), Hanks (2003) y Rundell (2008). A pesar de ello, Bugueño Miranda (2009) llama la atención sobre la ausencia –casi paradójica– de una “teoría integral de la definición lexicográfica”, hecho que contribuye a explicar porque todavía es posible encontrar definiciones deficitarias aun en los mejores diccionarios de las más importantes tradiciones lexicográficas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Ejemplos de definiciones deficitarias: *multiplicidad* “Multitud, abundancia excesiva de algunos hechos, especies o individuos” (DRAEe, 2001, s.v., ac. 2); *chlorofluorocarbon*

Bugueño Miranda (2009) postula que una “teoría integral de la definición” debería anclarse en tres parámetros: (a) una taxonomía de paráfrasis, (b) un *pattern* sintáctico y (c) una teoría semántica.

La taxonomía de paráfrasis permite ofrecer una imagen de conjunto de la variada gama de opciones de reescritura que comporta el lado derecho de la ecuación lexicográfica. La generación de *patterns* sintácticos, a su vez, posibilita obtener modelos de redacción distintos para cada tipo específico de signo-lema. Por fin, la teoría semántica constituye un instrumento heurístico que actúa tanto en la delimitación del contenido proposicional de la paráfrasis como en la determinación de su potencial explicativo<sup>2</sup>.

Este trabajo tiene el objetivo de contribuir a la descripción de las relaciones entre teoría(s) semántica(s) y definición lexicográfica. Con este propósito, se analizan, en primer lugar, paráfrasis tomadas de diccionarios de español, portugués, italiano y francés, a fin de trazar un panorama –aunque parcial– de los mecanismos definitorios a los que se recurre para definir sustantivos que designan sentimientos/emociones. A continuación se evalúan los aportes de dos modelos teóricos –el metalenguaje semántico natural y la semántica de marcos– a la generación de definiciones de este tipo de unidad léxica.

Circunscribiéndose al ámbito del proyecto de investigación que aspira a proponer las bases de una “teoría integral de la definición”<sup>3</sup>, este artículo –de carácter exploratorio y descriptivo– presenta los resultados obtenidos en lo concerniente a la selección de una teoría semántica que pueda subsidiar la redacción de paráfrasis de sustantivos que designan sentimientos/emociones, partiendo del análisis de algunos ejemplos. No se tiene, pues, la pretensión –al menos en este primer momento– de presentar una propuesta acabada y cerrada para la formulación de las definiciones.

---

“a CFC; a compound containing carbon fluorine and chlorine that is harmful to the ozone layer” (OALD, 2005, s.v.).

<sup>2</sup>Sobre la taxonomía de paráfrasis y el *pattern* sintáctico, cf. Bugueño Miranda (2009) y Bugueño Miranda y Farias (2011a); sobre la relación entre teoría semántica y definición lexicográfica, cf. Farias (2012) y Bugueño Miranda y Farias (2011b, 2013a, 2013b).

<sup>3</sup>Para una descripción de los objetivos, la metodología y los resultados obtenidos hasta el presente momento en el marco del referido proyecto, cf. Farias (2010, 2013) y Bugueño Miranda y Farias (2011a).

## Fundamentos de una “teoría de la definición lexicográfica”: La distinción entre lengua y mundo en los ámbitos semántico y lexicográfico

Ya el famoso triángulo *name-sense-thing*, de Ullmann (1964), cuya forma exterior se remonta a Ogden y Richards (1956), le restituye al signo lingüístico dual –constante de significante y significado– algo que es inherente a su esencia: el referente extralingüístico. En el ámbito de la semántica estructural, Baldinger (1977) adopta como base metodológica el triángulo de Ullmann (1964), reinterpretando sus tres vértices en términos de significante (imagen acústica)-concepto (objeto mental)-realidad. Sin embargo, Heger le reprocha a Baldinger el hecho de haber desnaturalizado el sentido primigenio del triángulo, al trasladarlo del nivel de la primera metalengua al nivel de la segunda metalengua. Baldinger (1977, p. 162) toma en cuenta la crítica, reconociendo que “en el triángulo modificado se ha perdido la consustancialidad cuantitativa entre significado y significante”, destruyéndose “la unidad saussuriana del signo lingüístico”.

Heger concibe su modelo de trapecio, que al trasladar “correctamente” el triángulo de Ullmann (1964) al nivel de la segunda metalengua permite, por una parte, restituir la unidad del signo lingüístico y, por otra, analizar el contenido, dando lugar a los sememas y semas (BALDINGER, 1977, p. 162-163):

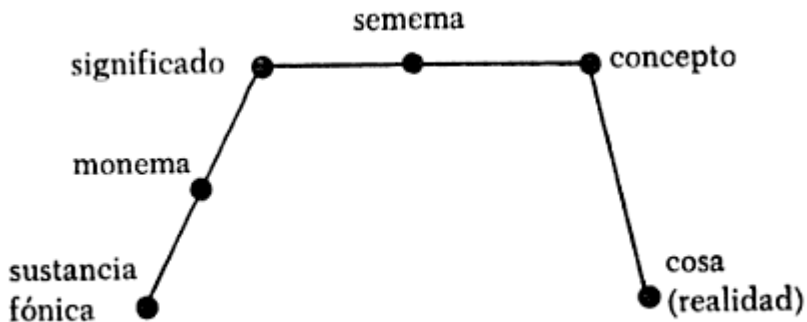


Figura 1 – Trapecio de Heger  
Fuente: Baldinger (1977, p. 162)

Según la concepción de Heger, el significado está sujeto a la estructura de una lengua particular, mientras que el concepto es independiente<sup>4</sup>. La significación –o semema, como prefiere– asocia significado y concepto. La realidad es, a su vez, un *continuum*: “[P]or lo general, la realidad no conoce límites, sino gradaciones sin límites. En estos casos –y es el caso normal– los límites no existen en la realidad, sino en el lenguaje” (BALDINGER, 1977, p. 55).<sup>5</sup> La unión del plano estrictamente lingüístico con la realidad está mediada por la representación conceptual; el concepto está, pues, en relación directa con la realidad y constituye una suerte de “esquema de representación” de la realidad (BALDINGER, 1977, p. 50-55).

En el ámbito lexicográfico, Rey (1977, p. 100) se remonta una vez más, en el marco del estructuralismo, al triángulo de Ogden y Richards (1956), y señala que una definición, a la vez que describe un significado, apunta –aunque indirectamente– hacia un referente extralingüístico. La definición, pues, debería presentar –aunque no siempre lo hace, como veremos a continuación– una contraparte intensional y otra extensional. El *definiens*, que corresponde a un conjunto de condiciones necesarias y

---

<sup>4</sup>El concepto “ingerir [algo]” es, por así decirlo, “universal”. El español presenta dos realizaciones léxicas: *beber* para el significado “ingerir [algo líquido]” y *comer* para el significado “ingerir [algo sólido]”, mientras que hay lenguas que no hacen esa distinción. El alemán, a su vez, presenta tres realizaciones léxicas: *trinken* para el significado “ingerir [algo líquido]”, *essen* para el significado “ingerir [algo sólido] (en se tratando de personas)” y *fressen* para el significado “ingerir [algo sólido] (en se tratando de animales)”. Para citar un ejemplo más: al concepto “deseo vehemente de tener la posesión de [algo/alguien] para sí solo” corresponden, en español, las designaciones *envidia* (respecto a algo/alguien que “esté en posesión” de otra persona) y *celo(s)* (respecto a algo de que se tiene la posesión/a alguien de quien se juzga tener la posesión); el árabe, por el contrario –y hasta donde yo sepa–, no coincide con el español en esta distinción.

<sup>5</sup>Un ejemplo ya clásico en la literatura respecto de este tema es el espectro de los colores. Las lenguas no siempre coinciden en la segmentación que hacen al interior del espectro (el beréber, por ejemplo, presenta una única designación para los colores azul y verde; el ruso, a su vez, establece una delimitación entre el azul celeste y el azul); ello, sin embargo, no quiere decir que un individuo perteneciente a un pueblo beréber del Sahara no sea capaz de percibir la gradación de los colores que va desde el verde oscuro hasta el azul claro, o, asimismo, que un hablante nativo del español no pueda distinguir ópticamente entre el azul claro y el azul oscuro.

suficientes para que una entidad  $x$  pertenezca a la categoría  $Y$  exprime la intensión del *definiendum*; la equivalencia entre *definiendum* y *definiens* –la “ecuación sémica” [*équation sémique*] (REY-DEBOVE, 1966)– se establece si, y solamente si, la proposición que exprime el *definiens* tenga exactamente la misma referencia (extensión) que el *definiendum*.

Con la emergencia de la lingüística generativa en los años 1960 y, sobre todo, de la llamada “lingüística cognitiva”, en la década siguiente, el significado –al igual que en la tradición histórico-filológica– vuelve a ser entendido como una suerte de representaciones de “contenidos de conciencia” [*Bewußtseinhalte*] (ALBRECHT, 1997), en la que se incorpora parte del conocimiento del mundo (WOTJAK, 1997). De hecho, en el marco de la semántica de los prototipos –principal representante de este “nuevo comienzo” de la lingüística–, Rosch define el significado en términos de categorías; estas, a su vez, se conciben como clases heterogéneas y no discretas, en las que hay miembros más representativos que otros. El miembro más representativo de una categoría es el prototipo (LAKOFF, 1990; KLEIBER, 2004; CUENCA; HILFERTY, 2011).

Partiendo de la asunción de que “the referential level of semantic structure is part and parcel of a proper semantic description”, Geeraerts (2001, p. 8) sostiene que no sólo es admisible, sino también esperable, que el referente “aparezca” en las descripciones de los diccionarios. Así pues, el “prototipo” o, mejor dicho, el “efecto de prototipicidad” [*prototypicality effect*] puede estar representado de dos maneras distintas en las paráfrasis que se orientan (por lo menos idealmente) hacia un modelo semántico cognitivo: mediante la indicación de los miembros más prototípicos de la categoría, o mediante la identificación de los rasgos más típicos que contribuyen a caracterizar la categoría (GEERAERTS, 2001, p. 8-11). En el primer caso, nos encontramos con un tipo de definición –llamada definición ostensiva– que remite directamente al referente extralingüístico y, por tanto, no está formulada intensionalmente, sino más bien extensionalmente. A este tipo de definición le falta su contraparte intensional<sup>6</sup>. En el segundo caso, por el contrario, las definiciones estarán formuladas intensionalmente<sup>7</sup>.

<sup>6</sup>Por ejemplo: *human being* “A **human being** is a man, woman, or child” (CCLDe, 2003, s.v., subrayado original).

<sup>7</sup>Por ejemplo: *cabrilla* “Pez marino teleósteo, parecido al mero, aunque bastante más pequeño, muy voraz, de color amarillo rosado y de carne fofo e insípida” (DILE, 1997, s.v., ac. 2).



Coseriu (1997, p. 86) critica vehementemente la llamada “semántica cognitiva”, pues “como ‘cognitiva’ no es ‘semántica’ –no concierne a los significados, sino a las ‘cosas’–; y como ‘semántica’, no es ‘cognitiva’: no concierne al conocimiento propiamente lingüístico”. La crítica se extiende además a la concepción de significado que se engendra en el ámbito de los modelos semánticos cognitivos, en especial la semántica de los prototipos y la semántica de los estereotipos (sobre ésta última, cf. PUTNAM, 1990; HARRAS, 1991, p. 27-45). Coseriu (1997, p. 85) considera que

[L]os “prototipos”, “estereotipos”, etc. de la (mal) llamada “semántica cognitiva” *no son significados* son *objetos esquemáticos* que pueden, a lo sumo, *corresponder* a ciertos significados, como ejemplos de la realización de tales y cuales “modos de ser” en tales y cuales “entes”. Esto debería saberse [...]; pero la (mal) llamada “semántica cognitiva” todavía no se ha enterado de ello.

Sin embargo, Coseriu no está totalmente en desacuerdo con dicho enfoque; lo que hace en realidad es demostrar su rechazo a “las pretensiones de una corriente que se presentaba como la verdadera semántica léxica, a la que creía reemplazar, en vez de entenderse como disciplina complementaria de ella” (ALBRECHT, 2003, p. 52).

Aunque defendemos que sí se debe distinguir entre lenguaje y mundo en el plano estrictamente lingüístico –y en eso coincidimos con Coseriu, quien basa toda su teoría del lenguaje justamente en esa asunción–, nos vemos obligados a aceptar que una separación estricta entre lengua y realidad extralingüística en la descripción lexicográfica del significado no siempre es factible, y, aun cuando lo es, no necesariamente será provechosa para el usuario<sup>8</sup>.

Desde un punto de vista estrictamente lingüístico, es evidente que lengua y realidad son cosas distintas –y lo prueba justamente el fenómeno del anisomorfismo interlingüístico (cf. Notas 4 y 5 para algunos ejemplos). Ahora bien, al analizar el problema de la descripción del significado en el ámbito de la lingüística posterior

<sup>8</sup>Sobre los aportes y límites de los modelos estructural y cognitivo al problema de la definición lexicográfica, cf. Bugueño Miranda y Farias (2013a, 2013b) y Farias (2013).

al llamado “viraje cognoscitivo”, Albrecht (2003, p. 52) subraya que “la distinción entre ‘mundo’ y ‘lenguaje’ adquiere nuevo sentido”. No obstante, aún se echa de menos un análisis sistemático de la manera cómo el conocimiento de las cosas –que se presume universal y compartido entre los interlocutores– se introduce en la técnica del hablar. Se le asigna, a su vez, a la denominada “lingüística esqueuológica” la tarea de investigar la relación entre el “conocimiento de las cosas” y la “configuración y funcionamiento del lenguaje” (ALBRECHT, 2003, p. 42-43). Según Albrecht (2003) parte de la tarea que propone Coseriu en el ámbito de la “lingüística esqueuológica” la realiza justamente la lingüística cognitiva –aunque jamás en el mismo sentido–, lo que no representa una contradicción, si se abandona la idea de una semántica cognitiva absolutamente reaccionaria a los modelos formal y estructural, pasando a entenderla como una disciplina complementaria de este último (ALBRECHT, 1997). El “pero”, por así decirlo, de los modelos semánticos cognitivos –y aquí volvemos a la crítica de Coseriu (1997)– estriba justamente en su comprensión de *significado*, que equivaldría más bien –aunque no completamente– a la noción de *concepto*.

Desde el punto de vista estrictamente lexicográfico, por otra parte, Geeraerts (2001, p. 14) asevera que “[W]ithin a structuralist conception of semantics, this [*sc.* el empleo de elementos de carácter extralingüístico en las paráfrasis definidoras] would be inadmissible, because these elements belong to the ‘encyclopedic’ level rather than the semantic level”. La inserción de elementos de carácter extralingüístico en las definiciones se hace posible al adoptarse un modelo semántico cognitivamente orientado como subsidiario del quehacer lexicográfico, según lo expuesto *ad supra*. Sin embargo, no significa en absoluto borrar los límites entre lengua y realidad. En primer lugar, hay una diferencia clara entre *significado* definido desde el punto de vista de una teoría lingüística (entidad abstracta) y su expresión mediante una paráfrasis en el diccionario (formulación concreta). En segundo lugar, en el diccionario se trata de aclararle una determinada significación al usuario –que la mayoría de las veces no es especialista en lingüística y sólo quiere resolver sus dudas de manera rápida y objetiva–; la paráfrasis, pues, tiene que redactarse de la manera más simple y clara posible –aunque ello signifique, muchas veces, echar mano de elementos no estrictamente - lingüísticos.

## Las palabras que designan sentimientos/emociones y su descripción lexicográfica

En la literatura especializada abundan estudios que tratan las palabras que designan sentimientos/emociones<sup>9</sup> bajo las más distintas perspectivas: la relación que se establece entre lengua, fenómeno psíquico y mundo (por ejemplo, EKMAN, 1992; LINDQUIST *et al.*, 2006; FONTAINE *et al.*, 2007; FRIEDENBERG; SILVERMAN, 2012); la delimitación y descripción del contenido semántico de palabras que designan sentimientos/emociones (por ejemplo, WIERZBICKA, 1992a, 1992b; KÖVECSSES, 2008); su tratamiento lexicográfico (por ejemplo, JÄGER; PLUM, 1989; PLUM, 1992; OSTERMANN, 2012). La multitud de trabajos sobre el problema de las palabras que designan sentimientos/emociones –que aquí sólo puede indicarse muy sumariamente– pone de relieve la complejidad inherente al tema.

Al describir el comportamiento sintáctico-semántico de las palabras que designan sentimientos/emociones, Kailuweit (2009, p. 278) señala que:

L'obiettivo della descrizione linguistica non può essere la spiegazione di processi neurologici. I dati linguistici non danno accesso a questi processi. La descrizione linguistica è un lavoro interpretativo. Essa interpreta dati linguistici da una certa prospettiva e con una certa finalità.

<sup>9</sup>Plum (1992) emplea los términos *Emotion* [emoción] y *Gefühl* [sentimiento] como sinónimos, siguiendo, pues, una tendencia generalizada en su uso común, fuera del ámbito especializado. La explicación del proceso emocional en el marco de la Psicología de la Emoción, sin embargo, requiere una precisión terminológica. Debe entenderse una emoción como una reacción neurológica –en un nivel inconsciente– ante un estímulo, que se manifiesta mediante un conjunto complejo de activaciones neuronales en el cerebro y se refleja en el cuerpo como un estado emocional externamente observable. Un sentimiento en su estado latente es, a su vez, la experiencia –todavía inconsciente– de ese estado corporal, que emerge posteriormente cuando el organismo se percató de que su representación del propio estado corporal se ha alterado por la ocurrencia del estímulo, convirtiéndose en un hecho consciente (DAMASIO, 1999, *apud* BOSSE; JONKER; TREUR, 2008, p. 94-95). Se advierte, pues, una relación estrecha entre ambos conceptos, lo que explica el empleo de los términos *emoción* y *sentimiento* como sinónimos en contextos no especializados.

Coincidimos con Kailuweit (2009) en que se debe disociar los conceptos de sentimientos/emociones de los respectivos fenómenos psíquicos, o, en otros términos, en que se debe disociar lenguaje y realidad extralingüística. Ahora bien, y según se ha expuesto en el apartado anterior, consideramos “dass die Abgrenzung unterschiedlichen Wissens in Wörterbüchern nicht nur schwer durchführbar ist, sondern häufig sogar unmöglich ist”, teniendo en cuenta “dass es viele Sorten von Wissen gibt, die sowohl Sprach- als auch Weltwissen sind” (BOAS, 2013, p. 92). Eso se refleja claramente en la definición de sustantivos que designan sentimientos/emociones en diccionarios de lengua. Con el propósito de demostrarlo, se han analizado las definiciones de sustantivos que designan sentimientos/emociones (Cuadro 1) en los más prestigiados diccionarios de las tradiciones hispánica (DRAEe, 2001; DUEe, 2001; DEA, 2011), portuguesa (AuE, 2009; HouE, 2009; MiE, 1998), italiana (ZVLI, 2011; VTLIe, 1998; DGLI, 2012) y francesa (PRobE, 2001; LLiDF, 1863-1877; DHaLF, 2012).

Cuadro 1 – Artículos léxicos de sustantivos que designan sentimientos/emociones

<i>amor</i>	<i>amor</i>	<i>amore</i>	<i>amour</i>
<i>pasión</i>	<i>paixão</i>	<i>passione</i>	<i>passion</i>
<i>alegría</i>	<i>alegria</i>	<i>allegria</i>	<i>gaieté</i>
<i>gozo</i>	<i>gozo</i>	<i>gioia</i>	<i>joie</i>
<i>tristeza</i>	<i>tristeza</i>	<i>tristezza</i>	<i>tristesse</i>
<i>melancolía</i>	<i>melancolia</i>	<i>malinconia</i>	<i>mélancolie</i>
<i>angustia</i>	<i>angústia</i>	<i>angoscia</i>	<i>angoisse</i>
<i>aflicción</i>	<i>aflição</i>	<i>afflizione</i>	<i>affliction</i>
<i>odio</i>	<i>ódio</i>	<i>odio</i>	<i>haine</i>
<i>cólera</i>	<i>cólera</i>	<i>collera</i>	<i>colère</i>
<i>rabia</i>	<i>raiva</i>	<i>rabbia</i>	<i>rage</i>
<i>furia</i>	<i>fúria</i>	<i>furia</i>	<i>furie</i>
<i>ira</i>	<i>ira</i>	<i>ira</i>	<i>fureur / ire</i>
<i>celo(s)</i>	<i>ciúme(s)</i>	<i>gelosia</i>	<i>jalousie</i>
<i>envidia</i>	<i>inveja</i>	<i>invidia</i>	<i>envie</i>
<i>espanto</i>	<i>espanto</i>	<i>spavento</i>	<i>stupéfaction</i>
<i>asombro</i>	<i>assombro</i>	<i>stupore</i>	<i>stupeur</i>
<i>miedo</i>	<i>medo</i>	<i>paura</i>	<i>peur</i>
<i>temor</i>	<i>temor</i>	<i>timore</i>	<i>crainte</i>

Fuente: Autora

En la Tabla 1 se presenta una síntesis del análisis cuantitativo de los datos. Se ha tratado de identificar la(s) estrategia(s) de definición empleada(s) en cada caso, buscando establecer una relación con el contenido semántico de la unidad léxica en cuestión.

Tabla 1 – Análisis cuantitativo de los datos

	Estrategias definitorias						Total de definiciones
	Definición propia	Definición impropia	Definición por sinónimo(s)	Definición parafrástica + sinónimo(s)	Definición “mixta”	Definición con dos acepciones	
Diccionarios de español	57	3	12	-	10	1	83
Diccionarios de portugués	44	1	23	31	-	3	102
Diccionarios de italiano	43	7	3	8	1	4	66
Diccionarios de francés	65	3	5	3	-	7	83

Fuente: Autora

El número total de definiciones corresponde al conjunto de todas las definiciones recolectadas en los artículos de cada una de las unidades léxicas seleccionadas en los tres diccionarios de cada lengua que se han analizado<sup>10</sup>. El análisis permitió identificar el empleo de seis mecanismos explicativos distintos:

- a. Definición propia: Es la definición en metalenguaje de contenido (cf. SECO, 2003). La parafrasis presenta un *pattern* sintáctico que se acerca al modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* –aunque no son definiciones de este tipo en sentido estricto, o por lo menos no desde el punto de vista de su aplicación en el marco de un modelo semántico

<sup>10</sup>Se han considerado para el análisis las “parafrasis” relativas al sentimiento/a la emoción en cuestión; en muchos artículos, sin embargo, había más de una definición para el sentimiento/emoción.

estructural (cf. resultados del análisis cualitativo *ad infra*). Por ejemplo: *ciúme* “Inquietação mental causada por suspeita ou receio de rivalidade no amor ou em outra aspiração” (MiE, 1998, s.v., ac.1).

- b. Definición impropia: Es la definición en metalenguaje de signo (cf. SECO, 2003). La paráfrasis presenta un *pattern* sintáctico que imposibilita la aplicación de la prueba de sustitución<sup>11</sup>. Por ejemplo: *paixão* “Mais comumente paixão designa amor, atração de um sexo pelo outro” (MiE, 1998, s.v., ac.3).
- c. Definición por sinónimo(s): Se presentan tan sólo “sinónimos” del signo-lemma, y no una paráfrasis *stricto sensu*. Por ejemplo: *aflicción* “Pesadumbre o tristeza” (DEA, 2011, s.v., ac.1).
- d. Definición parafrástica + sinónimos: Se presenta una definición –en general, en metalenguaje de contenido– y, a continuación, uno o más “sinónimos” del signo-lemma. Por ejemplo: *gioia* “sentimento di piena e viva soddisfazione dell’animo; allegria, felicità” (DGLI, 2012, s.v., ac.1).
- e. Definición “mixta”: Se trata de una paráfrasis “bipartita”: la primera parte corresponde a una definición en metalenguaje de contenido; la segunda concierne a una definición en metalenguaje de signo. Por ejemplo: *allegria* “Contentezza, buon umore, anche di più persone insieme, che si esterna in modo vivace e spesso rumoroso; differisce dall’allegrezza in quanto, più che il sentimento, ne è l’aspetto e la manifestazione esteriore, e può anche essere uno stato abituale” (VTLIe, 1998, s.v., ac.1).
- f. Definición con dos acepciones: Al igual que en el caso anterior, es una suerte de paráfrasis “bipartita”; cada parte corresponde a la definición de una significación distinta. Por ejemplo: *jalousie* “Sentiment hostile qu’on éprouve en voyant un autre jouir d’un avantage qu’on ne possède pas ou qu’on désirerait posséder exclusivement ; inquiétude qu’inspire la crainte de partager cet avantage ou de le perdre au profit d’autrui” (PRoBE, 2001, s.v., ac.2).

<sup>11</sup>Para una discusión en torno de la importancia y los límites de la prueba de la sustitución en el ámbito lexicográfico, cf. Seco (2003).

Se han desconsiderado, ante todo, las definiciones “mixtas” y las definiciones con dos acepciones, porque, en ambos casos, se trata más bien de errores metodológicos (sobre el particular, cf. BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2009). Con relación al material analizado, aunque los diccionarios, de una manera general, han mostrado una marcada tendencia al empleo de definiciones propias, llama la atención también la diversidad de estrategias de definición que se mezclan o se combinan con las paráfrasis en metalenguaje de contenido en las obras mencionadas *ad supra*<sup>12</sup>. Ello es un fuerte indicio de que sí se reconoce los sustantivos que designan sentimientos/emociones como unidades léxicas potencialmente difíciles de definir –al menos si se trata de definirlos de acuerdo con el modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*–.

El análisis cualitativo de los datos ha considerado solamente las definiciones propias. Partiéndose de los resultados obtenidos en el análisis cuantitativo, se asume que las definiciones propias –aunque, desde el punto de vista sintáctico, toman la forma de *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*–, desde el punto de vista “semántico”, por así decirlo, no corresponden a un modelo formal/estructural, puesto que no se limitan a la enumeración de rasgos característicos/semas de la entidad/unidad léxica definida. Así pues, se ha tratado de identificar los tipos de informaciones que componen las definiciones de sustantivos que designan sentimientos/emociones. Los principales tipos de definiciones son los siguientes:

- a. Definición por remisión a otros sentimientos/otras emociones: Desde el punto de vista metodológico, esta estrategia se acerca a la definición por sinónimo(s). Así pues, aunque no se trata de un error metodológico *stricto sensu* –analógicamente, las definiciones por sinónimo(s) son muchas veces más aclaradoras que una definición parafrástica (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2011c)–, tampoco se puede soslayar el hecho de que definiciones de este tipo suelen conllevar consecuencias peligrosas. En primer lugar, es posible que, así como en el caso de las definiciones por sinónimo(s), el

---

<sup>12</sup>El foco aquí es el análisis de las estrategias empleadas en la definición de los sustantivos que designan sentimientos/emociones, sin la preocupación por establecer una comparación entre los distintos diccionarios/las distintas tradiciones lexicográficas. Ello, claro está, encontraría su legitimación en otra ocasión.

usuario necesite realizar una serie de consultas consecutivas al diccionario hasta poder aclarar el significado de una unidad léxica. En segundo lugar, y aún más grave, siempre existe la posibilidad de que se genere un “círculo vicioso” en la definición (MARTÍNEZ DE SOUZA, 1995, s.v. *definição lingüística*). Ejemplos: *alegria* “Sentimento de felicidade, de contentamento, satisfação, júbilo” (AuE, 2009, s.v., ac.3); *crainte* “Sentiment de peur, d’inquiétude” (DHaLF, 2012, s.v.); *passione* “Violento sentimento di amore o desiderio sensuale” (ZVLI, 2011, s.v., ac.5).

- b. Definición por referencia a causas/manifestaciones del sentimiento/la emoción: Las definiciones de este tipo corresponden a descripciones, la mayoría de las veces relativamente largas, de las causas que desencadenan el sentimiento/la emoción en cuestión y/o de las reacciones que el sentimiento/la emoción provocan en quienes lo/la experimentan. Ejemplos: *alegría* “Sentimiento que produce en alguien un suceso favorable o la obtención de algo que deseaba o que satisface sus sentimientos o afectos” (DUEe, 2001, s.v., ac.1); *haine* “Sentiment violent qui pousse à vouloir du mal à qqn et à se réjouir du mal qui lui arrive” (PRobE, 2001, s.v., ac.1); *ira* “Sentimento per lo più improvviso e violento, che, provocato dal comportamento di persone o da fatti, circostanze, avvenimenti, tende a sfogarsi con parole concitate, talvolta con offese, con atti di rabbia e di risentimento, con una punizione eccessiva o con la vendetta, contro chi, volontariamente o involontariamente, lo ha provocato” (VTLIe, 1998, s.v.).

La síntesis del análisis cualitativo de los datos es la siguiente:

- a. Se reafirma la asunción generalmente aceptada según la cual el contenido de las paráfrasis de sustantivos que designan sentimientos/emociones no puede corresponder a un conjunto de condiciones necesarias y suficientes (JÄGER; PLUM, 1989; PLUM, 1992; WIERZBICKA, 1992b).
- b. Se confirma la hipótesis de que las paráfrasis de sustantivos que designan sentimientos/emociones deberían basarse en



constructos estereotipados de las “causas que provocan el sentimiento/la emoción” [*emotionserzeugenden Anlässen*], así como de las “formas convencionalizadas de conductas emocionales” [*konventionalisierten Formen emotionalen Benehmens*] (PLUM, 1992, p. 12). Sin embargo, aquí surgen dos cuestiones: i) cómo debería hacerse la selección de las informaciones que entrarían a componer las paráfrasis en cada caso –en otros términos, qué criterios validarían su estatuto de “constructos estereotipados (o prototípicos) de las causas/manifestaciones de los sentimientos/las emociones en cuestión–; y ii) cuál es el real poder explicativo de las paráfrasis así formuladas.

## Los aportes de dos modelos semánticos a la definición de sentimientos/emociones

Si, por una parte, el análisis que se llevó a cabo demostró la imposibilidad de definición de los sustantivos que designan sentimientos/emociones dentro del marco de una semántica formal/estructural, por otra, también puso de manifiesto la carencia, en el ámbito (meta)lexicográfico, de un modelo mínimamente consecuente para su definición. Lo único que se ha sacado en claro hasta el momento es que, de hecho, hay que incorporar informaciones extralingüísticas en las paráfrasis de este conjunto de unidades léxicas. Así pues, considerando que la apreciación crítica de las teorías semánticas es el primer paso hacia el desarrollo de una propuesta para el perfeccionamiento de las definiciones de sustantivos que designan sentimientos/emociones en los diccionarios de lengua, se evaluarán, a continuación, los posibles aportes de dos modelos semánticos postestructurales al problema que se ha presentado, buscando respuestas a las cuestiones propuestas como cierre del apartado anterior.

Entre los modelos postestructurales<sup>13</sup>, la semántica cognitiva –con especial referencia a la teoría de los prototipos– ocupa, sin lugar a dudas, una posición de destaque. No se la considerará en este trabajo por dos razones. En primer lugar, porque a lo largo de los últimos treinta años ya se ha propuesto la aplicación de la semántica prototípica en la praxis

---

<sup>13</sup>Para un panorama general de los modelos semánticos postestructurales, cf. Geeraerts (2010).

lexicográfica, como modelo alternativo o complementario a la semántica estructural. Sin embargo, los resultados obtenidos con la aplicación de la semántica prototípica a la generación de las definiciones, por ejemplo, no siempre logran suplantar los resultados obtenidos con los modelos formal/estructural<sup>14</sup> –aunque, claro está, la concepción de significado que se engendra en ese ámbito ha tenido (y sigue teniendo) su importancia en el quehacer lexicográfico (BUGUEÑO MIRANDA; FARIAS, 2013a, 2013b)-. En segundo lugar, el modelo cognitivo –al contrario de los modelos formal y estructural, con todas las limitaciones que se les pueda asignar– no ofrece una metodología que permita acceder al significado de las unidades léxicas. La delimitación de los rasgos característicos/semas constituye, de hecho, una “herramienta” metodológica –altamente satisfactoria intensionalmente, aunque, por cierto, frágil desde el punto de vista extensional (KLEIBER, 2004, p. 31-37) – que permite expresar en términos lingüísticos la abstracción en que consiste al fin y al cabo el significado. En cambio, la semántica prototípica no nos ofrece una metodología objetiva que nos permita deslindar los elementos pertinentes en la descripción lexicográfica del significado: la selección de los elementos que entrarán a componer la definición con base en el prototipo no deja de ser meramente impresionista; ello, al menos en parte, se debe al hecho de que la prototipicidad también es culturalmente determinada, una vez que, de acuerdo con Rosch (1978), la categorización se basa en experiencias colectivas o, incluso, personales<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup>Según Farias (2013, p. 141-149), hay tres aspectos directamente involucrados en el proceso de definir: la discriminación de las acepciones, la ordenación de las acepciones y la formulación de las paráfrasis. Cuando se afirma que los resultados obtenidos con la aplicación de la semántica prototípica no siempre logran suplantar los resultados obtenidos con los modelos formal/estructural, ello se refiere específicamente al tercer aspecto –que es justamente el aspecto que nos interesa aquí. Sobre el particular, cf., por ejemplo, los resultados publicados en Bugueño Miranda y Farias (2011a, 2013a, 2013b) y Farias (2013). En lo que concierne a los demás aspectos –que, a su vez, están estrechamente ligados al problema de la polisemia– sobresalen las contribuciones de la semántica cognitiva. Sobre las contribuciones de la semántica cognitiva al problema de la polisemia desde el punto de vista lexicográfico, cf., por ejemplo, Geeraerts (1990, 2001, 2003, 2007), Kilgarriff (1997, 2007), Gao (2013), Oliveira; Bugueño Miranda; Siqueira (2013).

<sup>15</sup>Sobre el particular, García Márquez, en su crónica “La vaina de los diccionarios”, publicada en el periódico *El País* en 19 de mayo de 1982, ofrece un ejemplo bastante

En lo que atañe a los demás modelos semánticos postestructurales, se considerarán tan sólo el metalenguaje semántico natural y la semántica de marcos. Ambos modelos, aunque diametralmente opuestos en su esencia –el primero se encuentra enmarcado dentro del llamado “neoestructuralismo”, mientras que el segundo se ha engendrado en el seno de la lingüística cognitiva–, se acercan en lo que concierne a su orientación lexicográfica.

## **El metalenguaje semántico natural**

La idea de definir el significado de una palabra por medio de conceptos “primitivos” –es decir, conceptos que se presume sean “indefinibles”– no es precisamente novedosa en el ámbito del estructuralismo. Sobre esa base, Wierzbicka propone, en los comienzos de los años 1970, un modelo de análisis del significado –denominado metalenguaje semántico natural– que se ha desarrollado y perfeccionado a lo largo de las décadas siguientes (WIERZBICKA, 1985, 1992a, 1992b, 1999; GODDARD, 2010). Geeraerts (2010, p. 130) aclara que la diferencia entre el modelo de análisis componencial propuesto primeramente en Pottier (1977) y el metalenguaje semántico natural estriba en que mientras el primero presenta una descripción típicamente referencial de las unidades léxicas pertenecientes a una determinada categoría (el ejemplo clásico es la categoría “asiento”), el segundo toma en consideración asimismo la percepción del hablante acerca de lo referido –en otros términos, la dimensión cognitiva. Por ello es que se considera el metalenguaje semántico natural un modelo cognitivamente orientado (sobre el particular, cf. GODDARD, 2010).

El modelo de Wierzbicka se basa sobre dos pilares fundamentales: (a) la existencia –y consecuente posibilidad de delimitación– de primitivos/universales semánticos y (b) la propuesta de explicación del significado de las unidades léxicas mediante una paráfrasis reductora.

---

interesante: “Otra cosa que me inquietó siempre del diccionario de la Real Academia es la definición de los colores. Amarillo: ‘Del color semejante al del oro, el limón, la flor de la retama, etcétera’. A mi modo de ver las cosas desde la América Latina, el oro era dorado, no conocía las flores de la retama, y el limón no era amarillo, sino verde. [...] Necesité muchos años para viajar a Europa y darme cuenta de que el diccionario tenía razón, porque, en realidad, los limones europeos son amarillos”.

La asunción básica que fundamenta el metalenguaje semántico natural es que las definiciones no deberían estar redactadas en un lenguaje técnico –es decir, mediante un sistema representacional formalizado–, sino en un lenguaje natural. Así pues, el objetivo consiste en identificar y catalogar los llamados “primitivos/universales semánticos”, entendidos –según la hipótesis fuerte de lexicalización– como conceptos universalmente lexicalizados, que contrastan, por tanto, con los conceptos culturalmente delimitados. Ello significa decir –y suponer– que hay conceptos básicos que se pueden expresar en todas las lenguas mediante una palabra o expresión específica. El metalenguaje semántico natural, hasta el momento, ha identificado alrededor de 60 conceptos universales; sin embargo, el número aumenta cada año con la inclusión de nuevos conceptos en la lista. Ejemplos de conceptos universales son: “*P*”, “*you*”, “*someone/person*”, “*something*”, “*thing*” (sustantivos); “*kind*”, “*part*” (sustantivos relacionales); “*good*”, “*bad*” (evaluadores); “*big*”, “*small*” (descriptores), etc. Se ha podido probar la existencia de unidades lexicalizadas para expresar la mayor parte de estos conceptos en una amplia variedad de idiomas; dentro del marco del metalenguaje semántico natural, ello contribuiría a comprobar su universalidad (GEERAERTS, 2010, p. 128-129).

Las paráfrasis reductoras, a su vez, se formulan mediante universales semánticos. La definición, pues, corresponde a una suerte de desglose de un concepto no primitivo en conceptos primitivos. Así pues, la descripción semántica de nombres que designan sentimientos/emociones se lleva a cabo mediante primitivos semánticos, como “*want*”, “*say*”, “*think*”, “*know*”, “*good*”, “*bad*”, etc. (WIERZBICKA, 1992b, p. 541-542). Sobre esa base, Wierzbicka (1999) presenta un modelo estandarizado de descripción semántica de sustantivos que designan sentimientos/emociones. Como ejemplo citamos aquí el sustantivo *afraid* [miedo]:

I felt afraid. =  
 I felt something because I thought something  
 sometimes a person thinks:  
 “something bad can happen to me now  
 I don’t want this to happen  
 because of this I want to do something  
 I don’t know what I can do”

because this person thinks this, this person feels something bad

I felt (something) like this because I thought something like this

(WIERZBICKA, 1999, p. 14)

Se trata de una suerte de descripción prototípicamente orientada, es decir, una descripción de un tipo de situación –denominada *escenario*– que está asociada a un sentimiento/una emoción en la mente de las personas. El escenario –como constructo prototípico– está, pues, cognitivamente determinado (WIERZBICKA, 1999, p. 12-17).

Basado en la hipótesis del relativismo lingüístico de Sapir-Whorf, Wierzbicka y sus discípulos cuestionan la posibilidad de delimitación de un conjunto de “emociones básicas, tal como se lo ha planteado, muchas veces, en el ámbito de la Psicología de la Emoción. Frente a la propuesta de delimitación de diez emociones básicas –entendidas, por tanto, como universales–, lexicalizadas en inglés como *interest, joy, surprise, sadness, anger, disgust, contempt, fear, shame/shyness* y *guilt*, Wierzbicka (1992a, p. 119) reacciona: “English terms of emotion constitute a folk taxonomy, not an objective, culture-free analytical framework”. Así pues, por un lado, el polonés no presenta un equivalente perfecto para el inglés *disgust*; por otro, una de las lenguas aborígenes de Australia no establece una distinción, a nivel léxico, entre *fear* y *shame*. Lindquist *et al.* (2006) también comparten la opinión de Wierzbicka, al afirmar que “people of different cultures divide the affective world into different basic emotion categories [...], such that emotion concepts differ across cultures”.

Ahora bien, la imposibilidad de delimitar emociones básicas no impediría la definición mediante universales semánticos. Wierzbicka (1999, p. 15-16) explica que:

First, all languages have a general, undifferentiated word for FEEL (covering both thought-related and non-thought-related kinds of feelings), and that, second, all languages have some words for some particular kinds of thought-related feelings (e.g. *afraid* and *guilty* in English and *toska* in Russian). The meanings of such words are language-specific and, generally speaking, do not match across languages and cultures. Every language, however,

has lexically encoded some scenarios involving both thoughts and feelings and serving as a reference point for the identification of what the speakers of this language see as distinct kinds of feelings. For example, Russian has no word for *guilt*, and of course English has no word for *toska*; but both *guilt* and *toska* identify what the speakers of the language see as a specific kind of feeling, associated with an identifiable cognitive scenario.

Since the cognitive scenarios linked with *guilt* and *toska* can be stated in the same, universal human concepts (such as FEEL, WANT, BAD, DO, and so on), these scenarios can be understood by cultural outsiders, and the kinds of feeling associated with them can be identified, explained, and compared; and both the similarities and differences between scenarios lexicalized in different languages can be pinpointed. But the very possibility of comparisons rests on the availability of a universal *tertium comparationis*, provided by the universal concepts like FEEL, WANT, BAD, GOOD, or DO, and universally available configurations of concepts such as, for example, “I feel like this”.

En el ámbito (meta)lexicográfico, la posibilidad de identificación de un conjunto de “instancias prototípicas” relacionadas con un determinado concepto constituye el principal aporte del metalenguaje semántico natural. Así pues, las llamadas “instancias prototípicas” pueden contribuir en la definición de sentimientos/emociones –o, mejor dicho, de “estados emocionales”–, al proponer que sus rasgos conceptuales fundamentales serían la causa y el prototipo situacional<sup>16</sup>. Sin embargo, se advierte que “different emotion concepts have different structures and that some of them specify certain thoughts as the causes of the emotional state, whereas others do not” (WIERZBICKA, 1992a, p. 177)<sup>17</sup>.

Por un lado, esa propuesta representa un avance frente a los modelos formal/estructural, pues ofrece la posibilidad de inserción de elementos extralingüísticos en las paráfrasis. Por otro, es posible advertir un avance asimismo en comparación con la semántica prototípica, ya que

<sup>16</sup>Cf. el esquema conceptual de *afraid* presentado *ad supra*.

<sup>17</sup>Se sabe, por ejemplo, con base en la experiencia del mundo, que la mayoría de las veces no se puede determinar el origen del sentimiento de melancolía; así pues, en una definición de *melancolía*, no se explicitaría la causa del estado emocional.

existe una propuesta metodológica que permite seleccionar de manera más objetiva los rasgos extralingüísticos que deberán ayudar a generar las paráfrasis.

Para finalizar, se mencionan sumariamente los límites de este modelo teórico, que le restan fuerza para una descripción lexicográfica del significado del todo satisfactoria. En lo concerniente al primer fundamento, Geeraerts (2010, p. 133-134) destaca, en primer lugar, que la asunción básica según la cual una definición mediante universales semánticos sería más inteligible que una paráfrasis “tradicional” es problemática. Las definiciones no son sometidas sistemáticamente a la evaluación de los usuarios de diccionarios, quienes podrían juzgar con propiedad la superioridad del metalenguaje semántico natural frente al modelo *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*, por ejemplo. La inteligibilidad de una definición, al fin y al cabo, depende menos de una formulación por medio de “universales semánticos” que de una formulación a partir de elementos previamente conocidos por los usuarios. En segundo lugar, la hipótesis fuerte de lexicalización de Goddard plantea que la identificación de los universales semánticos depende de la comparación de un conjunto –en principio, exhaustivo– de lenguas. Sin embargo, aún quedan dudas respecto al postulado de “lexicalización universal”. Por un lado, hay conceptos –entre los que hasta ahora se aceptan como universales– que no están lexicalizados en determinados idiomas –por ejemplo, BEFORE y AFTER en maya yucateco (BOHNEMEYER, 2003, *apud* GEERAERTS, 2010, p. 133)–. Por otro lado, la comparación de las lenguas a partir del significado de las distintas expresiones lexicalizadas en cada idioma plantea dos problemas: (a) desde el punto de vista lingüístico, aceptar la existencia de una suerte de “equivalencia conceptual” entre las formas lexicalizadas correspondientes a los universales en cada lengua es ignorar el hecho elemental del anisomorfismo interlingüístico; (b) desde el punto de vista metodológico, establecer una comparación en el plano conceptual supone la posibilidad de generar paráfrasis para describir el significado de los universales; sin embargo, esto hiere uno de los principios básicos del modelo, puesto que los universales serían –por antonomasia– indefinibles.

Geeraerts (2010, p. 135-137) discute también problemas concernientes al segundo fundamento del metalenguaje semántico natural. Como se sabe, en los modelos parafrásticos cuya formulación consiste en explicitar un conjunto de rasgos, los rasgos que componen la paráfrasis deben funcionar como una suerte de “lista de chequeo”, que se

aplique a la realidad extralingüística, permitiendo, a la vez, caracterizar una determinada entidad y contrastarla con otras. Ahora bien, no siempre los universales identificados al interior de una dada “instancia prototípica” y que, teóricamente, deberían emplearse en la generación de la definición son “necesarios y suficientes” para caracterizar la entidad extralingüística, oponiéndola a otras. A modo de ilustración, Geeraerts (2010) cita la propuesta de Wierzbicka (1985, p. 299-300) para la definición de *fruit*. Según la autora, entre los rasgos que caracterizan la entidad en cuestión están<sup>18</sup>: (1) “poseer una cubierta exterior más resistente que la parte interior”, (2) “poseer partículas pequeñas en su interior, separadas de las demás partes”, (3) “poseer pulpa jugosa”, (4) “ser posible comerla cruda, sin ninguna preparación previa” y (5) “ser bueno para la salud comerla cruda”. Sin embargo, es evidente que no todos los rasgos mencionados pueden aplicarse, de manera general, a todos las frutas –el rasgo (1) no se aplica a la fresa, de la misma manera que los rasgos (2) y (3) no se aplican a la banana, por ejemplo. Asimismo, parte de los rasgos –nos referimos específicamente a (4) y (5)– no se aplican exclusivamente a las frutas, sino que podrían aplicarse a algunas legumbres. No obstante, en honor de la verdad, hay que reconocer que Wierzbicka trata, de alguna manera, de defenderse de las críticas, aclarando, con respecto a los sentimientos/emociones, que diferentes conceptos pueden presentar diferentes estructuras. Sin embargo y pese a la honestidad de la autora al reconocer las posibles lagunas de su modelo, su constatación, aunque no invalida por completo el segundo postulado, le resta mucha fuerza.

## La semántica de marcos

La semántica de marcos –como modelo cognitivamente orientado– parte de la base de que “words represent categorizations of experience, and each of these categories is underlain by a motivating situation occurring against a background of knowledge and experience” (FILLMORE, 1982, p. 112). Así pues, se describen los significados de las palabras y sintagmas, teniendo en cuenta no sólo los contextos (lingüísticos) en que se encuentran, sino también el marco (extralingüístico) –o *frame*– en que están inseridos (ATKINS; RUNDELL, 2008, p. 145).

---

<sup>18</sup>Se reproduce aquí sólo parcialmente y de manera simplificada los rasgos definidos en Wierzbicka (1985).



Aunque Fillmore (1982), de hecho, aclara que hay que establecer una diferencia entre “conocimiento sobre las palabras” y “conocimiento sobre las cosas” –algo que, sea dicho de paso, no suena para nada novedoso–, los postulados generales sobre los que se basa la semántica de marcos evidencian una “comprensión extensional del significado”<sup>19</sup>. En este sentido, Wegner (1989), por ejemplo, señalaba ya que el conocimiento lingüístico [*Sprachwissen*] y el conocimiento situacional [*Situationswissen*] –o enciclopédico/extralingüístico– no son independientes, sino que están en mutua dependencia. Sin embargo, más que reconocer la interdependencia entre conocimiento lingüístico y extralingüístico –lo que ya había quedado claro con la semántica prototípica–, la principal contribución de este modelo teórico reside en el intento de presentar un instrumento que permita acceder al conocimiento extralingüístico pertinente en la descripción lingüística del significado.

El interés de los lexicógrafos en la semántica de marcos no es, pues, algo reciente. Ballmer y Brennenstuhl (1981), por ejemplo, presentan una propuesta de aplicación del concepto de *frames* –algo entonces completamente novedoso y aun carente de precisiones teóricas– a la descripción semántica de los verbos en alemán y su presentación en los diccionarios. Años más tarde, Fillmore y Atkins (1994) plantean que este modelo podría contribuir además a la descripción de la polisemia, de los patrones colocacionales y de la valencia de verbos y nombres en los diccionarios de lengua.

Más específicamente en el ámbito de la descripción del significado, Wegner (1989) defiende la semántica de marcos como una solución alternativa frente al modelo tradicional. Kammerer (1999), a su vez, presenta un modelo de “descripción lexicográfica del significado basada en *frames*” [*framebasierte lexikographischen Bedeutungsbeschreibung*]. Según la propuesta del autor, los *frames* estarían proyectados para almacenar de forma sistemática el conocimiento común y, la mayoría de las veces, estereotipado acerca de los referentes extralingüísticos de las unidades léxicas de una dada lengua; parte de este conocimiento entraría en la formulación de las paráfrasis definidoras.

A pesar del gran interés que la semántica de marcos ha despertado entre los lexicógrafos, hay pocos registros de la aplicación práctica de este

---

<sup>19</sup>Sobre las nociones de “comprensión intensional” y “extensional” del significado, cf. Bogueño Miranda y Farias (2013a; 2013b).

modelo teórico en la elaboración de diccionarios. Los dos únicos casos de que tenemos noticias son el *Algemeen Nederlands Woordenboek* (ANW) y el *Online-Wortschatz-Informationssystem Deutsch* (OWID). El ANW –diccionario general del holandés– es un diccionario electrónico de nueva planta, cuya principal contribución estriba, justamente, en la aplicación de los *frames* a la descripción del significado: las definiciones van acompañadas de estructuras denominadas “semagramas” [*semagrams*], que, según la definición de los directores del proyecto, son esquemas estructurales abstractos –o, en términos más simples, *frames*–, que se llenan con datos lexicales concretos (MOERDIJK, 2008)<sup>20</sup>. El OWID es, a su vez, un diccionario general electrónico del alemán, elaborado por un grupo de investigadores vinculados al Institut für deutsche Sprache en Mannheim. La noción de *frames* se aplica aquí no sólo a la descripción del significado *stricto sensu* –en otros términos, a la generación de las paráfrasis definidoras, como en el caso del ANW–, sino también a la descripción detallada del signo-lema tanto en el plano sintagmático (por ejemplo, las colocaciones) como paradigmático (por ejemplo, los sinónimos y antónimos)<sup>21</sup>.

## El proyecto *FrameNet* y su potencial de aplicación lexicográfica

El proyecto *FrameNet* se fundamenta en los postulados de la semántica de marcos y su finalidad es la aplicación en la descripción del significado de las unidades léxicas, especialmente en el ámbito lexicográfico (STEINER, 2004).

Los *frames* se definen, en el ámbito de la *FrameNet*, como “schematic representations of the conceptual structures and patterns of beliefs, practices, institutions, images, etc., that provide a foundation for meaningful interaction in a given speech community” (FILLMORE *et al.*, 2003, p. 235). El objetivo final es describir “the combinatory potential of a lexical item and indicating explicitly how each ‘frame element’ can be realized, syntactically and lexically, at the surface level” (FONTENELLE, 2012, p. 442).

---

<sup>20</sup>Sobre la concepción del ANW, cf. también Moerdijk *et al.* (2008) y Farias (2013, p. 262-266).

<sup>21</sup>Sobre la concepción del OWID, cf. Müller-Spitzer y Möhrs (2008) y Klosa *et al.* (2011).

El proyecto original –que se viene desarrollando desde 1997 en el International Computer Science Institute en Berkeley– tiene como objetivo la construcción de una base de datos del inglés. De forma paralela a la *FrameNet* del inglés, se están desarrollando actualmente *FrameNets* para otras lenguas, como el alemán, el español, el francés, el japonés, el búlgaro y el portugués<sup>22</sup>.

En el ámbito lexicográfico, Atkins y Rundell (2008, p. 150-159) analizan el empleo de la *FrameNet* como herramienta auxiliar en la tarea de discriminación de las acepciones en los diccionarios. Boas (2001, 2002), a su vez, enfatiza la posibilidad de aplicación de los datos proporcionados por la *FrameNet* a la elaboración de diccionarios bilingües inglés-alemán. Por fin, Prieto (2008) presenta una propuesta concreta para la aplicación de la anotación semántica del corpus de la *FrameNet* a la descripción valencial en un diccionario de colocaciones del español. Sin embargo, se destacarán aquí los resultados de Ostermann (2012) y Farias (2013) en relación a la posibilidad de aplicación de la *FrameNet* a la generación de definiciones de sustantivos que designan sentimientos/emociones.

Ostermann (2012) elabora una suerte de “estructura cognitiva de definición” [*cognitive defining structure*] para términos básicos de emociones [*basic emotions terms*], que se fundamenta en los postulados de la semántica de marcos y su aplicación práctica en la *FrameNet*, por un lado, y los modelos cognitivos idealizados, por otro. Desde el punto de vista formal, la autora emplea la fórmula *genus proximum et differentia(e) specifica(e)*, siendo que al *genus proximum* corresponde el hiperónimo *feeling* [sentimiento] y a la *differentia specifica* corresponde

---

<sup>22</sup>Los *frames* se conciben como estructuras conceptuales esencialmente extralingüísticas, sin conexión con una lengua particular. Así pues, se justifica que las *FrameNets* que se generan para distintas lenguas puedan asumir como punto de partida la *FrameNet* del inglés (GODDARD, 2010, p. 80-81). Ahora bien, los estudios más recientes sobre la generación de *FrameNets* para otras lenguas ponen de manifiesto una serie de problemas que de alguna manera le restan fuerza a la asunción general según la cual los *frames* serían estructuras universales. Se revela tanto la necesidad de adaptación de algunos *frames* definidos para el inglés, como de introducción de nuevos *frames*, debidas en gran medida a los distintos patrones de lexicalización, así como las divergencias entre las estructuras polisémicas de las lenguas. Cf., por ejemplo, Ohara (2012), Koeva (2010) y Salomão (2009).

una *when-definition* que presenta la “causa de la emoción” y la “reacción a la emoción”.

Cuadro 2 – Esquema de definición de Ostermann (2012)<sup>23</sup>

NUEVA ESTRUCTURA COGNITIVA DE DEFINICIÓN	<i>definiens</i> (signo-lemma)	<i>genus</i> <i>proximum</i>	<i>differentia specifica</i>	
	sustantivo que designa sentimiento/ emoción	emoción/ esta- do emocional	causa	reacción

Fuente: Ostermann (2012, p. 496)

El esquema que se presenta *ad supra* constituye la base sobre la que se generan las paráfrasis para los sustantivos que designan sentimientos/emociones en inglés. Por ejemplo:

**anger** a bad feeling rising in you when you think sth or sb’s behaviour is unfair or unjustified and you would immediately like to do sth about it; it might be hard to suppress this wish to do sth, you might act in an unfriendly way, get red in the face or shout (Ostermann, 2012, p. 496, subrayado original).

La principal ventaja de este modelo en comparación con las definiciones “tradicionales”, por así decirlo, consiste en la sistematización de las informaciones y la consecuente estandarización de las paráfrasis de una determinada categoría. No obstante, su mayor desventaja es el propio *pattern* sintáctico propuesto. En primer lugar, se trata de fundir dos métodos de definición a principio incompatibles. En segundo lugar, las paráfrasis resultan muy largas y sintácticamente complejas, presentando una serie de informaciones que no son esenciales en la definición.

El modelo de Ostermann (2012), pese a todas las críticas que se le puedan dirigir, sirve como punto de partida para el desarrollo de la propuesta de Farias (2013). Esa autora presenta un esquema de definición a partir de las informaciones obtenidas mediante el análisis de los *frames*

<sup>23</sup>Traducido y adaptado del inglés.

EMOTIONS y FEELING en la *FrameNet* del inglés<sup>24</sup>, cuyos *slots* –que podrán llenarse o no con las informaciones del corpus– deben convertirse en los rasgos mínimos de la definición, según se presenta en el Cuadro 3.

Cuadro 3 – Esquema de definición de Farias (2013)<sup>25</sup>

definiens (signo- lema)	Hiperónimo			Especificadores		
	Término genérico		(Evaluación)	(Duración)	(Estímulo)	(Expresión)
	Emoción	Naturaleza de la emoción				
sustantivo que designa sentimiento/emoción	sentimiento	tipo de emoción	(juicio de valor acerca de la emoción)	(transitorio/duradero)	(causa del sentimiento)	(signos prototípicos del sentimiento)

Fuente: Farias (2013, p.280)

A continuación, se presentan ejemplos de paráfrasis definidoras elaboradas para el portugués de acuerdo con este modelo, destacándose que no existe la obligatoriedad de llenarse todos los *slots* generados en el esquema de definición:

**ira** sentimento de exaltação intenso e violento, provocado por [uma contrariedade], que leva à privação do uso da razão

**medo** sentimento de apreensão provocado por [algo] (potencialmente) perigoso/prejudicial (FARIAS, 2013, p. 280, subrayado original).

<sup>24</sup>Se han considerado los datos de la *FrameNet* del inglés, porque aún no se han generado los *frames* EMOÇÕES y SENTIMENTO para la *FrameNet* del portugués. Sin embargo, se argumenta que ello no influye de manera decisiva en los resultados obtenidos. En primer lugar, los *frames*, en su gran mayoría, se traducen directamente de la *FrameNet* del inglés. En segundo lugar, las divergencias entre las *FrameNets* de distintas lenguas, cuando las hay, son producto de las diferencias tipológicas y genéticas entre la lengua de partida (el inglés) y la lengua de llegada (la lengua de la *FrameNet* que se está construyendo), y raras veces se deben a hechos culturales, así que la estructura de los *frames*, en general, no se ve afectada en su esencia.

<sup>25</sup>Traducido y adaptado del portugués.

A modo de conclusión, se advierte que:

- a) la metodología propuesta puede aplicarse con relativo éxito a la elaboración de esquemas de definición de un gran número de unidades léxicas; sin embargo, hay que reconocer que este modelo no posee valor universal. Por un lado, están las unidades léxicas que se dejan definir sin grandes dificultades mediante el modelo de *genus proximum et differentia(e) specifica(e)* (como lo demuestra, por ejemplo, el contraste entre los lexemas *hombre, mujer, niño, niña*). Por otro, están también las unidades léxicas cuyas paráfrasis incluyen elementos de naturaleza extralingüística, con base en un modelo prototípico de definición, sin la necesidad de recurrir a los *frames* (por ejemplo, las definiciones ostensivas de colores, animales, plantas, etc.);
  
- b) la metodología propuesta representa un intento de formular criterios tan sistemáticos – y por tanto objetivos – como posible para la selección de las informaciones que deben entrar a componer las paráfrasis definidoras (con especial atención a los sustantivos que designan sentimientos/emociones). Sin embargo, hay que reconocer que erradicar la subjetividad en el ámbito de la elaboración de las paráfrasis definidoras sigue siendo un *desiderátum*. Ello se debe, al menos en parte, a que no existe un modelo de descripción del significado aplicable directamente a la lexicografía (HARRAS, 1991, p. 30; HERBST; KLOTZ, 2003, p. 33). En lo que concierne específicamente a la *FrameNet*, aunque está orientada lexicográficamente (STEINER, 2004), parece haberse concebido como un instrumento lexicográfico *per se*, que se puede utilizar en conjunto o, incluso, como alternativa a las obras lexicográficas “tradicionales”, y no como un posible material de apoyo lexicográfico (elaboración de obras lexicográficas) y/o metalexicográfico (elaboración de una teoría del diccionario). Por fin, hace falta señalar que la *FrameNet* es una herramienta en construcción –especialmente en lo que atañe a su adaptación a otras lenguas que no sean el inglés–; su aplicación (meta)lexicográfica seguramente conllevaría una serie de dificultades hasta cierto punto impredecibles.

## Consideraciones finales

Este estudio posee un carácter exploratorio y presenta el estadio inicial de las investigaciones acerca de la definición de sustantivos que designan sentimientos/emociones.

Hasta ahora lo único que se ha podido sacar en claro mediante el análisis de las definiciones de sentimientos/emociones en diccionarios de lengua es que: (a) el modelo tradicional no presenta una solución satisfactoria para la definición de esta clase de palabras; y (b) la incorporación de informaciones extralingüísticas en las paráfrasis definidoras –aunque necesaria– exige una sistematización. En relación con el segundo problema, nos preocupamos justamente por establecer una metodología que nos permita identificar los rasgos extralingüísticos pertinentes en la definición de sentimientos/emociones y, al mismo tiempo, proponer un patrón para su presentación en las paráfrasis. Tanto el metalenguaje semántico natural como la semántica de marcos ofrecen importantes contribuciones al establecimiento de esta metodología; sin embargo, cada uno de los modelos también presenta limitaciones que no permiten obtener resultados completamente exitosos.

## Referencias

ALBRECHT, J. Fünf Thesen zur Kognitiven Semantik. In: HOINKES, U.; DIETRICH, W. (Hrsg.). *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p. 19-39.

\_\_\_\_\_. El paradigma incompleto de E. Coseriu: Tarea pendiente para la tercera generación. *Odisea*, Almería, v. 3, p. 41-54, 2003.

ALGEMEEN NEDERLANDS WOORDENBOEK. Disponible en: <<http://anw.inl.nl/search>>. Acceso en el: 18 jun. 2015.

ALVAR EZQUERRA, M.; GILI GAYA, S. *Vox diccionario general ilustrado de la lengua española*. Barcelona: Bibliograf, 1997.

ATKINS, B. T. S.; RUNDELL, M. *The Oxford guide to practical lexicography*. Oxford: OUP, 2008.

BALDINGER, K. *Teoría semántica*. Hacia una semántica moderna. 2. ed. Madrid: Ediciones Alcalá, 1977.

BALLMER, T.; BRENNENSTUHL, W. An empirical approach to frame theory: verb thesaurus organization. In: EIKMEYER, H.-J.; RIESER, H.

(Eds.). *Words, worlds, and contexts: new approaches in word semantics*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1981. p. 297-319.

BOAS, H. C. Frame Semantics as a framework for describing polysemy and syntactic structures of English and German motion verbs in contrastive computational lexicography. In: RAYSON, P. *et al.* (Eds.). *Proceedings of corpus linguistics*. Lancaster: LU Press, 2001. p. 64-73.

\_\_\_\_\_. Bilingual FrameNet dictionaries for machine translation. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 3, 2002, Las Palmas. *Proceedings...* Las Palmas: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2002. p. 1364-1371. Disponible en: <<http://www.icsi.bekeryley.edu/pubs/ai/bilingualframenet02.pdf>>. Acceso el: 9 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Wie viel Wissen steckt in Wörterbüchern? Eine frame-semantische Perspektive. *Zeitschrift für angewandte Linguistik*, Mannheim, n. 58, p. 75-97, 2013. Disponible en: <<http://pub.ids-mannheim.de/extern/zfal/zfal2013-1.html>>. Acceso el: 18 jun. 2015.

BOSSE, T.; JONKER, C. M.; TREUR, J. Formalisation of Damasio's theory of emotion, feeling, and core consciousness. *Consciousness and Cognition*, Amsterdam, v. 17, n. 1, p. 94-113, 2008. Disponible en: <<http://www.few.vu.nl/~T.Bosse/papers/CC-damasio.pdf>>. Acceso el: 10 ago. 2015.

BUGUEÑO MIRANDA, F. Para uma taxonomia de paráfrases explanatórias. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 243-260, 2009.

BUGUEÑO MIRANDA, F.; FARIAS, V. S. Panorama crítico dos dicionários escolares brasileiros. *Lusorama*, Frankfurt am Main, v. 77/78, p. 29-78, 2009.

\_\_\_\_\_. Princípios para o desenvolvimento de uma teoria da definição lexicográfica. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 31-61, 2011a. Disponible en: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4167/3765>>. Acceso el: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre las palabras y su clasificación según su contenido. Los problemas para el lexicógrafo. *RFULL*, La Laguna, n. 29, p. 9-19, 2011b. Disponible en: <<http://publica.webs.ull.es/upload/REV%20FILOGIA/29-2011/01%20Bugue%C3%B1o%20Miranda%20y%20otra.pdf>>. Acceso el: 7 jun. 2015.



\_\_\_\_\_. Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. *Estudos da Lingua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 9, p. 36-69, 2011c. Disponível em:

<<http://cpelin.org/estudosdalinguagem/ojs/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/121/281>>. Acesso el: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Los subsidios de tres teorías semánticas para la generación de definiciones lexicográficas. *RFULL*, La Laguna, n. 31, p. 19-34, 2013a. Disponível em: <<http://publica.webs.ull.es/upload/REV%20FILOLOGIA/31-2013/Filolog%C3%ADa%2031-3013.pdf>>. Acesso el: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Teorías semánticas y definición lexicográfica. Análisis de las paráfrasis explicativas de los diccionarios generales de lengua española. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n. 32, v. 2, p. 183-225, 2013b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2013v2n32p183/25500>>. Acesso el: 1 jun. 2015.

CASARES, J. *Introducción a la lexicografía moderna*. 3. ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.

COSERIU, E. Tesis acerca del “significado”. *Lexis*, Lima, v. 22, n. 1, p. 83-86, 1998.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 2011.

EKMAN, P. Are the basic emotions? *Psychological Review*, Washington, v. 99, n. 3, p. 550-553, 1992.

FARIAS, V. S. Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios: Objetivos, metodologia e primeiros resultados da pesquisa. *Cadernos do IL (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 40, p. 45-65, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/24900>>. Acesso el: 15 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Aplicação da semântica das condições de verdade à redação das definições nos dicionários semasiológicos. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 181-204, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v12n1/a10v12n1>>. Acesso el: 17 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Sobre a definição lexicográfica e seus problemas*. Fundamentos para uma teoria geral dos mecanismos explanatórios em dicionários

semasiológicos. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Lexicografia e Terminologia) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponible en: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/90167/000913147.pdf?sequence=1>>. Acceso el: 17 jun. 2015.

FERREIRA, A. B. *et al.* *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009. 1 CD-ROM.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-137.

FILLMORE, C. J.; ATKINS, B. T. S. Starting where the dictionaries stop: The challenge of Corpus Lexicography. In: ATKINS, B. T. S.; ZAMPOLLI, A. (Eds.). *Computational Approaches to the Lexicon*. Oxford; New York: OUP, 1994. p. 349-393.

FILLMORE, C. J. *et al.* Background to FrameNet. *International Journal of Lexicography*, Oxford, v. 16, n. 3, p. 235-250, 2003.

FONTAINE, J. R. J. *et al.* The world of emotions is not two-dimensional. *Psychological Science*, v. 18, n. 12, p. 1050-1057, 2007.

FONTENELLE, T. WordNet, FrameNet and other semantic networks in the *International Journal of Lexicography* – The net result? *International Journal of Lexicography*, Oxford, v. 25, n. 4, p. 437-449, 2012.

FRIEDENBERG, J.; SILVERMAN, G. *Cognitive science*. An introduction to the study of mind. 2. ed. Los Angeles: SAGE, 2012.

GAO, J. Basic cognitive experiences and definitions in the *Longman Dictionary of Contemporary English*. *International Journal of Lexicography*, Oxford, v. 26, n. 1, p. 58-89, 2013.

GARCÍA MARQUEZ, G. La vaina de los diccionarios. *El País*, Madrid, 19 mayo 1982. Disponible en: <[http://elpais.com/diario/1982/05/19/opinion/390607204\\_850215.html](http://elpais.com/diario/1982/05/19/opinion/390607204_850215.html)>. Acceso el: 15 ago. 2015.

GEERAERTS, D. The lexicographical treatment of prototypical polysemy. In: TSOHATZIDIS, S. L. (Ed.). *Meanings and prototypes*. Studies in linguistic categorization. London; New York: Routledge, 1990. p. 195-210.

\_\_\_\_\_. The definitional practice of dictionaries and the Cognitive Semantic conception of polysemy. *Lexicographica*, Oxford, v. 17, p. 6-21, 2001.

\_\_\_\_\_. Meaning and definition. In: STERKENBURG, P. (Ed.). *A practical guide to Lexicography*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 83-93.

\_\_\_\_\_. Lexicography. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford; New York: OUP, 2007. p. 1160-1174.

\_\_\_\_\_. *Theories of lexical semantics*. New York: OUP, 2010.

GODDARD, C. *Semantic analysis*. A practical introduction. 2. ed. Oxford: OUP, 2010.

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía*. Madrid: Gredos, 1982.

HANKS, P. Definitions and Explanations. In: HARTMANN, R. R. K. (Ed.). *Lexicography*. Critical concepts. London; New York: Routledge, 2003. p. 191-206.

HARRAS, G. Zugänge zu Wortbedeutung. In: HARRAS, G. et al. (Hrsgn.). *Wortbedeutung und ihre Darstellung im Wörterbuch*. Band 3. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1991. p. 3-96.

HERBST, T.; KLOTZ, M. *Lexikografie*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2003.

HORNBY, A. S. *Oxford Advanced Learner's Dictionary*. 7. ed. Oxford: OUP, 2005.

HOUAISS, A. et al. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

INSTITUT FÜR DEUTSCHE SPRACHE. *Online Wortschatz-Informationssystem Deutsch*. Disponible en: <[http://www.owid.de/lexiko\\_/index.html](http://www.owid.de/lexiko_/index.html)>. Acceso el: 18 jun. 2013.

ISTITUTO DELLA ENCICLOPEDIA ITALIANA. *Vocabolario Treccani della lingua italiana*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1998. Disponible en: <[www.treccani.it/vocabolario/](http://www.treccani.it/vocabolario/)>. Acceso el: 18 jun. 2015.

JÄGER, L.; PLUM, S. Probleme der Beschreibung von Gefühlswörtern im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. et al. (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie*. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 849-855.

KAILUWEIT, R. Grammatica e semantica dei verbi di sentimento. Un'analisi basata sulla *Role and Reference Grammar*. In: BURR, E. (Ed.). *Tradizione e Innovazione. Dall'italiano, lingua storica e funzionale, alle altre lingue*. Firenze: Franco Cesati, 2009. p. 265-280.

KAMMERER, M. Zur framebasierten lexikographischen Bedeutungsbeschreibung von substantivischen Lemmazeichen. *Lexicographica*, Oxford, v. 15, p. 229-263, 1999.

KILGARRIFF, A. I don't believe in word senses. *Computers and the Humanities*, Oxford, v. 31, p. 91-113, 1997.

\_\_\_\_\_. Word senses. In: AGIRRE, E.; EDMONDS, P. (Eds.). *Word sense disambiguation: algorithms and applications*. Dordrecht, T.N.: Springer, 2007. p. 29-46.

KLEIBER, G. *La sémantique du prototype. Catégories et sens lexical*. 2. ed. Paris: PUF, 2004.

KLOSA, A. et al. *Benutzerwünsche und Meinungen zu einer optimierten Wörterbuchpräsentation – Ergebnisse einer Onlinebefragung zu elexiko*. Mannheim: Institut für deutsche Sprache/Online publizierte Arbeiten zur Linguistik, 2011. Disponibile en: <<http://pub.ids-mannheim.de/laufend/opal/pdf/opal2011-3.pdf>>. Accesso el: 1 nov. 2013.

KOEVA, S. Lexicon and Grammar in Bulgarian FrameNet. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 7, 2010, Valletta. *Proceedings...* Valletta: European Language Resources Association, 2012. p. 324-330 Disponibile en: <[http://hnk.ffzg.hr/bibl/lrec2010/pdf/705\\_Paper.pdf](http://hnk.ffzg.hr/bibl/lrec2010/pdf/705_Paper.pdf)>. Accesso el: 24 jun. 2013.

KÖVECSES, Z. The conceptual structure of happiness. In: TISSARI, H. et al. (Eds.). *Hapinnes: cognition, experience, language. Studies across Disciplines in the Humanities and Social Sciences*. Helsinki: Helsinki Collegium for Advanced Studies, 2008. p. 131-143. Disponibile en: <[http://www.helsinki.fi/collegium/e-series/volumes/volume\\_3/09\\_Kovecses\\_2008\\_3.pdf](http://www.helsinki.fi/collegium/e-series/volumes/volume_3/09_Kovecses_2008_3.pdf)>. Accesso el: 6 nov. 2013.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago; London: The University of Chicago, 1990.

LARA, L. F. *Teoría del diccionario monolingüe*. México, D.F.: El Colegio de México, 1996.

LINDQUIST, K. A. *et al.* Language and the perception of emotion. *Emotion*, Boston, v. 6, n. 1, p. 125-138, 2006.

LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française* (en ligne). 1863-1877. Disponible en: <[www.littre.reverso.net/dictionnaire-francais/](http://www.littre.reverso.net/dictionnaire-francais/)>. Acceso el: 18 jun. 2015.

MARTÍNEZ DE SOUZA, J. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.

MÉVEL, J.-P.; GAILLARD, B. (Dir.). *Dictionnaire Hachette*. Paris: Hachette, 2012.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MOERDIJK, F. Frames and semagrams. Meaning description in the general Dutch dictionary. In: EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 13, 2008, Barcelona. *Proceedings...* Barcelona: Universitat Pompeu Fabra/Documenta Universitaria, 2008. p. 561-569. Disponible en: <[http://www.euralex.org/elx\\_proceedings/Euralex2008/042\\_Euralex\\_2008\\_Fons%20Moerdijk\\_Frames%20and%20Semagrams\\_Meaning%20Description%20in%20the%20General%20Dutch%20Dictionary.pdf](http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2008/042_Euralex_2008_Fons%20Moerdijk_Frames%20and%20Semagrams_Meaning%20Description%20in%20the%20General%20Dutch%20Dictionary.pdf)>. Acceso el: 27 mayo 2013.

MOERDIJK, F. *et al.* Accessing the ANW dictionary. In: WORKSHOP ON COGNITIVE ASPECTS ON THE LEXICON (COGALEX), 1, 2008, Manchester. *Proceedings...* Manchester: Association for Computational Linguistics, 2008. p. 18-24. Disponible en: <<http://www.aclweb.org/anthology/W/W08/W08-19.pdf>>. Acceso el: 1 nov. 2013.

MOERDIJK, F. *et al.* *Algemeen Nederlands Woordenboek*. Disponible en: <<http://anw.inl.nl/search>>. Acceso el: 18 jun. 2015.

MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 2001. 1 CD-ROM.

MÜLLER-SPITZER, C.; MÖHRS, C. First ideas of users-adapted views of lexicographic data exemplified on OWID and *ellexiko*. In: WORKSHOP ON COGNITIVE ASPECTS ON THE LEXICON (COGALEX), 1, 2008, Manchester. *Proceedings...* Manchester: Association for Computational Linguistics, 2008. p. 39-46. Disponible en: <<http://www.aclweb.org/anthology/W/W08/W08-19.pdf>>. Acceso el: 1 nov. 2013.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning*. 8. ed. New York; London: Routledge, 1956.

OHARA, K. H. Semantic annotations in Japanese FrameNet: Comparing Frames in Japanese and English. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 8, 2012, Istambul. *Proceedings...* Istambul: European Language Resources Association, 2012. p. 1559-1562. Disponível em: <[http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2012/pdf/1053\\_Paper.pdf](http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2012/pdf/1053_Paper.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

OLIVEIRA, A. F. S.; BUGUEÑO MIRANDA, F. V.; SIQUEIRA, M. O tratamento da polissemia e da homonímia nos *learner's dictionaries*: subsídios da semântica cognitiva para a disposição das acepções. *Alfa*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 163-197, 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4638/4545>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

OSTERMANN, C. Cognitive lexicography of emotions terms. In: FJELD, R. V.; TORJUSEN, J.M. (Eds.). EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 15, 2012, Oslo. *Proceedings...* Oslo: University of Oslo, 2012. p. 493-501 Disponível em: <[http://www.euralex.org/proceedings-toc/euralex\\_2012](http://www.euralex.org/proceedings-toc/euralex_2012)>. Acesso em: 24 maio 2013.

PATOTA, G. *Il Garzantino della Lingua Italiana*. Lavis: Garzanti Linguistica, 2012.

PLUM, S. Gefühlswörter im Wörterbuch. Überlegungen zur lexikographischen Bedeutungserläuterung des emotionalen Wortschatzes. In: MEDER, G.; DÖRNER, A. (Hrsgn.). *Worte, Wörter, Wörterbücher*. Lexikographische Beiträge zum Essener Linguistischen Kolloquium. Tübingen: Max Niemeyer, 1992. p. 169-182.

PORTO DAPENA, J. A. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco, 2002.

POTTIER, B. A definição semântica nos dicionários. Tradução de Maria Angela Botelho Pereira. In: LOBATO, L. M. P. (Ed.). *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 21-31.

PRIETO, S. Inclusión de los papeles semánticos de FrameNet en DiCE. In: EURALEX INTERNATIONAL CONGRESS, 13, 2008, Barcelona. *Proceedings...* Barcelona: Universitat Pompeu Fabra/ Documenta Universitaria, 2008. p. 1393-1399. Disponível em: <[http://www.euralex.org/elx\\_proceedings/Euralex2008/144\\_Euralex\\_2008](http://www.euralex.org/elx_proceedings/Euralex2008/144_Euralex_2008)>

Sabela%20Prieto%20Gonzalez\_Inclusion%20de%20los%20papeles%20semanticos%20de%20FrameNet%20en%20DiCE.pdf>. Acceso el: 24 mayo 2013.

PUTNAM, H. La sémantique est-elle possible? In: CHAURAND, J.; MAZIÈRE, F. (Eds.). *La définition*. Paris: Larousse, 1990. p. 292-304.

RAE. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 2001. Disponible en: <[www.rae.es](http://www.rae.es)>. Acceso el: 18 jun. 2015.

REY, A. *Le lexique: images et modèles du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Armand Colin, 1977.

REY-DEBOVE, J. La définition lexicographique: recherches sur l'équation sémique. *Cahiers de Lexicologie*, Cergy-Pontoise, v. 8, n. 1, p. 71-94, 1966.

\_\_\_\_\_. Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains. Paris: Mouton, 1971.

ROBERT, P. *Le Nouveau Petit Robert: Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Le Robert, 2001.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Eds.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27-48.

RUNDELL, M. More than one way to skin a cat: Why full-sentence definitions have not been universally adopted. In: FONTENELLE, T. (Ed.). *Practical lexicography: a reader*. Oxford: OUP, 2008. p. 197-209.

SALOMÃO, M. M. M. FrameNet Brasil: um trabalho em progresso. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 171-182, 2009. Disponible en: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4870>>. Acceso el: 3 nov. 2013.

SECO, M. *Estudios de lexicografía española*. 2. ed. Madrid: Gredos, 2003.

SECO, M. *et al. Diccionario del español actual*. 2. ed. Madrid: Santillana, 2011.

SINCLAIR, J. (Ed.). *Collins COBUILD advanced learner's dictionary*. Glasgow: HarperCollins, 2003. 1 CD-ROM.

STEINER, P. FrameNet und WordNet. Perspektiven für die Verknüpfung zweier lexikalisch-semantischer Netze. *LDV-Forum*, Trier, v. 19, n.

1/2, p. 143-154, 2004. Disponible en: <[http://www.jlcl.org/2004\\_Doppelheft/143-154\\_Steiner.pdf](http://www.jlcl.org/2004_Doppelheft/143-154_Steiner.pdf)>. Acceso el: 9 nov. 2012.

ULLMANN, S. *Semantics*. An introduction to the science of meaning. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

WEGNER, I. Lexikographische Definition und Frame-Theorie im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. *et al.* (Hrsgn.). *Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires*. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band I. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 893-899.

WIEGAND, H. E. Die lexikographische Definition im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J. *et al.* (Hrsgn.). *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires*. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989. p. 530-573.

WIERZBICKA, A. *Lexicography and conceptual analysis*. Ann Arbor, MI: Karoma, 1985.

\_\_\_\_\_. *Semantics, culture, and cognition: Universal human concepts in culture-specific configurations*. New York; Oxford: OUP, 1992a.

\_\_\_\_\_. Defining emotion concepts. *Cognitive Science*, Austin, v. 16, p. 539-581, 1992b.

\_\_\_\_\_. *Emotions across languages and cultures*. Cambridge: CUP, 1999.

WOTJAK, G. Bedeutung und Kognition. Überlegungen im Spannungsfeld zwischen lexikalischer und kognitiver Semantik. In: HOINKES, U.; DIETRICH, W. (Hrsgn.). *Kaleidoskop der lexikalischen Semantik*. Tübingen: Narr, 1997. p. 31-59.

ZINGARELLI, N. *Vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 2011.



## **Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia**

### *Toponymic taxonomies and relations with Terminology*

Renato Rodrigues Pereira<sup>1</sup>

Unesp

astrolabiorrp30@gmail.com

Odair Luiz Nadin

Unesp

odairnadin@fclar.unesp.br

**Resumo:** Neste artigo, analisam-se as taxionomias toponímicas de Dick (1992) enquanto unidades terminológicas de uma área do conhecimento, dos pontos de vista linguístico (estrutura formal e semântica) e funcional, ambos numa perspectiva descritiva com foco nas seguintes taxés de natureza antropocultural: axiotopônimos e hierotopônimos, como forma de recuperar a essência motivadora de cada uma delas e, com isso, apresentar algumas reflexões e uma proposta de nova taxé que possa dar conta da motivação de alguns topônimos que por vezes não são classificados de forma clara e objetiva. Consideramos as taxionomias como termos da Toponímia. Para tanto, orientamo-nos, sobretudo, pelos princípios teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999) e da Toponímia (DICK, 1992).

**Palavras-chave:** Terminologia; Taxionomias toponímicas; Léxico.

---

<sup>1</sup>Bolsista de doutorado do CNPq.

**Abstract:** In this article, we analyze the toponymic taxonomies of Dick (1992) as terminological units of a field of knowledge, from linguistic (formal and semantic structure) and functional points of view, both under a descriptive perspective, focusing on the following antropocultural taxes: *axiotoponymies* and *hierotopoymies*, as a way to recover the motivation essence of each of them and, therefore, present some reflections and a proposal for a new tax that can comprehend the motivation of some toponyms that sometimes are not classified clearly or objectively. We consider taxonomies as terms of Toponymy. For that reason, we are guided especially by theoretical and methodological principles of the Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999) and Toponymy (DICK, 1992).

**Keywords:** Terminology; Toponymical taxonomies; Lexicon.

Recebido em 03 de setembro de 2015.

Aprovado 29 de fevereiro de 2016.

## Introdução

Temos, neste texto, o objetivo de apresentar uma análise das taxionomias toponímicas de Dick (1992) enquanto unidades terminológicas (UTs) de uma área de conhecimento. Para isso, fundamentamos as discussões em dois pilares teóricos: a Terminologia (CABRÉ, 1999) e a Toponímia (DICK, 1992).

O primeiro “ pilar teórico ” que sustenta as discussões aqui apresentadas é, como dito, a Terminologia, sobretudo em sua vertente comunicativa. A Terminologia é uma área do conhecimento em destaque na sociedade moderna principalmente em virtude dos avanços tecnológicos e científicos e da intensificação das comunicações internacionais. Os trabalhos terminológicos têm considerado diversas possibilidades de estudos de unidades léxicas especializadas (ULE) nas mais diversas áreas das ciências e das técnicas. A partir de uma perspectiva formal, funcional e semântica (CABRÉ, 1999, p. 82), esses trabalhos procuram descrever e analisar o funcionamento de unidades léxicas em uso, como termos de uma dada área, assim como propor, quando necessário e solicitado por órgãos de padronização e normalização (ISO, ABNT etc.), unidades que

possam ser terminológicas, a depender das necessidades, por exemplo, de denominação de novos conceitos.

Desde a década de 1930, os estudos terminológicos têm passado por transformações que possibilitaram a essa área de conhecimento adquirir o status de ciência, com metodologia e objeto de estudo próprios. Tais estudos tinham como objetivo principal estabelecer um modelo normalizador da Terminologia.

Barros (2004, p. 35-37) descreve as diferentes fases pelas quais passaram os estudos terminológicos até sua consolidação como ciência. Para a autora, de 1930 a 1960, período em que se deu origem aos estudos terminológicos, encontra-se uma ciência de caráter sistemático, de perspectiva prescritiva, em que as terminologias deveriam ser vistas como homogêneas enquanto língua de especialidade, não fazendo parte da língua natural ou geral. É nesse contexto que surge, então, a Teoria Geral da Terminologia (TGT), a partir da tese de doutorado de Eugen Bernhard Casper Wüster. Ainda segundo Barros, os anos seguintes – 1960-1975 – caracterizaram-se como o período de desenvolvimento dessa área, sobretudo em virtude do advento da informática, promovendo, entre outras coisas, o surgimento dos primeiros bancos de dados terminológicos mono, bi ou multilíngues. Nessa fase, a “terminologia adquire dimensões internacionais e a abordagem normativa das línguas e das terminologias desenvolve-se de modo expressivo” (BARROS, 2004, p. 35).

Ainda segundo a autora, nos anos seguintes, especialmente até meados dos anos 1980, houve questões relacionadas a planejamentos linguísticos e popularização da informática que contribuíram para o fortalecimento da Terminologia enquanto ciência e de sua expansão territorial.

Nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, muitos pesquisadores (Gaudin, Gambier, Cabré, Temmerman, entre outros) começaram a questionar alguns pressupostos da TGT e se dedicaram à análise dessa teoria a fim de propor novos caminhos para os estudos terminológicos (SILVA, 2008, p. 70). Para o autor, esses pesquisadores rejeitaram a posição prescritiva da Terminologia defendida até então e, a partir de pontos de vista mais linguísticos, propuseram outras alternativas de caráter descritivo para os estudos terminológicos, sob enfoques variacionistas, comunicativos e cognitivos. Surgem, assim, diferentes teorias, como a Socioterminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e a Teoria Sociocognitiva da Terminologia.

O segundo “ pilar teórico”, a Toponímia, por sua vez, tem como objetivo analisar os nomes de lugares em geral, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos. Para este último aspecto, faz-se necessário recorrer a outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Antropologia e a Dialetoлогия, por exemplo, com a intenção de descobrir a motivação dos topônimos. Nesse contexto, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, toponimista brasileira que desde 1980 tem se debruçado em pesquisas relacionadas aos nomes de lugares, propôs um modelo de taxionomias toponímicas que pudesse, por meio da análise da estrutura formal do topônimo, evidenciar sua motivação. Essas taxionomias têm orientado os estudos da Toponímia no Brasil, pois foram concebidas com base na realidade brasileira, conforme Isquierdo (1996, p. 115).

Por se tratar de uma terminologia da Toponímia, propomo-nos a analisar o modelo taxionômico de classificação dos topônimos de Dick (1992) à luz dos princípios teórico-terminológicos da TCT, sobretudo no tocante à análise funcional, formal e semântica das UTs (CABRÉ, 1999, p. 82). Inicialmente, teceremos algumas considerações sobre Terminologia, com especial atenção aos princípios da TCT e, em seguida, apresentaremos as taxionomias de Dick (1992) para, então, desenvolver nossa análise e discussão sobre os axiotopônimos e os hierotopônimos e desenvolver uma proposta de classificação taxionômica.

## **Terminologia: definição e abordagens**

Muitos foram os motivos que levaram o homem a criar termos. Os primeiros surgiram da necessidade de nomear objetos e situações de áreas, como a Agricultura, o Comércio, a Medicina e a Botânica.

Com a Revolução Industrial europeia nos séculos XVIII e XIX, transformações radicais impuseram à comunidade uma situação de mudança de postura ante a necessidade de comunicações inequívocas devido ao grande número de novas máquinas, atividades diferentes daquelas de subsistência que até então existiam e meio de comunicação impresso que carecia de uma linguagem até certo ponto mais homogênea para que as comunicações sobre *o novo* não se tornassem ambíguas e equivocadas.

Devido a essas mudanças socioeconômicas e também políticas, novos termos foram criados. De acordo com Barros (2004, p. 26), “a cada nova invenção, a cada nova situação, atividade, produto, serviço, reivindicação, lei etc., surgiram novos termos correspondentes”. Essa

necessidade linguística imposta pelos acontecimentos históricos daquele momento gerou, conseqüentemente, novas exigências de comunicação, sobretudo escrita, tornando inevitável a constituição de uma “língua padrão” que, segundo Corbeil (1984, *apud* Barros, 2004, p. 27), conduziu

a um importante trabalho de descrição linguística, de codificação da língua, de normalização das terminologias, de elaboração e de difusão de obras de referência em forma de gramática, de dicionários, de léxicos ou de manuais de todo tipo, desde manuais de pronúncia até manuais de dificuldades ortográficas.

Nesse contexto, surgem na Europa os primeiros trabalhos que estabeleceram a Terminologia como uma disciplina, cujos principais estudiosos foram Lotte (1889-1950), da Escola Soviética de Terminologia, e o engenheiro austríaco Wüster (1898-1977), fundador da Escola de Viena. Estudos sobre as origens e o desenvolvimento da Terminologia como ciência evidenciam que esses autores são os precursores da disciplina. Entretanto, foi a partir da tese de doutorado de Wüster, intitulada *A normalização internacional da terminologia* (1931), que se apresenta a sistematização de dada terminologia. Seu trabalho deu origem, mais tarde, à TGT.

A TGT tem como uma de suas principais características “a atenção da disciplina nos conceitos, e orienta os trabalhos terminológicos para a normalização de termos e noções” (CABRÉ, 1999, p. 73). A abordagem prescritiva de Wüster desconsidera questões de sinonímia, homonímia, polissemia ou qualquer tipo de variação para assegurar a univocidade da comunicação profissional. Essa visão prescritiva da TGT foi um dos pontos mais questionados nos anos 1990.

Podemos apresentar de forma resumida as características fundamentais da TGT em oito pontos expostos por Cabré (1999, p. 111) quando assinala que: i) a terminologia é concebida como uma “matéria autônoma” e se defende como um “campo de intersecção” constituído pelas “ciências das coisas”, e por outras disciplinas como a “linguística”, a “lógica”, a “ontologia” e a “informática”; ii) a teoria tem como objeto de estudo os termos técnico-científicos, entendidos como unidades específicas de um âmbito de especialidade, de uso circunscrito a este âmbito; iii) os termos se definem como unidades semióticas compostas

de conceito e denominação, cuja identidade só se justifica em um campo de especialidade; iv) os termos são analisados a partir do conceito que representam e, por isso, assume-se que o conceito precede a denominação. Essa é a característica que justifica a orientação onomasiológica dos estudos da TGT; v) os conceitos de um mesmo âmbito especializado mantêm entre si relações de diferentes tipos. O conjunto destas relações entre os conceitos constitui a “estrutura conceitual” de uma matéria; vi) o valor de um termo se estabelece pelo lugar que ocupa na estrutura conceitual de uma matéria; vii) o objetivo do estudo dos termos é a normalização conceitual e denominativa, monolíngue, no caso da comunicação profissional nacional, ou plurilíngue, no caso da comunicação internacional; viii) a finalidade aplicada da normalização terminológica é garantir a precisão e univocidade da comunicação estritamente profissional mediante o uso dos termos normalizados.

Em suma, vale ressaltar a importância de Wüster e da TGT para os estudos terminológicos, pois foi a partir dos postulados desse estudioso que a Terminologia se estabeleceu como um campo de investigação autônomo, com fundamentos teórico-metodológicos próprios.

Entretanto, com o desenvolvimento dos estudos terminológicos, pesquisadores começaram a questionar a real funcionalidade dos pressupostos propostos por Wüster, de forma que as investigações na área evidenciaram novos caminhos que poderiam ser seguidos e que considerariam também a comunicação especializada, ao passo que é nela – comunicação – que os termos se realizam (CABRÉ, 1999).

De acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 34), “de modo geral, as novas proposições criticam os limites de alcance da TGT que, por seu caráter prescritivo, conduzem ao apagamento dos aspectos comunicativos e pragmáticos que também envolvem o léxico temático”.

Da visão proposta por Wüster e seus discípulos, cuja defesa principal centrava-se na normalização e na monorreferencialidade dos termos, à visão sociocognitiva da terminologia proposta por Temmerman (2000), construíram-se postulados que passam pelo uso social da língua, pelas teorias da comunicação e por abordagens cognitivas. Assim, criaram-se novas perspectivas para os estudos terminológicos: a social, a cognitiva e a comunicativa que privilegiam a comunicação em

detrimento da normalização e propõem enfoques variacionistas, cognitivos e comunicativos para a Terminologia. (SILVA, 2008, p. 70).

Enquanto a TGT considera que os termos de uma determinada área técnica ou científica só pertencem a ela, não sendo permitida variação de nenhum tipo ou grau, por isso a expressão “língua de especialidade” para se referir ao conjunto desses termos em uma dada área, nos estudos posteriores de vertentes variacionistas e comunicativas, como os da TCT, os termos são entendidos como unidades léxicas pertencentes às línguas naturais que se realizam como termos no uso, ou seja, estão numa situação de ressignificação. Assim, questões como variação, sinonímia e homonímia passam a ser também objetos de descrição e análise nos estudos terminológicos contemporâneos.

A TCT, proposta por Cabré (1999), defende, entre outros aspectos, que uma unidade léxica de qualquer língua natural assume valor de termo em decorrência de seu uso em um dado contexto especializado, ou seja, um termo, segundo a autora, *a priori* não pertence a uma área específica, mas se realiza nessa área.

A TCT tem como princípio a visão linguística sobre a Terminologia, em que o termo é visto como integrante de um determinado âmbito, sem perder as características próprias de qualquer unidade do sistema linguístico das línguas naturais. Nessa linha epistemológica, o termo é considerado um signo linguístico em funcionamento numa situação de comunicação em determinada área de especialidade e, por ser um signo da língua natural, passa por todos os fenômenos pelos quais passa qualquer unidade léxica da língua, entre os quais destacamos a polissemia, a sinonímia, a homonímia e a variação, seja denominativa ou conceitual.

De acordo com Cabré (1999, p. 122-124), um trabalho terminológico que se ocupa das orientações teórico-metodológicas da TCT precisa refletir em sua prática os seguintes pressupostos: i) trata-se de um campo interdisciplinar construído com base nos suportes epistemológicos da *teoria do conhecimento*, da *teoria da comunicação* e da *teoria da linguagem*; ii) o objeto de estudo desta teoria são as UTs que fazem parte de uma língua natural e da gramática dessa língua; iii) os termos são unidades léxicas ativadas por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação, ou seja, ao contexto de

especialidade; iv) o significado de um termo nunca é absoluto, e sim relativo, segundo cada âmbito e situação de uso, significando que há uma simultaneidade de valores entre denominação e significado, a depender do contexto pragmático; v) os conceitos de uma área de especialidade mantêm relações de diferentes tipos, constituindo a estrutura conceitual de uma especialidade; vi) os termos não pertencem a uma única área de especialidade, uma vez que são usados em áreas específicas com um valor singular. Logo, o valor de um termo se estabelece pelo lugar que ele ocupa na estruturação conceitual de uma área; vii) o objetivo primeiro da Terminologia teórica é descrever as unidades léxicas, levando em consideração os aspectos formais, funcionais e semânticos que caracterizam as unidades léxicas de uma língua natural em termos de uma determinada área de especialidade; viii) em decorrência da dupla função dos termos – a representação do conhecimento especializado e sua transferência, ainda que em graus e modos distintos, assim como situações também diversas –, a compilação e análise das UTs permitem muitas aplicações.

É importante ressaltar que determinadas áreas do conhecimento, como a Toponímia, a Química, a Botânica e a Anatomia, possuem termos muito específicos que dificilmente migrariam (não é impossível que ocorra) para outras áreas ou para o uso comum da língua. Isso, no entanto, não faz deles elementos de uma “língua artificial”, mas parte da língua natural em uso em contextos específicos. Na seção seguinte apresentamos alguns modelos de classificação de topônimos, com ênfase para as taxionomias de Dick (1992), cujas taxes são entendidas aqui como termos da Toponímia e resultam em nosso objeto de estudo.

## **Modelos de classificação de topônimos e taxionomias toponímicas: algumas considerações**

Em decorrência da necessidade de uma sistematização dos estudos toponímicos, surgiram modelos de classificação e taxionomias de topônimos elaborados por diferentes estudiosos do assunto e em diferentes fases da história da disciplina para recuperar a motivação da origem dos topônimos.

Não é demais lembrar que a Toponímia é uma disciplina vinculada às ciências do léxico – Lexicologia, Lexicografia e Terminologia – que tem exigido dos pesquisadores a formulação de modelos específicos de



taxionomias para o estudo do topônimo. A essas taxionomias, dado o caráter terminológico de nossa pesquisa, denominamos de *Terminologia taxionômico-toponímica* (TTT). Assim, consideramos as taxionomias como termos da Toponímia.

Discutimos, neste tópico do trabalho, alguns modelos taxionômicos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros que “permitem interpretar os nomes de lugares com maior segurança do ponto de vista semântico” (DICK, 1999, p. 142). Entre eles, situam-se Albert Dauzat, Ivo Xavier Fernandes, José Leite de Vasconcellos, Everardo Backheuser, George Stewart, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick e Salazar-Quijada.

Dauzat (1926, p. 23-33), por exemplo, incluiu os topônimos franceses em dois campos de influências – o da Geografia física e o da Geografia humana. Dick (1999, p. 140), ao tratar de questões terminológicas, esclarece que na proposta de Dauzat

as repartições no interior de cada um dos blocos referiam-se a ocorrências ou a recortes espaciais identificados pelos paradigmas hidrográficos ou geomorfológicos (ex. Montblanc) e pelos empreendimentos antrópicos relativos à sedentarização do homem no terreno, à ocupação do solo, à construção das vilas e cidades, de acordo com as camadas étnicas constitutivas do povo francês (ex. Rochefort; Villeneuve).

Dauzat dividiu o mecanismo de nomeação em séries lógicas e em categorias históricas, estabelecendo um método de investigação toponímica. Assim, ao estudar os topônimos a partir desses dois ângulos, o pesquisador dá uma atenção especial às investigações, classificando-os segundo a ordem histórica de suas formações. Nesse sentido, focalizou a questão da denominação geográfica do ponto de vista da formação externa e dos sentidos intrínsecos ao nome. No que se refere à formação externa, o ato denominativo pode ser espontâneo – configurando-se como uma obra mais ou menos inconsciente do grupo, ou seja, aparentemente sem motivação – e também sistemático – quando resultante de atos refletidos de uma autoridade, de um fundador da cidade, de um proprietário. Já os sentidos intrínsecos englobam as denominações cujos nomes são emprestados da própria Geografia física, como no caso do córrego

*Buriti* (MS) – referência às palmeiras com essa nomenclatura na região –, do rio *Brilhante* (MS) – característica da água límpida e cristalina do rio – ou de nomes de pessoas ilustres como fundadores ou proprietários, a exemplo do córrego *Chico Borges* (GO) – proprietário de fazenda próximo ao acidente geográfico –, ou, ainda, as que têm origem nos diversos caracteres abstratos ou de ordem histórica, como em córrego da *Bandeira* (GO).

Vasconcellos (1931, p. 139), por sua vez, ao estudar os nomes de lugares de Portugal, propôs uma classificação dos nomes geográficos divididos em três seções – nomes de lugar classificados por línguas, modos de formação toponímica e categorias de nomes segundo as causas que os originaram. As investigações de Vasconcellos referentes ao campo etnodialetológico dos nomes geográficos de Portugal levaram-no a concluir que a presença de várias línguas na toponímia local como a pré-romana, a romana, a germânica e a portuguesa, propriamente dita, pode ser explicada pelas fases de dominação da região pelos falantes dessas línguas e, por fim, pela formação e pela consolidação da própria língua materna, a portuguesa. Com relação ao modo de formação toponímica, as investigações estão relacionadas aos estudos gramaticais do sintagma nominativo. Já as categorias classificatórias dos nomes de lugares se relacionam às causas que lhes deram origem, como a flora, a fauna, a natureza do solo, a história, a religião.

Os estudos de Dauzat (1926) e de Vasconcellos (1931) enfatizaram que os nomes geográficos recuperavam características naturais do meio ambiente em que se encontravam inscritos, bem como os aspectos socioculturais presentes na designação geográfica, e postularam, também, a importância de estudos históricos e etimológicos do topônimo.

Xavier Fernandes (1941), em seu estudo *Topônimos e gentílicos*, nos apresenta um trabalho cujos topônimos são classificados conforme uma das “fontes toponímicas”, como o autor mesmo ressalta, ou seja, de acordo com uma das diferentes subáreas da *Onomatologia*. Tais fontes são, pois, as diferentes “partes” da *Onomatologia*. Segundo o autor, a Toponímia como uma dessas partes, “tem por objeto o estudo dos nomes de lugares, terras ou regiões” (XAVIER FERNANDES, 1941, p. 9). Outros exemplos dessas áreas demonstradas pelo pesquisador são as seguintes:

**Antropónimos** são todos os nomes de homem ou mulher, incluindo-lhes, é claro, os apelidos e sobrenomes, com

vida independente ou sem ela, como **Júnior, sênior, etc. Astrónimos**, são assim genericamente designados os nomes de astros em geral, sejam estrelas, planetas, cometas ou mesmo constelações **Sol, Lua, Sírio, Cassiopeia, etc.**). **Axiónimos** são todas as palavras ou locuções, com que se indicam tratamentos, dignidades com mais ou menos reverência, como **Dom, Doutor, São ou Santo, Senhor, Vossa Eminência, Vossa Excelência, Vossa Alteza, Reverendíssimo, Sereníssimo, etc.**, vendo-se, por estes dois últimos e por outros idênticos, que também são considerados axiônimos certos qualificativos de forma adjetiva. **Bibliónimos** são os nomes de livros de reputação universal, como **Bíblia, Alcorão, Talmude, Lusíadas, Eneida, Ilíada, Divina Comédia, etc.** **Cronónimos** são os nomes de qualquer calendário, de eras históricas, de épocas, etc., como **Janeiro, Hégira, Seiscentos** (o mesmo que século XVII) e muitos outros. **Etnónimos** são os nomes de castas, raças, tribos ou povos e ainda os de comunidades tanto políticas como religiosas, desde que possam ser tomadas em sentido étnico (**Brasileiros, Portugueses, Israelitas, Judeus, Tugues, etc.**). **Heortónimos** são todos os nomes com que se designam festas populares e consagradas, como **Carnaval, Lupercais, Bacanais, Olimpíadas, etc.** **Hierónimos** são os nomes considerados sagrados em qualquer das religiões cristã, hebraica e maometana (**Conceição, Natividade, Ressureição, Jesus-Cristo, Jeová, Alá, etc.**). **Mitónimos** são os nomes de seres fabulosos ou mitológicos, sejam designativos de entidades, de lugares ou de animais, como **Minerva, Vénus, Baco, Marte, Cérbero, Deméter, Hades, etc.** **Potamónimos** são os nomes de quaisquer rios, como **Douro, Guadiana, Tejo, Amazonas, Pó, Zaire, etc.** **Prosónimos** são os cognomes ou ápodos em geral (**Africano, Conquistador, Lavrador, Sem-Pavor, etc.**). **Teónimos** são os nomes de seres propriamente divinos, como Deus, Padre-Eterno, Santíssima-Trindade, etc. (XAVIER FERNANDES, 1941, p. 11-12, grifos do autor)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Sobre as diferentes partes da *Onomatologia* apresentadas por Xavier Fernandes (1954), cf. p. 13.

Destacamos, nesse contexto, a análise que Xavier Fernandes faz sobre as fontes de toponímia como forma de apresentarmos uma visualização da classificação que o pesquisador fez dos nomes de lugares. Para o autor, “uma das fontes da *Toponímia* tem sido a *Antroponímia*” (XAVIER FERNANDES, 1941, p. 14). Tanto em Portugal como em outros países, são numerosíssimos os topônimos formados por nomes de pessoas e são também em grande número os nomes de pessoas usados como topônimos<sup>3</sup>.

Já Backheuser (1952) classificou os topônimos a partir de categorias gramaticais, como substantivo comum, substantivo abstrato e adjetivos, e de três figuras de retórica – a antonomásia, o pleonasma e a metáfora – nas formações toponomásticas brasileiras.

Na categoria “substantivo comum”, o autor distingue os topônimos de acordo com critérios geográficos: “oriundos de acidentes de geografia física” e “topônimos oriundos de ocorrências de geografia humana”. Já os substantivos próprios aparecem nas designações de lugares em duas situações, a saber: pelos nomes de pessoas e pela *autolatrina* e *oportunismo* (*Ibid.*, p. 186).

Já os adjetivos – descritivos, metafóricos e eruditos –, segundo o autor, são mais abundantes nos acidentes físicos, utilizados para caracterizá-los em termos de tamanho, de forma e de cor (*Ibid.*, p. 188-189).

---

<sup>3</sup>Vale ressaltar alguns dados apresentados pelo autor, a saber: “**América**, do nome de Américo Vespúcio, navegador florentino, que em fins do século XV explorou a costa de Venezuela.; **Atónio Enes**, na costa de Moçambique.; **Artur-de-Paiva**, nome dado ao posto administrativo de Cassinga, no distrito de hiíla, província de Angola.; **Astrida**, capital do Ruanda, a oriente do Congo belga, na antiga África Oriental Alemã, tirado do nome da rainha da Bélgica, Astrid, que foi esposa de Leopoldo III e que morreu em 29 de Agosto de 1935, vítima dum desastre de automóvel, na Suíça.; **Baltimore**, tirado do nome de *lord* Baltimore, chefe duma colónia de católicos ingleses, que no século XVII fundou a cidade do mesmo nome, a oriente dos Estados-Unidos da América (há também a cidade de **Baltimore** ao sul da Irlanda); **Bolívia**, república sul-americana, nome de Simão Bolivar, campeão da independência local, obtida em 1825.; **Botalândia**, nome que chegou a ser dado à antiga colónia alemã do sudoeste africano e que foi formado com o nome do general Botha, herói da guerra anglo-boer de 1899 a 1902” (XAVIER FERNANDES, 1941, p. 14). Justificamos a apresentação desses dados devido ao fato de, até onde conhecemos, não serem muitos os pesquisadores toponimistas que possuem o trabalho do autor.

Ao tratar das figuras de retórica, o pesquisador assinala que a *antonómia* corresponde a um nome comum tomado por nome próprio ou o contrário, como em Nilo (vale), Pará, Paraná, Parima (rio); o *pleonasm* refere-se à presença de um nome como designativo que geralmente, em outra língua, tem o mesmo significado do acidente geográfico nomeado, por exemplo, o rio Me-kong, uma vez que Me-Kong significa “rio” (*Ibid.*, 169-150).

Stewart (1954, p. 2-9), por seu turno, divulgou mecanismos da nomeação onomástica, divididos em nove especificações: “1) *Descriptive names*; 2) *Possessive names*; 3) *Incident names*; 4) *Commemorative names*; 5) *Euphemistic names*; 6) *Manufactured names*; 7) *Shift names*; 8) *Folk etymologies*; 9) *Mistake names*”.

Dick (1999, p. 141), manifestando-se sobre a proposta de Stewart, esclarece que

os nomes descritivos e os comemorativos devem ser vistos com atenção especial, porque constituem protótipos de atividades denominativas gerais ou comuns a diferentes povos. Descrever uma paisagem em seus aspectos imanentes, essenciais, duradouros ou aspectuais, bem como homenagear, através dos nomes, indivíduos públicos, políticos, governadores, monarcas, artistas, religiosos, pessoas da própria família, enfim, são procedimentos que estimulam, de um lado, padrões objetivos de conduta e, de outro, transportam ao plano anímico de interesses personalíssimos.

Dick (1999) lembra ainda que as demais categorias alcançam menor índice de uso quando aplicadas a uma macrotoponímia, e que, embora o modelo de Stewart tenha sido criado para atender as necessidades do contexto americano (toponímia de base inglesa), pode suprir, e com muita utilidade, as camadas indígenas daquele território.

Dick, ao contrário de Stewart, elabora um modelo taxionômico que cataloga o produto gerado, o topônimo, no nível sincrônico, deixando os mecanismos de nomeação e o levantamento histórico e diacrônico para o “estudo descritivo das taxes isoladamente consideradas” (*Id.*, 1992, p. 26). A primeira versão desse modelo formulado por essa pesquisadora integra a sua tese de doutorado, defendida em 1980, na Universidade de São Paulo, e continha dezenove taxes que visavam a preencher supostas

lacunas que a proposta de Stewart (1954) não havia contemplado (DICK, 1992, p. 25).

Esse modelo preliminar foi posteriormente ampliado para 27 taxionomias, 11 que se referem aos nomes que resgatam peculiaridade de natureza física, e 16 que contemplam os topônimos de natureza antropocultural. Ressaltamos que todos os modelos de classificação de toponímicos mencionados, assim como as taxionomias aqui citadas, são muito relevantes para os estudos toponímicos, no entanto, neste trabalho, optamos pelo estudo mais detalhado do modelo ampliado por Dick<sup>4</sup> e publicado em 1992, que julgamos melhor responder às necessidades do toponimista brasileiro.

Na Venezuela, Salazar-Quijada (1985, p. 21-29) também propõe um modelo taxionômico para classificação dos topônimos que levou em conta cinco aspectos para a elaboração de suas taxionomias: i) elementos (simples ou compostos); ii) extensão, tamanho do acidente (microtopônimos, mesotopônimos e macrotopônimos); iii) localização (terrestres ou extraterrestres); iv) aplicação (actinônimos, astinônimos, corônimos, insunônimos, hidrônimos, odônimos, orônimos, espeleônimos, selenônimos), ou seja, de acordo com o tipo de acidente; v) motivação (fisiotopônimos, zootopônimos, fitotopônimos, mineratopônimos, epotopônimos, hagiotopônimos, somatotopônimos, animotopônimos, cognotopônimos, pragmatopônimos, topotopônimos). Nota-se que o modelo taxionômico do autor também possui caráter de Terminologia, ao passo que pelo próprio termo se evidencia a motivação do topônimo classificado.

Dos estudiosos mencionados, somente os modelos de classificação de Dick e Salazar-Quijada possuem, de fato, características de terminologia, uma vez que os termos taxionômicos utilizados e/ou elaborados por esses estudiosos possuem um valor semântico e funcional-descriptivo que dá conta da motivação toponímica em questão.

Sobre os modelos classificatórios mencionados, Gonsalves (2004, p. 32-37), por sua vez, compara os estudos de Vasconcellos (1931), Dauzat (1926), Stewart (1954) e Dick (1992). A pesquisadora assinala que Dick enfatiza, como primeiro aspecto a ser considerado no estudo da Toponímia, o conteúdo semântico perceptível no topônimo e que, nessa perspectiva, a investigação do nome geográfico tem como ponto de partida o próprio nome que, segundo ela, pode ser motivado – ou seja,

---

<sup>4</sup>Discorreremos detalhadamente sobre as taxionomias de Dick na próxima seção deste artigo.

no ato da denominação, o nome pode ter sofrido influência de aspectos extralinguísticos de ordem física ou de natureza antropocultural.

Com base na comparação entre os modelos de classificação do topônimo, Gonsalves acrescenta que Dick completa as tendências classificatórias que podem estar presentes na toponímia de uma região, pois enquanto Dauzat (1926) encontrou duas tendências, a mística e a realista, Dick (1992) evidenciou 27 e as dividiu em taxionomias de natureza física e de natureza antropocultural, como já foi explicitado anteriormente. Gonsalves destaca outro aspecto que difere a orientação de Dick (1992) da dos europeus e da do norte-americano no que se refere à perspectiva de pesquisa:

Nos estudos de Leite de Vasconcellos (1931) e de Dauzat (1928), a perspectiva da pesquisa é voltada para o nível diacrônico do nome. Para Stewart (1954), é a história do nome que irá determinar o enquadramento em um dos 09 (nove) mecanismos de nomeação proposto por ele. Já na proposta de Dick (1992), os estudos desenvolvem-se em um nível sincrônico dos fatos e a investigação diacrônica dos dados fica em segundo plano, isto é, no momento de passar ao estudo das *taxes* isoladamente consideradas (GONSALVES, 2004, p. 35).

Diante do exposto, comungamos do pensamento de Gonsalves (2004, p. 35) quando assinala que a investigação do topônimo, segundo a perspectiva de Dick, prevê ao pesquisador a realização de uma análise que não se volte apenas para os aspectos internos da língua e, também, quando na tentativa de explicar a realidade toponímica por meio de fatos históricos e sociais da área pesquisada, os resultados não fiquem restritos ao plano das microestruturas regionais.

Como se pode perceber, os diferentes modelos taxionômicos propostos por estudiosos da toponímia representam tentativas de construção de paradigmas para a classificação dos topônimos, segundo diferentes perspectivas e categorias. Ressaltamos especialmente as taxionomias de Dick, com as quais o pesquisador pode, ao analisar o nome do lugar e classificá-lo de acordo com uma das 27 taxionomias, identificar o possível motivo da designação conforme a realidade toponímica brasileira. Destacamos também que, no processo de análise do topônimo, o pesquisador precisa recorrer a aspectos linguísticos e extralinguísticos e a informações oriundas de outras ciências para alcançar uma classificação mais adequada. Com tal postura, as classificações costumam resultar coerentes e coesas.

As taxionomias toponímicas, em decorrência do caráter genérico que lhes são prerrogativas, auxiliam muito o estudioso na descoberta, numa perspectiva sincrônica, de características e anseios do povo de uma comunidade. No entanto, embora as 27 *taxes* de Dick possibilitem classificar os topônimos de forma bem ampla, ainda há aqueles que carecem de uma taxionomia mais adequada ao valor semântico que lhes são intrínsecos, como os casos que discutiremos no próximo item deste texto. Ressaltamos ainda, em meio a essa realidade, que novas denominações surgem em diferentes ambientes e que nem sempre são classificadas, evidenciando, desse modo, a necessidade de novas *taxes*. Nesse contexto, um toponimista acaba por desvendar diferentes intenções designativas que, quando não são contempladas por uma das 27 taxionomias de Dick, são identificadas nos trabalhos toponímicos como “não classificado” (NC), a exemplo das pesquisas realizadas no âmbito dos diferentes projetos de atlas toponímicos existentes no Brasil. Na sequência, apresentamos uma reflexão sobre as taxionomias de Dick (1992), com foco nos axiotopônimos e nos hierotopônimos, para justificar a taxionomia toponímica que propomos no presente texto.

### **As taxionomias de Dick (1992): reflexões e proposta**

Neste item, discorreremos sobre as taxionomias de Dick (1992) e apresentamos uma proposta de *taxe* com base em alguns problemas de classificação taxionômica evidenciados em nossas pesquisas toponímicas.

Em uma terminologia, em face dos aspectos funcionais, formais e semânticos de uma unidade terminológica, de acordo com a TCT, um termo é visto como unidade de conhecimento de determinada área e, também, como unidade pragmático-linguística. Logo, o termo pode ser estudado tanto na vertente conceitual, expressando conhecimentos e fundamentos dos saberes, quanto numa face linguística, determinando sua naturalidade e integração aos sistemas linguísticos, além dos aspectos que se agregam a suas funcionalidades comunicacionais básicas que, de acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 80), “tem a função de fixar e favorecer a transferência do conhecimento”.

A Terminologia Taxionômico-toponímica (TTT) aqui analisada cumpre com todos esses aspectos, pois cada uma das taxionomias possui uma funcionalidade *sígnica* que permite ao estudioso, a partir de sua



forma e/ou estrutura linguística, dar conta da motivação da denominação numa perspectiva sincrônica.

Sua estrutura consiste na “adoção de um prefixo nuclear (greco-latino), de característica nocional, relativo a um dos dois campos de ordenamento cósmico, o físico e o humano, com acréscimo do termo ‘topônimo’, para dar a justa medida do campo de atuação da unidade onomástica criada” (DICK, 1999, p. 142).

Assim, *hidro* corresponde ao prefixo nuclear que caracteriza o nome do lugar (*topônimo*), formando a taxa *hidrotopônimo* – topônimos originados de nomes de acidentes geográficos que fazem referência ao elemento água, como em córrego do *Açude* (GO). Quando o topônimo, em seu elemento específico, é composto por dois ou mais elementos lexicais, o modelo toma como base, para fins de classificação, o primeiro elemento da estrutura. Desse modo, em córrego *Barreiro Grande* (GO), considera-se o formante *Barreiro*, atribuindo-lhe a classificação de *litotopônimo*, enquanto em córrego *Buriti Comprido* (GO), toma-se como referência a forma *Buriti* para classificá-lo como um *fitotopônimo*, formando a taxa para nomes de lugares cuja motivação foi um tipo de vegetal.

Observa-se que a própria TTT consegue, pela análise sêmica do signo toponímico, apresentar a motivação do nome do lugar, numa perspectiva sincrônica, como já mencionado. Destacamos também que as TTT se enquadram na categoria gramatical dos substantivos e são UTs simples por possuírem estruturas formadas por somente uma palavra.

Vejam os modelos taxionômicos elaborados por Dick (1992), aqui denominados por nós de TTT, no âmbito dos estudos da relação entre Toponímia e Terminologia, e conforme excerto da estrutura conceitual básica que elaboramos a partir das taxionomias da pesquisadora, disposta no organograma na Figura 1.

Para efeito de exemplificação das taxionomias, utilizamos os topônimos do *corpus* de Pereira (2009). Quando isso não foi possível, recorreremos aos exemplos de Dick (1992, p. 31-34). Queremos ressaltar que as taxionomias toponímicas se caracterizam, em nosso entendimento, como termos da Toponímia, de forma que o nome de lugar – o topônimo propriamente dito – que se dá aos acidentes físico-geográficos e humanos é um nome próprio da língua geral, e não um termo. Ou seja, em córrego *Buriti* (GO), a denominação *Buriti* é o topônimo e a classificação taxionômica *fitotopônimo* é um termo da Toponímia.

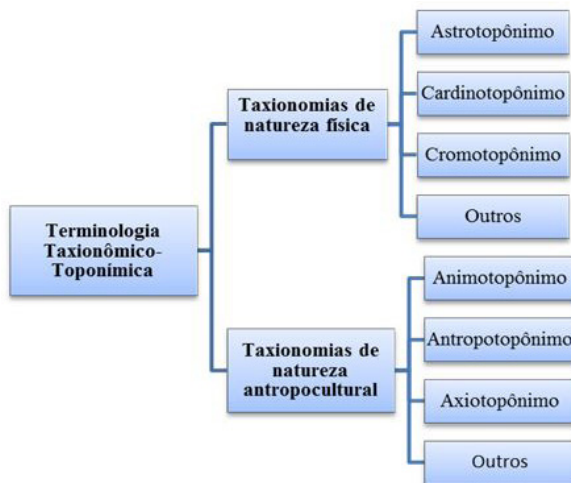


Figura 1 – Proposta básica de estrutura conceitual das taxionomias de Dick (1992)

Fonte: elaborado pelos autores

### a) Taxionomias de natureza física

**1. Astrotopônimos:** topônimos que se referem aos corpos celestes: rio da *Estrela* – AH<sup>5</sup>/ Espírito Santo.

**2. Cardinotopônimos:** topônimos referentes às posições geográficas: córrego da *Divisa* – AF<sup>6</sup>/Itarumã (GO).

**3. Cromotopônimos:** topônimos relativos à escala cromática: serra *Azul* – AF/Itarumã (GO).

**4. Dimensiotopônimos:** topônimos referentes às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade: morro *Praião* – AF/ Caçu (GO).

**5. Fitotopônimos:** topônimos originados de nomes de vegetais: serra da *Guariroba* – AF/Caçu (GO).

**6. Geomorfotopônimos:** topônimos referentes às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno: córrego *Furninha* – AF/Caçu (GO).

<sup>5</sup>Acidente Humano.

<sup>6</sup>Acidente Físico.

**7. Hidrotopônimos:** topônimos originados de acidentes hidrográficos: córrego *do Açude* – AF/Caçu (GO).

**8. Litotopônimos:** topônimos originados de nomes de minerais e de nomes relativos à constituição do solo: ribeirão *Areia* – AF/Caçu (GO).

**9. Meteorotopônimos:** topônimos relativos a fenômenos atmosféricos: serra *do Vento* – AF/Paraíba.

**10. Morfotopônimos:** topônimos que refletem o sentido de forma geométrica: córrego *Volta Grande* – AH/Itarumã (GO).

**11. Zootopônimos:** topônimos de índole animal: córrego das *Éguas* – AF/Quirinópolis (GO).

## b) Taxionomias de natureza antropológica

**1. Animotopônimos ou Nootopônimos:** topônimos relativos à vida psíquica e à cultura espiritual: córrego *Boa Vista* – AF/Quirinópolis (GO).

**2. Antropotopônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais: córrego *Manuel José* – AF/Caçu (GO).

**3. Axiotopônimos:** topônimos que se referem a títulos e a dignidades que acompanham os nomes próprios individuais: córrego do *Barão* – AF/Gouvelândia (GO).

**4. Corotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes: córrego *Europa* – AH/Acre.

**5. Cronotopônimos:** topônimos que encerram indicadores cronológicos como novo/nova, velho/velha: córrego *Nova Descoberta* – AF/Gouvelândia (GO).

**6. Ecotopônimos:** topônimos que fazem referência às habitações de um modo geral: córrego *Taperão* – AF/Caçu (GO).

**7. Ergotopônimos:** topônimos relacionados aos elementos da cultura material: córrego do *Relógio* – AF/Cachoeira Alta (GO).

**8. Etnotopônimos:** topônimos relativos aos elementos étnicos: córrego *Caiapó* – AF/Caçu (GO).

**9. Dirrematotopônimos:** topônimos construídos por meio de frases ou enunciados linguísticos: cidade ou bairro *Valha-me Deus* – AH/Maranhão.

**10. Hierotopônimos:** topônimos referentes aos nomes sagrados, às efemeridades religiosas, aos locais de culto: serra, córrego *Cristo Rei* – AF/Paraná. Podem apresentar duas subdivisões: **a) hagiotopônimos:** topônimos que se referem aos santos e às santas do hagiológico romano:

córrego *São Jerônimo* – AF/Çaçu (GO); **b) mitotopônimos**: topônimos referentes às entidades mitológicas: ribeirão do *Saci* – AH/ES.

**11. Historiotopônimos**: topônimos que se referem a movimentos de cunho histórico-social, aos seus membros ou ainda às datas correspondentes: rio *7 de Setembro* – AF/MT.

**12. Hodotopônimos**: topônimos relacionados às vias de comunicação: córrego da *Ponte* – AF/Çaçu (GO).

**13. Numerotopônimos**: topônimos que dizem respeito aos adjetivos numerais: córrego das *Três Barras* – AF/Cachoeira Alta (GO).

**14. Poliotopônimos**: topônimos constituídos pelos vocábulos *vila, aldeia, cidade, povoação, arraial*: córrego do *Arraial* – AF/Itajá (GO).

**15. Sociotopônimos**: topônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade: córrego do *Retiro* – AF/Çaçu (GO).

**16. Somatotopônimos**: topônimos com relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal: córrego *Bocarra* AH/Itajá (GO).

Importa assinalar ainda a subdivisão para a categoria dos *animotopônimos* proposta por Isquierdo (1996, p. 118) ao aplicar o modelo de Dick para o estudo da toponímia dos seringais e colocações do estado do Acre. A pesquisadora, fundamentando-se em duas “marcas” recorrentes nos topônimos dos seringais acreanos – *impressão agradável/otimista* e *impressão desagradável/temeridade* perante o referente nomeado –, propõe duas subcategorias para os *animotopônimos*, acrescentando-lhe os elementos *eufórico* e *disfórico*. Os *animotopônimos* *eufóricos* são representados por lexias que transmitem sensação agradável, expectativas otimistas (*Alegria, Castelo, Encontro, Esperança, Liberdade, União* etc.), enquanto os *animotopônimos* *disfóricos* recuperam lexias que transmitem sensação desagradável, expectativas não muito otimistas (*Apertado, Cachorra Magra, Confusão, Chora Menino, Encrenca* etc).

Como já mencionamos anteriormente, as taxes de Dick (1992) foram elaboradas com a intenção de facilitar o processo de descoberta da motivação dos topônimos. Entretanto, as características sociolinguístico-culturais de um país como o Brasil evidenciam necessidades de novas designações diariamente. Por isso, novos topônimos surgem na sociedade e, ao pesquisador, cabe a tarefa de estudá-los e demonstrar também para a sociedade a importância dessa designação enquanto reflexo da comunidade linguística à qual pertence.

Embora as *taxes* de Dick consigam dar conta da motivação de quase todos os topônimos, algumas nomeações não são classificadas de forma clara e objetiva, devido à diversidade de motivações e significados que elas possuem e, por consequência, pela falta de novas taxionomias que cubram algumas necessidades classificatórias. Na sequência, apresentamos algumas discussões sobre esse fato e, posteriormente, uma possível taxionomia toponímica para designações de parentesco que acompanham nomes de lugares.

## Por uma proposta de taxionomia toponímica

No âmbito de alguns projetos de atlas toponímicos existentes hoje no Brasil, a exemplo do *Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul* (ATEMS), sob a coordenação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo, várias pesquisas têm sido realizadas e, com isso, novas descobertas designativas tem pulado aos olhos dos pesquisadores, principalmente aquelas relacionadas a topônimos que não são classificados de acordo com nenhuma das 27 *taxes* proposta por Dick (1992). Em face dessa realidade, como já mencionado no item anterior, tem havido a necessidade de estudos voltados para a elaboração de propostas de novas *taxes* toponímicas que deem conta da motivação, numa perspectiva sincrônica, dos topônimos que ficam como não classificados. Com este texto, propomos apenas uma taxionomia, mas esperamos que sirva de reflexão para novas possibilidades.

Tomemos como exemplo o caso do topônimo *Padre*, que geralmente é classificado como *axiotopônimo*. Este termo serve para classificar nomes próprios de lugares acompanhados por *títulos* e a *dignidades*. Por *títulos*, entende-se qualquer denominação honorífica, designação ou qualificação, como em *conde*, *coronel*, *cabo*, *sargento* etc. (FERREIRA, 2004). Já *dignidade*, Ferreira define como cargo, antigo tratamento honorífico e, também, função, honraria, título ou cargo que confere ao indivíduo uma posição graduada, de autoridade, como em *prefeito*, *deputado*, entre outros. Ao classificarmos Almirante, Coronel, Marquês, por exemplo, como *axiotopônimos*, os classificamos de forma consciente e clara.

No entanto, se classificarmos os topônimos *Padre José de Anchieta/Jardim* (MS), *Padre Manoel da Nóbrega/Jardim* (MS) e *Padre Nilo Sheridan/Nioaque* (MS), como *axiotopônimos*, parece-nos não muito pertinente devido ao fato da unidade léxica *Padre* não se tratar de um

título, e sim de um “estado de vida” (GOMES, 2014). De acordo com o Código de Direito Canônico da Igreja Católica, do Papa João Paulo II (WOJTYŁA, 1983), o sacerdócio é um estado vocacional sagrado e perpétuo, de forma que um padre, em seu livre arbítrio, pode deixar de exercer sua ordem, de ministrar os sacramentos, afastando-se da Igreja para constituir família, por exemplo, mas não deixa de ser padre.

Há toponimistas que entendem o topônimo *Padre* como designativo de profissão, o que levaria a classificação de *sociotopônimo*. Entretanto, não comungamos dessa posição classificatória, pois o sacerdócio, mais especificamente no âmbito da igreja católica, é um fenômeno caracterizado pela missão de servir a Deus e ao próximo de forma incondicional, abstendo-se, assim, de muitos aspectos do mundo extraigreja.

Sobre o assunto, Gomes (2014, p. 1) ressalta que

O sacerdócio vem através de gerações, aperfeiçoando métodos, estratégias e linguagem, numa ousada missão: atualizar a força do anúncio do Evangelho para os novos/nossos tempos. Concluo afirmando que o padre no serviço à comunidade, nas dimensões social e espiritual, quer unicamente ser o rosto do seu Mestre-Jesus, que o vocacionou e inspirou a esta missão. A vocação sacerdotal é um dom precioso do Cristo Pastor ao coração da sua Igreja. Ela imita mais de perto e perpetuamente a forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo, para cumprir a vontade do Pai. E por Ele estendida aos discípulos que o seguiam.

Como se percebe, o topônimo *Padre* não se trata de título ou dignidade nem de uma profissão. Tanto que um padre pode, por exemplo, exercer a profissão de professor ou outra qualquer, desde que não interfira na sua missão primeira junto à igreja.

O nome de lugar *Padre* se enquadra, de fato, no campo semântico das autoridades religiosas em geral. Ainda que esse topônimo por vezes seja classificado como *axiotopônimo*, julgamos mais de acordo classificá-lo como *hierotopônimo*. Se buscarmos em Dick (1992, p. 33), encontramos a seguinte definição para *hierotopônimo*:

Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. Ex.: Cristo Rei

(AH PR); Jesus (rio GO); Alá (lago AM); Nossa Senhora da Glória (AH AM); às efemeridades religiosas: Natividade (AH GO); Natal (AH AC); às associações religiosas: Cruz de Malta (AH SC); aos locais de culto: igreja: serra da igreja (PR); capela: Capela (AH AL); Capelazinha (AH MG) (DICK, 1992, p. 33).

Antes dessa definição, Dick (1990, p. 310-311, grifos nossos) já havia explicado com mais exatidão essa taxionomia, quando esclareceu que se vinculam aos *hierotopônimos* os nomes sagrados de diferentes crenças, as “associações religiosas e de **seus membros**, locais de culto, além de datas ou efemeridades relativas a tais circunstâncias”.

Assim, podemos concluir que os nomes de autoridades religiosas, de modo geral, podem ser classificados seguramente como *hierotopônimos*, conforme Dick (1990, 1992), pois são membros de associações religiosas, independentemente de qual seguimento pertençam. O topônimo *Padre*, por sua vez, se enquadra nessa taxionomia. Vale destacar as palavras de Dick (1990, p. 304, grifos nossos) ao discorrer sobre os topônimos de origem antroponímica, quando explica que “esta classe de formações, em que o nome próprio vem acrescido de respectivos títulos pessoais, figura na categoria dos axiotopônimos, **onde não foram incluídas as dignidades eclesiásticas, mencionadas entre os hierotopônimos**”.

Ademais, sugerimos uma taxionomia para nomes de lugares que fazem referência a grau de parentesco. Essa proposta se justifica pelo fato de encontrarmos trabalhos em que topônimos como *Irmão Brasil/Bodoquena* (MS), *Tio/São Gabriel do Oeste* (MS), *Vó Chica/Nova Andradina* (MS), *Vovó Josepha/Nova Andradina* (MS) e *Tia Cida/Nova Andradina* (MS), por exemplo, são classificados como *axiotopônimos*. Não julgamos pertinente essa classificação porque *irmão*, *tio* e *vovó* não são títulos e dignidades que são atribuídas a uma pessoa por convenção social. Também não podemos classificá-los como *etnotopônimos*, pois estes, por sua vez, remetem tão somente aos “elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Guarani (AH PE); ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavantes (AH SP); Árabe (arroio, RS)” (DICK, 1992, p. 33).

Em casos como o mencionado anteriormente, não havendo uma taxionomia que em sua estrutura e significado seja possível evidenciar o valor semântico genérico que lhe é característico para classificar um topônimo de acordo com sua motivação, o procedimento que tem sido

tomado por diversas pesquisas toponímicas no Brasil, a exemplo dos estudos realizados no âmbito dos projetos *Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul* (ATEMS) e *Atlas Toponímico de Minas Gerais* (ATEMIG), é o de deixar o topônimo como não classificado, como já explicitamos. Nesse contexto de classificação taxionômica pertinente ou não e de possibilidades de novas taxionomias, que atendam às demandas emergentes no mundo em constantes transformações e influências em que vivemos, é que nos propusemos a elaborar uma taxa para nomes que fazem referência aos diferentes graus de parentesco.

Para sugerirmos uma taxionomia para designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais, nos foi necessário realizar uma busca pelos prefixos e radicais gregos e latinos com a intenção de encontrar um elemento que desse conta do caráter genérico que uma taxionomia precisa possuir. Nessa busca, encontramos duas possibilidades: *Frater, tris*: denominação de origem latina que serve para designar irmão, parente (PORTO EDITORA, 2010, p. 196); *Parens, entis*: denominação latina para referências a pai, mãe, avô, antepassado, os pais (pai e mãe), os antepassados (PORTO EDITORA, 2010, p. 349). Entre as duas, optamos por esta última por abranger de forma genérica as designações toponímicas que servem para homenagear um ente querido de qualquer grau. Com essa postura, aproveitamos o genitivo latino *parentis* que, agregado a *topônimo*, formou a taxionomia *parentistopônimo*: designações de parentesco que acompanham os nomes próprios individuais ou, tão somente, topônimo cuja unidade léxica é um signo linguístico que lembra qualquer grau de parentesco.

Justificamos nossa proposta com as palavras de Dick (1999) ao afirmar que as taxionomias toponímicas

não são exaustivas em suas ocorrências e, sim, exemplificativas, podendo ser ampliadas em seus categoremas (fitotopônimos, ergotopônimos, somatotopônimos, etc.) à medida que novas estruturas vocabulares se constituam, respeitando sempre o modelo originário, assim descrito: adoção de um prefixo nuclear (grego-latino) de característica nocional, relativo a um dos dois campos de ordenamento cósmico, o físico e o humano; acréscimo do termo “topônimo” ao elemento



prefixal, para dar a justa medida do campo de atuação da unidade onomástica criada (DICK, 1999, p. 142).

Como se depreende pelo excerto, novas possibilidades de taxionomias toponímicas podem e devem ser elaboradas, desde que sigam os critérios apresentados pela pesquisadora e, logicamente, de acordo com as reais necessidades percebidas por meio dos estudos toponímicos.

## Considerações finais

Com as discussões epistemológicas apresentadas nesse texto, verificamos que as taxionomias toponímicas, denominadas por nós de TTT, realizam-se como termos da Toponímia, pois correspondem a unidades léxicas pertencentes a essa ciência e que foram elaboradas em conformidade com as necessidades de Dick (1990, 1992), durante suas pesquisas, e que tem servido a todas as pesquisas toponímicas no Brasil, no âmbito de diferentes projetos de atlas toponímicos, a exemplo do ATEMS e do ATEMIG.

As TTT, em suas diferentes taxes, a exemplo dos *antropotopônimos*, *fitotopônimos*, *zootopônimos*, *geomorfotopônimos etc.*, permitem classificações toponímicas dos nomes próprios de lugares, evidenciando a motivação numa perspectiva sincrônica. Ressaltamos que os nomes dos lugares não se constituem termos, e sim unidades léxicas da língua geral utilizadas para denominações de lugares. Assim, há de se fazer uma diferenciação clara entre termos da Toponímia e nomes próprios. Entende-se por termos da Toponímia as TTT e, também, o nome *topônimo* que, por sua vez, é utilizado para referir ao nome próprio de lugar.

Com base em Cabré (1999), ressaltamos que as TTT possuem aspectos que a caracterizam como terminologia, ao passo que, pela estrutura linguística e valor semântico que cada taxe possui, é possível evidenciar a motivação dos topônimos de uma região numa perspectiva sincrônica. Tais características asseguram o valor funcional das taxionomias de Dick (1992), em especial no âmbito da TCT de Cabré (1999). Em decorrência disso, percebemos a funcionalidade que elas têm nos estudos toponímicos desenvolvidos no Brasil, ao contribuir com a sistematização e coerência dos pressupostos teórico-metodológicos seguidos pelos diferentes grupos de estudos existentes.

Com esse trabalho de análise e proposta de taxionomia, esperamos que outros estudos sejam realizados para se somar a esse intento de contribuir com os estudos toponímicos já realizados ou em andamento.

## Referências

BACKHEUSER, E. Toponímia: suas regras, sua evolução. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, v. IX-X, n. 25, 1952, p. 163-195.

BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. (Acadêmica; 54). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. 1999.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux: origine et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

\_\_\_\_\_. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: a Toponímia do estado de São Paulo. *Investigações – Lingüística e Teoria Literária*, São Paulo, v. 9, p. 119-148, 1999.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio eletrônico versão 5.0: o dicionário de língua portuguesa – Século XXI*. Curitiba: Positivo, 2004.

GOMES, P. C. *Profissão: Padre? Irmãs Franciscanas Alcantarinas – Província Nossa Senhora Aparecida*. Artigos. Disponível em: <<http://www.franciscanasalcantarinas.org.br/artigos/Artigos%20postados/artigos6.htm>>. Acesso em: 7 março de 2014.

GONSALVES, Doraci da Luz. *Um estudo da toponímia da porção Sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2004.

ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1996.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, R. R. *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

PORTO EDITORA. *Dicionário de Latim-Português/Português-Latim*. Dicionários acadêmicos. Portugal: Porto Editora, 2010.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La Toponímia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SILVA, O. L. *Das ciências do léxico ao léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

STEWART, G. R. A classification of place names. *Names*, Beckerley, v. II, n. 1, p. 1-13, mar. 1954.

VASCONCELLOS, J. L. *Opúsculos: Onomatologia*, vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

WOJTYŁA, K. J. *Código de Direito Canônico*. 4. ed. Versão portuguesa de Antônio Leite. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983.

WÜSTER, E. *Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*. Berlin: VDI Verlag, 1931.

XAVIER FERNANDES, I. *Topónimos e gentílicos*. Porto: Educação Nacional, 1941.

**Proposta de rede de pontos para o *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALiTTETO): implicações metodológicas**

***Proposal of a network of points for the Topodynamic and topostatic linguistic atlas of the state of Tocantins (ALiTTETO): methodological implications***

Greize Alves Silva-Poreli

UFT

greize\_silva@yahoo.com.br

Vanderci Andrade Aguilera

UEL

vanderci@uel.br

**Resumo:** Neste trabalho, discutiremos as implicações metodológicas para a fixação da rede de pontos para aqueles que se propõem a fazer um atlas linguístico no Brasil. Com essa finalidade, apresentamos as diretrizes utilizadas pelos dialetólogos e geolinguistas latino-americanos, sobretudo em relação à quantidade de localidades a ser inquiridas e quanto aos aspectos que deverão nortear os pesquisadores nesta seleção. Sob esse ponto de vista, discutiremos a rede de pontos dos atlas linguísticos publicados e em andamento no Brasil. Em termos metodológicos, sob uma perspectiva pluridimensional, apresentamos as diretrizes adotadas para a rede escolhida do *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins*, composta por 10 localidades.

**Palavras-chave:** atlas linguístico; Dialetologia pluridimensional; Geolinguística.

**Abstract:** In this paper, we will discuss the methodological implications for the establishment of the network of points for those who intend to make a linguistic atlas in Brazil. To this end, we present the guidelines used by Latin American dialectologists and geolinguists, especially regarding the number of locations to be surveyed and the aspects that should guide the researchers in this selection. From this point of view, we will discuss the network of points of the linguistic atlases published and in progress in Brazil. In methodological terms, under a multi-dimensional perspective, we present the guidelines adopted for the chosen network of the *Topodynamic and topostatic linguistic atlas of the state of Tocantins* composed of 10 locations.

**Keywords:** linguistic atlas; multi-dimensional Dialectology; Geolinguistics.

Recebido em 14 de outubro de 2015  
Aprovado em 22 de fevereiro de 2016

## Introdução

A Geolinguística no Brasil tem crescido significativamente nas últimas décadas, sobretudo após 1996, por ocasião do *Seminário Caminhos e Perspectivas*, realizado na Universidade Federal da Bahia, quando nasceu o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) cuja meta é cartografar a variação diatópica do português Brasileiro falado em 250 localidades distribuídas pelos 26 estados administrativos.

Vários estudos<sup>1</sup> publicados descrevem trabalhos que predisõem a seguir, total ou parcialmente, a metodologia estipulada pelo Projeto ALiB. Entre esses trabalhos, podemos notar que uma das fases mais importantes para o êxito da pesquisa se refere à rede de pontos a ser pesquisada pelo atlas, pois é preciso levar em consideração tanto aspectos linguísticos como históricos, populacionais e geográficos para descrever áreas dialetais.

Nessa direção, discutimos os critérios que devem ser considerados para a composição da rede de pontos de um atlas linguístico. Para

---

<sup>1</sup>Brandão (1991); Cardoso (2010); Romano (2013).

isso, expomos as etapas que poderão nortear novos dialetólogos na reflexão sobre os procedimentos metodológicos pertinentes à pesquisa e os critérios a ser adotados para a escolha das localidades. Iniciamos tratando dos critérios utilizados pelos autores de atlas na composição de redes mais ou menos densas e, em seguida, apresentamos a metodologia dos atlas brasileiros. Finalizamos com os critérios que adotamos para a composição da rede de pontos de um *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALITTETO).

## **A rede de pontos de um atlas linguístico e sua importância para descrição de áreas dialetais**

Os atlas linguísticos têm se mostrado uma importante ferramenta para descrição e análise dos dialetos, considerando, além dos aspectos geográficos, as variações diatópica, diastrática e diafásica. Sílvia Brandão (1991, p. 24) conceitua atlas linguístico como

um conjunto de mapas em que se registram os traços fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Em outras palavras, é um repositório de diferentes realizações que constituem as diversas normas que coexistem num sistema linguístico e que configuram seus dialetos e/ou falares.

A autora ainda enumera as etapas que o pesquisador deve seguir para elaborar um atlas linguístico: 1) levantamento preliminar de dados; 2) fixação dos pontos de inquérito; 3) seleção dos informantes; 4) técnica de escolha de dados (elaboração de um questionário); 5) aplicação dos inquéritos; 6) catalogação, armazenamento e transcrições dos dados; 7) preparo das cartas (BRANDÃO, 1991, p. 25-39).

A etapa 1 diz respeito à definição dos objetivos do atlas linguístico que se quer elaborar, se sua amplitude será local, regional, estadual ou nacional, se irá contemplar um ou mais aspectos linguísticos (fonético-fonológico, semântico-lexical, morfossintático, entre outros). Diante disso, de acordo com os objetivos propostos, cabe ao pesquisador realizar estudos preliminares para identificar áreas linguísticas representativas dentro de cada comunidade. Após esse estudo inicial, compete ao

pesquisador obter dados históricos e geográficos para, posteriormente, definir a rede de pontos.

Nesse planejamento, devem-se consultar obras que descrevam o caráter sócio-histórico e geográfico das localidades, assim como consultas aos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre densidade demográfica e principais atividades econômicas da região. Além disso, são de leitura obrigatória as obras pioneiras *Guia para estudos dialetológicos* (SILVA NETO, 1957) e *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958).

Também é importante ressaltar que a feitura de um atlas implica, necessariamente, um alto custo financeiro para coleta e análise dos dados<sup>2</sup>. Os custos vão além da coleta: é possível que o pesquisador necessite do auxílio de transcritores e de revisores para o material recolhido, além da consultoria de profissionais especializados para a elaboração das cartas linguísticas. Todas essas despesas devem ser orçadas e descritas ainda na fase “levantamento preliminar de dados”, descrita por Brandão (1991).

A segunda etapa é a fixação dos pontos de inquérito, que também se encontra ligada ao planejamento total da pesquisa. Segundo Brandão (1991), deve-se considerar *a relação entre a extensão territorial e a população da área de estudo*. Entretanto, a autora ressalta:

Dependendo das especificidades do projeto, dos objetivos do pesquisador, a rede pode ser mais ou menos densa. Atlas Linguísticos idealizados com a finalidade de registrarem os traços de falares de grupos que desenvolvem atividades específicas apresentam, por vezes, número mais reduzido de pontos de inquérito, em decorrência da forma de distribuição geográfica das populações envolvidas. (BRANDÃO, 1991, p. 27).

Ao definir a finalidade da rede de pontos, García Mouton (1996) também considera que os critérios para o trabalho dialetológico são diversificados, principalmente quanto aos aspectos metodológicos que

---

<sup>2</sup>A título de exemplo, para a coleta dos dados em 36 pontos de São Paulo para o Projeto Atlas Linguístico do Brasil, Aguilera estipulou o valor de R\$ 1.000,00 para cada ponto inquirido. Esses gastos são referentes ao deslocamento e à logística, somando ao todo R\$ 36.000,00 (AGUILERA, 2007).

o pesquisador deve considerar em sua rede. A autora esclarece que a rede de pontos é o

conjunto de localidades em que se decide fazer entrevistas. Elegem-se segundo critérios diversos e se pretende que representem todo o território estudado. A rede se estreita, isto é, incluem-se mais lugares em terras onde o dialeto é mais interessante, em zonas isoladas, em fronteiras, etc. A princípio, o enfoque historicista buscava só os mais arcaizantes, os mais afastados dos centros de inovação e, por isso, evitava-se incluir cidades na rede de entrevistas, critérios que se reconsideraram depois. (GARCÍA MOUTON, 1996, p. 65, tradução nossa<sup>3</sup>).

Para Cardoso (2010, p. 89), a confecção de um atlas, assim como toda pesquisa dialetal, baseia-se em três aspectos: a seleção dos pontos, os informantes e o questionário. Para a autora, o espaço geográfico depende do objetivo da pesquisa: um estado, uma região, um país, um continente. Cardoso apresenta como exemplos os atlas que buscam a origem das línguas, como é o caso do *Atlas Linguistique Roman* (ALiR), cujo propósito é descrever as línguas românicas, e sua abrangência perpassa diferentes fronteiras políticas e geográficas.

Os atlas de grande porte, tais como estaduais e nacionais, podem prescindir de uma rede de pontos mais densa do que os atlas locais ou que pretendem descrever aspectos específicos de determinada comunidade. Entretanto, mesmo com um minucioso projeto, é possível que, ao longo da coleta dos dados, o pesquisador decida inserir outros pontos linguísticos para registrar aspectos fonéticos, sintáticos ou lexicais não previstos no planejamento.

No Brasil, o trabalho pioneiro de Antenor Nascentes *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil* (1958), que serve de subsídio aos dialetólogos e geolinguistas brasileiros, sugere 606 pontos, distribuídos

---

<sup>3</sup>No original: “conjunto de localidades en las que se decide hacer encuesta. Se eligen según diversos criterios y se intenta que representen todo el territorio estudiado. La red se estrecha, es decir, incluye, más lugares, en tierras donde el dialecto es más interesante, en zonas aisladas, en fronteras, etcétera. Al principio, el enfoque historicista buscaba solo los más arcaizantes, lo más alejado dos centros de innovación y, por eso, se evitaba incluir ciudades en la red de encuesta, criterios que se reconsideró después”.



entre os 22<sup>4</sup> estados brasileiros, a ser inquiridos em um possível atlas linguístico nacional. Essa rede de pontos se justifica pela grande extensão territorial do Brasil e pela coexistência de diferentes normas linguísticas. Para Nascentes (1958, p. 19), os pontos selecionados devem ser “fixados no meio das regiões mais características do tipo de linguagem”.

Para Montes Giraldo (1987, p. 91), a densidade da rede de pontos é uma relação entre cada ponto estudado, a extensão territorial e a população total da região. Por exemplo, sugestivamente, o autor apresenta o número figurativo de 50 localidades em uma superfície de 100.000 km<sup>2</sup> com 5 milhões de habitantes. Assim, haverá uma densidade de 1 ponto para cada 2.000 km<sup>2</sup>, se realizarmos a primeira equação, e 1 ponto para cada 100.000 habitantes, conforme a segunda fórmula:

$$1) \frac{100.000}{50} \frac{100.000}{50} \quad 2) \frac{5.000.000}{50} \frac{5.000.000}{50}$$

Essas fórmulas, na visão do autor, ajudam, junto dos objetivos e a possibilidade da pesquisa, a conhecer a maior ou a menor densidade que se dará a um atlas. Será mais densa a rede de pontos se houver maior número de localidades e menos habitantes por superfície. Em resumo, se uma região possui muita variedade dialetal, convém adensar a rede, mesmo que em zonas de contato interdialeto, permitindo-se, dessa maneira, maiores possibilidades de registrar e de delimitar os fenômenos linguísticos (*loc. cit.*).

O autor ainda estabelece quatro diretrizes básicas para a composição da rede de pontos, que sintetizamos a seguir:

- a. As localidades devem ser distribuídas, preferencialmente, de maneira uniforme dentro do território a ser analisado, levando em consideração critérios como densidade demográfica e aspectos interidiomáticos para identificar possíveis isoglossas;
- b. A localidade deve ser suficientemente antiga para que tenha uma tradição linguística comum. O requisito mínimo é que nela tenha nascido e crescido, pelo menos, uma geração;

<sup>4</sup>Número de estados brasileiros na época da publicação da obra, isto é, Goiás ainda compreendia os atuais estados de Goiás e de Tocantins, Mato Grosso envolvia tanto o atual Mato Grosso como o Mato Grosso do Sul, e os atuais estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, na época, eram denominados “territórios”.

- c. A localidade deve apresentar certa autonomia ou vida própria. Não seria adequado incluir um ponto onde todos, ou a maioria, trabalham em uma cidade vizinha, ali comercializam ou realizam seus negócios;
- d. As localidades devem ser de fácil acesso (MONTES GIRALDO, 1987, p. 91-93).

É importante frisar que as diretrizes estabelecidas por Montes Giraldo (1987) têm como premissa uma Dialectologia clássica, principalmente em relação ao item (b). Atlas mais recentes têm primado por uma Dialectologia pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996) e levam em conta, além dos critérios topoestáticos (pessoas nascidas na localidade), os topodinâmicos (pessoas nascidas em outras regiões, mas que migraram para lá). Sendo assim, e dependendo dos objetivos do pesquisador, além de falantes tradicionais, se o atlas seguir uma metodologia topodinâmica, devem-se entrevistar migrantes que habitam a região.

Silva Neto (1957), tratando de atlas tradicionais, que privilegiavam uma linguagem mais arcaizante, estabelece como critério para compor a rede de pontos um conhecimento histórico e geográfico razoável por parte do pesquisador e as premissas: “a) comunidade antiga, onde o tipo de vida é tradicional e conservador; b) comunidade de mais ou menos setecentos habitantes; c) comunidade isolada de grandes centros; d) comunidade em que a vida não seja industrial, mas pastoril ou agrária” (SILVA NETO, 1957, p. 30-31).

Veny (1986, p. 87), dialectólogo catalão, pondera que a rede de pontos não deve seguir apenas parâmetros de simetria – é preciso levar em consideração: (i) critérios linguísticos, tanto das faixas fronteiriças do exterior do território, como os limites internos desses territórios; (ii) fatores geográficos, de maneira que territórios mais acidentados tenham uma rede mais densa; (iii) fatores históricos, que levam em considerações dados da colonização da região.

Segundo o autor, o número de pontos a ser selecionado é variável. Ele exemplifica com os dados do *Atlas lingüístico da Catalunha* (ALC), com 92 pontos, e do *Atlas lingüístic del Domini Catalá* (ALDC), que duplica as localidades do ALC, com 190 pontos, inserindo limites interdialetais. Para o dialectólogo, se, por um lado, a ampliação da rede de pontos apresenta um material mais rico no momento de estabelecer limites dialetais, por outro, traz dificuldades na hora de cartografar as variantes (VENY, 1986, p. 88).

Para a realidade brasileira, Ferreira e Cardoso (1984, p. 25-26) estabelecem cinco diretrizes básicas para seleção dos pontos de inquéritos:

(i) a história da área, a começar de sua fundação e das diferentes etapas que caracterizam o seu desenvolvimento; (ii) o grau de isolamento da área, nada obstante reconhecer-se que, no momento moderno, o isolamento é relativo e parcial, em face do aperfeiçoamento do sistema viário, principalmente entre nós o rodoviário, da ação dos meios de comunicação, sobretudo do rádio e da televisão, e da própria facilidade com que se deslocam habitantes de uma região para outra; (iii) a antiguidade da região, que definirá a que o estágio do processo de povoamento do território se prende; (iv) a natureza do desenvolvimento econômico que fornecerá a posição da localidade na região, conceituando-a como mais destacadamente difusora ou receptora das mudanças, embora se saiba que todas as áreas é, em parte, centro de produção e de recepção de transformações e (v) o estabelecimento de uma rede a ser inquirida no qual se verifique a intensidade de pontos condizentes com a densidade demográfica da área, refletindo a equidistância entre eles, de modo a vir recobrir harmonicamente toda a região pretendida.

Cabe inserir ao item (ii), além dos sistemas viários, descritos pelas autoras, o aumento do sistema de transporte aéreo brasileiro, facilitando sobremaneira os deslocamentos. Também ressaltamos o êxodo rural, a partir das décadas de 1970 e 1980, cuja população tem saído das zonas rurais e vindo para as cidades. Segundo dados do IBGE (2010), apenas 15,6% da população brasileira ainda residem no campo.

Cardoso e Ferreira (2010, p. 91) defendem que grandes centros urbanos e econômicos devem ser incluídos como ponto de entrevista a fim de coletar dados sociolinguísticos representados pelos falantes que habitam essas regiões, posto que as localidades urbanas são importantes para o contato linguístico.

Para Veny (1986, p. 90), as entrevistas no âmbito das grandes cidades apresentam um inconveniente: o alto grau de imigração para esses centros, e nesses casos o autor indica que o pesquisador procure selecionar informantes com profissões mais simples, tais como

empregados ou donas de casa, que tenham pouca familiaridade com a norma culta escrita. O material coletado nas zonas urbanas servirá de comparação com outros falares recolhidos.

Para a confecção do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, na etapa de planejamento, realizada em 1997, o professor Mário Zágari ficou responsável pela elaboração da rede de pontos e, por ocasião da Reunião do Comitê Nacional, realizada em Maceió em março de 1997, apresentou as diretrizes que nortearam a seleção da rede de pontos:

Densidade da rede, em função da extensão geográfica de cada região e de sua população;  
Limites internacionais do Brasil e limites internos;  
Pontos já pesquisados anteriormente (nos Atlas Linguísticos já publicados ou em andamento);  
Pontos sugeridos por Nascentes;  
Localidades que apresentam alguma especificidade (cidades muito antigas, cidades muito novas, pontos isolados ou “grotões”, cidades de garimpo etc.) (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997a, n.p.).

Entretanto, após discussões durante os encontros sistemáticos dos pesquisadores que compõem o Comitê Nacional, deliberou-se que a rede de pontos deveria

Levar em conta a densidade demográfica de cada área;  
Distribuir espacialmente os pontos, de modo a cobrir toda a área brasileira;  
Colocar pontos nas fronteiras do Brasil com os demais países da América, desde que a densidade demográfica da área o comportasse. Examinadas as fronteiras, decidiu-se por pontos nos limites do Brasil com: Guiana Francesa, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. [...]  
Não incluir o Distrito Federal entre os pontos do Centro Oeste, por considerá-lo pouco característico do ponto de vista linguístico;  
A inclusão de pontos pesquisados anteriormente para os Atlas linguísticos regionais, assim como a dos pontos sugeridos por Nascentes foi dada como irrelevante;

Algumas localidades isoladas podem ser incluídas na rede de localidades. Neste caso estão, por exemplo, localidades do Acre.

Há inclusão de uma localidade de garimpo: Imperatriz (no Maranhão). (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997a, n.p.).

Em relação à quantidade de pontos, Roberto Zágari apresentou uma proposta preliminar de 210 a 220 pontos e uma reserva de 30 a 40 pontos a ser selecionados no decorrer da pesquisa (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997a).

Em reunião realizada em julho do mesmo ano, o prof. Zágari expôs uma reformulação da proposta apresentada meses antes, considerando

prioritariamente, a densidade demográfica de cada região e de cada estado, com os ajustes necessários nos casos de densidade abaixo de 1,0 — como nos estados do Acre, Roraima e Amapá — e nos de maior densidade populacional — como no caso dos estados de Minas Gerais (densidade: 27,0), Rio de Janeiro (densidade: 22,0) e São Paulo (densidade: 55,0). (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997b, n.p.).

Nessa segunda proposta, a rede de pontos ficou preliminarmente definida com 235 pontos, mantendo os critérios outrora apresentados, tais como distribuição espacial, zonas dialetais, importância e características da localidade e limites internos e internacionais. Ficou estabelecido que todas as capitais, exceto Brasília (DF) e Palmas (TO)<sup>5</sup>, comporiam a rede de pontos.

Posteriormente, em 2001, Zágari, após sugestões, apresentou a proposta de, além dos 235 pontos, somar mais 15 localidades satélites. Após discussões, o comitê optou por integrar os 15 pontos aos 235, somando assim 250 localidades, número definitivo.

---

<sup>5</sup>Essas localidades não foram integradas à rede de pontos do ALIB em decorrência da “data de sua criação e pelo fato de ter população proveniente ou descendente de diversos pontos do país por ser uma cidade ainda em formação, sem habitante aí nascido” (PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL, 1997b, n.p.).

As decisões do Projeto ALiB, ao longo de três anos, exemplificam as dificuldades dos pesquisadores em selecionar e definir os critérios para a composição da rede de pontos, sobretudo quando se trata de um atlas nacional, cujas dimensões territoriais estão próximas às de um continente. Mesmo após discussões por parte do comitê, no decorrer do projeto foram necessários ajustes na metodologia, principalmente em relação à seleção de algumas localidades, como no caso de pequenos vilarejos: “Cangussu, no Tocantins, substituído por Natividade; Príncipe da Beira, em Rondônia, substituído por Guajará Mirim; e Paranatinga, no Mato Grosso, substituído por Poxoréu” (MOTA, 2009, p. 151).

Para González (1992, p. 166), os pontos devem ser fixados anteriormente, mas o pesquisador deve ter a liberdade de modificá-los ao longo da pesquisa pelas seguintes razões: “dificuldade de encontrar um informante idôneo; dificuldade de acesso ao ponto programado; núcleo populacional muito pequeno; localidade com população flutuante que mascara a fisionomia autóctone etc.” (tradução nossa)<sup>6</sup>.

O autor ainda conclui que “problemas desse tipo temos passado, em maior ou menor grau, todos nós que trabalhamos como inquiridores em algum projeto de geografia linguística” (GONZÁLEZ, 1992, p. 166 [16], tradução nossa)<sup>7</sup>. Problemas esses também enfrentados pelos dialetólogos brasileiros em suas pesquisas de campo.

Partilhamos das mesmas preocupações descritas por González e relembramos as oportunas palavras de Silva Neto (1957, p. 34): “É preciso lembrar, contudo, que as pesquisas de campo são a negação de todo e qualquer esquematismo. Cada região tem os seus problemas próprios, que muitas vezes não podem ser resolvidos senão no terreno”. Sendo assim, cabe ao pesquisador definir a rede de pontos de acordo com os objetivos de seu trabalho, mas considerar que atlas linguísticos são suscetíveis a adaptações ao longo do trabalho de coleta.

---

<sup>6</sup>No original: “Dificultad en encontrar un informador idôneo; dificultad de acceso al punto programado; núcleo de población demasiado pequeño; localidad con población de aluvión que enmascara la fisonomía autóctona, etc.”

<sup>7</sup>No original: “Problemas de este tipo los hemos sufrido, en mayor o menor grado, todos los que hemos trabajado como encuestadores en algún proyecto de geografia lingüística”.

## Os atlas linguísticos brasileiros e as respectivas redes de pontos

Os primeiros oito atlas linguísticos publicados no Brasil seguiram metodologias diversas quanto à fixação de uma rede de pontos para os inquéritos, pois foram idealizados por diferentes autores, em épocas distintas, com objetivos diversificados e de acordo com os respectivos territórios pesquisados.

O primeiro atlas publicado no Brasil, o *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB) (ROSSI, 1963), foi constituído por 50 pontos de inquéritos, distribuídos em 30 sedes de municípios, 15 vilas e 5 povoados. Estabeleceu-se como ponto de partida, além de obras de cunho histórico, geográfico e relatos de viajantes, a obra de Nascentes (1958). Entretanto, apenas 13 pontos de Nascentes foram contemplados no conjunto final da obra, uma vez que as localidades “nem sempre atendiam aos pressupostos teóricos da escolha de uma localidade, tais como: antiguidade, vida própria, relativo isolamento, população numericamente representativa” (FERREIRA, 1998, p. 16).

O *Esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais* (EALMG) delimitou uma rede de 116 pontos para compor o atlas. Os critérios não foram regulares, simétricos nem históricos: segundo Zágari *et al.* (1977), apenas linguísticos. Buscaram-se centros tradicionais, cidades industriais e comerciais mineiras, centros de irradiação e pontos marginais, perfazendo um ponto a cada 5.061 km<sup>2</sup> (ZÁGARI *et al.*, 1977, p. 29).

Para o *Atlas linguístico da Paraíba* (ALP), Aragão e Menezes (1984) selecionaram 25 municípios e mais três satélites para cada um deles, totalizando 100 pontos de inquéritos. A utilização dos municípios satélites serviu para “controle e convalidação dos dados obtidos nos municípios base, não aparecendo, portanto, nas cartas” (ARAGÃO, 1998, p. 57). Para chegar a esse número, as autoras fizeram estudos preliminares em bases de dados (IBGE) e levantamentos socioeconômicos dos municípios, nos quais buscaram informações de natureza diversa, como nome do município, etimologia, limites, aspectos demográficos e econômicos, aspectos escolares etc. (*loc. cit.*)

O *Atlas linguístico de Sergipe* (ALS), terceiro atlas publicado no Brasil, em 1987, fixou o número de 15 localidades para compor a obra. Os critérios de escolha das localidades foram semelhantes aos utilizados

no APFB, ou seja, antiguidade, densidade demográfica e localização espacial (MOTA, 1998, p. 80). Não há referência à distância entre os pontos investigados, mas verificou-se que a média foi de 60 km entre um e outro.

Para o *Atlas linguístico do Paraná* (ALPR), publicado em 1994, composto por 65 localidades, Aguilera (1994) se baseou inicialmente nas diretrizes propostas por Nascentes (1958) que indicavam apenas 24 pontos. Entretanto, na época da obra do autor, o Oeste e o Sudoeste paranaenses eram pouco povoados e muitos municípios foram criados nas décadas de 1940 e 1950, o que levou a autora a ampliar a rede proposta com base em dados mais recentes. Aguilera (1998, p. 107-108) estabeleceu como critérios para sua rede aspectos étnicos, geográficos e históricos, além da data de fundação de cada município. Assim, ficou estabelecida uma simetria de 60 km de um ponto a outro, exceto entre as cidades de Cambará e Jacarezinho, Londrina e Jataizinho, Peabiru e Campo Grande, Umuarama e Cruzeiro do Oeste, em decorrência de grupos migratórios, fatores socioeconômicos e linguísticos que exigiram uma distância menor entre um e outro ponto.

O *Atlas linguístico-etnográfico da região Sul* (ALERS), publicado em 2002, primeiro atlas a abranger três estados simultaneamente e o sexto na sequência cronológica, selecionou 275 pontos linguísticos, segundo as bases de Nascentes (1958) e a importância histórica da localidade. Além disso, a metodologia do atlas priorizou os aspectos mais arcaizantes e, para isso, foram selecionados informantes moradores de zonas rurais. A média entre um ponto e outro é de 60 km.

Os atlas posteriores ao lançamento do ALiB, como o *Atlas linguístico do Amazonas* (ALAM) e o *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), basearam-se na metodologia daquele projeto. Para o ALAM, Cruz-Cardoso (2008) elegeu nove municípios representativos nas nove microrregiões do estado. A autora, além dos pontos de Nascentes, usou critérios de natureza histórica, geográfica, demográfica e socioeconômica. Oliveira (2007), para o *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul* (ALMS), estabeleceu como critérios para a seleção das 32 localidades os aspectos demográficos, históricos e sociais.

Em relação aos atlas em andamento no Brasil, o Quadro 1 mostra a quantidade de pontos selecionados e os critérios definidos para a rede de cada um deles.



Quadro 1 – Atlas linguísticos estaduais em andamento e dados sobre a rede de pontos

<b>Obras</b>	<b>Pontos de inquérito</b>	<b>Crítérios para a seleção da rede de pontos</b>
Atlas linguístico de Rondônia (ALIRO)	15	Aspectos migratórios/imigratórios e geográficos (TELES, 2009, p. 397)
Atlas linguístico do Acre (ALiAC)	22	Peculiaridades linguísticas e etnográficas de cinco atividades econômicas do estado (LESSA, 2007)
Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul (ALMS)	22	Demográficos, históricos e sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 21)
Atlas linguístico do Mato Grosso (ALiMAT)	16	Localidades com mais de 60 anos de fundação, pontos comuns a Nascentes (1958) e ao ALiB (LIMA; TAMANIN; CARDOSO (2010)
Atlas linguístico do Maranhão (ALiMA)	18	Geográficos: localização, limites, dados históricos, população e principais atividades econômicas (FEITOSA <i>et al.</i> , 2000, p. 13)
Atlas linguístico do Espírito Santo (ALES)	35	Crítérios geográficos, época de ocupação, densidade populacional, além de aspectos linguísticos de acordo com Nascentes e com o Projeto ALiB (AURÉLIO, 2012, p. 84-86)
Atlas linguístico do Rio Grande do Norte (ALiRN)	10	Crítérios do ALiB e localidades com mais de 10.000 habitantes, recobrando geograficamente o estado (ARAGÃO; PEREIRA, 2005, p. 290)

(conclusão)

Atlas linguístico de Goiás (ALINGGO)	42	“Localização geográfica; pontos sugeridos por Nascentes; antiguidade; aspectos histórico-culturais; densidade demográfica; áreas de fronteira entre Goiás e outros Estados; e natureza do povoamento” (MILANI, 2012, p. 6)
Atlas linguístico-etnográfico de Alagoas (ALEAL)	21	Pontos sugeridos por Nascentes com adaptações (BARBOSA, 2014).

Fonte: elaborado pelos autores

Podemos notar que os autores de atlas adotam mais de um critério para a composição da rede de pontos, mas o geográfico representa um ponto comum entre as metodologias. Quanto ao número de localidades, é variável e está vinculado aos objetivos dos atlas e à densidade demográfica de cada estado selecionado.

### **Fase inicial do Projeto Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins: exposições gerais acerca da história do Tocantins**

O conhecimento do que hoje se tornaram os estados de Goiás e Tocantins se iniciou com o movimento das bandeiras, no século XVII, saindo de São Paulo pelo curso dos rios Paranaíba, Tocantins, Araguaia e Tietê. Em 1630, essas expedições ocorreram por terra, “atravessando, de sul a norte e de norte a sul, todo o território goiano. Há notícias documentadas de pelo menos 16 bandeiras” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 17).

Consta que também eram frequentes as viagens dos jesuítas, provenientes do Pará, com o objetivo de levar os índios para o norte, pois haviam criado um sistema estruturado de aldeias para catequização dos indígenas. No entanto, nem os bandeirantes nem os jesuítas tinham por intento fixar-se na região goiana (MATTOS, 1979; PALACÍN; MORAES, 2008; CAVALCANTE; KIMURA, 2008).

Afirma-se que um dos primeiros exploradores dos territórios goianos foi Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, cujo intuito era o de fixar-se em novas terras para buscar ouro. Após autorização real, em 1722, a bandeira

saiu de São Paulo e, após três anos, descobriu o ouro na cabeceira do Rio Vermelho (PALACÍN; MORAES, 2008; MATTOS, 1979).

Posteriormente, uma nova expedição, partindo de São Paulo e encabeçada por Bartolomeu Bueno, fixou-se na região do rio Vermelho, fundando o arraial de Sant'Ana, "que depois seria chamado Vila Boa, e mais tarde, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território" (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 23).

Durante os anos da mineração, três zonas do território foram povoadas: a primeira no centro-sul; a segunda na região do Tocantins, incluindo o alto Tocantins ou Maranhão (pertencente à capitania do Norte); a terceira entre o Tocantins e os Chapadões, região limítrofe com a Bahia. As povoações do norte goiano eram dispersas: arraial de São Felix (divisa com a Bahia), Cavalcante e Natividade (ao sul) e Porto Real (região setentrional). Ao todo, a capitania de Goiás já abrigava, em 1808, duas Correições, a de Vila Boa e a do Norte, contendo 40 arraiais (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 26-28).

O norte da Capitania apresentava muitos problemas, sobretudo de ordem econômica e infraestrutural. Mattos, militar enviado à província de Goiás em 1823, relata as péssimas condições do norte da capitania, principalmente nos arraiais de Cavalcante, Arraias, Conceição, Flores e Natividade (MATTOS, 1979).

Se, por um lado, as minas auríferas trouxeram algumas povoações à região, por outro, também foram responsáveis por seu retraimento. Medidas por parte do governo acirraram o caráter de isolamento da região, com a proibição da navegação dos rios e das rotas alternativas, cujo intuito era dificultar o contrabando do ouro. Além disso, soma-se o fato da não fixação dos mineiros nas localidades auríferas (CAVALCANTE; KIMURA, 2008, p. 136).

Após a decadência do ouro, houve tentativas governamentais de incentivar a agricultura em Goiás, entretanto, fatores como altos impostos, desprezo por parte dos mineradores pelo trabalho agrícola, alto custo dos transportes e ausência de infraestrutura deixaram a região em profunda decadência ao longo do século XIX (PALACÍN; MORAES, 2008).

Na visão de Mattos, o desprezo dos homens pelo trabalho agrícola acentuou a miséria na região: "Acha-se o maior desprezo e abatimento [...]. Parece que muitos homens aborrecem aquilo mesmo que é a origem da sua existência, e principal base de sua sustentação. Inventando pretextos frívolos com que encobrem sua preguiça [...] não querem trabalhar" (MATTOS, p. 75).

Com as péssimas condições, o norte da capitania iniciou um movimento separatista, encabeçado pelo ouvidor da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, o que culminou, em 1821, com um governo provisório em Cavalcante que se intitulava independente da Comarca do Sul. Com a desaprovação de Dom Pedro I, o norte não conseguiu sua independência e os movimentos separatistas foram suprimidos.

Theotônio Segurado, para propor a separação entre norte e sul, baseou-se principalmente nas diferenças sociais e culturais das populações, em que o sul estava atrelado a uma identificação mineiro-paulista, enquanto o norte estava ligado aos currais do nordeste (CAVALCANTE; KIMURA, 2008).

O panorama desolador instaurado na região só começou a se modificar depois da Revolução de 1930 e a construção da cidade de Goiânia, considerada um marco econômico para a região. O sul goiano prosperava, mas o norte do estado ainda não havia alcançado um desenvolvimento econômico satisfatório.

Após a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), na década de 1960, novas cidades surgiram no entorno dessa rodovia, mas a situação ainda era preocupante, sobretudo pelas diferenças econômicas e culturais do norte em relação ao sul do estado. O movimento separatista se intensificou e recebeu o apoio de jornais regionais, cujo discurso ressalta o regionalismo e as diferenças entre norte e sul.

Aproveitando o momento político, lideranças separatistas redigiram um documento com 80 mil assinaturas em prol da separação do estado. O relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional, Siqueira Campos, entrega ao presidente da assembleia uma fusão de ementas. A criação do Tocantins foi votada e aprovada em 5 de outubro de 1988.

Após a criação do estado, as levas migratórias foram intensificadas. Em trabalho sobre o tema, Maria Carvalho Brasil destaca que, até a década de 1980,

o Tocantins contou com a forte influência da imigração proveniente do Nordeste, com 69%, seguido do Sudeste, com 15%. Com relação aos nordestinos o fluxo mais importante foi oriundo do Maranhão, que correspondeu a 60% do respectivo total. Já o Sudeste abasteceu esse Estado com fluxos importantes oriundos de Minas Gerais (68%) e São Paulo (27%). (BRASIL, 1997, p. 67).

Atualmente, há, no Tocantins, 1.383.445 habitantes, divididos entre 139 municípios e as principais atividades do estado são a agricultura e a pecuária (IBGE, 2010). A formação cultural da população é bem diversificada, sobretudo pelas fronteiras estaduais com os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso.

## **Um atlas estadual topodinâmico e topoestático do Tocantins: desafios para a composição da rede de pontos**

A Dialetoлогия pluridimensional tem trazido novos desafios para a composição da rede de pontos. Thun (1998), tratando da diferença entre a Dialetoлогия tradicional e pluridimensional, esclarece que

o espaço variacional da Dialetoлогия Pluridimensional não compreende somente os dialetos “puros” preferidos pela Dialetoлогия tradicional ou os socioletos da Sociolingüística. São de igual interesse as variedades mistas, os fenômenos de contato lingüístico entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e maiorias, formas regionais, a variação diafásica (ou estilística), o comportamento lingüístico dos grupos topodinâmicos (demograficamente móveis) contrastando com o dos grupos topoestáticos (com pouca mobilidade do espaço), a atitude metalingüística dos falantes comparada com seu comportamento lingüístico, e outros parâmetros mais (THUN, 1998, p. 706, tradução nossa).<sup>8</sup>

De acordo com o autor, a constituição da rede de pontos dos atlas pluridimensionais leva em consideração grupos autóctones e grupos provenientes de outras regiões, além dos aspectos variacionistas diatópico

---

<sup>8</sup>No original: “O espacio variacional de la Dialectología pluridimensional no comprende solamente los dialectos “puros” preferidos por la Dialectología tradicional o los sociolectos de la Sociolingüística. Son de igual interés las variedades mixtas, los fenómenos de contacto lingüístico entre lenguas contiguas o superpuestas de minorias y de mayorías, formas regionales, la variación diafásica (o estilística), el comportamiento lingüístico de los topodinámicos (demográficamente móviles) contrastando con el de los grupos topoestáticos (poco móviles en el espacio), la actitud metalingüística de los hablantes comparada con su comportamiento lingüístico, y otros parámetros más.” (THUN, 1998, p. 706).

(horizontal) e diastrático (vertical), pois tem por intuito considerar a heterogeneidade linguística brasileira.

Para Thun, na Dialectologia pluridimensional, são consideradas oito dimensões linguísticas/sociolinguísticas: a dialingual (coexistência de duas línguas no mesmo território); a diatópica (distância espacial); a diastrática (diferentes estratos sociais); a diageracional (variação entre as diferentes faixas etárias); a diafásica (diferentes estilos), a diatópico-cinética (compara o comportamento linguístico entre grupos estáveis e dentro da localidade com grupos móveis), a diassexual (variação entre falar feminino e masculino) e a diarreferencial (metalinguagem e consciência linguística do falante) (THUN, 2000, p. 189).

Trabalhos que se predisponham a seguir a metodologia pluridimensional devem compor tanto a rede de pontos quanto o perfil dos informantes levando em consideração as variáveis descritas pelo autor. No Brasil, ainda há poucos trabalhos com a vertente topodinâmica e topoestática e, em sua maioria, estão sendo desenvolvidos em universidades do sul do Brasil<sup>9</sup>.

A vertente topodinâmica/topoestática ainda é recente no Brasil, entretanto a metodologia fornecida para esses atlas é importante para descrever áreas dialetais e o contato migratório, tão presente em nosso país. A mobilidade espacial do sul para o norte, intensificada sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 (BRASIL, 1997), despertou nosso interesse em analisar como esses processos influenciam o falar de determinado estado, no caso, o Tocantins.

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, encontra-se em andamento o projeto de doutorado *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALiTTETO), cujo principal objetivo é cartografar a variante tocantinense sob a abordagem da Dialectologia pluridimensional.

Tendo em vista que o Tocantins é o estado mais recente da federação brasileira, a utilização de uma metodologia dialetológica apenas tradicional seria inviável, posto que esse estado, mesmo quando

---

<sup>9</sup>Projeto *Atlas Linguístico Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata* (2011); *Um estudo geossociolinguístico da fala do oeste do Paraná* (BUSSE, 2010); *Atlas linguístico topodinâmico do oeste de São Paulo* (SANTOS-IKEUCHI, 2014); *Atlas linguístico do território incharacterístico* (CUBA, 2015).

pertencente a Goiás, recebeu forte contingente migratório, proveniente principalmente do Pará, Maranhão, Minas Gerais e Goiás, entre as décadas de 1970 e 1990. Diante disso, nos dispusemos a trabalhar com os eixos topodinâmico e topoestático em um atlas linguístico, com a finalidade de representar e verificar se há um falar típico tocantinense ou se aí predomina um hibridismo linguístico.

Após a leitura das obras de referência, esboçamos uma proposta para a rede de pontos do denominado ALITTETO, cujos princípios norteadores visam a contemplar as oito microrregiões administrativas que compõem o Tocantins, observando que a seleção das localidades que comporão o trabalho deve seguir, prioritariamente, dois critérios: o histórico-cultural e o político-geográfico.

O critério histórico-cultural considerou os aspectos históricos da formação do estado: as povoações mais antigas, principalmente localidades que foram arraiais, zonas de garimpo, regiões próximas aos rios Araguaia e Tocantins que funcionaram como importante via fluvial e entrepostos comerciais nos séculos XVIII e XIX. Essas cidades, atualmente, possuem baixa densidade demográfica, com pouca representatividade econômica para o estado.

Com esse critério, elencamos os pontos que foram relevantes no contexto de formação do estado e atuaram como zonas do ouro e respeitáveis entrepostos comerciais. Acresce-se a isso o fato de essas localidades terem, no princípio da colonização, os primeiros migrantes: Tocantinópolis, Natividade, Pedro Afonso e Porto Nacional. Com exceção de Natividade, os demais pontos foram anteriormente citados por Nascentes (1958).

Quanto aos aspectos político-geográficos, buscamos inicialmente averiguar as cidades com destaque no setor econômico do estado. Além disso, seria fundamental recobrir geograficamente as regiões de fronteira com outros estados, as localidades isoladas geograficamente e as cidades em torno da rodovia Belém-Brasília (BR-153).

A partir desses critérios, as três localidades com maior PIB estadual são Palmas, Araguaína e Gurupi. Para contemplar os limites estaduais, colocamos também Araguacema (na divisa com o Pará), Mateiros (na fronteira com Piauí, Maranhão e Bahia) e Formoso do Araguaia (na divisa com o Mato Grosso e pertencente ao Complexo do Cantão).

Apresentamos, a seguir, um breve histórico de cada um dos dez pontos selecionados.

## **Tocantinópolis (antigo topônimo: Boa Vista)**

Os dois primeiros bandeirantes que chegaram à localidade partiram de Pastos Bons, Maranhão, em 1818, e fixaram residência com suas famílias à margem esquerda do Rio Tocantins,

onde havia um amplo terreno fértil propício ao trabalho agrícola, ficaram satisfeitos com o que viram, desligaram-se da bandeira e com suas famílias fixaram moradia à beira do rio Tocantins. Era uma região fertilíssima e possuidora de imensa quantidade de madeiras para construções, magníficos babaçuais e riquíssimas pastagens (FERREIRA, 1958, p. 422).

Em seguida, vários outros migrantes, provenientes de Carolina, no Maranhão, também se fixaram na localidade.

A nova cidade foi batizada de Boa Vista em virtude das belezas ali existentes. Posteriormente, devido à abundância de madeira, pastagens e babaçus, a localidade atraiu outras famílias, provenientes principalmente dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A mudança para o nome atual, Tocantinópolis, ocorreu em 1943, em decorrência da nova divisão do território goiano.

## **Araguaína (antigo topônimo: Lontra)**

Situada entre os rios Andorinha e Lontra, afluentes do Rio Araguaia, a região abrigou seus primeiros habitantes, os índios Carajá. Em 1876, chegaram à localidade as primeiras famílias, provenientes do Piauí, que batizaram o local de Livre-nos Deus “em alusão ao temor pelos ataques dos índios e animais selvagens que ali habitavam” (HALUM, 2008, p. 54).

Em seguida, vieram outras famílias, e formou-se o povoado denominado Lontra. As atividades econômicas eram principalmente o cultivo de cereais, comércio dos excedentes e cultura do café, mas, devido à falta de infraestrutura logística, a produção e a região foram abandonadas.

Somente em 1925, com a chegada de novas famílias, um pequeno povoado foi criado, junto do primeiro templo católico. Posteriormente, a região foi nomeada de Povoado de Araguaína, em clara referência ao



rio Araguaia. Por causa de sua localização e da ausência de estradas, as atividades econômicas da região, principalmente a pecuária, não se desenvolveram durante anos.

Na segunda metade do século XX, após a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), Araguaína tornou-se a segunda maior cidade do Tocantins, um importante polo econômico para o estado.

### **Araguacema (antigo topônimo: Santa Maria do Araguaia)**

A primeira tentativa de colonização da região se deu em 1812, com o desbravador tenente Francisco Xavier de Barros, cuja responsabilidade era instalar 80 pessoas às margens do rio Araguaia e construir e manter o presídio de Santa Maria do Araguaia (fortaleza militar) para a proteção do comércio e da navegação (FERREIRA, 1958, p. 46). Entretanto, a difícil relação com os índios fez eclodir um grande assalto, destruindo a região.

Posteriormente, com o auxílio do frei capuchinho Francisco do Mont Sant Victo e sua ação catequética direcionada aos índios, a construção do presídio foi restabelecida, em 1858, porém 18 léguas ao norte do ponto original.

Segundo Ferreira (1958, p. 46), “em 1870, o bravo sertanista, General Couto de Magalhães, fundou a Companhia de Navegação a vapor do Rio Araguaia, com sede no então presídio de Santa Maria”. Anos mais tarde, já no século XX, com a extração da borracha, intensificou-se o comércio pelo rio Araguaia e a localidade foi elevada à categoria de vila em 1931 e à de cidade em 1938.

### **Natividade (antigo topônimo: Arraial de São Luiz)**

A fundação de Natividade teve início em 1734, com a extração do ouro de aluvião pelos portugueses e escravos. Inicialmente, o arraial era localizado no alto da Serra Olhos d'Água, mas, pelas dificuldades de acesso, o povoado se instalou na parte baixa da serra.

Segundo Mattos (1979, p. 127), foram trazidos à região cerca de 40 mil escravos para as minas. Devido à significativa produção aurífera, Natividade se tornou um dos mais importantes arraiais do norte, sendo residência do ouvidor Theotônio Segurado, entre os anos de 1809 e 1815, culminando na sede provisória da Comarca do Norte, conforme alvará: “Haverá na Capitania de Goiaz mais huma Comarca, que Hei por bem

Crear, e que se denominará a Comarca de São João das duas Barras, desanexando-se da antiga parte do Norte” (BRASIL, 1809, *sic*). Em 1832, o arraial foi elevado à categoria de vila e, em 1933, foram definidos seus limites territoriais. Natividade foi a primeira cidade tocantinense tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), em 1987.

## **Palmas (capital)**

A primeira capital do estado e sede provisória do governo foi Miracema do Tocantins. Poucos dias após a eleição do primeiro governador, realizou-se um estudo para definir a localidade em que se fixaria a capital definitiva do recém-criado Tocantins. Elegeu-se a região pertencente ao território de Porto Nacional, em um “quadrilátero de 90 por 90 quilômetros” (HALUM, 2008, p. 230).

Em 20 de maio de 1989, realizou-se a primeira missa e lançou-se a pedra fundamental da nova capital. Segundo dados do IBGE (2010), desde 1996, a população cresceu de 86.116 habitantes para 228.332.

## **Porto Nacional (antigos topônimos: Porto Real, Porto Imperial)**

A origem da cidade possui aspectos semelhantes ao surgimento de Natividade. Ocorreu com o ciclo do ouro, em 1738, no local que se denominou arraial de Bom Jesus do Pontal, à margem esquerda do Rio Tocantins. Além do ouro, havia, na época, extenso comércio fluvial com Belém do Pará (MATTOS, 1979, p. 128).

Em 1805, após o ataque dos índios Xerente, os sobreviventes fundaram, à margem direita do rio, o arraial de Porto que, posteriormente, foi batizado de Porto Real. Tornou-se um importante arraial do norte, tornando-se cabeça de julgado, conforme relato de Ferreira (1958, p. 373):

Em 1810 D. João VI, percebendo o valor do ouro existente em Goiás ou Grão-Pará, resolveu transferir para Pôrto Real a cabeça de julgado de São João das Duas Barras ou São José do Araguaia, e determinou que para ali se transportasse o Corregedor Joaquim Teotônio Segurado.

Após três anos, por ordem do desembargador Theotônio Segurado, o arraial se tornou cabeça de julgado e, em 1831, foi elevado à categoria de vila, passando a se chamar Porto Imperial e depois, com a Proclamação da República, Porto Nacional.

## **Formoso do Araguaia**

A busca do ouro levou os portugueses às margens de um rio que denominaram Formoso pelas belezas naturais da região, habitada por índios Javaé. Até 1949, ficou praticamente abandonada, quando houve a descoberta de cristal de rocha por migrantes piauienses. A atividade do garimpo promoveu o desenvolvimento do povoado que se tornou distrito em 1953 (IBGE, 2010).

## **Mateiros**

Mateiros se situa na parte leste do estado do Tocantins, dentro do complexo do Jalapão. A região faz divisa com Maranhão, Piauí e Bahia. Além de Mateiros, principal município do Jalapão, há também os municípios de São Felix, Lizarda, Novo Acordo, Lagoa do Tocantins, Santa Tereza e Ponte Alta (BEHR, 2008).

Segundo Behr (2008), as inscrições rupestres no Jalapão demonstram provavelmente a passagem do homem pré-histórico há cerca de 10 mil anos. A região no século XVIII era habitada por índios Acroá e a ocupação por outras etnias se deu apenas no século XIX, sobretudo por migrantes provenientes dos estados fronteiriços que buscavam bons pastos para o gado.

Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o ciclo de extração do látex e as “antigas fazendas transformaram-se em cidades pequenas que assim sobrevivem até hoje” (BEHR, 2008, p. 55).

Mateiros possui uma das menores taxas de povoamento do estado: 2.223 habitantes. A região possui, predominantemente, atividades ligadas ao turismo e ao artesanato. É conhecido o cultivo e o manuseio de artesanatos da fibra natural capim dourado, arte nascida com os índios Xerente e repassada aos habitantes da comunidade de Mumbuca, próxima a Mateiros.

## **Pedro Afonso (antigo topônimo: Arraial Travessia dos Gentios)**

O arraial foi fundado como missão religiosa do frei Rafael Taggia, em 1847, com o intuito de construir uma escola de ensino religioso para os Xerente. Trouxe consigo 10 praças e

tão logo desembarcou, mandou construir diversas barracas para si e seus soldados e, separadamente, uma capela. Em seguida, chamou tôda a tribo e aldeou-a no lugar chamado São João, 24 quilômetros do arraial improvisado. Em São João fundou o Padre Taggia um colégio destinado à educação dos filhos dos selvagens. (FERREIRA, 1958, p. 331).

Entretanto, após desentendimentos com os índios, frei Taggia se retirou da região, regressando mais tarde acompanhado de indígenas do Maranhão e dando continuidade a sua ação catequética. O arraial prosperou e, em 1903, foi elevado à categoria de vila.

Posteriormente, no século XX, a cidade se dedicou à extração da borracha e ao comércio com Belém (PA). As revoltas políticas e a grande influência dos coronéis atrasaram o desenvolvimento da região, que só foi retomado a partir da construção da ponte sobre o rio Sono, em 1979.

## **Gurupi**

Os índios Avá-Canoeiro foram os primeiros habitantes da região. Em busca de uma tropa fugida de burros, Benjamin Rodrigues, morador da cidade de Peixes, chega à região em 1932. Mais tarde, em 1946, migrantes provenientes das cidades de Dueré e Porto Nacional se fixaram na localidade (IBGE, 2010).

O considerável desenvolvimento econômico da região foi alcançado com a construção da rodovia Belém-Brasília, que passa às margens da cidade. Atualmente, as principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura. Tornou-se a terceira maior cidade do estado e ocupa a 24ª posição no ranking de maior PIB da região Norte.

Os pontos elencados, com exceção de Mateiros, Araguacema e Natividade, possuem mais de 10 mil habitantes. Optamos por manter Mateiros por pertencer ao complexo do Parque Estadual do Jalapão, pelo isolamento geográfico em relação às outras localidades e por ser próximo da fronteira com o estado do Piauí. Araguacema foi selecionada em função de sua antiga história e por estar na divisa

com o estado do Pará; Natividade foi escolhida por se tratar de uma antiga zona de garimpo e por ter sido a primeira cidade tocantinense tombada pelo Iphan.

Na região central do estado, onde há maior concentração populacional, optamos por manter as localidades de Palmas e Porto Nacional por entendermos que essas regiões são significativas do ponto de vista linguístico/cultural e histórico. Entretanto, Palmas tem apenas 25 anos, e será difícil encontrar informantes com o perfil topoestático na localidade, assim, acreditamos que só será possível aplicar o critério topodinâmico para essa cidade.

O número de pontos estipulado pode não ser definitivo, pois partilhamos das premissas estabelecidas por Silva Neto (1957) e González (1992) de que a rede de pontos de um atlas não deve ser estanque, uma vez que há nuances que o pesquisador terá conhecimento apenas quando o trabalho de campo for iniciado.

A rede de pontos do ALiTTETO ficou assim constituída:

Quadro 2 – Rede de pontos do *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do estado do Tocantins* (ALiTTETO)

(continua)

	<b>Data de fundação/ emancipação</b>	<b>População (IBGE, 2010)</b>	<b>Pontos coincidentes com outros trabalhos</b>
MICRORREGIÃO DE ARAGUAÍNA			
1) Araguaína	1876 (1958)	150.484	
MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO			
2) Tocantinópolis	1818 (1943)	22.619	Nascentes (1958)
MICRORREGIÃO DE DIANÓPOLIS			
3) Natividade	1734 (1821)	9.000	ALiB
MICRORREGIÃO DE GURUPI			
4) Gurupi	1932 (1956)	76.755	
MICRORREGIÃO DO JALAPÃO			
5) Mateiros	1963 (?)	2.223	Nascentes (1958)
MICRORREGIÃO DE MIRACEMA DO TOCANTINS			
6) Araguacema	1812 (1930)	6.716	

(conclusão)

MICRORREGIÃO DE PORTO NACIONAL			
7) Palmas	1989	228.332	
8) Pedro Afonso	1845 (1937)	11.539	Nascentes (1958)/ ALiB
9) Porto Nacional	1738 (1861)	49.146	Nascentes (1958)
MICRORREGIÃO DO RIO FORMOSO			
10) Formoso do Araguaia	1949 (1963)	18.427	Cuba (2015)

Fonte: elaborada pelas autoras

## Considerações finais

São variadas as diretrizes metodológicas para os pesquisadores quanto à definição da rede de pontos para um atlas linguístico. Os critérios são diversos: geográficos, históricos e socioculturais, e, devido à importância da rede de pontos para a descrição de áreas dialetais, cabe ao pesquisador adotar um ou mais critérios para a seleção das localidades.

Os primeiros atlas publicados no Brasil possuem critérios diversos quanto à formação da rede de pontos, pois foram idealizados por autores diferentes em momentos distintos. Porém, a partir da metodologia adotada pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil em 1996, muitos pesquisadores têm se baseado nos parâmetros do ALiB para a execução de seus projetos pessoais ou institucionais.

Também é importante ressaltar que a consulta à obra de Nascentes (1958) é relevante em todos os aspectos, principalmente para a composição da rede de pontos, ressaltando-se a necessidade de atualizar as informações dadas pelo dialetólogo há meio século.

Com o surgimento da Dialetoologia pluridimensional, novos parâmetros têm surgido quanto à escolha dos pontos de inquérito, sobretudo a inclusão de localidades que foram palco de grande fluxo migratório nas décadas passadas e o são ainda na atualidade.

Com esses parâmetros e tendo em vista os objetivos do ALiTTETO, inserimos o total de 10 pontos de inquérito. Consideramos dois critérios para essa seleção: histórico/social e geográfico/político. O

primeiro critério se refere à formação histórica do estado e às principais atividades econômicas iniciadas quando pertencente a Goiás.

Quanto ao aspecto geográfico/político, atendemos marcos econômicos importantes para a formação do Tocantins, tais como a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153) e as atividades econômicas atuais. As cidades com maior PIB estadual foram inseridas com a finalidade de contemplar os grandes centros urbanos do estado.

Para delimitar o número de pontos a ser investigado, o pesquisador deverá atentar para a abrangência do atlas linguístico, se local, regional, estadual ou nacional. Por fim, é importante considerar que a pesquisa de campo está longe de qualquer esquematismo e, por vezes, mesmo após minucioso planejamento, será necessário que o pesquisador adote, ao longo do trabalho, outros critérios não previstos nas fases preparatória e exploratória.

## Referências

AGUILERA, V. A. *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.

AGUILERA, V. A. Atlas linguístico do Paraná: veredas. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998. p. 99-133.

AGUILERA, V. A. *Coleta de dados Projeto ALIB*: São Paulo [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por greize\_silva@yahoo.com.br em 20 jun. 2007.

ARAGÃO, M. S. Atlas linguístico da Paraíba. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998. p. 55-78.

ARAGÃO, M. S.; MENEZES, C. Atlas linguístico da Paraíba. Brasília: UFPB, 1984.

ARAGÃO, M. S.; PEREIRA, M. N. Atlas linguístico do Rio Grande do Norte: um projeto em desenvolvimento In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: UEL, 2005, p. 285-298.

AURÉLIO, R. P. *Os falares da Bahia e do Espírito Santo: implicações sob os aspectos dialetológicos*. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2012.

BARBOSA, M. *Atlas linguístico e etnográfico de Alagoas* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vandercei@uel.br> em 27 abr. 2014.

BEHR, M. Jalapão: patrimônio natural e cultural tocantinense. In: CAVALCANTE, I.; KIMURA, S. (Orgs.). *Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins*. Goiânia: Iphan, 2008., p.51-68.

BRANDÃO, S. F. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

BRASIL, M. C. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Caderno Estudos Sociais*, Recife, v. 13, n. 1, p. 61-84, jan./jun. 1997.

BRASIL. Alvará da criação da nova comarca de S. João das Duas Barras, desanexando-a da de Goiaz. In: BRASIL. *Código Brasileiro: ou Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas regias, &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe regente N. S. a estes estados com hum índice chronologico*. 1809. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Disponível em: <[https://archive.org/stream/codigobrasiliens00braz/codigobrasiliens00braz\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/codigobrasiliens00braz/codigobrasiliens00braz_djvu.txt)>. Acesso em: 9 fev. 2015.

BUSSE, S. *Um estudo geossociolinguístico da fala do oeste do Paraná*. 2010. 284f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

CARDOSO, S. A. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CAVALCANTE, I.; KIMURA, S. Mapeamento do patrimônio cultural do Estado do Tocantins. In: CAVALCANTE, I.; KIMURA, S. (Orgs.). *Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins*. Goiânia: Iphan, 2008, p. 91-159.

CRUZ-CARDOSO, M. L. C. Atlas linguístico do Amazonas – ALAM: a natureza de sua elaboração. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1., São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp22/09.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

CUBA, M. A. *Atlas linguístico topodinâmico do território característico*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.



FEITOSA, A. C. *et al.* O Atlas linguístico do Maranhão: um projeto em desenvolvimento. *Caderno de Pesquisa*. São Luís, v. 11, n. 2, p. 9-20, jul./dez 2000.

FERREIRA C.; CARDOSO, S. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto: 1984.

FERREIRA, C. Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos metodológicos. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: EDUEL, 1998. p. 15-30.

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol. XXXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

GARCIA MOUTON, P. Dialetologia y geografía lingüística. In: ALVAR, M. (Dir.) *Manual de Dialectología Hispánica: el español de España*. Barcelona: Ariel, 1996. p. 63-77.

GONZÁLEZ, M. Metodología de los atlas lingüísticos en España. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE DIALECTOLOGÍA, 7., 1992, Bilbao. *Actas...* Bilbao: Real Academia de la Lengua Vasca: 1992. Disponível em: <[www.euskaltzaindia.net/dok/ikerbilduma/51331.pdf](http://www.euskaltzaindia.net/dok/ikerbilduma/51331.pdf)>. Acesso em 4 mar. 2014. P. 151-177 [1-27].

HALUM, C. *Municípios tocantinenses: suas origens, seus nomes*. Palmas: Provisão, 2008.

IBGE. *Cidades: Tocantins*. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=17&search=tocantins>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. 1.8 Populações nos Censos Demográficos, segundo as grandes regiões, as Unidades da Federação e situação do domicílio 1960/2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

KOCH, W.; KLASSMANN, M; ALTENHOFEN, C. *Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS). Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.

LESSA, L. G. Atlas etnolinguístico do Acre – ALAC. *Revista Philologus*, ano 7, nº. 20, p. 75-84, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO07/20/007.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

LIMA, José Leonildo; TAMANIN, Cássia Regina; CARDOS, Valéria. Procedimentos metodológicos do ALiMAT: o documentador, o informante e a entrevista. *Ecos*, ed. 009, junho de 2010, p. 209-219.

MATTOS, R. J. C. *Chorographia história da província de Goiyaz*. Goiânia: Líder, 1979.

MILANI, S. E. Projeto construção do acervo audiovisual da língua falada em Goiás e execução do Atlas linguístico de Goiás – ALINGO. Laboratório da Língua de Goiás. 2012. Disponível em: <<http://www.labolinggo.letras.ufg.br>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

MONTES GIRALDO, J. J. *Dialectología general e hispanoamericana: orientación teórica, metodológica y bibliográfica*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

MOTA, J. Atlas linguístico de Sergipe. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A Geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: EDUEL, 1998, p. 79-98.

MOTA, J. O Projeto Atlas Linguístico do Brasil: uma visão crítica da metodologia utilizada. *ABRALIN*, v. 8, n. 1, p. 149-162, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.abralin.org/site/data/uploads/revistas/2009-vol-8-n-1/jacyramota.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

OLIVEIRA, D. P. *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2007.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de S.. *Pelos caminhos do desenvolvimento de Goiás*. 6.ed. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO CONTATUAL DAS MINORIAS ALEMÃS NA BACIA DO PRATA (ALMA-H). 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projalma>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. In: REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 1, 1997, Maceió. *Atas...* Maceió, 11 e 12 de março de 1997a. Não paginado. (Fotocopiada – Circulação Restrita).

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. In: REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2, 1997, Belo Horizonte. *Atas...* Belo Horizonte, 13 e 14 de julho de 1997b. Não paginado. (Fotocopiada – Circulação Restrita).

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la geolingüística románica: un balance. In: RADTKE, E.; THUN, H. (Org.). *Neue Wege der*

*Romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums Empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*. 13, nº 2, 2013, p. 1-41.

ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANTOS-IKEUCHI, A. R. *Atlas lingüístico topodinâmico do oeste do estado de São Paulo*. 374 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

TELES, I. M. Falares e aspectos culturais de Rondônia: a importância dos estudos sociolinguísticos, fonéticos e dialetológicos. *SIGNUM*. v. 12, n. 1, p. 385-402, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4201/4610>>. Acesso em: 1 mar 2014.

THUN, H. La geolinguística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY, 21, 1995, Palermo. *Proceedings...* Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 701-729.

THUN, H. O português americano fora do Brasil. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (orgs.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 185-227.

VENY, J. *Introducción a la dialectologia catalana*. Barcelona: Biblioteca Universitária, 1986.

ZÁGARI, M. R. L et al. *Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC, 1977.

## Identidade sociolinguística na fronteira de Aceguá (Brasil-Uruguai)

### *Sociolinguistic identity in the borderland of Aceguá (Brazil-Uruguay)*

Cintia da Silva Pacheco

UnB

cintialetras@yahoo.com.br

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar a entrada do pronome *a gente* na comunidade bilíngue uruguaia em Aceguá (fronteira Brasil-Uruguai) como um elemento ratificador da variedade do português uruguaio da fronteira. Essa mudança linguística é recente no português uruguaio, mesmo porque até então não havia registros de *a gente* como pronome, mas apenas como item lexical, semelhante ao que acontece no espanhol. A análise é sobre a identidade sociolinguística da fronteira a partir da inserção do pronome *a gente* na comunidade uruguaia como sujeito discursivo brasileiro sem ferir a identidade múltipla e fluida dos moradores da fronteira.

**Palavras-chave:** contato linguístico; português uruguaio; português brasileiro; pronome *a gente*; identidade sociolinguística.

**Abstract:** This research aims to identify and analyze the use of *a gente* pronoun in Uruguayan bilingual community of Aceguá (Brazilian-Uruguayan border), like a phenomenon that ratifies the Uruguayan Portuguese variety spoken in the borderland. This linguistic change

is recent in the Uruguayan Portuguese, considering that there were no previous records of the use of *a gente* as a pronoun, but only as a lexical item, resembling what happens in the Spanish case. This analysis is about the sociolinguistic identity in the borderland, mainly from the insertion of *a gente* pronoun as a Brazilian discursive subject in the Uruguayan community, without hurting the multiple and fluid identity of the borderland neighbors.

**Keywords:** linguistic contact; Uruguayan Portuguese; Brazilian Portuguese; *a gente* pronoun; sociolinguistic identity.

Recebido em 14 de setembro de 2015.

Aprovado em 01 de fevereiro de 2016.

*A identidade dá-nos a ideia de quem somos e de como nos relacionamos com os demais e com o mundo em que vivemos. Ela marca as formas em que somos iguais aos outros que compartilham dessa posição, bem como as formas em que somos diferentes daqueles que não compartilham da nossa posição. Frequentemente, a identidade é mais claramente definida pela diferença, isto é, por aquilo que não é. Identidades podem estar marcadas pela polarização, por exemplo, nas maneiras mais extremas de conflito nacional ou étnico, pela marca de inclusão ou exclusão – estrangeiros e nativos, “nós” e “eles”. As identidades frequentemente são construídas na forma de oposições tais como homem/mulher, negro/branco, hétero/gay, saudável/não saudável, normal/anormal.*

(WOODWARD, 1997, p. 1-2, tradução nossa<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup>No original: “Identity gives us an Idea of who we are and of how we relate to others and to the world in which we live. Identity marks the ways in which we are the same as other who share that position, and the ways in which we are different from those who do not. Often, identity is most clearly defined by difference, that is by what it is not. Identities may be marked by polarization, for example in the most extreme forms of national or ethnic conflict, and by the marking of inclusion or exclusion – insiders and outsiders, ‘us’ and ‘them’. Identities are frequently constructed in terms of oppositions such as man/woman, black/white, straight/gay, healthy/unhealthy, normal/deviant”.

## Introdução

O objetivo desta pesquisa é identificar a identidade sociolinguística, analisar a entrada do pronome *a gente* na comunidade bilíngue uruguaia em Aceguá (fronteira Brasil-Uruguai) e verificar se esse fenômeno constitui um elemento ratificador da variedade do português uruguaio da fronteira e se aproxima do português brasileiro da fronteira e do restante do Brasil.

A hipótese principal é de que se trata de uma mudança linguística recente na variedade do português uruguaio, mesmo porque até então não havia registros de *a gente* como pronome, mas apenas como item lexical, semelhante ao que acontece no espanhol (ELIZAINCÍN, 1987, p. 85).

O marco teórico da pesquisa é a Teoria da Variação, proposta por Labov em 1972<sup>2</sup>, e a Teoria da Mudança Linguística, desenvolvida por Weinreich, Labov e Herzog em 1968<sup>3</sup>. A análise quantitativa dos dados, obtidos por meio de entrevistas, é feita através do novo pacote de programas Goldvarb-X (SANKOFF, 1988a; SANKOFF, TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

O resultado estatístico indica que, no nível linguístico e social, o português brasileiro e o português uruguaio (sem os falantes categóricos de *nós*) são semelhantes quanto ao favorecimento do pronome sujeito *a gente* nos contextos de: (i) faixa etária jovem, (ii) sujeito explícito, (iii) referência genérica, (iv) dados de *a gente* precedidos de *a gente*, (v) tempo verbal do presente.

O resultado aponta para uma diferença social, já que a análise uruguaia com todos os falantes mostra os adultos favorecendo o uso de *a gente* por questões de mobilidade social e pela existência de falantes categóricos. Portanto, os resultados obtidos apontam semelhanças e diferenças importantes nas duas comunidades de fala da fronteira Brasil-Uruguai, que as aproximam e as individualizam.

A análise é fundamentada com uma discussão sobre a identidade sociolinguística da fronteira a respeito da inserção do pronome *a gente* na comunidade uruguaia como sujeito discursivo sem ferir a identidade múltipla e fluida dos moradores da fronteira.

---

<sup>2</sup>Cf. Labov (2008).

<sup>3</sup>Cf. Weinreich, Labov e Herzog (2006).

## A identidade sociolinguística

Labov (2008) define a comunidade de fala como um grupo de falantes que compartilham o mesmo sistema linguístico e um conjunto de normas sociais. Para a comunidade fronteiriça de Aceguá, como seria a delimitação dessa norma? No caso dos uruguaios, trata-se, em sua grande maioria, de duas normas linguísticas (espanhol e português) e no caso dos brasileiros trata-se, em sua grande maioria, de uma única norma (português). No entanto, em termos sociais e identitários, as normas são frequentemente compartilhadas na comunidade de fala da fronteira de Aceguá. Para tanto, foram entrevistados 38 colaboradores, distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 1 – Constituição geral do *corpus*

<b>Faixa etária</b>	<b>Brasileiros</b>	<b>Uruguaios</b>
<b>15 a 30 anos</b>	4 homens 3 mulheres	3 homens 4 mulheres
<b>31 a 49 anos</b>	2 homens 5 mulheres	6 mulheres
<b>Acima de 50 anos</b>	3 homens 2 mulheres	2 homens 4 mulheres
<b>TOTAL</b>	19 colaboradores	19 colaboradores

Fonte: Pacheco (2014)

Assim, segundo Scherre (2006), o aspecto social (estratificação, estilo e avaliações subjetivas), na perspectiva laboviana, é um dos elementos de natureza externa à estrutura que ajuda a compreender a variação e a mudança linguística. O sentimento de pertencimento a uma ou outra comunidade de fala varia conforme a perspectiva dos próprios falantes.

Em observações participantes, nota-se que os brasileiros da fronteira se sentem geralmente pertencentes a uma só comunidade de fala brasileira, mas os uruguaios da fronteira geralmente se sentem pertencentes à comunidade de fala brasileira e uruguaia, ora com tendência maior para a comunidade brasileira ora para a uruguaia, como o caso dos jovens uruguaios colaboradores desta pesquisa.

É perceptível que ambos os lados da fronteira compartilham uma norma linguística, o português, e, portanto, constituem uma comunidade

linguística definida pelos sujeitos de “mesmo” discurso identitário quando estão falando em português ou quando tentam se aproximar do português brasileiro utilizando o pronome *a gente*.

Com relação à variação pronominal de primeira pessoa do plural, os resultados linguísticos e sociais são semelhantes, o que confirma que a comunidade de Aceguá partilha normas linguísticas e sociais da fronteira. Do ponto de vista social, os jovens uruguaios favorecem o emprego do pronome *a gente* apenas com a retirada dos dados categóricos de *nós*. Por isso, é de suma importância investigar que tipo de relação identitária se manifesta na comunidade, de ambos os lados da fronteira, e no próprio indivíduo.

Tabela 2 – Frequência geral dos colaboradores de Aceguá

Colaboradores	Com todos		Sem os categóricos	
	A gente	Nós	A gente	Nós
<b>Brasileiros e uruguaios</b>	45,1% 452/1002	54,9% 550/1002	58,3% 452/775	41,7% 323/775
<b>Uruguaios</b>	29,3% 135/461	70,7% 326/461	49,1% 135/275	50,9% 140/275
<b>Brasileiros</b>	58,6% 317/541	41,4% 224/541	63,4% 317/500	36,6% 183/500

Fonte: Pacheco (2014)

Na análise com todos os dados, os uruguaios alcançam 29,3% no uso de *a gente* e os brasileiros, 58,6%. Na análise sem os dados categóricos de *nós*, há um aumento significativo do uso de *a gente* para os uruguaios (49,1%) e para os brasileiros (63,4%). Essa diferença percentual entre as análises, por conta da manifestação linguística individual, é também uma motivação para analisar a identidade dos colaboradores da fronteira de Aceguá, sobretudo, dos uruguaios que fazem parte dos 29,3%. Assim também é possível entender melhor porque alguns colaboradores uruguaios usam categoricamente o *nós*.

Labov (2008) já tratava da questão da identidade no caso de Martha's Vinneyard, em que situa bem o que é aceito localmente e o que é visto como de fora da ilha; a segregação em guetos dos adolescentes afro-americanos em Nova Iorque a partir do *apartheid* social; e etnias judaicas e ítalo-americanas em Nova Iorque que entram em contato com a língua dominante.



Sobre Martha's Vineyard, Labov (2008) identificou que os que planejavam ficar na ilha exibiam maior centralização no uso dos ditongos (ay) e (aw) do que os que planejavam deixar a ilha. Inclusive o grupo dos portugueses que se identificavam mais com a ilha também exibia maior centralização do que os descendentes de ingleses, já que os portugueses afirmavam seu *status* de vineyardenses nativos com a realização de um traço linguístico também específico da comunidade de Martha's Vineyard, demonstrando uma atitude positiva para com a ilha.

Dessa forma, há semelhança entre Martha's Vineyard e Aceguá no tocante à constituição urbana e rural de ambas as comunidades, bem como à motivação para o uso ou não da variante inovadora. Os falantes uruguaios que usam categoricamente *nós* têm redes sociais mais restritas ao Uruguai, sem muito contato com o Brasil, e demonstram uma identidade mais uruguiaia, com poucos elementos brasileiros. É parecido com os falantes nativos da ilha de Martha's Vineyard que demarcam sua identidade cultural com a alta centralização dos ditongos, como forma de marcar um sentimento de pertencimento à ilha.

A presença do pronome *a gente* pode estar associada à aproximação do modo de falar e viver tipicamente brasileiro, mesmo que de forma inconsciente, contrariamente ao que acontece em Martha's Vineyard, em que a alta centralização dos ditongos (ay) e (aw) estava relacionada à grande resistência às incursões dos veranistas, ou seja, com os que vêm de fora.

Logo, em Aceguá o pronome *a gente* não parece ser interpretado como um padrão vindo de fora que precise ser combatido. Pela própria identificação com o Brasil e com o fato de muitos também serem brasileiros, essa reação é menos segregadora. Para Labov (2008, p. 43), “somente quando se atribui significado social a tais variações é que elas são imitadas e começam a desempenhar um papel na língua. A regularidade, portanto, vai ser encontrada no final do processo”.

Por se tratar de uma mudança linguística rumo ao uso cada vez maior de um pronome (*a gente*) inovador, prestigiado, prototípico do português monolíngue, brasileiro e dos jovens, é importante discutir os conceitos labovianos de *change from below* (mudança sem consciência social) e *change from above* (mudança com consciência social) (LABOV, 2001, 2008).

A mudança sem consciência social ou *change from below* seria interna e natural à própria variedade linguística em questão, como é o caso do português brasileiro da fronteira, uma vez que o *a gente* já pertencia

à língua desde o português arcaico e se gramaticalizou em pronome. No caso do português uruguaio da fronteira, a mudança parece acontecer mais com consciência social ou *change from above*, uma vez que o pronome *a gente* ainda não havia sido registrado nesse falar uruguaio e é um ideal prestigiado, urbano e típico da variedade monolíngue brasileira, sendo, portanto, externo à variedade em uso.

Com uma interpretação menos polarizada e mais relativizada, a variação pronominal de primeira pessoa do plural também pode refletir uma mudança sem consciência em ambos os lados da fronteira, visto que se trata provavelmente de um fenômeno não estigmatizado (ZILLES, 2007) tanto no português uruguaio como no português brasileiro da fronteira em Aceguá. A partir da inserção de *a gente* no português uruguaio, o pronome começa a avançar e expandir de forma natural nas mesmas variáveis linguísticas e sociais conforme acontece no português brasileiro.

No caso da fronteira, será que a identidade é mais brasileira, mais uruguaia ou são híbridas e fluidas? Como a identidade sociolinguística é formada e constituída na fronteira e de que forma ela interfere no falar local e na escolha dos pronomes de primeira pessoa do plural? Todos esses questionamentos se intensificam depois dos resultados estatísticos que apontam que o sistema linguístico e social é, em grande parte, semelhante na comunidade de Aceguá como um todo, em ambos os lados da fronteira. Assim, é importante analisar também as questões mais subjetivas para entender mais e melhor as múltiplas identidades que se manifestam no momento da interação entre os falantes da fronteira.

Para responder a essas perguntas, é preciso entender como o bilinguismo, a territorialidade, a ecolinguística local, a nacionalidade, o processo de urbanização, a identidade, a alteridade, a pós-modernidade, os discursos identitários e os significados sociais das variantes se manifestam na fronteira.

## **As identidades, os territórios e a Ecolinguística**

Do ponto de vista do bilinguismo, admite-se que os uruguaio utilizam como línguas maternas o português e o espanhol, já que dominam as duas igualmente, ainda que as utilizem em contextos sociais diferentes. Segundo Uyeno (2003, p. 40-41), “língua materna é a que se domina mais e é normalmente falada em casa, tem a ver com a terra onde nasceu, a herança sanguínea e a língua na qual é criado”. No entanto, não se

trata de apenas conviver com as duas línguas, mas de necessariamente utilizá-las na prática interativa e comunicativa.

Do ponto de vista ecológico, segundo a teoria da Ecolinguística (COUTO, 2007, 2009b), a língua é analisada juntamente com o meio ambiente. De acordo com o autor, “para que haja uma língua (L) é necessário haver um povo ou população (P) que a forme e use, sendo que esse povo tem que viver e conviver em determinado lugar ou território (T)”. Essa totalidade é conhecida como comunidade (COUTO, 2009b, p. 19).

Para Couto (2009b), um dos tipos de contato linguístico seria a situação fronteira vista como o reflexo de dois povos e dois territórios. No caso de Aceguá, o lado uruguaio utiliza predominantemente o português, ainda que alterne com o espanhol, e o lado brasileiro utiliza o português. De acordo com o autor, “quando uma língua tem mais prestígio, tende a ser mais usada nas interações interlinguísticas.” (*Ibid.*, 2009b, p. 54). Como nessa fronteira não há nenhum acidente geográfico, “o mais comum é haver algum tipo de convergência linguística” (Loc. cit.). Essa convergência não é nenhuma espécie de “portunhol”, mas a predominância do português da região em ambos os lados da fronteira ou de formas linguísticas típicas do português brasileiro.

No caso do Brasil-Uruguai, os conquistadores desse território foram os portugueses e espanhóis. Com a dizimação das línguas indígenas, passa a prevalecer o português em ambos os lados da fronteira independentemente da divisão política dos territórios. Quando há conquistas e a dominação de povos, frequentemente os detentores do poder delimitam artificialmente determinado território como sendo do Estado, o que inclui o povo e a língua, ignorando os minoritários ou mais fracos (*Ibid.*, 2009b, p. 113-114).

No início do processo de territorialização com povos e línguas diferentes, concebe-se uma sociedade, bilíngue ou multilíngue, e depois tenta-se a todo custo transformá-los numa única nação, com uma única língua e com uma única identidade.

A delimitação de uma região multilíngue traz implicações políticas, culturais e educacionais, como políticas e planejamentos linguísticos centralizadores que privilegiam a língua estatal, discursos oficiais, publicações e meios de comunicação de massa. A língua estatal não significa língua da nação ou do povo como um todo, porque cada povo é uma nação, por mais que se queira ter uma nação ideal, homogênea e, sobretudo, artificial (*Ibid.*, 2009b p. 130).

A verdade é que o sentido de nação é uma construção imaginária efêmera e errônea por projetar uma história e uma cultura homogêneas (DEALTRY, 2002) na relação direta entre identidade nacional e comunidade imaginada (WOODWARD, 1997, p. 18). A língua oficial ou estatal também é, de certa forma, uma língua imaginada, porque não existe enquanto manifestação linguística real.

A fronteira é um excelente exemplo de uma situação linguística altamente heterogênea. Por conta de todos os fatores intrínsecos à situação fronteiriça, bilíngue e de múltiplas identidades, devemos considerá-la ora como uma única comunidade de fala brasileira, a partir da convergência com o uso do português e com o uso do pronome *a gente* na tentativa de aproximação com o português brasileiro, ora como duas comunidades de fala quando do lado uruguaio se utiliza o espanhol e do lado brasileiro, o português. Do ponto de vista da nação, são duas nações, mas do ponto de vista linguístico e interacional ora os sujeitos se colocam como distintos, ora como pertencentes a uma mesma comunidade. Assim, partilham de normas sociais comuns aos dois lados da fronteira. A situação fronteiriça em Chui/Chuy é de

um único ecossistema, mesmo que transicional, entre dois outros ecossistemas maiores, ou seja, trata-se de uma única *comunidade de fala*. Um dos principais argumentos é o de que há uma comunidade entre os dois lados (só uma avenida separa Brasil e Uruguai); uma vista aérea nos revela uma única cidade. Um segundo argumento é a atitude dos membros da comunidade. Para eles é “uma coisa só”. Quem mora de uma lado não considera o morador do outro lado da avenida como alguém de “outra” cidade. (COUTO, 2009a, p. 14, grifo do autor).

Isso também acontece com Aceguá. A diferença principal das duas fronteiras é que em Chuy o espanhol é a língua predominante e em Aceguá é o português, o que nos leva a entender, do ponto de vista linguístico e identitário, que ora a comunidade uruguaia interage em português, ora em espanhol, enquanto a brasileira predominantemente em português. Essa alternância entre as línguas pode ser consequência de aproximações identitárias múltiplas que acontecem na fronteira, dependendo do interlocutor, do grau de intimidade, do assunto da conversa, da proximidade com as línguas ou os países.

Com relação aos resultados linguísticos e sociais, de maneira geral, a comunidade se manifesta de forma mais convergente. Interessante retomar a diferença que houve com os resultados sociais com e sem os dados categóricos do pronome *nós*. Na análise brasileira, tanto com ou sem os dados categóricos, o padrão da faixa etária foi o mesmo: jovens favorecendo o uso de *a gente*. Já na análise uruguaia com todos os colaboradores, os adultos favoreciam o emprego de *a gente* e os jovens e os de mais idade favoreciam o uso de *nós*. Ao analisar cada falante isoladamente, percebeu-se que parte desses jovens apresentou um uso categórico de *nós* porque não tinham contato com o Brasil, eram mais voltados para o Uruguai e, portanto, tinham menos mobilidade social e geográfica que os demais. Retirando esses casos categóricos, o padrão da faixa etária se manifesta igualmente à análise dos dados de falantes brasileiros, mostrando a força do condicionamento social semelhante na fronteira.

O padrão etário, resultado da análise com todos os falantes em que adultos favorecem o emprego de *a gente*, e da análise sem os casos categóricos, com jovens também favorecendo o *a gente*, também mostra como as comunidades de fala são permeadas pelas identidades múltiplas dos grupos e dos indivíduos.

A tendência ao polo brasileiro acontece, diacronicamente, devido à influência histórica dos portugueses na região e, sincronicamente, devido à presença massiva do português monolíngue como língua dominante, mais urbana, de maior prestígio econômico, social, político e comercial. Assim, a fronteira política não coincide com a fronteira linguística, porque aquela é artificial e esta, natural. O que é natural certamente varia e muda ao longo do tempo, diferentemente do estático e convencionalizado.

Qualquer comunidade existe em um tempo materializado em um espaço. Assim, é também importante analisar a fronteira a partir da geografia, como de certa forma trabalha a Ecolinguística. Para Haesbaert (2002, p. 31), o tempo e o espaço geográfico não estão desaparecendo, mas surgindo sob novas formas e novos significados. Essa ideia é reforçada por Bauman (2001, p. 15) para quem “a modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si”, uma vez que antigamente eram estáveis e se correspondiam biunivocamente.

Para definir território, segundo Haesbaert (2002, p. 35), há três linhas de pensamento: a primeira vê o território do ponto de vista

econômico como “base material, concreta, de reprodução da sociedade”. A sociedade, assim, será mais territorializada quanto mais for dependente das bases materiais como as sociedades indígenas. E quanto maior a tecnologia, maior a desterritorialização, que seria o fim das distâncias geográficas e o desapareço do meio físico com o ciberespaço (LÉVY, 1999). A ordem econômica da globalização também faz parte dessa interpretação, uma vez que a mobilidade espacial é maior e as grandes empresas se sobrepõem aos comércios locais (HAESBAERT, 2002, p. 36).

A segunda linha vê o território do ponto de vista político, do poder das instituições como forma de controle dos indivíduos. “Mas aqui também são muitos os que defendem a tese da desterritorialização: a globalização, suprimindo cada vez mais as fronteiras, estaria enfraquecendo o controle do Estado-nação, território por excelência da modernidade” (*Ibid.*, p. 37).

A terceira abordagem é o território a partir da dimensão cultural, dotado de identidade territorial (étnica, nacional, religiosa, dos grupos sociais). Mesmo assim, a cultura não pode ser vista independentemente da concepção política, “porque a produção simbólica que domina o nosso tempo é indissociável das relações de poder às quais está ligada. Assim, mesmo os geógrafos que destacaram a tradição política do território não ignoram suas bases culturais, simbólicas” (Loc. cit.). É na perspectiva de cultura política, ao mesmo tempo material e simbólica, que Haesbaert lida com os processos de desterritorialização.

Hoje, na desordem territorial denominada precariamente de pós-moderna, lado a lado com uma globalização que se diz homogeneizadora e niveladora de culturas, surge uma fragmentação envolvendo territórios estatais-nacionais, com um caráter político mais pronunciado, e territórios de forte conotação identitária. (HAESBAERT, 2002, p. 39).

Essa desterritorialização pressupõe necessariamente uma reterritorialização (reconstrução territorial), uma vez que a ecolinguística já resguarda a tríade “povo, língua e território” (COUTO, 2007, 2009b) a partir das formas de organização. Há, portanto, um distanciamento ou alongamento espaço-temporal, no qual o local se alonga ou desencaixa para atingir o global (HAESBAERT, 2002, p. 33). Esse global, em Aceguá, é a aproximação cada vez maior do Brasil e do português. Segundo Haesbaert (2002, p. 41),

teríamos territórios culturalmente mais fechados, cujos grupos poderiam ser vistos, ao mesmo tempo, como territorializados (internamente) e desterritorializantes (na relação com grupos de outros territórios, deles excluídos), e territórios culturalmente mais híbridos, no sentido de permitirem/facilitarem o diálogo intercultural, quem sabe até possibilitando a emergência de novas formas, múltiplas, de identificação social.

Em Aceguá, ora a comunidade é mais territorializada (por exemplo, no comportamento categórico de alguns jovens uruguaios no uso apenas de *nós* como pronome de primeira pessoa do plural, também pela pouca proximidade com o Brasil), ora desterritorializada, quando não se percebem diferenças sociais nas análises sem os casos categóricos, mantendo o padrão etário jovem como favorecedor do emprego do pronome *a gente*. A autenticidade cultural tradicionalmente correspondia a um território de fronteiras bem definidas. Hoje, a identidade é híbrida e inautêntica (*Ibid.*, p. 46). Isso quer dizer que não há nada homogêneo quando se trata de fronteiras, cultura, identidade.

As territorializações são “efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição de funções e controles, como nas novas formas de gestão multiescalares em que começam a se conjugar níveis locais, regionais, nacionais, megarregionais (ou de blocos) e globais” (*Ibid.*, p. 48). Desse modo, um único indivíduo é capaz de vivenciar (dependendo da classe social e do contato com o Brasil) diversas territorialidades, assim como diversas identidades, mesmo estando em um único local físico que é dividido apenas politicamente. Essa territorialidade é simbolicamente vivida, mesmo não sendo necessariamente concreta ou física.

Um território múltiplo, onde devemos implementar não uma identidade una e pouco permeável ou, ao contrário, a diluição de todas as identidades, mas o convívio entre várias construções identitárias, inclusive aquela que envolve a opção de compartilhar múltiplos territórios. (HAESBAERT, 2002, p. 49).

O território múltiplo é associado à questão da nacionalidade, da identidade múltipla e do bilinguismo. Por isso, o português é visto

politicamente no Brasil como língua nacional, e a defesa da unidade da língua como unidade nacional depende da instrução e da escolarização para a nacionalização do ensino e, conseqüentemente, da língua no estado do Rio Grande do Sul (TRINDADE, 2002, p. 238-239).

Todas essas estratégias governamentais evidenciam que a nação brasileira era constituída de culturas diversas, havendo inclusive o controle governamental do número de casamentos e de filhos entre brasileiros e entre brasileiros e outras nacionalidades, e que o processo de unificá-la envolveu conquista violenta, pois ocasionou, por vezes, a supressão forçada das diferenças culturais e sua tradução pela mescla de identidades, com os governantes intervindo nas escolas – fechando-as e demitindo professores (as) – e obrigando o uso de uma única língua. Pode-se constatar, ainda, como se dava essa imposição, examinando-se o jogo de forças – ser brasileiro(a) ou ser estrangeiro(a): falar a língua de origem ou falar a língua nacional – em que se defrontam internamente pessoas e grupos, com suas diversidades étnicas. (*Ibid.*, p. 241).

No Uruguai, a língua espanhola é fator identitário do uruguaio. Ainda que nessa última década as políticas bilíngues estejam mais em voga, se o uruguaio fala português, sua identidade é enfraquecida por esse discurso nacional de que no Uruguai se fala espanhol e que ser uruguaio pressupõe a fala espanhola (CARVALHO, 2006). Nessa situação, como fica a identidade do fronteiro, sobretudo do uruguaio bilíngue? Há alguma relação direta entre identidade, nacionalidade e uso linguístico?

## **As identidades e as nacionalidades**

A língua materna é falada primeiramente no espaço familiar. Assim, ao estabelecer uma língua oficial, o Estado ignora a língua das minorias e não prevê as diferenças linguísticas e sociais em todo o território brasileiro.

A identidade nacional representa uma cultura nacional, apenas como construção discursiva. De acordo com Trindade (2002, p. 247), “vistas como discursos, as culturas nacionais correspondem a modos de construir sentidos, que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”.



As culturas nacionais não deixam, portanto, de contribuir para a construção das nossas identidades, mas também não têm relação direta e única, porque, inclusive, alguns colaboradores de Aceguá diziam que eram brasileiros e depois, no meio da entrevista, diziam que eram uruguaios também, e vice-versa. Ou seja, muitas vezes eles tinham as duas nacionalidades, mas se identificavam primeiro com apenas uma, e depois se lembravam de que também tinham outra.

A identidade cultural como identidade nacional também é fragmentada na modernidade tardia, por isso, é difícil para os fronteiriços definirem, muitas vezes, se são uruguaios ou brasileiros. Segundo Hall (2005, p. 48), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”.

Como exemplo disso, temos dois falantes: uma jovem uruguaia (também com nacionalidade brasileira), filha de mãe uruguaia e pai brasileiro; e um jovem brasileiro, filho de pais brasileiros. A menina não consegue se enquadrar em apenas uma nacionalidade:

*Entrevistadora: Mas o primeiro registro foi em que?*

*Entrevistada: Brasileiro. Mas é como tudo, eu tenho a documentação uruguaia. O pessoal da fronteira é enrolado, o pessoal da fronteira tem os dois documentos, entende? Então eu não tenho como dizer eu sou só brasileira. Eu sou brasileira e sou uruguaia ao mesmo tempo.*

*Entrevistadora: Se bem que ficar como brasileiro... por exemplo, quando eu te pergunto tu te identifica primeiro como uruguaia ou como brasileira assim?*

*Entrevistada: Como brasileira.*

*Entrevistadora: Como brasileira?*

*Entrevistada: Como brasileira, sim. Por isso que eu te digo que eu tenho dois documentos, e toda vida estudei no Uruguai, e se eu tivesse que abrir mão de um documento, pra mim seria difícil. Por quê? Porque eu sou brasileira. E dizia: mas não, eu sou brasileira, nasci no Brasil, sou brasileira, quero o Brasil, e eu sou brasileira. Mas os meus estudos, a minha carreira, tudo o que eu fiz, tá tudo no Uruguai, eu não posso abrir mão do Uruguai. Mas a mim me dói se eu tenho que abrir mão do Brasil, entende?*

(CAR, mulher, de 15 a 30 anos, uruguaia, ensino médio).

Assim, a entrevistada diz que é brasileira e uruguaia ao mesmo tempo, porque tem necessidade de legitimação do Estado, mas afirma que se identifica mais com o Brasil porque nasceu lá, ainda que não consiga abrir mão do Uruguai, onde se dedicou aos estudos e à carreira. Suas identidades são múltiplas ou, no caso dessa fronteira, duplas, fragmentadas e também construídas no momento da interação quando fala que sente “dor” por ter de abrir mão de alguma nacionalidade.

No caso do jovem brasileiro, ele não se identifica muito com os costumes da fronteira e manifesta gostos mais gerais, globalizados, externos à comunidade, como o gosto por pagode.

*Entrevistadora: Pois é, seria ótimo. Aí, o que você conseguir, pra GENTE vai ser bom. Vocês vão participar dos festejos aí da Semana Farroupilha?*

*Entrevistado: É, frequente. Não é muito o meu...*

*Entrevistadora: É? Não se identifica muito não?*

*Entrevistado: Não é muito meu gosto. É, não.*

*Entrevistadora: É mesmo? Achei que era super...*

*Entrevistado: Apesar de ser daqui...*

*Entrevistadora: Eu achei que era geral.*

*Entrevistado: É. Mesmo sendo daqui, música gaúcha aí, no ritmo uruguaio que é a Cúmbia... não consigo gostar.*

*Entrevistadora: É mesmo?*

*Entrevistado: Sou mais pagodeiro.*

*Entrevistadora: Ah, é?*

*Entrevistado: Sou mais pagodeiro.*

(GUI, homem, de 15 a 30 anos, brasileiro, ensino médio).

Dessa forma, o jovem demonstra certa distância da Semana Farroupilha, uma festa típica do Sul do Brasil e já enraizada também na fronteira, compartilhada pela maioria dos uruguaios e brasileiros. Esse falante, independentemente da nacionalidade e do território onde mora, diverge em algumas normas sociais da comunidade, ou seja, não há sentimento de pertença ao grupo cultural brasileiro.

A nação, além de uma entidade política, é um sistema de representação cultural. Segundo Hall (2005, p. 50), “as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia de uma nação tal como representada em sua cultura nacional”. As identidades

nacionais também já foram mais unificadas, mas agora estão sendo deslocadas por causa dos processos de globalização (Loc. cit.).

Para Hall (2005), é necessário levar em consideração as estratégias discursivas para a construção de uma comunidade imaginada: memórias do passado, desejo por viver em conjunto e perpetuação da herança nacional. A cultura nacional é também um discurso, porque é o modo de construir e dar sentido às nossas ações e ao que somos nós. Ao produzir sentido sobre a “nação”, constroem-se identidades que podem identificar os sujeitos ou não (*Ibid.*, p. 50-51). A identidade nacional é baseada na ideia de um único povo, mesmo que nem todos participem da mesma forma na sociedade, uma vez que as nações modernas são híbridos culturais (*Ibid.*, p. 55, 62).

Em Aceguá, a nacionalidade e a identidade sociolinguística estão imbricadas, o que impede qualquer tentativa de separação rígida entre os dois países, ou seja, não basta oficialmente ser uruguaio ou ser brasileiro para haver correspondência direta com a cultura, a identidade e a língua desse país. Muito pelo contrário, pois as relações identitárias na fronteira perpassam a simples nacionalidade, sobretudo do lado uruguaio, uma vez que são bilíngues e as relações bem heterogêneas. Por isso, fizemos três análises, uma da comunidade como um todo, uma do lado uruguaio e outra do lado brasileiro, interpretando ora a identidade cultural geral, ora fragmentada em uruguaio ou brasileiro.

## **As identidades e as diferenças**

Para Uyeno (2003, p. 40-41), “é questionável a homogeneização como fundamento de uma identidade ‘autêntica’, tanto em termos individuais como comunitários, tanto como a ideia de nação, ou nacionalidade, como um fato, um dado real”. Os processos identitários são mais flexíveis e híbridos e a heterogeneidade faz parte da vivência social. A materialização da identidade se dá a partir do momento em que se conhece o outro, ou seja, é na diferença de um sujeito para o outro que se constrói(em) a(s) identidade(s).

Para Olinto (2002, p. 261), a dissolução do sujeito e o abandono de mitos fundadores contribuem para novas formas de emancipação. O modelo político da diferença questiona o universalismo abstrato da natureza humana (*individuum* = indiviso) e entende a realidade social “como sistema diferencial composto por uma multiplicidade de discursos que, por seu

lado, produz uma multiplicidade de posições para o sujeito, marcando o caráter processual de identidades nunca finalizadas” (Loc. cit.).

A identidade e a linguagem refletem um “discurso inconsciente que nos habita e que é constituído por um ‘eu’ a partir de um outro numa alteridade sem limites” (SCHERER; MORALES; LECLERQ, 2003, p. 24) e que significa intervalos da vida do sujeito e de sua história. O sujeito se reconhece e é reconhecido por sua alteridade. Para Woodward (1997, p. 47, tradução nossa), “a diferença é crucial para classificar sistemas através dos quais significados são produzidos”<sup>4</sup>. Assim,

esse sujeito não pode dispor de seu deserto sem uma história e é sua história (individual e coletiva) que vai ajudá-lo, vai dar-lhe os meios de povoá-lo, de dispô-lo, de fazê-lo prosperar, de eliminar, preservando sua identidade porque sabemos que todo sujeito é único e singular em seu tempo e em seu espaço. Seu percurso está ligado à sua história de vida e vice-versa. (SCHERER; MORALES; LECLERQ, 2003, p. 24).

De acordo com Woodward (1997, p. 33, tradução nossa), “a identidade do ‘forasteiro’ é produzida em relação com ‘pessoa de dentro’”<sup>5</sup>. Assim, a ideia de um “eu” isolado no mundo é uma ilusão, porque certamente está enraizado em algum grupo social que compõe uma comunidade (LERAY, 2003, p. 119). Assim, “a língua é o primeiro vetor identitário que testemunha a diversidade sociolinguística das comunidades humanas e a construção identitária não se restringe aos limites de um território, mas inscreve-se numa história mestiça de línguas e de culturas” (*Ibid.*, p. 120).

Nesse trabalho, a identidade, construída e identificada social e culturalmente na alteridade com o outro, é entendida na sua pluralidade, multiplicidade e diversidade de papéis e práticas sociais, transformações, contextos, discursos, textos.

A identidade, então, não é o oposto da diferença, mas depende dela. Nas relações sociais, essas formas de

---

<sup>4</sup>No original: “Difference is central to classificatory systems through which meanings are produced”.

<sup>5</sup>No original: “The identity of the ‘outsider’ is produced in relation to the ‘insider’”.

diferença social e simbólica são estabelecidas, pelo menos parcialmente, por meio da operação dos que são conhecidos como sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica o princípio da diferença a uma população de tal forma que possa dividi-la e todas as suas características em, pelo menos, dois grupos opostos – nós / eles; eu / o outro. (WOODWARD, 1997, p. 29, tradução nossa)<sup>6</sup>.

O sujeito pós-moderno possui identidades sociais individuais (pessoal) e comunitárias (coletiva) também decorrentes do processo de globalização, como pertencente a uma cultura local e global (LASH, 1997). Segundo Giddens (2002, p. 13), “quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções”.

Posto isso, a identidade é fragmentada e definida culturalmente, pois assumimos identidades diferentes em situações diferentes (o ser da fronteira é diferente do ser da capital), em decorrência das novas exigências, mudanças sociais, transformações sociais, novas organizações sociais, novos estilos. Assim, entender a identidade também é compreender o processo de mudança da língua e da sociedade. Tudo isso tem a ver com língua enquanto sociedade multifacetada, variada, bilíngue conforme explica Ivo (2013, p. 104).

Nesse processo cultural e na construção das suas significações, construímos e (re)construímos a nossa identidade sob a influência e à luz da experiência do mundo social, das suas relações, das suas desigualdades e dos diferentes grupos culturais com os quais convivemos.

Esse processo de ida e vinda, de construção e reconstrução, simboliza um período de crise de identidade provocado também pela

---

<sup>6</sup>No original: “Identity, then, is not the opposite of, but depends on, difference. In social relations, these forms of symbolic and social difference are established, at least in part, through the operation of what are called classificatory systems. A classificatory system applies a principle of difference to a population in such a way as to be able to divide them and all their characteristics into at least two, opposing groups - us/them; self/other”.

ideologia da globalização que pretende centralizar e homogeneizar tudo e todos. Para Coracini (2003, p. 13), “as diferenças só são respeitadas na medida em que elas garantem a manutenção ou a criação de um novo mercado de consumo”. Ainda segundo a autora,

se buscássemos arrolar características, estaríamos estudando a identidade (do lat. *idem* = mesmo) como o mesmo, idêntico a si, como consciência, razão e não como diferença, descontinuidade, fragmentação. No primeiro caso, estaríamos situando nossas pesquisas numa perspectiva sociológica, que parece mais preocupada em definir a identidade de grupos – nacional, étnica, cultural, sexual, de gênero, profissional... Entretanto, se buscarmos compreender o sujeito como dispersão, sujeito cindido, dividido, atravessado pelo inconsciente, estaremos adotando seja uma perspectiva filosófica (derridiana), seja uma perspectiva discursiva que encontra na psicanálise seu ponto de apoio, voltada sobretudo para a constituição do sujeito do inconsciente que, imerso no discurso – que sempre provém do outro –, é mais falado do que fala (Lacan). (CORACINI, 2003, p. 14-15).

A identidade na modernidade tardia ou pós-colonial também é reflexo de mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas que vivenciamos e que vem trazendo problemas quanto à definição de nacionalidade e territorialidade. De acordo com Lopes e Bastos (2002, p. 14), “vivemos, desse modo, tempos em que há em curso um grande repensar sobre quem somos: os vários veículos da mídia (jornais, revistas, rádio, televisão, internet etc.) deixam clara tal tendência diariamente”. E tudo isso é de fundamental importância para compreender o mundo em que vivemos.

A mudança identitária também perpassa pelas questões midiáticas. Em Aceguá, esse polo é voltado para o Brasil, especialmente a TV Globo e as rádios brasileiras, que são bem presentes no cotidiano dos membros da comunidade fronteiriça. Para Giddens (2002, p. 12), “a experiência canalizada pelos meios de comunicação, desde a primeira experiência da escrita, tem influenciado tanto a auto-identidade quanto a organização das relações sociais”.

## As identidades e a pós-modernidade

Para Bauman (2001, p. 17-18), estamos em um período de transição da modernidade sólida para a líquida, dinâmica, com mais mobilidade. Os sólidos são estáveis e os líquidos fluidos:

Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (*Ibid.*, 2001, p. 12).

Para Bauman (2001), a identidade é única, individual. Portanto, mudar de identidade significa romper com o passado, com determinados vínculos e certas obrigações. Viver em harmonia é utopia de qualquer comunidade, mas, no caso de Aceguá, em certa medida, isso se concretiza bem, porque há uma interação mútua entre ambos os lados da fronteira.

A mudança e a crise da identidade na sociedade pós-moderna declinaram as identidades anteriores, que por tanto tempo guiaram o mundo social. Agora surgem novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno, antes visto como um sujeito unificado. A identidade está deslocada, fragmentada e descentrada em várias (HALL, 2005, p. 7).

Em uma mesma comunidade de fala, como é o caso de Aceguá, há variação no uso de *nós* e a *gente* e há categoricidade no uso de *nós*. E há uruguaios que se identificam como uruguaios e brasileiros, e há uruguaios que se identificam apenas como uruguaios. Do lado brasileiro, é mais comum a identidade ser apenas brasileira. Essas identidades não são unificadas ou únicas, mas, muitas vezes, partilhadas em duas, sobretudo para os uruguaios, porque também são os que falam mais as duas línguas, ou seja, ser bilíngue ou monolíngue na fronteira tem relação com a família, o lugar de origem, a(s) língua(s) que fala, além da nacionalidade propriamente dita.

Para Hall (2005, p. 10-13), há três concepções de identidade a partir de três épocas históricas, a saber:

- (i) A identidade do sujeito do iluminismo – indivíduo centrado, unificado, racional. Concepção individualista, biológica, desde o nascimento até a morte;
- (ii) A identidade do sujeito sociológico – complexidade do mundo moderno. Concepção interativa da identidade e do eu. Identidade cultural;
- (iii) A identidade do sujeito pós-moderno – múltiplas identidades. A identidade é histórica, e não biológica.

O mundo pós-moderno “é de muitas maneiras um mundo único, com um quadro de experiência unitário (por exemplo, em relação aos eixos básicos de tempo e espaço), mas ao mesmo tempo um mundo que cria novas formas de fragmentação e dispersão” (GIDDENS, 2002, p. 12). Assim, este trabalho sobre a fronteira contempla, de certa forma, os sujeitos sociológicos e pós-modernos de Aceguá.

As sociedades modernas ou pós-modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Segundo Hall (2005, p. 17), “as sociedades da modernidade tardia [...] são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos”.

A pós-modernidade, modernidade radicalizada, alta modernidade ou modernidade alta e tardia de Giddens (2002) é de ordem pós-tradicional e caracterizada por uma construção reflexiva do eu. As características da modernidade são, portanto, a reflexividade institucional, a reorganização do tempo e espaço e os mecanismos de desencalhe das relações sociais.

A modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e portanto com o eu. Uma das características distintivas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois “extremos” da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro. (GIDDENS, 2002, p. 9).



De acordo com Giddens (2002, p. 176), não basta afirmar que o sujeito tem tantos “eus” a depender dos diferentes contextos de interação a que está exposto, já que não é correto “ver a diversidade contextual como simples e inevitavelmente promovendo a fragmentação do eu, quanto mais sua desintegração em ‘eus’ múltiplos. Essa diversidade também pode, pelo menos em muitas circunstâncias, promover uma integração do eu”.

Nesse sentido, a modernidade também produz diferença, exclusão e marginalização, o que pode ocasionar a não realização do eu, afastando a possibilidade da emancipação (*Ibid.*, p. 13). Pode haver unificação (proteção e reconstrução) ou fragmentação, ou seja, uma abertura do mundo para o indivíduo (*Ibid.*, p. 175).

Em Aceguá, não há acirramento suficiente entre os grupos sociais para um confronto nacional forte, mas os conflitos identitários existem em qualquer lugar. As questões históricas nos mostram certa coerência no quesito da integridade e inter-relação entre os povos dessa região fronteiriça. No entanto, na maioria das vezes, “na arena global, identidades nacionais são desafiadas, e lutas entre diferentes comunidades são representadas por identidades nacionais conflitantes – frequentemente com consequências desastrosas” (WOODWARD, 1997, p. 1, tradução nossa)<sup>7</sup>.

A representação cultural do que é ser da fronteira inclui também costumes já considerados brasileiros e uruguaios ao mesmo tempo, como a Semana Farroupilha, por exemplo, porque a identidade é negociada, construída, ratificada, retificada e refutada entre o coletivo e o individual. Por isso, ora a identificação é como uruguaio (e como falante de espanhol), ora como brasileiro (e como falante de português), ao mesmo tempo que há uma tendência também para o mesmo uso do pronome *a gente* tanto no português uruguaio quanto no português brasileiro da fronteira. Essa tendência se dá até mesmo para que haja a ideia de inclusão de todos os fronteiriços em uma cultura maior, uma comunidade mais geral.

No entanto, socialmente é perceptível as nuances identitárias dos sujeitos, também manifestadas na escolha do pronome de primeira pessoa do plural. O eu uruguaio é associado ao *nós*, enquanto o eu brasileiro é associado à alternância entre *nós* e *a gente*. Posto isso, alguns eus mais

---

<sup>7</sup>No original: “In the global arena, national identities are contested, and struggles between different communities are represented by conflicting national identities – often with disastrous consequences”.

arraigados ao Uruguai não utilizam o pronome *a gente*, e são categóricos no uso de *nós*.

Nos pronomes de primeira pessoa do plural, *a gente* é o mais inovador e, portanto, característico de centros mais urbanos. A comunidade de Aceguá tem cerca de 80% de zona rural, mas os entrevistados são da área urbana, ainda que sofram influências rurais. Para Pagotto (2004, p. 395),

se o processo de variação se inicia na zona urbana e já alcança a zona rural, não necessariamente haverá continuidade nessa direção, pois, uma vez instalado tal processo, a fala da zona rural, mesmo que ‘intocada’ e ‘não afetada’, já foi de fato afetada, passa a significar, porque está sob o guarda-chuva dos discursos de identidade.

Isso é característico da confluência de identidade, porque passa para os habitantes uruguaios e brasileiros de uma zona rural, que adquirem traços linguísticos mais urbanos e típicos do português brasileiro. É como se, muitas vezes, os sujeitos buscassem, inconscientemente, identidades mais urbanas e próximas do ideal monolíngue brasileiro.

## **As identidades discursivas e os significados sociais das variantes**

Pagotto (2004, p. 109) faz uma análise interessante entre a variação linguística como identidade discursiva no sentido de que “as formas variantes fazem falar vozes da comunidade, reunidas no interior da variável linguística”. Isso faz parte do sistema heterogêneo linguístico, social e simbólico, no qual as variantes adquirem significados sociais.

Em nosso entendimento, uma análise não anula a outra, mas complementa, em busca dos reais significados das variantes dentro da comunidade em questão – mesmo porque só é possível falar de identidade e fazer outras análises a partir dos resultados estatísticos que nos apontam para essa direção. Dessa forma, além da relação entre as variantes e as categorias sociais, também é possível discutir seus significados sociais.

A geração mais nova, da comunidade de Aceguá como um todo, também é a que mais inova com o uso do pronome *a gente*, se os categóricos em *nós* da análise uruguaia são retirados, o que corrobora uma

aproximação maior com a identidade brasileira. É como se a geração mais jovem estivesse “abrindo mão da cor local como traço fundamental de sua identidade e embarcando na aventura da modernidade” (*Ibid.*, p. 398).

Todavia o processo também não é generalizado para todos os jovens, tendo em vista que os uruguaios bilíngues mais afastados da zona fronteira e do contato com o Brasil usam categoricamente o pronome *nós*, confirmando as diversas formações da identidade. Essa análise só é possível ao olharmos para o indivíduo, no seu comportamento linguístico idioletal, que pode ou não ser reflexo do comportamento linguístico dialetal dos seus pares. Então, segundo Pagotto (2004, p. 399),

A ponta extrema dessa observação são os falantes tomados sob lupa, individualmente. Sob esse último olhar, tanto vamos encontrar, como já vimos, falantes “bem comportados”, isto é, refletindo o que se esperaria de sua posição na sociedade, quanto falantes “mal comportados”, ou seja, expressando as formas variantes de uma maneira desviante em relação aos grupos aos quais estão rotulados. São estes últimos que nos levam a reafirmar que a entrada de uma forma variante na fala de um indivíduo se dá por uma interpelação de posições, que opera simbolicamente, não sendo, por conseguinte, uma decorrência imediata da vinculação deste ou daquele falante a um dado lugar na estrutura social, em função de sua história, sua escolaridade, sua idade etc. Esta vinculação é, claro, um elemento importante, mas não é o central para explicar a distribuição das formas variantes.

O comportamento idioletal também é associado à manutenção de determinada identidade, ou seja, de uma identidade mais uruguaia, associada ao uso de *nós*. Analisando as variantes do pronome de primeira pessoa do plural, é possível interpretá-las da seguinte maneira:

(i) O pronome *a gente* seria o pronome da inovação, da aproximação a tudo que é brasileiro, ao que é, de certa forma, estrangeiro, diferente, típico de uma variedade monolíngue. Esse pronome também pode ser interpretado como algo típico do processo de urbanização, modernização, pois representaria os novos tempos, a inter-

relação na fronteira, o polo econômico, social e político voltado para o Brasil;

(ii) O pronome *nós* simbolizaria o pronome do conservadorismo tanto no espanhol uruguaio quanto no português brasileiro, mas, como não existe *a gente* pronominalizado no espanhol, para os bilíngues ou monolíngues uruguaio, a tendência seria preservar cada vez mais sua identidade uruguaia com o uso do pronome *nós*. É o oposto ao estrangeiro, mas, ao mesmo tempo, como também é um pronome utilizado no Brasil, reflete bem a questão da multiplicidade de identidade, porque o bilíngue uruguaio, muitas vezes, se considera brasileiro e uruguaio, representado por ambas as variantes. O *nós* simboliza também a questão da natividade, do nacionalismo e da identificação uruguaia.

Os uruguaio que não são bilíngues ou que não usam *a gente* tendem a se distanciar do Brasil e da identidade brasileira. Já os brasileiros não se identificam como uruguaio em nenhum contexto e as variantes não são típicas do espanhol, uma vez que *a gente* é utilizado de maneira diferente enquanto, em ambas as línguas, os pronomes *nós* e *nosotros* desempenham função semelhante. A diferença, portanto, está exatamente no uso de *a gente* como terceira pessoa no espanhol e como primeira pessoa do plural no português.

O conceito de identidade é fundamental para o entendimento das mudanças sociais e culturais. No caso de Aceguá, a variabilidade que está em jogo nas variantes de primeira pessoa do plural se deve à mudança linguística com a inserção de *a gente* no português uruguaio, também instaurada no processo identitário local, e é motivada pelas mudanças sociais vigentes. A escolha de uma variante em detrimento da outra, nos mais variados contextos, está permeada das várias possibilidades da identidade se manifestar no sujeito. Segundo Pagotto (2004, p. 400),

o processo de espraiamento de determinada forma variante é identitário (e por conseguinte, simbólico) o que quer dizer que a relação entre um indivíduo e as categorias sociais a que está vinculado não é direta, isto é, não se trata de uma impressão digital, um carimbo ao qual estariam associados respectivos comportamentos linguísticos.

O sujeito é multifacetado e, por isso, está imerso em diversas identidades a depender da variante escolhida, porque essa escolha é condicionada linguisticamente e socialmente e os significados sociais são construídos de forma diferente a partir de cada variante em determinado contexto. A identidade é constitutiva do processo de variação e também da relação do sujeito brasileiro com a língua nacional, com a identidade da nação. As formas linguísticas variáveis refletem todo esse jogo discursivo (*Ibid.*, p. 134).

Com relação aos pronomes de primeira pessoa do plural, é interessante notar que, da mesma forma, só sabemos quem somos na interação com o outro, só sabemos o significado social que uma variante tem quando a confrontamos com outra. Para Pagotto (2004, p. 124), “é nisto que consistiria o significado social das variantes: posições de sujeito que se apropriam das formas variantes”.

As variantes como portadoras de significação social são reflexos ideológicos e multifacetados das identidades multifacetadas dos falantes. A fala de uma pessoa, portanto, só é reconhecida a partir da existência da fala do outro e da interação entre ambas, o que pode ser ampliado para as variantes (*Ibid.*, p. 133).

O sujeito se utiliza do próprio sistema linguístico para nele inscrever suas marcas de identidade, fruto de ideologias, “que nos fazem ‘mesmos’ e ‘diferentes’, segundo a posição constituída: assim, ora se é brasileiro, ora se é de classe média, ora se é nativo, ora se é de fora” (*Ibid.*, p. 117).

Segundo Woodward (1997, p. 1, tradução nossa), “a identidade nos dá a localização no mundo e representa o vínculo entre nós e a sociedade em que vivemos”<sup>8</sup>. O processo de identidade é algo constitutivo do próprio sujeito, por isso não está relacionado necessariamente à demarcação territorial política ou à nacionalidade. A representação da identidade inclui as práticas de significação, e os sistemas simbólicos pensados como sentidos são produzidos e nos posicionam como sujeitos. A representação como processo cultural estabelece a identidade individual e coletiva, ou seja, diferentes sentidos, contestados e modificados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos.

Toda prática de significação que produz sentido envolve relações de poder, inclusive o poder que define quem é incluído ou excluído.

---

<sup>8</sup>No original: “Identity gives us a location in the world and presents the link between us and the society in which we live”.

Novas posições e novas identidades dependem também de mudanças econômicas, sociais e culturais a partir da globalização (*Ibid.*, p. 14-16). Ainda assim, em Aceguá se mantém muito da cultura local da fronteira, mas é notório que a abertura para o mais global, mais urbano e mais brasileiro também se manifesta no português uruguaio com a inserção do pronome *a gente*, uma vez que o polo brasileiro e o ideal monolíngue são mais prestigiados. Ou seja, no caso da identidade, o pronome *a gente* entra na comunidade uruguaia como sujeito discursivo e não fere a identidade múltipla e fluida dos moradores da fronteira.

## Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, A. M. Políticas lingüísticas de séculos passados nos dias de hoje: o dilema sobre a educação bilíngüe no norte do Uruguai. *Language Problems & Language Planning*, v. 30, n. 2, p. 149-71, 2006.
- CORACINI, M. J. *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: UNICAMP; Chapecó: Argos, 2003.
- COUTO, H. H. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Contato português-espanhol na fronteira Brasil-Uruguaí*. São Paulo: Contexto, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009b.
- DEALTRY, G. F. Memória e esquecimento como formas de construção do imaginário da nação. In: LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. p. 189-201.
- ELIZAINCÍN, A.; BEHARES, L. E.; BARRIOS, G. *Nos falemo brasileiro: dialectos portugueses en el Uruguay*. Montevideo: Amesur, 1987.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. p. 29-53.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP e A, 2005.

IVO, E. A. O. *O letramento de adultos na empresa: uma formação de legitimar a alienação ou uma questão de sobrevivência?* 2013. 232f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Volume 2: Social factors. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.

\_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. In: GIDDENS, A.; ULRICH, G. (Orgs.). *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 73-133.

LERAY, C. A língua como vetor identitário: o caso particular do gaulês na Bretanha. In: CORACINI, M. J. *Identidade & discurso: (des) construindo subjetividades*. Campinas: UNICAMP; Chapecó: Argos, 2003. p. 119-36.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

OLINTO, H. K. Carteiras de identidade(s) de validade limitada. In: LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. p. 257-276.

PACHECO, Cíntia da Silva. *Pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos da pesquisa*. In. Alternância NÓS e A GENTE no português brasileiro e no português uruguaio da fronteira Brasil-Uruguai (Aceguá). Tese de Doutorado, UnB, 2014.

PAGOTTO, E. G. *Variação e (') identidade*. Maceió: EDUFAL, 2004.

SANKOFF, D. Variables Rules. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (Eds.). *Sociolinguistics*. New York: Academic Press, 1988a. p. 119-27.

\_\_\_\_\_. Sociolinguistics and syntactic variation. In: NEWMAYER, F. J. (Ed.). *Linguistics: the Cambridge survey*. v. 4 (Language: the socio-cultural context). New York: Cambridge University Press, 1988b. p.141-160.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

SCHERER, A. E.; MORALES, G.; LECLERQ, H. Palavras de intervalo no decorrer da vida ou por uma política imaginária da identidade e da linguagem. In: CORACINI, M. J. *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: UNICAMP; Chapecó: Argos, 2003. p. 23-35.

SCHERRE, M. M. P. S. Speech community. In: BROWN, K. (Ed.). *Encyclopedia of Language & Linguistics*. v. 11. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 716-722.

TRINDADE, I. F. A formação da identidade nacional nas páginas das cartilhas. In: LOPES, L. P. da M.; BASTOS, L. C. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. p. 233-254.

UYENO, E. Y. Determinações identitárias do bilinguismo: a eterna promessa da língua materna. In: CORACINI, M. J. *Identidade & discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: UNICAMP; Chapecó: Argos, 2003. p. 37-56.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WOODWARD, K. (Org.). *Identity and difference: culture, media and identities*. London: Sage, 1997.

ZILLES, A. M. S. *O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente?* Porto Alegre: Letras de Hoje, v. 42, n. 2, p. 27-44, 2007.



## **Padrões de uso dos dois pontos e reticências em traduções de Paulo Henriques Britto como traço do estilo do tradutor**

### ***Patterns of colons and suspension dots usage in translations by Paulo Henriques Britto as a feature of translator's style***

Célia Maria Magalhães

UFMG

cmagalhaes@ufmg.br

Ícaro Luiz Rodrigues de Melo

UFMG

icaro-melo@ufmg.br

**Resumo:** Estudos sobre pontuação e estilo de tradutores, incipientes nos estudos da tradução, observam que há mudanças obrigatórias ou opcionais de pontuação nos textos traduzidos (TT) que alteram o estilo dos textos-fonte (TF). Este artigo investiga o uso dos dois pontos e das reticências como provável traço do estilo do tradutor. O objetivo é mostrar que há padrões de preferência do tradutor usados provavelmente visando o público-alvo da tradução. Estudos sobre o estilo do tradutor, como Baker (2000), Munday (2008) e Saldanha (2011), May (1997), Minelli (2005) e Novodvorski (2013) servem de base teórica para a análise a que se propõe este trabalho. São também usados estudos sobre uso da pontuação no inglês e português (QUIRK *et al.*, 1985; HALLIDAY, 1985; TUFANO, 2005). O corpus de análise é composto por três coletâneas de contos de autores americanos como, Philip Roth, John Updike e Jumphah Lahiri e as respectivas traduções para o português, de Paulo Henriques Britto,

integrantes do Corpus ESTRA (MAGALHÃES, 2014). Na metodologia de análise foram usadas ferramentas do programa WordSmith Tools© 6.0 para gerar automaticamente dados estatísticos e linhas de concordâncias. O programa Microsoft Word 2010 foi usado para alinhamento e categorização dos recursos de pontuação analisados. Os resultados obtidos confirmam padrões de preferências tradutórias de Paulo H. Britto no uso dos dois pontos e reticências, marcando fronteiras diferentes entre orações, provavelmente visando à compreensão do público-alvo. Confirmam também o argumento de Saldanha (2011) segundo a qual o estilo do tradutor pode ser influenciado pela narrativa do TF.

**Palavras-chave:** estilo do tradutor; pontuação; ferramentas de corpus; Paulo Henrique Britto.

**Abstract:** Studies on punctuation and translator's style, still in their infancy in translation studies, show obligatory or optional shifts in translated texts that change the style of source texts. This article investigates the use of colons and suspension dots as a feature of translator's style. The aim is showing that there are translator's preference patterns probably oriented towards the translation audience. Research work such as Baker (2000), Munday (2008), Saldanha (2011), May (1997), Minelli (2005) and Novodvorski (2013) are used as the theoretical framework for the analysis carried out in the study. Studies on punctuation in English and Portuguese (QUIRK *et al.*, 1985; HALLIDAY, 1985; TUFANO, 2005) are also used. The corpus analyzed is composed of three collections of short stories by Philip Roth, John Updike and Jhumpa Lahiri and their translation into Brazilian Portuguese by Paulo Henrique Britto. The texts are part of Corpus ESTRA (MAGALHÃES, 2014). Corpus tools of WordSmith Tools© 6.0 were used in the methodology to generate statistic data automatically and concordance lines. Microsoft Word 2010 was also used for text alignment and the categorization of shifts in the use of punctuation marks. The findings confirm patterns of translator's choice in using colons and suspension dots with different frontiers between clauses that probably help the translation audience in their understanding of

the texts. They also confirm Saldanha's (2011) argument that the translator's style can be influenced by the source text narrative.

**Keywords:** translator's style; punctuation; corpus tools; Paulo Henriques Britto.

Recebido em 01 de maio de 2015.  
Aprovado em 01 de julho de 2015.

## **Introdução**

Estudos de traduções literárias (MAY, 1997; MINELLI, 2005) concluem que mudanças de recursos da pontuação afetam o estilo do texto-fonte (TF) e do seu autor. Neste artigo, confirma-se a existência também do estilo do tradutor (BAKER, 2000; SALDANHA, 2011), argumentando-se que o tradutor brasileiro Paulo Henriques Britto (PHB) tem um padrão consistente de uso de certos recursos de pontuação nas traduções de textos de três autores americanos distintos. Para tanto, recorreremos aos estudos das abordagens linguísticas da tradução. O objetivo é mostrar a recorrência de recursos de pontuação nas traduções em substituição a outros usados nos TF, alterando a função da pontuação na interação narrativa nesses textos. A metodologia usada é baseada na análise de um corpus paralelo bilíngue, composto por traduções realizadas por PHB de contos de Jhumpa Lahiri, Philip Roth e John Updike. Procura-se responder às perguntas de pesquisa: há padrões de uso de recursos de pontuação nas traduções de PHB distintos dos TF? Esses padrões podem ser atribuídos a restrições linguísticas, convenções do tipo textual ou estilo dos autores? O tradutor altera a pontuação pela preferência por um princípio de escolha diferente daquele dos escritores desses textos e, portanto, pode-se atribuir essa preferência ao seu estilo? Este artigo está dividido em quatro seções, além desta Introdução e das Considerações finais. Na primeira, faz-se uma revisão da literatura pertinente; na segunda, descreve-se a metodologia; na terceira, apresentam-se os resultados da análise e na quarta a sua discussão. Finalmente, encerra-se o artigo com considerações sobre os resultados alcançados, suas limitações e impacto nos estudos de estilo da tradução.

## Revisão da literatura

### Estilo do tradutor e da tradução, e a pontuação

Baker (2000) defende que a análise do estilo do tradutor relaciona-se à análise dos padrões do texto; sua base é a estilística forense e seu foco principal é suscitar um debate sobre uma metodologia de corpus para investigação do estilo do tradutor. A autora propõe, ainda, o estudo das características dos textos traduzidos (TT) – entre elas, a pontuação.

Munday (2008) afirma que é necessário comparar o TT com o TF para fazer distinção entre os padrões do autor e do tradutor. Além de estudar o estilo da tradução, relacionado às escolhas retóricas do tradutor, seu objetivo é também identificar o estilo deste, por meio de traços linguísticos que indiquem também escolhas inconscientes. A base do autor é a estilística literária que “busca responder por que e como uma obra funciona de determinado modo<sup>1</sup>” (MUNDAY, 2008, p. 21, tradução nossa), focando sistematicamente as escolhas linguísticas de um texto.

Saldanha (2011), assim como Baker (2000) e Munday (2008), defende a existência do estilo do tradutor. Saldanha (2011) não se refere às escolhas do tradutor como “conscientes” ou “inconscientes”, evitando a questão espinhosa que os estilísticos também procuram evitar: a de que é difícil definir, com base no texto, quais escolhas são feitas consciente ou inconscientemente pelo escritor. Para a autora, é necessário ter outros termos para falar dos hábitos (foco de interesse da estilística forense) e dos traços linguísticos usados de forma deliberada pelo escritor para construir determinados significados no texto (foco de interesse da estilística literária). Saldanha (2011) adota os termos “hábitos estilísticos” para o primeiro e “escolhas retóricas” para o segundo, e tenta compatibilizar o estudo do estilo do tradutor com o do estilo da tradução (*Id.*, 2011), baseando-se na definição de escrita autoral de Short (1996) para formular uma definição de estilo:

Um “modo de traduzir” que

- Pode ser reconhecido a partir de uma série de traduções de um mesmo tradutor,

---

<sup>1</sup>No original: “[...] seek to answer why and how a work functions as it does”.

- Diferencia o trabalho de um tradutor dos demais tradutores,
- Constitui um padrão de escolha coerente,
- É ‘motivado’, no sentido em que possui função ou funções discerníveis e
- Não pode ser explicado apenas com referência ao estilo do autor ou do texto fonte, ou como sendo resultado de restrições linguísticas<sup>2</sup>. (SALDANHA, 2011, p. 31, tradução nossa).

Saldanha (2011) analisa traduções de Peter Bush e Margaret Jull Costa – ambos traduzidos do espanhol e português para o inglês. Com os resultados obtidos, a autora concluiu que, entre outros fatores, as escolhas retóricas e os hábitos linguísticos do tradutor podem influenciar na compreensão do significado do texto, diminuindo o nível de formalidade e facilitando sua interpretação, e mostrar, em algum nível, a sensibilidade do tradutor ao estilo da narrativa deste texto. Além disso, Saldanha (2011) reforça a noção de que o estilo do tradutor não responde somente ao estilo do TF, mas também às necessidades do público-alvo, o que é observado também por Baker (2000) e Munday (2008).

O trabalho de Novodvorski, *Estilo das traduções de Sergio Molina de obras de Ernesto Sabato: em estudo de corpora paralelos espanhol/português* (2013), é um estudo do estilo de traduções em um corpus paralelo (espanhol/português) integrante do ESTRA (MAGALHÃES, 2014). Novodvorski (2013) analisa, entre muitos outros aspectos, os recursos de pontuação, mostrando que nos TT existe a tendência a “uma normalização da segmentação textual [...] e uma explicitação de determinadas pausas [...] em que a vírgula omitida dava lugar a sinais de pontuação mais fortes” (NOVODVORSKI, 2013, p. 216), confirmando os resultados encontrados por May (1997) e Minelli (2005) – trabalhos de tradução literária, resenhados a seguir – no que diz respeito à tendência editorial do tradutor.

---

<sup>2</sup>No original: “A ‘way of translating’ which is felt to be recognizable across a range of translations by the same translator, distinguishes the translator’s work from that of others, constitutes a coherent pattern of choice, is ‘motivated’, in the sense that it has a discernable function or functions, and cannot be explained purely with reference to the author or source-text style, or as the result of linguistic constraints”.

Ao tratar do uso dos recursos de pontuação em textos traduzidos, May (1997) pretende mostrar que, nos TT, o uso de pontuação para esclarecer partes do texto supera seu uso para fins interpretativos ou criativos como acontece nos TF, e afirma que os tradutores tendem a assumir o papel de editor mais do que o papel de leitor ou escritor/autor. Em *Sensible elocution: how translation works in & upon punctuation*, ela investiga, por meio de comparação, obras de Virginia Woolf e de William Faulkner com suas respectivas traduções. Segundo a autora, esses dois escritores fizeram um uso “poderoso e idiossincrático da pontuação e da estrutura da sentença em suas escritas<sup>3</sup>” (MAY, 1997, p. 5, tradução nossa). De acordo com ela, as marcas de pontuação representam limites de tradução, de tomada de decisão e de explicitação de pensamentos do TF, e os tradutores parecem apresentar resistência a essa função artística da pontuação. A autora defende que o uso criativo da pontuação em traduções deve ser tratado com maior sensibilidade.

Minelli (2005) observa a escassez de estudos sobre os recursos de pontuação na linguística, e pressupõe que tal escassez possa ser atribuída ao fato de a pontuação ser organizada por estruturas naturais da linguagem, o que dificulta sua prescrição em gramáticas. Também ressalta a “natureza polissemântica e a falta de consenso sobre as normas que regulam seu uso<sup>4</sup>” (MINELLI, 2005, p. 56, tradução nossa). A autora acredita que pesquisas sobre os recursos de pontuação em traduções podem fornecer resultados que esclareçam suas funções semânticas e seus significados linguísticos. Em *Punctuation strategies in the textualization of femininity: Virginia Woolf translated into Italian*, de 2005, Minelli analisa as ocorrências de ponto e vírgula, travessão, exclamação e ponto final em traduções para o italiano de textos de Virginia Woolf, e os resultados obtidos mostram certos padrões nas estratégias tradutórias adotadas em relação aos recursos de pontuação. Estratégias de desambiguação, por exemplo, podem contribuir para uma melhor definição das vozes da narrativa além de uma liberação da sintaxe fechada do original. Minelli (2005) confirma o “papel editorial” assumido pelo tradutor, conforme defendido por May (1997), já que na tradução

---

<sup>3</sup>No original: “[...] powerful and idiosyncratic use of punctuation and sentence structure in their writings”.

<sup>4</sup>No original: “polysemantic nature and the lack of consensus on the norms regulating its use”.

dos textos de Virginia Woolf para o italiano, o tradutor, aparentemente, usou os recursos de pontuação para “resolver frases incompletas ou separar vozes narrativas ligadas de forma ambígua<sup>5</sup>” (MINELLI, 2005, p. 67, tradução nossa).

## Uso da pontuação no português e no inglês

Quirk *et al.* (1985, p. 1610-11), com base no Corpus Brown, identificaram dois propósitos gerais da pontuação – a separação de unidades sucessivas ou incluídas e a especificação de funções gramaticais, semânticas ou pragmáticas – e concluíram que os recursos de pontuação são usados seguindo convenções muito estritas e que, exceto em áreas muito periféricas e de menor extensão, não são voltados para a expressão de implicações emotivas ou retóricas como os traços prosódicos da fala. Os gramáticos também apresentam dados quantitativos do Corpus Brown, reproduzidos na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Ocorrência da pontuação no Corpus Brown<sup>6</sup>

Recurso	Frequência	Recurso	Frequência
Vírgula	4054	Ponto e vírgula	163
Ponto final	3897	Interrogação	89
Travessão	189	Dois pontos	78
Parênteses	165	Exclamações	26

Fonte: elaborada pelos autores

Segundo a generalização acima, as convenções da pontuação na escrita são muito estritas e pode-se entender que não tenham passado por grandes mudanças ao longo dos 40 anos desde a publicação citada. Observa-se, na Tabela 1, que não estão computadas ocorrências de aspas e reticências e é reservado pouco espaço para descrição do uso desse

<sup>5</sup>No original: “[...] resolve incomplete phrases or separate ambiguous intertwined narrative voices”.

<sup>6</sup>Tradução de Quirk *et al.* (1985).

último recurso. Concentrando-se nos recursos que se distinguiram no corpus deste trabalho, ressalta-se a afirmação de Quirk *et al.* (1985) de que no inglês os travessões são usados para marcar unidades apositivas que podem estar em posição mediana ou final dentro da oração. Os autores argumentam que o uso de vírgulas é preferido para marcar apostos; entretanto, quando há “quebra na estrutura sintática da oração, o risco de conflito com vírgulas adjacentes ou falha na marcação adequada de unidades internas demasiadamente longas”<sup>7</sup> (QUIRK, *et al.*, 1985, p. 1629, tradução nossa) os travessões apresentam maior frequência de uso. Além disso, a marcação de aposto por meio de travessões conferem ao texto maior dramaticidade e informalidade enquanto o uso de vírgulas sugere uma inserção planejada no texto. Quanto ao uso das reticências no inglês, os autores afirmam que esta pode ser usada para marcar orações não terminadas. No final de orações, o travessão pode ser usado com a mesma função das reticências; porém, enquanto o travessão dá a impressão de interrupção abrupta, as reticências expressam um efeito de esmaecimento. Finalmente, os gramáticos afirmam que as editoras podem impor individualmente convenções para o que vão imprimir.

Halliday (1985) argumenta que os recursos de pontuação podem ter três tipos de função. Em primeiro lugar, como marcadores de fronteira, que organizam e hierarquizam as unidades da língua como o espaço entre as palavras e o ponto final entre as sentenças, entre outros; em segundo, como marcadores de status, que além de marcar fronteiras, marcam função discursiva como o ponto de interrogação e exclamação; e, por fim, como marcadores de relação entre os constituintes da linguagem como o hífen, o travessão, os parênteses e o apóstrofo. A Figura 1, a seguir, esquematiza as funções da pontuação do inglês de Halliday (1985).

---

<sup>7</sup>No original: “[...] disruption of the syntactic structure of the clause, or the danger of confusion with other neighbouring commas or the failure to mark adequately a rather lengthy inclusion”.



Tipo	Traço representado		Símbolo		
	Geral	Específico	Nome	Forma	
<b>Marcadores de Fronteira</b>	Unidades Gramaticais	Palavra	Espaço	(#)	
		Frase; oração “mais fraca”	Vírgula	,	
		Oração	Fim	Ponto e vírgula	;
			Início	Dois pontos	:
		Sentença	Ponto final	.	
<b>Marcadores de Status</b>	Função da Fala	Intercâmbio de informação	Afirmção		
			Pergunta	Sinal de interrogação	?
		Outras Funções	Comando, oferta, sugestão, exclamação, chamada, cumprimento	Sinal de exclamação	!
	Projeção	Citação ( <i>quotation e citation</i> )	De primeira ordem; ou significado	Aspas simples	‘ ’
			De segunda ordem; ou fraseado	Aspas duplas	“ ”
	<b>Marcadores de relação</b>	Qualquer unidade	Aposição	Travessão	—
Digressão			Parênteses	( )	
Palavra (composta)		Ligação	Hífen	-	
Possessivo, negativo		Omissão	Apóstrofo	’	

Figura 1 – Funções da pontuação na língua inglesa

Fonte: Halliday (1985, p. 35), tradução de Rodrigues (2010, p. 56)

Sobre os recursos em estudo neste trabalho, Halliday (1985) explica que o travessão, por exemplo, demonstra uma relação de aposição entre o elemento seguinte e o anterior. Classifica os dois pontos como marcadores de início e fim de fronteira da unidade gramatical “oração”. O autor explica, ainda, que os dois pontos têm uma implicação especial por serem catafóricos, ou seja, por referirem-se a segmentos posteriores a ele na sequência do texto, mas não menciona ou descreve as reticências.

Halliday (1985) argumenta que se um escritor está representando o modo escrito da linguagem, ele irá seguir os padrões gramaticais; porém, se o escritor está “escrevendo o que para ele é essencialmente discurso falado<sup>8</sup>” (HALLIDAY, 1985, p. 37, tradução nossa), a estrutura prosódica do texto sofre alterações. Dessa forma, a pontuação de um texto pode ter sido escolhida pelo princípio gramatical ou pelo fonológico de acordo com a motivação do autor. O autor acrescenta que, na maioria das vezes, se a oração (unidade gramatical) formar par com o grupo tonal (unidade fonológica) as duas coincidirão e não fará diferença qual princípio seguir. Mas se as duas unidades forem diferentes, haverá a possibilidade de escolha por um princípio ou outro. Halliday (1985) explica que muitos escritores podem usar um ou outro princípio ou combinar os dois, mas há casos em que um escritor parece ter preferência por um ou outro, ou seja, o escritor prefere a pontuação gramatical ou fonológica, o que pode ser visto como parte de seu estilo individual. Essa noção de preferência do escritor por um ou outro princípio é verificada aqui da perspectiva do tradutor.

Entre as gramáticas descritivas do português pesquisadas, muito pouco foi encontrado sobre pontuação, confirmando o que afirma Minelli (2005). Concentra-se, neste artigo e em Tufano (2005), por ser, até onde se sabe, o que descreve brevemente o uso de todos os recursos de pontuação (vírgula, ponto, ponto e vírgula, dois pontos, reticências, ponto de interrogação, ponto de exclamação, aspas, travessão e parênteses). A descrição em Tufano (2005) permite uma interpretação de que os recursos de pontuação em língua portuguesa têm as mesmas funções que têm na língua inglesa. Pode haver, entretanto, usos distintos referentes aos dois pontos e a vírgula. Esta é usada em inglês antes das aspas abertas em orações que projetam locuções ou ideias citadas (*quoted*) enquanto em português os dois pontos são usados para essa marcação de fronteira

---

<sup>8</sup>No original: “[...] writing down what to him is essentially spoken discourse”.

e status. Tufano (2005) apresenta as seguintes possibilidades de uso dos dois pontos: introdução de citação, introdução de fala e de “uma explicação ou desenvolvimento de ideias anteriormente enunciadas” (TUFANO 2005, p. 215), confirmando-se no português sua função catafórica. Sobre o uso de reticências e travessões no português, Tufano (2005) argumenta que cada um desses recursos é usado, principalmente, em duas situações. Em primeiro lugar, as reticências são usadas com a intenção de aludir a hesitações ou surpresa nas falas dos personagens. Em segundo lugar, as reticências são utilizadas para deixar as frases em aberto, função também do inglês de acordo com Quirk *et al.* (1985), possibilitando ao leitor o domínio sobre a interpretação. O uso de travessões, por sua vez, se concentra nas ocorrências de introdução de falas e para marcar apostos (orações explicativas) ou outros elementos no interior da oração.

Britto (2012) apresenta e discute várias das estratégias usadas em traduções literárias realizadas por ele enquanto tradutor, com destaque para aquelas usadas visando a manter representações da oralidade nos TT. Entretanto, não se refere ao uso da pontuação.

A ausência de uma descrição detalhada do uso da pontuação em português não permite afirmações categóricas sobre semelhanças e diferenças entre o português e o inglês. Entretanto, a revisão apresentada das gramáticas das duas línguas mostra, pelo menos, que o princípio gramatical na escolha da pontuação no modo escrito nas duas línguas pode ser semelhante na maioria dos casos. Portanto, ao traduzir do inglês para o português, o tradutor encontraria poucas restrições linguísticas que demandem mudanças na tradução.

Na próxima seção aborda-se a metodologia usada na pesquisa.

## **Metodologia**

### **Corpus de análise**

Foram selecionadas três coletâneas de contos traduzidos por PHB de diferentes autores americanos, a saber: *Intérprete de males*, de Jhumpa Lahiri; *Adeus, Columbus*, de Philip Roth; e *Coelho se cala*, de John Updike e seus respectivos TF.

O Quadro 1 detalha os textos usados na compilação do corpus de análise.

Quadro 1 – Textos usados no corpus

Obra	Autor / Tradutor	1ª Edição usada	Editadora
<i>Intérprete de males</i>	Paulo H. Britto	2001	Companhia das Letras
<i>Interpreter of maladies</i>	Jhumpa Lahiri	1999	Houghton Mifflin
<i>Coelho se cala</i>	Paulo H. Britto	2003	Companhia das Letras
<i>Licks of love</i>	John Updike	2000	Random House, Inc.
<i>Adeus, Columbus</i>	Paulo H. Britto	2006/2011	Companhia das Letras
<i>Goodbye, Columbus</i>	Philip Roth	1959/1993	Vintage International

Fonte: elaborada pelos autores

No Quadro 1 é possível observar que as traduções são publicadas na mesma década, em 2001, 2003 e 2006. Pode-se observar, ainda, que a editora das três traduções é a mesma, a Companhia das Letras; portanto, as regras editoriais impostas pela editora poderiam influenciar a maneira de que os recursos de pontuação são usados. Como argumentam Quirk *et al.* (1985), as regras se tornam uma variável fixa.

A Tabela 2 apresenta o tamanho do corpus de análise em *tokens*.

Tabela 2 – Tamanho do corpus em *tokens*

	<b>TT</b>	<b>TF</b>	<b>Total de tokens</b>
<i>Intérprete de males</i>	58.795	58.261	117.056
<i>Coelho se cala</i>	58.869	55.887	114.756
<i>Adeus, Columbus</i>	43.845	41.596	85.441

Fonte: elaborada pelos autores

A Tabela 2 apresenta o tamanho do corpus de análise em número de *tokens*. A aproximação relativa dos textos possibilita que sejam “reunidos, confrontados e consolidados em um esforço para avançar o estudo de estilo e dos estudos descritivos da tradução em

geral”<sup>9</sup>, conforme argumenta Munday (2008, p. 16, tradução nossa). Essa aproximação dos textos foi obtida por meio da retirada da novela *Adeus, Columbus* e *Coelho se cala* de suas respectivas coletâneas, tornando-as aproximadas em termos do tipo textual analisado.

## Procedimentos metodológicos

### Procedimentos de compilação e preparação do corpus

A compilação do corpus é iniciada com a digitalização dos textos. Os TT e seus respectivos TF são digitalizados e transformados em documentos eletrônicos no formato *PDF*, nomeados de acordo com o padrão de catalogação do ESTRÁ. Por exemplo, o texto *Adeus, Columbus* e seu TF são nomeados GC\_Britto e GC\_Roth, respectivamente. Esses arquivos em *PDF* são tratados com o programa de reconhecimento ótico de caracteres *ABBYY FineReader* para conversão em arquivos *doc*. Nessa etapa, foi feita uma revisão apropriada dos recursos de pontuação nos arquivos em *doc*. Foi inserido um espaço antes e depois de cada recurso de pontuação, o que é reconhecido como *tokenização* em LC e, no caso das reticências, foram inseridas etiquetas entre parênteses angulares (por exemplo, <r>...</r>). Após as devidas correções e anotações do texto, os arquivos em *doc* foram salvos em *txt*.

### Procedimentos de geração de dados e análise dos resultados

Para a geração de dados, foram realizados:

- a) Geração dos dados estatísticos dos TT e TF com a ferramenta *lista de palavras* do *WordSmith Tools*© 6.0 (WST) (SCOTT, 2011);
- b) Levantamento da frequência dos recursos de pontuação por meio de linhas de concordância dos TT e TF obtidas com o concordanciador do WST;
- c) Categorização das ocorrências de dois pontos e de reticências (escolha explicada a frente), trazidos dos TF nos TT ou omitidos, acrescentados ou substituídos, de acordo com as mudanças

---

<sup>9</sup>No original: “[...] brought, together, confronted, and consolidated in a bid to advance the study of style and of descriptive translation studies in general”.

- pertinentes, usando as linhas de concordância dos TF e TT expandidas e alinhadas;
- d) Análise das mudanças categorizadas como acréscimo, substituição e omissão nos TT.

Com a ferramenta lista de palavras do WST foi gerado o número de *tokens*, *types*, a razão *type/token* padronizada, o número de sentenças e seu tamanho médio através da aba “lista de dados estatísticos”, da ferramenta lista de palavras. Em seguida, com a ferramenta concordanciador, foram gerados os dados dos recursos de pontuação. Esses dados foram organizados em uma tabela de números absolutos e percentuais (cada recurso de pontuação em relação ao total de recurso de pontuação de cada texto em separado e levando-se em consideração os TT em relação ao TF). Devido à diferença de tamanho entre os textos, estes foram normalizados, observando-se a frequência dos recursos de pontuação em cada 1000 palavras de cada texto.

Finalmente, após a geração dos dados relativos à frequência de cada recurso de pontuação usado, foram escolhidos para análise os dois pontos e as reticências por constituírem um padrão de escolhas consistente nas três traduções e para atender ao escopo do artigo relativo a tamanho. As linhas de concordância desses recursos de pontuação foram expandidas em sentenças e, com o auxílio do programa *Microsoft Word 2010*, as ocorrências do TT e do TF foram alinhadas. As ocorrências dos recursos analisados foram quantificadas e classificadas em quatro categorias: 1) *trazidas dos TF*, ou ocorrências dos TF que não sofreram alteração de sua função nos TT; 2) *acrécimo*, ou ocorrências em sentenças nos TT em que eram inexistentes nos TF; 3) *substituição*, ou ocorrências nos TT usadas no lugar de outros recursos de pontuação dos TF; 4) *omissão*, ou ocorrências dos TF inexistentes nos TT. Os exemplos de substituição que foram atribuídos a diferenças dos sistemas linguísticos (por exemplo, dois pontos em substituição a vírgula entre oração projetante e projetada) foram descartados.

## **Apresentação e discussão dos resultados**

### **Apresentação dos resultados**

Os dados estatísticos obtidos automaticamente com a lista de palavras do WST estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Dados estatísticos do corpus

	<b>LL Britto</b>	<b>LL Updike</b>	<b>IM Britto</b>	<b>IM Lahiri</b>	<b>GC Britto</b>	<b>GC Roth</b>
<b><i>Tokens</i></b>	58.869	55.887	58.795	58.261	43.844	41.596
<b><i>Types</i></b>	10.453	8.979	8.378	6.955	6.105	5.001
<b>Razão <i>type/</i> <i>token</i> (padronizada)</b>	52.00	49.51	48.74	46.08	44.10	41.92
<b>Número de sentenças</b>	2.912	2.902	3.852	3.858	3,777	3,825
<b>Tamanho médio de sentenças</b>	15.72	19.25	11.31	15.10	11.59	10.86

Fonte: elaborada pelos autores

A Tabela 3 mostra que os TT têm mais formas e itens (*types/tokens*) em relação a seus respectivos TF. A razão forma/item padronizada indica que os TT possuem maior variedade lexical que os TF corroborando a hipótese de que os TT tendem a evitar repetições do TF que podem ser significativas. O número de sentenças usados em LL\_Britto, IM\_Britto e GC\_Britto é maior que em seus respectivos TF. Já com relação ao tamanho médio das sentenças, este é maior em LL\_Britto e menor em IM\_Britto com pequena variação entre os tamanhos, enquanto em GC\_Britto é maior, com grande variação do tamanho. Esses achados mostram que alguns dos recursos de pontuação foram utilizados consistentemente de forma diferente nesses TT devido ao aumento de sentenças; mas mostra que não houve consistência no uso desses recursos em relação ao tamanho médio das sentenças. O primeiro achado indica haver preferência por recursos diferentes, enquanto o segundo indica uma provável influência dos recursos usados pelos autores dos TF. Dessa forma, a investigação do uso dos recursos confirmou-se como relevante.

Na Tabela 4 são apresentados os resultados obtidos com a frequência dos recursos de pontuação usados nas linhas de concordância.

Tabela 4 – Recursos de pontuação do corpus

Corpus	GC_Britto		GC_Roth		LL_Britto		LL_Updike		IM_Britto		IM_Lahiri	
<b>Ponto final</b>	3.246	74,03	3.229	77,63	2.743	46,59	2.687	48,08	3.532	60,07	3.522	60,45
<b>Vírgula</b>	3.780	86,21	3.284	78,95	5.113	86,85	4.545	81,32	4.465	75,94	4.156	71,33
<b>Dois pontos</b>	147	3,35	76	1,83	162	2,75	54	0,97	72	1,22	36	0,62
<b>Ponto e vírgula</b>	150	3,42	149	3,58	218	3,70	167	2,99	141	2,40	84	1,44
<b>Exclamação</b>	266	6,07	268	6,44	41	0,70	41	0,73	55	0,94	52	0,89
<b>Interrogação</b>	554	12,64	523	12,57	194	3,30	188	3,36	294	5,00	318	5,46
<b>Parênteses</b>	18	0,41	18	0,43	19	0,32	17	0,30	7	0,12	7	0,12
<b>Reti-cências</b>	226	5,15	131	3,15	17	0,29	4	0,07	7	0,12	4	0,07
<b>Aspas simples</b>	19	0,43	13	0,31	29	0,49	36	0,64	26	0,44	116	1,99
<b>Aspas duplas</b>	1471	33,55	1475	35,46	684	11,62	698	12,49	1043	17,74	1017	17,46
<b>Traves-são</b>	257	5,86	352	8,46	328	5,57	318	5,69	55	0,94	37	0,64
<b>Tokens</b>	43.845		41.596		58.869		55.887		58.795		58.261	

Fonte: elaborada pelos autores

As variações do uso dos recursos de pontuação confirmam o indício anterior de que há diferença entre seu uso nos TT e TF apesar de as regras sobre o uso de pontuação serem semelhantes nas duas línguas.



A frequência de vírgulas e de pontos finais é, consistentemente, maior nos TT, sendo o aumento em menor proporção em IM\_Britto (60,07%). De certa forma, esses resultados confirmam os anteriores obtidos com o número e tamanho médio de sentenças. Para o escopo deste trabalho, a decisão foi (1) destacar os recursos de pontuação cuja frequência foi maior que aquela usada nos três TF – a vírgula, o ponto final, os dois pontos, e as reticências – e (2) descartar da análise os dois primeiros, devido ao grande número de ocorrências no corpus em geral.

A Figura 2 é apresentada para destaque da frequência de ocorrências dos dois pontos (descartadas aquelas em que os dois pontos marcam fronteira entre orações projetantes e projetadas) e reticências do corpus.

A Figura 2 mostra que a diferença de ocorrência dos dois pontos é de 21 a mais em GC\_Britto e LL\_Britto e 9 em IM\_Britto em relação aos respectivos TF. Mostra, ainda que a diferença de ocorrência das reticências em GC\_Britto é de 95, de 13 em LL\_Britto e de 3 em IM\_Britto, comparadas às ocorrências dos respectivos TF. Observa-se consistência no aumento do uso desses recursos nos 3 TT, sendo esse hábito linguístico aproximado em dois deles e menor no último, o que pode ser atribuído parcialmente a uma provável influência desse TF.

Na Figura 3 estão os resultados obtidos com a classificação das ocorrências dos dois pontos, conforme categorias apresentadas na metodologia.

A Figura 3 mostra que a mudança relativa ao uso dos dois pontos se dá majoritariamente por substituição, com destaque para GC\_Britto, com o acréscimo em menor proporção nos TT. A omissão ocorre em apenas dois casos e não é consistente nos três TT. Os resultados obtidos após categorização das ocorrências das reticências nos três TT estão apresentados na Figura 4.

Na Figura 3, observa-se novamente a substituição como hábito estilístico predominante em dois dos TT, o acréscimo ocorrendo em menor proporção nos três TT e a omissão como estratégia não usada para esse recurso, provavelmente por sua frequência baixa em pelo menos dois dos TT. As ocorrências trazidas dos TF no corpus de TT se concentram nas instâncias em que o texto representa o modo escrito da linguagem e revela escolhas semelhantes pelo princípio gramatical do escritor, do autor e do tradutor, consistente com o que argumenta Halliday (1985).

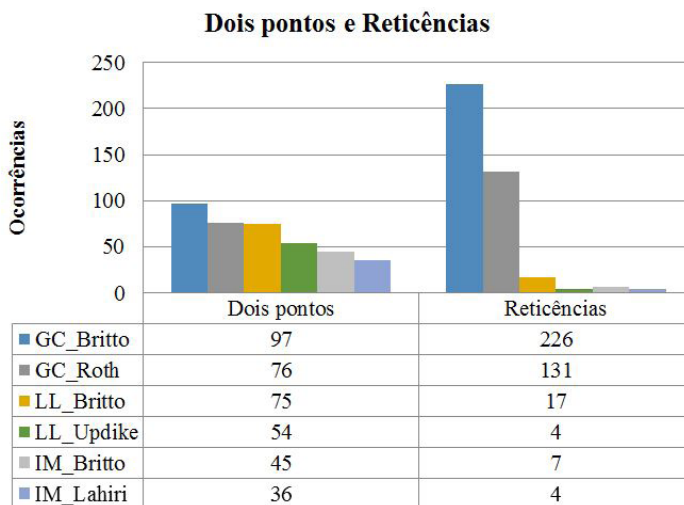


Figura 2 – Ocorrências de dois pontos e reticências no *corpus*  
Fonte: elaborada pelos autores

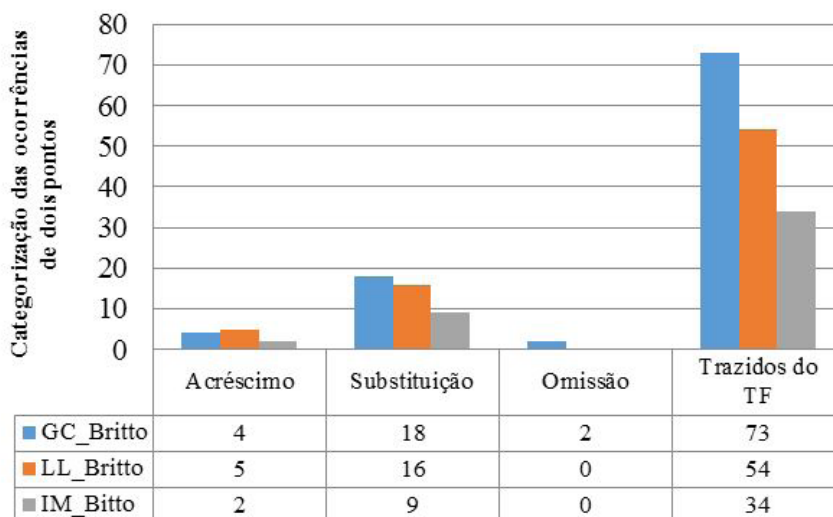


Figura 3 – Categorização das ocorrências de dois pontos  
Fonte: elaborada pelos autores

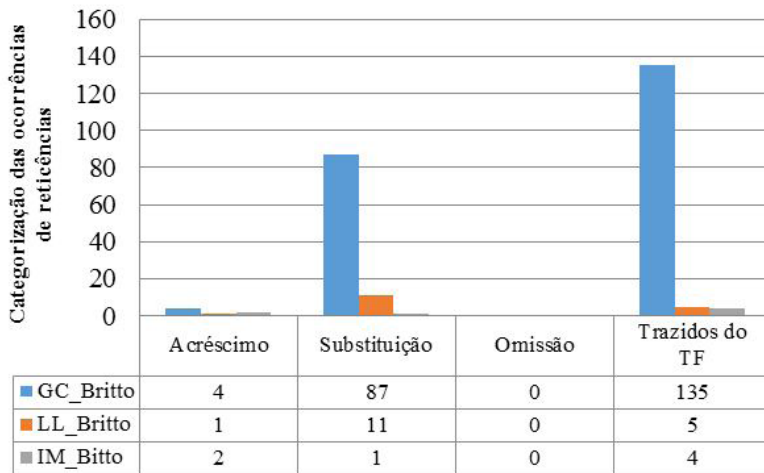


Figura 4 – Categorização das ocorrências de reticências  
 Fonte: elaborada pelos autores

São apresentados, a seguir, exemplos de ocorrências de acréscimo, substituição e omissão de dois pontos. O Quadro 2 apresenta exemplos de acréscimo.

Quadro 2 – Exemplos de acréscimo – Dois pontos

<b>ACRÉSCIMO</b>	
Miranda estava curiosa: de onde seria ele?	Miranda wondered where he was from.
<i>Conto: Sexy (IM)</i>	
“Não foi Deus não, foi a desgraçada da minha mãe”, disse ela, e, respirando fundo, inchando as bochechas como se estivesse tocando trombone, saiu-se com: “Imogene”.	“It wasn’t the good Lord, it was my hateful mother,” she said and, taking a deep breath that rounded out her cheeks like a trumpet player’s, came out with “Imogene”.
<i>Conto: Floreios de amor em plena guerra fria (LL)</i>	
E havia algo ainda mais estranho: o rabino Binder estava ajoelhado, tremendo. Se havia uma pergunta a se fazer agora, não era: “Sou eu?”, e sim “Somos nós?... Somos nós?”.	And there was an even greater strangeness: Rabbi Binder was on his knees, trembling. If there was a question to be asked now it was not “Is it me?” but rather “Is it us?... Is it us?”
<i>Conto: A Conversão dos Judeus (GC)</i>	

Fonte: elaborado pelos autores

O primeiro exemplo do Quadro 2 mostra, no TF, um complexo oracional com duas orações, uma projetante e outra projetada, sem marca de fronteira (pontuação) entre elas. No TT, o complexo oracional foi separado por dois pontos pelo tradutor após o verbo *wondered* ser traduzido pela colocação *estava curiosa*, estabelecendo uma fronteira ou separação entre as orações, inexistente no TF. O segundo exemplo é outro tipo de complexo oracional no TF, cujas fronteiras entre as orações são estabelecidas pelo uso da vírgula. No TT, pode-se observar o acréscimo de dois pontos, estabelecendo uma fronteira inexistente no TF, entre oração projetante e projetada, narrativa e fala de personagem. Por fim, o último exemplo também apresenta complexo oracional com uma oração projetante e outra projetada, sem fronteira marcada entre elas, com a continuidade entre relato do narrador e uma pergunta a ser feita hipoteticamente. Ao acrescentar dois pontos entre as duas orações – acompanhada de outros tipos de mudanças que não cabe aqui desenvolver –, o tradutor marca claramente a fronteira entre as orações e o relato do narrador em primeira pessoa e a fala hipotética dessa personagem. A introdução dos dois pontos indica uma estratégia consistente do tradutor, estabelecimento de fronteira, provavelmente para separação de vozes na narrativa e/ou melhor compreensão da sentença pelo leitor.

No Quadro 3 são apresentados exemplos de substituição.

Quadro 3 – Exemplos de substituição – Dois pontos

SUBSTITUIÇÃO	
A essa altura Sanjeev já tinha se decidido: ele e Twinkle iriam morar ali juntos, para sempre;	By then Sanjeev had already made up his mind, was determined that he and Twinkle should live there together, forever,
<i>Conto: Esta casa abençoada (IM)</i>	
Tinha a cintura lisa e flexível por baixo da roupa de algodão, e, sim, Audrey estava certa: pela primeira vez em todos aqueles anos que nos conhecíamos...	Her waist was smooth and flexible in summer cotton, and, yes, she was right, for the first time in all our years of acquaintance...
<i>Conto: As mulheres que escaparam (LL)</i>	
O jovem havia conseguido ficar na dúvida a respeito da minha religião, mas eu não sentia a menor vontade de esclarecer esse ponto. A questão era simples: eu não gostava dele.	The young man had managed to confuse himself as to what my faith really was, but I felt no desire to straighten him out. Very simply, I didn't like him.
<i>Conto: O defensor da fé (GC)</i>	

Fonte: elaborado pelos autores

Nos exemplos do Quadro 3, observa-se a substituição de vírgulas dos TF por dois pontos nos TT. No primeiro, o complexo oracional do TF apresenta uma ocorrência do que poderia ser uma oração projetada apresentada após vírgula e aspas duplas. A realização, entretanto, é de uma oração paratática, praticamente independente, com a marca de fronteira realizada pela vírgula. Além de representar uma marca de fronteira diferente, o uso de dois pontos no TT reforça o indício de que o tradutor separa mais explicitamente a fala do relato para facilitar a compreensão do leitor. No segundo, há um exemplo do que é denominado pelos teóricos da estilística de “pensamento direto livre”, sem projeção, e o complexo oracional é mais fluido, apenas com vírgulas como marcas de fronteira. No TT, os dois pontos são introduzidos, marcando uma fronteira diferente que pode afetar o fluxo do pensamento do narrador em primeira pessoa, mas que parece facilitar a leitura pelo público-alvo. O terceiro exemplo apresenta uma oração no TF cuja relação de causalidade com a anterior está implícita. No TF, essa oração é transformada em complexo oracional e, embora não haja explicitação de uma conjunção causal, o acréscimo de “a questão” e a substituição de vírgula por dois pontos constituem outras formas de explicitar a relação causal. Os exemplos de omissão encontrados no corpus são insuficientes para contribuir de forma ampla com os resultados obtidos. Sobre o uso de reticências, observa-se que as ocorrências trazidas dos TF não apresentam diferença na função que exercem nos TT. O Quadro 4 apresenta exemplos de acréscimo.

Quadro 4 – Exemplos de acréscimo – Reticências

<b>ACRÉSCIMO</b>	
“Ah, seu <r>...</r>!” gritou.	“You!” she screamed.
<i>Conto: Epstein (GC)</i>	
O filme de arte não tinha nenhum enredo de que eu me lembre; havia muitas tomadas panorâmicas lentas e granulosas, e umas colagens surrealistas e rápidas, incluindo uma cena rápida e repetida de feação, que fez Jane exclamar baixinho a meu lado: “Ihh <rf>...</rf>”.	The art movie had no plot that I can remember; there was a lot of grainy slow panning and some jumpy surrealistic collage, including a quick, repeated act of fellatio that caused Jane to exclaim softly at my side, “Uh-oh.”
<i>Conto: A garota de Nova York (LL)</i>	
Ele pôs um dedo curto e grosso em meu rosto, depois pressionou-o nas costas da outra mão, deixando nelas uma leve mancha esverdeada. “Se a senhora insiste <r>...</r>”, disse ele, com uma pequena mesura.	He placed one of his stocky fingers on my cheek, then pressed it to the back of his own hand, leaving a faint green smear. “If the lady insists,” he conceded, and offered a small bow.
<i>Conto: Quando o Sr. Pirezada Vinha Jantar (IM)</i>	

Fonte: elaborado pelos autores

Nos três exemplos do Quadro 4, pode-se observar a inclusão de reticências. No primeiro exemplo, uma vírgula substitui uma exclamação, marca de fronteira e status, antes das reticências acrescentadas. Esse acréscimo alude a uma possível hesitação da personagem no TT, com uma provável abertura para interpretação do leitor, nesse caso da interjeição no TF. No segundo exemplo, as reticências acrescentadas abrem a interjeição da personagem para a interpretação do público leitor, enquanto no TF esta é fechada pelo ponto final e aspas duplas. No terceiro exemplo o acréscimo de reticências parece explicitar uma hesitação em um enunciado implicitamente não terminado da personagem no TF.

No Quadro 5 são apresentados os exemplos de substituição.

Quadro 5 – Exemplos de substituição – Reticências

<b>SUBSTITUIÇÃO</b>	
“Ah <r>...</r> um presente pra minha filha. Uma escova e um pente de brinquedo. Ela ainda nem completou três anos e já aprendeu a escovar o cabelo.”	“Oh — a toy for my daughter. A toy brush and comb. She’s not quite three, and has just learned to brush her hair.”
<i>Conto: Cenas dos anos 50 (LL)</i>	
“Os pais judeus <r>...</r> eles são mais protetores do que o normal, capitão.	“Jewish parents, sir — they’re apt to be more protective than you expect.
<i>Conto: O defensor da fé (GC)</i>	
“Acho que a culpa não é do garoto, não, senhor. Tenho certeza que a gente vai resolver o problema falando com ele. Os pais judeus se preocupam. <rf>...</rf>”	“I don’t think the boy’s to blame, sir. I’m sure we can straighten it out by just asking him. Jewish parents worry. —”
<i>Conto: O defensor da fé (GC)</i>	

Fonte: elaborado pelos autores

O primeiro exemplo do Quadro 5 mostra que no TF o uso de travessão após a interjeição “Oh” indica uma relação de aposição à exclamação anterior. O uso de reticências no TT, entretanto, parece exercer a mesma função do travessão no TF; função, entretanto, não descrita ainda na gramática consultada. Da mesma forma, o segundo exemplo apresenta reticências no TT em substituição ao travessão o qual desempenha a função de marcar a relação de aposição entre os dois enunciados. O terceiro exemplo mostra o uso do travessão após o ponto final e antes das aspas duplas no fechamento de uma fala, o que parece anunciar uma provável aposição, mas de modo muito diferente das outras ocorrências em que não há qualquer tipo de marca de fronteira antes do

travessão. Ocorrências de uso do travessão substituídas por reticências semelhantes a esta são recorrentes em GC\_Britto e LL\_Britto. Ainda que o travessão em final de oração possa indicar a possibilidade de uma reflexão posterior do personagem ou do leitor, a fala contida nessas orações foi encerrada pelo ponto final que antecede o travessão. Nos TT, por outro lado, o uso de reticências nos finais de fala pode indicar que fica aberta ao leitor a interpretação da fala das personagens, conforme argumenta Tufano (2005). Portanto, pareceria mais compreensível pelos leitores brasileiros. Entretanto, nesses casos, os resultados são insuficientes para se afirmar algo sobre a substituição do travessão por reticências. Além disso, essa substituição não pode ser atribuída exclusivamente ao tradutor já que pode ser atribuída a uma escolha editorial.

## **Discussão dos resultados**

Nesta subseção as perguntas de pesquisa elaboradas na introdução deste artigo são retomadas e respondidas com base nos resultados obtidos.

A primeira pergunta tentava saber se haveria padrões de uso de recursos de pontuação nas traduções de Paulo Henriques Britto distintos dos padrões de uso nos TF. Os resultados obtidos mostram quatro padrões consistentes do tradutor nos três TT, de frequência mais alta de vírgulas, dois pontos, reticências e pontos e vírgula que seus respectivos TF. Tomando os dois recursos aqui analisados, também mostram que parte (161 ocorrências de dois pontos e 120 ocorrências de reticências) deste uso consistente é trazido dos TF, mas que também há hábitos estilísticos consistentes de acréscimos e substituições nos TT. Os casos em que os dois pontos e as reticências foram trazidos dos TF concentram-se em instâncias em que o uso destes recursos de pontuação é semelhante no inglês e no português brasileiro. Os acréscimos e substituições indicam que os dois pontos e as reticências, além de ter funções diferentes nas traduções, podem ter sido escolhidos nos TT seguindo o princípio gramatical, conforme aponta Halliday (1985), aproximando os textos do modo escrito da linguagem, ainda que, em vários exemplos dos TF, a escolha por outros recursos ou a não escolha parece ter sido feita pelo princípio fonológico, criando determinada fluidez e ritmo na escrita, mais apropriado ao modo oral. Também há a probabilidade de influência de normas editoriais.

A segunda pergunta era sobre a atribuição dos padrões encontrados a restrições linguísticas, convenções do tipo textual, ou estilo

dos autores. Os padrões diferentes nos TT e que se deviam a restrições dos sistemas linguísticos foram descartados da análise como o uso de dois pontos em português entre uma oração projetante e outra projetada, quando em inglês a fronteira é marcada por vírgula. Foram analisados apenas aqueles que, havendo uma alternativa semelhante de escolha, foi feita uma escolha diferente, portanto, opcional. Quanto às convenções do tipo textual, estas podem esbarrar nas exigências editoriais. No caso das três coletâneas de contos aqui analisadas, todas foram publicadas pela mesma editora. Ainda que esta possa ser considerada uma variável fixa, não é possível apresentar evidências da influência de convenções do tipo textual definidas pela editora apenas com os textos do corpus. Quanto ao estilo dos autores, os resultados apresentados na Tabela 4, principalmente, e nas Figuras 2 e 3 mostram que há certa sensibilidade do tradutor com os hábitos estilísticos dos autores no que se refere ao uso dos recursos de pontuação, conforme antecipou Saldanha (2011). Não há consistência de uso diferente dos diversos recursos de pontuação usados, excetuando-se a vírgula, o ponto e vírgula (com pequena variação), os dois pontos e as reticências. Essa é uma indicação de influência dos autores em alguns dos casos.

A última questão se refere à probabilidade de o tradutor padronizar a variedade dos TF relativa aos recursos de pontuação pela preferência por um princípio de escolha diferente daquele dos escritores desses textos e, portanto, ao seu estilo. Certas instâncias do uso dos recursos de pontuação dos TF, com função ainda não descrita nas gramáticas do inglês, são substituídas consistentemente nos TT. Tendo-se observado que não houve restrição linguística para a substituição, esta pode ser interpretada como exigência editorial ou como hábito estilístico do tradutor. Alguns exemplos analisados podem encaixar-se na primeira alternativa, como o uso de reticências após ponto final em lugar de travessões, embora não haja evidências suficientes para afirmar. Outros, entretanto, como os acréscimos, seja de dois pontos ou de reticências, e de substituição de dois pontos por vírgula para marcar diferentemente a fronteira entre fala ou pensamento indireto livre, parecem advir de pressuposições do tradutor sobre seus leitores e a preocupação com uma leitura mais fluida por estes, ao marcar fronteiras entre as vozes narrativas. A análise das ocorrências de dois pontos e reticências do corpus confirmam uma provável preferência do tradutor pelo princípio gramatical na escolha da pontuação e a clareza do modo escrito da linguagem.



Retomando os estudos sobre a pontuação revisados acima, conclui-se que os resultados obtidos neste estudo confirmam os achados de Novodvorski (2013) no que tange a explicitação de pausas nos TT. Não há evidências para se afirmar que a estratégia da explicitação supera o uso da pontuação com função interpretativa ou criativa, conforme advoga May (1997). Para tanto, seria preciso uma análise mais detalhada. As estratégias de explicitação, entretanto, servem o propósito de desambiguar e definir as vozes das narrativas ou, ainda, de resolver frases incompletas, confirmando os achados de Minelli (2005). Sugerem, ainda, o papel editorial do tradutor defendido por May (1997) e Minelli (2005). Os resultados também contrariam parte do que afirma Saldanha (2011) sobre como as escolhas retóricas e os hábitos linguísticos do tradutor podem influenciar na compreensão do significado do texto diminuindo o nível de formalidade e facilitando sua interpretação. No caso dos recursos da pontuação, evidencia-se no corpus uma facilitação da interpretação do texto pelo leitor, com o estabelecimento diferente de fronteiras entre as orações (HALLIDAY, 1985; QUIRK *et al.*, 1985). Entretanto, em muitos dos casos, aumentando seu nível de formalidade, com certo apagamento de escolhas de representação do modo falado na narrativa escrita dos TF. Entretanto, pode-se concluir, como Saldanha (2011), que também há sensibilidade do tradutor ao estilo da narrativa dos textos.

## Considerações finais

O artigo foi iniciado com o estabelecimento da relevância de um estudo do uso dos recursos de pontuação em *corpora* paralelos como uma das possibilidades de se determinar o estilo como atributo pessoal dos tradutores. Baker (2000) sugeriu a importância do estudo, de um lado; May (1994) e Minelli (2005), de outro, mostram mudanças relevantes na pontuação de traduções literárias e a escassez de estudos sobre a pontuação nas línguas. As autoras usam metodologias da tradução literária em seu estudo. Este artigo investigou o uso dos dois pontos e das reticências em três TT de diferentes TF, de um mesmo tradutor, Paulo Henrique Britto, usando metodologia dos estudos linguísticos, com o auxílio de ferramentas de corpus. O objetivo foi mostrar a recorrência de recursos de pontuação nas traduções em substituição a outros usados nos TF, alterando a função da pontuação na interação narrativa nesses textos.

Para atingir esse objetivo, buscou-se a literatura sobre estilo do tradutor, especialmente, observando o estilo da tradução perifericamente. Se de um lado foi possível mostrar a consistência do uso diferenciado dos dois pontos e reticências pelo tradutor nos três TT de diferentes TF e sugerir estratégias usadas visando ao leitor do público-alvo, não foi possível analisar o uso da vírgula e do ponto e vírgula, também consistente, ou evidenciar a existência ou não de convenções editoriais para o tipo textual que possam ter influenciado as escolhas feitas pelo tradutor. Não foi possível aprofundar, e não fazia parte do escopo do trabalho, a relação entre a função da pontuação e sua influência na construção de determinados significados textuais, ou seja seu valor literário nos TF e TT. Essas duas limitações, entretanto, abrem espaço para estudos posteriores, de investigação das convenções editoriais para o tipo textual e de pesquisa mais ampla sobre escolhas retóricas, por tradutores e autores, de recursos de pontuação para compor significados temáticos dos textos. Principalmente, o estudo reforça a necessidade de descrição do uso da pontuação em língua portuguesa baseada em corpus, e atualização das descrições em língua inglesa de modo a incluir e/ou aprofundar sobre o uso de recursos como o travessão e as reticências.

O trabalho, portanto, contribui para a produção do conhecimento nos estudos do estilo do tradutor, mostrando hábitos estilísticos do tradutor Paulo Henrique Britto em relação ao uso dos dois pontos e reticências, provavelmente preocupado com uma leitura mais clara dos textos traduzidos pelos leitores brasileiros.

## **Agradecimentos**

Os autores agradecem os fomentos concedidos pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) ao Projeto PQ 301720/2013-9; pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG) ao Projeto PPMVIII 00059-14 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao Projeto PACCSS-II 151/2013.

## **Referências**

- BAKER, M. Towards a methodology for investigating the style of a literary translator. *Target*, v. 12, n. 2, p. 241-266, 2000.
- BRITTO, P. H. *A tradução literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CRISTÓFARO, N. C. *O uso de dois pontos e ponto e vírgula na tradução Intérprete de Males, de Paulo Henriques Britto: um estudo do estilo do tradutor.* (Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Letras) Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2013.

HALLIDAY, M. A. K. *Spoken and written language.* Victoria: Deakin University, 1985.

LAHIRI, J. *Interpreter of Maladies.* 1a. Ed. New York: Houghton Mifflin, 1999.

\_\_\_\_\_. *Intérprete de Males.* Tradução: Paulo Henriques Britto. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAGALHÃES, C. M. Estra: um corpus para o estudo do estilo da tradução. *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 34, p. 248-271, 2014.

MAY, R. Sensible elocution: how translation works in & upon punctuation. *The Translator*, v. 3, n. 1, p.1-20, 1997.

MELO, I. L. R. *O uso de dois pontos e ponto e vírgula na tradução de Adeus, Columbus, de Paulo Henriques Britto: um estudo do estilo do Tradutor.* (Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Letras) Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

MINELLI, E. Punctuation strategies in the textualization of femininity: Virginia Woolf translated into Italian. *New voices in translation studies*, v. 1, p. 56-69, 2005.

MUNDAY, J. *Style and ideology in translation: Latin American writing in English.* New York: Routledge, 2008.

NOVODVORSKI, A. *Estilo das traduções de Sergio Molina de obras de Ernesto Sabato: em estudo de corpora paralelos espanhol/português.* 2013. 259f. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

QUIRK, R. *et al. A comprehensive grammar of the English language.* London: Longman, 1985.

RODRIGUES, R. R. *Tradução e apresentação do discurso: um estudo de “Bliss” de Katherine Mansfield.* 2010. 226f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ROTH, P. *Goodbye, Columbus.* 1a. Ed. New York: Vintage International, 1993.

\_\_\_\_\_. *Adeus, Columbus*. Tradução: Paulo Henriques Britto. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SALDANHA, G. *Translator style: methodological considerations*. *The Translator*, v. 17, n. 1, p. 25-50, 2011.

SHORT, M. R. *Exploring the language of poems, plays, and prose*. London; New York: Longman, 1996.

SCOTT, M. *WordSmith Tools 6.0*, Lexical Analysis Software. Oxford University Press, 2011.

TUFANO, D. *Gramática e literatura brasileira*. São Paulo: Paulus, 2005.

UPDIKE, J. *Licks of Love*. 1a. Ed. New York: Random House, Inc., 2000.

\_\_\_\_\_. *Coelho se cala e outras histórias*. Tradução: Paulo Henriques Britto. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VON RANDOW, C. M. *O uso de dois pontos e ponto e vírgula na tradução Coelho se Cala, de Paulo Henriques Britto: um estudo do estilo do tradutor*. (Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Letras) Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2013

## Por uma abordagem tensiva do *fait divers*

### *Towards a tensive approach to fait divers*

Conrado Moreira Mendes

PUC Minas

conradomendes@yahoo.com.br

**Resumo:** Neste artigo, propõe-se uma abordagem baseada na Semiótica tensiva para o *fait divers*. A expressão, que advém da imprensa francesa do século XIX, reporta-se a acontecimentos inusitados, fortemente marcados por um caráter emocional. A primeira abordagem estrutural do *fait divers* se deve a Barthes. Diferentemente desse autor, no entanto, e com base nas ideias de Zilberberg sobre a noção de tensividade, apresenta-se um modelo que concebe as categorias duração e memória como constitutivas desse tipo de relato. Ademais, apresenta-se uma tipologia tensiva, a partir da qual pode-se classificar o *fait divers* quanto à intensidade e à extensidade.

**Palavras-chave:** Semiótica francesa; tensividade; *fait divers*.

**Abstract:** In this study, we propose an approach based on tensive semiotics to *fait divers* (feature story). The term, which comes from the French press of the nineteenth century, refers to unusual events, strongly marked by an emotional character. The first structural approach to *fait divers* relates to Barthes. In contrast to this author, however, and based on Zilberberg's ideas about the concept of tensivity, we present a model that conceives the categories duration and memory as constituting such

kind of report. In addition, we present a tensive typology, from which one can classify *fait divers* regarding intensity and extent.

**Keywords:** French Semiotics; tensivity; *fait divers*.

Recebido em 05 de março de 2015.

Aprovado em 25 de setembro de 2015.

## Introdução

Neste artigo, com base em nossa pesquisa de doutorado (MENDES, 2013a), propomos uma abordagem fundamentada na gramática tensiva (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001; ZILBERBERG, 2007; 2011a; 2011b) para o *fait divers*. Esse termo, que remonta à imprensa francesa da segunda metade do século XIX, refere-se a notícias que não se enquadram nas editorias tradicionais do jornalismo, como política, economia, cultura, internacional etc. O *Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle*, de Pierre Larousse, apresenta o verbete *fait divers* da seguinte maneira:

Sob essa rubrica, os jornais agrupam com arte e publicam regularmente todo tipo de notícias que correm pelo mundo: pequenos escândalos, acidentes de carros, crimes hediondos, suicídios por amor, pedreiro caído do quinto andar, assaltos, chuvas de gafanhotos ou de sapos, naufrágios, incêndios, inundações, aventuras burlescas, sequestros misteriosos, execuções fatais, casos de hidrofobia, de antropofagia, de sonambulismo, de letargia [...] fenômenos da natureza [...] bezerros de duas cabeças, [...] gêmeos grudados pelo ventre, criança com três olhos, anões extraordinários etc. (LAROUSSE, [1866-75], p. 58).

O uso do termo verificou-se, pela primeira vez, no periódico parisiense *Le Petit Journal*, de Moïse Polydore Millaud, lançado em 1º de fevereiro de 1863 (MEYER, 1996, p. 98). A expressão, desde então, é largamente utilizada. E, embora se reporte ao advento da imprensa de massa, segundo Dion (2007, p. 127), esse tipo de notícias havia muito antes de sua veiculação nos jornais. Suas narrativas estavam relacionadas

a um tipo de espetáculo cultural, em que o público participava e cuja transmissão era eminentemente oral. Nesse sentido, Ramos (2008, p. 137) afirma que o *fait divers* “já existia em diferentes produções culturais, na Idade Média, habitando os cantos dos menestrais, em seus apelos e interpelações de entretenimento”. Barthes (1964, p. 194), que define o termo como “uma informação monstruosa”, foi o primeiro teórico a lançar luz sobre esse tipo de relato, e a especificidade de sua abordagem reside em conjecturar uma estrutura para o *fait divers*.

Também nos ocupamos da estruturação desse gênero. Fazemos-lo, conforme anunciamos, à luz da Semiótica tensiva. Chamada por Zilberberg (2011a, p. 12) de “gramática do afeto”, tal teoria volta seu interesse ao aspecto sensível da significação, às gradações, ao acontecimento, concebidos na tensão entre intensidade e extensidade. A nosso ver, ao se estabelecer uma perspectiva tensiva para o *fait divers*, criam-se condições para se vislumbrar um modelo de maior poder heurístico para sua abordagem que, sendo mais abstrato, será, por conseguinte, mais econômico.

Este artigo divide-se da seguinte maneira: trazemos, num primeiro momento, a definição semiológica de Barthes (1964) para o *fait divers*, bem como suas características e o que nos parece constituir limitações do modelo. Em seguida, apresentamos um panorama da gramática tensiva e uma abordagem a partir dessa perspectiva teórica para a categoria noticiosa em questão e, finalmente, propomos uma tipologia do *fait divers*, com base nos termos da Semiótica tensiva.

## **Modelo semiológico do *fait divers***

Ao explicar o conceito de *fait divers*, Barthes (1964) o diferencia de outras editorias jornalísticas ao comparar dois tipos de assassinato: um, por razões políticas, e um segundo, como sendo um crime passional. Para o autor, o assassinato do primeiro tipo sempre remeterá a um conhecimento exterior ao fato propriamente dito, ou seja, à conjuntura política, às razões daí decorrentes que motivaram tal assassinato etc. – “em suma, o assassinato escapa ao *fait divers* sempre que ele for exógeno, vindo de um mundo já conhecido [...]. O assassinato político é, portanto, sempre uma informação parcial” (BARTHES, 1964, p. 195). O *fait divers*, conforme o semiólogo francês, ao contrário, prescinde de dados pré-existentes, constitui-se como uma informação total, “[já que] contém

em si todo o saber: não é necessário nada do mundo para consumir um *fait divers*; ele não remete formalmente a nada senão a si próprio” (p. 195). Seu conteúdo, entretanto, não é estranho à “realidade” que nos cerca: são geralmente desastres, mortes, acidentes e bizarrices em geral.

Pela concepção barthesiana, as relações imanentes ao *fait divers* podem ser de dois tipos. A primeira é a de causalidade, em geral, aberrante. Por isso, ele traz consigo “um germe de degradação” (BARTHES, 1964, p. 197). Esse tipo de estrutura subdivide-se em duas formas de causalidade: a causa perturbada e a causa esperada. Na do primeiro tipo, não se conhece a causa do evento, ou, ainda, uma pequena causa gera um grande efeito. No segundo tipo de causalidade, a importância da relação perde força – ainda que continue presente – e a ênfase é posta sobre o que autor chama de *dramatis personae*, como, por exemplo, uma criança, um idoso, uma madrasta – “tipos de essências emocionais, encarregadas de dar vida a um estereótipo” (p. 197).

O segundo tipo de relação imanente, segundo Barthes, é o de coincidência, o qual se subdivide, igualmente, em dois subtipos: repetição e antítese. Alguém que ganha na loteria mais de uma vez, ou, ainda, contrariando a expressão popular, um raio que cai duas vezes no mesmo lugar, constituem um *fait divers* pelo caráter inesperado da repetição. No caso da antítese, duas lógicas opostas constituem esse tipo de relação imanente.

Cabe dizer ainda que, por essa proposição, não há *fait divers* sem o susto, sem o espanto de quem vê, lê ou assiste. A temática pode ser ainda de dois tipos: crimes (crimes passionais, suicídios, chantagens, agressões sádicas) e fenômenos (*prodige*) da ordem do inesperado, tais como notícias sobre supostos discos voadores, acontecimentos paranormais, fenômenos religiosos etc. Dion (2007, p. 126), nesse sentido, destaca a pouca variabilidade temática do relato noticioso em questão: “de fato, parece que o *fait divers* é eminentemente repetitivo”. Observa-se, entretanto, uma particularidade desse pequeno inventário temático: são sempre marcados por um forte caráter fortuito e emocional.

Barthes (1964), nesse ensaio pleno de ideias, lança luz para o estudo do fenômeno dos *faits divers*, e indica caminhos capazes de suscitar ainda outras questões. Propomos fazê-lo, conforme anunciamos, pelo viés da Semiótica tensiva. Antes, entretanto, é necessário sublinhar a diferença entre o que Barthes (1964) entende por *estrutura/imanência* e como o faz a Semiótica de bases greimasianas.



Para a Semiótica, a definição de Barthes para tais notícias (a exemplo do crime político – que necessitaria de informações exógenas a ele mesmo – diferente de um crime passional), apesar de estrutural, não constituiria sua imanência. Aos olhos da disciplina de Greimas, são preliminarmente as relações intratextuais ali engendradas que criariam efeitos de sentido específicos desse tipo de relato. É por esse caminho, portanto, que conduzimos nossa abordagem do *fait divers*.

Pela exemplificação de Barthes, a não necessidade de contexto especificaria o *fait divers*, enquanto sua imprescindibilidade definiria aquilo que não o é. Sem pretender fazer uma leitura estrita da máxima greimasiana, segundo a qual “fora do texto não há salvação” (GREIMAS, 1974, p. 25), admitimos que são suas próprias categorias em relação que definem tal imanência. Desse modo, o conceito de *estrutura*, segundo Hjelmslev (1991, p. 29), “entidade autônoma de dependências internas”, ao qual subjaz o conceito de imanência, encontra-se, a nosso ver, atual para o estudo das relações intratextuais de quaisquer textos, entendidos em sentido lato.

Por isso, como se vê, o modelo semiológico de Barthes (1964), ainda que trate da “estrutura do *fait divers*”, como indica o próprio nome do texto, apresenta limitações no que tange à questão da imanência e, portanto, à própria noção de estrutura. Além disso, para tal abordagem, o *fait divers* não possui duração nem memória, definição que, a nosso ver, parece questionável.

Sobre a duração desse tipo de relato, assevera Barthes (p. 195; grifos nossos): “*sem duração e sem contexto, ele constitui um ser imediato, total, que não remete a nada de implícito [...]. É sua imanência que define o fait divers*”. Assim, para o autor, a duração, quer entendida como temporalidade, quer entendida como serialidade, não se aplicaria ao *fait divers*, pelo fato de esse ter uma natureza imanente. Nesse sentido, declara Alencar (2005), na esteira de Barthes:

Este [o leitor] é seduzido pelo princípio de uma desorganização generalizada, como se algo viesse dizer que a vida é assim mesmo, irrisória, vertiginosa, confusa. Os outros tipos de notícia se aproximam do romance, expressão da totalidade e da longa duração, que supõe *uma serialidade que o fait divers desconhece* (ALENCAR, 2005, 118-119; grifos nossos).

A respeito da memória, afirma o semiólogo: “certos *faits divers* se desenvolvem por vários dias ou até meses; isso não rompe sua imanência constitutiva, pois implicam *sempre uma memória curta*” (BARTHES, 1964, p. 95; grifos nossos). Assim, segundo o autor, o *fait divers* não possui nem temporalidade, nem memória, ou, ainda, uma memória curta, isto é, que tende necessariamente a desaparecer.

Ora, em termos semióticos, essa justificativa não seria logicamente possível, uma vez que tanto a duração (seja em termos de temporalidade ou serialidade) quanto a memória, que advém da temporalidade, constituem-se na imanência do discurso, não podendo, pois, ser exteriores a ele.

Assim, tendo apresentado as características do modelo barthesiano do *fait divers*, acreditamos que, na atualidade, é relevante observar se a categoria jornalística em pauta é passível de acolher novas proposições. Desse modo, não obstante a estrutura que lhe propôs Barthes (1964), pelo que procuramos demonstrar neste artigo, duração e memória são categorias que subjazem ao *fait divers* a partir de um ponto de vista gradativo. Antes de proceder à abordagem tensiva, cumpre, contudo, apresentar alguns elementos basilares da teoria em questão.

## Algumas palavras sobre Semiótica tensiva

Em linhas gerais, a Semiótica tensiva concede espaço privilegiado ao contínuo e à afetividade no discurso. Quanto à continuidade, cabe dizer, de início, que se a significação se constitui a partir de unidades discretas, a essa discretização subjaz um *continuum*, que já é uma potencialidade de sentido (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 10, 15). Desse modo, o ponto de vista tensivo estabelece-se em complemento à Semiótica greimasiana. Não se trata, assim, de trocar o discreto pelo não discreto, pois, como afirma Zilberberg (2011a, p. 16): “a ‘casa do sentido’ é vasta o bastante para acolher tanto o contínuo, quanto o descontínuo, mesmo porque nem este nem aquele fazem sentido por si mesmos, mas apenas por sua colaboração”. Assim, a Semiótica tensiva oferece à teoria greimasiana a noção de gradação, sem a qual não seria possível analisar determinados fenômenos cuja característica principal não é a oposição, mas a diferença em algum grau, ou, nas palavras de Zilberberg (2011a, p. 14), o “intervalo”.

No que se refere à afetividade, para Fontanille (2007, p. 75), o modelo teórico em questão contempla as conexões entre o sensível

e o inteligível, respeitando a complexidade dos fenômenos tal como se apresentam no discurso. Também, para Zilberberg (2011a, p. 45), “a particularidade do ponto de vista tensivo [consiste em] discernir as condições de uma reciprocidade ininterrupta do afeto e da forma”. Dessa maneira, a teoria tem como um dos pressupostos fundamentais a gramaticalização do afeto.

Para tanto, por tal perspectiva, um fato semiótico é condicionado, ou, ainda, só tem existência Semiótica no e pelo espaço tensivo. Este é formado pela projeção do eixo da intensidade (relativa aos estados de alma) sobre o eixo da extensidade (relativa aos estados de coisas), o qual recebe e qualifica as grandezas que têm acesso ao campo de presença. Tal espaço é fundamentalmente complexo, pois é produto da relação necessária entre sensível e inteligível. Assim, qualquer ponto dentro do espaço tensivo corresponderá a um fato semiótico que, obrigatoriamente, terá uma valência em termos de intensidade e outra valência em termos de extensidade. Veja-se o seguinte diagrama:



Gráfico 1 – Espaço tensivo

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Zilberberg (2011a)

O eixo da intensidade opera por meio dos pares [impactante vs. tênue]; o eixo da extensidade, por sua vez, pelos pares [concentrado vs. difuso]. São esses pares que controlam o acesso ao campo de presença. Assim, no que tange à intensidade, uma grandeza acessa o campo de presença de forma proporcional à quantidade de impacto que carrega consigo e, em termos de extensidade, ela será mais ou menos difusa, a partir das operações de mistura e triagem, conforme pode ser visto no Gráfico 2.

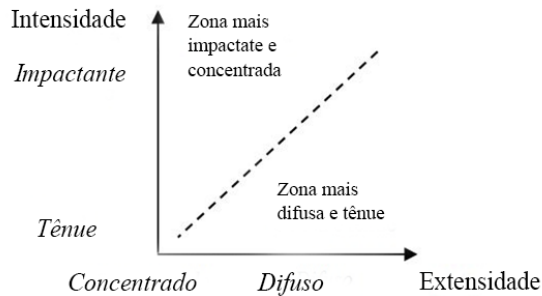


Gráfico 2 – Regiões do espaço tensivo

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Zilberberg (2011a)

Assim, quanto mais um fato semiótico tender à concentração, mais ele será guiado pelos valores de absoluto. Por outro lado, quanto mais esse fato se inclinar à difusão, mais ele será governado pelos valores de universo. No caso dos valores de absoluto, entram em jogo as operações de triagem; no caso dos valores de universo, opera-se por mistura.

Zilberberg (2011a, p. 93), além disso, prevê dois tipos de correlação entre intensidade e extensidade. Na correlação inversa, quanto maior a intensidade, menor a extensidade; na conversã, quanto maior a intensidade, maior será a extensidade, e vice-versa para ambos os casos. Nos gráficos a seguir, tais relações estão representadas:

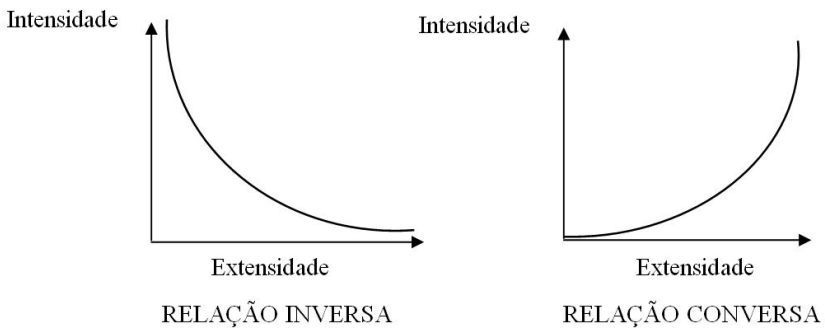


Gráfico 3 – Tipos de relações no espaço tensivo

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Zilberberg (2011a)

Tendo sido considerados alguns conceitos fundamentais em Semiótica tensiva, passemos à definição de acontecimento, fundamental à abordagem tensiva do *fait divers*. Em termos semióticos, este é produto das subdimensões paroxísticas “andamento” e “tonicidade”, as quais compõem a dimensão da intensidade. Dito de outro modo, é o fruto da velocidade aguda de um evento com sua energia e força de impacto no sujeito. Andamento e tonicidade agem juntos perturbando o sujeito por meio de uma “tempestade modal” (ZILBERBERG, 2011a, p. 236) instantânea, deixando-lhe apenas um sofrer que se sobrepõe ao agir. Diz Zilberberg (2011a, p. 163): “o acontecimento, por ser portador do impacto, manifesta enquanto tal que o sujeito trocou ‘a contragosto’ o universo da medida pelo da *desmedida*” (grifos do autor). Noutros termos, o acontecimento significa levar a afetividade ao auge, e tornar temporariamente a inteligência nula. No que se refere às subdimensões da extensidade, a temporalidade é extinta – o tempo fica “fora dos eixos”. O mesmo se pode dizer da espacialidade, pois o sujeito, estupefato, vê-se “fincado” no chão, ou, num lapso de tempo, engolido por um buraco negro, retirado de sua própria ambiência.

No diagrama a seguir, representa-se graficamente o acontecimento, na parte superior esquerda do espaço tensivo, e o exercício, na porção inferior direita:

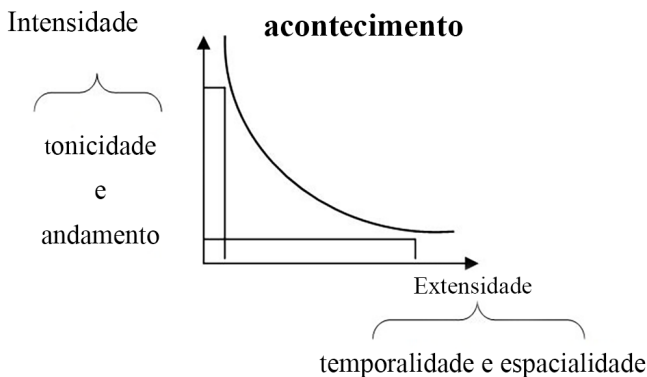


Gráfico 4 – Acontecimento e exercício

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Zilberberg (2011a)

Cabe dizer que acontecimento e exercício são, pois, duas grandes orientações discursivas. A primeira corresponderia à problemática do surpreendente, do inesperado, regido por uma lógica concessiva. A segunda, à questão da narratividade que, por anos, foi o principal foco de interesse da Semiótica, a qual, por sua vez, é governada pela lógica implicativa (se... então) e, que, serve de base a toda a Semiótica clássica (ZILBERBERG, 2011b).

Zilberberg (2007, p. 25) estabelece três modos – eficiência, existência e junção – cujos respectivos termos configuram os estilos discursivos do acontecimento e do exercício. O modo de eficiência designa “a maneira pela qual uma grandeza se instala num campo de presença” (*Id.*, 2007, p. 18). Se a grandeza se instala lentamente, configura-se a modalidade do pervir. Se, ao contrário, penetra abruptamente, há a modalidade do sobrevir. O modo de existência, por sua vez, refere-se à alternância entre os pares foco e apreensão. Tais termos se referem ao correlato subjetal dos termos pervir e sobrevir. No caso do foco, há um sujeito operador que age muito próximo ao sujeito do fazer; não há surpresas, mas relações pressupostas, tais como no esquema narrativo. Na apreensão, ocorre o contrário; não se trata mais de um sujeito do fazer, mas um sujeito de estado que sofre, que suporta, que, enfim, é invadido pelo objeto que surge *ex abrupto*. O modo juntivo relaciona, por sua vez, a concessão e a implicação:

No caso da implicação, o direito e o fato se respaldam mutuamente. Sua esfera é a da implicação: “se a, então b” e geralmente da causalidade legal. [...] No caso da concessão, o direito e o fato estão em discordância um do outro. Ela tem como emblema a dupla formada pelo embora e pelo entretanto: “embora a, entretanto não b” (ZILBERBERG, 2007, p. 23).

Para o autor (2007, p. 25), o estilo discursivo do acontecimento se define estruturalmente a partir de cada um dos pares dos modos de eficiência, de existência e de junção, a saber: o sobrevir, a apreensão e a concessão. O estilo discursivo do exercício, por sua vez, tem sua estrutura composta dos termos pervir, foco e implicação, a partir dos modos já mencionados. A seguir, apresentamos de forma esquemática a estrutura do acontecimento e do exercício:

Tabela 1 – regimes do acontecimento e do exercício

determinados determinantes	ACONTECIMENTO	EXERCÍCIO
modo de eficiência	sobrevir	pervir
modo de existência	apreensão	foco
modo de junção	concessão	implicação

Fonte: elaborada pelo autor, baseada em Zilberberg (2007)

## Abordagem tensiva do *fait divers*

Em nossa pesquisa de doutorado (MENDES, 2013a), consideramos um *corpus* composto por: 60 reportagens, exibidas entre 31 de março de 2008 a 12 de maio de 2008 pelo *Jornal Nacional*, sobre o caso Isabella Nardoni; uma reportagem do jornal *O Globo* (“Bebê é espancado até a morte, e casal é preso”) publicada em 19 de julho de 2012; outra do *Jornal Nacional* (“Motorista de ônibus salva menina que caiu de janela em Nova York”), exibida em 17 de julho de 2012, além de reportagens sobre outros dois *faits divers*: os casos von Richthofen e Eloá Pimentel.

Tomando o referido *corpus* à luz da Semiótica tensiva, pudemos concluir que o *fait divers*, enquanto fato jornalístico em si, possui uma estrutura *acontecimental*, tal como também demonstramos em Mendes (2013b). Noutros termos, trata-se de um fato semiótico que adentra o campo de presença do sujeito com grau paroxístico de intensidade e grau mínimo de extensidade. Tal fato semiótico, para que possa ser assimilado em termos de inteligibilidade, deve perder paulatinamente em intensidade e ganhar em extensidade, de modo a formar uma relação inversa, isto é, quanto maior a extensidade, ou seja, o desdobramento temporal, menor a intensidade. Desse modo, considerar o *fait divers* como um fato semiótico de bases concessivas, isto é, um *acontecimento*, permite que, com base na gramática tensiva, proponhamos um modelo de maior poder heurístico para a abordagem dessa categoria noticiosa, pois, sendo mais abstrato, será, por conseguinte, mais econômico.

Entretanto, para além de considerar o *fait divers* um *acontecimento* enquanto fato jornalístico em si, em nossa referida investigação de doutorado, procuramos analisar as diversas estratégias de discursivização

desse relato noticioso. É, portanto, a partir da discursivização dos *faits divers* que compuseram o *corpus* da pesquisa, que procuramos depreender as categorias subjacentes, a partir da vertente tensiva da Semiótica.

Por isso, a nosso ver, ao contrário do que propõe Barthes (1964), *duração* e *memória* são categorias que subsumem a discursivização do *fait divers*. Desse modo, consideramos inicialmente a categoria *duração*, para, em seguida, discorrer sobre a categoria *memória*. Além dessas, apontamos para o elemento constitutivo *paixões* que, invariavelmente, compõe esse tipo de relato jornalístico. Cabe complementar que tais (in)variantes depreendidas pelo *corpus* são balizadas pelas esquizias tensivas primordiais intensidade e extensidade. A partir delas, pode-se estabelecer o que chamamos de abordagem tensiva do *fait divers*.

## Duração

Conforme pôde-se apresentar em Mendes (2013a), acerca da análise do caso Isabella Nardoni, a tonicidade aplicada sobre a temporalidade aumenta a duração, criando um efeito de persistência (ZILBERBERG, 2011a). Assim, como também se demonstrou em Mendes (2014a), tal *fait divers* caracteriza-se pela longa duração, não obstante a manutenção da intensidade. Tal persistência remete, no nível do discurso, ao encadeamento, à sequencialidade de reportagens sobre um mesmo tema. A manutenção de um mesmo fato sob os holofotes da mídia, no nível figural, por sua vez, refere-se à “extensivização” do intenso, e não à continuidade, uma vez que essa remeteria, no nível da narrativa, à conjunção. O acontecimento, cuja estrutura subsume o *fait divers*, por seu turno, define-se por ser essencialmente uma ruptura, uma quebra, em suma, uma disjunção no nível da narrativa.

Um *fait divers*, aqui tomado como um fato semiótico de bases concessivas, pode ter uma cobertura midiática de duração que pode variar de curta (pontual) a longa, entendendo tais termos como polos opostos de um *continuum*. Uma invariante, no entanto, é que todo *fait divers* é portador de uma elevada carga tímica, conforme já afirmamos. Essa intensidade tende a decrescer em algum momento no transcurso da temporalidade. Desse modo, estão em jogo algumas situações observadas no *corpus*:

- (i) Uma intensidade que, se de início já é alta, amplia-se, chegando à saturação;



- (ii) A manutenção temporária da intensidade num nível elevado, estável, apesar da temporalidade, que, em algum momento vai perder força, mas não necessariamente extenuar-se;
- (iii) O decréscimo lento da intensidade pela temporalidade;
- (iv) O decréscimo rápido da intensidade pela temporalidade.

Os três primeiros casos são portadores de longa duração, com maior extensidade, portanto; o último, por sua vez, mais comum, tem duração curta. Cabe precisar que, tanto na situação (i) quanto na (ii), observamos, inicialmente, uma relação inversa, isto é, quanto maior a extensidade, maior a intensidade.

Cumprido salientar, entretanto, que o discurso dirige-se rumo à plenitude ou à nulidade (ZILBERBERG, 2011a, p. 49-60). Assim, do *menos* para o *mais*, temos a ascendência, e do *mais* para o *menos*, a descendência. É digno de nota ainda que ascendência e descendência são tanto oponíveis, quanto componíveis. Portanto, de forma correlata ao plano de expressão da fala, a exemplo dos prosodemas, no plano do conteúdo, por meio do par *mais* e *menos*, o discurso se constitui de “picos” e “vales” – ou seja, de momentos mais ou menos intensos. Dessa maneira, é possível unir uma relação inversa a uma inversa, de modo a obter-se uma parábola, na qual estão contemplados os movimentos de ascendência e descendência nessas situações, conforme vemos a seguir:

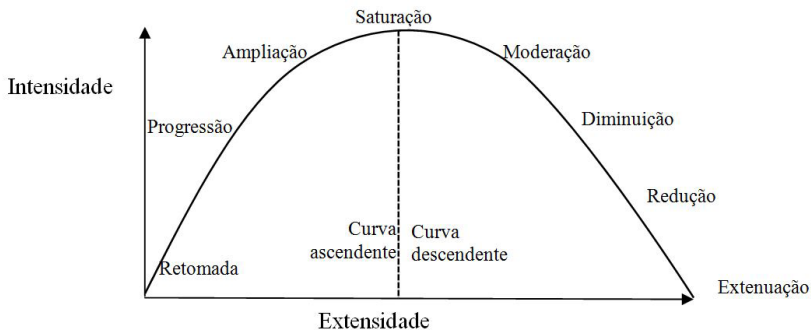


Gráfico 5 – Movimentos de ascendência e descendência no espaço tensivo

Fonte: elaborado pelo autor

O caso Isabella Nardoni, por exemplo, enquadra-se na situação (i), pois esse fato semiótico penetra no campo de presença do sujeito com uma intensidade elevada e que, por meio da categoria do recrudescimento, vai-se da unidade da ampliação rumo à saturação. A partir desse ponto, passa-se à moderação e, posteriormente, à diminuição. Não se pode dizer, entretanto, que tal fato semiótico chega a extenuar-se, o que significaria perder toda a sua carga tímica – o que nos remete à categoria memória (tratada na próxima seção).

As situações (iii) e (iv), por seu turno, são caracterizadas pela relação inversa, isto é, partem de uma intensidade elevada que, no transcurso da temporalidade, ganham em extensidade e perdem em intensidade. O que as diferencia, porém, é a celeridade da perda da intensidade, pois, no caso (iii), essa perda é lenta; e no (iv), rápida. A maioria das coberturas jornalísticas de *faits divers* – tal como a notícia veiculada pelo jornal *O Globo*, sobre um bebê espancado, que não teve repercussão nos dias seguintes –, tem uma curva nitidamente descendente, perdendo a intensidade, extenuando-se num curto espaço de tempo.

Assim, nas situações (iii) e (iv), a saturação é o ponto máximo da intensidade. Um *fait divers* correlato ao acontecimento zilberberguiano parte dessa unidade e visa à moderação, em seguida, à diminuição que, por sua vez, tem como destino a redução, podendo chegar, por fim, à extenuação, tal como se vê no Gráfico 6.

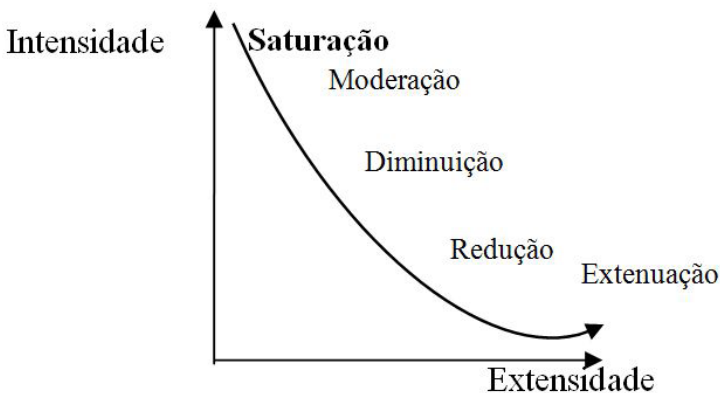


Gráfico 6 – Movimento de descendência

Fonte: elaborado pelo autor

Levando-se em conta as situações acima descritas, invariavelmente, a partir da unidade da saturação, todas as discursivizações do *fait divers* são marcadas por uma curva descendente. O que vai diferir, nesse caso, é a velocidade do decréscimo de carga tímica em função do aumento da temporalidade.

Assim, em geral, o *fait divers* é portador de uma curta duração. No entanto, *faits divers* que, pela semântica extensiva, poderíamos denominar “raros” (por serem extensos e tônicos), possuem uma duração que extrapola uma ou duas edições de um programa jornalístico, estendendo-se – com considerável carga tímica – por um longo período. Tal “extensivização” do intenso é, portanto, o que caracteriza um *fait divers* dessa natureza.

## Memória

Considerar a existência de uma duração variável do *fait divers* conduz a uma segunda categoria que, para nós, também abrange esse tipo de notícia: a memória. Assim, se um fato semiótico de carga tímica elevada permanece no campo de presença do sujeito (enunciatário) por um longo período, a memória em torno desse *fait divers* tende a permanecer, em função do longo período em que o sujeito semiótico foi afetado por aquele objeto.

Noutros termos, um *fait divers* que se realizou e cuja carga tímica, ainda, de alguma forma, subsiste entrará nas vias da potencialização. Com efeito, afirma Zilberberg (2007, p. 23) que “a potencialização está relacionada à memorização”. Assim, aqueles *faits divers* que se mantêm potencializados de forma tônica estão diretamente ligados à memória, ao passo que aqueles que se potencializam de forma átona são esquecidos parcial ou totalmente.

Para Babo-Lança (2012, p. 55), “as mídias assumem um papel na construção da memória coletiva e uma vocação de cariz historiográfico, no sentido que elegem os acontecimentos dignos de memória”. De forma correlata, Zilberberg (2011a, p. 193) declara que:

Atendo-se ao que se costuma chamar de “historietas”, o jornal registra dia a dia os fatos menores que a pequenez do intervalo adotado lhe proporciona, enquanto a cronografia, ao se valer de um intervalo por vezes considerável,

desacelera a passagem do tempo, quando não a suspende, e só seleciona os momentos considerados por uma ou outra razão “fortes”, os “acentos de sentido”, os quais encadeados uns aos outros, vão constituir ou parecer constituir a “grande história”.

A asserção do semioticista se refere à diferença entre o banal do jornalismo diário e de fatos que, por algumas razões, entram para o rol da História, ou seja, os grandes acontecimentos que marcaram época. É possível, entretanto, valerem-nos da citação acima no sentido de elucubrarmos uma espécie de hipotética enciclopédia do *fait divers*. Nela, evidentemente, figurariam aqueles com alto grau de intensidade. Entretanto, estariam presentes, sobretudo, os que, além de um alto grau de intensidade, fossem marcados por uma grande duração, a qual, por sua vez, remete à memória.

Assim, como foi dito, a grande extensidade temporal em que se desenvolveu o caso Isabella Nardoni, aliada a sua alta carga tímica, caracteriza esse *fait divers* como do tipo “raro”, segundo os termos da semântica extensiva, uma vez que é tônico e extenso. Desse modo, poderíamos considerar *faits divers* dos quais se esquecem facilmente, mas também aqueles em torno dos quais a memória permanece viva. Os primeiros se obliteram sob a sombra dos *faits divers* do dia seguinte. Entretanto, no outro polo desse *continuum*, estão aqueles *faits divers* cuja chama não se apaga por completo; reminiscentes, permanecem tônicos na memória coletiva.

Para nos mantermos no caso Isabella Nardoni, a notícia veiculada pelo jornal *O Globo* em 19/07/2012 sobre o bebê espancado até a morte, que abriu uma nota dentro da reportagem principal para referir-se àquele *fait divers*, é, por exemplo, um indício inequívoco de que a memória em relação a ele subsiste nas vias da potencialização, como se lê a seguir:

O episódio que teve grande repercussão no país – e até no exterior – nos últimos tempos foi o assassinato de Isabella Nardoni, de 5 anos, em São Paulo. Ela foi jogada pela janela de seu apartamento, no sexto andar de um prédio na Zona Norte, em março de 2008, depois de ser asfixiada. Dois anos depois, o pai e a madrasta de Isabella, Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, foram condenados

por homicídio triplamente qualificado a 31 e a 26 anos, respectivamente (REBELLO, 2012, p. 14).

Podemos ainda comprová-lo com a seguinte notícia veiculada em 24/01/2013 pela *Folha de S. Paulo*, em cujo título se lê: “Peça de teatro sobre caso Isabella Nardoni estreia em SP em março”. A notícia informa que:

Conhecido como “caso Isabella”, o assassinato da menina Isabella Nardoni, aos cinco anos de idade, servirá de base a uma encenação teatral da companhia Os Satyros. Escrito por Lucas Arantes, o texto “Edifício London” será dirigido por Fabrício Castro com coordenação de Rodolfo García Vázquez. A estreia está prevista para março, em São Paulo. Isabella morreu no dia 29 de março de 2008, ao ser jogada do sexto andar do prédio, edifício London, onde moravam o pai, Alexandre Alves Nardoni, e a madrasta da menina, Anna Carolina Trotta Jatobá. Eles foram condenados, em março de 2010, por homicídio triplamente qualificado e fraude processual (por ter alterado a cena do crime). A peça, no entanto, não faz uma reconstituição precisa do crime. (FIORATTI, 2013).

Cabe ainda citar uma reportagem publicada pelo portal de notícias *GI* cujo título é “Condenação de Suzane Richthofen pela morte dos pais completa 4 anos”. Assim, pode-se dizer que esse *fait divers* também permanece potencializado tonicamente.

Por conseguinte, se formos conceber um compêndio de *faits divers* brasileiros dos últimos 20 ou 30 anos, correlatos aos acontecimentos que compõem a História, segundo Zilberberg (2011a), e, naturalmente, deixando de lado os triviais, tal obra seria composta de poucas páginas. E por que razão? Da mesma forma que a História age pelo princípio da triagem, também é assim que operaria a sintaxe extensiva de uma possível enciclopédia de *faits divers* brasileiros das últimas duas ou três décadas.

## **Paixões**

*Faits divers* com longa duração, persistentes, devido à projeção da tonicidade na temporalidade, são marcados, de maneira geral,

pela paixão da comoção pública. Esse “sentir/sofrer-comum”, como mostra Landowski (2004), conforma o social, um actante coletivo, cuja amálgama é a pura estesia. Assim, a comoção social em torno de *faits divers* é outra invariante que podemos verificar no/pelo *corpus*.

Não apenas de comoção, entretanto, é feito um relato jornalístico dessa natureza. A partir do *corpus* referido, podemos ratificar seu forte carácter ligado a outras paixões. Assim, são temas recorrentes desse tipo de relato crimes passionais, chantagens, agressões; em suma, fatos caracterizados por um forte *quantum* emocional. Pela sintaxe juntiva, o *fait divers* é marcado pela concessão, uma vez que remete a eventos da ordem do inesperado, do fortuito.

Cumprir dizer, ademais, que paixões relativas ao *fait divers* não se referem apenas ao intradiscorso. Assim, o *fait divers* se relaciona a outras narrativas estocadas em outros textos do imaginário humano, em que actantes sofrem ou fazem sofrer, movidos, em geral, por paixões malevolentes. No nível discursivo, tais actantes se actorializam sob a forma de uma “madrasta” ou uma “criança indefesa”, resgatáveis facilmente por interdiscursividade ou intertextualidade.

Dessa forma, pode-se perceber que as paixões que marcam o *fait divers* o constituem tanto no que se refere aos atores do enunciado (em que se destacam as paixões de malquerença) quanto nas relações que se estabelecem entre atores da enunciação (principalmente a paixão da comoção), mas também nas relações intertextuais e interdiscursivas que se podem estabelecer entre um dado *fait divers* e outros textos/discursos.

### **Tipologia tensiva do *fait divers***

Sobre a diferença entre *faits divers* “raros” e “comuns”, a partir da semântica extensiva, cabe dizer ainda que um *fait divers* pode ter uma intensidade variável sendo, por isso, mais átono ou mais tônico. Desse modo, relatos trágicos, mortes em geral, têm maior tonicidade que notícias relacionadas a eventos da ordem do inesperado, mas não necessariamente tônicas. Assim, para fazer uso do mesmo exemplo aqui já utilizado, a informação sobre alguém que ganha na loteria por mais de uma vez configura um *fait divers* átono. Logo, podemos postular a existência de *faits divers* tônicos e *faits divers* átonos (ou mais tônicos ou mais átonos, a partir de uma perspectiva gradual). Os primeiros se dividem em tônicos e concentrados, tal como a notícia do bebê espancado

até a morte, e em tônicos e extensos, tal como o caso Isabella Nardoni. A seguir, podemos representar graficamente essa classificação:

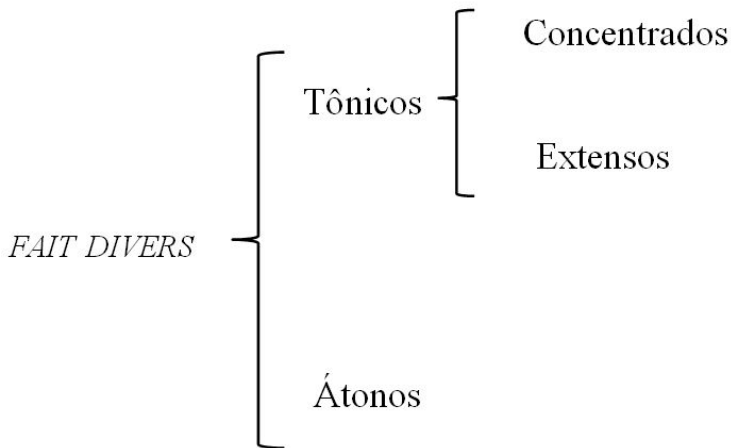


Figura 1 – Tipologia tensiva do fait divers

Fonte: elaborada pelo autor

A partir dessa esquematização, torna-se possível uma classificação a partir do par “raro/comum”, da semântica extensiva:

Tabela 2 – Tipologia tensiva do *fait divers*

<i>FAITS DIVERS</i> COMUNS	<i>FAITS DIVERS</i> RAROS
Átonos	Tônicos e extensos
Tônicos e concentrados	

Fonte: elaborada pelo autor

Assim, se a maioria dos *faits divers* se enquadra na primeira coluna, dos comuns, seja por possuírem menor tonicidade ou por serem tônicos e concentrados, os raros, por sua vez, diferenciam-se pela maior tonicidade e extensão temporal por que são caracterizados.

Cabe dizer ainda que *faits divers* “comuns” (sejam estes átonos ou tônicos) e concentrados, são aqueles cuja discursivização jornalística se dá pela correlação inversa, com grande exploração do eixo da

intensidade, principalmente no segundo caso. Já os *faits divers* “raros”, isto é, tônicos e extensos, dizem respeito à discursivização jornalística segundo a correlação conversiva, apresentando, do mesmo modo, grande exploração do eixo da intensidade.

### ***Fait divers*, acontecimento e exercício**

A duração, como se viu, evidenciou-se uma categoria do *fait divers*, apreendida por meio da estratégia discursiva que denominamos “extensivização” do intenso. Essa estratégia caracteriza uma engrenagem que articula dois regimes discursivos de que fala Zilberberg (2007, p. 25), a saber: o acontecimento e o exercício. Retomemos a tabela “Regime do acontecimento e do exercício”, em que o autor define tais regimes por meio de três termos, cada qual correspondente a um modo.

Tabela 3 – Regimes do acontecimento e do exercício

determinados e determinantes e	ACONTECIMENTO	EXERCÍCIO
modo de eficiência	sobrevir	pervir
modo de existência	apreensão	foco
modo de junção	concessão	implicação

Fonte: elaborada pelo autor, baseada em Zilberberg (2007)

Zilberberg (2011a, p. 271) ainda sobredetermina os termos “sobrevir” (relativo ao acontecimento) e “pervir” (referente ao exercício) pelos termos andamento, temporalidade e número, conforme se reproduz a seguir:

Tabela 4 – Correlação entre sobrevir e pervir com andamento, temporalidade e número

definidos → definidores e	SOBREVIR	PERVIR
andamento	celeridade	lentidão
temporalidade	instantaneidade e indivisibilidade	duratividade e progressividade
número	em uma só vez	em tantas vezes

Fonte: elaborada pelo autor, baseada em Zilberberg (2011a)



No caso do *fait divers* cuja discursivização se dá de forma tônica e extensa, o sobrevir e o pervir tendem a uma sobreposição de modo a se formar um termo complexo. Vejamos, pois, como isso é possível.

No que tange ao andamento, esse tipo de *fait divers* se instaura com celeridade, pois todo o *fait divers*, como fato jornalístico em si, constitui-se como um acontecimento zilberberguiano. No entanto, graças a uma cobertura jornalística extensa, de longa duração, tal andamento, antes acelerado, em algum momento, passa a tender à lentidão. Em relação à temporalidade, tal como o acontecimento zilberberguiano, ele é instantâneo; no entanto, a partir dessa instantaneidade, é marcado pela duratividade, que é exatamente o que marca um *fait divers* extenso. No que concerne ao número, ele adentra o campo de presença do sujeito de uma só vez. Como exemplo, podemos citar o fato motivador do crime do caso Isabella Nardoni: seu assassinato. Entretanto, por meio do que chamamos em (MENDES, 2013a, p. 154) de microacontecimentos, isto é, eventos secundários que se relacionam a um evento principal e motivador, e da reverberação do acontecimento inicial, o “em uma vez só” passa a se realizar “em tantas vezes”.

A apreensão, característica do acontecimento, ou seja, aquilo que toma o sujeito, invade-o, deixa-o sem *a sua voz* (ZILBERBERG, 2011a, p. 189), aplica-se ao *fait divers* que podemos chamar, pela semântica extensiva, de “comum”. O *fait divers* de longa duração, por sua vez, estabelece um elo com o foco, que é quando o sujeito consegue elaborar, por meio da temporalidade, o sensível paroxístico, convertendo-o, ao menos parcialmente, em inteligível. Assim, por meio da duração, o *fait divers* que se estende no eixo da temporalidade articula sensível e inteligível, de modo a também respaldar nossa tese de que esse tipo de relato noticioso estabelece uma ponte entre os estilos discursivos acontecimento e exercício.

Por fim, quanto ao modo de junção de cada um desses regimes discursivos, podemos afirmar que o *fait divers* “comum” tem bases concessivas, assim como também tem o *fait divers* “raro”, considerando-se o fato jornalístico em si. Entretanto, esse último, por meio de uma discursivização que o faz durar, uma vez que se constitui como uma presença constante de um mesmo fato semiótico no campo perceptivo do sujeito, seja por reverberação, seja por microacontecimentos, move o acontecimento em direção à rotina. Dito de outro modo, o acontecimento não chega a ser absorvido pela cotidianidade, pelo exercício, o que

significaria trocar o modo concessivo pelo implicativo, mas cria-se uma tensão entre esses dois regimes a partir da atenuação do intenso paroxístico.

Assim, o *fait divers* durativo, “raro”, por meio da estratégia discursiva que “extensiviza” o intenso, articula, coloca em relação os regimes discursivos do acontecimento e do exercício a partir de um ponto de vista tensivo e, portanto, complexo.

## Considerações finais

Pelo que procuramos demonstrar, neste artigo, a abordagem tensiva do *fait divers* permite afirmar, diferentemente de Barthes (1964), que ao *fait divers* subjazem as categorias duração e memória, depreendidas pela análise do *corpus* de nossa pesquisa de doutorado (MENDES, 2013a). Assim, o *fait divers* pode ser portador de duração e ficar potencializado de forma tônica na memória coletiva, mas isso não significa que necessariamente sempre o será. Cabe acrescentar que entendemos as categorias *duração* e *memória* como polos de uma gradação, ou seja: do menos durativo ao mais durativo; do menos memorável ao mais memorável. Por conseguinte, pela ótica tensiva, pode-se aventar um modelo que não aprisiona o *fait divers* numa temporalidade obrigatoriamente curta e numa memória igualmente breve. Pensar o *fait divers* pela perspectiva da tensividade possibilita correlacionar sensível e inteligível, intensidade e extensidade, de forma “elástica”, contínua, complexa – apanágio da teoria em que nos apoiamos. Assim, a abordagem tensiva que postulamos para essa categoria jornalística é apta tanto para abarcar *faits divers* do tipo “raro” quanto do tipo “comum”.

## Referências

- ALENCAR, M. A. de. O que é o *fait divers*: considerações a partir de Roland Barthes. In: CASANOVA, V.; GLENADEL, P. (Org.). *Viver com Barthes*. v. 1. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2005. p. 115-128.
- BABO-LANÇA, I. Acontecimento e memória. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. de. *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BARROS, D. L. P. de. *Paixões e apaixonados*: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro Semiótico*, 11/12, 1990. p. 60-73.

\_\_\_\_\_. Uma reflexão semiótica sobre a “exterioridade” discursiva. *Revista Alfa*, v. 2, n. 53, p. 351-364, 2009.

BARTHES, R. Structure du fait divers. In: \_\_\_\_\_. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1964.

DION, S. O *fait divers* como gênero narrativo. *Revista Letras* (UFSM), v. 34, p. 123-131, 2007.

DOSSE, F. *A história do estruturalismo: o campo do signo – 1945/1966*. vol. 1. Tradução A. Cabral. Bauru: EDUSC, 2007.

FIORATTI, G. Peça de teatro sobre caso Isabella Nardoni estreia em SP. *Folha de S. Paulo*, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/01/1220042-peca-de-teatro-sobre-caso-isabella-nardoni-estrela-em-sp-em-marco.shtml>>. Acesso em: 9 mai. 2016.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: *Humanitas*, 2001.

\_\_\_\_\_. *Semiótica do discurso*. Tradução Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M. L. V. P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP/FAAC, 2008.

GREIMAS, A. J. L'Énonciation: une posture épistémologique. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, Ribeirão Preto, n. 1, p. 9-25, 1974.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Tradução Maria José Rodrigues Faria Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

HJELMSLEV, L. *Ensaio linguístico*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

JORNAL NACIONAL. Site. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/>>. Acesso em: 9 maio 2016.

LANDOWSKI, E. *Passions sans nom: essais de socio-sémiotique III*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

LAROUSSE, P. Fait divers. In: *Grand Dictionnaire universel du XIXe siècle*. v. 8. Paris: Librairie Classique Larousse et Boyer, 1866-1875. p. 58.

MENDES, C. M. *Semiótica e mídia: uma abordagem tensiva do fait divers*. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013a.

\_\_\_\_\_. Um olhar tensivo sobre a estrutura barthesiana do *fait divers*. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 22-27, 2013b.

\_\_\_\_\_. A extensão do acontecimento midiático: uma leitura semiótica pelos conceitos de fúria e concessão. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 12, n. 1, p. 259-290, 2014a.

\_\_\_\_\_. Dialogismo e tensividade. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-52, 2014b.

MEYER, M. *Folhetim: uma história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAMOS, R. Caso Isabella: uma leitura semiológica. *Significação (USP)*, n. 30, p. 137-147, 2008.

REBELLO, P. A violência em família. *O Globo*, 19 jul. 2012.

TATIT, L. *Musicando a semiótica: ensaios*. São Paulo: Annablume, 1997.

ZILBERBERG, C. Louvando o acontecimento. Tradução Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 13-28, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Des formes de vie aux valeurs*. Paris: PUF, 2011b.

**Discurso e retórica: sobre o procedimento  
*reductio ad Hitlerum***

***Discourse and rhetoric: on the reductio ad  
Hitlerum procedure***

João Kogawa

Unifesp

jmmkogawa@gmail.com

Renan Mazzola

Unicentro Guarapuava

mazzola.renan@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho objetiva compreender o funcionamento retórico-discursivo da estratégia argumentativa *reductio ad Hitlerum*, empregada por Frei Betto para comparar o regime nazista constituído na Alemanha dos anos 1920 e a Bancada Evangélica que compõe uma parte do Congresso Nacional brasileiro atualmente. Este trabalho se debruça sobre a expressão “ovo da serpente”, empregada na comparação construída por meio da metáfora e da metonímia. O arcabouço teórico é constituído pela Retórica clássica (Aristóteles), pela Retórica contemporânea (Angenot), por reflexões derivadas de Jakobson e pela Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux). O sofisma *reductio ad Hitlerum* se caracteriza por despertar a cólera dos interlocutores, pois não há motivos racionais ou lógicos para se concordar com esse argumento emocional.

**Palavras-chave:** retórica; Análise do Discurso; *reductio ad Hitlerum*; argumentação; debate.

**Abstract:** This paper aims to understand the rhetorical-discursive functioning of the *reductio ad Hitlerum* argumentative strategy, which was employed by Frei Betto to compare the Nazi regime that took place in Germany in the 1920s and the evangelical bench that comprises part of the current Brazilian National Congress. This work focuses on the expression “serpent’s egg”, employed in a comparison constructed through metaphor and metonymy. The theoretical framework consists of classical Rhetoric (Aristotle), contemporary Rhetoric (Angenot), Jakobson’s reflexions and French Discourse Analysis (Pêcheux). The *Reductio ad Hitlerum* procedure is characterized by awakening the wrath of interlocutors, because there is no rational or logical reasons to agree with this emotional argument.

**Keywords:** rhetoric; Discourse Analysis; *reductio ad Hitlerum*; argumentation; debate.

Recebido em 15 de julho de 2015.

Aprovado em 02 de março de 2016.

## Introdução

Fiorin (2014a) nos diz que a atualidade da retórica se encontra no fato de que todos os discursos, mesmo os científicos, são dotados de uma retoricidade. Isso faz do tratado elaborado por Aristóteles uma obra fundamental para as atuais investigações sobre o discurso. Com efeito, o caráter geral da retoricidade dos discursos abre uma enorme possibilidade para abordarmos o objeto que se nos apresenta: o discurso político-religioso dirigido por Frei Betto à chamada Bancada Evangélica do Congresso Nacional, pronunciado em 16 de novembro de 2013 no 9º Encontro Nacional Fé e Política, realizado em Taguatinga, no campus da Universidade Católica de Brasília.

A Retórica clássica, retomada de Aristóteles (2013), a Retórica contemporânea, tal como a desenvolve Marc Angenot (2010; 2012; 2013), as reflexões derivadas de Fiorin (2014a; 2014b) e da escola francesa de Análise do Discurso, na figura de Pêcheux (2011), compõem o quadro teórico que subsidiará nossas problematizações e análises. A mobilização desse arcabouço objetiva tanto analisar os processos internos aos sistemas

da língua quanto compreender o funcionamento dos aspectos externos da linguagem e a maneira pela qual eles influenciam na produção do sentido.

Sob esse prisma, associando questões atinentes à Retórica e à Análise do Discurso de linha francesa, procuramos analisar a construção do sintagma “ovo da serpente”, atribuído por duas matérias de cunho jornalístico à figura de Frei Betto como metáfora da “gestação do mal” ou da “latência do mal” e como metonímia do tempo futuro: o “ovo da serpente” é, por extensão e expansão de seu sentido, o símbolo do devir, ou seja, uma metonímia construída pela discursivização do próprio símbolo em relação àquilo que ele simboliza.

Além desse aspecto semântico “interno” à expressão, que é composta, portanto, pela metáfora do mal e pela metonímia do tempo, podemos destacar uma configuração semântica que lhe é “externa”: o funcionamento do interdiscurso. Por meio do exercício interdiscursivo, o sintagma nominal sobre o qual nos debruçamos encontra eco em dois outros lugares de memória: na tragédia *Júlio César*, de Shakespeare, escrita em 1599, e no filme intitulado pela expressão, *O ovo da serpente*, de Ingmar Bergman, rodado em 1977.

Nossa investigação objetiva, nesse sentido, analisar a construção de um discurso e a mobilização de estratégias retóricas para que o enunciador – ou o orador, a posição ou a instância enunciativa – atinja os efeitos desejados. Esses efeitos são alcançados a partir de elementos internos e externos ao enunciado. Nosso exercício de análise se utiliza tanto do microscópio quanto do telescópio para coletar variados elementos que nos auxiliam na compreensão do objeto de linguagem estudado.

A construção do discurso direcionado à Bancada Evangélica por Frei Betto, ao retomar a figura do “ovo da serpente”, associa-a ao nazismo por meio de um procedimento retórico denominado *reductio ad Hitlerum*. A partir desse procedimento, o que se faz é muito mais despertar a cólera<sup>1</sup> do auditório contra aquelas figuras associadas a Hitler do que realizar um exercício argumentativo lógico de comprovação ou refutação de uma tese. Assim, contra aquilo que seria a representação do “ódio na política”, produz-se um discurso – historicamente fundado na associação com o nazismo – calcado na mobilização da cólera pela associação da Bancada com o nazismo. Contra o ódio, utiliza-se uma estratégia que mobiliza o próprio ódio.

---

<sup>1</sup>Referimo-nos aqui ao modo como Aristóteles (2013) define “cólera” em sua *Retórica*.

A partir dessas considerações, nossa investigação procura evidenciar como, por meio da metáfora e do interdiscurso, o discurso de uma certa “esquerda partidária” – ala a que o lugar subjetivo de Frei Betto se vincula – descredibiliza o outro por uma construção retórica que se apresenta ao mesmo tempo como referencial – o espaço de divulgação do dizer de Frei Betto tem matizes “jornalísticos” ao ser enunciado no interior de veículos com de cunho informativo –, emocional – “a Bancada Evangélica é o mal que oprime os desvalidos, as minorias etc.” – e apelativa – “não votem nos candidatos dessa bancada”.

Esse discurso tem como condição de produção o período pré-eleitoral brasileiro. Sua emergência se dá, efetivamente, alguns meses antes das eleições presidenciais de 2014 e, em função disso, há uma “atmosfera” pré-campanha política que produz efeitos de sentido pró-esquerda e/ou pró-Partido dos Trabalhadores (PT). Desse modo, o lugar das matérias produzidas se associa ao da religião e da política, compondo uma arena discursiva voltada para o convencimento de um auditório predisposto contra certa parcela da classe política representada por membros da classe evangélica.

O artigo apresentará três partes: a primeira objetiva contextualizar a retórica no âmbito das teorias linguísticas, a segunda define a noção de *reductio ad Hitlerum* a partir das teorias da argumentação contemporâneas, e a terceira verticaliza a análise retórico-discursiva do sintagma “ovo da serpente” pela mobilização dos conceitos de metáfora, metonímia e interdiscurso.

## **A retórica no âmbito das teorias linguísticas**

Desde a Grécia Antiga, a retórica ocupou um lugar fundamental na compreensão sobre a linguagem e seu funcionamento. Nesse contexto, que remonta aproximadamente ao século V a.C., Aristóteles (2013) pondera que a arte retórica é a contraparte da dialética na medida em que esta se encarregaria do caráter verdadeiro ou falso dos enunciados em geral e aquela de sua possibilidade. Isto é, alguns silogismos (lógicos) se encarregam de constatar a factualidade, enquanto outros (retóricos) convencem a partir da possibilidade. Assim, afirmar que “João é mortal por ser homem” (silogismo lógico) é uma verdade factual, enquanto dizer que “João é corrupto por ser homem” (silogismo retórico, ou entimema) é uma possibilidade. Deriva dessa oposição a conceptualização da retórica e



seu objeto (ARISTÓTELES, 2013): é uma arte – por oposição às ciências, como Matemática ou Astronomia – que se ocupa dos meios de persuasão.

A partir do que foi mencionado anteriormente, cabe destacar que o objeto material sobre o qual a retórica trabalha é o entimema – “a substância da persuasão retórica” (ARISTÓTELES, 2013, p. 39) – que, segundo Fiorin (2014a), pode se apresentar sob diversas materialidades (verbal, visual, verbo-visual), ainda que, por muito tempo, o objeto da retórica tenha sido, de acordo com o autor, a linguagem verbal oral.

Se a retoricidade é inerente a todo discurso, “busca-se analisar a retoricidade de toda operação de linguagem” (FIORIN, 2014a, p. 16), ou seja, qualquer enunciado produzido pode ser apreendido sob uma perspectiva retórica. Isso nos remete a outro ponto fundamental que diz respeito aos gêneros do discurso e aos modos de retoricização de cada um deles. Embora Aristóteles (2013, p. 44-45) se volte para três gêneros em particular (o deliberativo, o forense e o demonstrativo), a retórica é “o poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir. E esta é a razão por que a retórica não aplica suas regras a nenhum gênero particular e definido”.

Além desses três gêneros do discurso, Aristóteles (2013, p. 45) elenca três tipos de meio de persuasão supridos pela palavra falada: “o primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar”. O primeiro meio de persuasão é conhecido como a construção do *ethos*. O segundo é conhecido como a habilidade do orador em despertar paixões – *pathos* – na plateia. O terceiro, por fim, remete ao *logos*, ao próprio objeto do discurso: é nessa instância que mobilizamos os entimemas, ou silogismos retóricos.

Diversas vertentes teóricas vão se debruçar sobre um dos meios de persuasão elencados por Aristóteles e desenvolvê-los.

Sabemos que a história da disciplina não se furtou a comentar abundantemente a trilogia aristotélica do *logos*, do *ethos*, e do *pathos*. Dedicamo-nos essencialmente às glosas dos conceitos de Aristóteles e também ao estudo das modificações a que eles foram submetidos pelos textos de Cícero e de Quintiliano. (AMOSSY, 2008, p. 17).

A construção do *ethos*, por exemplo, é objeto privilegiado de investigação de Amossy (2008) para a compreensão das naturezas do discurso. A inscrição do locutor no discurso em função da construção

de uma imagem de si é peça fundamental da máquina retórica. Esse procedimento é fortemente ligado à enunciação, colocada no centro da análise linguística pelos trabalhos de E. Benveniste. Amossy (2008, p. 14) alerta para o fato de que “nem Benveniste, nem Goffman, nem Kerbrat-Orecchioni fazem uso do termo *ethos*. A integração desse termo às ciências da linguagem encontra uma primeira expressão na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot”.

A construção especular da imagem dos interlocutores aparece de igual maneira na obra de Pêcheux (1997, p. 82, grifos do autor), para quem A e B, nas duas pontas da cadeia de comunicação, fazem uma imagem um do outro: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a **si** e ao **outro**, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Assim, a história da retórica conduz a um conjunto de considerações que coincidem com as preocupações atuais da pragmática. Algumas dessas preocupações ora aproximam-se, ora distanciam-se da noção de *ethos*. Tanto essa aproximação quanto esse distanciamento vão caracterizar a identidade de certas escolas de análise linguística. Mencionamos acima a figura de O. Ducrot e de sua teoria polifônica da enunciação. Podemos lembrar, por outro lado, de C. Perelman, “autor que em nossa época inovou o estudo da retórica ao mostrar o lugar central, em diversas disciplinas (do direito à filosofia, passando pela literatura) da arte de persuadir”. (AMOSSY, 2008, p. 19).

No campo das teorias da argumentação contemporâneas, destaca-se ainda a figura de Angenot<sup>2</sup> (1982) que, a partir da cronologia apresentada anteriormente, retoma, em sua obra, a construção de uma imagem de si no discurso. Essa construção possui um lugar limitado na obra de C. Perelman e é resgatada em *La parole pamphlétaire* (1982), que reúne ainda os estudos argumentativos e a teoria dos atos de fala da linguagem presentes em Austin e Searle.

Ainda no âmbito das teorias linguísticas, podemos encontrar em Jakobson uma importante aproximação com a retórica. Ao retomar o par sintagma (contíguo) × paradigma (similar), o autor russo define as bases para a reflexão sobre os dois tropos fundamentais para construção das figuras de retórica: a similaridade e a contiguidade. O primeiro desses

---

<sup>2</sup>Voltaremos a esse autor mais adiante.

tropos se associa à metáfora e o segundo à metonímia: “Jakobson funda uma semântica de base, em que os sentidos são gerados metafórica e metonimicamente”. (FIORIN, 2014a, p. 15).

Fiorin (2014a, p. 28) define, a partir de Aristóteles, Ricoeur, Jakobson e da Semiótica francesa, as “bases para um estudo das figuras”. Grosso modo, a retórica se encarrega de impropriedades, pois a construção do sentido ornamentado estabelece uma inadequação semântica a certas imposições convencionais da língua: “A noção de impropriedade implica inadequação predicativa e construção de propriedades semânticas que dão uma existência autônoma à inovação semântica” (FIORIN, 2014a, p. 29).

É a partir desse postulado central que o autor propõe uma classificação das figuras que se desenvolvem a partir de uma premissa jakobsoniana, segundo a qual os tropos – as “direções semânticas” – são construídos a partir de duas direções centrais: a expansão metonímica e a condensação metafórica. Acreditamos que essa base teórica nos ajuda a compreender o que Strauss (2014) define como *reductio ad Hitlerum*, ou seja, uma construção retórica que objetiva desqualificar o argumento do outro comparando-o ou associando-o a Hitler, à Gestapo ou ao fascismo.

Essa é uma estratégia evocada nas sequências discursivas analisadas adiante para se dirigir à Bancada Evangélica e a figuras polêmicas como o pastor Silas Malafaia. Ao afirmar que “estamos assistindo certos segmentos religiosos começarem a chocar o ovo da serpente”, o sujeito desse discurso inscreve-se em uma posição que rotula a Bancada Evangélica e, por extensão, seus eleitores como difusores do ódio ou da discórdia e, contra eles, é necessária uma campanha para evitar uma nova ocorrência do nazismo – em estado germinal –, agora em território brasileiro. Quando se trata desses sujeitos, os temas em debate são sempre polêmicos e a síntese de suas posições, quando enunciadas por seus oponentes, é a intolerância.

Nas redes sociais, uma série de comentários a respeito das ideias “dos evangélicos” pode ser visualizada sem grandes dificuldades. Entre outros aspectos, o que ressalta a força da estratégia retórica *reductio ad Hitlerum* é a generalização das posições de alguns líderes, que se dizem evangélicos, a todos os evangélicos. Assim, o entimema “Hitler defendia x, então x é uma ideia maligna” figura como aplicável sempre que um evangélico se manifesta. Poderíamos preencher “x” com a expressão “odiar abacaxis”: “Hitler odiava abacaxis, então odiar abacaxis é uma ideia maligna”.

Trata-se de algo que se tornou, após a Segunda Guerra Mundial, um lugar-comum e, segundo Aristóteles, é justamente a partir de lugares-comuns que o argumento retórico se constrói. Inclusive, o autor pontua os principais lugares-comuns a serem explorados pelo orador. Trata-se daquilo que é mais ou menos aceito em uma determinada comunidade e que, se evocado por um entimema, tem maior probabilidade de aceitação. Hoje, por exemplo, poderíamos considerar um lugar-comum o fato de Hitler ter sido um ser maléfico. Assim, sempre que alguém é associado a ele ou a suas ações, esse alguém será considerado maléfico. Desse modo, quando uma notícia jornalística afirma que a Bancada Evangélica é o “ovo do nazismo”, ou quando retoma e atribui expressões à figura pública de Frei Betto, tais como: “ovo da serpente”, “fascismo” etc., trata-se de um procedimento de metaforização que desconstrói, pela mobilização da cólera, o argumento do outro<sup>3</sup>.

Quando se equipara um sujeito ou sua ação a Hitler para descredibilizá-lo, mobiliza-se a cólera – “inclinação penosa para uma manifesta vingança de um desdém manifesto e injustificável de que nós mesmos ou nossos amigos fomos vítimas” (ARISTÓTELES, 2013, p. 123) – como recurso de adesão do “auditório”. A força dessa paixão, segundo Aristóteles (2013, p. 123), reside no fato de que “todo sentimento de cólera [embora de natureza penosa] é sempre acompanhado de um certo prazer no antegozo da expectativa da vingança”. Esse procedimento é denominado *reductio ad Hitlerum* – responsável por descredibilizar o outro pela mobilização da cólera – que pretendemos, agora, investigar<sup>4</sup>.

### ***Reductio ad Hitlerum*: estratégia retórica da política e da religião**

Essa estratégia retórica é frequentemente retomada por Angenot em seu livro *Rhétorique de la confiance et de l'autorité* (2013) como uma ferramenta para a compreensão da retoricidade dos discursos contemporâneos. Titular da cátedra “James McGill d’Étude du Discours

---

<sup>3</sup>Voltaremos a isso mais adiante.

<sup>4</sup>Vale destacar que nosso interesse aqui não é acusar ou defender seja os evangélicos seja aqueles que mobilizam a *reductio ad Hitlerum*, mas compreender esse processo de construção retórica e seu funcionamento hoje. Isso atende, entre outros objetivos, à compreensão da importância da retórica para os estudos discursivos na atualidade.

Social” na Université McGill em Montréal, M. Angenot possui uma obra vasta que aborda e articula diferentes campos do saber, como Retórica, História das Ideias, Análise do Discurso e Língua e Literatura Francesas. Seus estudos buscam descrever a tipologia dos discursos modernos, dos sistemas de crença das sociedades ocidentais e dos procedimentos retóricos da política.

Antes de prosseguir, cabe destacar que a *reductio ad Hitlerum* se relaciona intimamente com duas outras noções mobilizadas em seus trabalhos (ANGENOT, 2010; 2012; 2013): as *religiões mundanas* e o *discurso social*. A relação entre esses três elementos e sua produtividade para a análise e compreensão da formulação dos discursos modernos no âmbito político-religioso será desenvolvida a seguir.

Primeiramente, o sofisma *ad Hitlerum* é denunciado na obra do filósofo político de origem judaica Leo Strauss que, discutindo um dos preceitos da teoria sociológica weberiana – toda preferência, mesmo vil e insana, “deve ser julgada pelo tribunal da razão como tão legítima quanto qualquer outra preferência” (STRAUSS, 2014, p. 51) – afirma que se trata de uma ideia obscurecida pela figura de Hitler. O autor afirma que,

infelizmente, não é de todo inútil dizer que, ao longo de nosso exame, devemos evitar a falácia que nas últimas décadas tem sido frequentemente usada como um substituto da *reductio ad absurdum*: a *reductio ad Hitlerum*. Uma concepção não é refutada pelo fato de ela ter sido partilhada por Hitler. (STRAUSS, 2014, p. 52).

A *reductio ad Hitlerum* se constrói – a partir das concepções historicamente sedimentadas ao redor da figura de Hitler – como uma estratégia mobilizada para o debate e para o triunfo sobre o adversário. No livro VI de seu *Organon*, intitulado “Elencos sofisticos”, Aristóteles (1999, p. 81-82) aborda os mecanismos que permitem ao orador vencer as disputas verbais. Trata-se da *Erística*, técnica de guerra argumentativa:

O que os Sofistas preferem é, com efeito, parecer que refutam a outra parte; a seguir, mostrar que o opositor comete um erro qualquer; em terceiro lugar, induzi-lo ao paradoxo; em quarto lugar, reduzi-lo ao solecismo [...] e, mas só por fim, levá-lo a repetir a mesma palavra uma e outra vez.

Portanto, os propósitos dos que polemizam e estudam o modo de vencer as guerras verbais – a redarguição, a falsidade, o paradoxo, o solecismo e a redundância – não são argumentos demonstrativos, mas técnicas que indagam sobretudo o aparente, e não o real.

Da Antiguidade grega advém a distinção entre três técnicas do discurso, que compartilham formas comuns de raciocínio na medida em que nenhuma delas pode afirmar a partir de prova demonstrativa: a **retórica** – arte do orador, arte de discursar em público e influenciar um auditório –, a **dialética** – técnica da discussão serena entre indivíduos motivados por um mesmo desejo de buscar a verdade –, e a **erística** – arte da controvérsia, da disputa, técnica da “guerra” argumentativa. (ANGENOT, 2013, p. 325, tradução nossa, grifos do autor).

Os trabalhos de Angenot, a partir das bases conceituais da Retórica clássica, buscam a compreensão daquilo que é regular nos discursos modernos, ou seja, inserem-se no que podemos chamar hoje de Retórica contemporânea. Isso significa operar deslocamentos nos conceitos extraídos do pensamento aristotélico segundo a natureza das “novas ideias”<sup>5</sup> surgidas a partir da evolução das sociedades.

Uma dessas ideias, produzida a partir das consequências da Segunda Guerra Mundial, é a de que, como dito anteriormente, Hitler é um ser maligno. A partir dos acontecimentos do século XX, portanto, temos um parâmetro de referência retórica cujas figuras metafóricas giram em torno do personagem histórico que foi o Führer, bem como de suas ações:

*Reductio ad Hitlerum* é uma expressão irônica que designa, no latim de cozinha, o procedimento retórico que consiste em

---

<sup>5</sup>As “ideias” a que nos referimos remontam ao campo da História das Ideias e dos sistemas de pensamento. Angenot (2012, p. 3, tradução nossa) alerta para o fato de que “encontramos também, frequentemente, a expressão ‘mecanismos mentais’ – assim, o ‘maniqueísmo’ do qual falo [...] é de bom grado qualificado como ‘mecanismo mental’, julgado próprio a certas ‘famílias de espírito’, particularmente impregnadas de ‘ideologia’ em um de seus sentidos, pejorativo, dessa palavra”. Essa reflexão será importante para compreendermos os processos de associação semântica, de um lado, do nazismo ao “mal”, e, de outro, dos cristãos ao “bem”.

desqualificar os argumentos de um adversário ou em caluniar sua pessoa e seus atos, associando-os em alguma medida a Adolf Hitler<sup>6</sup>. É um decalque humorístico da *reductio ad absurdum*. (ANGENOT, 2013, p. 353, tradução nossa).

É uma lógica falaciosa, um argumento com peso emocional (que, ao ser mobilizado, desperta as paixões, ou pathos, isto é, certas disposições de espírito na plateia) recorrente em culturas nas quais qualquer relação com Hitler ou nazistas é de antemão condenada. Essa tática, sabe-se, é utilizada para desqualificar argumentos do oponente ou quando *não* há mais argumentos. Sublinhamos também a conhecida Lei de Godwin, ou “regra das analogias nazistas”, que tem por base a seguinte afirmação feita em 1990 por Mike Godwin (1994, tradução nossa)<sup>7</sup>: “à medida que cresce uma discussão on-line, a probabilidade de surgir uma comparação envolvendo nazistas ou Adolf Hitler se aproxima de 1 (100%)” (tradução nossa). Portanto, considera-se que “perdeu a discussão” quem usou essa comparação em um argumento, pois essa tática é muito mais agressiva e tida como “desleal”, na medida em que se presta a denegrir ou desautorizar ética e moralmente aquele a quem se dirige.

Essa associação tem como base a construção histórica da memória do nazismo, caracterizado hoje como regime “totalitário”. A própria expressão “totalitarismo” era um neologismo na época: tornou-se um conceito global que designa o horror político inventado no século XX. “Totalitarismo”, em função desses fatores, tornou-se um *idealtipe*, um termo abstrato cujos processos de formulação caracterizam as ciências humanas, ou seja, é um processo recorrente a transformação de fatos históricos em tópicos retóricos, em conceitos abstratos, em ideias colocadas em debate no discurso. Angenot (2010, p. 2, tradução nossa, grifo do autor) afirma que “seria preciso elaborar uma genealogia intelectual do Mal e encontrar um conceito sintético que transcenda essas ideologias particulares e lhes atribua, se me for permitido dizer, *ab ovo* uma singularidade perversa”. A partir dessas reflexões, Angenot esboça o histórico de um paradigma abundantemente atestado: aquele que explica a infelicidade do século pela “sacralização do político”.

---

<sup>6</sup>A expressão foi reutilizada mais tarde pelo filósofo especialista de Shoah George Steiner.

<sup>7</sup>Procurador e autor norte-americano.

Alertando para o fato de que os personagens mais perversos da época de Shakespeare se satisfaziam com uma dúzia de cadáveres, Angenot (2010) busca descrever a ideia do Mal forjada nos regimes totalitários que, seguindo uma outra lógica perversa, acumularam milhões de vítimas. São sistemas, segundo ele (2010, p. 3, tradução nossa), cuja ideologia toma um sentido de “sistema total”, que explicam todas as condições da história humana, “o *Weltanschauung*, como diziam os nazistas”. Ora, um sistema ideológico que explica o presente, o passado e o futuro é uma “religião nova”, que tomou forma em contextos de regimes totalitários, e por isso podem ser designados como “religiões mundanas”, “seculares” ou “políticas”. A natureza dessas religiões, bem como as ideias de que são compostas, são estudadas de forma mais sistemática pela História das Ideias:

O historiador das ideias é confrontado constantemente com a obsolescência do conveniente e do racional. O passado é um vasto cemitério de “ideias mortas” produzidas por pessoas desaparecidas, ideias que foram, no entanto, tomadas, em outro momento ou recentemente, como convincentes, comprovadas, adquiridas, assim como importantes, mobilizadoras etc. (ANGENOT, 2012, p. 1, tradução nossa).

Portanto, a sacralização das ideologias políticas foi responsável pela adesão de uma parcela considerável de cidadãos que aprovavam e reproduziam as ideias de Hitler nos anos 1920 na Europa. Nesse recorte temporal, já observávamos uma integração das esferas políticas e religiosas, uma vez que o regime nazifascista possuía seus dogmas de base. A ideia da “pureza” da raça ariana, por exemplo, legitimaria o preconceito contra os judeus. A ideologia que se instalou em Berlim no começo do século XX e que culminou na Segunda Guerra Mundial integrou

um discurso *holomorpe*, que diz a verdade do homem, revela seus destinos, diagnostica o mal social, encontra sua causa, formula o remédio, indica a missão dos justos na história, um sistema que tem como lema “a busca incessante das condições da verdade integral, da justiça indefectível. (ANGENOT, 2010, p. 3, tradução nossa).



Desse modo, compreendemos por que o fascismo foi classificado por autores posteriores como uma “religião secular”: essa expressão é paradoxal em termos retóricos, pois o adjetivo “secular” parece contradizer a essência semântica do substantivo “religião”. Esse sintagma nominal convoca uma expressão conhecida no âmbito religioso: a *Religio perennis*, isto é, a perenidade transhistórica do fato religioso e de uma antropologia da incompletude humana.

O “discurso social”, por fim, representa toda uma teoria elaborada a partir de uma análise sistemática dos discursos de 1889 (ANGENOT, 1989), que se pautou na pesquisa do homogêneo, na demonstração do que é regular e recorrente por trás das variações, e quais são as regras predominantes de cognição e de discursivização por trás da diversidade das escrituras:

Em outras palavras, esse processo consistiu em pesquisar as legitimações, as dominâncias e as recorrências do homogêneo na cacofonia aparente, dos princípios de coesão, de restrições e de aglutinações que fazem com que o discurso social não seja uma justaposição de formações discursivas autônomas, estritamente fechadas sobre suas tradições próprias, mas um espaço de interações em que as restrições, as imposições de temas e de formas venham preencher as brechas, opor-se às tendências centrífugas, trazer ao *Zeitgeist* uma espécie de unificação orgânica, fixar tropicamente os limites do que pode ser pensado, do que pode ser argumentável, do que pode ser narrado, do que pode ser escrito. (ANGENOT, 1989, p. 11-12, tradução nossa).

A hegemonia discursiva é composta por regras que regulam o dizer e restringem o *novum*, ou seja, ela é composta por determinações que – aquém e além do que é dito, das posições enunciativas, das formações discursivas e das ideologias – disponibilizavam de antemão essas possíveis formulações, fazendo que os contradiscursos ou as vozes contrárias a certo estado de coisas, de pensamentos e de ideias sejam na verdade um mecanismo do próprio dispositivo de discurso social.

Assim, duas noções são muito importantes para o entendimento do discurso social: de um lado, temos a *hegemonia*, “compreendida como a resultante sinérgica de um conjunto de mecanismos unificadores e reguladores que asseguram, simultaneamente, a divisão do trabalho discursivo e a homogeneização das retóricas” (ANGENOT, 1989, p. 12,

tradução nossa); e, de outro lado, as *dissidências*, isto é, certas rupturas dóxicas ou epistêmicas, pontos em que a malha sociodiscursiva se desfaz e pelos quais, através de um furo, acreditamos ver aparecer outra lógica. Angenot (1989) acredita que esses enunciados dissidentes (tratados pelo autor como *heteronomias*) existem somente a partir de uma observação preliminar dos fatos retóricos, na teoria.

Convencionamos chamar **heteronomias**, nessa problemática, o que, no discurso social, escaparia à lógica da hegemonia. Nós pesquisaremos não somente as simples divergências de opinião ou inovações formais que permanecem no quadro das combinações permitidas, mas fatos que se situariam fora da aceitabilidade e da inteligibilidade normais situadas pela hegemonia. Por ora, essas heteronomias são apenas postuladas. (ANGENOT, 1989, p. 13, tradução nossa, grifos do autor).

Isso acontece porque há, segundo as configurações do discurso social, uma resistência natural ao *novum*, isto é, ao enunciado novo, ao *noch nicht Gesagtes* (“ainda não dito”). Esse enunciado novo estaria fora do próprio sistema de regras de enunciabilidade social. Por esse motivo, o *déjà-dit* se instaura como matriz do dizível que tem como princípio o resgate de uma memória.

Quando, pela atribuição jornalística, Frei Betto associa a Bancada Evangélica à figura de Hitler, comparando-a com o “ovo da serpente” dos anos 1930, percebemos não somente o resgate de uma memória e de suas valorações, como também se revela a tática de desqualificação, como a construção de lugares determinados de fala. A observação dos comentários em redes sociais escritos a partir dessa associação revela sem grandes dificuldades esses dois lugares que se interpenetram: de um lado, temos aqueles que defendem a Bancada Evangélica, rejeitando a associação com Hitler; de outro, temos aqueles que reafirmam, repetem, reproduzem essa associação. Esses dois lugares argumentais, segundo o princípio de oposição às forças centrífugas do *discurso social*, já estão previstos em seu próprio dispositivo:

O discurso social, em sua diversidade falsamente cintilante, seria somente um dispositivo implacável de monopólio da

representação, em que toda divergência seria rapidamente recuperada, neutralizada, amenizada a despeito dela mesma, contribuindo para a **reprodução** indefinida dos poderes simbólicos. (ANGENOT, 1989, p. 13, tradução nossa, grifos do autor).

A partir dessas considerações de cunho teórico e histórico, intencionamos agora verticalizar a análise que foi por nós apontada: o desenvolvimento da ideia de “ovo da serpente”, cuja enunciação ocorreu em 2013, alguns meses antes das últimas eleições presidenciais do Brasil.

### **Metáfora e metonímia como figuras retóricas da *reductio ad Hitlerum***

Ao retomar Jakobson e suas considerações a respeito da metáfora e da metonímia, Fiorin (2014a) demonstra que boa parte das figuras de retórica derivam dessas duas figuras basilares que dizem respeito à construção do sentido por similaridade e/ou contiguidade. De acordo com o autor, não necessariamente essas duas direções de sentido se excluem mutuamente.

Vale destacar ainda que Fiorin (2014b, p. 65) aponta para o fato de os estudos retóricos se apresentarem como relevantes para os estudos discursivos de maneira geral:

Se a retórica estudou, de um lado, a construção discursiva dos argumentos e, de outro, a dimensão antifônica dos discursos, as teorias do discurso devem herdar a retórica. Que quer dizer, no entanto, herdar a retórica? Lê-la à luz dos problemas teóricos enunciados na atualidade.

Sob esse aspecto, aproveitamos essa possibilidade apontada pelo autor para introduzir, aqui, o conceito de interdiscurso, uma das pedras de toque da Análise do Discurso de linha francesa, que é indispensável para a compreensão da metáfora não apenas como mecanismo cujo funcionamento depende exclusivamente dos elementos “internos” à língua, ou seja, uma “figura em si mesma”, mas como resultante também do funcionamento do interdiscurso. De acordo com Pêcheux (2011, p. 158, grifos do autor),

o interdiscurso, longe de ser efeito integrador de discursividade torna-se então seu princípio de

funcionamento: é **porque** os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a **uma outra** formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente.

Deriva do que foi dito acima que a metáfora pode ser abordada por meio de, pelo menos, dois aspectos: i) interno: naquilo que a constitui enquanto materialidade linguística no nível do intradiscurso; ii) externo: naquilo que constitui uma rede de memória que possibilita o deslocamento de determinadas estruturas em diferentes condições históricas de produção. Nosso objetivo, portanto, atende à premissa do funcionamento do interdiscurso na construção da metáfora e da estratégia retórica. Esse jogo remissivo, para além da própria força argumentativa da “metáfora em si”, reforça-a ainda mais pela recuperação de outras condições de produção discursivas: hoje, a Bancada Evangélica; antes, o nazismo; em uma antiguidade mais remota, César. Eis, na esteira daquilo que Braudel (1958) denomina “dimensão do acontecimento”, “média duração” e “longa duração”, o que a imagem do “ovo da serpente” metaforiza.

O sintagma “ovo da serpente”, que reapareceu recentemente, foi enunciado por Frei Betto como parte de sua fala, que foi retomada por pelo menos dois meios de circulação: i) um meio que se apresenta como Pontifício, ou seja, reconhecido oficialmente pela Igreja Católica e pelo papa: as Pontifícias Obras Missionárias ([www.pom.org.br](http://www.pom.org.br)). Nesse site, a matéria analisada é assinada por Jaime C. Patias; ii) um site assinado por Paulo Lopes ([www.paulopes.com.br](http://www.paulopes.com.br)), cuja repercussão se deu não raras vezes nas redes sociais.

O período de publicação dos dois artigos em que a expressão “ovo da serpente” – que teria sido dirigida à Bancada Evangélica por Frei Betto – aparece foi novembro de 2013, alguns meses antes da corrida presidencial de 2014. Na matéria de Paulo Lopes, emprega-se a expressão “ovo do nazismo” como variante do sintagma atribuído a Frei Betto, discursivizada pela posição do jornalista.

A partir dessa explicitação das condições de produção desse enunciado, destacamos um primeiro aspecto do objeto analisado: trata-se de uma expressão retomada pelos elaboradores das matérias e atribuída, por meio do discurso direto, à figura de Frei Betto. Evidentemente, nossa questão aqui não é “jurídica”, ou seja, não estamos advogando a favor ou contra as notícias ou a pessoa física de Frei Betto, mas observando que

esses aspectos são fundamentais para o processo de análise dos efeitos de sentido produzidos pela construção metafórica. Assim, no jogo que constitui o lugar de “quem disse”, ocorrem deslizamentos entre o lugar do “jornalista” e o do “religioso” e, com relação a este último, destaca-se ainda a hibridez de sua posição, ao mesmo tempo eclesiástica e política.

Assim, destacamos as seguintes sequências discursivas:

SD1: “O escritor e teólogo Frei Betto disse que a bancada evangélica — um movimento político-religioso fundamentalista, ressaltou — ameaça a democracia brasileira porque equivale ao ‘ovo da serpente’ dos anos 30 do qual nasceu o nazismo.” (LOPES, 2013).

SD2: “Precisamos abrir o olho porque está sendo chocado no Brasil o poder fundamentalista de confessionalização da política”, afirmou. “Isso vai dar no fascismo.” (BETTO *apud* PATIAS, 2013).

SD3: “Estamos assistindo certos seguimentos religiosos a começarem a chocar o ovo da serpente, expressão que vem do nazismo dos anos 30 (do século passado) na Alemanha. Depois que a coisa esquentou é que muita gente se deu conta. No Brasil hoje, seguimentos religiosos estão cada vez mais partidarizados. Existe no Congresso Nacional a bancada Evangélica. Não tenho nada contra os Evangélicos, tenho contra essa bancada.” (*Ibid.*, 2013).

A expressão “ovo da serpente” nessas sequências está associada ao significado de “gestação”, “estar em germe”, “estado de latência”, “projeção futura”. É essa similaridade semântica que “autoriza” o uso da expressão e lhe confere força argumentativa. Do ponto de vista da metáfora há, portanto, uma rede parafrástica que permite a reescrita do enunciado “estamos assistindo certos seguimentos religiosos a começarem a chocar o ovo da serpente” sob formas como “estamos assistindo certos seguimentos religiosos a começarem a germinar/gestar/despotencializar/atualizar o ovo da serpente”. Nesse quadro, “Bancada Evangélica” está metaforizada pela figura da “serpente” e mantém com ela o sentido de “perigo”, “mal”, “malignidade”.

<sup>8</sup>Entendido aqui, genericamente, como posição-sujeito produtora da matéria jornalística.

Há não apenas uma rede de sentidos associada a “estado embrionário”, do ponto de vista da condição do termo “ovo”, como também uma outra associada ao estado de devir. Aquilo que está “sendo chocado”, ou na “casca do ovo”, é algo que se presta a negar o presente e a afirmar o futuro. Por contiguidade, poderíamos extrapolar o limite da metáfora e compreender a figura do “ovo” também como metonímia – de tipo relacional símbolo/aquilo que é simbolizado – para o tempo. Nesse sentido, “ovo” simboliza, por difusão semântica, o tempo.

Metáfora do “estado germinal” e metonímia do tempo, o termo acima destacado é de um tipo particular: não se trata de um “ovo” qualquer, mas “da serpente”. A serpente, no sintagma “ovo da serpente”, metaforiza o perigo e está, como dito anteriormente, vinculada à Bancada Evangélica. Mas perigo de quê? Do que virá; do filho prometido de uma gestação maligna; da volta do nazismo e da ascensão da maldade ao poder. Desse modo, produz-se o efeito de sentido de que, no futuro, o país será regido pelo ódio. A Bancada Evangélica, a partir dessas associações semânticas e históricas, será veículo de ódio, intolerância e de despotismo. Ironicamente, a marca da estratégia *reductio ad Hitlerum* é definida por Angenot (2013) como uma forma de apelar para a cólera do auditório, ou seja, constrói-se um discurso que acusa o outro por incitar o ódio e por tê-lo como bandeira política, mas mobiliza-se justamente essa paixão no auditório por meio de uma estratégia retórica.

No entanto, o emprego de “ovo da serpente” na história ocidental não foi feito pela primeira vez em 2013, no Brasil do então primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff. Vale destacar que, direta ou indiretamente, a fala atribuída a Frei Betto também emerge como elemento discursivo que participa de uma “campanha política” mais ampla em prol da reeleição daquela que seria, nas eleições de 2014, a representante máxima do poder político nacional. É nesse sentido que dissemos anteriormente que as sequências discursivas que abordamos aqui são enunciadas de um lugar heterogêneo em que o lugar do jornalista se mescla ao de Frei Betto, que fala de um lugar simultaneamente político e religioso. A mensagem é, ao mesmo tempo, informativa – “saibam que Frei Betto disse isso” –, emotiva – “não podemos compactuar com aqueles que representam hoje, no Brasil, aqueles outros que assassinaram milhares de inocentes” – e apelativa – “não votem nos candidatos da Bancada Evangélica”. Acrescenta-se a isso que, por outros meios, a figura de Frei Betto está associada a uma

certa “esquerda partidária”. Outros enunciados, que não analisaremos aqui, estão disponíveis no YouTube (SCAVONE, 2015) e, neles, Frei Betto afirma também ter ajudado na construção – através de seu trabalho pastoral – do Partido dos Trabalhadores, embora reconheça nunca ter se filiado ao partido.

A partir dessas considerações, alguns entimemas podem ser depreendidos:

a) Pela afirmação:

Proposição 1: X é nazista;

Proposição 2: Y vota em X;

Conclusão: Y é nazista.

b) Ou ainda, por seu “contrário”:

Proposição 1: X é cristão;

Proposição 2: Y vota em X;

Conclusão: Y é cristão.

Em (a), ser nazista é negativo e, em (b), ser cristão é positivo. Nessa estrutura, um é contrário do outro na mesma proporção em que o “bem” se opõe ao “mal”. Ao observarmos algumas opiniões compartilhadas pertencentes à *doxa*, isto é, ao senso comum, temos que, de um lado, os nazistas são denotados por todos aqueles que sentem ódio, que oprimem as minorias e que agridem os inocentes: por isso esse rótulo possui um sentido disfórico. Por outro lado, os cristãos denotam todos aqueles que sentem amor, que respeitam as diferenças e que protegem os inocentes: assim, esse rótulo possui um sentido eufórico. Em nosso momento presente, temporalidade em que o discurso do Frei Betto se constrói, sua imagem de enunciador (seu ethos) é apresentada como a de um “cristão autêntico”, ou seja, aquele que zela pelo amor e pela igualdade, enquanto os outros, representados pela Bancada Evangélica, são falsos cristãos, de modo a ser associados, nas sequências discursivas analisadas, aos nazistas. A partir delas, pode-se deduzir a seguinte interpelação: “Ei, vocês, vão votar em quem?”.

Dissemos anteriormente que a expressão “ovo da serpente” não foi empregada pela primeira vez em 2013. Com efeito, sua utilização tem raízes mais profundas, e é nesse sentido que sua discursivização ganha ainda mais força no funcionamento do interdiscurso (PÊCHEUX, 2011).

Inicialmente, podemos delimitar a obra *Júlio César*, de Shakespeare, em que o personagem Bruto faz a seguinte ponderação:

BRUTO: Preciso é que ele morra. Eu, por meu lado, razão pessoal não tenho para odiá-lo, afora a do bem público. Deseja ser coroado. Até onde influirá isso em sua natureza, eis a questão. É o dia claro que as serpentes chamam, aconselhando-nos a andar com jeito. Ele, coroado? Sim, mas é certeza com isso darmos-lhe um ferrão, que o deixa capaz de realizar o mal que entenda. A grandeza exorbita, quando aparta a consciência o poder. Para ser franco com relação a Cesar, nunca soube que as paixões ou a razão nele tivessem qualquer preponderância. Mas é coisa sabida em demasia que a humildade para a ambição nascente é boa escada. Quem ascende por ela, olha-a de frente; mas, uma vez chegado bem no cimo, volta-lhe o dorso, e as nuvens, só, contempla, desprezando os degraus por que subira. Cesar assim fará. Antes que o faça, será bom prevenir. E, como a luta não poderá alegar o que ele é agora, argumentemos que se a sua essência vier a ser aumentada, é bem possível que incorra em tais e tais extremidades. Consideremo-lo ovo de serpente que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca. (SHAKESPEARE, s/d, p. 35-36).

Ou seja, na peça shakespeariana, a metáfora emerge para argumentar contrariamente à coroação de César como imperador. Contra essa possibilidade, Bruto adota um discurso de prevenção: “matemo-lo enquanto está na casca”. Sob esse prisma, essa primeira ocorrência da expressão participa de uma esfera de conspiração que visa à “eliminação do mal” antes que ele esteja forte demais para ser evitado. É somente após esse jogo de retomadas que é possível associar à ideia de “mal em germe” as figuras do nazismo e dos candidatos evangélicos. O que era essencial no discurso conspiratório de Bruto permanece: “o mal é iminente e é preciso contê-lo antes que seja tarde”.

Essa ideia de base será retomada posteriormente por Bergman em seu filme *O ovo da serpente* (1977), em que o diretor nos apresenta o contexto de instauração do nazismo na Alemanha. Trata-se de uma narrativa que apresenta o percurso de dois irmãos trapezistas que



trabalhavam em um circo na Berlim dos anos 1920. Logo no início do filme, o irmão de Abel Rosenberg (David Carradine) se suicida com um tiro na boca. No percurso de descoberta de Abel pelos motivos da morte do irmão – que tem como pano de fundo a Berlim hiperinflacionada do início do século – o personagem depara com uma série de experiências laboratoriais feitas em cobaias humanas. É esse contexto de crise político-econômica e de desenvolvimento de experiências comportamentais que começa a “chocar o ovo da serpente” na Alemanha. A metáfora retorna, assim, nos anos 1970, para descrever o estado em que se encontrava a Berlim do início do século XX. A atmosfera de incerteza e de caos na Alemanha é a incubadora que “choca o ovo da serpente”:

Este filme deve, portanto, decorrer entre sombras, isto é, na realidade das sombras. Tudo é uma maldição, e faz frio naquele inferno porque não há com que fazer fogo. É novembro de 1923, o dinheiro tem o valor de seu peso em papel, pois está tudo de pernas para o ar. (BERGMAN, 1996, p. 191).

Todo esse percurso histórico do termo “ovo da serpente” sofre uma condensação quando empregado em uma atualidade, ou seja, sofre uma redução que resgata as regiões do sentido mais evidentes e sedimentadas a respeito do fato histórico: a opinião compartilhada de que o nazifascismo foi um regime maligno.

Não é sem razão que a *reductio ad Hitlerum* deriva da *reductio ad absurdum*: nesta estratégia, pretende-se demonstrar que uma proposição é verdadeira mostrando-se que um resultado absurdo, insustentável ou falso deriva de sua negação; ou então trata-se de demonstrar que uma proposição é falsa mostrando-se que um resultado absurdo, insustentável ou falso deriva de sua aceitação. Por exemplo, o argumento apagógico “fumar não pode ser um mal. Hitler não fumava. O trânsito é um mal, porque muitas pessoas perdem a vida em acidentes. Se não houver trânsito não haverá mortes. Então, vamos proibir a circulação para salvar vidas” (FIORIN, 2015, p. 143) é um exemplo do emprego *ad absurdum*, já que notamos um raciocínio (“fumar não pode ser um mal, mas o trânsito sim”) em que se deriva uma proposição de uma premissa, mostrando que ela é falsa. Da mesma forma, a tentativa de comprovação ou refutação de uma proposição através de sua associação com Hitler demonstra, de imediato,

um direcionamento da atenção da plateia para a emoção (cólera) e para o absurdo da negação dessa proposição para um cristão: “A Bancada Evangélica não é a gestação do mal e não é um perigo para o futuro”, logo “votem nos membros da Bancada Evangélica”. Esse procedimento desvia e mascara a natureza dialética de um discurso em função de seus procedimentos retóricos, ou seja, pelas consequências de tais associações.

## Considerações finais

Em suma, esse percurso trilhado por nós para a análise de uma expressão enunciada pela figura de Frei Betto – resumido na localização dos estudos retóricos entre as ideias linguísticas, depois no funcionamento da estratégia *reductio ad Hitlerum* no interior e no exterior do sistema da língua e, por fim, em uma reflexão aprofundada sobre essa estratégia a partir dos mecanismos basilares de configuração de sentido (a metáfora da gestação e a metonímia do tempo) tratados por Fiorin (2014a) – permitiu-nos a apreensão da retoricidade tanto da esfera política – a natureza de associação de sentidos considerados historicamente disfóricos para uma parcela dos integrantes do Congresso Nacional, denominada Bancada Evangélica, em um momento que precedia as eleições presidenciais de 2014 – quanto da esfera da religião – a partir da mobilização de mecanismos de convencimento dos potenciais eleitores em função de suas crenças religiosas. A retoricidade, como vimos, emergiu de um terreno indefinido composto pela fusão de diversas esferas do discurso. É desse modo, a partir dos limites tênues entre o campo político e o campo religioso, que o sintagma “ovo da serpente”, tal como foi enunciado em 2013, produziu seus efeitos de sentido no discurso.

Frei Betto, em seu pronunciamento, empregou uma estratégia de grande peso emocional e atingiu os efeitos esperados: “O antifascismo da Segunda Guerra Mundial legou à esquerda posterior a 1945 uma categoria nebulosa em perpétua expansão, um ‘fascismo’ sem margem que ia se tornar a ‘injúria suprema’ semeada ao vento” (ANGENOT, 2013, p. 347, tradução nossa).

Neste trabalho, não esgotamos os procedimentos retóricos disponíveis em listas seculares de técnicas do discurso falado. Alguns deles são mencionados por Angenot (2013), como os sofismas *ad baculum* (uma forma de raciocínio que visa a reduzir o interlocutor ao

silêncio), *ad metum* (a especulação sobre as consequências lamentáveis da medida atacada), *ad referentiam* (a exigência da submissão pelo receio respeitoso) e o *argumentum ad consequentiam* (o destaque sobre os riscos inerentes à sustentação de tal tese), entre outros. A escolha de um desses argumentos – *ad Hitlerum* – revelou a profundidade desse mecanismo da fala e permitiu uma melhor compreensão da natureza dos discursos que circulam na mídia hoje.

## Referências

AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ANGENOT, M. *La parole pamphlétaire*. Paris: Payot, 1982.

\_\_\_\_\_. Hégémonie, dissidence et contre-discours: réflexions sur les périphéries du discours social en 1889. *Études littéraires*, v. 22, n. 2, p. 11-24, 1989.

\_\_\_\_\_. Religions séculières, totalitarisme, fascisme: des concepts pour le XXème siècle. *Discours Social*, Montréal, v. 20, p. 5-38, 2010.

\_\_\_\_\_. La notion d'arsenal argumentatif: l'inventivité rhétorique dans l'histoire. *Rétor*, v. 2, n. 1, p. 1-36, 2012.

\_\_\_\_\_. Rhétorique de la confiance et de l'autorité. *Discours Social*, Montréal, v. 44, 2013.

ARISTÓTELES. *Organon*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Retórica*. São Paulo: Edipro, 2013.

BERGMAN, I. *Imagens*. Tradução de Alexandre Pastor. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, F. Histoire et sciences sociales: la longue durée. In: *Annales – Histoire, Sciences Sociales*, ano 13, n. 4, p. 725-753. Paris: EHESS, 1958.

FIORIN, J. L. *Figuras de Retórica*. São Paulo: Contexto, 2014a.

\_\_\_\_\_. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-70, 2014b.

\_\_\_\_\_. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

GODWIN, M. Meme, counter-meme. *Wired*. 10 jan. 1994. Disponível em: <<http://www.wired.com/1994/10/godwin-if-2/>>. Acesso em: 4 maio 2016.

LOPES, P. Bancada Evangélica é ovo do nazismo, afirma Frei Betto. In: *Paulopes*. 20 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.paulopes.com.br/2013/11/bancada-evangelica-eh-ovo-do-nazismo-diz-frei-betto.html#VZvaleuYVtQ>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

O ovo da serpente. Direção e roteiro: Ingmar Bergman. Estados Unidos da América; Alemanha Ocidental: Dino De Laurentiis Corporation, 1977. 119 min. son. color.

PATIAS, J. C. Fé e política: “toda a vivência da fé tem uma repercussão política”, afirma Frei Betto. In: *Pontifícias Obras Missionárias*. 16 nov. 2013. Disponível em: <[http://www.pom.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2554:toda-a-vivencia-da-fe-tem-uma-repercussao-politica-afirma-frei-betto&catid=16:nacionais&Itemid=75](http://www.pom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2554:toda-a-vivencia-da-fe-tem-uma-repercussao-politica-afirma-frei-betto&catid=16:nacionais&Itemid=75)>. Acesso em: 7 jul. 2015.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Campinas: Pontes, 1997. \_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. In: \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Tradução e escolha dos textos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 151-162.

SCAVONE, A. Depoimento de Frei Betto no debate promovido pelo PSOL. 21 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U1MWdoh8JH8>>. Acesso em: 5 maio 2016.

SHAKESPEARE, W. *Júlio César*. Edição de Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cesar.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

STRAUSS, L. *Direito natural e história*. Tradução de Bruno Costa Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

## **A interincompreensão gera polêmica: alteridade e heterogeneidade nos discursos das cantoras Anitta e Pitty sobre comportamento sexual feminino**

*Intercomprehension causes polemics: alterity and heterogeneity in the discourses of singers Anitta and Pitty regarding female sexual behavior*

Juliane de Araújo Gonzaga

UNESP

gonzagajuliane@gmail.com

**Resumo:** Este artigo se propõe a analisar a situação de polêmica entre as cantoras Anitta e Pitty, durante um programa televisivo, em torno do comportamento das mulheres no domínio da sexualidade. Os objetivos específicos são: (i) verificar como a alteridade e a heterogeneidade delimitam posições discursivas; (ii) descrever a situação de polêmica e a mobilização de simulacros no processo de interincompreensão regrada e (iii) analisar a situação de polêmica e demonstrar que a alteridade e a heterogeneidade materializam embates legitimados historicamente no campo da sexualidade. Situado na Análise do Discurso francesa, este trabalho utiliza referencial teórico-metodológico baseado nos pressupostos de Authier-Revuz (1990, 1998), acerca da alteridade e da heterogeneidade enunciativa, e nas considerações de Maingueneau (1993, 2005) sobre o primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão regrada. O método de análise baseia-se na descrição e interpretação de marcas linguísticas (glosas, pronomes, dêiticos, vocabulário) que materializam jogos de alteridade, movimentos de já-ditos e regras sobre o dizível e o indizível no discurso. Por fim, a análise conclui que os enunciados são

heterogeneamente marcados e que as posições discursivas produzem situação de polêmica, pois são atravessadas por simulacros, estereótipos e embates históricos entre os gêneros no domínio da sexualidade.

**Palavras-chave:** discurso; alteridade; heterogeneidade; polêmica.

**Abstract:** This article investigates a polemic issue between the Brazilian singers Anitta and Pitty during a television show. The polemic was about the feminine behavior in relation to sexuality. The specific objectives are: (i) to verify how alterity and heterogeneity delimit discursive positions; (ii) to analyze a polemic issue and the use of simulacrum in the intercomprehension process; and (iii) to demonstrate that alterity and heterogeneity materialize some conflicts historically legitimated in the context of sexuality. Placed on the French Discourse Analysis, this research applies the theoretical and methodological arsenal based on the assumptions of Jacqueline Authier-Revuz (1990; 1998) about alterity and enunciative heterogeneity. This work also applies Dominique Maingueneau's reflections (1993; 2005) concerning the primacy of interdiscourse and the polemic as an intercomprehension. The method of analysis is based on the description and interpretation of linguistic expressions (glosses, pronouns, deictics, lexis) that materialize alterity, interdiscourse movements and discourse regulation. In short, the analysis concludes that enunciation is heterogeneously marked and that discursive positions produce polemic situations for it expresses simulacrum, stereotypes and historic conflicts between genders in the context of sexuality.

**Keywords:** discourse; alterity; heterogeneity; polemic.

Recebido em 05 de setembro de 2015.

Aprovado em 22 de janeiro de 2016.

## Introdução

Os discursos acerca dos papéis de gênero<sup>1</sup> materializam-se em enunciados dispersos na história e atestam determinadas posições para homens e mulheres nas relações sociais. Historicamente, essas relações são marcadas não só por hierarquias, mas também por transformações quanto às formas de conceber os direitos civis, o comportamento sexual e os relacionamentos afetivos e familiares. Entretanto, é preciso considerar que essas mudanças não excluem regulações e interdições nesse domínio.

Atualmente no Brasil, há grande visibilidade da questão de gênero, em parte, devido ao retorno do feminismo pelas mídias digitais. A facilidade de manifestação de ideias e a popularidade do feminismo nesses espaços demonstram que, mesmo com mudanças no campo da intimidade, ainda existe polêmica quando o assunto é comportamento sexual, igualdade de gênero e machismo.

O estímulo para produção deste artigo veio do debate entre as cantoras Anitta e Pitty sobre a condição da mulher, no programa *Altas Horas*, veiculado pela Rede Globo em 6 de dezembro de 2014. Na ocasião, as cantoras estabeleceram situação de polêmica, uma vez que apresentaram leituras diferentes sobre o comportamento sexual feminino. A polêmica também repercutiu nas mídias digitais, em especial nas redes sociais, evidenciando que a “interincompreensão” entre sujeitos e determinados simulacros e estereótipos movimentam a discussão sobre machismo no Brasil.

Desse modo, propomos analisar a situação de polêmica entre as cantoras Anitta e Pitty com o intuito de compreender como, através de instância enunciativa, esses dizeres constituem posições para homens e mulheres no domínio da sexualidade. Na primeira parte do artigo, analisaremos o conjunto de enunciados produzidos pela cantora Anitta e, na segunda, o debate travado entre as duas cantoras.

Assim, nossos objetivos específicos são: (i) verificar como a alteridade e a heterogeneidade enunciativa delimitam posições discursivas para mulheres e homens nos dizeres da cantora Anitta; (ii)

---

<sup>1</sup>As relações de gênero são estabelecidas por meio de hierarquias e distinções entre homens e mulheres. Neste trabalho, assumimos a concepção de gênero como *representação social do sexo*, isto é, como constituição da identidade sexual na e pela relação entre membros da sociedade (LAURETIS, 1994).

descrever a cena enunciativa instaurada por Pitty e Anitta atentando para os modos de enunciação e os efeitos de sentido; (iii) analisar a situação de polêmica e demonstrar que a mobilização de simulacros e a relação entre formações discursivas distintas contribuem para a tradução do Outro via processo de interincompreensão regrada.

Situados na Análise do Discurso francesa, assumimos neste trabalho a postura que visa a descrever o funcionamento discursivo, de modo a analisar a produção de sentidos pela língua como efeito de relação constitutiva com a ideologia e a história (PÊCHEUX, 1997). O referencial teórico-metodológico que mobilizaremos para a análise assenta-se nos pressupostos de Jacqueline Authier-Revuz (1990; 1998) e Dominique Maingueneau (1993) acerca da alteridade e da heterogeneidade enunciativa. Ademais, pautaremos as análises nas considerações de Maingueneau (2005) sobre o primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão regrada.

Em consonância a essas propostas, analisaremos os enunciados produzidos pelas cantoras Anitta e Pitty no programa *Altas Horas*. A metodologia de análise se pautou inicialmente na seleção do corpus, composto de dados obtidos por meio de transcrição das falas. Para tanto, recorreremos ao vídeo que registra a situação de polêmica disponível no site do programa, e realizamos o trabalho de transcrevê-lo. Tendo as falas transcritas na forma de enunciados, a análise se voltou para a descrição: (i) das marcas linguísticas que evidenciam o jogo de alteridade entre sujeitos (pronomes de referência); (ii) do movimento de já-ditos nos discursos; (iii) dos dêiticos e do vocabulário empregados pelos enunciantes; e (iv) das determinações históricas sobre o dizível e o indizível no discurso.

Desta feita, este trabalho pretende mostrar como os enunciados de Pitty e Anitta são heterogeneamente marcados – isto é, mostrar quais são os efeitos da inscrição do Outro no dizer do Eu – e como suas posições discursivas são atravessadas por embates legitimados historicamente no domínio da sexualidade e das relações de gênero.

## **A alteridade e a heterogeneidade mostrada na construção de papéis de gêneros no dizer da cantora Anitta**

Neste trabalho, assumimos a concepção de discurso enquanto “dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005,



p. 15). Os discursos não se constituem independentemente uns dos outros, e sim de forma regulada, no interior desse espaço de relações constantes com outros discursos. Logo, para compreender a formação de um discurso, é preciso voltar-se para o espaço de regularidade em que habitam os discursos e colocá-los em relação. É somente na relação entre discursos que podemos evidenciar a identidade deste ou daquele discurso: daí o conceito de interdiscurso.

Ao sustentar que o primado do interdiscurso possibilita a emergência de discursos e a produção de sentidos, Maingueneau (2005) compreende essa instância como a articulação de um universo discursivo, um campo discursivo e um espaço discursivo (p. 36). Assim, o interdiscurso compreende: (i) o conjunto de formações discursivas que interagem numa conjuntura histórica dada; (ii) o conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência e que se delimitam reciprocamente.

O conceito de “formação discursiva” tem sua importância no quadro da Análise do Discurso uma vez que compreende “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2012, p. 144). São essas regras que permitem compreender quais sentidos podem e devem ser enunciados por sujeitos situados historicamente.

No interior do interdiscurso admite-se que o discurso nasce das relações entre discursos que emergiram antes e em outros lugares. É na situação de interação e polêmica entre discursos, ou seja, no trabalho dos discursos sobre os outros, que se dá a constituição discursiva. Nesse sentido, pensar o discurso como resultado de interações entre discursos diferentes – produzidos por outros sujeitos e em épocas distintas – implica considerar o caráter heterogêneo de sua formação. Logo, todo discurso carrega em sua constituição outros discursos, tanto em movimentos de negação quanto de afirmação. Essa relação com o exterior se mostra, portanto, constitutiva e delimitadora da identidade do discurso (MAINGUENEAU, 1993).

Entretanto, a heterogeneidade não se limita à relação entre discursos *outros*. De fato, toda produção discursiva implica instância de enunciação com um sujeito do discurso que se posiciona como fonte enunciativa de um dizer. Ora, se todo discurso precisa de um sujeito que o enuncie e se todo discurso surge da relação entre outros discursos, o

sujeito de um determinado discurso também entra em relação com sujeitos outros. Assim, no interdiscurso, sujeitos distintos podem estabelecer relações que delimitam aquilo que é interno e externo ao sujeito (*Ibid.*).

Segundo Maingueneau (1993, p. 93), a heterogeneidade promove ainda a “construção pelo locutor de níveis distintos [de enunciação] no interior de seu próprio discurso”. A heterogeneidade possibilita então que no dizer de um sujeito haja enunciadores distintos, o que demonstra que a relação do sujeito com o Outro é marcada por vozes<sup>2</sup> vindas de outros lugares. Trazer o Outro para o interior do enunciado promove a identidade daquele que enuncia, pois essa presença delimita as margens do Eu, representando aquilo que é aceito e/ou rejeitado pelo sujeito do discurso. Logo, o lugar ocupado pelo Eu sempre passa pelas fronteiras do Outro, pois o sujeito traz o exterior para o interior de seu discurso seja para afirmá-lo, seja para negá-lo<sup>3</sup> (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Nesse ponto, destacamos que a questão da heterogeneidade contribui também para problematizar a categoria de sujeito na Análise do Discurso. Por isso, apontamos aqui pressupostos de Authier-Revuz (1990) que, ao conceber o Outro em relação constitutiva com o Eu, questiona a concepção de sujeito como “fonte autônoma” do dizer e pontua que: “nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-se as concepções do discurso, da Ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer” (*Id.*, 1990, p. 29, grifos no original).

Dessa forma, para pensar a presença do Outro no discurso, bem como sua relação constitutiva com o Eu, a autora articula pressupostos psicanalíticos, históricos, sociológicos e linguísticos. Essa articulação teórica contribui para os estudos da enunciação e do discurso na medida em que demonstra a necessidade de romper com o Eu da subjetividade

---

<sup>2</sup>Ao problematizar a heterogeneidade enunciativa, Maingueneau (1993) mobiliza pressupostos de Ducrot sobre a polifonia (conjunto heterogêneo de vozes do discurso). A polifonia é marcada no discurso pela presença de um locutor (aquele que é responsável pela enunciação, simbolizado por L) e de enunciadores (figuras do discurso cujos pontos de vista não coincidem com o do locutor; simbolizado por E). É nesse sentido que o autor afirma que o enunciador “pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas da sua” (MAINGUENEAU, 1993, p. 77).

<sup>3</sup>O distanciamento e as marcas utilizadas para demarcar o que é do Eu e o que é do Outro consistem em movimentos de alteridade (AUTHIER-REVUZ, 1990).

clássica – que o concebe como “senhor soberano”, dono de seu dizer – para, então, assumir uma concepção de sujeito descentrado.

A fim de descrever as heterogeneidades enunciativas, Authier-Revuz (1990, p. 25-26) assinala que elas podem ocorrer de forma mostrada ou constitutiva:

Heterogeneidade mostrada: aquela resultante da inscrição do Outro na sequência do discurso. Trata-se do discurso direto, das aspas, da glosa, do discurso indireto livre, da ironia. Tipo de heterogeneidade notadamente marcada no discurso pela referência explícita ao que é do Outro e ao que é do Eu

[...]

Heterogeneidade constitutiva: aquela que se refere à constituição do discurso, pois formado sempre de discursos outros e dispersos. Neste caso, não há na sequência do discurso marcas explícitas de sua relação com o exterior. A heterogeneidade aqui não é localizável nem representável.

A heterogeneidade do discurso mostra a opacidade da linguagem, uma vez que os sentidos não são facilmente apreendidos e delimitados. Além disso, as circunstâncias históricas e o tipo de relação que o sujeito estabelece com a linguagem são determinantes para a produção do sentido. Como esses fatores variam, é preciso ter em conta que a linguagem é plurissignificativa: os sujeitos não interpretam os sentidos da mesma maneira.

Soma-se a não-transparência da linguagem, a impossibilidade de o discurso ser original e neutro. Ao afirmar, junto com Bakhtin, que “as palavras são sempre as palavras dos outros”, Authier-Revuz demonstra que a heterogeneidade está fundada no funcionamento dialógico da linguagem, pois sempre há um já-dito que reverbera nos discursos. Isto é, há uma profusão de “vozes sociais” que se emaranham no fio do discurso, num ir e vir constante e disperso. A heterogeneidade e a polifonia marcam todo dizer que se encontra sempre habitado, atravessado, carregado por discursos outros que circularam e ainda circulam na sociedade na forma de uma “dialogização interna do discurso” (*Ibid.*, p. 26).

É importante destacar que a concepção de heterogeneidade constitutiva mantém ligações com a noção de interdiscurso. Logo,

no que concerne à heterogeneidade, é possível identificar articulação entre as considerações de Authier-Revuz e Maingueneau. Isso porque a heterogeneidade do tipo constitutiva, tal como apontada por Authier-Revuz, é interpretada por Maingueneau como princípio característico da interdiscursividade.

Para Maingueneau (2005, p. 33), a heterogeneidade constitutiva

não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem linguística *stricto sensu*. Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro.

Logo, a heterogeneidade, além de representar a presença de discursos e sujeitos outros no fio do discurso, demonstra que o funcionamento discursivo se dá num movimento constante de já-ditos, numa profusão incessante de relações e, ainda, num permanente devir do sujeito.

Feitas essas considerações sobre heterogeneidade e alteridade como constitutivas do Eu, analisaremos, neste primeiro momento, os enunciados produzidos pela cantora Anitta sobre o comportamento sexual feminino. Visto que a fala da cantora é marcada por jogos de alteridade – há marcas evidentes de distanciamento entre o Eu e o Outro –, justificamos que o aporte teórico mobilizado nesta primeira parte da análise se pauta, sobretudo, nas considerações de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade mostrada, porque contribuem para a descrição de materialidades linguísticas, que funcionam como negociação dos sentidos daquilo que é interior e exterior ao sujeito da enunciação. As categorias específicas que analisaremos são: formas de referência aos sujeitos; dêiticos temporais e espaciais e verbos modalizadores, que nos auxiliarão a identificar movimentos de distanciamento e alteridade nos enunciados.

Antes de iniciarmos a análise, algumas elucidações sobre a situação de enunciação são necessárias. Os enunciados da cantora Anitta foram produzidos com a finalidade de responder às questões: qual é a sua opinião sobre o comportamento sexual na atualidade? Os homens costumam assediá-la muito? As perguntas foram feitas pelo

apresentador do programa *Altas Horas*, Serginho Groisman, e emergiu durante a gravação do programa, cujo tema abordado foi “a condição da mulher brasileira na contemporaneidade”. Para a gravação do programa, a plateia foi composta somente de homens, e as entrevistadas convidadas foram apenas mulheres. Nesse sentido, podemos pressupor que os conhecimentos compartilhados entre os interlocutores sobre a questão da mulher são distintos e heterogêneos.

A seguir, os enunciados produzidos pela cantora Anitta (PROGRAMA ALTAS HORAS, 2014):

(1)

*Eu tenho essa parte do show que eu canto a música dela [Flora Mattos] e eu chamo os caras no palco para dançar comigo e as reações são as mais inusitadas possíveis e nada previsíveis. Mas eu acho que a grande questão aqui hoje é que as mulheres lutaram tanto para ter os mesmos direitos que os homens que quando chegou no momento que elas tiveram, “Ah, o salário igual, a mulher também vota, a mulher também tem emprego”, chegou uma hora que ela quis tomar conta da situação. (informação verbal).*

Atentemos inicialmente para a cena enunciativa. O enunciador instaura a enunciação por meio de dêiticos, que fazem referência ao comportamento da mulher na atualidade: “a grande questão **aqui hoje**”. A dêixis também é marcada pela inscrição do Outro no enunciado, assinalado como “as **mulheres**” e situado em distância ao Eu: “**eu acho que [...] as mulheres**”. O modo de demarcar sua posição demonstra que o sujeito não se situa no mesmo lugar que o Outro. Isto é, ainda que enquanto sujeito empírico o enunciador seja mulher, discursivamente ele se distancia e não se identifica com a posição assumida pela mulher.

Quanto à interdiscursividade, o enunciador materializa o retorno de já-ditos sobre a condição política da mulher, mais especificamente, aqueles do movimento feminista que historicamente se constituem como luta das mulheres por direitos iguais aos dos homens: “as **mulheres lutaram tanto para ter os mesmos direitos**”. Nessas sequências, ainda, há marcas de heterogeneidade, pois o Eu introduz um discurso relatado em seu dizer – presumido como relatado pela mudança no tom da fala do sujeito enunciador, que o introduz como se fosse comentário feito

por uma terceira pessoa: “*Ah, o salário igual, a mulher também vota, a mulher também tem emprego...*”.

Ao inscrever o Outro no seu dizer, o sujeito retoma discursos produzidos antes e em outros lugares, uma vez que faz reverberar nas materialidades linguísticas acontecimentos históricos como o movimento sufragista e feminista, cujos pressupostos são a igualdade de direitos (voto, trabalho etc.). Ademais, no que concerne à igualdade, o sujeito enunciativo a constitui como algo certo, dado e concluído através de um dêitico temporal “*quando chegou no momento que elas tiveram* [os mesmos direitos]”.

Nesses enunciados, o dizer do Outro é inscrito no dizer do Eu como uma tentativa de marcar uma exterioridade – aquilo que não pertence ao Eu – para determinar o ponto de vista do sujeito enunciativo. A exterioridade constitui então a interioridade, pois, ao refutar uma posição enunciativa, o enunciativo delimita sua própria posição na tentativa de restringir os sentidos e na pretensão “ilusória” do sujeito de homogeneizar o discurso. Assim, o Outro contribui para o acabamento do Eu como forma de estabelecer o UM da enunciação (AUTHIER-REVUZ, 1998).

É o caso, por exemplo, do comentário “*as mulheres lutaram tanto para ter os mesmos direitos que os homens que quando chegou no momento que elas tiveram, chegou uma hora que ela quis tomar conta da situação*”, que pode ser considerado procedimento de conotação autonímica. Isto é, o dizer de Anitta faz referência a um discurso exterior – o discurso do Outro – a fim de demarcá-lo como “corpo estranho” a seu discurso, como avesso a seu ponto de vista (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Além disso, ao inscrever o Outro (homens e mulheres) em seu comentário, o sujeito enunciativo estabelece uma comparação, evidenciando a existência de posições diferentes para cada um deles. É o que podemos verificar nas materialidades: “*as mulheres lutaram tanto para ter os mesmos direitos que os homens que quando chegou no momento que elas tiveram chegou uma hora que ela quis tomar conta da situação*”. Nesse caso, ao modalizar volitivamente a posição da mulher em relação ao homem, o sujeito enunciativo demonstra que o Outro (mulher) *pretende* ocupar o lugar que não corresponde à igualdade entre os gêneros, e sim à superioridade, pois “*quis tomar conta da situação*”.

Desse modo, o enunciativo faz ecoar um pré-construído, ou seja, um “já-lá que impõe uma realidade e um sentido sob a forma de universalidade” (PÊCHEUX, 1997, p. 164). O pré-construído mobilizado

pelo enunciador demonstra que nas relações de gênero *sempre algum deles ocupa posição privilegiada*: trata-se de um pré-construído ligado à hierarquia dos gêneros. Esse já-lá marca, por exemplo, o discurso patriarcal<sup>4</sup> que situa o homem em posição superior à mulher, atribuindo-lhe controle nas relações familiares, jurídicas, políticas etc.

Nos discursos patriarcais e feministas, por exemplo, o “querer superioridade” marca a posição enunciativa do homem e não da mulher. Entretanto, ao mobilizar o pré-construído da “hierarquia de gêneros”, o Eu não se posiciona em concordância ao discurso patriarcal, tampouco em aliança ao discurso feminista. Os sentidos históricos ligados à “hierarquia de gêneros” são atualizados aqui para *deslocar* o desejo de superioridade – atribuído aos homens pelo discurso feminista, por exemplo – para situá-lo como pretensão das mulheres. A singularidade do enunciado está, então, na demarcação das posições do Outro [homens e mulheres] no discurso: aqui é a mulher que *quer* tomar conta da situação e não o homem.

Por outro lado, os enunciados de Anitta fazem ecoar sentidos dispersos ligados à conjuntura histórica atual, em que a estrutura familiar brasileira passa por transformações que situam a mulher também como possível líder do núcleo familiar. As mudanças nas relações de gênero não ocorreram somente no campo da sexualidade e da intimidade, mas também na estrutura da família de classe média que, em casos de divórcio ou não, determina a mulher como chefe (RIBEIRO, 2005).

Desse modo, a interdiscursividade e os modos de enunciação produzem o seguinte efeito de sentido no posicionamento do sujeito enunciator: se depois de terem conquistado os mesmos direitos, elas quiseram tomar conta da situação, o responsável pela desigualdade dos gêneros não são os homens, e sim as mulheres.

As materialidades apresentam marcas de heterogeneidade mostrada – o Eu traz o Outro de forma explícita –, movimento do sujeito que representa operação de diferenciação e especificação do sentido. Segundo Authier-Revuz (1998), as formas de representação da heterogeneidade também podem ser denominadas “não-coincidências” do dizer, termo que engloba tanto a heterogeneidade mostrada quanto a constitutiva.

---

<sup>4</sup>Trata-se, por exemplo, do modelo que constitui a figura masculina como chefe do clã e que permeia os modos de organização tribal e as estruturas elementares de parentesco. Para mais esclarecimentos ver Bourdieu (2002) e Lévi-Strauss (1982).

Essa gestão de dizeres representativos do “não-um” (da heterogeneidade do discurso) aparece não como decorrência de uma *intencionalidade* do sujeito, e sim como forma de “*negociação obrigatória* de todo enunciator com o fato das não-coincidências fundamentais que atravessam seu dizer” (*Ibid.*, p. 21). É essa negociação, ou seja, essa operação do Eu sobre o dizer do Outro na tentativa de formar o UM do discurso que dá ao sujeito a ilusão de controlar seu dizer e circunscrever os sentidos.

Os discursos apresentam realizações diversas de negociação que manifestam imagens que os sujeitos produzem de si mesmos e do Outro, bem como as posições enunciativas próprias a sujeitos particulares e a gêneros discursivos. Considerando a negociação de sentidos estabelecida entre o Eu e o Outro, analisemos os enunciados a seguir:

(2)

*Ah não! Eu [mulher] que vou e pego cinquenta e eu que...”. Eu não acho bonito pegar cinquenta nem o homem nem a mulher, não acho bonito ninguém sair e pegar cinquenta. Mas a mulher acabou querendo tomar o lugar do homem em todas as situações. Só que eu acho que é o instinto masculino ele também querer proteger, querer cuidar, querer fazer o cavalheiro, a parte do cavalheiro, que é um instinto masculino e que agora o homem fica desestimulado.* (grifos nossos).

O enunciator inscreve o discurso do Outro (mulher) no seu discurso, fazendo um uso distinto desse dizer. Isso porque o discurso relatado “*Ah não! eu [mulher] que vou e pego cinquenta e eu que...*” emerge no enunciado de modo a produzir o ponto de vista do enunciator sobre esse comportamento sexual na forma de comentário avaliativo: “*Eu não acho bonito*”. Assim, o enunciator mobiliza o discurso relatado para delimitar seu posicionamento em relação ao Outro (mulher) e para moldar sua presença no discurso em termos do indizível e do interdito, ou seja, para determinar essa conduta como algo que não se pode e não se deve fazer.

Ainda sobre a inscrição do discurso do Outro no discurso do Eu, verificamos uma sequência gramatical do tipo exclusiva:

[Eu (mulher) que faço X e não ele (homem) que faz X]
--



Nessa sequência, o Eu retoma já-ditos e transformações do domínio da intimidade, tais como a flexibilização de regras e a possibilidade de a mulher exercer a sexualidade fora do casamento por exemplo. Além disso, o discurso relatado – [Eu (mulher) que pego cinquenta, e **não** eles (homens)] – refuta uma regularidade discursiva que constitui o homem como sujeito autorizado a ter grande número de parceiras sexuais. O discurso relatado demonstra, portanto, a *coexistência* de regras mais flexíveis ao homem e as transformações nas regras daquilo que é permitido ou não no comportamento das mulheres. As transformações do dizível no comportamento sexual feminino são manifestas pelo enunciado que corrobora que elas também passaram a “poder pegar cinquenta”, ação antes exclusiva dos homens: “*Ah não! Eu [mulher] que vou e pego cinquenta*”.

Entretanto, o efeito de refutação a esse “poder fazer” do homem não emerge aqui como dizer do Eu (Anitta), e sim como o dizer do Outro (mulheres). Isto é, não é o Eu que refuta essa postura masculina, e sim o Outro (mulher) através do dizer do Eu (Anitta). Com isso, o Eu constitui seu ponto de vista em relação ao Outro: se a mulher refuta a exclusividade do homem de “pegar cinquenta”, o Eu cita a posição do Outro, distanciando-se dessa refutação e delimitando seu lugar fora dessa oposição ao comportamento sexual masculino.

Além disso, a negociação do enunciador é evidente nas materialidades “*Eu não acho bonito pegar cinquenta nem o homem nem a mulher, não acho bonito ninguém sair e pegar cinquenta*”, em que o sujeito procura explicar os sentidos de sua avaliação, de modo a não aplicar seu ponto de vista somente ao gênero feminino. A tentativa de estender sua avaliação a todos os gêneros “*não acho bonito ninguém sair e pegar cinquenta*” corresponde à tentativa de atribuir regras de forma “igual” aos sujeitos e, por conseguinte, de evitar sentidos de “desigualdade” em seu dizer.

Contudo, o enunciado seguinte traz a conjunção adversativa “mas” que introduz ponto de vista oposto ao dizer anterior, funcionamento gramatical que produz sentidos contraditórios: “*Eu não acho bonito ninguém sair e pegar cinquenta. Mas a mulher acabou querendo tomar o lugar do homem em todas as situações*”. O efeito de contradição está no modo de enunciar os posicionamentos de homens e mulheres: no primeiro momento, o Eu constitui o indizível e o interdito para ambos os gêneros

“*eu não acho bonito **ninguém** sair e pegar cinquenta*”, situando-os no mesmo patamar de regras de comportamento. Depois, porém, separa os gêneros fazendo emergir regulações históricas que determinam aquilo que é próprio ao homem e não à mulher: “***Mas a mulher acabou querendo tomar o lugar do homem em todas as situações***”.

Assim, o uso da conjunção adversativa produz sentido de contradição com o enunciado anterior, pois o enunciador atesta que nem homens nem mulheres podem pegar cinquenta, *mas* é a mulher que faz algo que não é do seu lugar, da sua posição. A interdição sobre o comportamento sexual de homens e mulheres é, portanto, contraditória porque o enunciador inicialmente interdita ambos os gêneros para, em seguida, manter a regulação somente à mulher.

Além disso, nas sequências discursivas em (2), verificamos uma repetição na forma de modalizar a postura da mulher em relação ao homem:

- “[...] chegou uma hora que ela **quis** tomar conta da situação”.
- “Mas a mulher acabou **querendo** tomar o lugar do homem em todas as situações”.

O modo como o Eu inscreve o Outro em seu enunciado demonstra que o “querer” modaliza a posição da mulher em relação ao lugar do homem. Dentre as possibilidades de modalização do Outro (mulher), o sujeito enunciador o constitui volitivamente, e não de forma epistêmica (capacidade, permissão), tampouco de forma deôntica (obrigação, dever) (NEVES, 2006). A escolha do léxico aqui é significativa, pois é atravessada por embates sociais entre os gêneros, que remontam à questão do machismo. Ao dotar o Outro (mulher) de um “querer tomar o lugar do homem” o enunciador o situa fora de um *poder*, ou seja, exime-o da possibilidade e/ou da permissão de agir de forma semelhante ao Outro (homem).

Essa forma de constituir a posição do Outro (mulher), de acordo com o contexto histórico atual, pode ser interpretada da seguinte maneira: apesar das transformações no campo da intimidade e da flexibilização das normas de conduta para as mulheres (GIDDENS, 1992), no âmbito daquilo que é dizível no comportamento sexual feminino ainda circulam discursos tradicionais de uma moral religiosa e familiar. Com efeito, discursos flexíveis convivem com discursos conservadores sem que um

exclua o outro, e sim de forma relacional, pois todo dizer se relaciona a outro seja para refutá-lo, admiti-lo, repeti-lo, transformá-lo.

Situar o Outro dessa forma (enquanto sujeito que “quer tomar o lugar do homem”), numa cena enunciativa em que a igualdade de gêneros é dada como certa, demonstra o papel de já-ditos na construção da posição da mulher nesses enunciados e a condição descentrada do sujeito. Justificamos essas considerações pelo fato de o sujeito enunciador não conseguir se esquivar de determinações sócio-históricas ao produzir seus enunciados. O dizer do Eu é constituído de dizeres outros (produzidos antes e em outros lugares da história) e atravessado por embates sociais diferentes, tais como o conflito entre as feministas, a Igreja e o modelo patriarcal, que colocam em cena a existência de regulações mais rígidas às mulheres do que aos homens.

A heterogeneidade também marca os enunciados “*Só que eu acho que é o instinto masculino ele também querer proteger, querer cuidar, querer fazer o cavalheiro, a parte do cavalheiro, que é um instinto masculino e que agora o homem fica desestimulado*”. O sujeito enunciador inscreve o Outro (homem) em seu dizer nos termos do “amor romântico”, modelo em que a sexualidade fica em segundo plano, e a questão afetiva e matrimonial impõem-se como principais. O modelo de comportamento invocado pelo enunciador é resultante de um simulacro, ou seja, de uma tradução que o Eu faz do Outro a partir das regras que habitam seu dizer (MAINGUENEAU, 2005).

Nessas sequências, o Outro (homem) é lido e construído por meio de ações consideradas como próprias do instinto masculino: proteger e cuidar. É relevante salientar que o instinto masculino aqui é traduzido dessa forma, pois a grade semântica (conjunto de competências e regras do dizível) que determina essa leitura inscreve-se numa formação discursiva atravessada por uma moral familiar e “romântica”.

As materialidades linguísticas evidenciam, inclusive, a legitimação de estereótipos e o deslocamento de posições atribuídas historicamente às mulheres. O enunciado “*só que é o instinto masculino ele também querer proteger, querer cuidar [...] e que agora o homem fica desestimulado*” constitui o homem mobilizando estereótipos que são socialmente atribuídos à mulher (maternal, sensível, afetuosa etc.), uma vez que produz que o inclui nesse “instinto” “*ele também querer proteger, cuidar*”. Assim, não é só a mulher que tem instinto de proteger e cuidar do parceiro, o homem também é dotado dessas inclinações.

Identificamos ainda a mobilização de estereótipos quando o sujeito diz que “*agora o homem fica desestimulado*” a proteger a mulher. Há estereótipos produzidos socialmente que constroem a mulher como ser frágil e sensível que necessita de proteção, em oposição ao homem, ser forte e protetor do clã. Ao dizer que o homem fica desestimulado, o enunciador refere-se ao contexto histórico atual, em que parte das mulheres não se constitui mais de acordo com esse estereótipo “frágil” nas relações sexuais e afetivas. As materialidades evidenciam, novamente, um deslizamento de sentidos: de um lugar passivo a mulher passou a ocupar posição ativa nos relacionamentos. Em suma, o homem não tem mais vontade de desempenhar proteção e cuidado, porque a mulher modificou sua postura de protegida/cuidada para a posição de iniciativa/conquista.

Neste primeiro momento da análise, constatamos que os enunciados analisados são marcados por práticas que demarcam posições específicas para os gêneros. Nesses termos, os enunciados evidenciam sentidos históricos sobre aquilo que é permitido ao masculino e ao feminino, de modo que o enunciador, em relação de alteridade com o Outro, mobiliza já-ditos e desloca determinados sentidos para demarcar diferenças nos papéis exercidos pelo homem e pela mulher no campo da sexualidade na contemporaneidade.

Na seção a seguir, pretendemos problematizar como o sujeito desta formação discursiva se relaciona com o sujeito de formação discursiva distinta. Ou seja, a análise atentará para a relação entre os enunciados da cantora Anitta e os da cantora Pitty.

### **Polêmica entre sujeitos: a interincompreensão regrada e a tradução do Outro na forma de simulacros**

Nesta segunda parte da análise, analisaremos como os enunciados de Anitta foram interpretados por interlocutor participante da situação de enunciação: a cantora Pitty, uma das mulheres entrevistadas no programa. É preciso levar em conta que, para as proposições de Anitta, o posicionamento de Pitty se deu na forma de contestações. A situação de enunciação caracteriza-se, portanto, como debate, uma vez que Anitta e Pitty defendem seus pontos de vista de forma intercalada em turnos de proposição-réplica. Isso nos leva a constatar que, ainda que os sujeitos da enunciação sejam do gênero feminino, os conhecimentos de mundo compartilhados entre eles são diferentes e heterogêneos.

Considerando que, neste momento analítico, os enunciados a serem analisados materializam interpretação do posicionamento do Outro a partir de restrições sobre o que se pode e se deve dizer a partir de lugares específicos, mobilizaremos fundamentação teórica de Maingueneau (2005) sobre a polêmica como processo de interincompreensão regrada. Esses pressupostos podem contribuir para identificar as diferentes formas de tradução do Outro – seja por simulacros, seja por restrições semânticas – e, ainda, para evidenciar que toda situação de polêmica é efeito da relação entre formações discursivas antagonicas.

Conforme assinala o autor, o jogo de alteridade contribui para o processo de acabamento do sujeito e de “tradução” do Outro. Ao relacionarem-se os sujeitos na enunciação, também entram em relação suas respectivas formações discursivas, o que pode resultar em situações de confronto, antagonismo, aliança, adesão etc. Assim, quando se fala de tradução do Outro pelas categorias do Mesmo entra em cena a dissimetria entre as formações discursivas, uma vez que “cada formação discursiva tem uma maneira de interpretar seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 108). O antagonismo entre dois posicionamentos discursivos surge, então, como situação não estável pois dependente da relação que o Mesmo estabelece consigo mesmo e com o Outro.

O Mesmo se relaciona com o Outro pela linguagem através de comentários, citações, discursos relatados (heterogeneidade mostrada), bem como de movimentos do interdiscurso no fio do discurso (heterogeneidade constitutiva). A análise da relação Mesmo-Outro deve se voltar, então, para os planos do discurso: o léxico, o modo de enunciação, o interdiscurso, em suma, os níveis que se integram numa semântica global (*Ibid.*). É através desses planos do discurso que a alteridade se dá, uma vez que eles evidenciam: a forma como se rompe a continuidade do Mesmo; qual é o corpo verbal do Outro; e o modo como o Mesmo incorpora e/ou rejeita o Outro.

Dessa forma, quando dois discursos se delimitam reciprocamente podemos dizer que há um processo de “tradução” particular. Não se trata de uma tradução de uma língua natural para outra, e sim de uma formação discursiva a outra. A leitura que se faz do Outro ocorre na mesma língua, porém recobre restrições semânticas distintas, o que contribui para uma “incompreensão” entre os sujeitos. Nesse ponto, é interessante retomar a expressão “diálogo de surdos”, para mostrar como protagonistas situados no mesmo idioma podem “não falar a mesma língua”.

Assim, o efeito de incompreensão se dá “quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro em seu próprio interior”, ou seja, quando “ela está apenas ‘traduzindo’ o enunciado deste Outro, interpretando-o através de suas próprias categorias” (MAINGUENEAU, 1993, p. 120). Além disso, ao citar o Outro, o Mesmo pode entrar em conflito com esse corpo citado, que “se expulsa por si próprio, pelo simples fato de que ele se alimenta de um universo semântico incompatível com aquele da enunciação que o envolve” (*Id.*, 2005, p. 112).

A polêmica surge então como efeito do processo de “interincompreensão regrada”, chamada regrada justamente por obedecer a *regras* que definem a identidade das formações discursivas em relação. Com isso, o efeito de “mal-entendido” se dá sistematicamente, pois é constituído em espaço discursivo de restrições semânticas antagônicas. A relação entre formações discursivas antagonistas produz, assim, incompreensão entre sujeitos, pois determina aquilo que “se deve falar e não se deve compreender” (*Id.*, 1993, p. 121).

Nesse sentido, o funcionamento polêmico do discurso se dá através da tradução que o Mesmo faz de si e do Outro. Essa dupla tradução implica a oposição de dois conjuntos de categorias semânticas no interior de uma formação discursiva: as reivindicadas (positivas) e as recusadas (negativas). As unidades de sentido do Outro sempre se relacionam com as do Mesmo na forma de rejeição. Logo, para produzir sua identidade, o discurso do Mesmo “só pode relacionar-se com o Outro através do simulacro que dele constrói” (*Ibid.*, p. 122).

Ainda sobre o funcionamento discursivo da polêmica, podemos dizer que, embora produzido pela divergência de pontos de vista, supõe uma convergência quando se trata de pensar na existência de “um conjunto ideológico comum” (*Id.*, 2005, p. 115). Isto é, existe um contrato entre os “adversários” uma vez que se presume um código transcendente, que é reconhecido por eles como responsável por decidir o que é justo e injusto. Os sujeitos postulam a figura de um “árbitro”, de uma instância “neutra” exterior a eles, ficção que sustenta a polêmica e que é necessária para a crença de cada adversário nas leis de seu campo discursivo (*Ibid.*).

Tendo em vista essas considerações, observemos o debate estabelecido entre Pitty e Anitta, e como a relação entre suas formações discursivas contribuem para processo de interincompreensão e polêmica. As materialidades linguísticas que serão investigadas consistem em pronomes

de referenciação, dêiticos temporais e espaciais, vocabulário e glosas, que foram utilizados pelos sujeitos da enunciação para apontar a situação de igualdade entre os gêneros segundo seus respectivos pontos de vista.

(3)

*Pitty: Anitta, só uma ressalva, **nós** ainda não temos os mesmos direitos. **Nós** não ganhamos o mesmo salário.*

*Anitta: Mas **nós já chegamos quase...***

*Pitty: Não. **Quase não é lá.** Vamo começar por aí. **Eu acho, eu acho que a gente ainda tem muito pra conquistar.** A partir do momento em que a gente questiona uma plateia masculina “Se uma mulher sair com os amigos é ruim”, por exemplo, não tem nada a ver, não é específico. Mas que isso causa tanta comoção, **eu acho que a gente está longe.***

*Anitta: **Não, não, longe no sentido do machismo, né?***

*Pitty: Mas é disso que a gente tá falando.*

*Anitta: Não do machismo, né? Do machismo do homem achar que, **no sentido não dos direitos civis, sabe, dos direitos “cíveis”.***

*Pitty: **Mas mesmo nos direitos cíveis.***

*Anitta: Dos direitos cíveis. Mas assim do **machismo do comportamental.** O homem achar que a mulher “Ah, não pode ir pra lá, não pode usar roupa curta, não pode não sei o quê”. (informação verbal).*

Inicialmente, observamos que o modo de enunciação se modifica quando outro enunciador entra em cena, uma vez que esse segundo enunciador (Pitty) constitui-se como pessoa do discurso na forma de “nós”: “Anitta, só uma ressalva, **nós** ainda não temos os mesmos direitos. **Nós** não ganhamos o mesmo salário”. Também há momentos em que Pitty mobiliza as formas de primeira pessoa “eu” e “a gente” (mulheres) no mesmo enunciado, como, por exemplo, em: “**Eu acho que a gente está longe**”. Esse modo de enunciação produz sentidos singulares se o compararmos àquele do primeiro enunciador (Anitta), que se referia a si mesmo em primeira pessoa (“eu”), e à mulher em terceira pessoa (“a mulher/as mulheres” e “ela/elas”).

A diferença no modo de assumir-se enquanto sujeito de discurso, nesta cena de enunciação, é significativa, pois materialização linguística

da imagem de si que faz o enunciador. Enquanto Anitta nos enunciados anteriores não se inclui em “elas/as mulheres”, Pitty se inclui na primeira pessoa do discurso (a gente/nós mulheres) e produz efeitos de adesão e identificação. Entretanto, nesse segundo momento, em que surge um coenunciador na cena, Anitta modifica o modo de marcar sua pessoa no discurso. Assim como Pitty, Anitta passa a constituir a imagem de si por meio de “nós”, porém o faz construindo uma posição diferente daquela construída pelo coenunciador: “*Mas nós já chegamos quase*” em oposição ao dizer de Pitty, “*Eu acho que a gente ainda está longe*”.

Neste ponto, destacamos a instauração da dêixis em que os enunciadores constroem seu discurso considerando aspectos como a distância e a proximidade da situação de igualdade entre os gêneros, o que é marcado na enunciação pelos dêiticos de tempo e espaço. O modo como constroem as posições da mulher no contexto de igualdade de gêneros demonstra que para Anitta essa situação está próxima, em oposição a Pitty, que a constitui como algo distante. Tendo em vista a situação de “igualdade/desigualdade de gêneros”, Anitta busca delimitar os sentidos de seu dizer, explicando-os através de metaenunciações: (i) “*Não, não, longe no sentido do machismo, né?*” e (ii) “*Não, do machismo, né? Do machismo do homem achar que, no sentido não dos direitos civis, sabe, dos direitos cíveis*”.

Nessas sequências, identificamos aquilo que Authier-Revuz (1998, p. 25) classifica como uma “não-coincidência das palavras consigo mesmas”. Esse tipo de não-coincidência decorre do equívoco entre enunciadores sobre o sentido de uma palavra, de modo a ser marcada no fio do discurso através de tentativa de delimitação de um sentido. É o caso da não-coincidência que visa a dar “respostas de fixação de **um** sentido: *X, no sentido de p; X, não no sentido de q*” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 25, grifo no original). No dizer de Anitta, então, a necessidade de demarcar sentidos recai sobre o dêitico “longe”, que é mobilizado com o sentido de distância que as mulheres estão da igualdade.

Visto que Pitty considera que “as mulheres estão longe da igualdade”, Anitta tenta fixar sentidos produzindo comentários sobre o dizer do coenunciador, a partir das restrições semânticas da formação discursiva que habita o seu dizer. Logo, para explicar o sentido de “estamos longe”, Anitta explica: (i) “*Não, não, longe no sentido do machismo*”; (ii) “*Longe no sentido não dos direitos civis, dos diretos cíveis*”. As materialidades evidenciam a existência de sentidos outros



que habitam os dizeres, mais especificamente, a polissemia em torno do dêitico “longe”. Com isso, verificamos que há apreensões diferentes dos sentidos por parte dos enunciadores (evidência do não-um do discurso) que é restringida pelo comentário de Anitta, que, por sua vez, interpreta e fixa o dêitico “longe” somente na condição do machismo (tentativa de instaurar o UM do discurso).

Além disso, os enunciadores compreendem diferentemente a situação da igualdade entre os gêneros, o que decorre de um processo de interincompreensão regrada. Essa situação evidencia a repartição de sentidos sobre a qual repousa todo discurso: “de um lado, os semas ‘positivos’, reivindicados; de outro, os semas ‘negativos’, rejeitados” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103). Nesse sentido, os enunciadores mobilizam semas, positivos e negativos, que se opõem e configuram as possibilidades de leitura que cada um deles pode fazer de um tema. Os semas são mobilizados, ainda, em função das regras de suas formações discursivas quanto ao que se pode e se deve dizer no contexto das relações de gênero.

Para Anitta, a distância da igualdade está somente no machismo comportamental e não nos direitos cívicos, ao passo que, para Pitty, toda a discussão da desigualdade está compreendida nos termos do machismo. As leituras produzem então efeitos de “incompreensão” e “mal-entendido” quanto ao tema da discussão empreendida: “*Mas é disso [machismo] que a gente tá falando*”. Ademais, destacamos que lá onde Anitta vê igualdade [nos direitos cívicos], Pitty vê desigualdade, o que pode ser justificado pelas materialidades: “Anitta: [Estamos longe] **no sentido não dos direitos civis, sabe, dos direitos cívicos**” em oposição a “Pitty: **Mas mesmo nos direitos cívicos**”. Nessas condições, Anitta vê “igualdade” (sema positivo) nos direitos cívicos e “desigualdade” (sema negativo) no machismo comportamental; ao passo que Pitty vê “desigualdade” (sema negativo) tanto nos direitos cívicos quanto no machismo comportamental.

Tendo em vista a interdiscursividade, verificamos que os enunciados estabelecem relações com discursos anteriores e atualizam uma oposição histórica: os discursos machistas em oposição aos discursos feministas. As sequências demonstram, ainda, que o sujeito mobiliza a presença do Outro no seu dizer num movimento de negação, em que há rejeição de determinados sentidos e afirmação de outros para a delimitação do Mesmo. É o que ocorre no dizer de Anitta, por exemplo, em que o machismo é rejeitado e a igualdade é afirmada no plano dos direitos civis.

Visto que a presença do Outro no discurso se dá somente a partir de uma leitura antagônica, verificamos que os sujeitos desta cena enunciativa mobilizam simulacros na tentativa de demarcar sua posição e seu ponto de vista sobre o tema. É o que ocorre nos enunciados a seguir, que materializam situação de polêmica em função de posições discursivas opostas quanto ao comportamento sexual da mulher:

(4)

*Anitta: Mas eu acho que uma coisa é o comportamento, o machismo do homem que não sei o quê. E outra coisa que eu acho é o respeito que a mulher tem que dar pra ela mesma, porque se a mulher não se respeitar, ninguém vai respeitar a mulher. É...*

*Pitty: Mas isso homem e mulher, né, qualquer ser humano, dissociado de gênero. Porque o que se diz de uma mulher de respeito é diferente do que se diz de um cara de respeito. Então, isso me incomoda. Isso é uma coisa que me incomoda, por exemplo, sei lá, tipo aquela história do texto, tipo isso. As pessoas te veem no palco rebolando de roupa curta e acham que você está disponível.*

*Anitta: Exatamente.*

*Pitty: Independente do trabalho, independente de qualquer coisa. Pra mim isso é sair na defesa de um comportamento que se fosse masculino, ninguém questionaria. Então pra mim já começa por aí.*

*Anitta: Eu continuo acreditando que a mulher precisa se dar o respeito. Eu falo isso porque eu tô, eu vivo a noite, a boate, e eu vejo um comportamento feminino que dá margem realmente pra o homem achar coisa x ou y da mulher etc. Então, assim, o que eu costumo ver quando eu tô na noite, quando eu tô na boate, aí eu penso, “mas gente, como é que o homem não vai tratar uma mulher assim se várias delas estão se comportando dessa maneira”.*

*Pitty: Anitta, tá errado!*

*Anitta: Eu não concordo...*

*Pitty: Ele está errado!*

*Anitta: Eu não concordo...*

*Pitty: Ele não tem que achar ou achar nada! Quem tem que fazer o que você quer é você, cara! (informação verbal).*

Nos enunciados anteriores, verificamos as diferentes leituras que os enunciadores fazem do comportamento sexual da mulher. A leitura de Anitta situa o homem na condição de dizer o que “é próprio ou impróprio” nas atitudes da mulher, uma vez que seu dizer autoriza o homem a desempenhar determinadas ações como consequência do comportamento feminino: (i) “*E eu vejo um comportamento feminino que dá margem realmente pra o homem achar coisa x ou y da mulher etc.*”; (ii) “*ai eu penso, ‘mas gente, como é que o homem não vai tratar uma mulher assim se várias delas estão se comportando dessa maneira?’*”

Os enunciados mobilizam pré-construídos sobre o comportamento feminino, pois Anitta interpreta a posição da mulher segundo sentidos históricos que a situam nos termos de “dever” seguir um dado modelo de conduta. Ainda nesse sentido, a regulação do comportamento sexual (“ter que se dar o respeito”) é atribuída, no dizer de Anitta, somente à mulher e não ao homem. Isso porque o enunciador não o inclui nesse modelo de conduta, tampouco se posiciona contrariamente a regras que recriminam a mulher em função de seu comportamento.

Em outro momento, o dizer de Anitta produz efeito de comparação e dicotomia entre os comportamentos masculino e feminino, o que pode ser observado nas sequências: “*uma coisa é o comportamento, o machismo do homem que não sei o quê*” e “*outra coisa que eu acho é o respeito que a mulher tem que dar pra ela mesma*”. Para o enunciador, os dois posicionamentos são “coisas diferentes”, porque não se relacionam às mesmas regras.

Do ponto de vista discursivo, a dicotomia produzida por Anitta pode ser compreendida, a princípio, como efeito da relação entre formações discursivas diferentes, que impõem restrições distintas para homens e mulheres. No entanto, sustentamos que os posicionamentos construídos pelo enunciador não se configuram a partir de restrições diferentes, e sim segundo as restrições de uma mesma formação discursiva.

Isso porque, apesar de situar homens e mulheres em modelos de conduta diferentes, a dicotomia é marcada por uma contradição que pode ser justificada pela espessura sócio-histórica dos termos “mulher de respeito”. Ao mobilizar a expressão “a mulher tem que se dar o respeito”,

o enunciador atualiza um sentido cristalizado historicamente que pode ser descrito como a necessidade de a mulher assumir um comportamento “apropriado” para evitar atitude machista. Logo, o “respeito” de que fala o enunciador pode ser interpretado como um comportamento “recatado” e “discreto”, moldado socialmente para “evitar” o assédio e o machismo.

Nesse sentido, a formação deste discurso (“a mulher tem que se dar o respeito”) não está em dicotomia com aquele que atesta o comportamento machista do homem. A existência dessas regras de conduta legitima a possibilidade de “punição”, pois se a mulher não se dá o respeito, ela pode receber atitudes machistas do homem. Assim, o comportamento da “mulher de respeito” é moldado segundo a posição de autoridade que tem o homem de determinar aquilo que é apropriado ou não à mulher, tendo em vista a possibilidade de assédio a ela.

Considerando esse funcionamento discursivo – o comportamento feminino de “respeito” é determinado pela posição de autoridade masculina de “punição” –, compreendemos que as posições discursivas construídas por Anitta se inscrevem na mesma formação discursiva, e não em formações discursivas distintas. Em suma, os dois discursos são produzidos conforme regras semelhantes sobre *quem pode* e *como pode* assumir dadas posições no domínio da sexualidade.

Mais adiante, Pitty comenta os sentidos de “respeito” mobilizados por Anitta, situando-os no contexto das relações de gênero como um dever tanto para homens quanto para mulheres. Comparada às posições instauradas no dizer de Anitta, as posições produzidas nos enunciados de Pitty apresentam uma singularidade: não é só a mulher que tem obrigação de se respeitar, o homem também deve fazê-lo. Entretanto, o sentido de respeito aqui não corresponde ao sentido cristalizado mobilizado nos enunciados de Anitta – respeito como “discrissão” sexual –, e sim ao sentido de respeito como apreço e consideração.

Por outro lado, para demonstrar seu ponto de vista, Pitty retoma simulacros construídos sobre o que é ser um(a) homem/mulher de respeito, porém o faz para refutá-los: “*Então, isso [sentido de respeito] me incomoda*”. Para demarcar sua posição de oposição, o enunciador faz comparações entre os simulacros existentes, destacando as diferenças entre eles: “*Porque o que se diz de uma mulher de respeito é diferente do que se diz de um cara de respeito*”. Logo, identificamos no dizer de Pitty simulacros opostos, de maneira que um “homem de respeito é X” e uma “mulher de respeito é Y”.

Tendo em conta a espessura sócio-histórica das materialidades, podemos interpretar os simulacros em função das posições de homens e mulheres tal como legitimadas socialmente. Assim, os simulacros produzem os seguintes sentidos: o simulacro do “homem de respeito” situa-se no âmbito do *prestígio social*, trata-se de um homem de posição favorecida. Diferentemente, o simulacro da “mulher de respeito” faz referência à mulher alheia a um comportamento considerado “amoral” no campo da sexualidade, sendo marcado por *conotação sexual*. Os simulacros de “respeito” construídos para homens e mulheres demonstram, portanto, uma distinção que reflete a hierarquia nas posições sociais dos gêneros: de um lado, o poder e o prestígio, de outro, o dever e o estigma.

Além disso, verificamos que o simulacro “mulher de respeito” é também retomado quando o enunciador menciona os efeitos da performance artística de Anitta: “*As pessoas te veem no palco rebolando de roupa curta e acham que você está disponível*”. Estabelecendo relação com esse enunciado, Pitty produz um enunciado, em seguida, na forma de uma metaenunciação: “*Pra mim isso é sair na defesa de um comportamento que se fosse masculino ninguém questionaria*”. Podemos considerá-lo uma metaenunciação, uma vez que o enunciado constitui comentário do próprio dizer do enunciador com vistas a delimitar seu ponto de vista. Nesse sentido, a posição do enunciador aqui é produzida a partir de um a priori, ou seja, a partir das reações legitimadas socialmente a esse tipo de performance caso fosse um homem.

Com isso, além dos sentidos ligados ao simulacro “mulher de respeito” (rebolar no palco de roupa curta significa que a mulher está disponível), os enunciados também fazem ressoar sentidos associados ao simulacro do “homem de respeito”, pois demonstram como seria interpretada a ação se realizada por um homem: “**ninguém questionaria**”. Desse modo, ao construir seu ponto de vista, o enunciador se opõe à “defesa do não julgamento ao comportamento masculino”, mobilizando e colocando em antagonismo sentidos sócio-históricos sobre o comportamento sexual masculino (regido por regras mais flexíveis) e o comportamento feminino (marcado por regras mais rígidas e julgamentos de valor).

Tendo em vista a situação de polêmica resultante da interincompreensão regrada, Maingueneau (2005) assinala que os sentidos compreendidos pelos sujeitos de formações discursivas antagonistas dependem de seus respectivos sistemas de restrições semânticas, isto é, cada sujeito só compreende aquilo que pode compreender considerando as

regras que regem a formação de seus discursos e de seu posicionamento. Desse modo, a interincompreensão ocorre quando sujeitos enunciam ao outro aquilo que “se pode dizer e não se deve compreender”: lá onde um sujeito lê um dado sentido, o outro lerá sentidos opostos, habitados por regras e restrições semânticas antagônicas.

Os enunciados em (4) apresentam esse funcionamento ao materializar posições antagonistas sobre o comportamento sexual feminino. É o que podemos identificar em: “Anitta: [...] *eu vejo um comportamento feminino que dá margem realmente para o homem achar coisa x ou y da mulher etc.*” versus “Pitty: *Ele está errado! [...] Ele não tem que achar ou achar nada! Quem tem que fazer o que você quer é você, cara!*”. A instância enunciativa é então configurada com enunciadores marcados por restrições semânticas divergentes, uma vez que leem sentidos distintos sobre o mesmo tema. Assim, temos que: lá onde Anitta vê possibilidade de o homem julgar comportamento feminino, Pitty vê obrigação de não julgamento sobre ação da mulher.

Vejamus esquematicamente as compreensões dos enunciadores sobre o papel do homem de acordo com as posições discursivas de Anitta e Pitty respectivamente:

O homem pode julgar o comportamento da mulher.

vs.

O homem não deve julgar o comportamento da mulher.

A situação de polêmica decorre também de processo de interincompreensão quando os enunciadores mobilizam marcas de heterogeneidade mostrada para negar a posição discursiva do Outro, ou seja, para discordar com a posição outra. É o que observamos nas sequências: “Pitty: *Anitta, tá errado!*” e “Anitta: *Eu não concordo...*”. Neste caso, identificamos situação de polêmica, ou seja, um desacordo entre pontos de vista decorrente das regras das formações discursivas em relação. Os enunciadores colocam em cena duas formas diferentes de interpretar os papéis de gênero, o que gera efeito de incompreensão do ponto de vista outro e, com efeito, de discordância de interpretações. Enfim, o modo como um sujeito traduz o comportamento do Outro (homem e/ou mulher) não corresponde à leitura que faz o coenunciador no fio do discurso.

## **Considerações finais**

Neste trabalho, analisamos os enunciados produzidos pelas cantoras Anitta e Pitty sobre comportamento sexual feminino na contemporaneidade e verificamos que seus posicionamentos situam-se em formações discursivas antagônicas. Por meio de marcas de heterogeneidade mostrada e de jogos de alteridade, os sujeitos na cena enunciativa materializaram linguisticamente posicionamentos distintos também para homens e mulheres no contexto das relações de gênero.

No primeiro momento, constatamos que Anitta constrói os papéis de gênero de forma heterogênea, pois atualiza discursos tradicionais em relação de coexistência com discursos que atestam a flexibilização nas regras do comportamento sexual da mulher na atualidade. Ademais, observamos que a relação desses discursos no interdiscurso não se dá de forma estável, pois o modo como o Eu inscreve o Outro nesses enunciados evidencia as restrições de uma formação discursiva marcada ora pelo modelo do amor romântico, ora pela moral familiar, fazendo ecoar interdições e rejeição de sentidos ligados a dados comportamentos da mulher no domínio da sexualidade.

No segundo momento, a análise se voltou para a situação de polêmica estabelecida entre as cantoras, que apresentaram leituras diferentes sobre a igualdade de gêneros na atualidade. Nesse ponto, verificamos que a polêmica se dá em função de processo de interincompreensão regrada, uma vez que os sujeitos leem o Outro a partir de restrições semânticas bastante distintas. As regras da formação discursiva que habitam os enunciados de Anitta corroboram possibilidade para o homem julgar o comportamento da mulher. Por outro lado, as regras da formação discursiva que habitam o dizer de Pitty refutam a autoridade masculina de julgamento sobre o comportamento feminino.

A análise constatou ainda que os sujeitos na enunciação mobilizam simulacros da “mulher de respeito”, o que contribui para a delimitação de suas posições discursivas e, por conseguinte, de seus pontos de vista sobre o tema. A presença e a rejeição do Outro se deu, nas sequências, de forma mostrada uma vez que os sujeitos em relação refutam explicitamente seu exterior utilizando-se de metaenunciações para fixar e explicar os sentidos que podem produzir a partir da formação discursiva de que falam.

Nesse sentido, as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos evidenciam a heterogeneidade de discursos sobre igualdade/desigualdade de gêneros e a possibilidade de outros sujeitos da situação de enunciação (plateia, apresentador, entrevistadas etc.) de rejeitarem ou se aliarem a essas posições, pois também situados neste momento histórico, marcado pela *coexistência* de regras rígidas e flexíveis no domínio da sexualidade.

Com isso, concluímos que, do ponto de vista discursivo, os enunciados apresentam funcionamento polêmico porque socialmente, mesmo com transformações na sexualidade, os sujeitos enunciam e compreendem aquilo que podem a partir de formações discursivas distintas e atravessadas por embates entre os gêneros legitimados social e historicamente. As posições discursivas analisadas demonstram que o flexível coexiste com o rígido. Logo, as mudanças no domínio da sexualidade coexistem com o retorno de já-ditos, num movimento tão disperso quanto polêmico dos discursos.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução de Celene Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./ dez. 1990.

\_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução Cláudia Castellanos Pfeiffer *et al.* Campinas: Unicamp, 1998.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1995.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

LAURETIS, T. D. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares de parentesco*. Tradução Mariano Ferreira. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.



MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

NEVES, M. H. M. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-160.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PROGRAMA ALTAS HORAS. Anitta e Pitty discordam em debate sobre liberdade sexual feminina. 2014. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/altas-horas/v/anitta-e-pitty-discordam-em-debate-sobre-liberdade-sexual-feminina/3815453/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

RIBEIRO, C. F. F. *A família contemporânea brasileira: mães chefes de família de camada média*. 2005. 176 f. Dissertação – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

## **Uma Retórica primordial: de Górgias de Leontini à projeção discursiva dos Black Blocs**

### ***A primordial rhetoric: from Górgias of Leontini to discursive projection of Black Blocs***

Melliandro Mendes Galinari

UFOP

melliandro@yahoo.it

Gabriela Nascimento Rossi de Oliveira

UFOP

gabriela\_rossi\_1@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo apresenta uma definição de Retórica a partir da obra de Górgias de Leontini, um dos mais importantes sofistas em atividade na Atenas do século V a.C. Além disso, busca demonstrar a influência de suas reflexões no pensamento de Friedrich Nietzsche para, em seguida, conectá-las à Análise Argumentativa do Discurso, tal como postulada por Ruth Amossy. Esse percurso teórico tem como objetivo resgatar uma concepção alternativa do processo argumentativo, não o reduzindo ao mapeamento exaustivo de técnicas conscientes ou tipos de argumento, como fazem algumas perspectivas herdeiras da vertente aristotélica e perelmaniana. Assim, tem-se como problema central a busca por uma definição de Retórica cada vez mais compatível com a abordagem de todo e qualquer mecanismo da estrutura da linguagem (modalizações, estruturas narrativas, ritmo etc.), o que ultrapassa a observação de tipologias de argumentos de caráter lógico ou quase-lógico. Como

resultado teórico, mostra-se que a Retórica está ligada, primordialmente, à não transparência e à opacidade do discurso, o que implica em associá-la ao fato de a linguagem, em toda a sua estrutura material, não coincidir com o real. Para colocar em prática as reflexões teóricas desenvolvidas, o artigo faz uma sucinta análise de uma reportagem presente em uma revista brasileira (*Revista Época*), cujo tema é a atuação dos Black Blocs nas manifestações que tomaram as ruas do Brasil a partir de junho de 2013. **Palavras-chave:** Retórica; Análise do Discurso; Sofística; Górgias de Leontini; Black Blocs.

**Abstract:** This article presents a definition of rhetoric by Gorgias of Leontini, one of Athens most important active Sophists of the 5<sup>th</sup> Century BC. Moreover, it aims to demonstrate the influence of his reflections on Friedrich Nietzsche's philosophy, which will subsequently be connected to the Argumentative Discourse Analysis, postulated by Ruth Amossy. This research aims to revisit this alternative discussion of an argumentation process, not reducing it to repetitive definitions of techniques and argument types, as some approaches related to Aristotelianism or the Perelmanian Philosophy do. Thus, the main question is to find a definition of Rhetoric more compatible to the approach of language structure mechanisms (modality, narrative structures, rhythm, etc.), something more wider than the arguments of logical or almost logical nature. As a theoretical result, it is shown that Rhetoric is linked, primarily, to non-transparency and opacity of speech, which leads to the association that language, in all its material structure, is not equal to reality. To put into practice the developed theoretical concept, this research presents a brief analysis of an article published in the Brazilian magazine *Época*, about the actions of Black Blocs during the protests in the streets of Brazil since June 2013.

**Keywords:** Rhetoric; Discourse Analysis; Sophistry; Gorgias of Leontini; Black Blocs.

Recebido em 10 de julho de 2015.  
Aprovado em 28 de março de 2016.

## Introdução

Atualmente, no campo da Análise do Discurso (AD), quando se buscam estudos e definições sobre a Retórica (ou argumentação), diversas formulações apresentam-se confortavelmente ao pesquisador, por serem já bastante disseminadas e absorvidas por essa área de pesquisa. Sabe-se, assim, que a Retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 1998, p. 28), ou, até mesmo, um *ato* singular, relacionado ao “estudo das técnicas discursivas permitindo provocar ou aumentar a adesão das mentes às teses que se apresentam ao seu assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 50). A partir de definições desse tipo (dominantes), *técnicas e/ou tipologias de argumentos* são correntemente elencadas no intuito de apreender o que seria a argumentação (ou a Retórica), com o objetivo de instrumentalizar essas categorias no campo da AD.

O analista, assim, depara-se, frequentemente, com argumentos já codificados e à espera de uma aplicação prática diante de variados *corpora*. Além da trilogia logos/ethos/pathos, sistematizada em Aristóteles (1998), encontramos à nossa disposição uma exaustiva listagem de terminologias em diversos livros, tratados ou manuais, como o entimema (dedução) e o exemplo (indução). Em tempos modernos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) nos fornecem, por exemplo, um elenco ainda mais complexo: (i) os argumentos quase-lógicos (contradição, incompatibilidade, identidade, definição, transitividade, comparação, inclusão, divisão, probabilidade); (ii) os baseados na estrutura do real (por sucessão, por coexistência); (iii) os que fundamentam a estrutura do real (o exemplo, a ilustração); e (iv) os argumentos por dissociação.

Listagens, definições e categorizações desse tipo têm cristalizado um hábito investigativo nada incomum nos tempos atuais, o que muitas vezes torna difícil ao leitor a compreensão do campo, dado o enxame terminológico e as derrapagens de significado de autor(a) para autor(a). Apenas para citar dois exemplos já bastante conhecidos no âmbito dos Estudos da Linguagem (embora de vertentes teóricas distintas), podemos nos referir à *Teoria da Argumentação na Língua*, de Anscombe e Ducrot (1983), e à *Teoria Semiollingüística* de Charaudeau (2009).

No primeiro caso, a argumentação é vista como a passagem de um enunciado **E1**, com valor de argumento, a um enunciado **E2**, com valor conclusivo. Nesse sentido, a argumentação se vê remodelada como

uma “semântica ideal da frase”, isto é, como uma possibilidade de se encadear enunciados na sequência do discurso, o que a figura como uma capacidade da língua de gerar, por sua *força* interna, certas *conclusões* na superfície textual. A teoria de Ducrot e Anscombe é conhecida, hoje, por extrair da argumentação o seu elemento contextual e controverso – a *persuasão* –, dado que esse fenômeno é considerado como uma propriedade intrínseca à estrutura da língua em detrimento dos sujeitos que a utilizam. No contexto discursivo da *Teoria Semiolinguística*, por sua vez, a argumentação se transforma em um “modo (específico) de organização do discurso”, posto como distinto de outras estruturas, ou seja, dos chamados modos narrativo, descritivo e enunciativo. Em um viés *logicizante*, portanto, a argumentação se encontra, aqui, atrelada ao que o autor denomina “modos de encadeamento” (causa, consequência, conjunção, disjunção) e aos já conhecidos “modos de raciocínio” (dedução, explicação, associação etc.) (CHARAUDEAU, 2009, p. 201-249)

Essa trama teórica de sistematizações logicizantes, como sabemos, não termina por aqui: basta lembrarmos as diversas teorias lógico-normativas (como a Lógica Informal e a Pragma-Dialética) e suas listagens exaustivas de falácias e/ou paralogismos, além do tratamento da argumentação (por correntes da Linguística Textual) como uma “sequência linguística” dentre outras, tais como a narrativa, a injuntiva, a preditiva, a descritiva etc. Trata-se de áreas bastante diversas, mas que, explícita ou implicitamente, não hesitam em rotular a argumentação (ou a Retórica) como *razões* mais ou menos conscientes destinadas a conduzir um auditório para certas *teses* ou *conclusões*, encaminhando-nos para a listagem e aprendizagem de “técnicas”, “operações mentais” ou “raciocínios prototípicos”, articulados e caracterizados por conectores textuais de várias ordens (*mas, portanto, porque, e, além de* etc.).

Diante desse vasto quadro, o problema que motiva este artigo é saber se não existiriam outras perspectivas possíveis de (entre)olhar a Retórica, passíveis de se conectar à AD atual e à sua concepção não transparente de linguagem, escapando-se, ao mesmo tempo, do que poderíamos chamar de um furor terminológico logicizante. Dessa forma, sem desconsiderar o legado aristotélico e outras vertentes já bastante conhecidas, como as apontadas sumariamente acima, gostaríamos de apresentar aqui o que pensamos ser uma concepção *primordial* de Retórica. Tal postulado tem como base as reflexões sofisticadas de Górgias de Leontini, pensador em atividade na Atenas democrática de Péricles,

no século V a.C. Embora vários pesquisadores no campo da História e da Filosofia tenham já resgatado a Sofística como um todo, de modo a ressaltar a sua importância retórica/filosófica (desde pelo menos o final do século XIX), acreditamos que a AD moderna ainda não tirou proveito significativo de tal legado<sup>1</sup>.

Sendo assim, buscaremos a seguir, num primeiro momento, resgatar a Retórica sofística de Górgias a partir de sua obra intitulada *Tratado do não-ente ou Da natureza*, preservada nos escritos de Sexto Empírico (*apud* SOUSA; PINTO, 2005). Diante desse resgate, pretendemos trazer, rapidamente, a contribuição de Nietzsche (2000) para a referida questão – um conhecido leitor dos sofistas –, associando essas reflexões à noção moderna de *dimensão argumentativa*, desenvolvida por Amossy (2010, 2011) no quadro atual da AD. Nossa hipótese, que buscaremos demonstrar, é que a Retórica, antes de ser uma técnica ou um conjunto de especulações presentes em diversos tratados ou manuais, configura-se, em seus primórdios, como a propriedade de a linguagem *inteira* (muito além de raciocínios ou tipos de argumento) não coincidir com a estrutura do real, dada a sua opacidade e não transparência.

Num segundo momento, o artigo coloca essas reflexões em prática a partir da análise da reportagem intitulada “Por dentro da máscara dos Black Blocs” (ROCHA, 2013), publicada pela *Revista Época* em 11 de novembro de 2013. Nosso intuito, com a análise, é apenas ilustrar as especulações teóricas

---

<sup>1</sup>São vários os trabalhos e estudos contemporâneos que resgatam o valor filosófico e educativo dos sofistas, livrando-os do preconceito platônico-aristotélico que os consagrou como enganadores, mercenários ou sujeitos que do conhecimento detinham apenas a aparência. Como exemplo, podemos citar: Untersteiner (2012), Casertano (2010), Vignali (2006), Pinto (2000), Romilly (1988), Romeyer-Dherbey (1986) e Saitta (1938), entre outros. Como se sabe, o conhecimento produzido pelos sofistas desapareceu quase totalmente. O que nos restam são apenas alguns fragmentos e, principalmente, testemunhos como os de Diógenes Laércio, Sexto Empírico, Platão, Aristóteles e tantos outros que citam e discutem as questões colocadas pelos sofistas. Felizmente, hoje, contamos com autores que reuniram em uma só obra esses fragmentos e testemunhos antigos a partir do grego e do latim. Os primeiros foram Diels e Kranz, que os traduziram para o alemão na obra *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Algum tempo depois, o italiano Untersteiner (1967) fez o mesmo em seu idioma, porém com uma edição mais completa e aperfeiçoada (*I Sofisti: testimonianze e frammenti*). Sousa e Pinto (2005), por sua vez, publicaram uma versão em português a partir dos trabalhos anteriores, a qual utilizaremos neste artigo.

já desenvolvidas, buscando apreender, no contexto pós-manifestações de junho de 2013 (no Brasil), como os ditos manifestantes Black Blocs foram projetados retoricamente por parte da grande imprensa nacional.

O ano de 2013, como se sabe, foi descrito por vários jornalistas e movimentos sociais como um marco para a sociedade brasileira no âmbito político (MARICATO *et al.*, 2013). No início de junho daquele ano, inúmeras manifestações populares ocorreram para contestar o aumento das tarifas de transporte público nas principais capitais do Brasil, com o apoio de boa parte da população. No bojo dessas mobilizações, protestos se proliferaram em diversas cidades abrangendo vários temas, como os gastos públicos em eventos esportivos internacionais (a Copa das Confederações e a Copa do Mundo), a má qualidade dos serviços públicos e a corrupção política em geral. Nesse contexto, vimos surgir e proliferar na imprensa a expressão “Black Blocs”, pouco conhecida no Brasil até então, referindo-se aos manifestantes ditos “violentos” e/ou “mascarados”. O fenômeno despertou nosso interesse em cogitar sobre o funcionamento retórico da disseminação repentina dessa expressão em escala nacional, a partir do *modo* como esses manifestantes foram representados, o que servirá, como já dito, para ilustrar as reflexões teóricas desenvolvidas a seguir. Sendo assim, por ora passamos ao referido resgate da Retórica a partir da Sofística gorgiana.

## A Retórica de Górgias e as projeções do logos

Antes de resgatar a Retórica gorgiana, torna-se oportuno esboçar, primeiramente, alguns princípios dos chamados filósofos pré-socráticos, que delinearão, ainda que indiretamente, uma concepção de linguagem hoje conhecida como “verifuncional”, sagrada por uma busca contínua pela *arché*, isto é, por uma “verdade” sobre a estrutura e a organização do universo (*cosmos*). Tal esboço se mostra pertinente porque a Sofística (centrada no *nomos*) só pode ser entendida em contraposição às doutrinas de seus antecessores (centradas na *physis*). Atualmente, sabe-se que alguns pensadores pré-socráticos, conhecidos como *physiólogos* (ou “naturalistas”), tinham como bússola investigativa o desvelamento do mundo e da natureza, como Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Pitágoras, Parmênides, entre outros.

A complexidade e a convergência de tais pensadores para uma concepção transparente da linguagem (*a-retórica*) podem ser percebidas

na leitura que Pinto (2000) faz de Heráclito e Parmênides. Mesmo tendo esses personagens especulado por vias distintas, ambos alçavam a linguagem à condição de traduzir fielmente o mundo fenomênico (a *physis*), seja este encarado como uma realidade estática, imutável ou homogênea (Parmênides), seja como algo em constante transformação ou contrariedade (Heráclito). Quanto à filosofia de Górgias, interessa-nos especificamente, aqui, o pensamento de Parmênides desenvolvido no quadro da chamada *Escola Eleata*, uma vez que seus princípios foram diretamente refutados pelo sofista.

O único fragmento parmenidiano que sobreviveu aos tempos é um poema intitulado *Sobre a natureza* (PARMÊNIDES, 2013). Em sua trama, um ilustre narrador confia, alegoricamente, uma genuína façanha em busca do conhecimento: uma viagem de “carro” impulsionada por um par de éguas, conduzidas pelas filhas do sol (as Heliades). O caminho pelo qual é transportado, distante do caminho usual dos mortais, é a via da noite e a via do dia. Num itinerário pelo *cosmos*, o viajante chega a um enorme portal de pedra, protegido por sua guardiã: Dice, a deusa da Justiça. As filhas do sol persuadem-na, e ela abre a porta para que o navegante passe, transportado pelos corcéis. O narrador, enfim, é recebido pela deusa, cujo discurso configura o restante do poema. Dice o informa, assim, eloquentemente, que não fora enviado por um destino funesto, mas pela Lei e pela Justiça:

Ó Jovem, acompanhante de aurigas imortais,  
tu, que chegas até nós transportado pelos corcéis,  
Salve! Não foi um mau destino que te induziu a viajar  
por este caminho – tão fora do trilho dos homens –,  
mas o Direito e a Justiça. Terás, pois, de tudo aprender:  
o coração inabalável da verdade fidedigna  
e as crenças dos mortais, em que não há confiança genuína  
(*Ibid.*, p. 14)

No fragmento 1, a deusa apresenta ao viajante as duas vias possíveis de investigação do conhecimento. A primeira é a “via da verdade”, do discurso fiável e fidedigno, associado ao Direito e à Justiça Divina. A segunda é a “via da opinião”, isto é, das crenças dos mortais perdidas no trilho ilusório dos homens. No fragmento 2, a deusa então prossegue:



Vamos, vou dizer-te – e tu escuta e fixa o relato que ouviste –  
 quais os únicos caminhos de investigação que há para pensar:  
 um que é, que não é para não ser,  
 é caminho de confiança (pois acompanha a realidade);  
 o outro que não é, que tem de não ser,  
 esse te indico ser caminho em tudo ignoto,  
 pois não poderás conhecer o não-ser, não é possível,  
 nem indicá-lo (*loc. cit.*).

Como se vê, a via da verdade é a via confiável, posto que acompanha a realidade, associando-se ao *ser*, isto é, àquilo que é, ou àquilo que *existe* fidedignamente. A via da opinião, por sua vez, é completamente impraticável (“caminho ignoto”), visto que aquilo que não é (o não-ser, o *inexistente*) não se pode conhecer, expressar ou ser dito. O poema de Parmênides, por tal especulação, é conhecido por inaugurar a epistemologia ocidental – a teoria sobre o conhecimento –, uma vez que instaura uma oposição entre a opinião (*doxa*) e a Ciência (*episteme*), em sua busca incessante pelo “dizer verdadeiro”. Para tanto, o poema conta com uma crença imprescindível, que irradia como pressuposto: a crença na capacidade da linguagem (ou logos) de atingir as coisas tais e quais elas *são*, ou seja, o conhecido postulado da transparência do discurso, construído por um processo de maturação racional e abstrato. Nas palavras da deusa, “é necessário que o ser, o dizer e o pensar sejam; pois podem ser, enquanto o nada não é: nisto te indico que reflitas” (*Ibid.*, p. 15).

Parmênides formula, assim, uma visão muito particular sobre a filosofia ao desconsiderar os elementos sensoriais e os sentidos. Para ele, as sensações e os sentimentos não devem ser considerados numa investigação, pois suscitariam contradições e confusões entre o *ser* e o *não-ser*, o existente e o inexistente, como podemos notar, mais uma vez, no trecho a seguir (fragmentos 7-8):

pois nunca isto será demonstrado: que são as coisas que não são;  
 mas afasta desta via de investigação o pensamento,  
 não te force por este caminho o costume muito experimentado,

deixando vaguar olhos que não veem, ouvidos soantes e língua, mas decide pela razão a prova muito disputada de que falei (*loc. cit.*)

Nota-se, claramente, a construção de uma oposição central entre a “razão” (abstrata) e os sentidos (“olhos”, “ouvidos”, “língua”). Para o poema, portanto, aqueles que são levados pelas sensações acreditam que o *ser* e o *não-ser* são o mesmo, expediente característico dos mortais (que “nada sabem”). É nesse sentido que a sua linha de pensamento se desenvolve a partir de uma importante dicotomia – o caminho da opinião (*doxa*) versus o caminho da verdade (*alétheia*) –, paradigma muito caro ao pensamento Eleata. Para Galinari,

na ótica parmenidiana, só poderíamos dizer e pensar aquilo que existe (‘o Ser’), ou melhor, aquilo que é, sendo impossível pensarmos aquilo que *não é*, ou seja, aquilo que inexistente (o ‘não ser’), salvo quando erramos e adentramos no mundo perigoso das aparências. A verdade, assim, além de ligar-se à pensabilidade do Ser e à não-pensabilidade do não-ser, é concebida como una, indivisível, imutável ou, em outros termos, universal. (GALINARI, 2015, p. 96).

Pode-se dizer, assim, que já havia no mundo antigo, mesmo que indiretamente, uma concepção de linguagem capaz de representar plenamente as coisas (o *Ser*), tal e qual estas se encontrariam no mundo, uma vez que Parmênides associa o dizer verdadeiro ao dizer *o que é*, em essência. Sem entrar aqui em maiores detalhes, o que nos interessa é perceber, justamente, o fato de a linguagem, assim concebida, *excluir a retórica*, uma vez que é atribuída às coisas, eventos e fatos do mundo uma suposta essência, isto é, uma representação única e infalível. Em suma, alguém de qualquer controvérsia ou possíveis diferenças de pontos de vista, motivadas por fatores culturais e dóxicos, haveria uma “verdade” a ser espelhada pelo logos, alcançável, por um lado, por um processo de maturação racional e, por outro, pela expulsão das sensações para o campo das aparências ou da mera opinião.

Após Parmênides e outros pensadores buscarem a verdade através da *physis*, alguns sofistas, como Górgias de Leontini, deram lugar a outro polo de reflexão – o *nomos* –, por perceberem a necessidade de reconhecer

e analisar o contexto cultural e os contratos sociais estabelecidos no universo de produção dos discursos (GUTHRIE, 1995). O eixo de pensamento por trás da terminologia *nomos* (“convenção/cultura”), em oposição à *physis* (“natureza”), está intimamente ligado às atividades dos sofistas após 460 a.C., momento em que Atenas vivia seu fervor democrático sob o comando de Péricles. O termo paulatinamente nos mostra que os fatos e os constituintes do mundo não possuem uma essência ou uma verdade absoluta. Pelo contrário, as coisas são encaradas como projeções (possivelmente variadas) do *logos*, formatadas pela interferência de parâmetros culturais, elementos dóxicos e convenções instituídas socialmente.

É nesse momento, da lenta passagem de um regime oligárquico para um regime democrático, que as especulações filosóficas se deslocam da compreensão da “vida natural” (*physis*) para o entendimento dos “hábitos” do próprio homem em sociedade (*nomos*), o que era perfeitamente compatível com a figura do sofista, demandado por aquela conjuntura (democrática) para educar o indivíduo para a palavra pública. É por esse motivo, isto é, pelo foco no homem em detrimento da cosmologia, que muitos teóricos afirmam, atualmente, que os sofistas foram os responsáveis pela instauração de um verdadeiro pensamento antropológico-humanístico no mundo antigo<sup>2</sup>. Cabe lembrar que esses pensadores – a maioria estrangeiros em Atenas – viajavam por diversos lugares e, por isso, carregavam na bagagem um profundo conhecimento de diferentes culturas e costumes. Tinham sensibilidade, portanto, para perceber que todas as coisas e questões naturais/sociais eram determinadas/concebidas pelas ações e decisões humanas, em razão de valores e representações de mundo contraditórias, não havendo, nessa perspectiva, uma “natureza” monolítica ou uma “verdade” única. A noção de *nomos* representa, portanto, o eixo retórico-especulativo em que prevalecem as máximas culturais e as convenções sociais na definição da(s) verdade(s) – o primeiro conceito de cultura –, a exemplo das leis escritas, da moral, da religião e da política.

---

<sup>2</sup>Os historiadores dividem habitualmente a filosofia grega em três períodos: “o período cosmológico, que vai de cerca de 600 a.C. a cerca de 450 a.C.; o período antropológico (prático) que preenche a segunda metade do século V, aproximadamente (450 a.C.-400 a.C.), e o período sistemático, que contém o desenvolvimento dos três grandes sistemas da ciência grega, os de Demócrito, de Platão e de Aristóteles (400 a.C.-322 a.C.)” (WINDELBAND, 1958, p. 119).

É somente nessa conjuntura que podemos compreender as definições de Górgias acerca da linguagem, presentes em seu texto conhecido como o *Tratado do não-ente ou da natureza*, em que as teses de Parmênides, apontadas anteriormente, são desconstruídas uma a uma<sup>3</sup>. O *Tratado* aparenta ter como objetivo demonstrar que a defesa de uma ontologia, universo de todos os filósofos naturalistas, é tarefa vã e humanamente impossível. Como bem nos afirma Adrados, “Górgias, em seu Tratado sobre o *não-ser*, demonstra os problemas entre o *ser* e o pensamento, entre o pensamento e sua expressabilidade em palavras” (ADRADOS, 1975 *apud* BRAZIL, 2012, p. 49). Ademais,

o Tratado gorgiano constitui-se assumidamente como um voraz ataque ao eleatismo – especialmente ao defendido pelo mestre desta escola, Parmênides. Para atestar este fato, basta percebermos que o texto de Górgias possui uma estrutura interna de desenvolvimento de argumentos que procura atacar o grande poema que o filósofo de Eleia escreveu, intitulado *Tratado sobre o ser ou sobre a natureza*, cujas teses centrais eram: *o ser é, e o não ser não é*; de onde se deduz, segundo Parmênides, que *pensar e ser são a mesma coisa* (BRAZIL, 2012, p. 49).

A postura antieleata de Górgias já é apresentada no primeiro parágrafo de seu *Tratado do não-ente*, a partir da enumeração de três teses centrais que são desenvolvidas ao longo do texto, a saber:

- Nada existe;
- Se algo existe, não é apreensível ao homem;
- Se é apreensível é, sem dúvida, intransmissível e inexplicável a outrem. (GÓRGIAS *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 113)

Para Galinari,

a primeira tese – nada existe – reforça a descrença do sofista quanto à existência essencial de algo, das coisas mundanas,

---

<sup>3</sup>Pode-se inclusive perceber que o título do texto gorgiano, por si só, já retoma em antítese o título do Poema de Parmênides.

enquanto possuidoras de uma natureza una, coerente e indivisível, ou ainda enquanto possuidoras de uma verdade monolítica e intrínseca à sua realidade fenomênica. Nesse sentido, para Górgias, nem o Ser, nem o não-ser parmenidianos, existiriam ontológica e metafisicamente falando, dado que tanto o que existe (o Ser), como o que não existe (o não-ser), seriam construções do *logos* e do pensamento humano (GALINARI, 2015, p. 96)

Dito de outra forma, se algo é posto como existente (de alguma maneira e não de outra), ou se *não é* (ou seja, é figurado como inexistente), tudo não passaria de projeções do discurso afetadas pela *doxa* (valores) e por convenções de ordem cultural (*nomos*), princípio que fomentou uma visão antinaturalista da “realidade”. Passando à segunda tese, o sofista nos diz que, mesmo se algo existisse, as coisas seriam incognoscíveis. Isso porque, de acordo com Galinari,

a natureza do *logos*, a sua estrutura lógica e linguística interior, não corresponde à suposta natureza das coisas, muito embora, tragicamente, utilizemos o *logos* para nos relacionarmos com o mundo. Nesse sentido, contrariando Parmênides, para Górgias não só é possível dizer e pensar o Ser (aquilo que é), como também o não-ser (aquilo que não é). Prova disso, ou seja, da pensabilidade das coisas inexistentes, é a nossa capacidade de imaginar, por exemplo, homens com asas, carros a voar sobre o mar, ou entidades como Sila e Quimera (GALINARI, 2015, p. 97).

Logo, o que vemos e ouvimos existe (ou não) porque é representado, embora a representação do ser não nos proporcione o ser em sua plenitude, sendo também possível, conseqüentemente, projetar o que não existe. Tomamos conhecimento de algo pela percepção e comunicamo-lo pela linguagem, o que torna a apreensão humana das coisas, tais e quais elas seriam essencialmente, algo impossível. Esses princípios são arrematados pelo sofista em sua terceira tese, já apontada e introduzida (como é habitual em sua linguagem) por um raciocínio concessivo/hipotético: “*se [a coisa em si] é apreensível é, sem dúvida, intransmissível e inexplicável a outrem*”. Nesse caso, vale a pena citar as próprias palavras de Górgias, presentes no testemunho de Sexto Empírico:

Se, com efeito, as coisas existentes são visíveis, audíveis e, em geral, perceptíveis (o que significa que são substâncias exteriores), e destas as visíveis são apreendidas com a vista e as audíveis com o ouvido e não inversamente, como poderiam estas coisas ser reveladas a outrem? O meio por que as exprimimos é a palavra, e a palavra não é nem os fundamentos das coisas nem as coisas existentes. Em suma, não revelamos aos que nos rodeiam as coisas existentes, mas a palavra, que é outra relativamente aos fundamentos das coisas. Do mesmo modo que o visível não se pode tornar audível e vice-versa, assim o existente, porque tem um fundamento exterior, não se pode tornar a nossa palavra (GÓRGIAS *apud* SOUSA; PINTO, 2005, p. 117).

O que interessa ressaltar aqui é o surgimento de uma concepção não transparente de linguagem, esboçada em franca oposição aos pressupostos do poema de Parmênides. A Retórica, nessa perspectiva – este é o ponto a que queríamos chegar –, antes de ser uma técnica consciente, antes de se tornar um tratado com codificações, definições ou especulações ilustradas pela listagem de *tipos de argumento* ou *raciocínio*<sup>4</sup>, é consagrada como a propriedade geral (e mor) de *toda* a linguagem, já concebida, na antiguidade, como uma estrutura atravessada pelo equívoco. Isso significa que a persuasão se encontra, *primordialmente*, na apregoadada não coincidência entre as palavras e as coisas, nos inevitáveis deslizamentos/derrapagens entre significado e significante. Esses deslizamentos, fomentados pela interferência de valores (*doxa*) e por padrões culturais (*nomos*), denunciam a condição humana de projetar a “realidade” de forma “distorcida”, conforme visões de mundo, afetos e interesses. Pode-se dizer, portanto, que a Retórica relaciona-se, antes de qualquer coisa, à nossa incapacidade (*trágica*) de atingirmos um mundo essencial, sendo toda verdade uma verdade retórica. Assim, a argumentação já estaria nos *equívocos* do discurso, em sua *opacidade* constitutiva<sup>5</sup>.

São esses fundamentos que levaram Nietzsche, em pleno século XIX, a sustentar, de certa forma, que a Retórica reside no *inconsciente da linguagem*, ou seja, na força arrebatadora do logos, sendo capaz de

---

<sup>4</sup>Como o entimema (dedução), o exemplo (indução), a associação, a dissociação etc.

<sup>5</sup>Como apontaremos em outro momento, com base em Amossy (2010, 2011), não distinguimos, aqui, os termos “Retórica” e “Argumentação” como se faz usualmente.

demolir, até mesmo, a oposição parmenidiana entre *doxa* e *episteme*. Vejamos:

Nunca se capta la esencia plena de las cosas. Nuestras expresiones verbales nunca esperan a que nuestra percepción y nuestra experiencia nos hayan procurado un conocimiento exhaustivo, y de cualquier modo respetable, sobre la cosa. Se producen inmediatamente cuando la excitación es percibida. En vez de la cosa, la sensación sólo capta una *señal* (*Merkmal*). Este es el *primer* punto de vista: *el lenguaje es retórica*, pues sólo pretende transmitir (*übertragen*) una δόξα [*doxa*], y no una ἐπιστήμη [*episteme*]·(NIETZSCHE, 2000, p. 91)

O que seria, pois, a Retórica, esse poder de persuasão? Nietzsche, um voraz leitor dos sofistas, nos leva a constatar que se trata do olhar aculturado, corporalizado e psicologizado do homem em relação ao universo: um mundo inatingível que lhe escorre entre os dedos. Ao depararmos com a “coisa em si”, produzimos, inicialmente, uma “excitação nervosa” balizada por valores e afetos, já em si não coincidente com o “real”. Por sua vez, essa sensação se transmuta em imagens subjetivas, em significados e significantes, em cópias de sensações que, ao serem verbalizadas, nos afastam ainda mais de qualquer conhecimento respeitável sobre qualquer coisa, não escapando desses deslocamentos nem mesmo o inabalável conhecimento científico (*episteme*). Nesse jogo de transposições e afastamentos, a Retórica se reencontra no sutil desencontro (inconsciente) entre as palavras e as coisas: uma Retórica primordial pautada no equívoco e na opacidade da linguagem.

Essas reflexões, acreditamos, abrem caminhos para a apreensão da força argumentativa dos discursos para além do mapeamento mecânico de tipos de raciocínio ou operações mentais, ou seja, das conhecidas *técnicas conscientes*, uma vez que a linguagem inteira é retórica. Nesse sentido, as categorias que modernamente chamamos, nos campos da Linguística, por exemplo, de modalizadores, marcadores de polifonia, elementos de referenciação, indicadores prosódicos etc., podem ser o ponto de partida (ou o centro) de uma abordagem argumentativa no campo da AD. Entretanto, ao dizermos, como Nietzsche, que a linguagem (e sua variada estrutura) é retórica, não queremos afirmar que o logos argumenta por si mesmo: ele o faz (e é abordado aqui) de forma circunstanciada,

levando-se em consideração as formações dóxicas e a inserção situacional de seus usuários, o que não desconsidera, amplamente, as convenções de ordem cultural que incidem em toda interação discursiva.

É interessante cogitar, como uma leitura possível, que o manejo e a escolha dos diversos recursos enunciativos – já em si algo retórico –, assim como a *forma* como se encontram dispostos no discurso, não são procedimentos necessariamente conscientes, mas comportamentos linguísticos já assimilados e naturalizados pelos indivíduos de um grupo, tanto pela absorção das convenções das situações de comunicação (*kairos*), quanto pela interpelação (inconsciente) dos sujeitos por fatores *dóxicos* e convenções socioculturais de várias ordens (*nomos*). Isso quer dizer, também, que a linguagem é primordialmente retórica à revelia do planejamento premeditado e/ou vontade controlada dos seus praticantes, podendo incorrer em efeitos inesperados e em derrapagens imprevistas entre significado e significante. Ainda assim, paradoxalmente, é preciso ficar claro que a linguagem não possui vida própria: seus usos e efeitos, mesmo que de forma inconsciente, estão sempre à mercê de seus usuários. Conforme é organizada por filtros culturais, a força do discurso, portanto, retrata os constituintes do mundo de uma forma (e não de outra), e é justamente nesse retratar os entes de maneiras possivelmente múltiplas que reside sua potência persuasiva.

A partir desse quadro, ou seja, das especulações de Górgias incrementadas por Nietzsche, acreditamos que a conexão (o “elo perdido”) entre a Retórica sofisticada e a AD moderna pode se dar com a retomada da noção de *dimensão argumentativa*, formulada por Amossy (2010, 2011). A autora nos mostra, mesmo não partindo da leitura dos sofistas, que todo e qualquer discurso é retórico, não havendo mais sentido, assim, a habitual diferenciação entre “Retórica” e “argumentação” (em sua acepção lógica ou racional). A posição assumida, *grosso modo*, é de que a palavra é necessariamente argumentativa, sendo fruto de um enunciado em situação. Nesse sentido, os enunciados são sempre capazes de interferir nos modos de pensar, agir ou sentir de seus interlocutores, mesmo não havendo uma intenção confessada de persuadir, como em discursos que, pretensamente, pretendem apenas “informar”, “descrever” ou “narrar”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>Note-se que, de acordo com as reflexões da autora, a argumentação não é posta como um “modo de organização do discurso” ou uma “sequência textual” ao lado (e separada)



De certa forma, essa *dimensão argumentativa*, da qual nenhum texto poderia escapar, se deve à força da linguagem *inteira* que, como nos mostrou Górgias e Nietzsche, não atinge jamais as realidades plenamente, mas por perspectivas socioculturais diversas (*nomos*), o que nos aponta para a incidência de fatores *dóxicos* nos indivíduos que interagem em “momentos oportunos” (*kairos*). A conexão, portanto, entre a noção moderna de *dimensão argumentativa* (AD) e a Retórica sofisticada de Górgias pode ser arrematada a partir da citação a seguir, de Amossy (2011, p. 132):

o discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotípias, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação.

Dados esses pressupostos teóricos, a saber, a formulação de uma concepção primordial de Retórica, pautada na espessura e na opacidade da linguagem, assim como a sua conexão com a AD contemporânea, pretendemos demonstrar, a seguir, como esses fundamentos podem funcionar na análise de um texto contemporâneo: a reportagem “Por dentro da máscara dos Black Blocs”, publicada no *site* da *Revista Época* no dia 15 de novembro de 2013. A análise se concentra em algumas operações linguísticas fundamentais para a projeção retórica de imagens ou representações de mundo – os procedimentos de *descrição e narração* sistematizados por Charaudeau (2009). Dado o “momento oportuno” (ou *kairos*) das manifestações de junho de 2013, no Brasil, a questão dos Black Blocs (“blocos de preto”) chamou a atenção da grande imprensa, e uma série de reportagens, como a analisada a seguir, surgiram nas mídias naquela conjuntura. A análise busca demonstrar, entre outras coisas, que a

---

de outras (narrativa, descritiva, enunciativa etc.), como encontramos em vários textos da Linguística Textual e da AD. A argumentação é uma propriedade da linguagem em toda a sua materialidade linguística, sendo parte constitutiva, até mesmo, de estruturas narrativas e descritivas que se pretendem neutras.

argumentação é um fenômeno presente em todo e qualquer procedimento linguístico, não podendo ser tratada de forma estanque ou separada de seus diversos meios de materialização, como a descrição e a narração.

## **A projeção retórica dos Black Blocs brasileiros: a (a)versão da revista *Época***

A reportagem “Por dentro da máscara dos Black Blocs” foi capa da revista *Época* impressa em 11 de novembro de 2013 (páginas 36-42). O texto verbal e não verbal da reportagem foram assinados pelo jornalista investigativo Leonel Rocha, repórter especial da revista. Para fins didáticos, remetemos o leitor ao endereço eletrônico da reportagem, em seu formato on-line<sup>7</sup> (com páginas não numeradas), e acrescentamos, também, o número das páginas da versão impressa nos trechos ressaltados abaixo durante nossa análise (ROCHA, 2013). Começamos por ressaltar a dimensão narrativa da reportagem para, em seguida, abordar a dimensão descritiva. De acordo com o quadro teórico já esboçado, a Retórica é uma propriedade da linguagem inteira, se a encaramos como um mecanismo simbólico atravessado por parâmetros culturais e situacionais – *nomos* e *kairos* –, o que torna impertinente qualquer gesto teórico de separação entre argumentação, descrição, narração ou outro aspecto da materialidade linguageira contextualizada (modalizações, escolhas lexicais, ritmo, entonação etc.). É nesse sentido que a análise abaixo se encontra organizada.

### **A dimensão narrativo-argumentativa do logos**

A reportagem inicia-se com a narração da saga do jornalista Leonel Rocha, que, para escrever a matéria, teria passado por várias etapas para ser admitido entre os Black Blocs. Iniciemos o nosso percurso com os seguintes fragmentos, nos quais buscaremos sublinhar algumas ações verbais relevantes, assim como algumas expressões adverbiais que lhes colore o sentido. O procedimento nos permitirá apreender como os referidos manifestantes são representados em termos de actantes narrativos.

**Foram necessárias três semanas de negociação** até que os ativistas **me abrissem** seus portões e **me permitissem**

---

<sup>7</sup>Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/11/bpor-dentro-da-mascarab-dos-black-blocs.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

testemunhar seus treinamentos, debates e decisões. Antes, **apresentaram exigências e cobraram garantias** (p. 37).

No primeiro final de semana de novembro, quando se comemorou o Dia de Finados, pouco mais de 30 pessoas **se reuniram** nesse sítio para **organizar** uma nova onda de protestos **contra tudo e contra todos** – a presidente Dilma Rousseff, políticos em geral, bancos, empresas de transporte, telefonia e comunicação (p. 37).

Os Black Blocs **me receberam** em seu refúgio. **Concederam** entrevistas, mas **não permitiram** filmagens nem o uso de câmeras profissionais. Morelli e Matos **aceitaram** que eu os fotografasse no sítio com o celular. **Escolheram** um cenário neutro, **de forma a evitar** a identificação do local (p. 42).

A meu pedido, **fizeram** outras imagens após o encontro do fim de semana, para ilustrar esta reportagem. Quem foi ao encontro de Finados **ganhou** um par de CDs. Eles **contêm** programas para **sabotar** redes de computadores de órgãos públicos e empresas privadas (p. 42).

Os trechos acima selecionados representam, em resumo, o início e o fim do percurso narrativo do contato do jornalista Leonel Rocha com os Black Blocs, ou seja, o relato delicado de um processo de negociação com o grupo para se realizarem as entrevistas. A marcação temporal “foram necessárias três semanas de negociação” inicia um encadeamento narrativo que corrobora indiretamente para a projeção retórica de um grupo de difícil acesso, nos moldes de uma organização fechada e obscura.

A escolha lexical dos verbos sublinhados (e seus objetos sintáticos), utilizados pelo autor para se referir aos Black Blocs, reforça esse ponto de vista, estabelecendo um cenário semelhante ao processo de aproximação da imprensa a grupos criminosos ou guerrilheiros: “abriram seus portões”, “apresentaram exigências”, “cobraram garantias”, “não permitiram filmagens”, “aceitaram que eu os fotografasse no sítio com o celular”, “escolheram um cenário neutro” e “evitar[am] a identificação do local”. É interessante observar, ainda, o uso da expressão adverbial “contra tudo e contra todos”, conferindo à ação verbal (“organizar uma nova onda de protestos”) uma tonalidade de ódio destemperado ao

mundo, o que corrobora, também, para a construção dos Black Blocs como actantes obscuros. No que se refere ao desenvolvimento da reportagem, o trecho a seguir merece destaque:

o grupo **comprou** a Kombi que **me conduziu** e um Jeep Willys com dinheiro que **recebeu** de entidades nacionais e estrangeiras. Segundo Morelli, desde o início deste ano, já **ingressaram** nos cofres da Defensoria Social 100 mil euros. Ele **afirma** que o dinheiro **foi repassado** pelo Instituto St Quasar, uma ONG ligada a causas ambientais. Morelli também cita entre seus doadores organizações como as suíças La Maison des Associations Socio-Politiques, sediada em Genebra e Les Idées, entidade ligada ao deputado verde Jean Rossiaud. Procurados por Época, ambos **negaram ter enviado** dinheiro (p. 39).

No trecho anterior, a sequência narrativa busca resposta para uma das perguntas lançadas pela revista Época acerca dos Black Blocs: quem os financia? Os verbos escolhidos para narrar essa situação são herdados (e facilmente associados) do universo obscuro das transações financeiras entre organizações públicas e privadas, no qual se inserem redes de corrupção, favorecimentos e lavagem de dinheiro. Trata-se de um vocabulário próximo dos brasileiros, vide nossos processos históricos: “comprou”, “me conduziu”, “recebeu”, “ingressaram”, “afirma”, “foi repassado”, “negaram ter enviado” etc. Nesse sentido, a reportagem continua o seu relato:

o encontro de Black Blocs no sítio paulista **foi marcado pela improvisação**. Na única casa habitável, o telhado exige reforma, e as paredes chamam por pintura. Um gerador a gasolina forneceu energia apenas por algumas horas. A mesa comprida da sala serviu mais para discussão do que para refeição. Os Black Blocs **não se reuniram para comer**. Ao fazê-lo, **não se preocuparam com etiqueta**. **Saborearam churrasco de carne de segunda e embutidos**. **Arroz e macarrão foram preparados num fogão de quatro bocas**. Para o café da manhã ou para a noite, **reservaram biscoitos, café e leite**. Banho, **só com água de poço, fria**. Para beber, **levaram garrafas de água mineral**. O dinheiro para as compras **foi racionado** –

sempre é. Dispunham de uma geladeira e um micro-ondas. Acesso a celular ou internet, só por milagre. Os maços de cigarro **foram compartilhados** (p. 40).

Ainda sobre as questões levantadas pela revista *Época*, esse trecho – narrativo e descritivo a um só tempo – ajuda a responder, em parte, à pergunta: quem são eles? Dessa narração/descrição, é possível depreender algo sobre o comportamento dos Black Blocs quando não estão envolvidos em suas ações de manifestação propriamente ditas. O momento recreativo, reservado às refeições, ocorre coletiva e informalmente: “não se preocupam com etiqueta”, compram alimentos baratos, de fácil e rápida preparação, o que os configura como actantes precários e desprovidos de bons modos de comportamento. Quanto ao histórico do movimento, a revista também dedica algumas linhas narrativas:

os Black Blocs brasileiros **seguem uma onda mundial**. São uma manifestação tardia de um fenômeno que **tem origem na Alemanha dos anos 1980** e, gradualmente, **começou a aparecer** nas manifestações de ruas pelo mundo. **Primeiro**, nos protestos antiglobalização dos anos 1990. **Depois**, como parte das mobilizações que **se seguiram** a crise de 2008. **Agora, quebram** vitrines e **enfrentam** a polícia no Brasil (p. 42).

Observa-se acima, a partir do uso de encadeadores narrativo-temporais (“primeiro”, “depois”, “agora”), um sucinto panorama sobre a evolução dos Black Blocs: das origens até os momentos atuais, com sutil depreciação do grupo brasileiro que, em sua fase mais recente, “quebra” vitrines e “enfrenta” a polícia. Pode-se cogitar que tal expressão, levantada isoladamente, denota superficialidade intencional em relação ao valor ideológico das ações violentas e do enfrentamento policial. Não se trata, de acordo com os idealizadores da tática, de simplesmente quebrar vitrines e enfrentar a polícia, mas de estratégias de autodefesa e ataques conscientes a bens públicos e privados, símbolos do capitalismo e da má gestão pública (DÚPUISS-DÉRI, 2014).

Em síntese, sobre a *dimensão argumentativa* dessa reportagem, em termos de elementos narrativos, podemos ponderar o seguinte: mesmo que em declarada *intenção argumentativa* o jornalista, ao fim do

texto, sustente que não se deve apenas punir os Black Blocs, condená-los ou colocá-los na cadeia<sup>8</sup>, eles são representados, nas entrelinhas do discurso, de forma negativa, como podemos depreender da escolha dos verbos, das expressões adverbiais e dos demais elementos da narrativa. Os “manifestantes de preto” assumem, dessa forma, um papel actancial de malfeitores, criminosos, sabotadores e destruidores, como pressupõe o seguinte trecho, presente no parágrafo final (p. 42):

em toda parte, os Black Blocs **são acusados de promover quebra-quebra e espantar das ruas os demais manifestantes**. Como uma das missões dos Estados democráticos é combater a violência e preservar a ordem, os Black Blocs **frequentemente acabam na cadeia pelos crimes que cometem durante as depredações**.

Ora, quem acaba na cadeia por crimes cometidos não pode ser outra coisa, implicitamente, senão um criminoso. Tal representação, a nosso ver, é facilmente deduzível da leitura da reportagem, mesmo que não seja formulada explicitamente. De acordo com o quadro teórico visto anteriormente, podemos já especular, com esse pequeno trecho de análise, que o gênero reportagem conta/aposta naqueles pressupostos filosóficos presentes no antigo polo da *physis*, isto é, de que a linguagem é capaz de traduzir fielmente seres, fatos e eventos do mundo fenomênico – no caso, os Black Blocs e suas ações –, sendo que, um pouco diferentemente, o que vemos são projeções circunstanciadas da linguagem em sua estrutura retórico-narrativa. Essas projeções não encerram uma “verdade” sobre os mesmos fatos, se temos em mente outras possíveis narrativas sobre os personagens em questão, colocados, muitas vezes, como legítimos “ativistas” (DUPUIS-DÉRI, 2014). Assim, poderíamos encontrar relatos com outras formas de contar o acontecido: ao invés de “quebrar” ou “destruir”, nossos actantes, dentro de outro ponto de vista, “socorreriam”

---

<sup>8</sup>Ao fim da reportagem (p. 42), o jornalista afirma: “a cadeia pune a violência e pode coibi-la, mas não ajuda a compreender o que eles querem, quem são, o que pensam, como se organizam – e, principalmente, quem os financia. ‘Qualquer um no Brasil que deseje entender o que querem os Black Blocs deveria tentar escutá-los’, diz Dupuis-Déri. É o que ÉPOCA faz nesta reportagem”.

vítimas da polícia durante as manifestações, “estariam lutando”, mesmo que por métodos violentos, por uma sociedade mais justa. As escolhas linguísticas mostram, dessa forma, que toda palavra é retórica (trata-se de uma escolha), dado que é atravessada por parâmetros ideológicos oriundos das esferas da *doxa* e do *nomos*, em um momento oportuno (ou *kairos*). No item a seguir, através da dimensão descritiva do logos, poderemos compreender melhor quem são os Black Blocs na visão de Época, assim como o que pensam e o que querem.

## A dimensão descritivo-argumentativa do logos

Iniciemos pelo seguinte trecho, em que buscamos sublinhar expressões qualificadoras próprias do ato de descrever (como expressões nominais, adjetivos e advérbios):

nos cartazes pendurados na casa habitável, só havia espaço para **teses anarquistas e ambientalistas. Anticapitalistas**, os Black Blocs defendem uma **genérica “solidariedade humana”**. A **formação intelectual da maioria é quase primitiva**. Definem-se como **anarquistas** porque são, **genericamente**, contra a repressão do Estado, para eles encarnada pela polícia. **A nata do anarquismo é muito citada, mas pouco lida** (p. 40).

No trecho, diversos elementos descritivos levantam projeções argumentativas próprias do contexto editorial do jornalista (ou da revista). Inicialmente, o texto parece figurar os Black Blocs como legítimos anarquistas e ambientalistas. Porém, uma das primeiras palavras sublinhadas – “anticapitalistas” – já é grafada em caráter depreciativo, uma vez que a expressão seguinte, “solidariedade humana” (expressão nominal que descreveria a motivação Black Bloc), é destacada entre aspas e, mais ainda, precedida do qualificativo “genérica” (um adjetivo com sutil teor negativo), o que marca uma certa ironia, deboche e questionamento por parte do jornalista. Essas escolhas retóricas parecem nos insinuar, em tom contestador, que estaríamos diante de um grupo organizado por jovens “imatuross”, ou melhor, que não sabem sequer o que significaria, genuinamente, a expressão “solidariedade humana”.

Nessa mesma direção, a expressão “a formação intelectual da maioria” estabelece uma designação referencial – o aparato cognitivo do grupo – marcada pelo rótulo descritivo “é quase primitiva”. No período seguinte, o advérbio “genericamente” configura-se, também (e novamente), como um julgamento depreciativo da revista sobre a autodenominação feita pelos Black Blocs de “anarquistas” (por serem contra a repressão do Estado encarnada pela polícia). Para materializar esse julgamento, o autor dá sequência a um período explicativo: “a nata do anarquismo é muito citada, mas pouco lida”.

Tudo isso vem projetar, indiretamente, um filme em que os personagens principais – os Black Blocs – são caracterizados como manifestantes que expressam as suas convicções por meio de clichês automáticos e com pouco (ou nenhum) conhecimento de causa. Nesse percurso argumentativo, o jornalista conclui a sua progressão textual reforçando o estereótipo de um grupo que diria, em teoria, seguir uma determinada bandeira (ou, no caso, uma tática anarquista contra a repressão violenta do Estado), mas que, na prática, não sabe exatamente o que está dizendo, ou não age, de fato, de acordo com esse fim.

É interessante perceber, a título de contraste, que essa não é a única verdade retórica sobre o grupo. Uma crítica comum aos Black Blocs, inclusive por membros ou partidos de esquerda, incide sobre uma possível confusão teórica e pobreza cognitiva dos ativistas. Porém, segundo Dupuis-Déri (2014, p. 11), “essa forma de crítica é equivocada, uma vez que estima o valor ideológico de ações diretas usando critérios alheios a tais gestos, comparando-os, por exemplo, a tratados de filosofia política e social”. Para o estudioso, os Black Blocs não podem ser vinculados a tratados do gênero ou a um determinado perfil ideológico, pois configuram, sobretudo, uma *tática*, ou seja, uma forma de se comportar nas manifestações, ajudando a dar voz às pessoas que protestam radicalmente contra o sistema, ou a fortalecer a resistência (autodefesa) diante dos ataques violentos da polícia contra a população. Esse ponto de vista diferenciado sobre os Black Blocs, presente no estudo de Dupuis-Déri, nos faz questionar, mais uma vez, a pretensa concepção de linguagem única/infalível oriunda das doutrinas da *physis*, que parece estar por trás, curiosamente, das expectativas em torno do gênero reportagem contemporâneo. Como vimos em nosso quadro teórico, os fatos e eventos do mundo não possuem, sofisticada e gorgianamente, uma essência acessível, isto é, espelhável pelo logos:



são construções retóricas afetadas por pontos de vista, que buscam, conscientemente ou não, a adesão dos ouvintes/leitores.

Passando adiante, notamos que outra estratégia de descrição recorrente na reportagem é a projeção do *todo* (o movimento Black Bloc) a partir de suas *partes*, ou seja, a partir da caracterização dos indivíduos particulares que integrariam o movimento. Esse procedimento metonímico pode ser verificado nas amostragens abaixo, presentes na Revista:

**Aos 53 anos**, Morelli é **o mais velho** do grupo. Participou de pastorais católicas de direitos humanos. **Integrou o grupo que originou a Comissão Pastoral Operária. Militou com petistas** como Luiz Gushiken (1950-2013), ministro da Secretaria de Comunicação Social do governo Lula, e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. **Seu nome aparece em quatro relatórios dos órgãos oficiais de espionagem**. Datado de 1987, um documento do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) **relaciona Morelli entre punks e anarco-sindicalistas** (p. 38).

**O mais jovem do grupo**, com **17 anos**, é um **típico punk de periferia paulista, de cabelo moicano. Tenta concluir o ensino médio**. Num dos últimos conflitos, foi fotografado quebrando a pontapés uma vidraça de uma agência bancária (p. 38).

**Pouco mais velho que ele**, um rapaz **de óculos, diz ter lido textos anarquistas na internet** e não compreender como todos de sua idade não aderiram ao movimento. **Morador da periferia paulistana**, conta que cresceu assistindo a amigos e vizinhos apanharem da polícia. **Nunca votou** e afirma que jamais escolheria os candidatos preferidos por seus pais na eleição presidencial de 2010 – Dilma Rousseff e José Serra (p. 39).

O discurso seduz gente como Daniela Ferraz, **paulistana criada no complexo de favelas do Capão Redondo**. **Aos 31 anos, mãe de um filho que mora com o pai**, ela **cometeu dois assaltos e cumpriu cinco anos de prisão**. [...] Ainda cumprindo pena em liberdade, Daniela armou-se de paus e pedras para atacar agências bancárias. Agora, é **conhecida como Dani, a Pantera dos Black Blocs** (p. 41).

Nos trechos está claro que, a partir dos elementos descritivos destacados (de nomeação e de identificação), os Black Blocs se encontram representados como personagens ligados a um universo de pessoas pobres, de origem operária, de esquerda (“petistas”) e, ainda, de famílias desestruturadas ou de jovens com pouco estudo, com tendências até mesmo criminosas ou irresponsáveis<sup>9</sup>. Nota-se, também, que não possuem um emprego formal e, se possuem, a reportagem silencia. No plano ético-moral, pode-se notar uma representação negativa, sobretudo, da ativista feminina – a “Pantera dos Black Blocs” (“mãe de um filho que mora com o pai”) –, o que já deslegitima de antemão qualquer argumentação oriunda do grupo, formado que é por pessoas de moral duvidosa e por mães incapazes de cuidar de seus filhos. Como se pode notar, temos aqui o uso do clássico argumento *ad hominem*, que busca invalidar, falaciosamente, ideias e atitudes mediante ataques pessoais. Em termos de *dimensão argumentativa*, os trechos acabam se configurando, pode-se sustentar, como um encadeamento de figuras de linguagem – metonímias –, capazes de descrever, retoricamente, o geral pelo particular.

Salienta-se, ainda, que, embora nos ocupemos aqui especificamente da descrição, os elementos narrativos consubstanciados pelos verbos continuam instituindo os Black Blocs como actantes “malfeitores”: Morelli, além de ter “militado” com petistas (o que pode ser visto como algo negativo para um certo público), “**aparece** em quatro relatórios dos órgãos oficiais de espionagem”; o mais jovem do grupo, por sua vez, “foi fotografado **quebrando a pontapés** uma vidraça de uma agência bancária”; já o rapaz de óculos, “**diz ter lido** textos anarquistas” e “**nunca votou**”; Daniela Ferraz, enfim, “**cometeu** dois assaltos”, ainda cumpre pena e “**armou-se de paus e pedras** para atacar agências bancárias”.

Toda a análise aqui empreendida, enfim, parece confirmar o anunciado já no “exórdio” da reportagem: “um sítio a 50 quilômetros de São Paulo abriga um centro de treinamentos para **a minoria que adotou o quebra-quebra** como forma de manifestação política e ficou conhecida

---

<sup>9</sup>Ressalte-se, nesse mesmo sentido, expressões como “punks e anarcossindicalistas”, “o mais jovem do grupo, com 17 anos”, “punk de periferia paulista, de cabelo moicano”, “morador da periferia paulistana”, além de elementos qualificadores ou informativos como “**tenta** concluir o ensino médio”, “**diz ter lido** textos anarquistas na internet”, “cometeu dois assaltos” ou “seu nome aparece em quatro relatórios oficiais de espionagem”.

como Black Bloc” (p. 37). Nesse trecho, é importante observar o teor argumentativo da expressão de identificação sublinhada, selecionada cuidadosamente pelo autor para se referir aos Black Blocs. Nesse caso, ao denominar os Black Blocs de “a minoria que adotou o quebra-quebra”, a revista estabelece um cenário comparativo que legitima, implicitamente, apenas o grupo de manifestantes ditos pacíficos – “a maioria” –, enquanto outros poucos – os Black Blocs – teriam adotado a barbárie desmedida. Como se pode facilmente deduzir, a expressão “quebra-quebra” nos remete à violência desordenada realizada por vândalos ou arruaceiros, movidos aparentemente por um instinto selvagem indomável, à margem de qualquer processo civilizatório.

Entretanto, essa não seria a única versão existente: por conceito, como já vimos, a “tática” Black Bloc usaria de uma violência consciente contra bens públicos e privados, representativos da má gestão pública e do capitalismo (DUPUIS-DÉRI, 2014). Em outras discursividades, portanto, poderíamos encontrar, sem dificuldades, representações do “bloco de preto” como uma instância “racional”, “ativista”, “consciente” e, no plano narrativo, “benfeitora” e “socorrista” (por prestar primeiros socorros a manifestantes feridos). Mais uma vez, por tudo isso, retomando o nosso quadro teórico, podemos desvincular da linguagem ou logos o reduto da “verdade absoluta”, devolvendo a ele sua natureza essencialmente retórica e humana, justamente por ser afetado pela *doxa*, pelo *nomos* e pelo *kairos* de seus usuários (ou por seus contextos e ideologias, em termos mais modernos). Dessa forma, a constitutividade retórica de todo e qualquer discurso, pautada primordialmente na não transparência da linguagem, nos permite constatar que, sobre todas as coisas, existem sempre pontos de vista em conflito.

Ao fim de nossa rápida análise, é interessante notar, ainda, que, apesar de Leonel Rocha, ao final do texto, sustentar que não se deve apenas punir os Black Blocs, mas, sobretudo, buscar entendê-los, a *dimensão argumentativa* presente nos mecanismos de narração e descrição os instituem, predominantemente, como uma organização nociva, formada por indivíduos desequilibrados e estranhos ao processo democrático. Dessa forma, como já ressaltamos teoricamente, a análise nos permite constatar que a argumentação não deveria ser definida separadamente da narração, da descrição ou de quaisquer outros mecanismos circunstanciados da estrutura linguística. Feito esse percurso, passemos às nossas últimas palavras.

## Considerações finais

Neste artigo, buscamos resgatar sucintamente, dada a complexidade do assunto, uma concepção alternativa para a Retórica (ou argumentação) a partir de fontes ainda pouco aproveitadas pela AD, as quais propomos divulgar: uma definição *primordial* do processo persuasivo presente nas reflexões de Górgias de Leontini, em seu *Tratado do não-ente*, e desenvolvidas por Nietzsche em seus *Escritos sobre Retórica*. Essas reflexões nos fazem constatar que a argumentação (ou a Retórica) reside, antes de qualquer coisa, na *opacidade* e na *não transparência* do discurso, o que ultrapassa a visualização mecânica de técnicas conscientes e/ou raciocínios prototípicos durante as análises discursivas (embora não se quer, aqui, excluí-los desse processo).

Estando primordialmente nas derrapagens entre significado e significante, afetadas pela *doxa* e pelas convenções culturais dos sujeitos envolvidos na interação, a Retórica se abre para a força argumentativa da linguagem inteira: dos sufixos e prefixos na formação de palavras, por exemplo, aos elementos narrativos e descritivos do discurso, passando pelo ritmo, pela entonação e demais sutilezas do logos. Buscamos ressaltar, além disso, como esses princípios podem se conectar à noção de *dimensão argumentativa*, no quadro da AD de Ruth Amossy, que confere a todo discurso e a quaisquer constituintes linguísticos a propriedade de orientar modos de ver, agir e sentir.

Sendo a argumentação uma propriedade de todo discurso (ou da linguagem inteira), as formulações aqui trazidas contestam as tentativas de definição teórica desse fenômeno como um “modo de organização do discurso” (CHARAUDEAU, 2009) ou “uma sequência textual” ao lado de outras, como as sequências narrativas, descritivas, enunciativas, injuntivas etc. Pensamos, com a análise deste artigo, que a argumentação não pode ser encarada como um procedimento languageiro específico, como parece ser possível no caso de elementos descritivos e narrativos, mas como uma força que atravessa toda a materialidade textual. Desse modo, buscamos mostrar, com a análise da reportagem “Por dentro da máscara dos Black Blocs”, o funcionamento discursivo da descrição e da narração, concluindo pela impossibilidade de tratá-las como uma organização languageira à parte da argumentação.

Quanto à análise propriamente dita, as questões mais interessantes parecem-nos ser, nestas linhas finais, as seguintes: por

que nomear um grupo de manifestantes como Black Blocs e disseminar esse “rótulo” somente a partir de 2013, uma vez que a tática “Black Bloc” já teria sido utilizada no Brasil anteriormente? Qual a função retórica dessa nomeação diante das manifestações como um todo? Ora, podemos especular a respeito de uma necessidade política/econômica e uma intenção jornalística balizada por filiações partidárias ou de classe, por exemplo, no intuito de criminalizar movimentos sociais e justificar ações policiais truculentas. Portanto, a partir de representações negativas do grupo como as vistas em *Época*, muito difundidas pela imprensa corporativa, a expressão Black Bloc pode(ria) funcionar como um grande trunfo retórico para legitimar a condenação de um grupo específico e, principalmente, desmoralizar as manifestações como um todo, de modo, até mesmo, a justificar oficialmente a violência policial nas ruas durante os protestos. Podemos corroborar essa hipótese com um exemplo recente.

No primeiro semestre de 2015, um caso de abuso policial extremo contra manifestantes em greve no Paraná (Curitiba) foi justificado oficialmente pela presença de “Black Blocs” no âmago da manifestação. Entre os dias 27 e 29 de abril de 2015, professores marcharam em carreata após a Justiça paranaense ter concedido uma liminar para que eles e outros servidores tivessem preservado seu direito de entrar nas galerias do parlamento estadual, para acompanhar as votações de um projeto de lei do governo que reduziria pela metade a duração da previdência dos servidores públicos estaduais. Os manifestantes protestaram contra a medida em frente à assembleia, mas não conseguiram liberação para acompanhar a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alep, na qual foi analisado o projeto de previdência com as emendas propostas pela oposição (VALLE, 2015). Segundo o sindicato dos professores do estado do Paraná, 20 mil pessoas protestavam nesse dia. Além disso,

“a repressão aos servidores começou durante a madrugada”, disse Teresa Lemos, secretária estadual do APP Sindicato. Na ação, a polícia militar guinchou o caminhão de som e ampliou o isolamento em torno da sede do Legislativo estadual. A polícia usou *spray* de pimenta, bombas de gás e balas de aço revestidas de borracha contra os manifestantes [...]. (GOZZI, 2015).

Mais de 200 pessoas ficaram feridas, inclusive por ataques de cães da raça *pitbull*, sendo que oito em estado grave, durante mais um episódio de repressão violenta da polícia do Paraná a professores da rede estadual de ensino, que estavam em greve e acampados no Centro Cívico. Treze pessoas foram presas, segundo a Secretaria de Segurança Pública. A polícia militar foi escalada pelo governador Carlos Alberto Richa (PSDB) para impedir a entrada dos manifestantes na Assembleia onde ocorreu a votação. Segundo uma das várias reportagens sobre o caso (ASSAD, 2015), o governo de Beto Richa justificou as agressões com base na suposta presença de “manifestantes estranhos ao movimento dos servidores estaduais que estavam concentrados em frente à Assembleia Legislativa”, principalmente os chamados “militantes black blocs que, infiltrados no movimento, atacaram os soldados da Polícia Militar que protegiam a Assembleia Legislativa”. O governador afirmou, ainda, que “a polícia estava lá por determinação do Poder Judiciário para proteger a sede do Poder Legislativo, uma instituição democrática que não pode ser afrontada no seu direito”.

Sendo assim, isentando-nos de definir uma “verdade” acerca dos Black Blocs com nossa análise, deixamos aqui a hipótese final de que o uso e a disseminação dessa expressão pode ter funcionado retoricamente para justificar a truculência contra manifestações em geral, ainda mal assimiladas em nosso processo democrático. O jargão oficial “houve repressão violenta porque haviam Black Blocs na manifestação” acabou sendo uma máxima bastante recorrente desde as manifestações de junho de 2013, como nos mostrou o caso do Paraná. Entretanto, o assunto não se esgota em uma análise tão sucinta, restando ainda a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as representações dos Black Blocs na grande imprensa nacional e seus efeitos possíveis.

## Referências

- ADRADOS, F. R. *La democracia ateniense*. Madrid: Alianza, 1975.
- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2010.
- \_\_\_\_\_. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. In: *EID&A – Revista eletrônica de estudos integrados em discurso e argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.
- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

ASSAD, G. PM reprime protesto de professores em Curitiba e mais de 200 se ferem. *El País*, Curitiba, 29 abr. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175\\_476628.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175_476628.html)>. Acesso em 10 jul. 2015.

BRAZIL, V. T. F. *O Mo(vi)mento do discurso*: entre o tratado sobre a natureza ou sobre o não-ser e o elogio de Helena. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Linguagem e do Conhecimento) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Filosofia, Fortaleza, 2012.

CASERTANO, G. *Sofista*. São Paulo: Paulus, 2010.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

GALINARI, M. M. Górgias e o antigo problema da referência: uma interface entre a Sofística e a Linguística da Enunciação. In: DIAS, L. F. (Org.). *Enunciação e materialidade linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015, p. 92-100.

GOZZI, R. Professores fazem manifestação e são alvos de repressão da PM do Paraná. *Rede Brasil Atual*. 28 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/04/professores-fazem-manifestacao-e-sao-alvos-de-repressao-da-pm-do-parana-2592.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GUTHRIE, W. K. C. *Os sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.

MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

NIETZSCHE, F. *Escritos sobre Retórica*. Madrid: Trotta, 2000.

PARMÊNIDES. *Da natureza*. Tradução, notas e comentários de José Trindade Santos. São Paulo: Loyola, 2013.

PERELMAN, C.; OLBERECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*: a nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, M. J. V. *A doutrina do logos na sofística*. Lisboa: Colibri; Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

ROCHA, L. Por dentro da máscara dos Black Blocs. *Época*, n. 807, 11 nov. 2013, p. 36-42.

ROMEYER-DHERBEY, G. *Os sofistas*. Lisboa: Edições 70, 1986.

ROMILLY, J. *Les grands sophistes dans l'Athènes de Périclès*. Paris: Fallois, 1988.

SAITTA, G. *L'Illuminismo della Sofistica Greca*. Milano: Fratelli Bocca, 1938.

SOUSA, A. A. A.; PINTO, M. J. V. *Sofistas: testemunhos e fragmentos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005.

UNTERSTEINER, M. *Sofisti: testimonianze e frammenti*. Firenze: La Nuova Italia, 1967.

\_\_\_\_\_. *A obra dos sofistas: uma interpretação filosófica*. São Paulo: Paulus, 2012.

VALLE, D. Jornalista paranaense revela detalhes do massacre de 29 de abril. *Portal Fórum*, 30 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/jornalista-paranaense-revela-detalhes-do-massacre-de-29-de-abril/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

VIGNALI, D. *I Sofisti: retori, filosofi ed educatori*. Roma: Armando, 2006.

WINDELBAND, W. Alvores do pensamento filosófico grego: período cosmológico. In: VILHENA, V. M. (Org.). *Panorama do pensamento filosófico*, vol. II. Lisboa: Cosmos, 1958.



## Um estudo do *ethos* em discursos do ex-presidente Lula

### *A study of the ethos of the former Brazilian president Lula*

Natália Rocha Oliveira Tomaz

UFRJ

nataliarochaprof@hotmail.com

Lúcia Helena Martins Gouvêa

UFRJ

lhluar@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo investigar, pela análise de discursos não oficiais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a hipótese de que haja, no *corpus* em questão, a predominância de um *ethos* popular para a sua figura. Para tanto, este estudo apoiou-se na Semiologia do Discurso como corrente teórica e buscou identificar traços relacionados ao *ethos* do líder político nos discursos analisados. O método para obtenção dos resultados obedeceu, primeiramente, à seleção qualitativa de dados. Em seguida, essas informações foram agrupadas quantitativamente de acordo com a frequência dos fenômenos encontrados. Dessa forma, foi possível concluir que o *ethos* de Lula se mostrou, essencialmente, popular, criado a partir de uma imagem de chefe oriundo do povo, de cenografias voltadas para o auditório de cada discurso, de argumentações baseadas em apelos emocionais e de metáforas elaboradas a partir de traços presentes na cultura brasileira.

**Palavras-chave:** semiologia do discurso; *ethos*; discurso político; Lula.

**Abstract:** This article aims to analyze – through the analysis of unofficial speeches of former Brazilian President Luiz Inácio Lula da Silva – the hypothesis of a popular *ethos* for his figure. Therefore, this study relied on the Discourse Semiolinguistics as theoretical basis and sought to identify features related to the *ethos* of the political leader in the analyzed discourses. For this purpose, firstly the method for obtaining the results was based on qualitative data selection. Then, this information was grouped quantitatively according to the frequency of the phenomena found. Thus, we concluded that the popular Lula's *ethos* was built essentially from a chief image coming from the people, sets built depending on the audience of each speech, the arguments based on emotional appeals and metaphors elaborated from traits present in Brazilian culture.

**Keywords:** discourse semiolinguistics; *ethos*; political discourse; President Lula.

Recebido em 14 de junho de 2015.

Aprovado em 05 de novembro de 2015.

## Introdução

Este artigo visa a apresentar os resultados de uma pesquisa que estudou o conceito de *ethos*, tendo como *corpus* 11 discursos não oficiais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pronunciados durante seus dois mandatos, compreendidos entre o período de 2002 a 2010 e publicados no site da Presidência da República, totalizando 96 páginas de material analisado.

A pesquisa teve como aporte teórico estudos da Análise do Discurso, apoiando-se, principalmente, na Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (2010), com ênfase no tratamento dado por ele ao Discurso Político e ao conceito de *ethos* (CHARAUDEAU, 2011).

Acrescentaram-se à teoria, outros estudos também relevantes para a pesquisa: considerações de Maingueneau (2013) sobre cenografia; apontamentos de Ruth Amossy (2008) a respeito das modalidades argumentativas do discurso; contribuições de Lakoff e Johnson (1980) acerca do processo cognitivo de construção da metáfora.

Durante seus mandatos, Lula se mostrou aos brasileiros um político, sobretudo, conciliador. Era capaz de discursar para classes sociais distintas e dialogar tanto com setores de sua base governamental quanto com os da oposição. Essa imagem de líder carismático favoreceu tamanha identificação do povo com seu chefe de Estado que garantiu a maior aprovação histórica de um governante, mesmo diante de escândalos políticos.

Este artigo, portanto, propõe-se a mostrar a relação persuasiva estabelecida entre Lula e a grande massa popular brasileira, de forma a explicar o apoio maciço dado a seu governo. Além disso, pretende elucidar como o domínio de certas estratégias na cena discursiva contribuiu para a fusão identitária do povo com o seu líder a partir da investigação da hipótese de que Lula apresentaria um *ethos* popular nos discursos analisados.

## Fundamentação teórica

### O Discurso político e sua organização em instâncias

O conceito de “política” apresenta inúmeras definições, mas, de forma geral, é possível reconhecer a importância da ação no âmbito social. Nessa perspectiva, as relações de influência na sociedade passam, necessariamente, pela linguagem, pois ela permite que haja espaços de discussão, de persuasão e de sedução.

O discurso faz parte dessas relações que se constroem para a administração da boa convivência em comunidade. Nesse sentido, as contribuições do *ethos* nas trocas linguageiras passam a ser decisivas para que político e povo estejam em sintonia quanto a interesses comuns.

O desejo de viver em comunidade passa por uma série de implicações necessárias ao bem comum. Para que se estabeleçam relações de igualdade entre os indivíduos, é preciso que seja determinado um conjunto de valores partilhados pela coletividade. Esses valores tornam-se, então, princípios que orientam os comportamentos na sociedade.

No entanto, dentro de uma comunidade nem todos adotam esses valores. Dessa forma, entidades políticas são criadas para garantir o cumprimento dos deveres e o acesso aos direitos dos cidadãos. O político torna-se o representante de uma propriedade coletiva de valores.

Assim, o campo político é composto por um *espaço de discussão*, um *espaço de ação* e um *espaço de persuasão*, segundo Charaudeau

(2011, p. 21). O *espaço de discussão* utiliza-se da palavra para definir quais os objetivos da ação política e os meios que serão utilizados para o alcance dessas metas. O *espaço da ação* corresponde à organização das tarefas, à sanção de leis, normas e decisões de acordo com o conjunto inicial de valores adotados por aquela comunidade. E o *espaço de persuasão* consiste em que a instituição política convença a sociedade da razão de seu programa administrativo e das decisões que precisa tomar, diluindo conflitos e trazendo a opinião pública para junto de si.

Nessa perspectiva, o discurso político adquire força nesses três espaços: “O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra” (*loc. cit.*). Assim, poder e ação precisam combinar-se, já que o político necessita conduzir seu auditório a um “fazer fazer”, “fazer dizer” ou “fazer pensar”.

Essa não é tarefa simples. Charaudeau (2011) menciona que a submissão do sujeito passa, necessariamente, pela existência de uma ameaça ou gratificação, o que revela, nos dois casos, a existência de uma sanção. Ao garantir, portanto, seu projeto de influência, o político assumirá sua posição de dominante, e o sujeito-alvo, de dominado, ambos em uma relação de poder e ação a partir de uma troca legítima, baseada nos interesses de cada parte, ou no bem comum.

As relações de poder e ação devem, ainda, ser mediadas pelo equilíbrio. Um político, se deseja a adesão de seus interlocutores em uma situação democrática<sup>1</sup>, não pode exercer seu poder de forma impositiva. É importante seu reconhecimento de que essa soberania só é garantida pela legitimação da comunidade, que, por sua vez, cristaliza suas opiniões acerca do político com o auxílio da mídia.

Essa cadeia de influências, de acordo com Charaudeau (2011, p. 18), revela a interdependência de três instâncias na ação política: a *instância política* (e seu opositor direto, a *instância adversária*), como um lugar de governança; a *instância cidadã*, como um lugar onde se constrói a opinião, e a *instância midiática*, como um lugar de mediação. O autor ressalta que, no campo político, não são as entidades humanas que se destacam, mas categorias abstratas que assumem papéis de acordo com as funções que exercem na organização política da sociedade.

---

<sup>1</sup>Neste trabalho, será considerada apenas a política democrático-presidencialista, modelo em que se insere o Brasil e o *corpus* desta pesquisa.

Dessa forma, tratar de instâncias é ir além dos aspectos psicológicos e sociais que envolvem cada personalidade. As instâncias são definidas, sobretudo, a partir de características identitárias que levam à finalidade comunicacional de sua posição.

A relação entre as instâncias está evidenciada na figura a seguir:

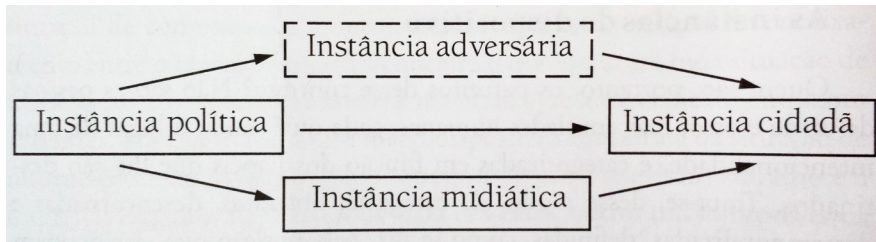


Figura 1 – Instâncias na ação política

Fonte: Charaudeau (2011, p. 56)

A *instância política* é aquela que detém o poder de fazer, relacionado à decisão e à ação, e o poder de fazer pensar, ligado à manipulação. Por corresponder a um lugar de governança, necessita de legitimação para chegar a essa posição e, em seguida, autoridade e credibilidade para sua manutenção no poder.

Dessa maneira, é pelo discurso que a *instância política* encontrará o caminho que a levará ao lugar de governança. Naturalmente, a *instância adversária* também o deseja, e as estratégias persuasivas serão cruciais para esse fim.

Quando se trata de uma *instância política* que já está no poder, a *instância adversária*, por não ocupar o mesmo espaço que aquela, assume um tom crítico em suas atividades discursivas. Com exceção dessa situação, não há que se destacar acentuada diferença entre as duas instâncias, uma vez que as estratégias persuasivas serão as mesmas.

Com relação à *instância cidadã*, pode-se afirmar que é o lugar onde as opiniões são construídas para além do espaço da governança. Os indivíduos dessa instância buscam um saber para poder julgar as propostas e as ações da *instância política*. A partir disso, contestam ou não a legitimidade e a credibilidade das autoridades políticas.

Se a *instância política* impõe sanções de gratificação ou punição à *instância cidadã*, de maneira análoga, o povo também pode submeter os políticos a sanções, especialmente por meio da eleição de seus representantes.

Contudo, a *instância cidadã* não se constitui de forma homogênea, e seu comportamento diante do campo político é bastante variável. Charaudeau (2011, p. 59) identifica uma divisão dessa instância em dois subgrupos: a *sociedade civil* e a *sociedade cidadã*.

Apoiando-se no conceito elaborado por Hobbes e Hegel, no século XIX, e adaptando-o de acordo com a situação atual de organização das sociedades, o autor emprega o termo *sociedade civil* para indicar um espaço social de formação de opinião, de partilha do mesmo espaço físico e social – e não necessariamente de convivência coletiva – e, sobretudo, de ação individual. É, portanto, um lugar em que não há mobilização conjunta de interesses, ou seja, uma consciência cidadã.

A *sociedade cidadã*, por sua vez, é formada por indivíduos cientes de seu papel social na organização do espaço comunitário. São pessoas que, quando necessário, questionam a credibilidade da *instância política*, via mídia, reivindicam direitos e podem, inclusive, usar de força para intervir no espaço de governança. Charaudeau (2011, p. 60) afirma: “a sociedade cidadã compõe-se de indivíduos de direitos e não de pessoas concretas, o que a distingue da sociedade civil”.

A última *instância* que compõe a ação política é a *mediática*. Essa instância exerce papel de mediadora entre a *instância política* e a *cidadã* e atua por intermédio dos meios de informação, de panfletos, de cartazes *etc.*

Um dos compromissos da *instância mediática* é com a credibilidade no repasse das informações. Isso, no entanto, não anula outro interesse da mídia: a cooptação de seu público dada a concorrência nesse meio. Assim, os atores envolvidos nessa instância preocupam-se, simultaneamente, com a exibição dos fatos e com o espetáculo nessa demonstração, o que não inviabiliza seu legítimo direito de informar e de auxiliar na formação da opinião da *instância cidadã* a respeito da *instância política*.

Seguindo essa lógica, ao mesmo tempo em que a mídia se aproxima da *instância política* para colher fatos e dados, também precisa manter certo distanciamento a fim de garantir que sejam preservadas a sua imparcialidade e credibilidade.

A *instância mediática* que se faz presente nos regimes democráticos – em que há liberdade de expressão da imprensa – goza de importante prestígio perante a comunidade, porque tem o compromisso de levar a política ao povo e a satisfação ou descontentamento do povo à política.

A relação de interdependência entre as três instâncias, portanto, pode ser assim resumida:

Encontramo-nos, assim, em um jogo em que todos mudam sob a influência dos outros: a opinião sob a influência das mídias, as mídias sob influência da política e da opinião, o político sob influência das mídias e da opinião. (*Ibid.*, p. 25).

Esse jogo de influências é conduzido pela própria ação política e, naturalmente, pelos meios discursivos, em que o político deve combinar o terreno das paixões ao campo do pensamento.

### **A construção do *ethos* na cena enunciativa**

O conceito de *ethos* remonta aos estudos de Aristóteles na Antiguidade Clássica. Com efeito, as contribuições do filósofo foram essenciais para os estudos contemporâneos a respeito desse assunto. É a partir do *ethos* que os limites entre o ser e o parecer tornam-se tênues a tal ponto que possibilita a identificação do interlocutor com a imagem criada pelo enunciador.

Apoiando-se nos estudos de Aristóteles, Charaudeau (2011, p. 115) acrescenta:

O *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê.

O estudo de Charaudeau (2010), a respeito dos desdobramentos do sujeito no ato de enunciação, ajuda a entender esse processo.

Considerando-se uma situação discursiva, o sujeito apresenta-se ao outro, primeiramente, como um ser social. Essa identidade social é o que lhe garante legitimidade para falar, dadas as circunstâncias que cercam a enunciação. A partir disso, esse sujeito constrói, então, uma imagem de si que corresponde a uma identidade discursiva. Logo, o *ethos* efetivo será o produto extraído da relação entre duas identidades: psicológica e social; e discursiva.

É importante destacar que esse processo de construção do *ethos* por parte do enunciador é, no mais das vezes, inconsciente, orientado, principalmente, pelas condições que lhe são impostas. Contudo, quando se trata de analisar o discurso político, estratégias deliberadas tornam-se muitas vezes evidentes, sendo necessário, portanto, considerá-las.

Outra questão que se deve levar em conta é o fato de que, sendo a elaboração do *ethos* consciente ou não, nem sempre o *ethos* mostrado coincide com o *ethos* percebido pelo interlocutor, o que também se observa com frequência no discurso político.

Para evitar esse efeito, de acordo com Charaudeau (2011, p. 118), dois conceitos, *credibilidade* e *identificação*, devem ser observados, pois se relacionam a uma adesão maior ao *ethos* construído nos discursos políticos.

Nas próximas duas seções deste artigo, uma breve explanação será feita a respeito desses grupos de *ethé*, segundo Charaudeau.

## Os *ethé* de credibilidade

As imagens relacionadas à *credibilidade* são construídas a partir da identidade discursiva do enunciador e não da sua identidade social. Isso ocorre porque, apesar das informações prévias a que o interlocutor possa ter acesso, para parecer crível é preciso que o locutor construa uma imagem direcionada a essa qualidade. A identidade social não fala por si só nos discursos.

Dessa forma, para ser considerado crível, o sujeito precisa reunir três características essenciais: condições de *sinceridade*, de *performance* e de *eficácia*. As *condições de sinceridade* ou de transparência dizem respeito à possibilidade de se verificar que o enunciador transmite uma imagem de alguém que diz aquilo que efetivamente pensa. As *condições de performance* são estabelecidas quando se pode constatar que o sujeito detém os meios necessários para concretizar aquilo que enuncia. Por último, as *condições de eficácia* realizam-se quando o que o locutor anuncia e aplica realmente produz efeito positivo que beneficie o público.

Essas três condições, portanto, são atendidas pelo político quando ele constrói para si um *ethos* de “sério”, de “virtuoso” e de “competente”. O *ethos de sério* não pode ser dissociado do que se constitui como seriedade para uma determinada comunidade, já que os valores são construtos do imaginário coletivo, dependentes das representações culturais.



De uma maneira geral, entretanto, fazem parte da construção desse *ethos*, *índices corporais*, *comportamentais* e *verbais*. Os primeiros estão relacionados a certa rigidez postural, pouca ou rara expressão sorridente. Já os *índices comportamentais* demonstram que o político apresenta autocontrole diante de críticas e problemas, empenho no alcance de metas e na resolução de conflitos e capacidade de estar presente em todas as áreas da administração política e social. Na vida privada, o respeito à família e o afastamento de qualquer suspeita de infidelidade também correspondem a uma imagem de seriedade. Os *índices verbais* revelam um tom firme e equilibrado. A seleção vocabular é simples e sem grandes efeitos oratórios. Em alguns casos, autodeclarações a respeito das ideias que guiam o político também podem auxiliar na composição de um *ethos* de sério.

Contudo, essa imagem pode gerar um efeito negativo no público se o limite da seriedade for ultrapassado. Ao se mostrar austero, por exemplo, o político perde a simpatia do auditório, o que estabelece uma distância entre as partes. A frieza e a indiferença com os mais necessitados também podem ser fruto de uma imagem excessivamente séria.

No que se refere às ideias defendidas, encontrar a justa medida é, mais uma vez, uma demonstração de equilíbrio e seriedade. Se, em vez disso, o político faz promessas utópicas ou declarações improváveis de serem concretizadas, correrá o risco de não ser considerado uma pessoa séria, mas demagoga. Do contrário, a consciência das suas próprias limitações e dos meios disponíveis para pôr em prática um plano revela comprometimento e, portanto, um *ethos* de sério.

Os *ethé de credibilidade* são compostos ainda pelo *ethos de virtude*. Essa imagem é construída pela demonstração de certas características, como sinceridade e fidelidade, acrescidas de honestidade pessoal. Não estar envolvido em escândalos, dizer o que pensa, tratar o adversário com lealdade, reconhecer os próprios erros e valorizar, quando necessário, a opinião alheia são manifestações de virtudes que levam à credibilidade.

A composição dessas figuras depende do tempo, visto que se relacionam a atributos mensuráveis a partir de variadas situações. Outras vezes podem ser transmitidas pela instância midiática, por meio de reportagens, entrevistas, debates. Há de se considerar, ainda, a declaração de outras pessoas ligadas ao político e que podem descrevê-lo com essas características.

O terceiro e último tipo de *ethos* que compõe as representações de credibilidade é o *ethos de competência*. Nele, são exaltadas a sabedoria e a habilidade do político, relacionadas a estudos, experiências acumuladas, domínio de funções relacionadas à vida política etc. Nesse sentido, se a trajetória do político é marcada por realizações positivas, muitas vezes, ela fala por si, o que deixa adversários menos experientes em desvantagem.

## Os *ethé* de identificação

Os *ethé* baseados na identificação entre a *instância cidadã* e a *instância política* constroem-se por uma via distinta dos *ethé* de credibilidade. Em vez do uso da razão, o apelo recai para a afetividade: “o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político.” (CHARAUDEAU, 2011, p. 137).

Lidar com a emoção é adentrar um terreno incerto, em que os resultados não são garantidos devido à heterogeneidade dos indivíduos que compõem a instância cidadã. Diante disso, muitos políticos adotam imagens que exploram características antitéticas, visando a uma maior adesão de seu público, sem que com isso pareçam contraditórios.

São muitas as representações que se baseiam no afeto. Charaudeau destaca como mais frequentes o *ethos de potência*, *de caráter*, *de inteligência* e *de humanidade*. A esses *ethé*, ele atribui uma natureza de criação mais voltada ao próprio político, visto que potencializam o aspecto humano. Além desses, acrescenta o *ethos de chefe* e o *de solidariedade*, como imagens orientadas para o outro, em virtude de haver uma necessária relação entre o político chefe e o político solidário e seu povo.

O *ethos de potência* relaciona-se a uma força oriunda de uma espécie de energia interna que se concretiza no corpo. É, com frequência, associado à virilidade sexual, não necessariamente explícita, mas essa característica o torna mais visível em homens que em mulheres.

A exaltação do corpo, a realização de façanhas na vida pessoal, envolvendo o físico, a manifestação da força, pelo tom da voz ou pelo teor agressivo das palavras são expressões desse *ethos*. Na história, muitos políticos considerados populistas adotaram imagens semelhantes a essas.

Contudo, há versões mais suaves desse tipo de *ethos*. A obstinação em agir e não permanecer apenas no campo teórico também revela um caráter de potência do homem público.

O *ethos de caráter* é também relacionado a uma força, mas, dessa vez, não se trata de uma força corporal, e sim, do espírito. Charaudeau (2011, p. 140) cita a vituperação como uma característica marcante desse *ethos*. Diferentemente da explosão incontrolável que ocorre no *ethos de potência*, a vituperação é um brado estrondoso, fruto de um julgamento da mente racional, que necessita ser expresso com força.

A vituperação é uma marca recorrente em políticos ditos de personalidade forte. Contudo, esse recurso só deve ser utilizado quando o político já se encontra em uma posição que o legitime a fazer isso. Caso contrário, o descontrole pode tornar-se mais evidente que o próprio caráter enérgico.

Há também duas variantes presentes no *ethos de caráter*, a *provocação* e a *polêmica*, que são mais frequentes em debates ou em críticas a adversários. A primeira busca tão somente uma reação do outro, enquanto a última consiste em um ataque direto à moralidade do adversário.

Quando essas estratégias são empregadas sem grandes excessos, podem corroborar o caráter do político no sentido de reforçar sua imagem como alguém que, justamente por ter caráter, não foge de assuntos polêmicos tampouco se esquivava de dizer a verdade. No entanto, se os limites do insulto são ultrapassados, o efeito é reverso.

Outra estratégia que faz parte da construção de uma *imagem de caráter* é a *advertência*. Nesse caso, em vez de estabelecer uma polêmica direta, o sujeito anuncia previamente sua posição e estabelece seus limites, destacando quais serão os efeitos se eles forem transgredidos. Em caso de haver, de fato, uma transgressão a esses limites, o político, então, precisa cumprir a advertência que fez. Do contrário, corre o risco de perder seu prestígio diante da comunidade, uma vez que seu caráter pode ser abalado.

O *ethos de caráter* pode ser expresso ainda por uma “força tranquila”. Essa imagem é caracterizada pela confiança de quem trabalha e sabe que os resultados surgirão com o tempo e com paciência. Também indica alguma aproximação com o *ethos de chefe*, pois representa uma força protetora de alguém que vai à frente, guiando o povo, com caráter e determinação. O controle de si auxilia nessa construção e revela um sujeito que planeja o futuro, que não se deixa levar por impulsos e que busca avaliar os aspectos positivos e negativos em qualquer situação.

Outros atributos presentes no *ethos de caráter* são: a *coragem* de enfrentar os problemas que envolvem a administração da vida

política; o *orgulho* – na justa medida –, pois ele demonstra a ambição de um “querer fazer”; a *firmeza* na expressão de suas opiniões e de suas atitudes e, finalmente, a *moderação* como imagem de um bom conciliador na política.

Como mais um que corresponde ao conjunto dos *ethé de identificação*, o *ethos de inteligência* é aí inserido por gerar uma imagem apreciável aos olhos do público. A inteligência pode ser apreendida não só pela capacidade do político de gerir bem as funções relacionadas a seu cargo, mas também por suas atitudes na vida privada.

Dessa forma, dois pilares devem estar presentes na construção dessa imagem, de acordo com Charaudeau (2011): o *nível cultural* e a associação entre a *astúcia* e a *malícia*. O primeiro diz respeito ao capital cultural acumulado pelo político. Sua formação, sua presença em manifestações artísticas, em exposições ou em programas culturais contribuem para uma figura intelectual. O segundo relaciona-se à combinação de astúcia e malícia para entrar no jogo político. A *astúcia* é empregada quando se faz necessário camuflar determinadas intenções a fim de realizar projetos importantes. Já a *malícia* permite ao político antever situações que lhe podem ser prejudiciais e escolher caminhos alternativos, nem sempre transparentes, para chegar ao bem comum. Evidentemente que, se a astúcia e a malícia revelarem dissimulação e trapaça para benefício pessoal, comprometerão a imagem política do sujeito.

Além desses *ethé*, Charaudeau (2011) menciona também o *ethos de humanidade*, que identifica o político como alguém que tem sentimentos, que apresenta compaixão pelos sofredores, que admite suas fraquezas e seus gostos, mesmo na vida particular. É um *ethos* que aproxima o povo à natureza humana do político.

A questão de transparecer sentimentos deve ser muito bem administrada pelo político. Se o faz com frequência, pode ser considerado uma pessoa fraca; se esses momentos são raros, passa por insensível diante das dores dos desafortunados. É preciso que os sentimentos surjam em ocasiões específicas, tais como em situações de catástrofe, acidentes, cerimônias de memória aos mortos etc.

Igualmente delicada é a estratégia da confissão para compor um *ethos de humanidade*. Admitir falhas e reconhecer, por exemplo, que poderia ter feito mais e melhor na atuação política são símbolos de honestidade, humildade e, portanto, de humanidade. Essa imagem não pode estar dissociada de um *ethos* de coragem e de determinação para

se fazer o que não foi possível. Na verdade, para ter a confissão como um ponto positivo na construção do *ethos*, o político precisa deixar claro que suas falhas ou lacunas na atuação pública se devem mais a fatores externos incontroláveis do que a sua capacidade ou vontade.

As preferências na vida particular e os hábitos que fazem parte da intimidade do político são, por fim, elementos que o tornam mais humano aos olhos do povo. Contudo, não é necessário que o sujeito se exponha demais. Ao participar de programas de televisão, de eventos ou de entrevistas que não se relacionem ao seu campo de trabalho, o político revela um pouco mais sobre sua vida e seus gostos. Isso facilita o processo de identificação da instância cidadã com a instância política, por intermédio, muitas vezes, da instância midiática.

O próximo *ethos* volta-se para o político e para o cidadão ao mesmo tempo. Trata-se do *ethos de chefe*. Nas palavras de Charaudeau (2011, p. 153), essa reciprocidade é justificada, porque “o político deve sua posição ao povo e a ele deve prestar contas”.

O *ethos de chefe* pode ser expresso por meio de diversas figuras. Charaudeau cita as representações de *guia*, de *soberano* e de *comandante* como as mais frequentes.

A figura do *ethos de guia supremo* surge da necessidade do povo de ter um líder que lhe indique o caminho a seguir. Esse guia pode ser oriundo do povo ou exterior a ele. Se o líder vem do povo, é, então, uma entidade física com traços que o aproximam de um herói. Contudo, se esse líder não pertence ao povo, passa a ser uma entidade abstrata que conhece os caminhos e o futuro, bem como os meios de se alcançar a salvação eterna. Apesar dessa natureza abstrata, esse tipo de líder exige uma figurativização que pode ser construída pelas figuras do *guia-pastor* e do *guia-profeta*.

O *guia-pastor* lembra a imagem do pastor que conduz seu rebanho de maneira tranquila e constante, sempre sabendo aonde vai. Na política, corresponde a líderes sábios, normalmente mais introspectivos, nos quais o povo deposita sua confiança. O *guia-profeta* é semelhante ao guia-pastor, mas enquanto este permanece ligado às questões presentes, aquele é o redentor do passado e se volta para o futuro. A palavra é elemento de força para o guia-profeta, que usa sua voz para conclamar o povo a segui-lo. Ele é, muitas vezes, um representante do divino na terra.

O *ethos de chefe-soberano* é aquele que, por um lado, exalta os mesmos valores do povo e a eles se funde, como uma “encarnação”

do abstrato, e por outro, está acima de conflitos pequenos, oriundos da instância adversária. Por ser soberano e, portanto, um líder superior, corre o risco de ser considerado alheio às necessidades do povo. Isso pode ser convertido em virtude se o político, demonstrando grandiosidade, não se esquivar de participar do cotidiano dos cidadãos.

O *ethos de chefe-comandante* apresenta uma imagem mais radical que as demais, pois esse tipo de líder adota uma figura autoritária e, por vezes, agressiva. Relaciona-se com a representação de um senhor da guerra e costuma distinguir o bem do mal, indicando os caminhos para vencer o que ele considera como mal.

Muitos líderes que se orientavam por essa imagem foram considerados populistas. Segundo Charaudeau (2011, p. 160): “essa imagem é destinada a arrastar todo um povo atrás de si [do político], em direção à sua salvação”.

A última imagem mencionada pelo autor é o *ethos de solidariedade*. Muito confundido com o *ethos de humanidade*, a figura solidária distingue-se por um estar em relação de igualdade e reciprocidade com os cidadãos, especialmente aqueles que sofrem. Ao mesmo tempo em que o político se solidariza com os problemas de sua comunidade, também se considera responsável por eles e busca, assim, uma solução para o bem coletivo.

A compaixão, presente no *ethos de humanidade*, não deve ser tomada como característica pertencente também ao *ethos de solidariedade*. Sentir compaixão é estar em uma relação de superioridade com aqueles que passam por dificuldades. O *ethos de solidariedade* pressupõe que o político carregue as dores e os sofrimentos de seu povo a partir do lugar dos próprios cidadãos, sem distanciamentos.

A solidariedade ocorre ainda quando as mesmas crenças, decisões e ideais são partilhados por um grupo e pelo político. A cautela que se deve ter é, justamente, delimitar a quais grupos se solidarizar. Normalmente, o político busca assumir valores de grupos distintos para alcançar o maior número possível de adesão a suas propostas, desde que não sejam valores antagônicos. Para tanto, é preciso construir uma identidade com esses grupos, que também seja reconhecida como sua.

A imagem de pessoa solidária conta também com a capacidade de o político se mostrar consciente das suas responsabilidades. Do contrário, seria apenas um demagogo que finge estar em sintonia com os anseios dos cidadãos, mas nada faz para atendê-los.

Outro caminho que revela um sujeito solidário é o saber ouvir. Quando a instância política se predispõe a ouvir a instância cidadã, solidariza-se com suas ideias e, dessa forma, legitima o ser do outro a partir da própria legitimidade que lhe foi conferida outrora.

A próxima seção deste artigo detalha como a escolha dos “lugares” de onde se fala ao público na política pode provocar uma melhor adesão ao discurso, uma questão relacionada à cenografia, de Maingueneau.

## **A diversidade cenográfica como reforço do *ethos***

É frequente em política que aquele que discursa escolha determinados “lugares” de onde falar, que se aproximem, de alguma forma, da identidade do povo. Esses “lugares” escolhidos correspondem a *cenografias*, defendidas por Maingueneau (2004), como recursos importantes na construção do *ethos*.

Assim, a *cenografia* é o que se destaca perante o coenunciador, aquilo com o que ele se depara concretamente na enunciação e que lhe determina um lugar a ocupar no espaço construído por aquela cenografia.

Considerando-se que os gêneros apresentam características muito particulares, é preciso notar que nem todos dispõem de uma diversidade de cenografias. Há casos, inclusive, em que o coenunciador se depara unicamente com o gênero do discurso, ou seja, é orientado pelas especificidades da cena genérica, como ocorre com as listas telefônicas e com as receitas médicas, por exemplo.

Em outras situações, gêneros discursivos, como o publicitário, o literário ou o filosófico, permitem a escolha de cenografias diversas a depender dos propósitos de comunicação envolvidos na enunciação:

O discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um candidato poderá falar a seus eleitores como jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem experiente etc., e conferir os “lugares” correspondentes a seu público. (*Id.*, 2013, p. 76).

Assim, muitas vezes ao elaborar uma cenografia específica para um determinado gênero do discurso, o enunciador apoia sua construção no que Maingueneau (2004) chama de *cenas validadas*,

que equivalem a cenas já incorporadas à memória coletiva. O enunciador pode, portanto, amparar-se em cenas validadas positivamente ou utilizar cenas validadas de forma negativa para combatê-las, por exemplo.

A variabilidade da *cenografia*, decorrente das formas como se apresenta segundo a enunciação, é o que permite a construção do *ethos* em favor do alcance do coenunciador.

Para o linguista, a *cenografia* se compõe, primordialmente, a partir da própria enunciação, que a legitima e por ela é legitimada num “enlaçamento paradoxal”.

Dessa forma, quanto maior variabilidade cenográfica o gênero permitir, maior será o alcance de diferentes públicos e a sua identificação com o enunciador. É o que ocorre em discursos políticos, por exemplo, como os analisados neste trabalho.

A busca pela fusão da identidade do interlocutor com a do locutor pode seguir diversas estratégias. O tópico seguinte apresentará as contribuições de Ruth Amossy no que diz respeito ao estudo da argumentação no discurso.

## **As modalidades argumentativas na atividade persuasiva**

Segundo Amossy (2008), a argumentação estaria inscrita na inter-relação entre o *ethos*, o *logos* e o *pathos* construídos no discurso, sob a influência dos aspectos social e linguístico.

Isso significa dizer que, sendo explícita ou implícita, a argumentação é dependente: do *ethos* do locutor, construído nas trocas verbais; do *pathos*, ou seja, da imagem que o orador constrói do público e, conseqüentemente, dos efeitos produzidos no auditório; por último, do *logos*, como o raciocínio em que repousa a razão. Essa teia de relações é formada pela orientação da cena genérica, que é responsável pela distribuição dos papéis na enunciação, conforme define Maingueneau (2004).

O direcionamento da argumentação é, então, orientado por três fatores: “Pode-se, assim, considerar a argumentação na materialidade linguageira e no espaço social, cultural e institucional, que lhe conferem sua densidade e sua complexidade.” (AMOSSY, 2007, p. 133). Esse conjunto de influências está presente no que a autora chama de *modalidades argumentativas* – categorias responsáveis por modelar



o discurso, independentemente do gênero de que ele faça parte, o que contribui para a persuasão do interlocutor.

Assim, sem pretender esgotar o campo, Amossy (2008, p. 233-237) lista algumas modalidades argumentativas que são mais comuns: modalidade *demonstrativa*, *patética*, *pedagógica*, *de coconstrução*, *negociada* e *polêmica*.

Essas modalidades são espécies de paradigmas nas trocas verbais no que se refere à argumentação, isto é, são maneiras de persuadir. Entre elas, há em comum alguns princípios, tais como: o direcionamento estrutural da troca argumentativa, ou seja, a delimitação dos papéis na enunciação; o modo pelo qual a atividade argumentativa será conduzida (modo racional, agressivo, emotivo etc.); e a forma como o interlocutor será considerado na enunciação.

Dentro dessa perspectiva, encontra-se a *modalidade demonstrativa*. O discurso, nesse caso, pode ser *monodialogal* ou *dialogal* e consiste em uma tentativa de persuasão por meio de estratégias racionais, apoiadas em provas.

Já a *modalidade patética* corresponde a um discurso que emprega o apelo na defesa de um ponto de vista, na tentativa de emocionar o interlocutor. Assim, ela se opõe, diretamente, à modalidade demonstrativa, posto que o recurso que a orienta é a manipulação de sentimentos do auditório.

A *modalidade pedagógica* equivale a uma troca argumentativa em que os parceiros ocupam posições assimétricas em relação a um saber. Dessa maneira, o locutor direciona seu público a uma reflexão sobre esse saber que apenas ele, na condição de fiador, detém.

Por sua vez, a *modalidade de coconstrução* baseia-se na elaboração conjunta de soluções para problemas afins entre as partes que compõem esse conjunto.

A *modalidade negociada* apresenta alguma semelhança com a modalidade de coconstrução. Sua diferença, entretanto, está no papel que os interlocutores exercem na situação comunicativa. Na modalidade negociada, as partes envolvidas na enunciação ocupam posições divergentes, mas se unem em busca da solução para um problema em comum e para o estabelecimento de um compromisso.

Por último, a *modalidade polêmica* se realiza quando o discurso apresenta teses opostas, de instâncias adversárias que se atacam, buscando, ou a adesão do outro ou a de um terceiro.

O discurso político pode encaixar-se em diversas circunstâncias e, dessa forma, lançar mão do uso de quaisquer dessas modalidades argumentativas. Com o auxílio dessas estratégias, será possível distribuir os papéis no dispositivo enunciativo, selecionar a melhor maneira para o tom argumentativo e determinar como o alocutário será definido nessa troca argumentativa.

A atividade argumentativa conta com diversas estratégias. Muitas metáforas também auxiliam nesse projeto e podem ser de grande valia no discurso político. A seguir, será apresentado, brevemente, o ponto de vista de Lakoff e Johnson sobre esse assunto, que também é importante para este trabalho.

## **A metáfora na construção do sentido**

Refletir sobre a construção de metáforas é, inevitavelmente, buscar embasamento no trabalho relevante da Linguística Cognitiva. Apesar de esta pesquisa ter como norte os estudos da Semiologia, de Charaudeau, de modo particular, também encontrou respostas para análise de seu *corpus* na teoria de Lakoff e Johnson, já que os autores são referências para os estudos sobre as metáforas.

Dessa forma, Lakoff (2006, p. 185-186) afirma que a metáfora é um processo que, por meio de comparações, aproxima conceitos abstratos, como tempo, mudança, causa, a situações concretas do dia a dia. A partir dessa ideia, é possível perceber a centralidade da metáfora no pensamento humano, uma vez que, cotidianamente, os indivíduos deparam com situações as quais precisam criar associações.

Seguindo essa perspectiva, o autor acrescenta que, no processo metafórico como um todo, as ideias ou significados correspondem a objetos, ao passo que as expressões linguísticas equivalem a *recipientes* ou *containers*. Com essa concepção, o autor pretende demonstrar que uma mesma metáfora pode se realizar, linguisticamente, de inúmeras formas, conservando seu sentido, ao mesmo tempo em que um recipiente – expressão linguística – pode conter diferentes objetos – ideias, metáforas – em contextos distintos.

A metáfora pode ser compreendida como um mapeamento ou um conjunto de correspondências conceituais que partem de um domínio fonte – uma situação concreta – em direção a um domínio-alvo – uma situação abstrata.

Dessa forma, os dois pilares de construção de uma metáfora, isto é, o domínio fonte e o domínio-alvo são interligados a partir de uma base experiencial que deve ser dominada por ambos os interlocutores. Sendo assim, é preciso que o locutor, ao elaborar uma metáfora, tenha ciência de que seu interlocutor domina a base experiencial que une os dois domínios. Do contrário, o entendimento ficará comprometido.

O processo que envolve a construção de metáforas, portanto, obedece a fatores internos e externos ao indivíduo. Ao selecionar uma determinada metáfora em uma situação comunicativa, o locutor precisa refletir a respeito do efeito que deseja gerar em seu interlocutor e se conseguirá se fazer entender. Como ser argumentativo por natureza, o homem tem na metáfora um recurso importante para a persuasão.

Assim, buscou-se traçar, nesta seção, um panorama das principais correntes teóricas em que se baseia este trabalho. Os resultados obtidos serão detalhados a seguir na seção relacionada à análise do *corpus*.

## **Análise de discursos do ex-presidente Lula**

O *corpus* desta pesquisa foi composto pela análise de 11 discursos não oficiais, proferidos pelo ex-presidente Lula ao longo de seus dois mandatos, a saber, entre 2002 e 2010, e conta com 96 páginas no total. Os discursos estão registrados de forma escrita e disponíveis no site do Palácio do Planalto, de onde foram extraídos para esta investigação.

O critério de seleção dos discursos privilegiou situações em que o ex-presidente se dirigisse a públicos de classes sociais distintas, na tentativa de verificar uma possível variação em sua imagem.

A partir da análise, quando foram comparados os dois grupos de *ethé* – de credibilidade e de identificação –, é possível notar a predominância dos *ethé de identificação* sobre os *ethé de credibilidade* – 83% dos primeiros contra 17% dos últimos. O que se percebe, com isso, é a figura de um presidente que não só ocupa o mais alto cargo de representante de sua nação, mas também reflete a imagem de seus cidadãos, compartilha os mesmos valores e conhece, por experiência de vida, os desafios pelos quais passa a maioria pobre da população. Observe o Gráfico 1.

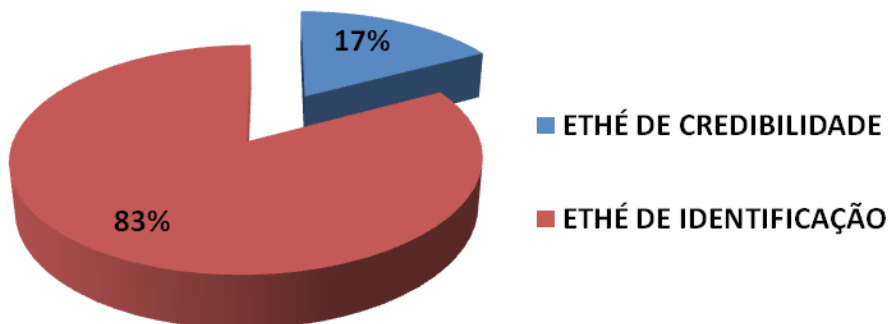


Gráfico 1 – Frequência dos *ethé* agrupados por tipologia

Fonte: elaborado pelas autoras

Nos discursos, a presença majoritária de imagens que visam à identificação do interlocutor com o político reforça ainda a ideia de que Lula apresentava um *ethos* popular, ou seja, buscava tornar a sua imagem uma extensão da imagem do povo. O resultado desta análise demonstrou um predomínio do *ethos de chefe* em relação aos demais descritos por Charaudeau – 38,6%. Essa imagem de líder do povo é fortalecida pelos demais *ethé*, caracterizando, assim, o tipo de chefe que o ex-presidente demonstrava ser: um chefe humano, solidário, com caráter para defender os valores do povo.

Há que se destacar, dentre as ocorrências desse tipo de *ethos*, a ausência da figura do *comandante*, um chefe que se comporta “de maneira mais autoritária, na verdade, agressiva” nas palavras de Charaudeau (2011, p. 159). Para o autor, essa variação do *ethos* de chefe é característica de líderes populistas, que, com frequência, transparecem uma visão maniqueísta da sociedade, delimitando o mal a ser combatido a partir de sua personalidade salvadora.

Esta análise defende, portanto, a existência de um *ethos* popular e não populista nos discursos analisados do ex-presidente Lula, tendo em vista que ele se apresentava, nesses casos, como conciliador diante das diferentes classes sociais ou partidos políticos, além de ter abandonado o tom autoritário e agressivo que assumira em campanhas eleitorais anteriores, quando não obteve a vitória nas urnas.

Observe, no gráfico a seguir, a frequência de cada *ethos*. O resultado dos três primeiros *ethé* será analisado com mais detalhe.

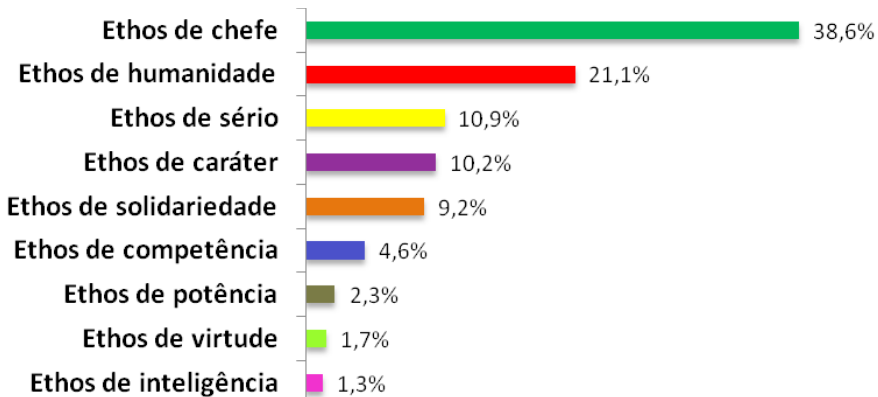


Gráfico 2 – Frequência dos *ethé*

Fonte: elaborado pelas autoras

O *ethos de chefe* do ex-presidente constrói-se de diversas formas, ora pela imagem de um líder semelhante a seus cidadãos, ora por meio de uma figura paternalista. Observe o trecho a seguir, que ilustra a primeira situação:

*Bem, mas o que me motivou a vir aqui hoje, o que me motivou a vir aqui hoje é o fato de a gente estar cuidando de um local que dava enchente, que as pessoas tinham problemas de alagamento – eu vi umas fotos como era em 2008 e como é agora, eu vi crianças dentro da água, eu vi surfista com tampa de isopor –, porque eu já passei por isso. Eu morei em um bairro chamado Ponte Preta, em São Paulo, em que a menor altura de água que dava, quando chovia, era um metro e meio de água dentro de casa. E eu sei o que é a gente acordar meia-noite, com rato, com barata, com fezes boiando dentro de casa, voltando tudo do vaso sanitário. Eu sei o que é pegar a mãe, mais velha, e tirar colchão molhado, levantar fogão, levantar geladeira. Eu sei o que é, porque passei muito isso. (informação verbal)<sup>2</sup>.*

<sup>2</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do projeto de urbanização de favelas nas bacias dos córregos Cabaças e Segredo; assinatura do

A imagem de chefe do ex-presidente constrói-se nesse trecho, inicialmente, pelo destaque de sua autoridade diante da resolução de um problema que, antes, acometia aquela região: “o que me motivou a vir aqui hoje é o fato de a gente estar cuidando de um local que dava enchente”.

Em seguida, Lula descreve sua experiência com situações semelhantes de alagamento, em uma demonstração de que sua liderança é diferente, porque já vivenciou os problemas pelos quais passa a população mais carente.

No fragmento em questão, o *ethos de chefe* é reforçado, também, pelos *ethé de humanidade* e de *solidariedade*. A imagem de humanidade evidencia-se pela presença de sentimentalismo, enquanto o *ethos* de solidário transparece a partir da reciprocidade de Lula com o povo.

O *ethos de humanidade* corresponde ao segundo mais empregado (21,1%) nos discursos de Lula verificados nesta pesquisa. O sentimentalismo, a compaixão pelos mais fracos, o reconhecimento de suas fraquezas, sendo honesto e humilde, e até o humor são características que denotam o lado humano do político, o que o aproxima do povo.

O fragmento a seguir ilustra essa imagem:

*O que importa é que todos nós nascemos, crescemos e, até morrermos, nós temos que ser honestos, porque isso simboliza, na verdade, os exemplos e as experiências que podemos passar para os nossos filhos, para os nossos netos e para os nossos bisnetos. (informação verbal)<sup>3</sup>.*

Nesse trecho do discurso, Lula demonstra a necessidade de ser honesto, o que revela um *ethos* de honestidade: “nós temos que ser honestos”, visto que, em vez de sugerir a imagem desejada, o político diz, explicitamente, a imagem que valoriza e que adota.

Além disso, a ideia do fragmento como um todo permite inferir que o presidente é uma pessoa que se assemelha ao povo. Isso ocorre porque, sendo uma personalidade exemplar na vida particular e na vida

---

contrato de financiamento do programa Pró-Transporte e assinatura de ordem de início das obras do contorno rodoviário de Campo Grande. Campo Grande-MS, 24 de agosto de 2010.

<sup>3</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com sindicalistas. Palácio do Planalto, 11 de julho de 2005.

pública, Lula também se aproxima de seu público a partir de valores comuns partilhados por ambos. A ênfase proporcionada pelo pronome de 1ª pessoa do plural reforça essa ideia: “isso simboliza, na verdade, os exemplos e as experiências que podemos passar para os nossos filhos, para os nossos netos e para os nossos bisnetos”.

Dessa forma, o ex-presidente evidencia suas crenças como pessoa, para além do cargo que ocupa, o que vai ao encontro da caracterização do *ethos* de *humanidade*, descrito por Charaudeau (2011).

O humor como marca de *humanidade* é também muito frequente nos discursos de Lula. Esse recurso fazia-o aproximar-se ainda mais do povo, assumindo, dessa forma, uma imagem popular. Indiscriminadamente, o político empregava humor, não importando a ocasião ou o público. Em reunião com empresários sul-africanos e brasileiros, Lula menciona “*Aí, chega o avião do Obama, chega o primeiro-ministro do Japão, eu falei: puxa vida, é muita melancia para o meu caminhão*” (informação verbal)<sup>4</sup>.

A linguagem simples e o bom humor conquistaram não só a parcela da sociedade identificada com esses traços, como também os grandes empresários, que, a gargalhadas, aplaudiam a cada gracejo do presidente<sup>5</sup>.

Nesse fragmento, Lula estabelece um diálogo intertextual com um ditado popular: “Muita areia para o meu caminhão”, reformulando-o para: “muita melancia para o meu caminhão”. O uso do lugar-comum, apesar de causar estranhamento, ratifica o *ethos popular* do ex-presidente e seu caráter humano e bem-humorado.

A irreverência, muitas vezes, parecia não ter limites para Lula. Em certos discursos, o político ousava na seleção vocabular a ponto de se valer de construções inventadas que tinham um efeito direto no público: o riso incontido. Lula, então, caía nas graças de seu auditório:

*Então, o Brasil teve uma mistura extraordinária, que é a mistura do índio, do negro e do europeu, e deu essa gente bonita como eu, [...]. E quando eu falar de beleza, vocês têm que compreender o seguinte, minha gente: para cada*

<sup>4</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul. Johannesburgo, África do Sul, 9 de julho de 2010.

<sup>5</sup>Cf. *Mais um dos belos discursos do Lula*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I6z71Cw46bY>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

*sapo tem uma sapa. Então ninguém fica sem o seu par.*  
(informação verbal)<sup>6</sup>.

A escolha lexical simples, como o trecho exemplifica, em especial pelo par “sapo” e “sapa”, reforça não somente o *ethos de humanidade*, como também outras representações do presidente.

Entre os três *ethé* que reforçam a credibilidade, o *ethos de sério* é aquele que apresenta maior frequência no *corpus* desta pesquisa – 10,9% dos casos. A maior presença desse tipo de *ethos* em relação aos demais de credibilidade é justificada, principalmente, pela consciência dos limites, demonstrada pelo político em seus discursos. Veja o trecho a seguir:

*Mas eu queria dizer para vocês, companheiros, que eu tenho consciência do que fiz, eu tenho consciência do que falta fazer e tenho consciência de que, por mais que a gente faça, sempre haverá um pouco a ser feito.* (informação verbal)<sup>7</sup>.

O trecho em destaque faz parte de um discurso pronunciado no final do segundo mandato do presidente, em 2010. Corresponde, portanto, a uma espécie de balanço de sua própria atuação como chefe da Nação, que fica evidente pela gradação temporal empregada pelo político: “fiz”, “falta fazer”, “haverá [...] a ser feito”. Nesta data, já tendo sido divulgados os índices de popularidade do governo, o presidente afirma que, de maneira consciente, assume as atitudes que tomou, reconhece que não foram suficientes, mas destaca que sempre haverá algo a ser feito, em uma clara menção de que não se pode esperar uma administração pública perfeita.

Dessa forma, essa imagem revela um homem sério, ciente de suas responsabilidades para com a nação e realista diante dos recursos de que dispõe para pôr seus planos em prática.

O fenômeno da cenografia, proposto por Maingueneau, também

---

<sup>6</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da Campanha Internacional Turística para o Brasil 2014. Johannesburgo, África do Sul, 9 de julho de 2010.

<sup>7</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega da última fase das obras de reconstrução do cais do Porto de Itajaí. Itajaí-SC, 27 de outubro de 2010.



foi observado nesta análise, que identificou discursos direcionados a grupos distintos da sociedade: operários, trabalhadores de telemarketing, pequenos agricultores, estudantes, empresários internacionais, Chefes de Estado etc.

Assim, muitas vezes, Lula buscava dirigir-se a seus interlocutores a partir de “lugares” também partilhados pelo auditório, em uma clara demonstração de uso de cenografias. Note, no gráfico a seguir, a presença das cenografias mais frequentes, verificadas nesta pesquisa:

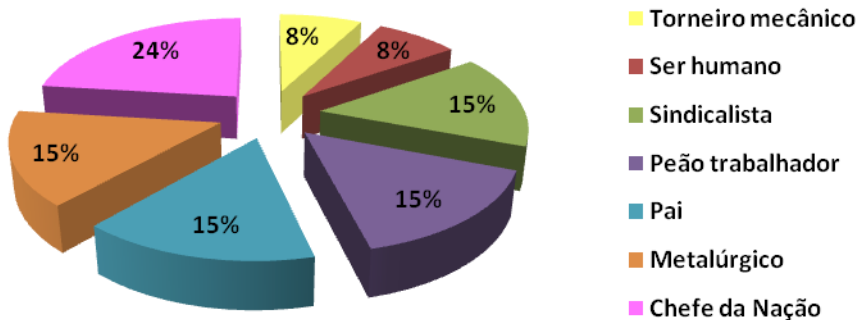


Gráfico 3 – Frequência de cenografias

Fonte: elaborado pelas autoras

Utilizando-se de seu *ethos pré-discursivo*, o ex-presidente empregava, assim, grande variabilidade cenográfica, como se pode perceber no exemplo a seguir:

*O dado concreto [...] qual é o dado concreto e objetivo? É que o paradigma mudou, o paradigma mudou: as pessoas sabem que vão ter que fazer mais, porque ninguém pode fazer menos que um peão, ninguém pode [...]. Porque aí eu vou estar cobrando: espera aí! (informação verbal)<sup>8</sup>.*

<sup>8</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na exposição de produtos da fábrica Daimler Chrysler do Brasil. São Paulo, 10 de março de 2003.

Mesmo estando em uma situação discursiva em que ocupava a posição de chefe da Nação, Lula escolheu falar do lugar de um “peão”, de um trabalhador braçal. Essa cenografia foi empregada em 15% dos casos verificados nesta pesquisa e por meio dela, no exemplo em questão, o presidente não buscava uma aproximação com o auditório, pois o público a quem esse discurso era direcionado compunha-se, primordialmente, por intelectuais. Ele toma para si a imagem de um “peão” para demonstrar que, apesar de não ter estudado por muitos anos, trabalhou mais em seu mandato e fez mais pelas universidades do que qualquer outro político intelectual.

O *ethos de chefe popular* do ex-presidente Lula recebe reforço, ainda, das *modalidades argumentativas*, propostas por Amossy (2008) como categorias que modelam o discurso, especialmente, no que diz respeito às estratégias de persuasão, empregadas pelo locutor.

Dentre todas as modalidades aprofundadas por Amossy (2008) – *demonstrativa, patética, pedagógica, de coconstrução, negociada e polêmica* –, verificou-se que as modalidades *de coconstrução, negociada e polêmica* não foram empregadas nos discursos ora analisados. Isso se deve ao fato de que são próprias de situações discursivas em que há a participação direta do interlocutor na comunicação, o que não é viável em um discurso político de um presidente já eleito pelo povo, como o tipo de discurso ora analisado. Esses índices podem ser vistos no gráfico a seguir:

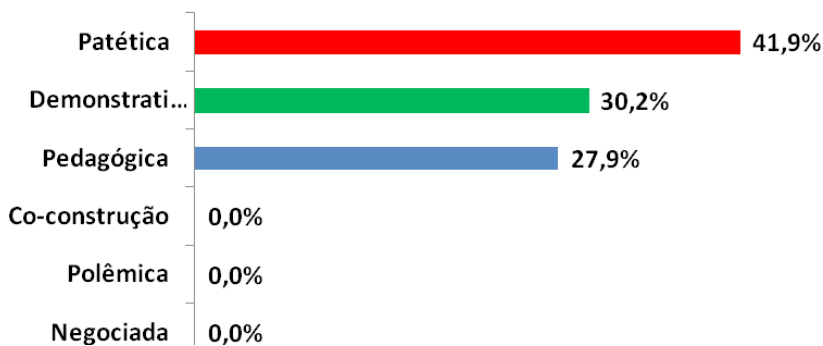


Gráfico 4 – Frequência das modalidades argumentativas

Fonte: elaborado pelas autoras

No que se refere às *modalidades argumentativas* presentes no *corpus*, verificou-se a predominância da *modalidade patética*, com 41,9% dos casos. É preciso reiterar que essa modalidade se vale da emoção como fator principal para a atividade argumentativa.

O uso majoritário dessa modalidade revela que, nos discursos analisados, o ex-presidente recorria ao sentimentalismo, de maneira frequente, como estratégia para argumentar diante de seus interlocutores.

A presença da *modalidade patética* fica evidente em passagens, como a seguinte:

*Eu quero visitar grandes fazendas produtivas, mas quero visitar os assentamentos onde as pessoas estão dormindo embaixo do encerado preto, passando fome. Eu quero visitar as boas casas deste país, mas quero visitar as encostas dos morros, onde nossos irmãos estão morrendo, a cada garoa, a cada chuva que dá nas grandes cidades. (informação verbal)<sup>9</sup>.*

A construção desse trecho baseia-se em um paralelismo sintático que destaca classes antagônicas do país – os muito ricos e os muito pobres. Assim, o presidente demonstra que não quer privilegiar uma classe, mas conhecer a realidade de todas, ainda que se localizem em posições extremas.

A emoção torna-se evidente, especialmente, quando caracteriza a condição dos mais necessitados. A menção à fome e à morte costuma sensibilizar o auditório, principalmente se ele é formado por pessoas de origem humilde que já vivenciaram tais situações.

A análise do *corpus* desta pesquisa também demonstrou a incidência de *metáforas* em algumas construções do ex-presidente.

Pela verificação das incidências das metáforas, foi possível comprovar o que Lakoff e Johnson (1980) afirmam: as metáforas presentes foram formuladas a partir de situações concretas de domínio da população, situações com as quais o povo convivia e que, portanto, faziam parte de seu universo cultural. Observe o gráfico seguinte:

---

<sup>9</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, na exposição de produtos da fábrica Daimler Chrysler do Brasil. São Paulo, 10 de março de 2003.

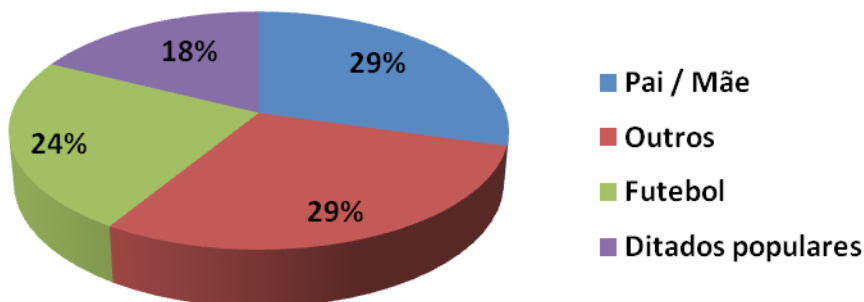


Gráfico 5 – Frequência de metáforas

Fonte: elaborado pelas autoras

Sabendo que há muitos pais e muitas mães dentre seus interlocutores, o presidente, diante de uma ideia abstrata e complexa que é o ato de governar um país, estabelece *metáforas* que se aproximam do povo. Essas metáforas relacionadas à educação dos pais foram empregadas em 29% dos casos analisados, como o trecho a seguir evidencia:

*Eu digo sempre o seguinte: governar é fazer o papel de mãe. Na verdade, a gente não governa, Nelson. Deve ter sido um intelectual que bolou essa palavra “governar” porque, na verdade, o que nós fazemos é cuidar do nosso povo, a palavra correta é “cuidar”, é cuidar do povo. E da mesma forma que uma mãe é honesta, se ela tiver cinco filhos na mesa, pode ter um mais bonito, pode ter um maior, mas se tiver cinco bifês, ela vai dar um bifinho para cada um, e se alguém pegar dois vai tomar uma bronca. É assim que a gente deve governar: se a gente pode só dar um bifinho para cada um, é um bifinho para cada um, mas não pode dar dez para um e nem um para o outro, como habitualmente se fazia neste país. (informação verbal)<sup>10</sup>.*

<sup>10</sup>Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do projeto de urbanização de favelas nas bacias dos córregos Cabaças e Segredo; assinatura do contrato de financiamento do programa Pró-Transporte e assinatura de ordem de início das obras do contorno rodoviário de Campo Grande. Campo Grande-MS, 24 de agosto de 2010.

No fragmento em questão, o domínio fonte corresponde ao zelo e à imparcialidade de uma mãe para com seus filhos, enquanto o domínio-alvo é, igualmente, o zelo e a imparcialidade de um presidente para com os estados de seu país. Nesse discurso, Lula ainda acrescenta a *metáfora* do “bifinho”, ressaltando a necessária equidade de um presidente, que não pode distribuir mais recursos para um estado do que para outro.

As *metáforas* encontradas nos discursos confirmam a hipótese de que Lula construía para si um *ethos popular* em seus pronunciamentos. Para se aproximar do povo, o político formulava *metáforas* com base em conhecimentos pertencentes a toda a sociedade, em especial, àqueles de origem humilde.

Assim, demonstrou-se um panorama geral de todos os dados verificados nesta análise. A próxima seção deste trabalho apresentará, de forma sucinta, o que se pôde concluir a partir dessas informações.

## Considerações finais

A conclusão desta análise possibilitou um aprofundamento nos processos envolvidos na construção do *ethos* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O *corpus* escolhido compôs-se de discursos proferidos durante os dois mandatos de Lula como Presidente da República, em contextos nos quais o público-alvo variava quanto à classe social.

Dessa forma, a análise desses discursos permitiu inferir, inicialmente, que Lula apresentava um *ethos* popular que privilegiava a identificação do povo com sua imagem, daí a predominância dos *ethé de identificação* sobre os *ethé de credibilidade*.

Essa imagem era construída por meio de diversos recursos, sendo, o principal, o emprego do *ethos de chefe*, não como um líder soberano ou distante, mas identificado com o povo, porque oriundo das camadas mais pobres da sociedade.

Suas construções simples eram potencializadas, muitas vezes, quando inseridas em *metáforas*, que Lula utilizava para facilitar a compreensão de situações complexas por meio de sua aproximação com fatos concretos e presentes no cotidiano dos cidadãos, como o universo do futebol e a administração de um lar, feita por pais e mães. Mais uma vez, essa estratégia fortalecia a imagem popular de Lula.

Em se tratando das *cenografias* adotadas pelo político nos discursos, foi possível perceber que também elas corroboravam o *ethos popular* de Lula, aproximando-o ainda mais dos interlocutores específicos de cada situação discursiva, ora como metalúrgico, quando falava a esse grupo, ora como sindicalista, quando era esse o público presente, por exemplo.

Nessa busca pela adesão do público, as modalidades argumentativas mostravam-se fundamentais, pois proporcionavam nuanças diferentes à atividade persuasiva do ex-presidente de acordo com os objetivos pretendidos.

A modalidade patética era empregada quando o político desejava destacar um *ethos de humanidade*, portanto, mais voltado ao sentimentalismo. A modalidade demonstrativa, baseada em argumentos racionais, bem como a modalidade pedagógica – que privilegiava os ensinamentos – contribuíam para reforçar o *ethos de chefe*, já que indicavam que o líder era um detentor de sabedoria e, ao mesmo tempo, de humildade.

O resultado ora apresentado, apesar de apontar para uma tese já reconhecida em outros trabalhos – a de que o *ethos* de Lula era popular –, difere dessas abordagens pelo *corpus* privilegiado e pelos fenômenos observados, que, reunidos, endossam com precisão o caráter popular do político.

O que se percebe com esta pesquisa é que o tipo de liderança de Lula voltava-se para um perfil de equilíbrio e de diálogo com todos os setores da sociedade, desde grupos favorecidos economicamente até aqueles que viviam em situação de miséria. Compreender a formação do *ethos* popular de Lula é aprofundar-se na imagem de sucesso de um presidente que entrou para a História do Brasil.

## Referências

AMOSSY, R. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução Adriana Zavaglia. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

\_\_\_\_\_. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011.

LAKOFF, G. Conceptual metaphor: The contemporary theory of metaphor. In: GEERAERTS, D. *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2006.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago, 1980.

MAINGUENEAU, D. *Análises de textos de comunicação*. 3. ed. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, L. I. L. da. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na exposição de produtos da fábrica Daimler Chrysler do Brasil. São Paulo, 10 de março de 2003.

\_\_\_\_\_. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com sindicalistas. Palácio do Planalto, Brasília, 11 de julho de 2005.

\_\_\_\_\_. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul. Johannesburgo, África do Sul, 9 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da Campanha Internacional Turística para o Brasil 2014. Johannesburgo, África do Sul, 9 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do projeto de urbanização de favelas nas bacias dos córregos Cabaças e Segredo; assinatura do contrato de financiamento do programa Pró-Transporte e assinatura de ordem de início das obras do contorno rodoviário de Campo Grande. Campo Grande (MS), 24 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Discurso do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega da última fase das obras de reconstrução do cais do Porto de Itajaí. Itajaí (SC), 27 de outubro de 2010.